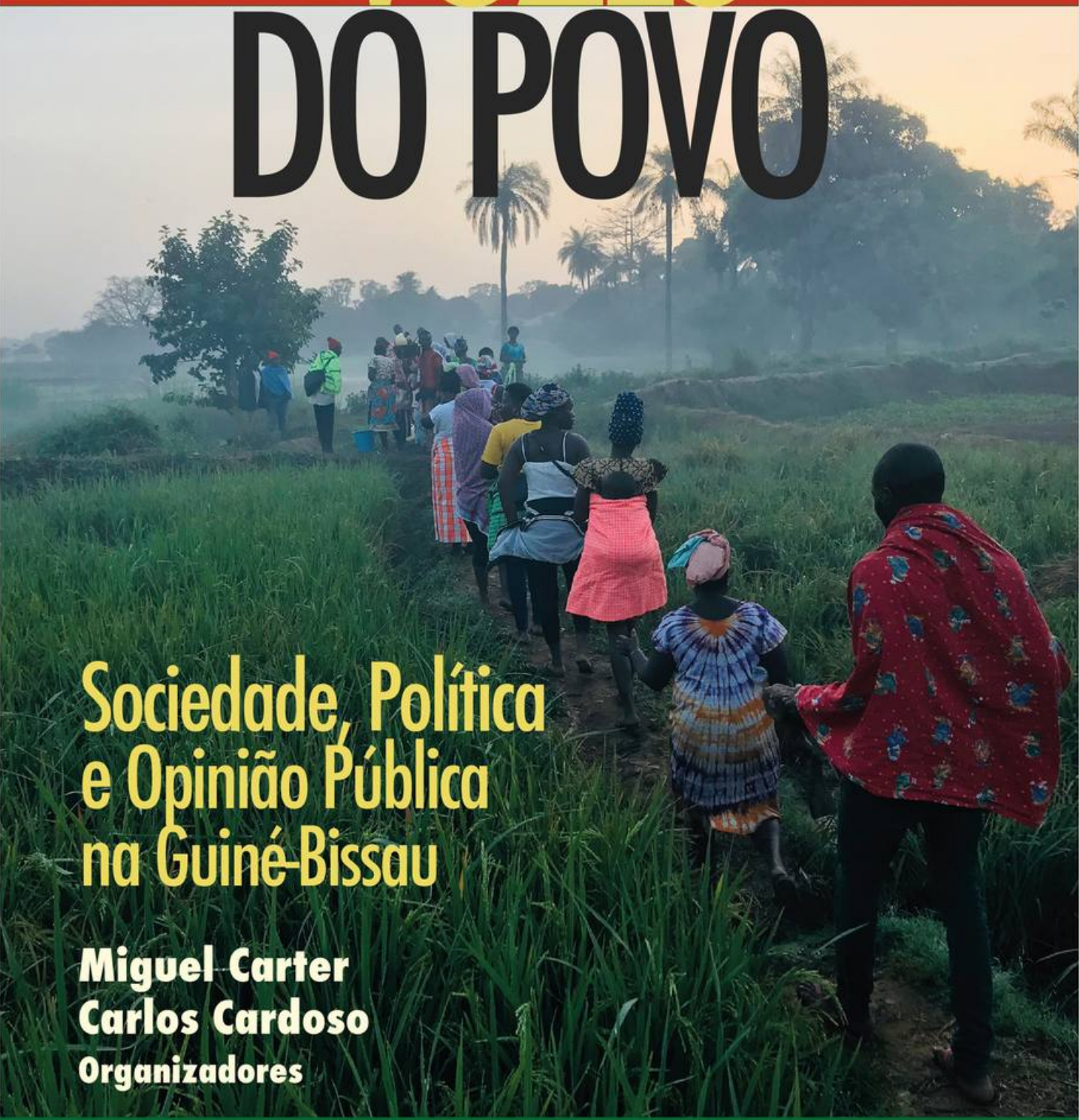
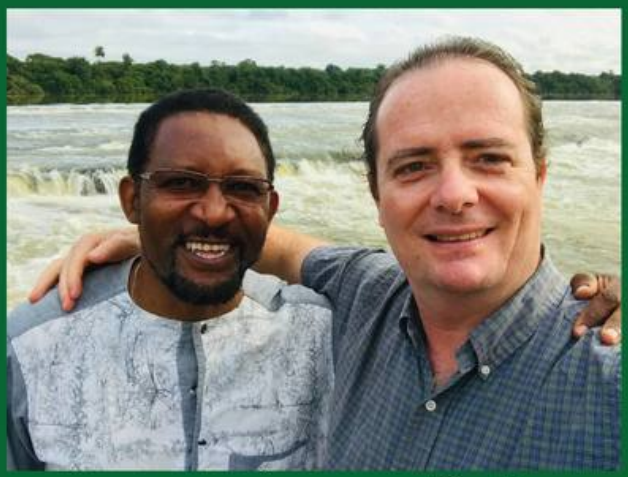
VOZES DO POVO



Sociedade, Política e Opinião Pública na Guiné-Bissau

Miguel Carter
Carlos Cardoso
Organizadores



Carlos Cardoso Miguel Carter

Miguel Carter é diretor fundador do DEMOS - Centro para a Democracia, Criatividade e Inclusão Social, entidade de pesquisa com sede no Paraguai e filial na Guiné-Bissau. Ele é PhD em Ciência Política pela Columbia University em Nova Iorque e pós-doutorado pela University of Oxford. Carter foi professor na American University, em Washington, D.C. Publicou vários estudos sobre o Brasil, Paraguai e América Latina. Ele é autor e coordenador da pesquisa Vozes do Povo na Guiné-Bissau.

Carlos Cardoso é diretor do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral, em Bissau. Ele é PhD em Filosofia pela Universidade Friedrich Schiller em Jena, Alemanha, e mestre em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Cardoso foi chefe do Departamento de Pesquisa do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), com sede em Dakar. Tem diversas publicações sobre ciências sociais em África e política e sociedade na Guiné-Bissau.

Vozes do Povo

Vozes do Povo

Sociedade, Política e Opinião Pública na Guiné-Bissau

Miguel Carter e Carlos Cardoso
Organizadores

Apoio

Coordenação e Edição

DEMOS
Democracia • Criatividade • Inclusão Social

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia.
O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores
e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

© 2021 União Europeia. Todos os direitos reservados.
Primeira impressão, janeiro 2024.

Créditos fotográficos
Foto da capa: Miguel Carter, casamento tradicional na bolanha de Bissau
Foto da orelha: Miguel Carter
Fotos de Susanna Knyphausen: páginas ii, vi, 144, 185, 270, 292, 299.
Fotos de Miguel Carter: páginas 13, 14, 43, 44, 65, 115, 142, 202.

Desenho gráfico da capa: Celeste Prieto
Desenho gráfico do conteúdo do livro: Cristel Hennefründ
Revisão do texto: Teresa Montenegro

Impresso no Paraguai. *Printed in Paraguay*.
Gráfica: Mercurio, S.A.

Vozes do Povo: Sociedade, Política e Opinião Pública na Guiné-Bissau
Miguel Carter e Carlos Cardoso, organizadores
Bissau: DEMOS, 2021.

ISBN: 978-99925-10-37-7.

Dedicatória

Á nova geração de lideranças guineenses,
comprometidas com a democracia, a justiça social
e o cuidado do meio ambiente.

De Miguel Carter
Aos meus filhos, Rafael e David,
em memória da sua infância feliz na Guiné-Bissau
e o carinho concebido pela África.

De Carlos Cardoso
Aos meus pais, Eugénio e Maria de Lourdes,
pela educação, pelo carinho e interesse com que acompanharam
os meus primeiros passos de carreira profissional.

Sumário

Agradecimentos iii

Lista de gráficos, quadros e tabelas vii

Lista de mapas xi

Apresentação 1
Miguel Carter e Carlos Cardoso

Parte I. Vozes do Povo: O Estudo e os Resultados

1. Pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau: Destaques e metodologia 16
Miguel Carter

2. Vida pública: Democracia, engajamento cívico e partidos políticos 45
Miguel Carter

3. Atitudes sociais: Igualdade de género e confiança interpessoal 66
Miguel Carter

4. Etnia, política e religião numa sociedade heterogénea 79
Miguel Carter

5. O povo reflete sobre a política e o povo 102
Miguel Carter

6. Opinião pública na Guiné-Bissau e na África Ocidental 116
Miguel Carter

Parte II. Análise e Reflexões

Sociedade

7. Etnia, religião e a história do poder popular 146
Toby Green

8. Condições de vida, território e convivência social 158
Miguel Carter, Carlos Cardoso e Nafiou Inoussa

9. Relações de género 186
Birgit Embaló

Política e Estado

10. O artifício do homem forte e a instabilidade do regime político 204
Miguel Carter

11. Fragilidade do Estado e corrupção 236
Carlos Cardoso e Ismael Sadilú Sanhá

12. Partidos políticos, eleições e participação cidadã 256
Rui Jorge Semedo e Paulina Mendes

Conclusão

13. Disjunção Estado-sociedade 272
Philip J. Havik e Joshua B. Forrest

Posfácio

A saga para publicar as *Vozes do Povo* 293
Miguel Carter

Sobre os Autores 301



Agradecimentos

A preparação de livros envolve sempre um processo coletivo e um empenho imbuído de paixão. Esta obra é fruto de três anos e meio de trabalho, assumido com singular dedicação. Ela envolveu um conjunto amplo de pessoas. Dez autores contribuíram com textos incluídos neste volume. Dezenas de pessoas colaboraram na realização das pesquisas e na preparação do livro. Muitos facilitaram o esteio institucional e o apoio doméstico necessários para realizar o trabalho. Centenas de cidadãos guineenses participaram nos inquéritos que informam o conteúdo desta investigação. Um grande número de colegas, de diversas partes do mundo, ajudaram a superar o embargo à sua publicação. Sem este esforço coletivo, a sua rede de sustentação, o profundo compromisso com a iniciativa e a luta pela liberdade académica, este volume não teria visto a luz do dia.

Oferecemos, a seguir, um breve relato sobre a origem do projeto, a realização do estudo e os esforços para a sua publicação. Ao citar as pessoas envolvidas neste processo, é com profunda gratidão que o fazemos.

A pesquisa Vozes do Povo teve início em outubro de 2017, com uma troca de ideias entre Miguel Carter e Pablo Leunda-Matiarena, chefe de cooperação da Delegação da União Europeia (DUE), em Bissau. Isto resultou num memorando de uma página redigido por Carter, propondo realizar "o primeiro grande inquérito de opinião pública" na Guiné-Bissau. A comunicação defendia a necessidade de preencher uma significativa lacuna de conhecimento sobre este país. Ademais, destacava a importância de oferecer ao povo guineense a oportunidade de "ter uma palavra a dizer sobre o processo político para além do ciclo eleitoral".

Na Delegação, o embaixador Victor Madeira dos Santos e o chefe de assuntos políticos, Alexandre Borges Gomes, deram um firme apoio à ideia. Enquanto isso, Cristina Pol ajudou a operacionalizar os primeiros passos desse empreendimento. Assim nasceu o inquérito Vozes do Povo de 2018.

A organização da sondagem envolveu um grande elenco de pessoas. Nafiou Inoussa elaborou a amostragem nacional do inquérito, com o apoio do diretor do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), Suande Camará e Osvaldo Cristo Mendes. O questionário da sondagem foi adaptado do Afrobarometer por Carter, revisado por Carlos Cardoso, e traduzido para o crioulo por Carlitos Lopes Pinto.

Víctor Puerta e a equipa de Soluções GBiss viabilizaram a logística da pesquisa e a digitalização dos dados. Delma Fonseca Mandim cuidou dos detalhes administrativos. João Carlos Arlete instruiu os inquiridores no uso dos mapas distritais facilitados pelo INE.

O trabalho de campo foi possível graças ao trabalho esforçado de 22 inquiridores, que percorreram a Guiné-Bissau para ouvir e registar as vozes do povo. Esta atividade foi coordenada por Emignânjelo (Antcho) Gomes Correia. Somos especialmente gratos aos 1.184 cidadãos guineenses, de diversos âmbitos do país, que participaram na sondagem, partilhando o seu tempo, conhecimento e opiniões.

No Paraguai, José Gutiérrez participou no processamento de dados. Ao longo do projeto, Carter recebeu o auxílio de Almor Comba, César Gomes, Mathurin Lo, Filomena (Nene) Sanca, Djapy Camará, e Augusto Kedi.

Finalizado o inquérito, Carter redigiu um novo memorando de uma página remetido, em dezembro de 2018, a Alexandre Borges Gomes, então encarregado de negócios da DUE, e a Inês Máximo Pestana. Nele, Carter propôs ampliar a pesquisa desenvolvida e "explorar a base de dados" produzida pela sondagem. A nova ideia foi acolhida com entusiasmo por ambos.

A nova etapa da iniciativa Vozes do Povo começou em julho de 2019, com a ideia de realizar três pesquisas complementares: um estudo de grupos focais, uma comparação com os dados de opinião em outros países africanos e uma análise aprofundada dos resultados do inquérito de 2018. Mas ao perceber a riqueza dos dados produzidos, Carter e Cardoso decidiram preparar um livro bem maior do que aquele concebido originalmente, com a participação de reconhecidos académicos do exterior. O *coup d'inspiration* aconteceu durante uma caminhada na praia de Cabrousse, em Cap Skirring, no sul do Senegal. O esforço adicional realizado para concluir as três pesquisas, lidar com a pandemia de Covid-19 e preparar um livro extenso, adiaram a conclusão do projeto em quase dois anos. Ainda assim, continuámos até ao fim. Durante esse período, na DUE, contámos com a boa compreensão e o apoio constante de Chiara Guidetti, Inês Pestana, Francisco Maya Sepúlveda, Paloma Velasco e Simona Schlede, a chefe de cooperação.

A pesquisa de grupos focais foi realizada por uma parceria entre o DEMOS e o Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC), dirigido por Cardoso. Carter desenhou a pesquisa e preparou o relatório, Cardoso coordenou o trabalho de campo. Daniel Cassamá e Abi Batu Culibali colaboraram como investigadores. Lineker da Cunha, Ibraima Darame, El Haj Bala Camará e Almor Comba articularam as entrevistas programadas em diversas regiões do país. Cassamá transcreveu as entrevistas e cuidou da sua tradução para o português. Agradecemos, em especial, às 89 pessoas, de dez comunidades, que participaram nas rodas de conversa e contribuíram com valiosas observações.

O estudo comparado foi realizado em cooperação com o Afrobarometer, que disponibilizou a sua base de dados com os resultados das sondagens de opinião pública em 34 países africanos. Somos gratos a Carolyn Logan e Matthias Kroenke, que facilitaram o uso desta 'mina de ouro'. Mario Costa, no Paraguai, foi o baluarte técnico desta investigação, que envolveu aproximadamente 4,7 milhões de *data points*.

O relatório de mineração e análise de dados da sondagem de 2018 foi ainda mais extenso, alcançando 6.190 páginas, com nove anexos, seis deles – os mais extensos – em folhas de cálculo Excel. A assessoria estatística de Nafiou Inoussa foi fundamental para a realização deste estudo. Desde Dacar, ele apoiou com muito profissionalismo – e um bom senso de humor – a construção de todos os índices. No Paraguai, Gutiérrez foi responsável de várias tarefas informáticas e Costa tratou das tabelas digitais com grande esmero. Carter conceptualizou, coordenou e supervisionou toda a pesquisa, além de preparar os textos e gráficos. Estas múltiplas e variadas atividades foram realizadas em diferentes partes do planeta: Washington D.C., Bissau, Dacar, o sul da Suécia, Caacupé e Nairobi.

Em todos estes lugares, Carter recebeu o apoio da sua família e dos amigos, incluindo a hospitalidade sempre graciosa de Laura Amadori, Filipe Contreiras de Almeida e família, em Bissau; o carinho de Bengt e Birgitta Svensson, em Hörby; o suporte constante de Nancy Aguilar, Aníbal Ortega, Alejandro Fretez, Isabelino Ibarra e Carmen Ramírez, em Caacupé, Paraguai; a assistência prestativa de Richard Njenga, Mathurin Lo, Happyness Mwanzi, John Shihesi, Mudegu Stanley, Dominic Ségo e Vitalis Amwayi, em Nairobi, Quénia. No decorrer de todo o projeto, Miguel Ángel Ingles, em Assunção, deu um importante reforço pessoal e profissional.

Em Bissau, recebemos o auxílio de várias pessoas ligadas ao Banco Mundial, em particular Ramatulay Barbosa, Sonia Sánchez Moreno, Djacumbá Cassamá e Ivaldo Sampaio. No Sistema das Nações Unidas, Maria Ribero, Marco Carmingani e Antero Lopes facilitaram experiências e observações úteis para a formulação da iniciativa. Desde a ONG Tiniguena, Miguel de Barros

ofereceu bons conselhos. Helena Foito dos Santos, Simona Ramalli, Israel Santos, Sara Gianesini, Sónia Marques Durris, Laurent Durris e tantos outros, como Lazare Diedhiou, no Senegal, nos acompanharam com amizade e com boas dicas.

Fredrik Asplund, Susanna Knyphausen e família sempre foram um ninho de bom companheirismo e grata colaboração. Susanna contribuiu com belas imagens para o livro, captadas no olhar de quem soube descobrir o lado bonito de Bissau.

A produção do livro contou com a ajuda imprescindível e entusiasta de Cristel Hennefründ para o desenho gráfico. Celeste Prieto deu o seu toque mágico na preparação da capa do livro. Teresa Montenegro revisou e corrigiu o texto com rigor magistral. Dulce Lush acompanhou esta tarefa com cuidado na reta final. Luis Mendoza e a sua equipa na gráfica Mercurio S.A., em Assunção, deram à obra a sua forma acabada.

Este volume estava pronto para ser impresso no final de 2021, quando a União Europeia deu a ordem de não publicar o estudo Vozes do Povo. Esta decisão atrasou a edição do livro por dois anos. O posfácio deste livro apresenta informações sobre este episódio lamentável, levanta questões pertinentes e propõe ideias construtivas para avançar.

Na luta para superar a censura da UE ao livro recebemos o apoio de advogados, dos nossos parceiros nesta antologia, de dezenas de académicos de todo o mundo, das nossas famílias e amigos. Estamos particularmente gratos a Joe Burns pelo seu aconselhamento jurídico e encorajamento numa fase crucial. Marcelo Azambuja e outros advogados também ofereceram valiosos conselhos. Philip J. Havik, Toby Green e Rui Jorge Semedo apoiaram-nos com firmeza e ajudaram a reunir adesões para a nossa petição em linha. George Okinda e Celeste Prieto desenharam o sítio *vozesdopovo.org*. Amigos em várias partes do mundo, entre os quais Ralph Della Cava, Fiona Macaulay, Sean Burges, Ramiro Bertoni, Stefan Tax, Sibylle Tax-Dangelmaier, Abbas Noori Abbood, Muriel Calo, César Cardozo e Sonia Marchewka, partilharam ideias, contactos e palavras de ânimo.

Agradecemos a todos aqueles que se solidarizaram com a nossa luta. Esta obra não teria chegado às vossas mãos sem um compromisso firme e uma paixão pela liberdade.

Em todo este processo, a nossa dívida principal tem sido para com as nossas famílias. Agradecemos a paciência, a compreensão e o amor que nos permitiram concluir a obra e defender a sua publicação. Por isso, chegados a este ponto, que nos seja permitido adicionar uma nota mais pessoal.

De Miguel Carter: agradeço ao meu pai, Juanito Carter, e à memória da minha mãe, Renée Galland Carter, pelo exemplo de vida e as boas orientações. Os meus irmãos, Nicolás e Yvette, e respetivas famílias, estiveram a todo o momento dispostos a ajudar. Alma Haft, ainda morando longe, sempre aceitou as minhas 'loucuras' com um belo sorriso. Rafael e David aprenderam a conviver com um pai absorto no trabalho, criando belas brechas para brincar juntos e rir muito. Kristina Svensson, minha companheira, foi a âncora desta iniciativa. Foi ela que levou a família a viver na Guiné-Bissau. A sua lealdade, o seu apoio, carinho e respeito pelos meus compromissos foram fundamentais.

De Carlos Cardoso: rendo homenagem à minha mulher Zinda e aos meus filhos Mando, Marco e Yurin pela subtileza dos seus conselhos, pelo amor e pelos sacrifícios consentidos com as minhas ausências.



Lista de Gráficos, Quadros e Tabelas

Capítulo 1

Vozes do Povo: Estudo estatístico. Índices, subcategorias e subíndices 24
Adesão à democracia: Subíndices e variáveis 26
Sobre a liberdade de associação: Pergunta 16 do questionário Vozes do Povo 32
Liberdade de expressão e associação: Recorte Aplicado 33
Vozes do Povo: Pesquisa de grupos focais. Local e detalhes da entrevista 38
Vozes do Povo: Pesquisa de grupos Focais. Participantes da entrevista 38
Vozes do Povo: Pesquisa comparativa de opinião pública 40
Calendário das pesquisas do Afrobarometer e Vozes do Povo 41

Capítulo 2

Adesão à democracia na Guiné-Bissau 45
Adesão mais alta à democracia: Perfil demográfico e territorial 46
Género e apoio à democracia na Guiné-Bissau 46
Engajamento na vida pública e adesão à democracia 47
Democráticos e autoritários: Contraste de perceções 48
A opinião sobre o Presidente José Mário Vaz, segundo o grau de adesão à democracia 48
Disposição para a violência, segundo a orientação mais democrática e mais autoritária 49
Tolerância social e adesão à democracia 50
Apoio à igualdade social e adesão à democracia 51
Igualdade de género e adesão à democracia: Matriz conceitual 52
Igualdade de género e adesão à democracia 52
Engajamento na vida pública da Guiné-Bissau 53
Engajamento na vida pública: População mais atuante e menos engajada 54
Engajamento na vida pública: Modalidades e intensidade 54
Engajamento mais alto na vida pública: Perfil demográfico e territorial 55
Género e engajamento na vida pública 55
Educação e engajamento na vida pública 56
Educação e instâncias de engajamento público 56
Estratos sociais e engajamento na vida pública 58
Participação religiosa e engajamento mais alto na vida pública 58
Intenção de voto em 2018 e engajamento na vida pública 59
Militância partidária e engajamento na vida pública 60
Militância partidária e estratos sociais 61
Identidade étnica dos militantes partidários 61
Identidade religiosa dos militantes partidários 62

Capítulo 3

Apoio à igualdade de género na Guiné-Bissau 66
Apoio à igualdade de género: Perfil demográfico, territorial e religioso 67
Grupos étnicos e apoio à igualdade de género 68
Identidade partidária e apoio à igualdade de género 69
Reação contra a igualdade de género 70
Confiança interpessoal: Matriz conceitual 70
Confiança interpessoal na Guiné-Bissau 71
Alta confiança: Perfil demográfico 72
Confiança média-alta (grupal): Perfil demográfico 72
Confiança média-baixa (social): Perfil demográfico 72
Baixa confiança: Perfil demográfico 73
Confiança interpessoal por grande região da Guiné-Bissau 73
Participação cívica e confiança interpessoal 74
Confiança interpessoal, nas autoridades e instituições públicas 75
Confiança interpessoal, nos partidos políticos e atores da sociedade civil 75
Confiança interpessoal e aprovação das autoridades públicas e sociais 76
Confiança interpessoal e intensidade da crítica às políticas do governo 76

Capítulo 4

Principais grupos étnicos da Guiné-Bissau 79
Fulas: Algumas características e tendências 80
Balantas: Algumas características e tendências 81
Mandingas: Algumas características e tendências 82
Papéis: Algumas características e tendências 83
Manjacos: Algumas características e tendências 84
Mancanhas: Algumas características e tendências 85
Biafadas: Algumas características e tendências 86
PAIGC: Composição étnica 87
PRS: Composição étnica 88
PAIGC: Apoio por grupo étnico 88
PRS: Apoio por grupo étnico 89
Não sabe + não responde, segundo grupo étnico 89
Risco de sectarismo religioso: Matriz conceitual 91
Sectarismo e tolerância: Religioso e cultural. Hipótese A 91
Sectarismo e tolerância: Religioso e cultural. Hipótese B 92
Tolerância, sectarismo e religiosidade 92
Risco de sectarismo religioso: Alguns traços sociais 93
Religiosidade e tolerância por grande região da Guiné-Bissau 94
Presença, engajamento religioso e risco de sectarismo 95

Adesão à democracia, tolerância e risco de sectarismo 96
Sectarismo religioso: Alguns traços 97
Sectarismo cultural: Alguns traços 97
Tolerância religiosa: Alguns traços 98
Tolerância cultural: Alguns traços 99
Risco de sectarismo, tolerância e religiões da Guiné-Bissau: Composição religiosa de cada orientação 99
Risco de sectarismo, tolerância e religiões da Guiné-Bissau: Tendências em cada religião 100

Capítulo 6

O país está a caminhar na direção errada 117
Considera que tem boas condições de vida 117
Sem alimentos suficientes para comer 118
Sem água potável suficiente para consumo de casa 118
Sem remédios ou assistência técnica 119
Sentiram-se inseguros ao caminhar no seu próprio bairro ou tabanca 119
Tem medo de ser assaltado na sua casa 120
Foram roubados na sua casa 120
Se identifica com algum partido ou grupo político 121
Votou nas últimas eleições gerais 121
Participou num comício eleitoral 122
Um bom cidadão nunca deveria apresentar uma reclamação aos responsáveis do governo 122
Disposição para juntar-se a membros da comunidade para pedir ações do governo 123
Disposição para contactar uma rádio, um jornal ou a televisão para fazer uma reclamação 123
Disposição para contactar alguém do governo para pedir uma ajuda ou fazer uma reclamação 124
Disposição a participar num ato ou marcha de protesto 124
Recebe notícias pela rádio com frequência 125
Fala muitas vezes sobre política com amigos ou família 125
Pensa que no país há liberdade de expressão 126
Sente que não precisa ter cuidado com o que dizem sobre a política 126
Não conhece a palavra “democracia” 127
Rejeita o autoritarismo presidencial 127
Os meios de comunicação deviam ser livres de censura pelo governo 128
A favor das eleições democráticas 128
Trato muito desigual perante a lei 129
Não confia nos tribunais judiciais 129
As pessoas devem obedecer às decisões dos tribunais 130
O presidente deve sempre obedecer às leis e aos tribunais 130
O presidente ignora a Constituição com frequência 131
O presidente ignora a Assembleia Nacional com frequência 131

Perceção de risco de violência política 132
O governo está a dirigir mal a economia 133
O governo está a gerir mal os serviços básicos de saúde 133
O governo está a resolver mal as necessidades de educação 134
O governo está a providenciar mal os serviços de água e saneamento 134
O governo está a fazer mal a manutenção das estradas e pontes 135
Líderes políticos estão mais preocupados com os seus interesses pessoais 135
Tolerância com pessoas de religiões diferentes 136
Tolerância com pessoas de grupos étnicos diferentes 136
Tolerância ao forasteiro 137
Tolerância com as pessoas homossexuais 137
Pode confiar na maioria das pessoas 138
Nunca está seguro de receber a quantidade certa ao comprar um quilo de arroz 138
Pela igualdade entre mulheres e homens na eleição para cargos públicos 139
As mulheres devem ter igualdade de direitos para herdar terra 139
Pensou bastante em mudar para outro país 140
Recebe bastante ajuda do exterior 140

Capítulo 8

Rendimento per capita na Guiné-Bissau e África Subsariana, 2000 – 2020 159
Tendências na sociedade guineense, 1974 – 2019 160
Influxo de recursos externos na economia da Guiné-Bissau, 1974 – 2020 162
Distribuição da riqueza na Guiné-Bissau, 2010 163
Estratos sociais na Guiné-Bissau 164
População segundo níveis de educação 164
Níveis de educação por estratos sociais 165
Relação entre níveis de educação e estratos sociais 165
Níveis de educação e componentes do índice de estratos sociais 167
Ocupação, tipo de emprego e estratos sociais 168
Remessas do exterior, estratos sociais e níveis de educação 169
Estratos sociais mais altos por grande região 170
Educação pós-primária por grande região 170
Estratos sociais por grande região 171
Níveis educativos por grande região 171
Território, estratos sociais e educação 172
Território, trabalho e rendimento 173
Principais religiões na Guiné-Bissau, 1979 – 2018 174
Confiança, tolerância e segurança pessoal mais altas 176
Apoio à igualdade social e liberdade civil 177
Visão crítica da situação na Guiné-Bissau 178

Atitudes em relação às autoridades 179
Disposição a fazer reclamações ao governo 180
Pensou bastante em mudar para outro país 181

Capítulo 9

Opinião pública sobre a igualdade de género e estado da mulher 187

Capítulo 10

Democratização do regime político da Guiné-Bissau, 1974 – 2020 206
Evolução do regime político da Guiné-Bissau, 1974 – 2020 207
Democracia eleitoral: Guiné-Bissau e países vizinhos, 1970 – 2020 207
Liberdade de expressão: Guiné-Bissau e países vizinhos, 1970 – 2020 208
Estado de Direito: Guiné-Bissau e países vizinhos, 1970 – 2020 208
Corrupção política: Guiné-Bissau e países vizinhos, 1970 – 2020 208
Instabilidade política na Guiné-Bissau, 1974 – 2019 213
Eficácia do governo: Guiné-Bissau e países vizinhos, 2000 – 2019 225

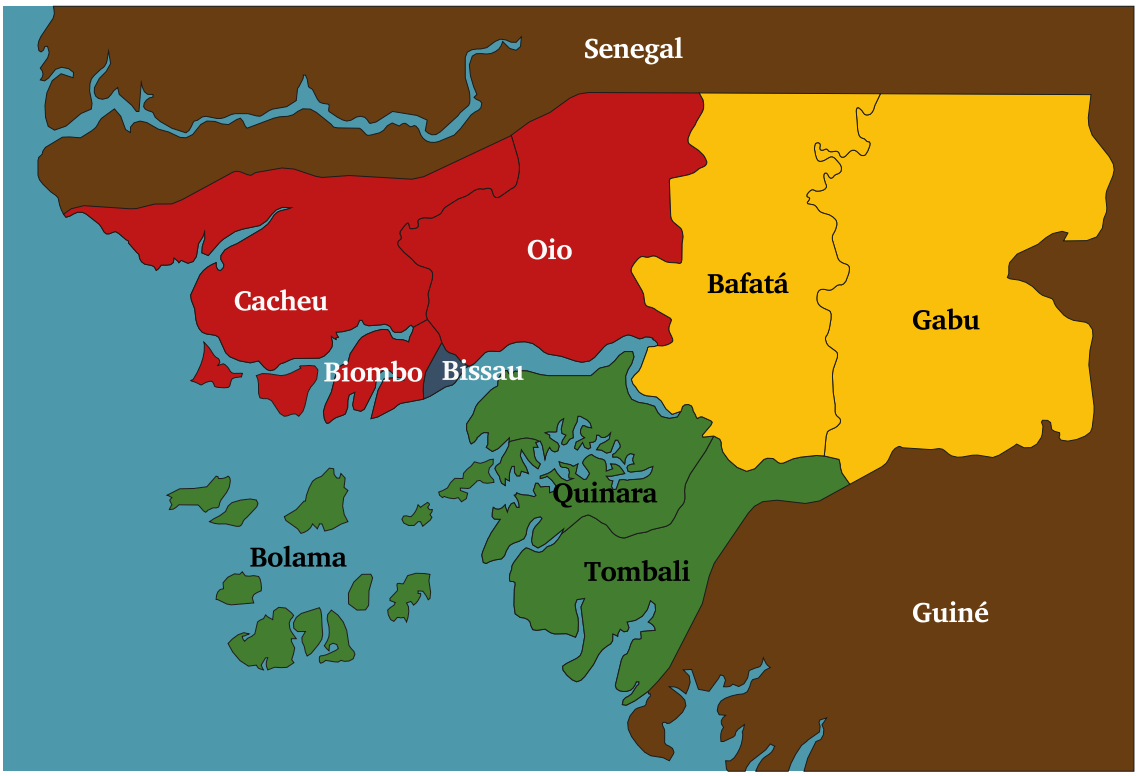
Capítulo 12

Distribuição dos mandatos por partidos segundo legislaturas, 1994 – 2019 261
Contribuição dos partidos para a presença das mulheres no parlamento, 1994 – 2019: Percentagem sobre o total de deputados em cada legislatura 262
Contribuição dos partidos para a presença das mulheres no parlamento, 1974 – 2019: Percentagem sobre o total de mulheres deputadas em cada legislatura 262
Distribuição de mandatos por legislaturas, partidos e género 268

Mapas

Guiné-Bissau: Grandes regiões e regiões administrativas xii
Guiné-Bissau: Locais da pesquisa de grupos focais 37

Guiné-Bissau: Grandes Regiões e Regiões Administrativas



Apresentação

Miguel Carter e Carlos Cardoso

Esta obra propõe uma reflexão aprofundada sobre a realidade política e social da Guiné-Bissau. Ela resulta de uma pesquisa inédita, destinada a captar, processar e analisar a opinião pública do país. Neste sentido, procura dar resposta a perguntas tais como:

- O que pensa o povo guineense do seu país? Quais são as suas frustrações e as suas esperanças?
- Como é que as pessoas convivem entre si e participam na vida pública?
- Qual é o impacto da história, da geografia, das condições sociais e do ambiente político sobre essas orientações?
- Como é a convivência entre os guineenses no que toca a questões religiosas, étnicas e de género?
- Quais são as semelhanças e as diferenças entre as perceções dos guineenses e as de outros povos de África?

A investigação científica que permitiu produzir esta obra foi realizada ao longo de três anos e meio. Ela envolveu dezenas de pesquisadores e cerca de 1.300 entrevistas com cidadãos guineenses das mais variadas condições de vida. Neste esforço, o objetivo foi o de gerar conhecimento sobre a Guiné-Bissau e melhorar a qualidade destas informações – e com isto, empoderar o engajamento cívico, facilitar o diálogo construtivo e promover a democracia neste pequeno país da África Ocidental.

A primeira parte do livro apresenta uma síntese das informações obtidas através da pesquisa Vozes do Povo. A segunda parte expõe uma reflexão analítica, desenvolvida a partir dos resultados da pesquisa. Esta secção inclui a valiosa contribuição de um elenco de dez cientistas sociais guineenses e estrangeiros, com reconhecida *expertise* sobre o país.

Nesta introdução, descrevemos, sucintamente, a pesquisa Vozes do Povo e referenciamos o conhecimento produzido no quadro mais vasto da literatura contemporânea, relativa à Guiné-Bissau. A seguir, apresentamos uma sinopse do conteúdo do livro. Concluímos com um breve comentário sobre a aflição do povo guineense perante a vida política do país e sobre a atenção e cuidados de que esta precisa.

Pesquisa Abrangente e Inovadora

A pesquisa Vozes do Povo foi iniciada com o objetivo, tanto de aperfeiçoar a compreensão da política e da sociedade da Guiné-Bissau, como de criar instrumentos de apoio ao seu desenvolvimento democrático. Ela surgiu em 2018, a partir da ideia de realizar o primeiro inquérito de opinião pública na Guiné-Bissau. Os resultados deste inquérito serviram de base para a realização de uma nova investigação, constituída por três componentes: uma pesquisa de mineração de dados e análise dos resultados da sondagem; um estudo de grupos focais; uma revisão comparativa de opinião pública entre a Guiné-Bissau e outros países africanos.

A investigação realizada foi complexa, inovadora e ambiciosa. Complexa devido à envergadura da pesquisa. Inovadora por causa da sua metodologia, a qual combina elementos quantitativos, qualitativos e comparativos. Ambiciosa pela riqueza e qualidade do conhecimento

produzido. Até à data, não há nenhum outro país em África que tenha aprofundado o estudo de uma sondagem de opinião pública com o detalhe e a subtileza alcançados pela iniciativa Vozes do Povo.

As quatro investigações realizadas são:

- **A sondagem de opinião pública Vozes do Povo** efetuada em meados de 2018. Este estudo baseou-se na metodologia e no questionário do Afrobarometer, a principal agência de pesquisa de opinião pública de África. A amostra nacional foi realizada com dados do recenseamento de 2009. O inquérito obteve 1.184 respostas válidas, recolhidas em 148 distritos censuais, incluindo partes remotas e isoladas do país. A margem de erro foi de 2,85% e o nível de confiança de 95%.
- **A pesquisa de mineração de dados e análise estatística** criou um procedimento original para aprofundar a investigação dos resultados da sondagem de 2018. A revisão minuciosa desta base de dados, através de diversos instrumentos estatísticos, permitiu desenvolver 55 índices e subcomponentes, agrupados em torno de seis eixos temáticos: estratos sociais; adesão à democracia; engajamento na vida pública; coexistência social; apoio à igualdade social e risco de sectarismo religioso. O cruzamento destes elementos, com uma variedade de indicadores demográficos e identitários, possibilitou a construção de um grande acervo de dados – uma autêntica mina –, com informações de um valor excecional para a compreensão da realidade guineense.
- **O estudo de grupos focais** permitiu contextualizar e enriquecer as informações obtidas através do inquérito de 2018. As entrevistas de grupo foram realizadas em dez localidades distintas do país, junto dum segmento diversificado da população, entre outubro e novembro de 2019. Esta pesquisa, empreendida em parceria com o Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC), viabilizou uma conversa aberta sobre os principais resultados da sondagem relacionados com: a visão geral do país; a convivência na sociedade guineense; a participação das mulheres e, finalmente, as perceções em torno do Estado, dos governantes e das elites políticas.
- **A revisão comparativa de opinião pública** entre a Guiné-Bissau e outros países africanos é a primeira realização em que este país se insere em pesquisas regionais desta índole. Este estudo integra os resultados da sondagem realizada na Guiné-Bissau e os inquéritos efetuados pelo Afrobarometer em 17 outros países africanos. Ele inclui todos os países que integram a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com exceção de Angola. O questionário compreende 193 perguntas, relativas a uma ampla variedade de assuntos.

O progresso que esta abordagem significa para a Guiné-Bissau é notável. De um país que, até 2018, não tinha feito uma única sondagem de opinião pública, passou-se para um país que, agora, possui o mais sofisticado estudo de perceções e atitudes públicas de toda a região. As informações produzidas pela iniciativa Vozes do Povo – com toda a sua amplitude e riqueza – estão disponíveis na internet.[1]

[1] Ver DEMOS (2024).

Produção de Conhecimento

O processo de edificação política pós-colonial na Guiné-Bissau cedo despertou a atenção dos estudiosos em geral e dos politólogos em particular. O país e as suas estruturas políticas germinaram de uma guerra, a qual se destacara pela originalidade das suas opções. A projeção internacional de Amílcar Cabral, associada à sua contribuição nos debates ideológicos e teóricos no século XX, contribuiu, igualmente, para potenciar o interesse dos estudiosos pelo percurso da Guiné-Bissau. Acresce que a experiência libertadora na Guiné fazia parte de uma saga mais ampla, que incluía os três territórios outrora colonizados por Portugal: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Tal como a Argélia em 1962, as três colónias portuguesas tinham conquistado a sua independência através de uma guerra de libertação nacional, o que constituía algo essencialmente novo para a África subsariana. Este facto atraiu o interesse de muitos observadores empenhados numa análise do processo de descolonização.[2]

Este despertar de interesse pela Guiné-Bissau, no pós-independência, deu continuidade a um processo de produção de conhecimento na área das ciências sociais e humanas que, outrora, constituíra uma das imagens de marca da Guiné Portuguesa. A conjuntura política internacional, criada depois da Segunda Guerra Mundial, conduziu à reformulação administrativa e económica da política colonial. E um dos aspetos desta nova fase do colonialismo português consistiu no desenvolvimento da "ocupação científica" dos territórios africanos, através da criação de instituições de pesquisa e do financiamento de missões técnico-científicas.[3]

Com efeito, a Guiné Portuguesa tinha-se notabilizado pela quantidade e qualidade da sua produção intelectual, plasmada na publicação do conhecido *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, iniciada em 1946, bem como pela existência de um dinâmico Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, fundado em 1945. O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa constituiu um caso exemplar, e único, da produção científica e etnográfica no contexto da administração colonial portuguesa.[4] Quanto ao *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, com uma periodicidade de quatro volumes por ano, congregava a investigação e informação relativas à colónia portuguesa. É de registar que terminou no número 110, de abril de 1973, nas vésperas da independência da Guiné-Bissau.

O conteúdo e as finalidades criticáveis de muitas das publicações que apareceram nesse *Boletim*, pelo facto de a base da sua ideologia ser colonial, não invalidam o contributo que elas representaram para o conhecimento das comunidades e dos povos da então Guiné Portuguesa. Os colaboradores do *Boletim* (e do Centro) eram sobretudo funcionários administrativos coloniais, civis ou militares.

Com a independência da Guiné-Bissau, multiplicaram-se os trabalhos de académicos sobre este país de pouco mais de 623.000 habitantes em 1974.[5] Alguns deles, como Basil Davidson, Mário Pinto de Andrade, Ronald Chilcote, Christian Sigrist, Lars Rudebeck e Shirley Washington faziam parte da 'primeira vaga de investigadores' que tinham estabelecido laços com os líderes do PAIGC, durante a luta de libertação nacional.[6] No centro de interesse encontrava-se, por exemplo,

---

[2] Para uma análise comparada dos casos lusófonos e de alguns outros países africanos – Camarões, Quénia e a República Democrática do Congo – ver Chabal (2002) e estudos de casos como o de Joseph (1977).

[3] Carvalho (2004).

[4] Carvalho (2004).

[5] World Population Review (2021).

a questão de saber quão diferente era o Estado pós-colonial na Guiné-Bissau das outras experiências em África e mesmo dos outros países de língua oficial portuguesa. Nesta perspetiva, tornou-se interessante, por exemplo, uma comparação entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, dois países que tinham partilhado a mesma colonização portuguesa e a mesma luta anticolonial, mas que a partir da conquista da independência assumiram trajetórias políticas diferentes.

Na década de 1980, o país continuou a merecer a atenção de muitos investigadores pertencentes à velha guarda, mas a eles agregaram-se novos estudiosos. Autores como Richard Lobban, Rosemary Galli, Jocelyn Jones, Joshua Forrest, Anne-Marie Hochet, Carlos Lopes, Patrick Chabal, para citar apenas alguns e algumas, emergiram do lote dos recém-chegados.[7] Segundo Philip J. Havik, foi por essa altura, igualmente, que se iniciou uma investigação de campo sobre um vasto leque de temas, com a perspetiva de tentar perceber as razões dos fracassos do passado e dos problemas do presente, e de fornecer as bases para futuras políticas. Os principais temas que, desde então e até 1990, caracterizaram o debate, passaram a ser o papel do Estado na economia e a posição da burocracia na implementação das políticas, os fundos orçamentais do desenvolvimento económico, as suas fontes e administração, a relação entre o sector agrícola e os sectores industrial e de serviços, os vínculos entre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Estado, entre outros.[8]

Algumas destas análises assumiram uma importância particular no que respeita aos estudos políticos. Richard Lobban, por exemplo, para além de constituir um dos pioneiros da análise da evolução política da Guiné-Bissau, teve uma contribuição inestimável na produção do conhecimento histórico-científico da Guiné-Bissau, particularmente com o seu dicionário histórico do país.[9] A obra *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*, de Rosemary Galli e Jocelyn Jones, dá-nos conta do desenvolvimento político, económico e social da época colonial e pós-colonial à segunda metade dos anos 1980, passando pelas novas dinâmicas surgidas durante e após a libertação nacional. Também fornece uma análise sectorial detalhada das dificuldades e das conquistas desde a independência. É certamente uma obra importante não só para quem deseja compreender os desafios por que passou uma nação como a Guiné-Bissau, após uma revolução vitoriosa, mas também para analisar um regime na altura apelidado de 'marxista'.

Os trabalhos de Lars Rudebeck e de Joshua Forrest têm sido lapidares para a compreensão da evolução política da Guiné-Bissau, nomeadamente no que tange à relação entre Estado e sociedade e ao processo de democratização. As análises destes dois autores vão muito além do sistema multipartidário e dos procedimentos eleitorais, uma vez que nelas se discutem os contrastes existentes na forma como o povo interpreta a 'democracia'.[10] A análise que Forrest nos oferece no seu livro *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau* elucida-nos sobre o facto de que a fragilidade do Estado pós-colonial deve ser entendida no contexto de muitas influências históricas, e que a sociedade civil rural deve ser tomada muito a sério no estudo da evolução política.[11]

---

6 Havik (1990).

7 Lobban e Mendy (1997), Rudebeck (2001), Galli e Jones (1987), Forrest (1992), Lopes (1982, 1987), Chabal (1983).

8 Havik (1990).

9 Lobban (1979).

10 Rudebeck (2001).

11 Forrest (2003).

A criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), em 1984, é igualmente fruto deste novo despertar de interesse pela Guiné-Bissau. Desde a sua fundação, o INEP tem servido de ponto focal para académicos nacionais e internacionais envolvidos na realização de investigação sobre política, economia e aspetos socioculturais do país. Isso fortaleceu a comunidade científica local, com apoio de parceiros internacionais. A principal revista do INEP, a *Soronda*, e publicações de livros como a série *Kaçu Martel*, ajudaram a preencher lacunas cruciais de conhecimento sobre o país, servindo de referência para a investigação académica crítica. Mais recentemente, as universidades estrangeiras que se instalaram em Bissau criaram oportunidades para a investigação social, através da publicação de revistas como a *Sintidus*, patrocinada pela Universidade Lusófona.

A partir da década de 90, o país notabilizou-se pelos acontecimentos que espelhavam uma instabilidade política crónica e uma ausência de desenvolvimento – défice de funcionamento das instituições constitucionais, os sucessivos golpes de Estado, a corrupção alargada e o tráfico de drogas –, que alguns caracterizaram como um processo de informalização da política.[12] Esta terceira vaga de transformações sociopolíticas reforçou o interesse pelas análises sociopolíticas sobre a Guiné-Bissau, mas numa leitura menos otimista do país. Neste contexto, a obra organizada por Patrick Chabal e Toby Green, *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, é de uma importância capital.

Um outro conjunto de estudos, de cariz antropológico, centrou-se em questões relacionadas com a identidade nacional, a importância da língua crioula guineense e as organizações de base, como as *majuandadis*, formadas durante o domínio colonial. A ênfase nas relações e identidades sociais permitiu que estas análises apresentassem uma visão mais positiva da Guiné-Bissau.[13]

Do ponto de vista metodológico e das técnicas de pesquisa utilizadas na abordagem dos diferentes temas, em diferentes períodos, nota-se uma ausência do recurso às investigações de opinião pública, feitas através de sondagens científicas ou estudos de grupos focais. Antes da iniciativa Vozes do Povo, a recolha de informações era, no geral, produzida através de pesquisa em arquivos, inquérito etnográfico, participação direta e entrevistas realizadas com atores-chave. Como resultado, as suas avaliações da opinião pública forneciam uma imagem fragmentada, baseada em conjuntos de dados parciais, relativos a grupos sociais ou áreas geográficas específicas.

O projeto Vozes do Povo vem, por isso, preencher uma lacuna de há muito existente nos estudos guineenses. Por se basear numa técnica de investigação que já deu provas noutros países, combinada com outros métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, permitiu gerar um vasto acervo de dados com informações inéditas sobre o país – uma autêntica mina que pode ser explorada de variadas formas. A reflexão posterior sobre os resultados do estudo, feita de maneira coletiva e sob diversas óticas académicas, permitiu aprofundar a compreensão da sociedade guineense de uma maneira singular. Com a iniciativa Vozes do Povo, a Guiné-Bissau poderá contribuir para a produção do conhecimento em África, e não só, com a difusão do modelo inovador de pesquisa desenvolvido neste país.[14]

O conhecimento é uma fonte de poder quando se baseia num diagnóstico empírico e correto da situação. No âmbito político e social, isso depende muitas vezes da capacidade de compreender

---

12 Forrest (2002).

13 Trajano Filho (1998, 2003) e Kohl (2018).

14 Carter (2018, 2020a, 2020b, 2021).

as perceções e opiniões do cidadão comum. O conhecimento revela oportunidades e riscos, e determina a ideia do possível. Este conhecimento pode ser utilizado para dominar as pessoas ou, com a sua democratização, emancipá-las. Ao disponibilizar toda a informação produzida, a iniciativa Vozes do Povo visa apoiar o progresso democrático do povo guineense.

Os colaboradores deste volume representam um conjunto de disciplinas científicas e de experiência global. Entre os dez parceiros, há especialistas em ciência política, filosofia, história, ciências sociais, relações internacionais, antropologia, demografia e estudos africanos. A acumulação de conhecimento científico sobre a Guiné-Bissau gerado por este elenco, ao longo das últimas décadas, é impressionante. Daí o mérito da sua contribuição para este estudo.

Conteúdo do Livro

A obra consta de 13 capítulos divididos em duas secções. A primeira apresenta a pesquisa Vozes do Povo e seus principais resultados. A segunda parte do livro analisa as informações elaboradas, situando-as no devido contexto. É também nesta secção que se faz jus ao manancial do novo conhecimento acumulado sobre a Guiné-Bissau.

Parte I. Vozes do Povo: O Estudo e os Resultados

Na primeira parte do livro, Miguel Carter apresenta as pesquisas realizadas entre 2018 e 2021, e oferece uma visão geral da informação produzida. Os seis capítulos desta secção dão mostra da qualidade científica e relevância política do conhecimento gerado.

No capítulo 1, "Pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau: Destaques e metodologia," Carter sintetiza os principais resultados do estudo Vozes do Povo e explica a metodologia de pesquisa aplicada. Os resultados destacados revelam a perceção dos guineenses sobre a situação do país, o Estado, a política e a sociedade. Isto é seguido por uma explicação detalhada do procedimento utilizado para realizar a sondagem de opinião pública de 2018, a pesquisa de mineração e análise de dados efetuada com o *data set* deste inquérito, o estudo de grupos focais, e a revisão comparativa de opinião pública entre a Guiné-Bissau e outros países africanos. O texto visa dar conta da transparência e do rigor científico com que foram elaboradas as informações apresentadas neste livro.

No capítulo 2, "Vida pública: Democracia, engajamento cívico e partidos políticos," Carter examina as bases sociais de adesão à democracia na Guiné-Bissau. Entre os guineenses, há um apoio mais forte à dimensão igualitária da democracia do que à sua matriz liberal, em particular o Estado de Direito e pleno respeito ao dissenso. A afinidade entre a defesa da democracia e a igualdade de género é notável. O texto explora os diversos níveis de engajamento na vida pública. Os homens, os residentes de Bissau, os cidadãos com mais estudos, e pessoas com uma atuação religiosa mais intensa, exibem uma participação cívica mais elevada. Contudo, na militância partidária a escolaridade tem um peso menor. Entre os ativistas políticos, dois de cada três são homens, a maioria com um forte engajamento religioso vinculado, sobretudo, à comunidade muçulmana. Entre os grupos étnicos, os Mandingas destacam-se pela alta atuação partidária e os Manjacos por serem pouco ativos no âmbito político.

No capítulo 3, "Atitudes sociais: Igualdade de género e confiança interpessoal," Carter observa uma ampla simpatia pela igualdade de género na Guiné-Bissau, apesar de vários obstáculos ao pleno engajamento público das mulheres. Em termos demográficos, o apoio à

igualdade de género é maior entre as pessoas mais jovens, com estudos superiores, de estrato social alto, e residência urbana. Os adversários dessa mudança social são um sector minoritário da população. Entre eles, a principal objeção é a participação das mulheres na vida política do país. Carter também examina os níveis e tipos de confiança entre os guineenses. Um quarto da população tem alta confiança interpessoal, e pouco menos de um quarto tem baixa confiança. Pessoas com maior confiança tendem a acreditar mais nas instituições e autoridades públicas e, portanto, a participar mais na vida cívica.

No capítulo 4, "Etnia, política e religião numa sociedade heterogénea," Carter investiga as disposições dos principais grupos étnicos e religiosos no país. A análise surge do cruzamento de dados. Isto permite caracterizar as condições de vida, práticas e orientações dos sete maiores grupos étnicos do país, que constituem quase 90% da população nacional. Os grupos étnicos na Guiné-Bissau distam muito de ser homogéneos. Ainda assim, é possível ressaltar alguns acentos e, com isso, oferecer uma leitura original sobre as etnias mais importantes do país. As relações interétnicas entre os guineenses são geralmente pacíficas e construtivas, porém suscetíveis ao perigo latente de uma politização tribal. O capítulo também avalia o risco de sectarismo religioso e as condições que favoreceriam o ecumenismo religioso. Os dados revelados são eloquentes. Na Guiné-Bissau, a vida religiosa tende a diminuir o risco de sectarismo e propiciar a tolerância social. As atitudes mais sectárias são mais prováveis entre pessoas menos religiosas.

No capítulo 5, "O povo reflete sobre a política e o povo," Carter oferece uma sinopse dos resultados da pesquisa de grupos focais. A principal preocupação detetada nestas entrevistas girou em torno da instabilidade crónica e degradação política da Guiné-Bissau. É isto, na avaliação dos participantes, que torna o Estado incapaz de promover o desenvolvimento do país. Para os entrevistados, as disputas políticas fomentam a desconfiança e divisões na sociedade, e podem levar à violência. Elas exacerbam os problemas de corrupção, impunidade e a desigualdade, sobretudo no que diz respeito à lei. Tudo isto gera uma sensação de impotência, ressentimento e resignação. A deterioração da vida política do país depois da independência trouxe muita deceção e uma sensação de fracasso. No meio de uma extensa pobreza, o sofrimento do povo e a sensação de abandono pelo Estado promovem a indignação. Contudo, a consulta detetou uma perceção de mudança quanto ao protagonismo das mulheres na Guiné-Bissau, num esforço por superar um conjunto de limitações históricas.

No capítulo 6, "Opinião pública na Guiné-Bissau e na África Ocidental," Carter compara os resultados das sondagens realizadas nos 15 países que integram a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), feitas com as mesmas perguntas desenvolvidas pelo Afrobarometer. A Guiné-Bissau se destaca pelo grande receio da população face aos rumos do país e pela perceção geral de desvio na sua condução. Nenhum dos outros países da CEDEAO exprime os níveis de descontentamento, baixas condições de vida, e clima de insegurança pessoal retratados pelo povo guineense. Junto com a Serra Leoa, a Guiné-Bissau sobressai na região pelo alto nível de identificação partidária e participação eleitoral. Ao mesmo tempo, os guineenses exibem uma forte relutância a engajar-se em modalidades de participação cívica que envolvam um ato de reclamação às autoridades governamentais. Isto se relaciona com o facto de o governo deste país aparecer com o pior ranking regional na avaliação da sua gestão pública. Na CEDEAO, não há nenhum outro país que pense que os líderes políticos colocam os seus interesses pessoais

acima das necessidades do povo, numa proporção tão elevada quanto aquela que existe na Guiné-Bissau.

Parte II. Análise e Reflexões

Esta secção abarca sete capítulos redigidos pelos dez parceiros do livro. Os três primeiros textos lidam essencialmente com a sociedade guineense. Outros três capítulos investigam temas ligados à política e ao Estado. A conclusão examina a disjunção entre o Estado e a sociedade guineense.

Sociedade

No capítulo 7, "Etnia, religião e a história do poder popular," Toby Green mostra que os marcos históricos são essenciais para descodificar os resultados do estudo Vozes do Povo. Ele chama a atenção para a importância do pluralismo social na construção das identidades étnicas e religiosas da Guiné-Bissau, um pluralismo que não está forçosamente ligado a uma tolerância liberal, mas onde se partilha com prazer a convivência interétnica e religiosa. Esta tolerância é muitas vezes postulada, na ciência política ocidental, diz Green, como um produto das sociedades modernas e seus valores liberais. No entanto, na Guiné-Bissau, tais valores têm pouco a ver com o liberalismo, um pensamento político que, na sua expressão mais crua e hipócrita, serviu para justificar a expansão de um imperialismo explorador e violento ao longo de África, sobretudo no século XIX e início do século XX. Pelo contrário, esta tolerância social deriva, no essencial, das condições históricas do país, que o tornaram um ponto de encontro de diferentes povos e religiões.

No capítulo 8, "Condições de vida, território e convivência social", Miguel Carter, Carlos Cardoso e Nafiou Inoussa fazem uso da pesquisa Vozes do Povo para aprofundar a reflexão sobre a sociedade guineense. O modelo de desenvolvimento adotado desde o tempo colonial, voltado para a exportação de produtos primários, teve um impacto importante nas condições de vida da população, na dinâmica territorial e na capacidade de convivência social. Na Guiné-Bissau, o bem-estar material da população está associado ao acesso à educação, ao emprego mais qualificado, e às remessas do exterior. A concentração da riqueza em Bissau e o baixo rendimento da população camponesa criaram um notável desequilíbrio no desenvolvimento territorial. A urbanização do país e o rápido crescimento de Bissau geraram diversas transformações na vida social. No campo religioso, houve uma grande expansão do cristianismo e do islamismo, em detrimento das religiões tradicionais africanas. Bissau exibe traços de uma sociabilidade diferenciada, com pessoas mais apreensivas, porém mais propensas a adotar valores modernos, incluindo a tolerância à diversidade sexual. As condições precárias de vida no país e a frustração com o rumo da nação explicam a grande propensão dos guineenses para a emigração.

No capítulo 9, "Relações de género," Birgit Embaló demonstra as causas subjacentes às desigualdades e à discriminação de género ligadas a normas socioculturais, contextos rurais tradicionais e à dominância do poder patriarcal na sociedade guineense. Na sua contribuição, ela considera que a igualdade de género na Guiné-Bissau permanece um desafio constante porque as reais condições de vida ainda indicam grave discriminação das mulheres. Embaló demonstra que os primeiros frutos na direção certa para relações de género mais iguais e justas estão a amadurecer, com a atitude mais positiva em relação à igualdade de género, o que é corroborado nas pesquisas Vozes do Povo. A criação de um ambiente propício para mais igualdade de género e o empoderamento das mulheres precisará no entanto de envolver os homens como parceiros, tanto no meio juvenil, doméstico, político, como no sistema de poder tradicional. A superação da cultura

de *matchundadi* – ou da virilidade masculina – será fundamental para consolidar a mudança em curso.

Política e Estado

No capítulo 10, "O artifício do homem forte e a instabilidade do regime político," Miguel Carter investiga o regime político da Guiné-Bissau e sua prolongada e precária transição democrática desde a década de 1990. A instabilidade crónica do regime gerou um impacto altamente negativo para o país, sua governação, desenvolvimento, e senso de autoestima. Esta situação deriva da política do homem forte e das condições que favoreceram a sua implantação na Guiné-Bissau. Esta modalidade política é guiada por regras informais e uma conceção comunitária do exercício do poder, que alimenta uma práxis patrimonialista e clientelista. O homem forte exibe elementos de uma masculinidade tóxica e instiga uma política de soma zero, onde o vencedor leva tudo. Isto provoca uma luta acirrada pelo poder e o acesso aos seus privilégios, onde a atenção a assuntos programáticos é pouca ou nula. Carter oferece uma leitura comparada e histórica do regime guineense. Esta análise inclui uma revisão do contexto institucional, político, económico e cultural que tem facilitado o *modus operandi* do homem forte. A conclusão descreve uma série de medidas destinadas a atenuar este artifício político.

No capítulo 11, "Fragilidade do Estado e corrupção," Carlos Cardoso e Ismael Sadilú Sanhá começam por demonstrar a estreita relação existente entre uma e outra. A história recente da Guiné-Bissau revelou que em inúmeros casos a corrupção contribuiu para corroer a confiança no Estado de Direito. Tentou-se compreender melhor o fenómeno da corrupção na Guiné-Bissau através de uma análise da sua dimensão histórica e da relação entre ela e as dinâmicas económicas e políticas. O sentimento generalizado comprovado pelas pesquisas Vozes do Povo é de que o Estado não tem cuidado devidamente dos seus cidadãos, por causa doutros fatores, mas também da corrupção. Face ao carácter endémico da corrupção, o Estado e seus mais altos dignitários têm manifestado a sua aspiração de atacar o fenómeno. Contudo, o combate à corrupção no país requer a sua associação a outras grandes reformas, nomeadamente a da Administração Pública. O país precisa de uma agenda ampla e abrangente que coloque no centro das atenções a promoção da transparência e integridade, concluem os autores.

No capítulo 12, "Partidos políticos, eleições e participação cidadã," Rui Jorge Semedo e Paulina Mendes analisam a relação entre partidos políticos e cidadãos, ao mesmo tempo que procuram identificar os fatores que dificultam a participação destes na vida pública. O artigo põe em evidência uma enorme insatisfação dos cidadãos com o papel que os políticos têm assumido, e sua influência na má governação, fragilização do sistema partidário, e incentivo à divisão sociocultural. Os autores concluem que na Guiné-Bissau a variável etnia é fundamental na adesão aos partidos políticos e na votação dos candidatos. Segundo Semedo e Mendes, a participação nas eleições não tem sido um assumir do exercício da cidadania a partir dos programas e ideologias apresentadas pelos partidos e candidatos. O foco tem sido a pertença étnico-religiosa que se manifesta a partir de uma identificação implícita ou explícita. Com a queda do monopartidarismo e a adoção do multipartidarismo surgiu uma oportunidade transformadora que podia contribuir para a consolidação da relação entre os partidos e os cidadãos, servindo sobretudo como agente canalizador das demandas sociais às estruturas de governação e vice-versa. Mas esta oportunidade está em vias de ser desperdiçada, segundo os autores.

Conclusão

No capítulo 13, "Disjunção Estado-sociedade," Philip J. Havik e Joshua B. Forrest reconstroem a trajetória política complexa e heterogénea do país desde a independência, seguida por uma análise das tendências que emanam da pesquisa Vozes do Povo. Logo depois, examinam a brecha entre o Estado e a sociedade na Guiné-Bissau, e exploram a natureza e extensão desta fissura histórica. Os autores destacam a profunda desconfiança nas instituições públicas e nos atores políticos. Ao mesmo tempo, demonstram uma notável confiança nas suas 'próprias' organizações e lideranças comunitárias. Com a devida cautela, Havik e Forrest terminam propondo caminhos que poderiam reduzir o fosso entre o Estado e a sociedade. Um destes caminhos consistiria na descentralização do sistema político, com a ideia de fortalecer a autonomia das comunidades e melhorar o acesso a serviços básicos. A nível local, seriam estabelecidos conselhos municipais eleitos em sintonia com as tradições endógenas existentes, aproveitando práticas locais de lideranças sincréticas. Estas entidades políticas locais eleitas operariam através de instituições locais respeitadas para evitar a sobreposição de autoridades e a fragilização das comunidades.

Inquietude Popular e Oportunidade de Mudança

Os estudos apresentados neste volume sublinham a profunda frustração popular com a instabilidade política crónica da Guiné-Bissau. Aos olhos dos cidadãos deste país, os conflitos endémicos entre as elites políticas tornaram o Estado incapaz de promover o desenvolvimento da nação. Esta instabilidade desperta o medo popular e uma frustração generalizada, se não mesmo raiva. Nove em cada dez guineenses receiam que as lutas de poder entre as elites possam conduzir à violência política. Nenhuma outra nação da África Ocidental apresenta um nível comparável de ansiedade e ressentimento face à má governação e à pobreza endémica do país.[15]

Há, no decorrer da obra, uma lição que nos parece primordial: a urgência em cuidar da política neste país. A Guiné-Bissau ainda precisa de desenvolver a sua prática política para poder instituir uma política de desenvolvimento eficaz. A população está dolorosamente consciente disto, como mostram os resultados da nossa investigação. Os esforços para superar estes obstáculos devem aproveitar essa energia social. A indignação popular não precisa desembocar num sentimento de impotência. Se for bem gerida, ela pode inspirar soluções criativas e encorajar a sua prossecução com vigor.

A estabilização da vida política nacional através de fórmulas democráticas adequadas é crucial para esta tarefa. Vários capítulos do nosso volume discutem reformas institucionais relevantes.[16] A mudança crítica terá, no entanto, de abordar as questões de comportamento e de cultura política. Isto requer uma compreensão clara e realista de como funciona a política na Guiné-Bissau. Para tal, também é preciso ter plena consciência do papel influente que os atores da sociedade política guineense podem ter: os seus partidos e movimentos políticos, líderes, quadros e ativistas. Mudar as condições e as normas que sustentam práticas políticas problemáticas exige uma avaliação rigorosa do que deve ser feito e uma teoria de mudança a médio e longo prazos. O investimento na preparação de uma nova geração de dirigentes políticos e sociais guineenses será de importância crucial nesse compromisso. Muito pode ser feito para reforçar os valores

[15] Ver os capítulos 1, 5 e 6 neste volume.

[16] Ver os capítulos 10, 11 e 13 neste volume.

democráticos, aperfeiçoar as competências de liderança e melhorar a capacidade de deliberação pública.

Iniciativas deste género devem ser tratadas como parte de um esforço maior em promover a participação cívica, especialmente entre os jovens e as mulheres. A preocupação com problemas ambientais, entre os guineenses, sugere que estas questões podem constituir um recurso importante para ações deste tipo.[17] As atividades cívicas podem produzir vários benefícios a curto prazo. Contudo, o mais importante está no facto de elas poderem desencadear um processo mais vasto de transformação, ao cultivar novos padrões de comportamento social e de liderança, assentes em valores alternativos. Com o tempo, estas mudanças podem corroer as práticas nocivas e abrir caminho às reformas políticas necessárias.

A pesquisa revelou-nos ainda que há, em tudo isto, um grande potencial de trabalho com as mulheres e de empoderamento de líderes femininas.[18] O seu dinamismo, praticidade e ética de cuidado parecem constituir bases seguras para equacionar o seu envolvimento nos processos de mudança em curso. A resolução do impasse político na Guiné-Bissau e da sua instabilidade crónica é e será fundamental para o futuro desta nação. Mas ou ela se faz com o engajamento das mulheres ou não terá a força e a lucidez necessárias para produzir a transformação desejada.

Referências

Carter, Miguel (2021). *Vozes do Povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020a). *Vozes do Povo: Estudo de grupos focais na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do Povo: Relatório da pesquisa comparativa. A opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2018). *Vozes do Povo: A primeira pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Carvalho, Clara (2004). "O Saber e o Olhar Colonial: Política e Iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa," *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, 8 - Nova série (julho).

Chabal, Patrick *et al.* (2002). *A History of Postcolonial Lusophone Africa.* London: Hurst & Company.

Chabal, Patrick (1983). *Amílcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press.

Chabal, Patrick (1983). "People's War, State Formation and Revolution in Africa: A Comparative Analysis of Mozambique, Guinea-Bissau, and Angola," *The Journal of Commonwealth and Comparative Studies*, 21, pp. 124-135.

Chabal, Patrick e Toby Green, organizadores (2016). *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*. London: Hurst & Co.

[17] Ver o capítulo 1 neste volume.

[18] Ver os capítulos 3, 5 e 9 neste volume.

DEMOS (2024). “Vozes do Povo”. Fonte: www.demos.org.py

Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau.* Athens: Ohio University Press.

Forrest, Joshua (2002). “Guinea-Bissau,” *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, organizado por Patrick Chabal *et al*. London: Hurst & Company.

Forrest, Joshua B. (1992). *Guinea-Bissau: Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*. Boulder: Westview Press.

Galli, Rosemary E. e Jocelyn Jones (1987). *Guinea-Bissau: Politics, Economics, and Society*. Boulder: Lynne Rienner.

Havik, Philip J. (1990). “A Pesquisa sobre a transformação rural na Guiné-Bissau: Breve inventário de temas e de autores após a independência,” *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, 10 (julho).

Joseph, Richard (1977). *Radical Nationalism in Cameroon*. Oxford: Oxford University Press.

Kohl, Christoph (2018). *A Creole Nation: National Integration in Guinea-Bissau*. New York: Berghahn Books.

Lobban, Richard (1979). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau and Cape Verde*. London: The Scarecrow Press.

Lobban, Richard A. e Peter Karibe Mendy (1997). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 3.ª edição. Lanham, MD: The Scarecrow Press.

Lopes, Carlos (1987). *Transição histórica na Guiné-Bissau: Do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau: INEP.

Lopes, Carlos (1982). *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70.

Rudebeck, Lars (2001). *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau: Um estudo de democratização difícil*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.

Trajano Filho, Wilson (2003). “Uma experiência singular de crioulização,” *Série Antropologia*, Universidade de Brasília, 343, pp. 1-30.

Trajano Filho, Wilson (1998). “Polymorphic Creoledom: The Creole Society of Guinea-Bissau,” Tese de doutoramento, University of Pennsylvania.

World Population Review (2021). “Guinea-Bissau Population.”

Fonte: https://worldpopulationreview.com/countries/guinea--bissau-population




VOZES DO POVO
VOZES DO POVO
VOZES DO POVO
VOZES DO POVO

PARTE I

Vozes do Povo
O Estudo e Resultados

1

Pesquisa de Opinião Pública na Guiné-Bissau: Destaques e Metodologia

Miguel Carter

A iniciativa Vozes do Povo nasceu com a ideia de realizar a primeira pesquisa de opinião pública da Guiné-Bissau. O inquérito de 2018 adotou um padrão científico internacional, baseado na metodologia e no questionário do Afrobarometer. A consulta efetuada junto ao povo guineense abarcou uma grande variedade de assuntos relacionados com a vida social e pública do país, incluindo o desempenho do governo. Como desdobramento desta iniciativa, em 2019, empreendeu-se uma nova investigação com três componentes: uma pesquisa de mineração e análise dos resultados da sondagem, um estudo de grupos focais, e uma comparação entre a opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos.

Este capítulo apresenta uma breve sinopse das informações produzidas pelas quatro pesquisas e explica a metodologia científica utilizada em cada estudo. A riqueza do material empírico gerado pelo projeto Vozes do Povo é notável. Ela permite aprofundar a reflexão sobre a Guiné-Bissau a partir das constatações e inquietudes populares, e assim desenvolver estratégias em favor de uma agenda democrática. Isso nos permitiu avançar no espírito com o qual DEMOS, a entidade organizadora da iniciativa, empreendeu a missão de criar instrumentos para dar voz e ouvir as vozes do povo.

DESTAQUES

Duas das quatro pesquisas realizadas no âmbito deste projeto foram efetuadas com a participação direta do povo guineense. A sondagem de 2018 envolveu uma amostra nacional de 1.184 pessoas e o estudo de grupos focais, realizado a finais de 2019, 89 pessoas. Em ambos os casos trabalhou-se com guineenses oriundos de diversos pontos do país e de variadas condições de vida. Durante ambas as experiências foi possível constatar que a grande maioria dos guineenses não tem receio de falar e opinar sobre seu país – e muitos gostam de fazê-lo. Na sondagem de opinião pública 91% dos entrevistados sentiram-se à vontade durante o inquérito de quase uma hora de duração, 8% sentiram-se mais ou menos à vontade, e só 1% manifestaram desconfiança.

Nos grupos focais, as conversas foram animadas e demonstraram a capacidade de deliberação dos participantes, independentemente do seu nível de instrução. Muitos, inclusive, revelaram familiaridade com acontecimentos em outras partes do mundo, particularmente no continente africano. Em todas estas pesquisas foi possível apreciar elementos de consistência nas afirmações e opiniões fornecidas pela população. Tudo isto nos permite constatar que o povo guineense tem uma compreensão incisiva e coerente da sua realidade social e política.

A seguir, apresentamos algumas pinceladas do conhecimento desenvolvido pela iniciativa Vozes do Povo, salientando questões relacionadas com três eixos temáticos: (1) o país, governação e Estado; (2) a política, regime e partidos; e (3) a sociedade.

País, Governação e Estado

Existe uma sensação generalizada de mal-estar na Guiné-Bissau: 82% da sua população afirma que o país está na direção errada. Enquanto 74% acreditam que a economia está indo mal ou muito mal. Nenhum outro país na região da CEDEAO exprime os níveis de descontentamento, baixas condições de vida e clima de insegurança pessoal retratados pelo povo guineense. Há, no meio da população, um grande receio pela condução do país.

A crítica da população sobre a governação do país é sustentada por vários elementos detetados na pesquisa, entre eles:

- *As condições de vida precárias da maioria da população*. No ano que precedeu a sondagem de 2018, uma em cada quatro pessoas teve dificuldades crónicas para se alimentar, enquanto metade da população tinha sérias limitações no acesso à água potável. Além disso, 38% dos entrevistados indicaram não ter completado a escola primária ou não ter qualquer instrução.

- *Um sentimento generalizado de injustiça que gera desconfiança*. Na Guiné-Bissau, 81% da população acredita que a distribuição de riqueza no seu país é injusta. Enquanto isso, 88% pensam que o país está governado por alguns grupos poderosos em benefício próprio e não para o bem de todo o povo. Isto tem semeado uma desconfiança muito elevada em relação às instituições e autoridades públicas, entre elas, os funcionários das Finanças (70%), a Assembleia Nacional (68%), governadores (67%), administradores municipais (66%), e o primeiro-ministro (61%). As forças armadas (34%) seriam a exceção a esta regra.

- *A ausência generalizada do Estado na vida da maioria das pessoas.* No ano anterior à pesquisa, a maior parte da população não teve contato com os tribunais (86%), a polícia (79%), as agências de serviços de eletricidade e água (78%) e os funcionários das escolas públicas (62%). Ao todo, 64% da população disse que se sentia abandonada pelo Estado. O sofrimento do povo e o abandono pelo Estado promovem a indignação popular.

- *Um contexto de corrupção*. Isto é alimentado por altas perceções de corrupção entre os líderes políticos (59%), funcionários do Ministério das Finanças (53%), legisladores (51%), empresários (45%), o primeiro-ministro e seu gabinete (44%), magistrados (43%) e governadores (42%). Entre os cidadãos que tiveram contato com instituições públicas, os níveis mais altos de pequena corrupção foram registados nos tribunais, onde 32% dos usuários alegaram ter pagado subornos, seguido por 28% que disseram ter oferecido 'dádivas' à polícia.

- *A perceção de abuso de poder pelos atores dominantes.* Metade da população acredita que o Presidente ignora regularmente a Constituição e a Assembleia Nacional. Além disso, 88% dizem que os partidos políticos estão mais interessados em servir seus próprios interesses do que servir os interesses do povo (7%).

- *A insatisfação geral com a atuação do governo* em todas as frentes. Pelo menos quatro em cada cinco cidadãos disseram estar insatisfeitos com os esforços do governo para criar empregos, melhorar as condições de vida dos pobres, fornecer eletricidade e água, garantir alimentação adequada, administrar a economia, manter as estradas, e oferecer serviços de educação e saúde. Comparada com os outros países da CEDEAO, a Guiné-Bissau aparece com o pior ranking na avaliação da sua gestão pública.

Há uma sensação de fracasso em relação ao projeto de nação numa parcela expressiva da população. A degradação política depois da luta pela independência trouxe muita deceção. A extensa pobreza, a instabilidade crónica da vida política, a indiferença do Estado, a corrupção e a impunidade geram uma forte aflição popular. Tudo isso tem estimulado uma sensação de derrota e profunda frustração quanto à possibilidade de construir um país soberano e mais justo.

A deceção popular revela o desejo de ter um Estado honesto, efetivo e confiável, capaz de fornecer serviços públicos adequados, sobretudo na educação e na saúde. Há também um sentimento popular em favor de um Estado de Direito que garanta a igualdade da lei para todos. Entre os guineenses, há uma ampla concordância de que as pessoas devem obedecer sempre às decisões dos tribunais (88%), aos esforços policiais para manter a lei (84%), e que os políticos que roubam devem ir para a prisão (94%).

Política, Regime e Partidos

Embora apenas metade da população pudesse entender a palavra "democracia", uma clara maioria identificou-se com valores associados a essa forma de governo. Os cidadãos da Guiné-Bissau concordaram com a importância de:

- Proteger as liberdades básicas de associação (71%) ao invés de favorecer os controles do governo (20%).
- Defender o direito de protestar (75%) em vez de apoiar as restrições do Estado (18%).
- Realizar eleições regulares, livres e honestas (73%) ao invés de adotar outras formas de escolher as autoridades públicas (22%).
- Manter a pluralidade de partidos (61%) ao invés de achar que os partidos criam divisão e são desnecessários (35%).
- Defender a obrigação do Presidente de obedecer às leis e aos tribunais (66%) em vez de não estar submetido às normas legais e decisões judiciais (27%).

A adesão à democracia na Guiné-Bissau é ampla, mas superficial. Ela tem o apoio mais consistente de 62% da população. No entanto, só 20% partilham dos valores democráticos de maneira mais intensa. Entre os guineenses, a rejeição do autoritarismo é mais forte do que a adesão às normas democráticas. Em cada cinco pessoas, quatro repudia a possibilidade de ter um regime autoritário, seja uma junta militar (80%), de um partido único (77%), ou uma presidência autocrática (82%).

O apoio mais precário à democracia se nutre da falta de formação cívica e acesso a conhecimentos elementares sobre a democracia. Metade da população desconhece a palavra "democracia", tendência acentuada entre as pessoas com pouca ou nenhuma instrução. Esta situação é agravada pela fragilidade da matriz liberal da democracia, em especial o Estado de Direito e proteção da dissidência. Na visão de muitos guineenses, a ineficácia da Justiça e a impunidade exacerbam a corrupção e a desigualdade: 59% do povo tem pouca ou nenhuma confiança nos tribunais judiciais. Todavia, mais de um quarto da população (27%) teria poucos reparos a fazer ao abuso do poder presidencial, numa proporção maior àquilo observado em toda a África Ocidental, com a exceção do Níger.

A relutância em fazer exigências ao governo é marcante na Guiné-Bissau. Um terço da população acha que um bom cidadão não deve apresentar reclamações aos responsáveis do governo. Nenhum outro país da região exibe uma cidadania tão avessa a apresentar uma petição em grupo às autoridades, denunciar um problema nos meios de comunicação, pedir ajuda ao governo, ou participar num ato de protesto. Esta situação se deve a vários fatores, entre outros o descrédito do Estado, certo medo a ser reprimido, e a falta de apreço pela dissidência. Por sobretudo, prima o facto de ser muito difícil articular a demanda social quando se desconfia da capacidade de resposta das instituições públicas.

As afinidades entre o apreço pela democracia e o engajamento cívico, a tolerância religiosa e o apoio aos direitos das mulheres são notáveis. Na Guiné-Bissau, três em cada quatro pessoas com uma participação cidadã mais ativa tem uma orientação mais alta em favor da democracia. Metade das pessoas com uma adesão mais alta à democracia tem uma orientação religiosa ecuménica e tolerante – quatro vezes mais que as pessoas suscetíveis ao sectarismo religioso. Ademais, metade dos guineenses simpatiza com uma democracia igualitária entre homens e mulheres. No meio dos cidadãos mais democráticos, cinco em cada seis apoia a igualdade de género.

O povo da Guiné-Bissau percebe que o seu país oferece liberdades políticas importantes: 70% dos guineenses afirmam que são totalmente livres para dizer o que querem e 75% para votar sem qualquer pressão. Comparado com os países da região, um segmento significativo da população da Guiné-Bissau acompanha as notícias e dialoga sobre assuntos políticos: 36%, o dobro da média da CEDEAO. No entanto, três em cada quatro habitantes estão insatisfeitos com o processo democrático.

Apesar do mal-estar com a política nacional, uma parte expressiva da população exibe claras preferências partidárias. Sete em cada dez guineenses identifica-se com um partido político, proporção ultrapassada na região da CEDEAO apenas pela Serra Leoa. A maioria, em 2018, tinha afinidade com o partido que impulsionou a independência nacional, o PAIGC (42%), seguido pelo PRS (21%) e outros partidos e movimentos políticos (7%). Comparada a outros países da África Ocidental, a Guiné-Bissau exibe os índices mais altos de votação e participação nas campanhas eleitorais.

A credibilidade dos atores da sociedade civil é maior que a dos partidos políticos, ainda com a alta identificação partidária do povo. O povo deposita maior confiança em líderes religiosos (68%), ONGs (65%), órgãos noticiosos (46%), e movimentos da sociedade civil (46%) do que em partidos políticos, como o PAIGC (38%), PRS (29%) e outros (14%).

A política partidária contribui para a integração nacional, mas é vulnerável à politização étnica. Quase 7% dos guineenses têm uma atuação partidária intensa. Esta militância envolve e integra pessoas de distintas condições sociais e regiões do país. Entre estes ativistas, 83% têm uma participação religiosa assídua. Cinco em cada sete militantes partidários são muçulmanos, e dois são cristãos. O eleitorado, por sua vez, tem certa tendência a valorizar líderes e apoiar determinados partidos por identidade étnica. Este sentimento tribal, contudo, não parece ser predominante no cenário nacional. Mas, ainda assim, não deixa de ser um risco latente na política guineense.

Há uma forte preocupação no meio popular com a degradação política e a instabilidade crónica do país. Na ótica da maior parte da população, esta situação torna o Estado incapaz de promover o desenvolvimento do país. As disputas políticas, para muitos guineenses, fomentam a desconfiança e divisões na sociedade, e podem levar à violência. Elas exacerbam os problemas de corrupção, impunidade e a desigualdade, sobretudo no que diz respeito à lei. Tudo isto gera uma sensação de impotência, ressentimento e resignação. Na África Ocidental não há um país que

demonstre o nível de inquietação pelo risco de hostilidade política detetado na Guiné-Bissau, onde 87% do povo pensa que a rivalidade entre os partidos pode conduzir a conflitos violentos.

A alta disposição entre os guineenses em favor da emigração tem a ver com a pobreza, a falta de desenvolvimento e a indignação com a governação do país. Metade da população (48%) pensou bastante em mudar-se para outro país. Na África Ocidental, esta proporção é superada apenas por Cabo Verde (50%).

Sociedade

No meio das incertezas políticas do país, há várias qualidades que explicam a resiliência da sociedade guineense, e dão conta da principal força de estabilidade no país. Estas qualidades incluem a pujança da vida comunitária, a tolerância social, a alta confiança entre pessoas próximas, um etos igualitário, e o sentido de pertença nacional.

As entidades próximas da vida comunitária suscitam maior estima. Os guineenses sentem que os conselhos de anciãos da comunidade (63%), as associações comunitárias (58%), ONGs (53%) e entidades religiosas (46%) são mais úteis para as suas comunidades do que os partidos políticos (17%). Da mesma forma, a aprovação do chefe de tabanca (aldeia) ou líder comunitário (72%) é muito maior do que a do deputado nacional (26%), ou dos agentes do Estado como o administrador local (34%) ou o governador (33%).

A participação em entidades sociais é mais alta no meio religioso (58%) e comunitário (42%), e menor, mais ainda relevante, no meio sindical e das associações agrícolas (23%). Este engajamento é mais forte entre os homens, sobretudo de meia idade (30 a 49 anos). A atuação comunitária, de modo geral, é mais intensa no âmbito rural do que nas cidades.

A Guiné-Bissau é um país de ampla diversidade étnica e religiosa. Os maiores grupos étnicos são os Fulas (25%), Balantas (20%), Mandingas (14%), Papéis (11%) e Manjacos (10%), entre 26 etnias e línguas distintas. A maioria dos habitantes é muçulmana (49%) e cristã (38%), e em menor medida animista (9%). Contudo, nas duas principais religiões, sabe-se que há elementos de sincretismo religioso com as tradições africanas.

A tolerância social em questões de convivência inter-religiosa e étnica é notável. Nove entre dez guineenses disseram que gostariam ou não se importariam de ter alguém de outra religião ou grupo étnico como vizinho. A grande maioria transmitiu um sentimento semelhante em relação aos imigrantes (77%). Esta capacidade de convivência social entre gente diferente perpassa todos os países da África Ocidental.

A homossexualidade, contudo, é uma clara exceção. Ainda assim, a Guiné-Bissau exibe uma tolerância maior (21%) que no resto da África Ocidental, onde a tolerância média é de 15%. A clara ressalva aqui é Cabo Verde, país no qual 80% do povo tem uma disposição mais liberal.

Na opinião pública guineense operam dois princípios distintos de tolerância. Um deles está associado a ideias próximas à modernidade liberal e à proteção da liberdade de expressão e o direito à dissensão. A outra vem de uma tradição não liberal, comunitária na sua origem, e vinculada à longa história de convivência interétnica e religiosa. Na Guiné-Bissau, um terço das pessoas com alta tolerância social tem pouca ou nula adesão à democracia. Por outro lado, perto de metade das pessoas com alta intolerância social estão entre os apoiantes mais firmes da democracia. Esta inconsistência, do ponto de vista liberal-democrático, denota uma matriz liberal fragilizada.

A vida religiosa tende a diminuir o risco de sectarismo e propiciar a tolerância social. Na Guiné-Bissau, as pessoas mais tolerantes tendem a ser mais religiosas. Aqueles com uma atuação religiosa são três vezes mais proclives a ser tolerantes do que os sectários. Entre aqueles com pouco ou nenhum engajamento religioso, cerca de metade (45%) tem risco de adotar atitudes mais sectárias. Inclusive, neste país, a comunidade mais religiosa tende a ser menos discriminatória dos homossexuais do que as pessoas mais seculares. Entre as três principais religiões da Guiné-Bissau, a comunidade muçulmana é a que exibe uma disposição mais favorável à convivência ecuménica.

A predominância da confiança grupal é percetível. Na Guiné-Bissau, sete em cada dez pessoas têm confiança nos familiares, amigos, vizinhos, e pessoas próximas. Só um terço do povo tem uma confiança social mais alta, ou seja, de alcance geral. Combinando ambos os tipos de confiança, grupal e social, temos que um quarto da população (27%) tem uma confiança interpessoal alta, e um quarto (23%) tem uma confiança baixa. A confiança é um ativo mobilizador na sociedade guineense. Pessoas com maior confiança tendem a participar mais na vida cívica. Os que têm pouca confiança têm um engajamento mais fraco. A modo de ilustração, entre os militantes partidários, 88% apresentam uma confiança elevada.

A maioria dos guineenses exibe um etos igualitário que gostaria de ver refletido em várias dimensões da vida pública. Muitos sublinham a necessidade de evitar grandes diferenças entre ricos e pobres (60%), e preferem pessoas comuns como líderes (72%) em vez de ricos (24%). A maioria também concorda com a ideia de que os líderes não deveriam favorecer seus familiares e o seu grupo (64%), enquanto um segmento menor da população pensa que tem a obrigação de apoiá-los (29%). Além disso, entre os guineenses há uma forte adesão à ideia da igualdade perante a lei, e intensa irritação (80%) quando esta é subvertida.

O apoio à igualdade de direitos de género na Guiné-Bissau reflete o mesmo etos igualitário. A grande maioria da população opina que as mulheres deviam ter as mesmas oportunidades que os homens para serem eleitas aos cargos públicos (78%). Ter direitos iguais e receber o mesmo tratamento que os homens (78%) ao invés estar sujeitas a leis e costumes tradicionais (18%). E de ter os mesmos direitos de herdar a terra do que os homens (85%). Nestas disposições, a nação guineense está entre os países mais avançados da África Ocidental.

A maioria da população aceita a mudança nas relações de género e é ciente das inequidades históricas que precisam de ser ultrapassadas. As tradições culturais, o trato dispensado nas famílias e o acesso desigual à educação conspiram contra a equidade. Na Guiné-Bissau, dois terços das pessoas sem instrução formal são mulheres. A habitual marginalização das mulheres do âmbito cívico reforça esta situação. Sete em cada dez guineenses que vivem desligados da vida pública são mulheres: 61% das mulheres dialogam pouco ou nada sobre política, comparado ao 43% dos homens. Entre os ativistas partidários, só uma em cada três militantes é mulher. A luta por efetivar os princípios de igualdade de género enfrenta grandes obstáculos. Mas o apoio popular a este ideal é uma alavanca em favor da mudança social.

Os guineenses têm um amplo sentido de pertença nacional: 91% sentem-se ligados ao seu país. Apenas uma pequena minoria, menos instruída, diz que sua identidade étnica é mais forte do que a nacional (9%).

A forte preocupação com a degradação ambiental do país salienta a relação entre território e identidade nacional. Para a esmagadora maioria dos guineenses (94%), a extração ilegal de madeira constitui um grande problema. O mesmo sentimento existe com relação às práticas

abusivas de pesca (90%), a poluição por lixo plástico (84%), a extinção de animais silvestres (82%) e as mudanças climáticas (82%). Quanto a este último ponto, 65% do povo pensa que as mudanças climáticas têm afetado a agricultura de forma negativa.

Todas estas constatações empíricas produzidas entre 2018 e 2021 dão conta da riqueza do acervo de dados criado pela iniciativa Vozes do Povo.

METODOLOGIA DAS PESQUISAS

Esta seção apresenta uma descrição da metodologia utilizada para desenvolver cada uma das quatro pesquisas realizadas no âmbito do projeto Vozes do Povo: o inquérito de opinião pública de 2018, a mineração e análise de dados, os grupos focais, e a comparação entre Guiné-Bissau e outros países africanos. A mais extensa e detalhada explicação é a do estudo de mineração e análise de dados, por ser esta a mais complexa e inovadora das investigações realizadas.

Inquérito de Opinião Pública

A sondagem de opinião realizada em 2018 foi inspirada no trabalho do Afrobarometer – a principal agência de pesquisa de opinião pública de África – e executada por uma equipa de profissionais experientes, reunidos por DEMOS. O inquérito Vozes do Povo teve cinco componentes principais: (1) o desenho do questionário de pesquisa, (2) a preparação da amostra do inquérito, (3) o levantamento de dados, (4) a digitalização e verificação de resultados da pesquisa, e (5) a ponderação dos resultados da sondagem.

1. **O questionário da pesquisa** baseou-se principalmente em perguntas formuladas pelo Afrobarometer para a solvência científica e a comparação com outros países. No total, foram formuladas 340 perguntas, subperguntas, e observações sobre as condições de vida, perceções e opiniões sobre a governação do país. A grande maioria das perguntas foram da sexta ronda do Afrobarometer, realizada entre 2016 e 2018, e outras de rondas anteriores. O inquérito também incluiu algumas perguntas originais. O questionário foi preparado em português e na língua franca da Guiné-Bissau, o crioulo. Mais de 90% dos inquéritos foram realizados em crioulo; o resto em línguas locais – fula, balanta, mandinga, papel, manjaco, mancanha, biafada, bijagó – por pesquisadores fluentes nessas línguas. Os 22 inquiridores selecionados para efetuar a pesquisa tiveram seis dias de formação.
2. **A amostra do inquérito** foi preparada por um consultor internacional experiente, Nafiou Inoussa, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. Ele utilizou os dados do censo nacional de 2009 para elaborar a amostragem, seguindo os critérios adotados pelo Afrobarometer.[1] Isso permitiu gerar uma amostra de 1.200 pessoas, por estratos da população – região, género e local de morada (urbano/rural) – em 150 distritos de todo país. O desenho da sondagem fez uma escolha aleatória de sectores, distritos, bairros, tabancas, agregados e pessoas. De tal forma que, em princípio, todos os cidadãos guineenses de 18 anos ou mais tiveram a mesma oportunidade de ser entrevistados.
3. **O levantamento de dados,** juntamente com a sua digitalização, foi externalizado para uma empresa local, a Soluções Gbiss. Questionários de pesquisa foram aplicados (em formato papel) em 148 distritos censitários, selecionados aleatoriamente em todo o país, pela equipa

[1] Afrobarometer (2014); Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005).

de pesquisadores. Este trabalho de campo foi realizado entre 17 de junho e 8 de julho de 2018 e envolveu viagens para várias partes remotas e isoladas do país. Neste tempo, mais de 30 pessoas foram mobilizadas para realizar o inquérito.

4. **Os resultados da pesquisa foram digitalizados e verificados** duas vezes para corrigir omissões e limpar o banco de dados, atividade que exigiu uma atenção diligente. Neste processo foi constatada a falta de dados em duas localidades rurais, uma na região Sul e a outra na região Norte. A amostra final, portanto, teve 1.184 entradas válidas (16 a menos que a meta original), uma margem de erro de 2,85% e níveis de confiança de 95%. Dos 148 distritos pesquisados, 42 estavam em Bissau e 106 no interior. Dos pesquisados, 53% eram mulheres e 47% homens, uma diferença de 1% em relação à população real.
5. **O resultado definitivo da sondagem foi calculado com base numa ponderação** realizada com um fator de ajuste demográfico para a população de 18 anos ou mais. A amostragem estabeleceu sete estratos da população, usando critérios científicos e dados do censo de 2009. Cada estrato teve um peso demográfico distinto, determinado pelo tamanho real da população. Assim, o valor ponderado de cada entrevista acabou refletindo o peso da pessoa entrevistada neste estrato, dentro da amostra tomada como imagem da Guiné-Bissau.

Ao longo de todo este empenho, DEMOS assumiu um firme compromisso com três valores cardinais da atividade científica: o rigor metodológico, a transparência, e a responsabilidade ética em discernir a verdade dos factos.

Mineração e Análise de Dados

Os índices da pesquisa Vozes do Povo foram construídos para aprofundar o conhecimento da realidade social e política da Guiné-Bissau, a partir das perceções, opiniões e valores da sua população. Para esta tarefa, priorizou-se uma metodologia quantitativa. Isto levou a uma investigação minuciosa da base de dados da sondagem de opinião pública realizada em 2018.[2]

Esta atividade desenvolveu-se em cinco partes. Primeiro, foram elaborados critérios conceituais para definir os índices e seus componentes, com o apoio de diversos instrumentos estatísticos. Depois, fez-se a codificação de cada resposta oferecida às perguntas do questionário da sondagem Vozes do Povo, seguindo uma escala de pontuação. Isto permitiu a agregação das variáveis numa série de subíndices, sobre a qual foram elaborados os índices principais da pesquisa. Para facilitar a análise de toda esta informação, foram feitos recortes em cada subíndice, subcategoria e índice criado. Finalmente, realizaram-se vários cruzamentos estatísticos com os dados produzidos pela pesquisa.

O trabalho conceitual e estatístico com 158 perguntas do questionário Vozes do Povo permitiu criar 55 índices, subíndices, subcategorias e cruzamentos especiais, detalhados abaixo. Junto com os índices, foi preparada uma série de indicadores demográficos e identitários, com variáveis relacionadas com temas de género, idade, nível de educação, local de residência – urbano/rural e grande região –, grupo étnico, religião e orientação partidária.[3] A seguir, o estudo oferece uma sinopse dos passos tomados para desenvolver esta pesquisa, a mais complexa e original da iniciativa Vozes do Povo.

---

[2] A pesquisa de mineração e análise de dados foi concebida e coordenada por Miguel Carter, e desenvolvida com a assessoria estatística de Nafiou Inoussa, o apoio técnico de Mario Costa e José Gutiérrez, e consultas com Carlos Cardoso.

[3] A revisão detalhada da metodologia desenvolvida pode-se encontrar em Carter (2021), Anexo D.

Vozes do Povo: Estudo estatístico. Índices, subcategorias e subíndices	
Descritivo	**Tipo de Variável**
Estratos Sociais - Sem Educação	**Índice**
Estratos Sociais - Com Educação	**Índice - Alternativo**
Poder Aquisitivo	Subíndice
Estrutura da Residência	Subíndice
Meios Modernos de Comunicação	Subíndice
Satisfação de Necessidades Básicas	Subíndice
Educação	Subíndice
Adesão à Democracia	**Índice**
Responsabilização dos Governantes	Subíndice
Liberdade de Expressão e Associação	Subíndice
Liberdade de Escolha Política	Subíndice
Preferência pela Democracia	Subíndice
Rejeição da Autocracia	Subíndice
Engajamento na Vida Pública	**Índice**
Engajamento na Vida Pública - Alternativo	**Índice - Alternativo**
Relacionamento com o Poder Público	**Subcategoria**
Contacto com Autoridades	Subíndice
Contacto com o Estado	Subíndice
Ações de Cidadania	**Subcategoria**
Participação na Campanha Eleitoral	Subíndice
Participação Social e Política	Subíndice
Reclamações Feitas ao Governo	Subíndice
Deliberação Pública	**Subcategoria**
Acesso às Notícias	Subíndice
Diálogo sobre a Política	Subíndice
Militância Partidária	**Apêndice**
Atuação num Partido Político	Subíndice
Participação na Campanha Eleitoral	Subíndice
Contacto com Autoridades	Subíndice

O Índice de Engajamento na Vida Pública reflete a média das três subcategorias – relacionamento com o poder público, ações de cidadania e deliberação pública. O Índice Alternativo é a média dos sete subíndices.
O apêndice, Militância Partidária, não está incluído nestes índices.

Vozes do Povo: Estudo estatístico. Índices, subcategorias e subíndices	
Descritivo	**Tipo de Variável**
Coexistência Social	**Índice**
Coexistência Social - Alternativo	**Índice - Alternativo**
Confiança	**Subcategoria**
Confiança Social ou Geral	Subíndice
Confiança Interétnica e Religiosa	Subíndice
Tolerância	**Subcategoria**
Tolerância Inter-Religiosa e Étnica	Subíndice
Tolerância em Questões Sexuais	Subíndice
Tolerância ao Forasteiro	Subíndice
Paz	**Subcategoria**
Segurança e Integridade Física	Subíndice
Opção pela Não Violência	Subíndice
Paz no Ambiente Pessoal	Subíndice
Paz no País	Subíndice
Confiança Grupal	**Apêndice**
Confiança Social e Grupal	**Cruzamento**
Igualdade Social	**Índice**
Igualdade de Género	Subíndice
Igualdade no Ambiente e Trato Social	Subíndice
Risco de Sectarismo Religioso 1	**Índice 1**
Risco de Sectarismo Religioso 2 (sem Preconceito Sexual)	**Índice 2 - Alternativo**
Desconfiança Religiosa	Subíndice
Intolerância Religiosa	Subíndice
Orientação Patriarcal	Subíndice
Preconceito Sexual	Subíndice
Engajamento e Adesão Religiosa	**Apêndice**
Tolerância e Sectarismo: Religioso e Cultural 1	**Cruzamento**
Tolerância e Sectarismo: Religioso e Cultural 2	**Cruzamento**
O Índice de Coexistência Social reflete a média das três subcategorias – confiança, tolerância e paz. O Índice Alternativo é a média dos nove subíndices. O apêndice, Confiança Grupal, não está incluído neste índice. Confiança Interpessoal é o fruto do cruzamento dos subíndices Confiança Social (ou Geral) e Confiança Grupal.	
Tolerância e Sectarismo: Religioso e Cultural (1 e 2) são o resultado do cruzamento entre os índices de Risco de Sectarismo Religioso (1 e 2) e o apêndice Adesão e Engajamento Religioso.	

Critérios Conceituais

A pesquisa apontou, desde o início, seis possíveis índices que ajudariam a ampliar o conhecimento da realidade guineense. Como primeiro passo, foram identificadas uma série de perguntas do questionário para cada índice a ser preparado: estratos sociais (55 perguntas), adesão à democracia (21), engajamento na vida pública (48), coexistência social (24), igualdade social (11), e risco de sectarismo religioso (30). Logo, utilizando critérios de consistência conceitual, fez-se uma seleção menor de perguntas para cada índice e estabeleceu-se uma primeira escala de pontuação para as respostas a cada pergunta utilizada. Isto permitiu realizar diversos exercícios estatísticos – correlações e análise fatorial – com as informações preparadas para cada índice.

Combinando as atividades de formulação conceitual, análise estatística e um vigoroso intercâmbio de ideias entre Nafiou Inoussa, Carlos Cardoso e Miguel Carter, foram-se construindo os 55 índices, subíndices, subcategorias e cruzamentos que compõem esta pesquisa. Um exemplo de como se formaram os indicadores pode-se conferir com as três perguntas do questionário combinadas para formar o subíndice de Liberdade de Associação e Expressão.

Adesão à democracia: Subíndice e variáveis

Descritivo	Tipo de Variável	Código
Adesão à Democracia	**Índice**	**AD**
Liberdade de Expressão e Associação	**Subíndice**	**ILEA22**
Qual das seguintes declarações está mais próxima da sua opinião?		
Declaração 1. O governo devia poder acabar com qualquer organização que seja contra as suas políticas. Declaração 2. Devíamos poder juntar-nos a qualquer organização, quer seja ou não aprovada pelo governo.		P16
Declaração 1: Os meios de comunicação deviam ser livres para publicar informações e ideias sem ser censurados pelo governo. Declaração 2: O governo deveria ter o direito de censurar informações e ideias que o governo considere prejudiciais à nossa sociedade.		P17
Declaração 1: O governo deveria restringir as manifestações ou marchas de protesto. Declaração 2: O direito a organizar manifestações ou marchas de protesto não deveria ser restringido pelo governo.		P34

A seguir, apresentamos as informações e os critérios que nos levaram a produzir cada um dos índices e seus componentes.

Estratos Sociais

Este índice permite diferenciar as camadas sociais a partir de critérios mais sociológicos. Ao invés de privilegiar o rendimento monetário, como fazem os estudos económicos, aqui priorizam-se as condições de vida das pessoas. Isto levou-nos a considerar uma variedade de dados. O facto de a sociedade guineense ser maioritariamente rural reforçou a ideia de trabalhar com informações que vão além do rendimento monetário, que tem maior relevância em espaços urbanos. Daí a procura de uma forma mais complexa e subtil de captar a existência de estratos sociais neste país, com ênfase nas condições de vida material, antes que o estatuto social per se.

Para este estudo, fizeram-se exercícios estatísticos com 23 variáveis. Estes geraram 5 fatores relevantes que levaram à construção dos cinco subíndices que compõem este índice.

1. O **poder aquisitivo** mede a capacidade de compra e consumo de determinados bens materiais como o rádio, o telemóvel, o automóvel ou mota, a televisão e o frigorífico.
2. A **estrutura da residência** avalia as condições de habitação e serviços básicos disponíveis, como a fonte da água utilizada na residência, a casa de banho ou latrina, o acesso à rede elétrica, o uso de painel solar e gerador.
3. Os **meios modernos de comunicação** permitem considerar a frequência de uso do telemóvel, da internet, da rádio e da televisão.
4. A s**atisfação de necessidades básicas** estima o grau de dificuldade ou facilidade em atender às necessidades básicas da família quanto à provisão de alimentos suficientes, água potável, remédios ou assistência médica, e combustível para cozinhar.
5. **Educação** classifica a pessoa segundo o nível mais alto de instrução que completou: sem instrução formal, escola primária completa ou incompleta, escola secundária completa ou incompleta, e estudos pós-secundários.

Tendo em conta as particularidades deste subíndice, optámos por elaborar duas versões do Índice de Estratos Sociais: um sem o subíndice educação, e o outro, alternativo, com ele.

Adesão à Democracia

Este índice procura captar a orientação das pessoas em relação aos principais elementos de uma democracia moderna. Como resultado de um trabalho estatístico com 21 variáveis e revisão conceitual destes resultados, elaborámos um índice com cinco componentes.

1. **Responsabilização dos governantes** revela o grau de apoio a um sistema de governo ancorado na *accountability* democrática, com poderes limitados e sujeito ao Estado de Direito.
2. **Liberdade de expressão e associação** capta a dimensão mais liberal da democracia: o apoio à possibilidade de formar organizações independentes, se exprimir sem a censura do governo e realizar atos de protesto.
3. **Liberdade de escolha política** sublinha o valor da eleição de lideranças através de uma competição democrática entre diversas alternativas políticas.

4. **Preferência pela democracia** explora a compreensão da palavra "democracia" e o apoio explícito ou não a este regime político.

5. **Rejeição à autocracia** pondera o sentimento antiautoritário e a intensidade da oposição a diversas fórmulas autocráticas: um governo de partido único, um governo militar, e um presidente autocrático e centralizador.

Engajamento na Vida Pública

Este índice visa captar o nível e tipo de interação cidadã com o Estado, a vida associativa e partidária, e o acesso a informações sobre acontecimentos do âmbito público. Após ter trabalhado com 67 variáveis, foi elaborado um índice baseado em sete subíndices, agrupados em três grandes categorias: o relacionamento com o poder público, as ações de cidadania e a deliberação pública. Como apêndice, criou-se um índice de militância partidária, que mede o grau de participação das pessoas nos partidos políticos e atividades afins. Estes são os critérios adotados para cada subíndice:

Relacionamento com o Poder Público

1. **Contacto com autoridades** expõe o nível de acesso às autoridades públicas: administrador do setor, deputado da Assembleia Nacional, dirigente do governo nacional ou de um ministério, dirigente de um partido político, governador. Na Guiné-Bissau, quase nove em cada dez pessoas não teve nenhum contacto com estas autoridades públicas nos últimos doze meses.

2. **Contacto com o Estado** retrata o grau de relacionamento com as entidades que ofereceram serviços públicos durante o último ano. As respostas foram catalogadas em "sim" ou "não" para as instituições que oferecem os seguintes serviços públicos: escola, hospital, obtenção de documentos, entidades que fornecem água ou energia, polícia e tribunais.

Ações de Cidadania

3. **Participação na campanha eleitoral** avalia o nível de engajamento dos guineenses em atividades de militância política e partidária no contexto eleitoral, especificamente nos comícios de 2014. Isto inclui a participação num comício, numa reunião com o candidato ou membros da campanha, a tentativa de convencer outras pessoas a votar num determinado candidato, e o trabalho em favor de um candidato ou partido.

4. **Participação social e política** permite compreender melhor a extensão e a intensidade da participação associativa dos guineenses. Para isto indagou-se se a pessoa é um dirigente oficial, um membro ativo, um membro inativo, ou se não é membro de um grupo religioso; uma associação comunitária, desportiva ou de autoajuda; um sindicato ou associação de agricultores; uma associação profissional ou empresarial; ou um partido ou movimento político.

5. **Reclamações feitas ao governo** mede a disposição dos guineenses – perante a insatisfação com as ações do Estado – a apresentar queixas, pedidos e sugestões às autoridades públicas. As ações examinadas aqui abarcam a atuação a nível comunitário, o contacto com os meios de comunicação, o *lobby* junto das autoridades, e a participação num ato de protesto.

Deliberação Pública

6. **Acesso às notícias** examina o nível de exposição às informações sobre a situação política, incluindo a frequência e diversidade de meios utilizados. Os meios considerados no subíndice são: a rádio, a televisão, os jornais, a internet, e a comunicação sobre estes assuntos com a família e vizinhos.

7. **Diálogo sobre política** ajuda a calibrar um elemento mais subjetivo da vida pública guineense: o interesse em assuntos públicos e a discussão sobre política no meio social. Como tal, permite constatar a disposição deliberativa do povo.

Apêndice: Militância Partidária

Este índice procura captar a margem de pessoas que teriam uma atuação expressiva dentro dos principais partidos políticos da Guiné-Bissau, e conhecer melhor o perfil destes indivíduos. Para produzir o índice fizeram-se exercícios estatísticos com 15 variáveis, o que gerou três componentes:

1. **Atuação num partido político** capta se a pessoa está afiliada a um partido ou não, e se for, identifica o nível de atuação dentro desta associação.

2. **Participação na campanha eleitoral** examina o nível de engajamento a favor do seu partido num contexto de competição eleitoral. É idêntico ao subíndice descrito acima, utilizado na construção do índice de engajamento na vida pública.

3. **Contacto com autoridades** capta a intensidade da interação com autoridades públicas – no plano local, regional ou nacional. É idêntico ao subíndice descrito acima, que faz parte do índice de engajamento na vida pública.

Coexistência Social

Este índice procura perceber as condições de convivência social na Guiné-Bissau. Como resultado da pesquisa estatística com 24 variáveis e um esforço de sistematização conceitual, criámos dez subíndices. Os primeiros nove subíndices foram agrupadas em três categorias – confiança, tolerância e paz – revelando orientações, disposições e perceções que, em princípio, facilitariam a capacidade de coexistência social. O décimo subíndice, que trata da confiança grupal ou particular, ficou como apêndice. Este subíndice é utilizado para criar um cruzamento especial que permite avaliar distintos tipos e graus de confiança interpessoal. As três virtudes – confiança, tolerância e paz – captadas neste índice permitem compreender melhor as possibilidades e os riscos em torno da convivência social na Guiné-Bissau.

Confiança

1. **Confiança social** avalia o grau de confiança conferida de maneira mais ampla e geral; não é restrita a um círculo íntimo ou de pessoas conhecidas, da família ou vizinhança. Esta confiança mais ampla pode funcionar como um "capital social" e facilitar esforços privados, coletivos, e o desempenho institucional. Isto mede-se a partir da confiança na maioria das pessoas e no âmbito do mercado.

2. **Confiança interétnica religiosa** examina o nível de confiança com pessoas de outras identidades étnicas e religiosas.

Tolerância

3. **Tolerância inter-religiosa e étnica** mede a qualidade da convivência em relação às pessoas de outras crenças religiosas e identidades étnicas.
4. **Tolerância em questões sexuais** estima o grau de aceitação de pessoas com outra orientação sexual ou afetadas por uma doença transmitida muitas vezes por relações sexuais, o SIDA.
5. **Tolerância ao forasteiro** examina a capacidade de acolhimento dos imigrantes e trabalhadores estrangeiros.

Paz

6. **Segurança e integridade física** capta a perceção de segurança pessoal dos guineenses, incluindo o medo e o risco de ser assaltados em casa.
7. **Opção pela não violência** avalia o nível de rejeição do uso da violência na política e como instrumento de vingança pessoal.
8. **Paz no ambiente pessoal** examina a perceção das pessoas quanto ao risco de violência no meio familiar e comunitário.
9. **Paz no país** explora a perceção de risco quanto à estabilidade do país, a convivência pacífica e o risco de violência entre grupos étnicos, religiosos e políticos distintos.

Apêndice: Confiança Grupal

Este índice considera o peso de uma outra modalidade de confiança: a confiança particular. À diferença da confiança social ou geral, esta é concedida a pessoas de proximidade pessoal, como a família, os amigos e vizinhos, e indivíduos do mesmo grupo étnico e religioso.

Cruzamento Especial: A Confiança Interpessoal

A junção entre a confiança social e grupal permite-nos aperfeiçoar a análise das relações de confiança na sociedade guineense. O cruzamento dos dois indicadores – em alto e baixo nível – revela uma matriz conceitual com quatro tipos de confiança: Alta confiança interpessoal, Confiança média-alta (mais grupal), Confiança média-baixa (mais social), e Baixa confiança interpessoal.

Neste estudo, a confiança grupal é tida como um passo fundamental para a construção de relações de confiança mais amplas, que vão além das relações de família e vizinhança. Daí a opção de classificá-la como uma confiança média alta. Por outro lado, aqueles com uma confiança social maior, mas pouca confiança nas pessoas do círculo pessoal, tem uma base mais fraca para desenvolver uma confiança interpessoal alta – e constituem, portanto, uma confiança média baixa.

Igualdade Social

Este índice procura compreender as disposições em favor da igualdade na Guiné-Bissau, com ênfase nas relações de género, e de estatuto e classe social. Para elaborar o índice foram estudadas seis variáveis através de instrumentos estatísticos, o que permitiu criar dois subíndices. Estes indicadores avaliam duas vertentes distintas de apoio à igualdade social, como se explica a seguir.

1. **Igualdade de género** mede a disposição dos guineenses a favor da igualdade entre homens e mulheres. Aqui se calibra o grau de aceitação da igualdade de oportunidades e direitos para as mulheres serem eleitas a cargos públicos, possuir a terra e ser tratadas com equidade.

2. **Igualdade no ambiente e trato social** sublinha as orientações favoráveis a um etos igualitário no relacionamento entre as pessoas e nas condições que possam facilitar isto. Este subíndice examina atitudes relacionadas com as diferenças entre ricos e pobres, a condição social das lideranças, e sua disposição a favorecer ou não os seus familiares ou grupo.

Risco de Sectarismo Religioso

Este índice cria bases empíricas para avaliar a presença e possibilidade do surgimento de atitudes sectárias no campo religioso guineense. Para elaborar o índice, fizeram-se exercícios estatísticos com 21 variáveis. Com apoio da análise fatorial, foi possível conceptualizar os quatro fatores que integram o índice. Um quinto fator serve de apêndice para compreender o nível de engajamento religioso da população.

A maior propensão ao sectarismo, segundo o índice, dá-se quando há desconfiança e intolerância em relação a pessoas de outra religião. O sectarismo também é associado a uma visão patriarcal da sociedade e ao preconceito contra a homossexualidade. A partir de um debate gerado em torno da inclusão desta última variável, optou-se por criar duas versões do índice de risco de sectarismo religioso: uma com o indicador de preconceito sexual e outra sem esta informação.

Para que esta tendência sectária seja religiosa, ela precisa de corresponder a um nível expressivo de identidade e participação religiosa, daí a construção do apêndice que mede o grau de "engajamento e adesão religiosa".

O cruzamento deste apêndice com as duas versões do índice permite identificar o segmento da população com maior possibilidade de adotar atitudes conducentes ao fundamentalismo religioso. A inversão deste índice, por sua vez, permite compreender melhor a presença do ecumenismo religioso na Guiné-Bissau.

1. **Desconfiança religiosa** considera a existência e intensidade do receio de pessoas de outras identidades religiosas.
2. **Intolerância religiosa** avalia o grau de intolerância em relação às pessoas de outras crenças religiosas.
3. **Orientação patriarcal** mede a disposição dos guineenses a favor do patriarcado, ou seja, a manutenção de uma estrutura e cultura de privilégios para os homens e subjugação das mulheres. Para detetar estas atitudes, inverteu-se o subíndice de igualdade de género, descrito acima.
4. **Preconceito sexual** explora o nível de intolerância em relação à homossexualidade.

Apêndice: Engajamento Religioso

Este subíndice permite avaliar o grau de adesão e compromisso religioso dos guineenses. Para isso são considerados quatro elementos: a participação num grupo religioso (seja igreja, mesquita ou baloba), o contacto com líderes religiosos, a frequência da prática religiosa, e se a pessoa considera a religião importante na sua vida. A ênfase aqui está na forma religiosa antes que na vida espiritual, que é mais íntima e pode ter uma religiosidade maior ou menor.

Cruzamento Especial: Tolerância e Sectarismo - Religioso e Cultural

O cruzamento dos indicadores de engajamento e as duas versões do índice de risco de sectarismo religioso – em altos e baixos níveis – permite-nos distinguir entre dois tipos de sectarismo, um

mais religioso e outro mais cultural. De igual forma, pode-se identificar uma matriz de tolerância religiosa e outra cultural ou mais secular.

Esta leitura do fenómeno religioso e o risco de sectarismo na Guiné-Bissau facilita o estudo das possibilidades, as condições e os mecanismos que podem favorecer – ou inibir – o surgimento de atitudes sectárias no país.

Codificação

Depois de definir os componentes dos índices, foram codificadas todas as variáveis da pesquisa. A escala de pontuação utilizada seguiu critérios bem definidos. Esta atividade teve por objetivo criar uma escala de valores que corresponda à direção e intensidade de cada variável utilizada para construir os índices e seus componentes.[4] Uma ilustração deste processo pode-se apreciar aqui, com a pontuação atribuída a cada resposta sinalizada na primeira coluna, e na segunda os resultados da sondagem.

16.	**Sobre a liberdade de associação**		
	Declaração 1. O governo devia poder acabar com qualquer organização que seja contra as suas políticas. **Declaração 2. Devíamos poder juntar-nos a qualquer organização, quer seja ou não aprovada pelo governo.**		
	Concordo Fortemente com Declaração 1	**0**	11%
	Concordo com Declaração 1	**1**	9%
	Concordo com Declaração 2	**4**	33%
	Concordo Fortemente com Declaração 2	**5**	38%
	Não concordo nem com uma nem com outra	**3**	2%
	Não sabe	**2**	7%
	Não responde	**9**	0%
Nas perguntas feitas sob esta estrutura, a resposta menos democrática tem o valor zero (0). "Não Sabe" fica com dois pontos com base na seguinte suposição: o facto de não saber ou não ter opinião é, numa escala de valores democráticos, menos má do que ter uma atitude pouco ou não democrática. Porém, a indefinição à volta da pergunta sugere que "Não Sabe" deveria ter uma pontuação menor que "Não concordo nem com uma nem com outra", que recebe três pontos. Os casos sem resposta recebem o código 9.			

Agregação

Tendo selecionado os componentes de cada subíndice e codificado todos os dados utilizados, passou-se à fase de agregação. Os subíndices foram produzidos através da somatória das suas variáveis. Para assegurar a uniformidade da escala, utilizou-se a fórmula de dispersão relativa, também conhecida como coeficiente de variação ou dispersão.

Com os índices de Engajamento na Vida Pública e Coexistência Social foram adotadas duas modalidades de construção: (1) a média simples das três subcategorias de cada índice, e (2) um índice alternativo com base na média simples de todos os subíndices. Todos os outros índices foram criados com a média simples dos seus subíndices.

[4] Sobre a codificação utilizada para cada variável, ver Carter (2021), Anexo D.

Os dois cruzamentos especiais da pesquisa – Confiança Interpessoal, e Tolerância e Sectarismo: Religioso e Cultural – foram produzidos a partir dos recortes dos subíndices que os integram, combinando níveis mais altos e baixos de cada subíndice.

Recortes

Para facilitar a combinação de informações produzidas pela pesquisa, fizeram-se recortes em cada um dos índices e subíndices criados, diferenciando em quatro escalas de cada variável: alto, meio alto, meio baixo, e baixo. Os recortes foram gerados manualmente, sob uma escala de 0 a 100, utilizando informações detalhadas sobre a frequência e dispersão de cada indicador. Os critérios adotados para fazer os recortes procuraram manter uma pontuação máxima (de 25 pontos) para cada corte; excluir os casos "outliers", números isolados e extremos no conjunto de dados; e assegurar uma proporção razoável nos valores agrupados em cada recorte. Uma mostra deste procedimento pode-se observar aqui.

Liberdade de expressão e associação: Recorte do subíndice

Recorte	Efetivos	Percentagem	Percentagem válida	Classificação pontos	Observação
1,00	167	14,1	14,3	0 - 33	Inclui 8 *outliers* com 0 pontos
2,00	215	18,2	18,5	34 -57	
3,00	458	38,7	39,3	58 - 77	
4,00	324	27,4	27,8	78 - 100	Sem *outliers*
Em falta	20	1,7	-	-	
Total	**1184**	**100**	**100**	**-**	

Cruzamentos Estatísticos

Com os índices elaborados fez-se uma série de cruzamentos estatísticos, utilizando as técnicas de tabulação cruzada e exercícios estatísticos com o programa informático SPSS.[5] Eles compreendem:

1. **Combinação de índices e indicadores:** Os 55 índices, subíndices e cruzamentos especiais criados pela pesquisa foram cruzados com diversos indicadores demográficos e identitários. Para isto foram feitas tabulações cruzadas com as seguintes variáveis: género, idade, nível de educação, local de residência (urbano ou rural), grande região, grupo étnico, religião e identidade partidária.
2. **Combinação dos índices entre si:** Todos os índices, subíndices e cruzamentos especiais da pesquisa foram entrecruzados, usando a técnica das tabulações cruzadas. Isto permitiu combinar as escalas alta, média alta, média baixa e baixa de cada variável.
3. **Combinação com o questionário da sondagem Vozes do Povo:** Todos os indicadores demográficos e identitários, junto com os 55 índices e subíndices criados pela pesquisa, foram cruzados com todas as respostas registadas no inquérito de 2018. Aqui também se utilizou a técnica da tabulação cruzada. Esses cruzamentos foram feitos sobre o total de cada nível da variável combinada com o questionário.

[5] Todos os cruzamentos encontram-se em Carter (2021), nos Anexos E, F, G, H e I.

4. **Exercícios estatísticos:** Usando o programa informático de SPSS fizeram-se correlações e análises fatoriais com todos os índices e subíndices elaborados para a pesquisa.

Todo este esforço gerou uma 'mina de ouro' com informações inéditas sobre a Guiné-Bissau. Isto permite aprofundar o conhecimento da realidade social e política do país. Ao mesmo tempo, oferece um sustento empírico ao empenho em desenhar estratégias criativas e efetivas em apoio ao desenvolvimento democrático do país. Nos capítulos 2, 3, 4 deste livro, Miguel Carter expõe alguns dos resultados mais relevantes desta investigação.

Estudo de Grupos Focais

O estudo de grupos focais teve como objetivo complementar e enriquecer as informações produzidas na sondagem de opinião pública de 2018. As entrevistas de grupo foram realizadas em dez localidades distintas do país, junto de um segmento variado da população, entre 25 de outubro e 9 de novembro de 2019. A investigação foi fruto de uma parceria entre DEMOS e o Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC).[6]

O grupo focal é uma metodologia de pesquisa qualitativa, utilizada nas ciências sociais há várias décadas. Ela envolve uma série de entrevistas organizadas em pequenos coletivos, normalmente entre cinco e dez pessoas. Em cada entrevista, um investigador ajuda a moderar o encontro e promover a conversa entre os participantes com base num questionário pré-elaborado.

Como técnica de investigação, o grupo focal estimula a dinâmica social que ocorre na vida real. No decorrer do intercâmbio, os participantes vão formulando ou refinando seus pontos de vista. Ao promover a troca de ideias, perceções e sentimentos, as pessoas têm a possibilidade de explicar a sua opinião. Desta forma, a metodologia pode empoderar os participantes, ao facilitar um espaço aberto para a deliberação e dar prioridade à perspetiva dos interlocutores.[7]

Nesta pesquisa, o conteúdo do intercâmbio nos grupos focais centrou-se nos principais resultados da sondagem de 2018. O diálogo produzido com diversos segmentos da população guineense foi transcrito e organizado por assunto. Estas informações permitem enriquecer a análise científica da vida social e política de Guiné-Bissau, ao:

- Contextualizar melhor e aperfeiçoar as revelações produzidas no inquérito de 2018.
- Descobrir nuances, detetar complexidades e revelar mecanismos causais por trás dos dados estatísticos.
- Produzir frases que possam ilustrar descobertas gerais.

O conhecimento gerado através dos grupos focais permite diagnosticar melhor a realidade guineense. Para produzir a pesquisa de grupos focais, efetuaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: (1) preparou-se o questionário; (2) foram identificadas dez comunidades em diversos pontos do país onde tiveram lugar os encontros de grupo focal; e (3) processou-se a informação recolhida nas entrevistas. A seguir, passamos em revista os passos adotados.

---

[6] A pesquisa de Grupos Focais foi desenhada e coordenada por Miguel Carter, em colaboração com Carlos Cardoso, que cuidou da coordenação do trabalho de campo, a transcrição e a tradução das entrevistas. Daniel Cassamá participou como investigador e tradutor das entrevistas para o português. Saico Baldé traduziu a entrevista em fula para crioulo. Abi Batu Culibali cooperou como investigadora. Gostariamos de agradecer de modo especial às pessoas que facilitaram a realização das entrevistas: em Bissau, Aminata Fofana, Aminata Djaló e Mariana Semedo; em Quinará, Lineker da Cunha, Domingos da Cunha e Almor Comba; em Bafatá, Ibraima Darame e Abdulai Embaló; em Oio, El Haj Bala Camará, Almor Comba e Carlitos Assau Tchimbé; em Cacheu, Humberto Intchala. A codificação e revisão final das transcrições foi realizada por Miguel Carter e Carlos Cardoso.

[7] Sobre esta técnica de investigação científica, ver Cyr (2019), e Krueger e Casey (2009).

Questionário

O questionário dos grupos focais foi desenhado para estimular uma conversa no meio popular sobre os principais resultados da sondagem Vozes do Povo. Após um estudo das conclusões deste inquérito, foi preparada uma série de perguntas abertas, suscetíveis de múltiplas respostas e conducentes a uma discussão construtiva sobre a sociedade e a política na Guiné-Bissau. Um resumo das perguntas, organizadas em torno de seis grandes eixos temáticos, e um eixo com perguntas suplementares, pode ser conferido a seguir:

1. **A situação da Guiné-Bissau**
   - Há um grande ***descontentamento com o rumo do país***. O que está errado na Guiné?
   - A maioria dos guineenses ***acha que a economia vai melhorar.*** Acham que o país está indo na direção errada, mas que o futuro será melhor. Porquê?
2. **A sociedade guineense**
   - Na Guiné há ***pouca confiança social,*** mas entre familiares e vizinhos ela é muito alta. Porque se desconfia das pessoas fora do círculo mais íntimo e pessoal?
   - A maioria dos guineenses gosta da ***igualdade social,*** no que diz respeito à lei e ao tratamento das pessoas, incluindo as mulheres. Mas há uma perceção de grande injustiça social. Porquê?
   - A identidade guineense é forte, mas há ***múltiplas identidades*** étnicas na Guiné. Como é que o povo convive com isso?
   - Em outros países de África há ***conflitos que envolvem diferenças religiosas ou étnicas.*** Há risco disso na Guiné?
3. **Relações de género**
   - Entre as pessoas que gostam de ***falar e participar na política*** há mais homens que mulheres. Porquê?
   - A maioria dos guineenses acha que as ***mulheres devem ter direitos iguais*** aos homens. É um fenómeno novo no país?
4. **O Estado**
   - Grande parte da população **sente-se abandonada pelo Estado.** Porquê?
   - O povo, em geral, mostrou-se muito **crítico em relação a atuação do governo.** Mas deu uma alta aprovação à atuação do presidente e dos primeiros-ministros. Porquê?
   - Muitas pessoas dão um "*sucu di bas*" (suborno) ao lidar com os servidores públicos. Ao mesmo tempo, a grande maioria pensa que o país é governado por grupos poderosos em benefício próprio, e não do povo. Entre as duas – **a pequena e a grande corrupção** – qual é pior para a Guiné? Porquê? (Pergunta utilizada só nas primeiras entrevistas).
5. **A política e os políticos**
   - O povo critica as ***lideranças políticas por não obedecer às leis e priorizar seus interesses*** pessoais. Há sinais de resignação popular diante deste tipo de comportamento. Porquê?

- Entre os possíveis conflitos violentos na Guiné, o que mais preocupa o povo são as ***lutas e instabilidade política***. Porquê?

6. **Apreciação**
   - ***O que há de bom na Guiné***? Que coisas funcionam bem neste país?

7. **Outros assuntos**
   - Na Guiné há muita tolerância com a diversidade religiosa e étnica que existe no país. Mas há ***menos tolerância com os homossexuais.*** Porquê? (Pergunta feita só duas vezes, numa comunidade rural e num bairro de Bissau).
   - Está a falar-se bastante sobre as ***mudanças climáticas.*** Vocês percebem isso aqui?

Algumas perguntas foram utilizadas só no início da pesquisa. Outras foram discutidas em comunidades selecionadas. Na experiência concreta dos grupos focais, algumas perguntas receberam mais atenção do que outras. Contudo, todos os grupos tiveram a oportunidade de discutir os mesmos seis eixos temáticos abordados no questionário.

Grupos Focais

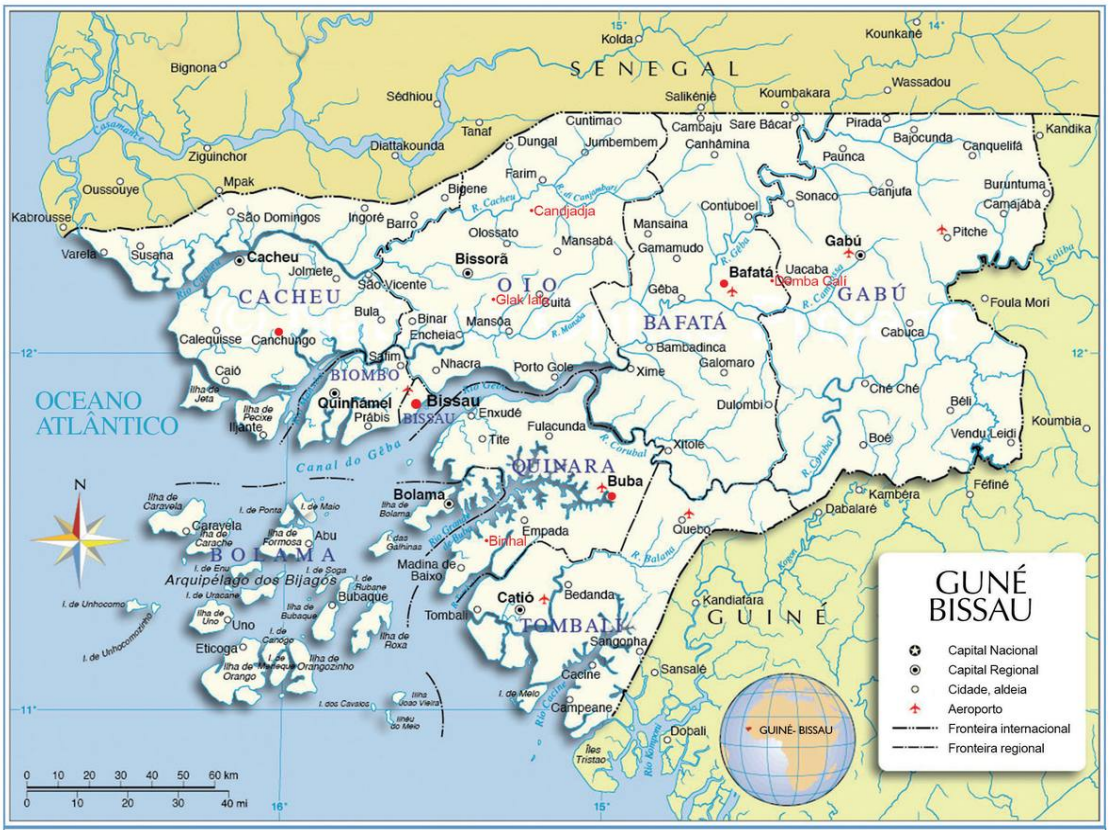
Com o objetivo de ouvir um amplo espectro de vozes da sociedade guineense, a pesquisa estabeleceu critérios geográficos e demográficos para a organização dos grupos focais. No plano geográfico, priorizaram-se três contextos distintos: (a) Bissau, a capital e principal centro urbano do país; (b) três cidades do interior; e (c) quatro comunidades rurais.

Em Bissau, escolheram-se bairros diferenciados: um na praça ou centro da cidade, outro a meia distância do centro (o bairro de Sintra), e uma zona mais periférica (Antula Pabidjar). As três cidades do interior, por sua vez, são de regiões distintas: Buba, a capital de Quinará, no sul; Bafatá, a segunda maior cidade do país e capital da região de Bafatá, no leste; e Canchungo, a cidade mais habitada na região de Cacheu, no norte. Quanto às quatro localidades rurais, priorizaram-se comunidades de diversas origens étnicas, em áreas distintas do país: Binhal, no sul; Demba Cali, no leste, e Candjadja e Glak Iala, no norte do país. Todos estes pontos geográficos estão sinalizados em vermelho no seguinte mapa da Guiné-Bissau.

Como critério demográfico, procurou-se manter um relativo equilíbrio de género no conjunto total de pessoas entrevistadas. Oito grupos focais foram de género misto. Cientes, porém, da tendência para ter uma maior participação masculina neste tipo de atividades, organizámos dois grupos só com mulheres, um deles numa comunidade rural e o outro num bairro de Bissau. Além disso, demos prioridade à participação de jovens, de ambos os sexos, num grupo focal em Bissau.

Em total foram entrevistadas 89 pessoas, sendo 42 homens e 49 mulheres. A idade média dos participantes foi de 39 anos. A realização de encontros em diversos pontos do país permitiu-nos dialogar com pessoas de tradições religiosas e identidades étnicas distintas.

O CESAC teve a seu cargo a coordenação do trabalho de campo, sob a direção de Carlos Cardoso. Foram articulados um elenco de contatos locais que ajudaram a preparar cada reunião, em colaboração com lideranças comunitárias. O CESAC também organizou a equipa de três investigadores responsáveis pela moderação dos dez grupos focais.



* Fonte: Nations Online Project * Locais da pesquisa marcados em vermelho

Em oito grupos focais a entrevista fez-se em crioulo. Na tabanca de Demba Cali, o diálogo foi feito em fula. Na tabanca de Candjadja, os entrevistados conversaram em mandinga, com tradução quase simultânea feita por lideranças comunitárias.

Houve variações significativas quanto à duração das entrevistas. A menor levou menos de uma hora, e a maior durou duas horas e 30 minutos. A média das dez entrevistas foi de 1:37 horas. Ao todo, foram registadas 16 horas e 15 minutos de conversa. Mais detalhes sobre o local das entrevistas e os participantes podem ser apreciados nos seguintes dois quadros.

Os grupos focais tiveram, em geral, uma dinâmica positiva e de boa aceitação entre os participantes. Vários elogiaram a atividade e gostaram da oportunidade de falar sobre os rumos do seu país. Nos encontros de género misto, os homens eram mais propensos a falar do que as mulheres. O moderador, em algumas situações, teve que incentivar a fala das mulheres e dirigir-lhes perguntas. Nos grupos com gerações mistas, percebeu-se uma participação mais expressiva de pessoas com maior maturidade, sobretudo de homens com mais de 50 anos. Todos os grupos focais foram gravados em áudio. Nenhum dos participantes manifestou algum reparo ao respeito. Em todos os encontros, o teor da conversa foi bastante aberto e franco.

Vozes do Povo: Pesquisa de grupos focais							
Local e detalhes da entrevista							
Localidade	**Setor**	**Área**	**Morada**	**Região**	**Grande Região**	**Data da Entrevista**	**Tempo da Entrevista** Minutos
Buba	Buba	Urbana	Cidade do Interior	Quínara	Sul	25/10/2019	71
Binhal	Empada	Rural	Tabanca	Quínara	Sul	25/10/2019	60
Bafatá	Bafatá	Urbana	Cidade do Interior	Bafatá	Leste	26/10/2019	150
Demba Cali	Bafatá	Rural	Tabanca	Bafatá	Leste	26/10/2019	87
Praça Bissau	Bissau	Urbana	Capital	Bissau	Centro	27/10/2019	110
Antula (Pabidjar)	Bissau	Urbana	Capital	Bissau	Centro	27/10/2019	96
Candjadja	Mansabá	Rural	Tabanca	Oio	Norte	28/10/2019	137
Canchungo	Canchungo	Urbana	Cidade do Interior	Cacheu	Norte	11/2/2019	106
Glak Iala	Mansoa	Rural	Tabanca	Oio	Norte	11/9/2019	102
Sintra	Bissau	Urbana	Capital	Bissau	Centro	12/9/2019	50

Vozes do Povo: Pesquisa de grupos focais.									
Participantes da entrevista									
Localidade	**Setor**	**Número de Pessoas**			**Idade Média de Cada Grupo Focal**			**Principal Identidade Étnica**	**Língua da Entrevista**
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
Buba	Buba	10	4	6	46	56	39	Biafada	Crioulo
Binhal	Empada	10	6	4	41	36	48	Biafada	Crioulo
Bafatá	Bafatá	9	7	2	43	43	41	Fula	Crioulo
Demba Cali	Bafatá	8	0	8	36	*	36	Fula	Fula
Praça Bissau	Bissau	9	4	5	25	26	24	Mista	Crioulo
Antula (Pabidjar)	Bissau	9	5	4	35	38	32	Papel	Crioulo
Candjadja	Mansabá	10	7	3	46	50	37	Mandinga	Mandinga e Crioulo
Pendingolo	Canchungo	8	4	4	33	40	27	Manjaco	Crioulo
Glak Iala	Mansoa	10	5	5	44	52	32	Balanta	Crioulo
Sintra	Bissau	6	0	6	40	*	40	Mista	Crioulo
Total e Média	**-**	**89**	**42**	**47**	**39**	**43**	**36**	**-**	**-**

Processamento de Dados

Os áudios gravados em cada grupo focal foram transcritos em crioulo e traduzidos para português pelos investigadores do CESAC. As transcrições dos grupos focais foram revistas e logo codificadas para manter o anonimato das pessoas. Criou-se um código para identificar cada pessoa entrevistada com base no nome dado ao local do encontro, seu género e idade.[8] Além de contar com a entrevista em crioulo e português, foi organizada uma terceira versão do trabalho seguindo os eixos temáticos das entrevistas. Este material logo foi sintetizado para facilitar o uso das informações recolhidas, criando-se assim quatro versões do estudo.[9] No capítulo 5 deste livro, Miguel Carter destaca os principais aprendizados deste estudo.

Comparação entre Guiné-Bissau e Outros Países Africanos

Esta pesquisa é a primeira a posicionar a Guiné-Bissau na constelação de sondagens de opinião pública a nível regional. A investigação comparativa da opinião pública possibilita traçar paralelos e observar diferenças entre os países. A comparação com a vida social e política das nações vizinhas permite fazer uma leitura alternativa das tendências em curso neste pequeno país da África Ocidental.

Este estudo integra os resultados do primeiro inquérito de opinião pública na Guiné-Bissau, Vozes do Povo, com as sondagens efetuadas em 17 países da África pela principal entidade pan-africana de estudos de opinião pública, o Afrobarometer.[10] A sondagem Vozes do Povo foi produzida em 2018, enquanto a base de dados do Afrobarometer inclui os resultados das pesquisas realizadas em 17 países africanos, principalmente entre 2014 e 2018.

Entre as nações africanas incluídas nesta investigação, estão os 15 países que integram a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO): Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, República da Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. A comparação também abarca dois outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Moçambique e São Tomé e Príncipe; e finalmente um país da África Austral, Malawi.[11]

Fonte de dados. Para desenvolver esta pesquisa foram utilizadas duas bases de dados completas do Afrobarometer, produzidas nos inquéritos das rondas 6 e 7 em diversos países africanos, entre 2014 e 2018. Junto com as bases de dados das rondas 6 e 7, o Afrobarometer facilitou uma cópia do seu livro de códigos para cada ronda. Os resultados complementares das rondas 4 e 5 foram obtidos na página de internet do Afrobarometer.[12]

---

8 Os códigos para cada local de entrevista são, em Bissau: Praça (Pr), Antula (An), Sintra (Si); nas cidades do interior: Buba (Bu), Bafatá (Ba), Canchungo (Ci); nas comunidades rurais: Binhal (Bi), Demba Cali (Dc), Candjadja (Ca) e Glak Iala (Gi). O sexo do entrevistado é: homem (H) ou mulher (M). Para a idade utilizou-se o número de anos que a pessoa declarou ter, antes de começar o grupo focal. Desta forma, o homem de 64 anos entrevistado em Buba tem o código: Bu-H64. No caso de ter mais de uma pessoa com o mesmo género e idade, acrescentou-se um "a, b, c" no final do código. Assim, a terceira mulher de 24 anos que participou do grupo focal na Praça de Bissau é identificada como: Pr-M24c.

9 As quatro versões do resultado desta pesquisa encontram-se em Carter (2020a), Anexos B, C, D e E.

10 A pesquisa comparativa foi concebida, coordenada e produzida por Miguel Carter, com o apoio técnico de Mario Costa.

A parceria realizada com o Afrobarometer permitiu disponibilizar a sua base de dados, com inquéritos realizados em 36 países africanos. Agradecemos a valiosa colaboração de Carolyn Logan, codiretora do Afrobarometer, e de Matthias Krönke, investigador da mesma entidade. Carlos Cardoso ajudou com a revisão do relatório final; ver Carter (2020b).

11 Angola só publicou os resultados do seu primeiro inquérito Afrobarometer, de final de 2019, depois de já termos concluído a nossa pesquisa comparativa.

12 Ver Afrobarometer (2020a, 2020b, (2020c).

Processamento de dados. O volume de dados com os quais se trabalhou nesta pesquisa foi enorme. Só na ronda 7, a base de dados do Afrobarometer compreendia os resultados dos inquéritos feitos a 45.825 pessoas. Para processar esta quantidade de estatísticas e preparar a *data set* da pesquisa foram selecionados 17 países africanos, priorizando as nações que integram a CEDEAO e os PALOP. Logo, foram identificadas 193 perguntas de igual conteúdo, utilizadas pelo Afrobarometer e Vozes do Povo. Desse total, 75% das perguntas foram da ronda 7; 20% da ronda 6; 2% da ronda 5; e 3% da ronda 4. Finalmente, foram tornados compatíveis os códigos de resposta do Afrobarometer e Vozes do Povo, priorizando os códigos utilizados na base de dados Vozes do Povo – inspirados no questionário da ronda 6 do Afrobarometer.

No total se trabalhou com 83.817 casos entre as quatro rondas do Afrobarometer e o inquérito Vozes do Povo. Somando todos os casos, as perguntas utilizadas, e as estatísticas produzidas, o estudo envolveu quase 4,7 milhões de cifras (ou *data points*). A tabela que se segue oferece uma síntese da informação utilizada nesta pesquisa.

Vozes do Povo: Pesquisa comparativa de opinião pública					
Questionário do Afrobarometer	Ronda 4	Ronda 5	Ronda 6	Ronda 7	Total
Países tratados (inclui Guiné-Bissau)	11	16	17	18	18
Número de perguntas por inquérito	7	4	38	144	193
Total de casos em cada pesquisa	10.297	23.982	25.168	24.370	83.817

Questionário. As 193 perguntas partilhadas pelo Afrobarometer e Vozes do Povo compreendem uma ampla variedade de assuntos relacionados com:

- Situação do país e condições de vida
- Acesso às notícias e deliberação pública
- Valores políticos
- Participação social e política
- Autoritarismo, democracia e justiça
- Opiniões e perceções políticas
- Confiança e corrupção institucional
- Problemas do país e avaliação das autoridades
- Gestão pública e governo local
- Valores sociais
- Cooperação internacional e meio ambiente
- Identidades étnicas, tolerância e partidos políticos
- Bens de consumo e habitação
- Emprego e educação
- Religião

Calendário das rondas de pesquisa do Afrobarometer. O quadro abaixo mostra os anos em que foram feitas as sondagens por país nas últimas quatro rondas do Afrobarometer. O inquérito Vozes do Povo, pode-se ver, foi conduzido no período em que se efetuou a ronda 7 do Afrobarometer. O nível de confiança de todas as sondagens realizadas é de 95%, com margens de erro que oscilam entre 2 e 3%.

Calendário das pesquisas do Afrobarometer e Vozes do Povo				
Países	**Ronda 4**	**Ronda 5**	**Ronda 6**	**Ronda 7**
CEDEAO				
Guiné-Bissau *(Vozes do Povo)*	…	…	…	2018
Benim	2008	2011	2014	2017
Burkina Faso	2008	2012	2015	2017
Cabo Verde	2008	2011	2014	2017
Costa do Marfim	…	2013	2014	2017
Gâmbia	…	…	…	2018
Gana	2008	2012	2014	2017
Guiné	…	2013	2015	2017
Libéria	2008	2012	2015	2018
Mali	2008	2013	2014	2017
Níger	…	2013	2015	2018
Nigéria	2008	2013	2015	2017
Senegal	2008	2013	2014	2017
Serra Leoa	…	2012	2015	2018
Togo	…	2012	2014	2017
Não CEDEAO				
Malawi	2008	2012	2014	2017
Moçambique	2008	2012	2015	2018
São Tomé e Príncipe	…	…	2015	2018

Conclusão. A abrangência deste questionário, aplicado em 18 países africanos, permitiu-nos criar um estudo inédito. Comparar as perceções, atitudes e orientações populares nestes países possibilita uma análise que se reveste de grande importância para refletir sobre o passado, presente e futuro da Guiné-Bissau.[13] No capítulo 6 deste livro, Miguel Carter apresenta uma sinopse das principais descobertas feitas nesta leitura comparativa dos países que integram a CEDEAO.

[13] A pesquisa comparativa e toda a informação processada pode-se encontrar em Carter (2020b).

Referências

Afrobarometer (2020a). “Round 7 Merged Survey Results.” Planilha Excel.

Afrobarometer (2020b). “Round 6 Merged Survey Results.” Planilha Excel.

Afrobarometer (2020c). “Online Data Analysis.”
Fonte: www.afrobarometer.org

Afrobarometer (2014). *Round 6 Survey Manual: Compiled by the Afrobarometer Network*.
Fonte: www.afrobarometer.org

Backstrom, Charles e Gerald Hursh-César (1981). *Survey Research*, 2a edição. New York: Macmillan Publishing.

Bratton, Michael, Robert Mattes e E. Gyimah-Boadi (2005). *Public Opinion, Democracy, and Market Reform in Africa*. New York: Cambridge University Press.

Carter (2021). *Vozes do Povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau.* Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020a). *Vozes do povo: Estudo de grupos focais na Guiné-Bissau.* Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do povo: Relatório da pesquisa comparativa. A opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos.* Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel. (2018). *Vozes do povo: A primeira pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau.* Bissau: DEMOS.

Cyr, Jennifer (2019). *Focus Groups for the Social Science Researcher.* Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Han, Kangwook (2019). “Data Codebook for Round 7 Afrobarometer Survey.” Afrobarometer, manuscrito inédito (dezembro).

Krueger, Richard A. e Mary Anne Casey (2009). *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*, 4th edition. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.





2

Vida Pública: Democracia, Engajamento Cívico e Partidos Políticos

Miguel Carter

A pesquisa de mineração e análise de dados feita a partir da sondagem de opinião de 2018 permitiu construir um grande acervo de dados – uma 'mina de ouro' -, com informações de um valor excecional para a compreensão da vida pública na Guiné-Bissau.[1] Este capítulo revela várias 'pepitas de ouro' relacionadas com a adesão à democracia, o engajamento na vida pública, e a militância partidária.

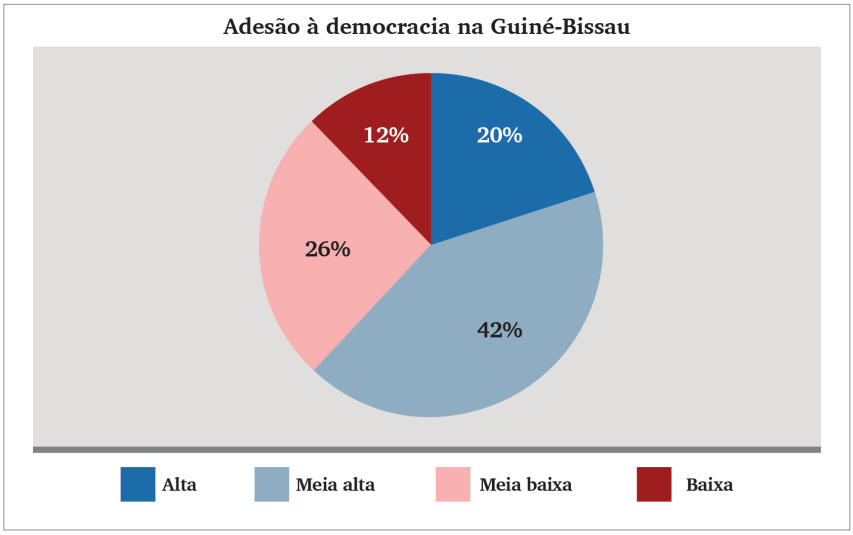
As aprendizagens deste estudo mostram que a adesão à democracia na Guiné-Bissau é ampla, porém precária. Ainda mais, sublinha o facto de que o engajamento cívico favorece a promoção dos valores democráticos neste país. Finalmente, demonstra que a política partidária contribui para a integração nacional, mas é vulnerável à politização das identidades étnicas.

Adesão à Democracia

Para perceber melhor o compromisso das pessoas com os valores e a prática da democracia, criou-se um índice com cinco elementos:

- **A responsabilização dos governantes**, face à cidadania e outros poderes do Estado
- **Liberdade de expressão e associação,** livre de censura e outras restrições arbitrárias
- **Liberdade de escolha política,** com eleições multipartidárias livres e justas
- **Preferência pela democracia,** frente a outras formas de governo
- **Rejeição da autocracia,** de um regime militar, partido único ou presidencialismo despótico.

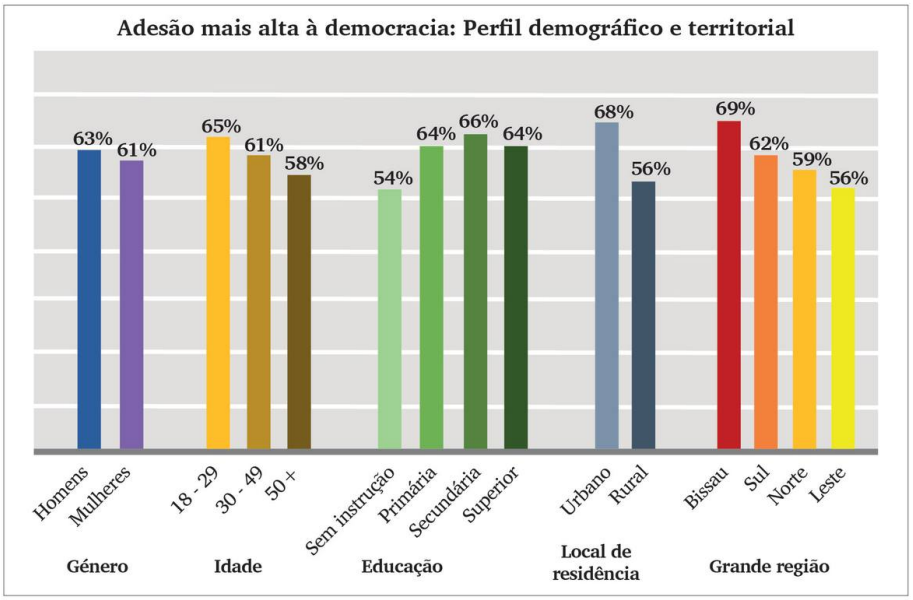
A maior pontuação no índice coube à adesão mais democrática. A menor pontuação coube à orientação mais autocrática.

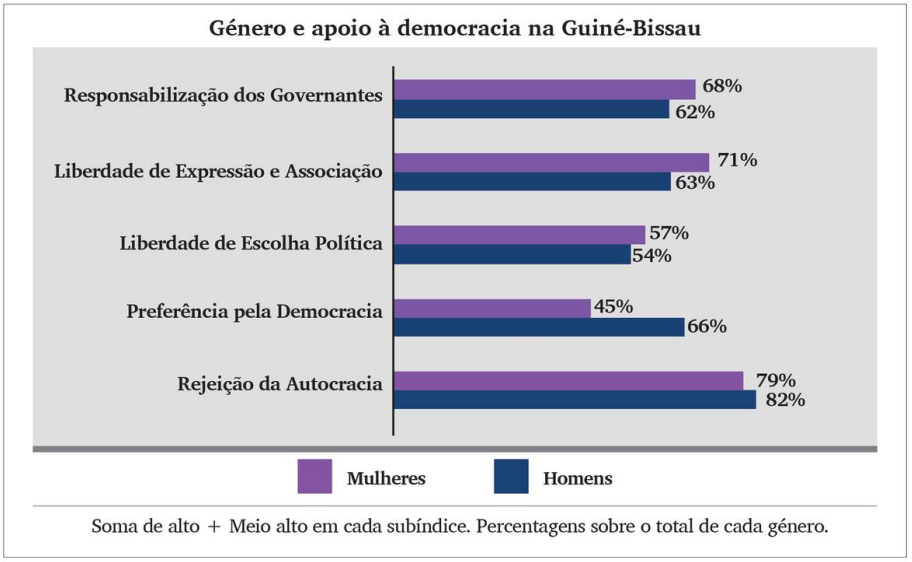


[1] Ver Carter (2021).

Uma parte expressiva da população guineense (62%) tem sentimentos mais democráticos, porém um tanto diluídos em 42% do povo. Só 12% dos guineenses apresentam uma orientação clara a favor de um regime autoritário.

A adesão mais alta à democracia estende-se ao longo do território nacional e está presente no meio de diversas configurações sociais. Mas há diferenças que merecem ser sublinhadas. Em geral, a adesão à democracia é mais alta nas áreas urbanas (68%), sobretudo na capital do país, Bissau (69%). O apoio à democracia é também maior entre os jovens (65%) que entre as pessoas mais idosas (58%). As pessoas sem instrução formal têm uma adesão democrática mais fraca (54%) que aqueles com algum estudo. Mas entre as pessoas que tiveram certa educação, a diferença é mínima, com ligeira vantagem para aqueles que só fizeram o ensino secundário (66%), de maneira parcial ou integral. Entre as pessoas com ensino superior, 36% expressam uma visão mais autocrática. O seguinte gráfico ilustra estes elementos de consistência e variação.





Na adesão à democracia, a diferença entre mulheres e homens é pequena. Contudo, ao examinar fatores que compõem o índice, é possível detetar algumas variações interessantes. As mulheres apresentam um apoio maior às dimensões da democracia vinculadas à responsabilização dos governantes e às liberdades de expressão e de eleição. Os homens, por sua vez, são mais enfáticos na sua preferência por um regime democrático e na rejeição às fórmulas autoritárias de exercício do poder, como se pode apreciar no quadro anterior.

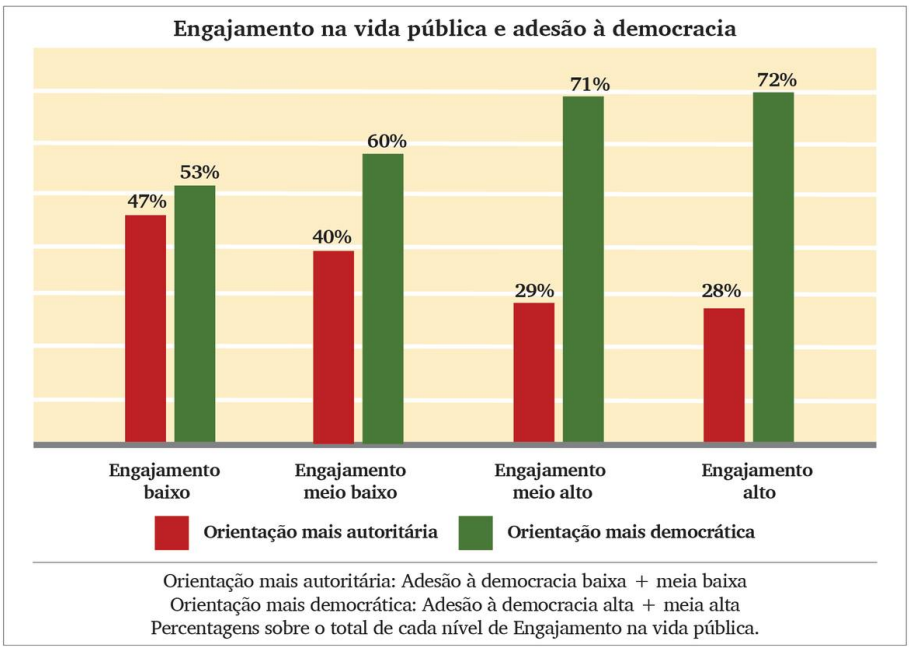
As mulheres têm uma pontuação ligeiramente inferior no índice de apoio à democracia devido à sua **falta de familiaridade com a palavra "democracia"**. No subitem que trata da preferência explícita pela democracia, só metade dos guineenses disseram compreender o significado da palavra "democracia". Entre estes, 61% eram homens e apenas 40% eram mulheres. Esta disparidade explica-se sobretudo pelo menor acesso das mulheres à instrução formal.

A falta de conhecimento da palavra "democracia" está fortemente relacionada com o nível de escolaridade. Entre as pessoas que não compreenderam o termo:

- 73% nunca tiveram instrução formal
- 56% fizeram só parte ou toda a escola primária
- 40% fizeram só parte ou todo o secundário
- 14% tiveram alguma educação superior

As mulheres constituem a maior parte dos guineenses (66%) sem escolaridade e a maioria das pessoas (55%) que apenas frequentaram o ensino primário.

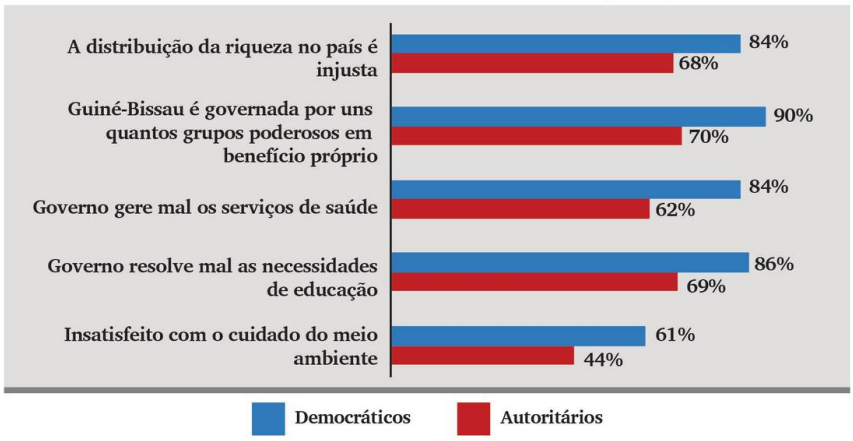
A dificuldade em compreender o conceito de democracia não limita a capacidade das pessoas de apreciar os seus pilares fundamentais, como a realização de eleições livres e transparentes para escolher as autoridades públicas e a necessidade de um sistema judicial independente, capaz de responsabilizar estes dirigentes. Ainda assim, os desafios encontrados na atribuição de um nome próprio a este sistema aludem a uma série de limitações na compreensão do que é o regime. Esta insuficiência tende a minar o compromisso dos cidadãos com este sistema político. Entre os guineenses com maior propensão para o regime autoritário, 63% não compreendem o significado da palavra "democracia"



Há uma relação positiva entre o nível de engajamento na vida pública e a adesão à democracia. Como se pode observar no quadro acima, quanto maior for a participação cidadã, maior é a probabilidade de apoio à democracia. As pessoas com maior orientação democrática têm melhor capacidade de relacionamento com o poder público, maior contacto com os agentes do Estado, e uma possibilidade superior de interação com as autoridades públicas. O apoio à democracia também aumenta com a participação mais intensa na vida social e política, e com a maior deliberação sobre assuntos públicos.

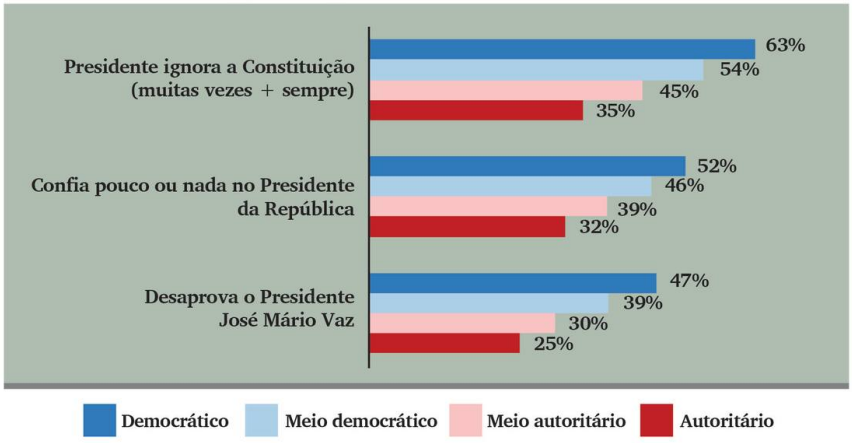
Aqueles com tendências mais autoritárias são contrários à realização de eleições livres e explícitos na preferência por um regime não democrático, seja ele civil ou militar. Neste segmento, há uma linha dura – pessoas autocráticas de convicção – que chegaria a 5% da população. Em torno deste grupo, há uma faixa social de 7% que possui sentimentos autoritários, mas de menor consistência e intensidade.

Democráticos e autoritários: Contraste de perceções



Democráticos: Alta adesão à democracia (20% da população). **Autoritários:** Baixa adesão à democracia (12%). Percentagem sobre o total das respostas a cada pergunta do questionário feitas por cada orientação política.

A opinião sobre o presidente José Mário Vaz, segundo o grau de adesão à democracia



Percentagem sobre o total das respostas a cada pergunta do questionário feitas por cada orientação política.

A leitura atenta das posições assumidas pelo segmento mais democrático da população e o mais autoritário revelam contrastes importantes. Em geral, os mais democráticos (20% do povo guineense) tendem a ser mais críticos quanto ao rumo do país e, de modo particular, às políticas do governo e suas autoridades. As pessoas mais autoritárias (12% da população), por sua vez, exprimem uma menor insatisfação com a realidade social e política do país. A variação nos acentos é percetível. A diferença entre estes dois grupos ganha destaque na sua apreciação do chefe de Estado no tempo do inquérito, o presidente José Mário Vaz.

Entre a população mais autoritária, há certa propensão a minimizar os 'problemas' e a demitir-se perante uma pergunta sobre assuntos políticos. Esta omissão pode-se dar por vários motivos. Um deles é o menor conhecimento sobre a política nacional e internacional. A título de ilustração:

- 29% dos autoritários não conhecem a CEDEAO, comparado com 6% dos democráticos.
- 33% dos autoritários não sabem o que é a União Europeia, à diferença de 7% dos democráticos.

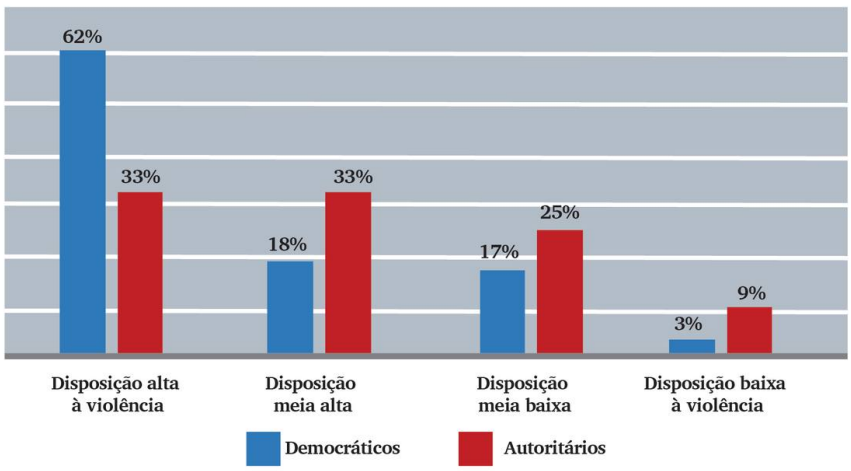
Entre os autoritários há uma porção de pessoas com menos acesso à informação e, portanto, com noções mais precárias sobre a realidade nacional. À diferença dos mais democráticos – que dispõem, em geral, de mais fontes de notícia e uma autoconfiança maior na hora de dar uma opinião –, no meio mais autocrático se percebem elementos de maior insegurança e hesitação, fruto do maior desconhecimento. Este universo não se baseia numa ideologia ou pensamento autoritário per si, mas num conjunto de valores e sentimentos que se cristalizam numa mentalidade mais fechada.

Entre os mais autoritários, há um segmento que possui uma identidade nacional mais fraca:

- Um em cada cinco pessoas autoritárias se identifica mais com o seu grupo étnico do que como guineense, quase o dobro da média nacional (12%).
- 60% desta população fala uma língua autóctone em casa.

Há, entre os autoritários, uma sensação de maior isolamento social. Isso é resultado da menor perceção de integração nacional e do maior desengajamento da vida pública. Este é um contexto propício para o cultivo de sentimentos autoritários. Tudo isto, por sua vez, pode afiançar uma predisposição menos pacífica, como aponta o seguinte quadro.

Disposição para a violência, segundo a orientação mais democrática e mais autoritária

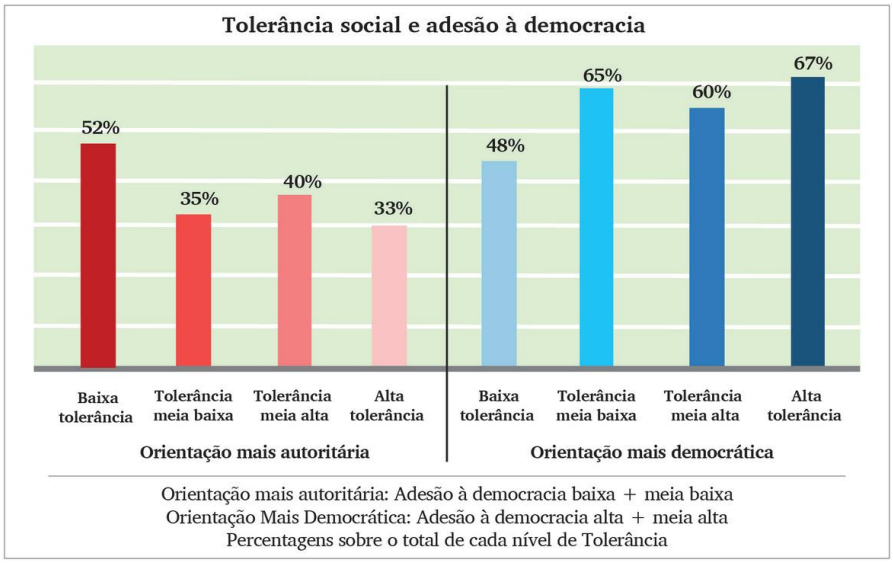


Democráticos: Alta adesão à democracia (20% da população). **Autoritários:** Baixa adesão à democracia (12%). Subíndice Opção pela não violência apresentada em forma invertida. Percentagem sobre o total de Democráticos e Autoritários.

A relação entre democracia, autoritarismo e tolerância social na Guiné-Bissau é um assunto complexo. Para avaliar esta relação, criou-se um índice de tolerância social a partir de três subíndices:

- Tolerância religiosa e étnica
- Tolerância em questões sexuais (homossexualidade e portadores de SIDA)
- Tolerância aos estrangeiros

Foram feitos vários exercícios estatísticos para pesquisar a relação entre orientação política e disposição social, e não se achou nenhuma correlação. Isto se pode observar no seguinte cruzamento de dois índices.



Nesta equação, o único impacto percetível é a propensão dos autoritários a adotar posições de extrema intolerância social, sobretudo no âmbito das relações religiosas e étnicas. Disto podemos inferir que os sentimentos democráticos ajudam a atenuar o sectarismo, mas não o impedem.

Ainda assim, é importante reconhecer o caráter multifacetado desta relação. Na Guiné-Bissau, um terço das pessoas com alta tolerância social tem pouca ou nula adesão à democracia. Ao mesmo tempo, perto de metade das pessoas com alta intolerância social está entre os apoiantes mais firmes da democracia. Esta situação merece uma análise mais aprofundada do que pode ser oferecido aqui. Mas como primeira reflexão pode-se ressaltar o seguinte.

A disjunção entre a tolerância social e a defesa da democracia e os direitos humanos mostra que existem dois princípios distintos de tolerância no seio da opinião pública guineense. Um deles está associado a ideias próximas da modernidade liberal e da proteção da liberdade de expressão. O outro vem de uma tradição não liberal, mais comunitária e tradicional na sua origem.

O liberalismo político tem entre os seus postulados a defesa vigorosa do pluralismo político e religioso. Isto nasce da ideia que combina a valorização do direito à dissensão e o respeito de grupos minoritários, e entende que esses princípios precisam de ser protegidos pelo Estado e a sociedade. Na Guiné-Bissau, a tolerância não liberal estaria ligada a componentes de uma cultura política tradicional, relacionada com uma história de convivência entre comunidades étnicas e religiosas distintas. Tudo isso influenciado pela variante moderada do Islão que se implantou, há séculos, em diversas áreas do território nacional.[2]

[2] A tolerância social sem liberalismo não é original à Guiné-Bissau, mas pode-se encontrar em diversos contextos geográficos e históricos, como na Índia (Kaviraj, 2014), Indonésia (Menchik, 2016) e na África Ocidental (Green, 2019).

A fraqueza da matriz liberal na Guiné-Bissau exprime-se em outras facetas da opinião pública. A prática da dissensão, segundo indícios revelados pela pesquisa, encontra algumas dificuldades de aceitação. A liberdade de criticar os poderes constituídos ou questionar o pensamento dominante encontra resistência, mesmo entre pessoas com uma alta adesão à democracia:

- 44% deste público considera que as autoridades deveriam ter o direito de censurar informações e ideias que o governo considera prejudiciais para a sociedade.
- 75% deles pensam que as comunidades precisam de dialogar e tomar decisões por consenso, antes de aceitar as diferenças de opinião dentro delas.

Neste segmento democrático, no entanto, 88% das pessoas apoiam a liberdade de associação e reconhecem a importância de ter vários partidos políticos. Além disso, 92% defendem o direito de participar numa manifestação de protesto. Ainda assim, dentro deste grupo, em caso de insatisfação com a atuação do governo:

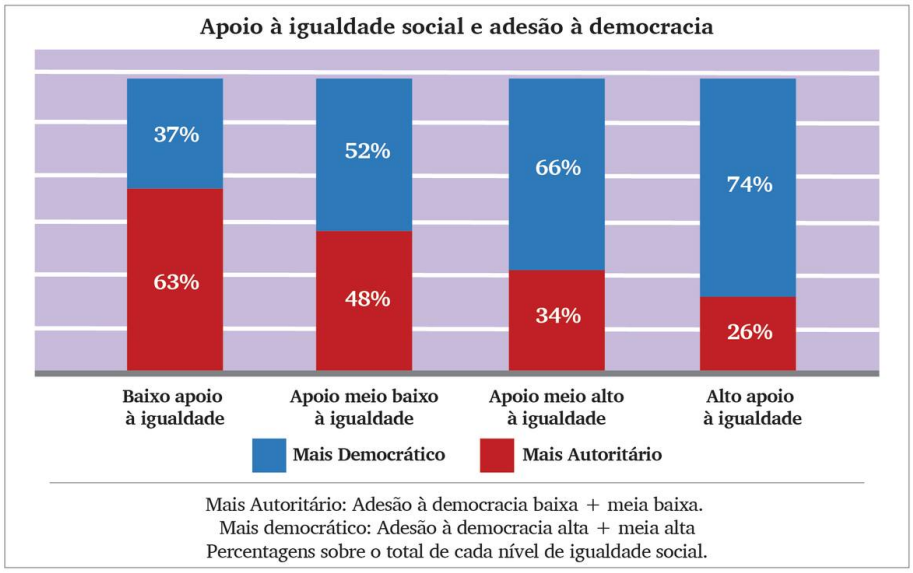
- 45% dizem que nunca se juntariam a membros da sua comunidade para pedir ações do governo.
- 58% afirmam que nunca contactariam uma rádio, um jornal ou a televisão para manifestar a sua inconformidade.
- 75% indicam que nunca participariam num ato ou marcha de protesto.

Nesta mistura de ideias e atitudes dissonantes, pode-se entrever um risco democrático: a subvalorizarão do pluralismo político, e, em particular, o direito à dissensão perante os poderes constituídos. Na Guiné-Bissau, o desenvolvimento político pode ver-se atrapalhado pela fraqueza desta dimensão liberal da democracia.

Em contrapartida, **entre os guineenses, há um apoio mais forte à dimensão igualitária da democracia**. Para avaliar esta relação, elaborámos um índice que mede a disposição à igualdade social a partir de dois componentes:

- Igualdade de género
- Igualdade no ambiente e trato social

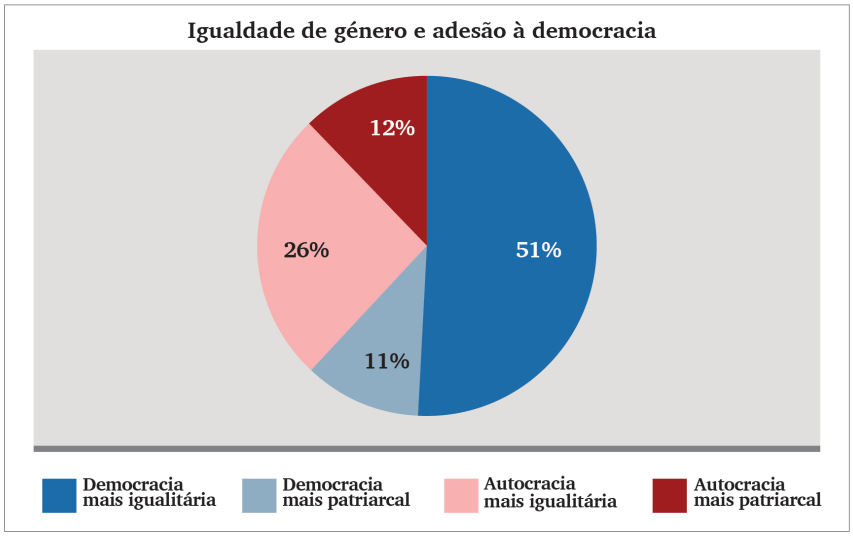
Na Guiné-Bissau, há uma forte afinidade entre o nível de adesão à democracia e o apoio à igualdade social. Esta relação positiva entre democracia e inclusão social pode ser apreciada no gráfico a seguir.



A valorização da democracia na Guiné-Bissau tem uma sinergia com o apoio à igualdade de género. Isto pode ser observado no quadro seguinte, que combina altos e baixos níveis de aprovação de ambas as posições.

Igualdade de género e adesão à democracia: Matriz conceitual		
Adesão à democracia	Igualdade de género	
	Menor	Maior
Mais Alta	Democracia mais patriarcal	Democracia mais igualitária
Mais Baixa	Autocracia mais patriarcal	Autocracia mais igualitária

O resultado deste cruzamento é sugestivo.



Metade dos guineenses simpatiza com a ideia de uma democracia de igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres. Um quarto da população é mais propenso a apoiar a igualdade de género num contexto mais autoritário. Por outro lado, um em cada cinco guineenses tem uma orientação mais patriarcal, e, entre estes, metade simpatizaria com um regime autoritário de cunho patriarcal.

Entre as pessoas mais democráticas, cinco em cada seis apoia a igualdade de género. Isto reafirma a importância de promover os direitos das mulheres. Afinal, a evidência sugere que este também pode ser um meio conducente ao fortalecimento da democracia na Guiné-Bissau.

A análise de alguns elementos que fazem parte da adesão à democracia na Guiné-Bissau ajuda a compreender melhor as oportunidades e os desafios para o desenvolvimento político do país. A evidência captada através da pesquisa Vozes do Povo sugere que há uma veta igualitária importante na sociedade guineense que pode ser aproveitada para fortalecer a democracia neste país. Ainda assim, continua o desafio de garantir o pleno respeito pelos direitos humanos e, em especial, o direito à dissensão.

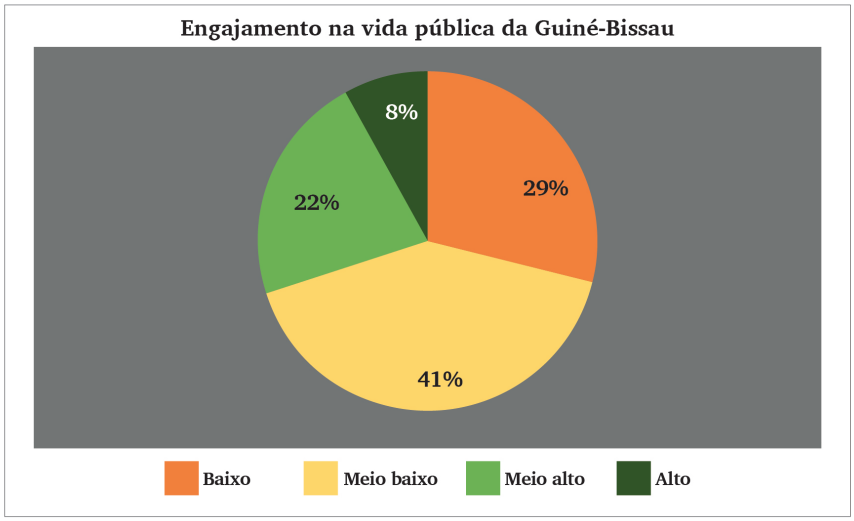
A debilidade da dimensão liberal da democracia, o desconhecimento da palavra 'democracia', e a influência de um segmento minoritário com simpatias autoritárias, complicam a construção deste regime político na Guiné-Bissau – apesar da sua ampla e ostensiva aceitação.

Engajamento na Vida Pública

A possibilidade do desenvolvimento democrático de um país depende, em boa medida, do engajamento das pessoas na sua vida pública. Para captar esta situação na Guiné-Bissau, elaborou-se um índice que avalia esta dinâmica em três vetores principais:

- **O relacionamento com o poder público,** via contacto com o Estado e as suas autoridades.
- **As ações de cidadania**, através da participação nas campanhas eleitorais, as associações sociais e partidárias, e na reclamação de direitos perante o governo.
- **A deliberação pública**, por meio do acesso às notícias e o diálogo sobre assuntos públicos.

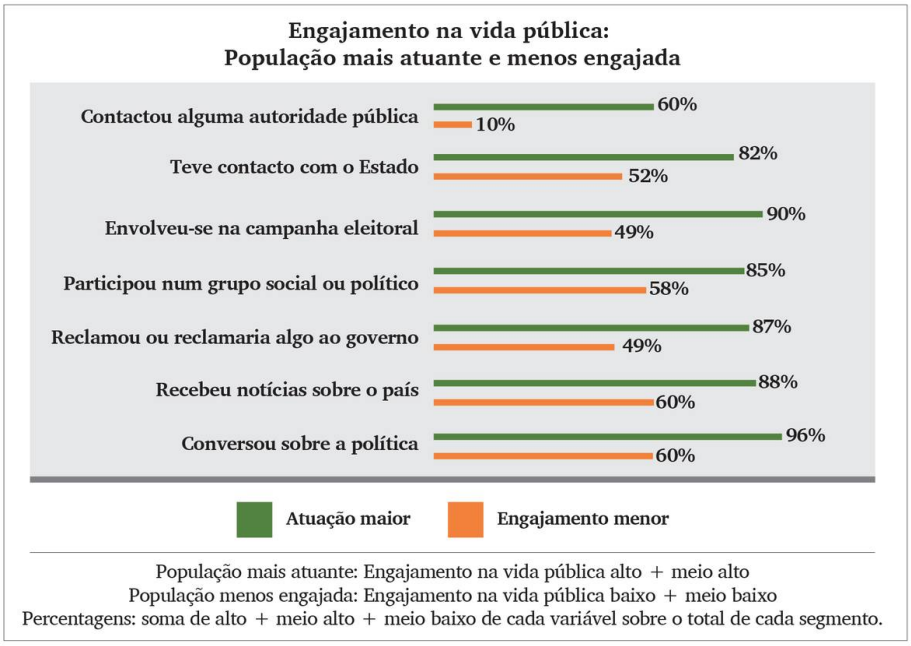
A distribuição da população guineense numa escala de engajamento na vida pública mostra um contraste acentuado entre uma minoria ativa e um amplo segmento que exibe escassas ligações com este âmbito, como se pode inferir do seguinte gráfico.



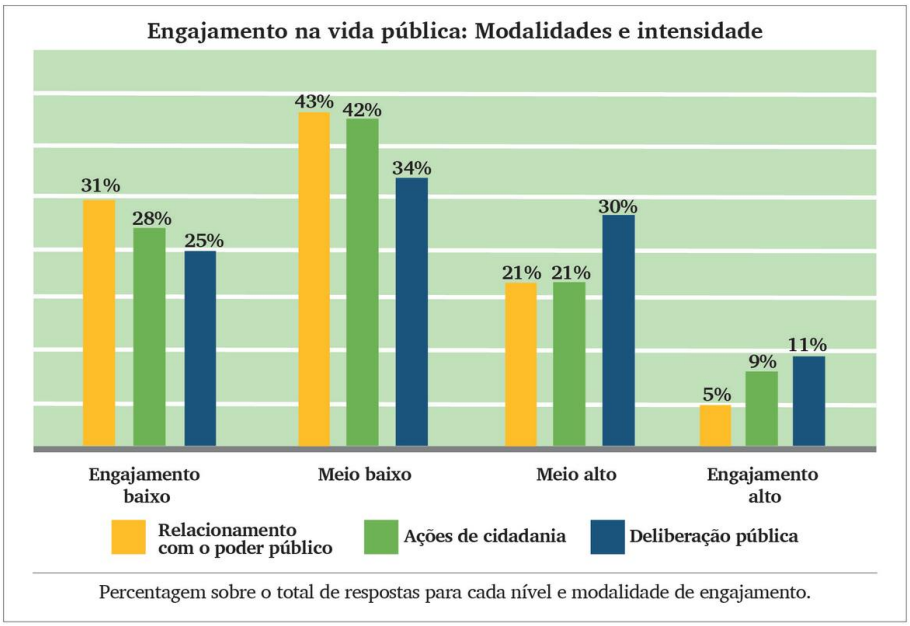
Na Guiné Bissau, sete em cada dez pessoas têm pouca ou nenhuma ligação com a vida pública do país. Em cada dez guineenses, três vivem praticamente desligados das instituições públicas e atividades vinculadas à sociedade civil e política do país. Só 8% da população, menos de um em cada dez guineenses, tem um relacionamento fluido com a esfera pública. A comparação entre a população mais atuante na vida pública (30% do total) e o segmento mais desligado (70% dos guineenses) é revelador, como mostra o próximo gráfico.

Na faixa de quase um terço da população (30%) que vive basicamente desligada do âmbito público:

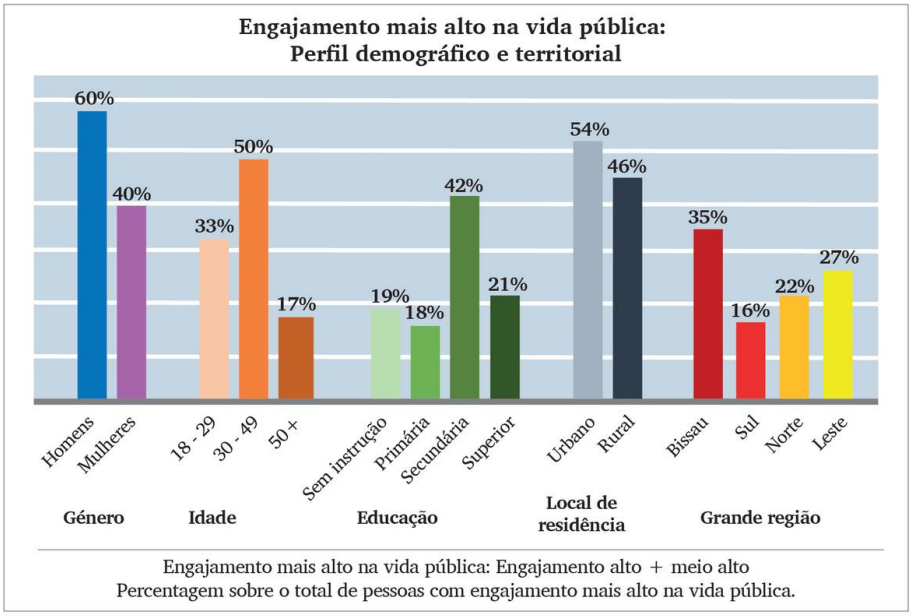
- 97% não se relacionou com as autoridades públicas
- 60% não teve contacto com o Estado
- 52% não participou em atividades ligadas à sociedade civil ou do âmbito partidário
- 68% dizem que nunca reclamariam nada do governo
- 59% não teve acesso às notícias sobre o país
- 64% não dialoga sobre assuntos políticos com familiares, vizinhos e amigos.



Comparando as três modalidades distintas de engajamento na vida pública, pode-se observar no seguinte gráfico, que na Guiné-Bissau é mais fácil deliberar sobre os assuntos públicos do que relacionar-se com os agentes estatais. Este facto reforça a perceção de um Estado fraco, com pouca presença no território nacional, portanto pouco acessível a um amplo segmento da população.

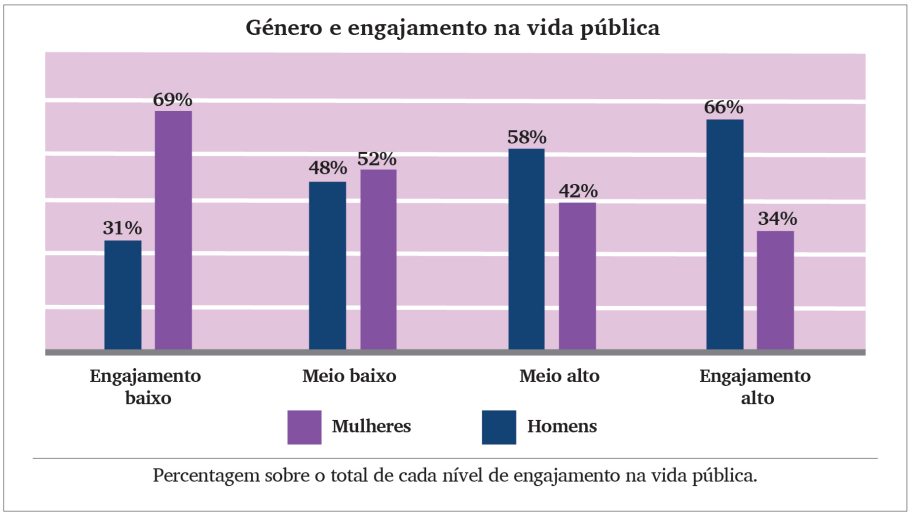


Que sectores da Guiné-Bissau se engajam mais na vida pública do país? O gráfico que se segue apresenta alguns traços demográficos deste segmento, que representa pouco menos de um terço da população (30%).



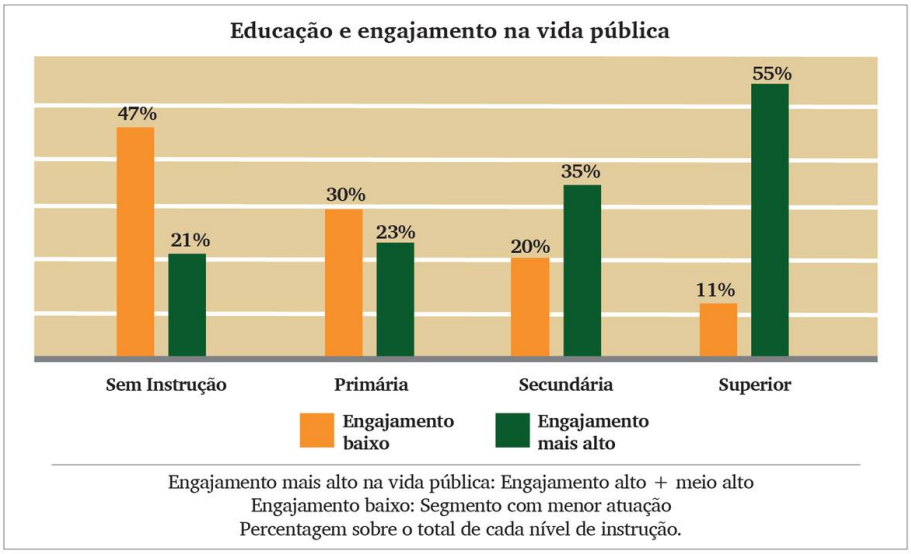
A maior participação na vida pública dá-se entre os homens, sobretudo de média idade. A educação facilita este engajamento: quase dois em cada três pessoas mais ligadas ao âmbito público fez estudos pós-primários. A relação com a esfera pública é mais forte no meio urbano, onde há mais contacto com o Estado, suas autoridades e acesso às notícias. Daí o maior destaque da capital do país.

Quanto ao **género**, o envolvimento menor das mulheres é evidente: na faixa de escassa participação (70% da população), dois em cada três pessoas são mulheres. Na população mais desligada do âmbito público, sete em cada dez pessoas são mulheres, como regista o seguinte quadro.

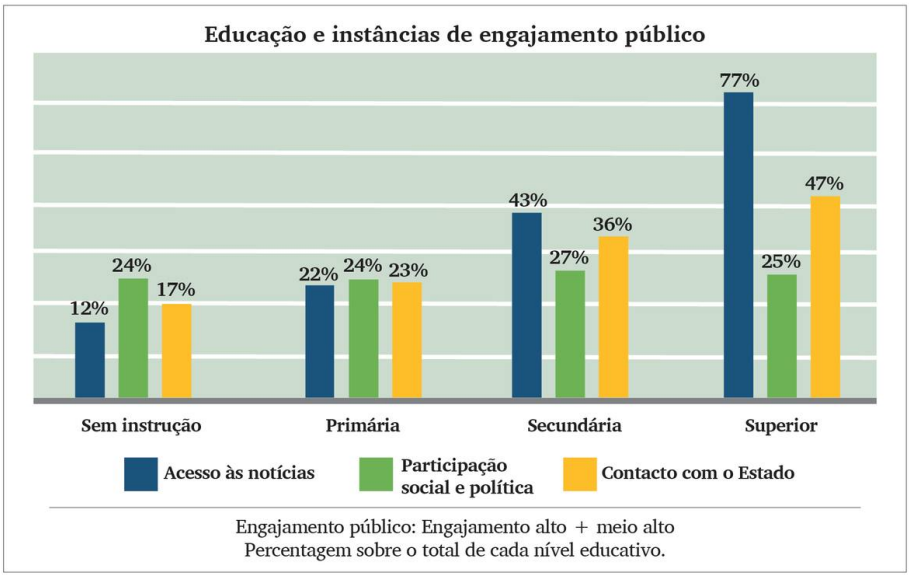


Na Guiné-Bissau, uma em cada cinco mulheres vive essencialmente afastada dos debates, das atividades e das relações que fazem parte da esfera pública. As mulheres ficam particularmente diminuídas na sua capacidade de relacionamento com os poderes públicos e na oportunidade de deliberar sobre os acontecimentos do país: uma em cada três mulheres não dialoga sobre assuntos políticos ou acompanha as notícias.

Quanto à **idade**, os jovens guineenses são menos atuantes que as pessoas mais idosas. Eles têm um relacionamento menor com o poder público e são menos ativos em grupos sociais e políticos. Mas têm um acesso maior às informações sobre o que acontece no país. Nos centros urbanos isto vê-se reforçado pelo maior uso da internet. O grupo etário que mais conversa sobre assuntos públicos é o intermédio, de 30 a 49 anos: 52% deles dialoga sobre política com bastante frequência. Seguem-se os jovens com 46% e os mais velhos com 38%. Entre os jovens, a deliberação pública é mais intensa que a atuação cívica.



A **educação** tem um forte impacto no nível de engajamento das pessoas. As pessoas mais instruídas participam muito mais na vida cívica do país. As pessoas com educação superior têm, em termos proporcionais, uma atuação duas vezes maior do que aquelas que não tiveram instrução ou só fizeram a escola primária. Quase metade das pessoas sem escolarização (47%) tem uma vida desconectada do âmbito público, como se observa acima. Entre os desconectados da esfera pública, sete em cada dez nunca foram alfabetizados ou só fizeram algum estudo primário.



As pessoas com mais educação têm, segundo os dados da pesquisa, uma capacidade superior de relacionamento com o Estado e as autoridades políticas, e uma melhor possibilidade de deliberação pública. O facto de as pessoas com maior educação residirem em áreas urbanas explica o seu acesso mais fácil às dependências do Estado e diversas fontes de notícias. Contudo, é importante ressaltar que no âmbito das ações de cidadania, o nível de educação não afeta a intensidade da participação pública, como expõe o quadro acima.

O contraste desvendado na representação anterior é significativo. As pessoas com educação superior têm quase três vezes mais contacto com o Estado do que as pessoas sem instrução. Há também, entre estes segmentos da população, uma forte disparidade – de mais de seis para um – no acesso às notícias.

No entanto, há uma paridade importante em todos os estratos educativos quanto à atuação das pessoas em grupos religiosos, comunitários, sindicatos, associações de agricultores, grêmios profissionais e partidos políticos. Neste âmbito, um quarto da população, em cada faixa de instrução, tem uma participação pública mais intensa. Isto sugere que, na Guiné-Bissau, a vida associativa e partidária tende a facilitar espaços para a integração e inclusão social. Esta situação revela um potencial interessante para a promoção do desenvolvimento democrático do país.

O **local de residência** pode estender ou limitar as possibilidades de engajamento público. O meio urbano facilita o contacto com as instituições e autoridades públicas, e amplia o acesso aos meios de comunicação. Dois terços das pessoas que tem pouca relação com a esfera pública moram no campo, e só um terço nas cidades. Em total, um terço da população rural encontra-se marginalizada da vida pública. Isto se acentua, na Guiné-Bissau, pelo facto de quatro em cada cinco camponeses terem pouco ou nenhum contacto com o Estado ou acesso às notícias.

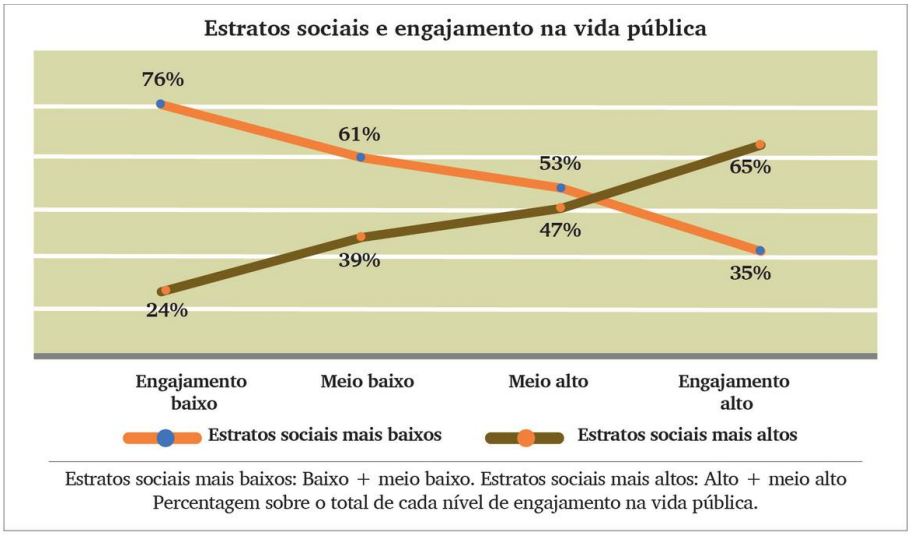
Os contrastes entre o mundo urbano e rural, contudo, desfazem-se no âmbito das ações de cidadania. Aqui, os camponeses e citadinos têm uma disposição similar de participar nas campanhas eleitorais e fazer reclamações ao governo. Dois em cada três guineenses, urbanos e rurais, atuaram na campanha eleitoral de 2014. Ademais, um quinto de ambos os segmentos diz que reclamou, ou gostaria de reclamar, algo ao governo.

É no campo, porém, que se dá um ativismo social e partidário mais intenso. Entre os habitantes rurais, isto chega aos 28%, e no meio urbano a 21%. Isto indica que há elementos da sociabilidade camponesa – entre eles, a vida comunitária e a maior confiança interpessoal – que facilitam a participação popular.

Com isto podemos concluir que o acento urbano na vida pública da Guiné-Bissau reflete muito mais o conjunto de oportunidades oferecidas nesse meio do que quaisquer diferenças de disposição entre o povo citadino e camponês.

É assim que Bissau oferece condições mais favoráveis para o engajamento público. Mas o leste e o sul do país apresentam um dinamismo associativo e partidário mais forte. No leste há também uma prática mais intensa de contacto com autoridades públicas. Em Bissau e nas regiões Norte e Leste, metade da população discute com bastante frequência assuntos políticos. No entanto, no sul só dois em cada cinco pessoas exibem esta disposição.

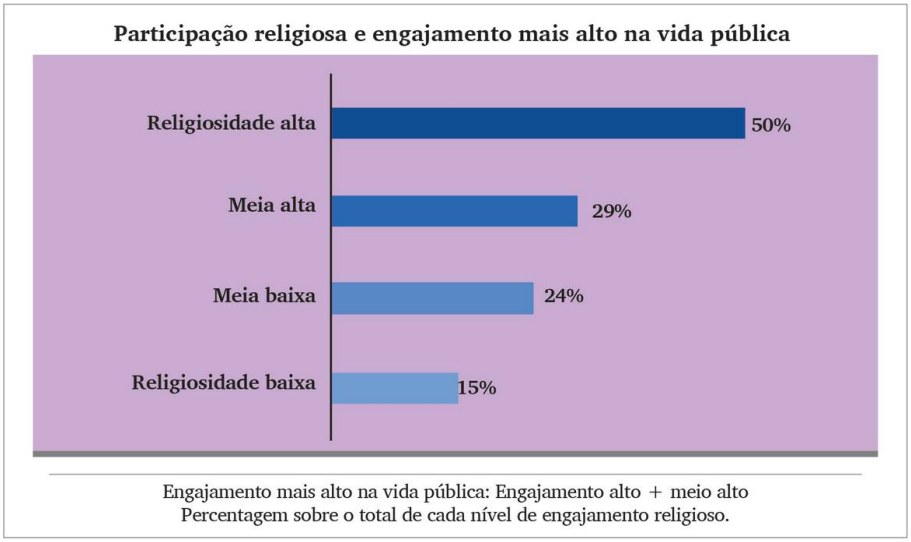
A relação entre **estratos sociais** e o nível de engajamento na vida pública é ainda mais pronunciada. A população com um património maior tem uma participação substancialmente maior do que aquela mais carente, como assinala este quadro.



Entre as pessoas com engajamento alto, dois em cada três são dos estratos sociais mais favorecidos. Entre as pessoas mais desengajadas, três em cada quatro provêm dos estratos mais pobres. Esta diferença é particularmente acentuada num componente do índice de estratos sociais: o uso de meios modernos de comunicação. Aqui,

- 90% dos que não utilizam o telemóvel, a rádio, televisão e internet, têm participação nula ou baixa na esfera pública.
- 85% dos que têm um engajamento alto usam estes instrumentos com frequência.

Na Guiné-Bissau, a **religião** é um fator que estimula o engajamento popular na vida pública. Neste país, as pessoas com uma participação religiosa mais alta têm uma atuação pública três vezes maior do que as pessoas com baixa religiosidade, como se pode apreciar neste gráfico:



Entre as três principais religiões na Guiné-Bissau, ajustando pela variação no tamanho de cada grupo, o engajamento público é maior na comunidade muçulmana (36%) do que na cristã (29%)

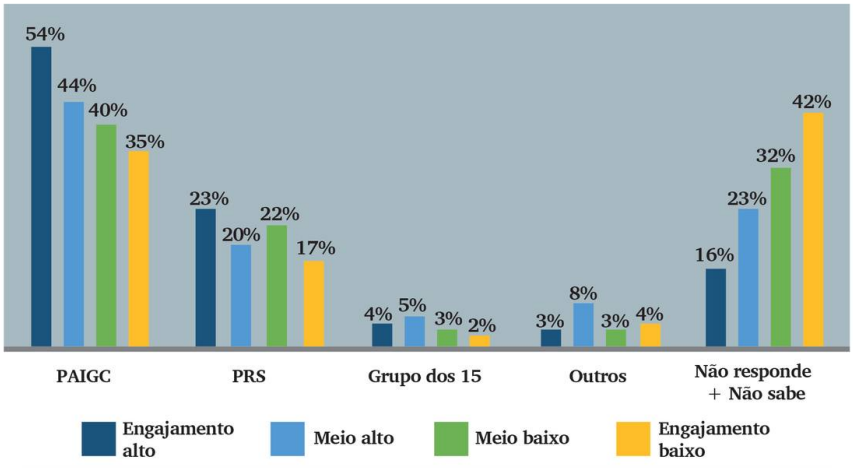
ou na animista (12%). Do outro lado desta equação, no escalão inferior, quase metade dos animistas (47%) exibe uma atuação pública baixa ou nula, comparada com um quarto dos cristãos (27%) e dos muçulmanos (26%).

As **atitudes e disposições** das pessoas tendem a variar segundo o seu nível de engajamento na vida pública. Os indivíduos mais desengajados têm, em geral, uma predisposição mais alta para a intolerância social. A título de ilustração, um quarto desta população apresenta um risco de sectarismo religioso.[3] Neste grupo, 20% teriam uma orientação sectária mais cultural, e 5% religiosa. Em contrapartida, só 6% das pessoas com uma atuação significativa teriam uma visão mais sectária.

Por outro lado, as pessoas mais engajadas tendem a exibir um sentimento de confiança mais robusto, tanto no plano interpessoal como na relação com as instituições públicas, as entidades da sociedade civil e as lideranças religiosas e comunitárias. Neste segmento, quatro em cada cinco pessoas sentem afinidade com algum partido político. Mas só metade dos desengajados tem alguma identidade partidária.

Tudo isto, por sua vez, impacta na dinâmica política do país. Em 2018, entre as pessoas que manifestaram a sua intenção de voto em favor do PAIGC, havia uma maior tendência para o engajamento público, como salienta o quadro seguinte. Entre aqueles que não responderam à pergunta ou disseram não saber, a disposição ao engajamento público era substancialmente menor. Entre os aderentes do PRS, porém, não se detetou nenhuma correlação com o grau de participação na vida cívica.

Intenção de voto em 2018 e engajamento na vida pública



Intenção de Voto em 2018. Resposta à pergunta do questionário:
Se as eleições legislativas fossem amanhã, em que partido votaria?
Percentagem sobre o total de cada nível do engajamento na vida pública.

Na Guiné-Bissau, o nível de engajamento na vida pública incide nas possibilidades de promover a tolerância, a confiança, a inclusão social, e a adesão à democracia. Daí a importância de entender melhor este fenómeno.

[3] A referência aqui é a segunda versão do índice de risco de sectarismo religioso, que exclui a variável preconceito sexual.

Militância Partidária

Para captar e compreender melhor a faixa da população engajada de maneira intensa no âmbito dos partidos políticos criou-se o índice de militância partidária. Este segmento abrange 7% dos cidadãos guineenses, uma quantidade por si só bastante significativa. O índice combina três fatores:

- **A atuação nos partidos políticos,** seja como dirigente ou membro ativo
- **A participação na campanha eleitoral,** em diversas modalidades
- **O contacto com autoridades,** incluindo a frequência desta interação.

Aqui, a militância partidária está associada à participação ativa em entidades políticas e campanhas eleitorais, e a regularidade da comunicação com lideranças públicas e partidárias. Apresentamos a seguir uma série de dados que permitem caracterizar melhor o perfil desta militância partidária:

- 95% têm uma atuação partidária alta
- 94% participam ativamente nas campanhas eleitorais
- 64% têm um relacionamento mais intenso com as autoridades públicas.

O engajamento destes militantes na vida pública da Guiné-Bissau é marcante: 90% têm uma participação mais alta, três vezes mais do que a média nacional. O gráfico que se segue revela detalhes sobre esta relação.



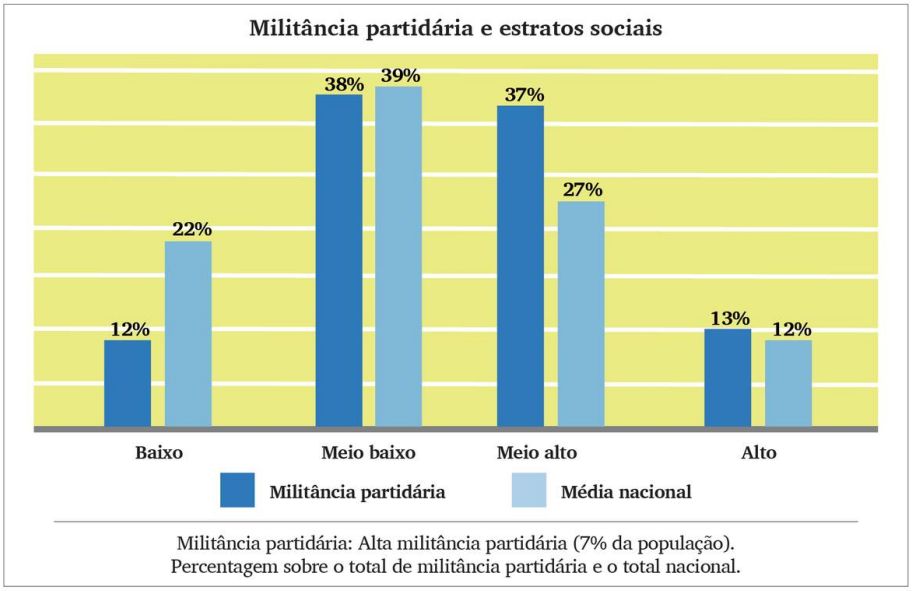
Militância partidária: Alta Militância partidária (7% da população).
Engajamento na vida pública: Engajamento alto + engajamento meio alto.
Percentagem sobre o total de militância partidária alta e o total nacional.

Entre as principais características sociais destes ativistas partidários pode-se destacar o seguinte: em relação à questão de **género**, dois em cada três militantes são homens, e uma é mulher. As mulheres perdem destaque por causa da sua menor participação no *lobby* junto das autoridades públicas. No entanto, na atuação partidária a brecha com os homens é menor.

Quanto à **idade**, quase dois terços dos ativistas têm entre 30 e 49 anos. Essa faixa etária e os de 50 anos para cima, são, em termos proporcionais, três vezes mais ativos que os jovens. Três em cada quatro jovens não atua nos partidos ou movimentos políticos, e dois em cada três jovens participam pouco ou nada nas campanhas eleitorais.

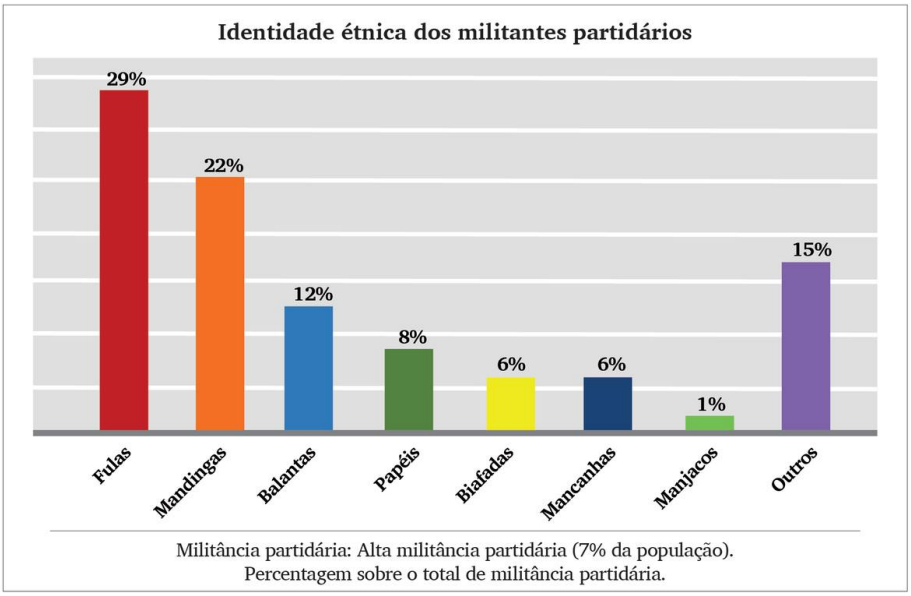
Em outros aspetos, no entanto, é possível entrever a atividade partidária como um espaço que envolve e integra diversos segmentos da população. A composição da militância partidária, por exemplo, reflete níveis de **educação** similares à média nacional. Um quarto dos ativistas é analfabeto, 22% só frequentou a escola primária, 38% assistiram à escola secundária, e 15% tiveram alguma educação superior.

Da mesma forma, os militantes provêm de diversos **estratos sociais,** o que permite aos partidos espelhar aspetos relevantes da realidade guineense. Ainda assim, como mostra o seguinte gráfico, há uma proporção maior de pessoas do segmento meio alto, e uma menor no estrato mais pobre.



Militância partidária: Alta militância partidária (7% da população).
Percentagem sobre o total de militância partidária e o total nacional.

Quanto à **distribuição territorial** dos ativistas partidários, 57% destes moram no campo, proporção similar ao tamanho da população rural. Os camponeses, contudo, são mais atuantes que os citadinos nos partidos políticos. A região Leste tem uma proporção ligeiramente maior de militantes. Mas, em geral, a diferença entre as grandes regiões do país é mínima.

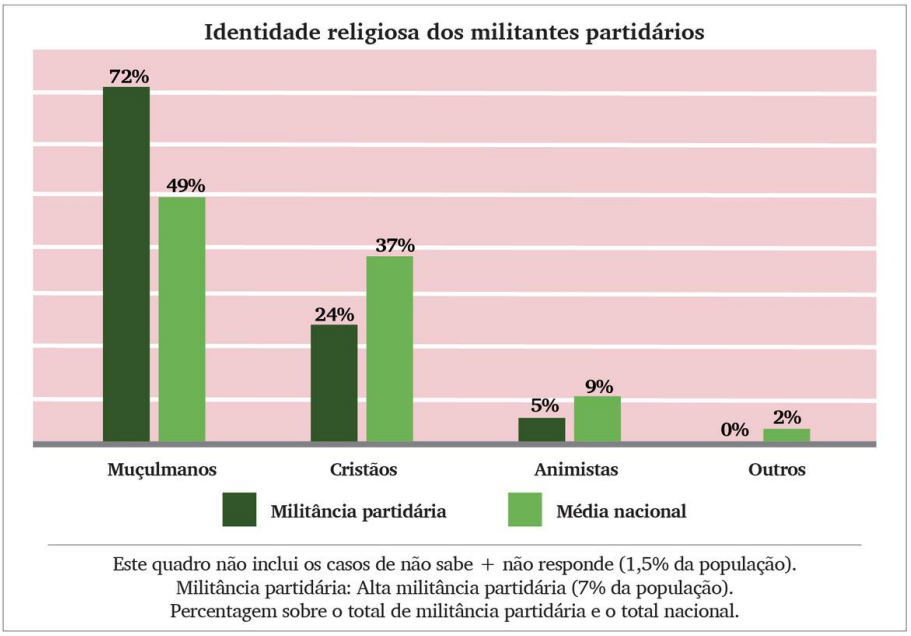


Militância partidária: Alta militância partidária (7% da população).
Percentagem sobre o total de militância partidária.

A **composição étnica** dos militantes partidários reflete, em algo, o tamanho da população de cada grupo, como se pode observar no gráfico anterior. Mas há também algumas diferenças substanciais. Os Mandingas têm uma militância política muito maior do que a sua proporção na população guineense (que alcança os 15%). Os Fulas (que atingem 25% da população), Biafadas (4%) e Mancanhas (5%) também têm uma proporção maior. Mas os Balantas (com 20% da população), Papéis (10%) e, especialmente, os Manjacos (com 10%), apresentam um nível de ativismo partidário bastante inferior ao seu tamanho demográfico.

A militância partidária na Guiné-Bissau é fortemente **religiosa**: 83% dos ativistas têm uma participação religiosa assídua, e destes, 74% têm uma prática religiosa intensa. Os ativistas políticos neste país são muito mais religiosos que o resto da população. A nível nacional, o engajamento religioso mais alto é de 59%, 24 pontos a menos que o envolvimento religioso dos militantes políticos.

Entre as três principais religiões na Guiné-Bissau, há uma participação preponderante de muçulmanos entre os ativistas políticos. Cinco em cada sete militantes partidários são muçulmanos, e dois são cristãos. A participação dos cristãos e animistas é muito inferior à sua proporção demográfica, como revela o seguinte gráfico.



Este quadro não inclui os casos de não sabe + não responde (1,5% da população).
Militância partidária: Alta militância partidária (7% da população).
Percentagem sobre o total de militância partidária e o total nacional.

No total, 11% dos muçulmanos são ativistas políticos. Mas só 3% dos católicos, 6% dos evangélicos e 5% dos cristãos (sem denominação) o são. Entre os animistas, só 4% atuam com maior intensidade nos partidos políticos.

O **risco de sectarismo religioso** é bastante baixo entre os militantes partidários. Quatro em cada cinco militantes exibem uma alta tolerância religiosa e cultural. Entre os ativistas mais tolerantes, 84% apresentam uma religiosidade mais intensa. Só um em cada cinco ativistas tem uma orientação mais sectária. Entre os mais sectários, quatro em cada cinco pessoas expõem uma tendência ao sectarismo religioso.

A militância política na Guiné-Bissau reflete as principais **identidades partidárias** do país. Em 2018, três em cada cinco ativistas partidários eram do PAIGC, um em quatro do PRS, e o resto de partidos menores. No PAIGC e no PRS, um em cada dez simpatizantes tinha uma participação

ativa na vida do seu partido. O Grupo dos 15, um movimento dissidente do PAIGC, teve, em meados de 2018, 3% de apoio a nível nacional. No entanto, 12% dos seus adeptos eram ativistas políticos.

Conclusão

O estudo de mineração e análise de dados do inquérito Vozes do Povo possibilita uma leitura aguda das condições de vida, perceções e opiniões do povo guineense. As informações reveladas aqui dão conta da excecionalidade dos dados alcançados.

O conhecimento produzido por esta investigação serve para aperfeiçoar estratégias e empoderar o desenvolvimento democrático da nação guineense. Entre as múltiplas orientações que podem ser destacadas neste sentido, é possível salientar a importância de:

- **Reforçar a educação cívica.** O apoio popular aos procedimentos, normas e ideais democráticos são cruciais para as perspetivas deste sistema de governo. Daí a necessidade de investir na educação cívica. Sobretudo, para melhorar a compreensão do conceito de democracia, e elevar o apreço pela ideia de liberdade de expressão, em particular o valor da dissidência.
- **Promover o engajamento cidadão.** A participação popular é um instrumento pedagógico para a formação de valores democráticos e a promoção da tolerância e inclusão social. Mulheres e jovens constituiriam partícipes ideais para essas práticas, dados os seus níveis mais baixos de atuação cívica. A ampla sensibilidade no país em relação às questões ambientais sugere que os assuntos ligados a esse âmbito podem oferecer um canal favorável para tais ações.
- **Auxiliar os partidos políticos.** Os partidos políticos são atores importantes na Guiné-Bissau e merecem maior atenção. Os partidos desempenham um papel fundamental na formação e seleção dos líderes e quadros políticos do país. As perspetivas de desenvolvimento democrático da nação guineense dependem em grande parte da qualidade dos seus políticos. Um programa de cooperação técnica em apoio aos partidos políticos, com atividades de formação interpartidária, e atenção especial para a militância juvenil e feminina, faria muito pelo país. Esforços criativos para incutir um senso de serviço público, aperfeiçoar habilidades práticas, e cultivar ideais democráticos na militância mais jovem, poderiam ajudar a formar uma nova geração de líderes guineenses.
- **Ampliar o acesso a notícias confiáveis.** A construção da democracia requer uma cidadania informada e ativa. A disponibilidade de fontes de notícias confiáveis é crítica para isso. Conforme revelado no estudo Vozes do Povo, uma parte substancial da população tem pouco ou nenhum acesso às notícias e, como resultado, permanece maioritariamente desligada da vida cívica do país. O apoio à programação radiofónica e às rádios comunitárias pode fazer uma grande diferença nesse sentido, sobretudo nas áreas rurais, que são as mais carentes de fontes de notícias.
- **Priorizar ações em escala nacional.** Os projetos concebidos para fortalecer a democracia na Guiné-Bissau – através do engajamento cívico, colaboração com os partidos políticos, e apoio aos meios de comunicação – devem ter um alvo e âmbito de atuação nacional, em vez de centrar-se apenas nas comunidades locais. Essas iniciativas devem incluir atividades destinadas a fomentar laços interétnicos, construir relações inter-regionais, apoiar os vínculos urbano-rurais e estimular a colaboração em pé de igualdade entre homens e mulheres. A busca do desenvolvimento democrático na Guiné-Bissau deve ir além da adição de microempreendimentos e abordar – de uma forma significativa e sensata – as questões macro em jogo.

Referências

Carter, Miguel (2021). *Vozes do Povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Green, Toby (2019). *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution.* Chicago: The University of Chicago Press.

Kaviraj, Sudipta (2014). "Modernity, State and Toleration in Indian History: Exploring accommodations and Partitions," *Boundaries of Toleration,* organizado por Alfred Stepan e Charles Taylor. New York: Columbia University Press.

Menchik, Jeremy (2016). *Islam and Democracy in Indonesia: Tolerance without Liberalism.* Cambridge: Cambridge University Press.



3
Atitudes Sociais: Igualdade de Género e Confiança Interpessoal

Miguel Carter

A pesquisa de mineração e análise de dados do inquérito Vozes do Povo, de 2018, criou vários instrumentos para aprofundar a compreensão da sociedade guineense. A informação produzida a partir desta investigação gerou uma riqueza empírica notável, com base na combinação de índices e indicadores que permitem uma nova leitura da Guiné-Bissau. Este capítulo revela alguns dos dados conseguidos com relação ao apoio à igualdade de género e a confiança interpessoal neste país.

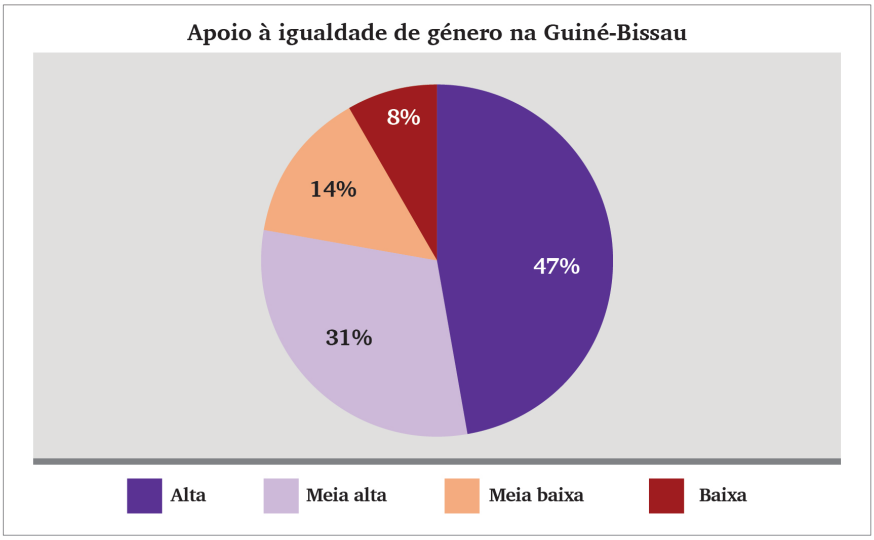
Neste estudo é possível constatar duas aprendizagens. Primeiro, a ampla simpatia pela igualdade de género na Guiné-Bissau pode fortalecer os esforços por efetivar esta mudança social. Segundo, a confiança interpessoal é um ativo mobilizador na sociedade guineense.

Igualdade de Género

A igualdade de género é fundamental para o desenvolvimento democrático. Ela ampara-se na equidade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre homens e mulheres. A promoção deste princípio tem facilitado a inclusão das mulheres na vida cívica do país e nos processos de governação. A maior participação feminina tem estimulado, por sua vez, a adoção de políticas públicas destinadas a reforçar esta dinâmica inclusiva e efetivar os direitos das mulheres.

Para avaliar o apoio à equidade de género na Guiné-Bissau elaborou-se um índice com base em três componentes, ligados ao apoio à igualdade de:

- oportunidades para a **eleição de mulheres a cargos públicos**
- direitos a **possuir e herdar a terra**
- **direitos e trato entre homens e mulheres,** desdenhando a sujeição feminina às leis e costumes tradicionais.



Na Guiné-Bissau há uma ampla simpatia pelo princípio da igualdade na relação entre homens e mulheres. Quase metade da população (47%) apoia esta causa com muita força. Outro segmento, pouco menos de um terço dos guineenses (30%), respalda-a com uma intensidade menor. Esta orientação mais igualitária alcança 77% do povo. Com isto cria-se um ambiente propício para pôr em prática estes princípios e atenuar a resistência – discreta ou aberta – à mudança social em curso.

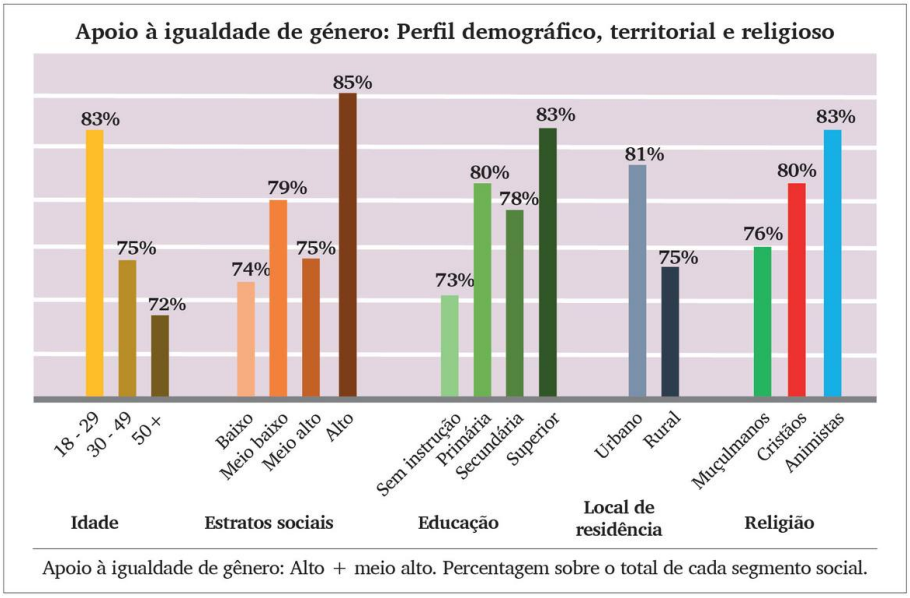
Tudo isto se dá num **contexto em que ainda prevalecem fortes inequidades** entre homens e mulheres. A modo de ilustração, na Guiné-Bissau:

- 62% das pessoas do estrato social mais pobre são mulheres
- 54% das mulheres têm pouco ou nenhum acesso a meios modernos de comunicação, 14 pontos acima dos homens
- Dois terços das pessoas sem instrução formal são mulheres
- Sete em cada dez guineenses que vivem desligados da vida pública são mulheres
- 61% das mulheres dialogam pouco ou nada sobre política, em comparação com 43% dos homens.
- Entre os ativistas partidários, só uma em cada três militantes é mulher
- Na Assembleia Nacional Popular, de 102 parlamentares, a representação das mulheres é de apenas 14 deputadas (13,7%).

A luta por efetivar os princípios de igualdade de género enfrenta grandes obstáculos. Mas o apoio popular a este ideal é uma alavanca em favor da mudança social. **As mulheres são as principais propulsoras da transformação** em curso:

- 85% das mulheres têm uma disposição igualitária, e 56% delas defendem a equidade entre homens e mulheres com muita força.
- Apenas 4% das mulheres sustentam uma visão patriarcal mais dura e fechada, bastante menos que os homens, onde esta orientação chega a 13% desta população.

Ainda assim, vale destacar que sete em cada dez homens na Guiné-Bissau são partidários da equidade de género, cifra que não deixa de ser uma proporção relevante. Quase metade destes homens (37% do total) defendem a igualdade de direitos entre os sexos com forte convicção.



Apoio à igualdade de gênero: Alto + meio alto. Percentagem sobre o total de cada segmento social.

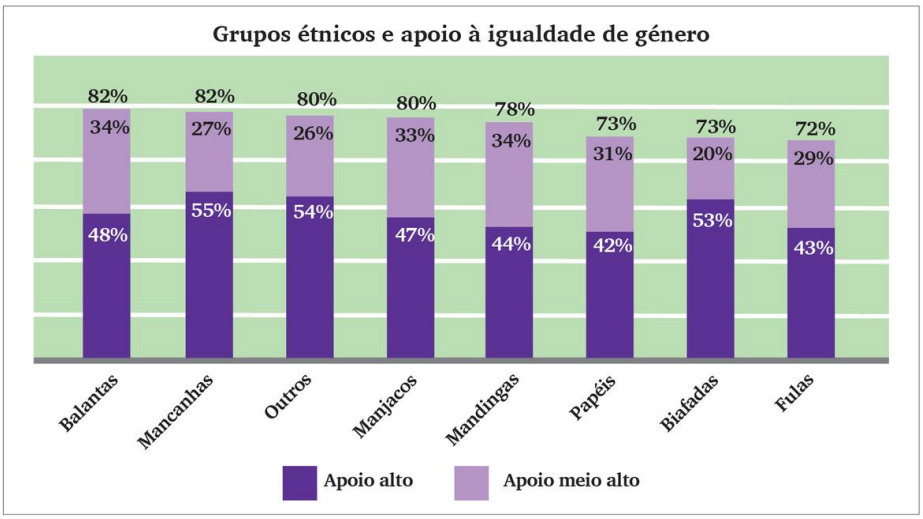
A amplitude do apoio a esta agenda igualitária tem o efeito de diminuir o impacto das variáveis demográficas que podem ajudar a explicar esta situação. No entanto, há algumas inflexões que merecem atenção. O quadro anterior oferece uma síntese destas tendências, considerando as pessoas mais favoráveis ao princípio de justiça entre os sexos.

Há um claro **efeito geracional** no apoio à igualdade de género. Os jovens são mais propensos a respaldá-lo do que as pessoas mais velhas. Por outro lado, a adesão é maior entre as pessoas do estrato social alto e aquelas com ensino superior. Contudo, o quadro acima revela que a correlação entre estratos sociais, experiências educativas, e a defesa da equidade entre homens e mulheres não é consistente.

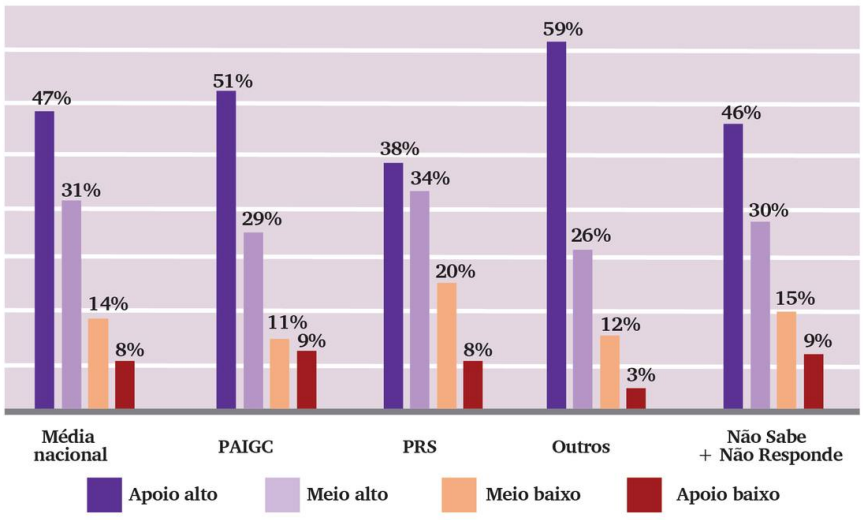
A simpatia pela igualdade de género abarca todo o território nacional. Mas ela reflete um **acento mais urbano** que rural, ainda que a diferença entre eles seja bastante pequena. É por isso que este sentimento alcança níveis mais altos em Bissau (onde é partilhado por 81% da população). Contudo, a região do país com a disposição mais equitativa é Cacheu (83%). Em contrapartida, os índices de menor apoio encontram-se no Leste e Sul do país, particularmente em Gabu (71%) e Quínara (72%).

No **âmbito religioso** não há grandes contrastes. A disposição maior em favor da equidade de género encontra-se entre os animistas, e a menor na comunidade muçulmana. No grupo mais refratário a esta mudança social (8% da população nacional), seis em cada dez pessoas são muçulmanos. Na comunidade cristã, os católicos e evangélicos exibem uma orientação mais igualitária do que os que apenas se identificam como 'cristãos'.

Entre os principais **grupos étnicos** da Guiné-Bissau tampouco há variações significativas quanto ao apoio à igualdade de género. Os mais equitativos são os Balantas e Mancanhas, os últimos exibindo uma maior intensidade nesta adesão. A seguir estão os Manjacos e a somatória de uma constelação de grupos menores, entre eles Bijagós, Djolas, Mansoancas, Saraculés, Nalus, Cabo-verdianos e aqueles que se identificam apenas como Guineenses. A etnia com maior resistência à equidade de direitos entre homens e mulheres são os Fulas, grupo que inclui uma elevada população rural, com poucas oportunidades de estudo. Contudo, nesta comunidade o respaldo à posição mais igualitária é só cinco pontos abaixo da média nacional.



Em 2018, os dois principais **partidos políticos** da Guiné-Bissau eram o PAIGC e o PRS, que colhiam juntos a simpatia de 92% das pessoas com alguma identidade partidária. Entre eles havia algumas diferenças de apreciação quanto ao princípio da igualdade de género. O PAIGC tinha uma ala maioritária com uma forte posição em favor da equidade. Mas entre os aderentes do PRS, a intensidade do apoio era menor. Guardando as proporções distintas na adesão às forças políticas do país, percebeu-se que o respaldo mais alto à orientação igualitária se deu na somatória de um conjunto de forças políticas menores, que inclui o Grupo dos 15, movimento dissidente do PAIGC que em 2018 tinha 3% de aprovação, e logo constituiria o partido MADEM.



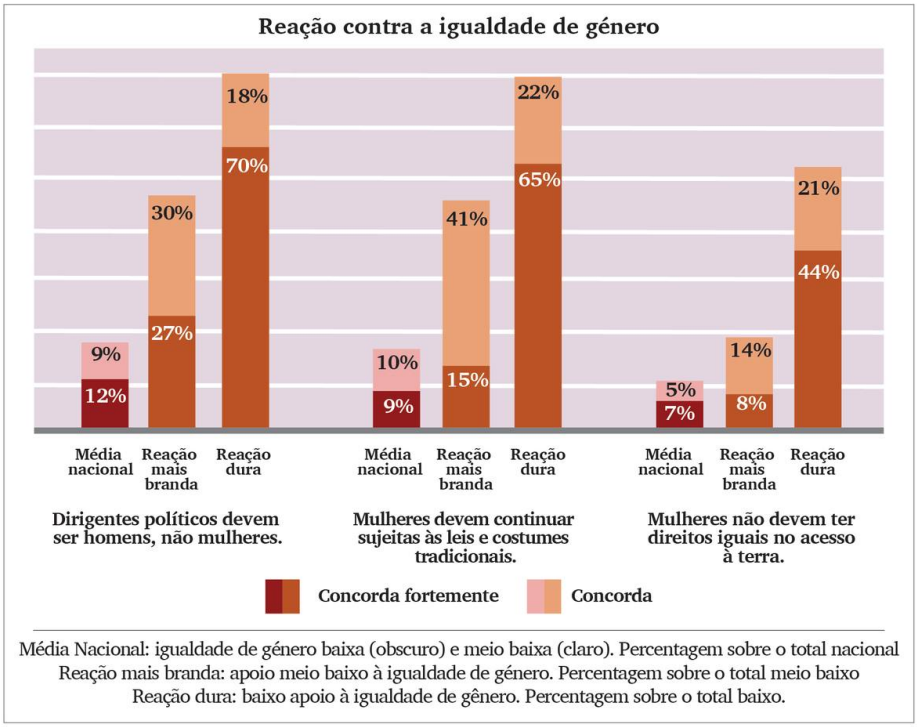
Em 2018, o PAIGC representava 42% do eleitorado, o PRS 21%, outros partidos e movimentos (incluindo o G-15) 5%. As pessoas sem identidade partidária constituíam 32% dos votantes. Percentagens sobre o total de cada agrupação ou opção política.

O **segmento mais refratário à igualdade de género** abarca 8% da população. Ele tende a ser mais velho e masculino: três em cada quatro pessoas conservadoras são homens. A maior parte deste grupo (68%) se informa através de conversações com familiares, amigos e vizinhos. Mas é uma população bastante politizada. Metade discute temas políticos com frequência, um terço atua num partido político, e uma parte expressiva (44%) participa com regularidade nas campanhas eleitorais.

Entre os militantes partidários, um em cada oito partilha de uma visão fortemente contrária à paridade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, metade dos militantes tem uma perceção altamente positiva deste princípio.

Os reacionários exibem um apreço maior pelas forças da ordem – polícia, militares, tribunais, autoridades religiosas e conselhos de anciãos. São, usualmente, menos críticos da atuação do governo. De igual forma, exibem uma tendência a confiar mais no que está constituído, e desconfiar das alternativas em construção.

O acesso das mulheres aos cargos públicos é a questão que provoca a maior resistência entre os adeptos ao patriarcado, como revela o quadro seguinte. A rejeição das normas igualitárias que liberam as mulheres da sujeição às leis e costumes tradicionais segue em segundo lugar no foco da contrariedade. O assunto que provoca menor apreensão entre os reacionários é o direito igual a possuir e herdar a terra.



Média Nacional: igualdade de género baixa (obscuro) e meio baixa (claro). Percentagem sobre o total nacional
Reação mais branda: apoio meio baixo à igualdade de género. Percentagem sobre o total meio baixo
Reação dura: baixo apoio à igualdade de gênero. Percentagem sobre o total baixo.

Há pouca variação entre os mais igualitários e os patriarcais quanto ao nível de adesão e engajamento religioso. Mas entre os últimos há uma confiança interpessoal mais alta e uma tolerância social maior, sobretudo em relação à presença de estrangeiros. À diferença de outros países, a oposição à igualdade de género na Guiné-Bissau não conduz à intolerância étnica, religiosa ou em relação aos imigrantes, nem se nutre dela.

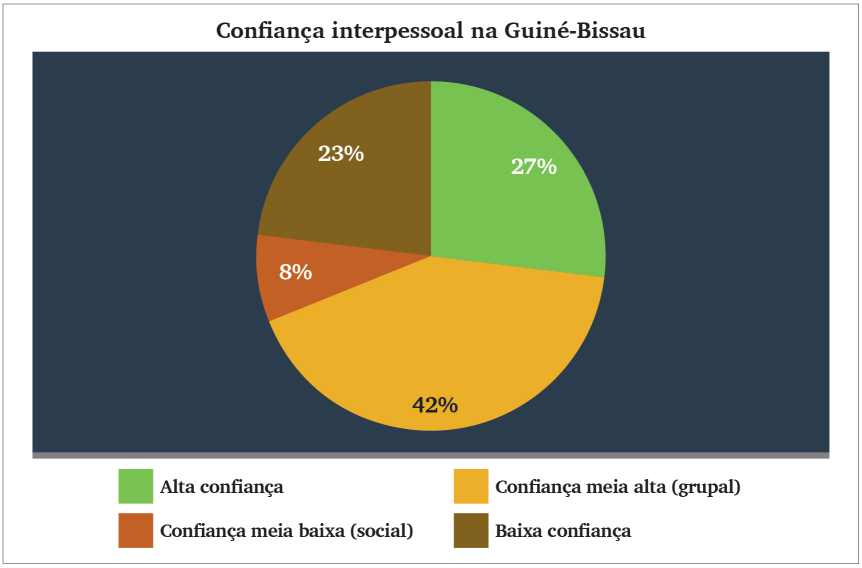
Confiança Interpessoal

A confiança facilita a cooperação em diversos âmbitos, desde a vida familiar e comunitária, até as relações de mercado e atuação na esfera pública. Para compreender a dinâmica deste capital social na Guiné-Bissau, criámos dois índices de confiança, uma social e a outra grupal. A confiança social é conferida de maneira ampla e geral; ela não se restringe a um círculo privado ou conhecido. A confiança grupal, por outro lado, é conferida a familiares, amigos e vizinhos, e a outras pessoas de proximidade social. A combinação dos dois tipos de confiança, em escala mais alta e baixa, permitiu produzir a seguinte matriz.

Confiança interpessoal: Matriz conceitual		
Confiança grupal	**Confiança social**	
	Baixa	**Alta**
Alta	**Confiança média-alta: mais grupal**	**Alta confiança interpessoal**
Baixa	**Baixa confiança interpessoal**	**Confiança média-baixa: mais social**

A confiança grupal é um passo fundamental para a construção de relações de confiança mais amplas. Pessoas que não podem confiar nas suas famílias e vizinhos podem ter uma confiança social mais elevada, mas dificilmente poderão alcançar um grau de alta confiança interpessoal. A informação produzida pela pesquisa confirma esta hipótese, demonstrando, inclusive, que a disposição à confiança inter-religiosa e étnica é mais forte entre os indivíduos com uma maior confiança grupal do que entre aqueles com maior confiança mais social. Com estes critérios conceituais – e a análise da evidência produzida – optámos por conceptualizar a confiança mais grupal como uma confiança média alta, e a confiança social como uma confiança média baixa.

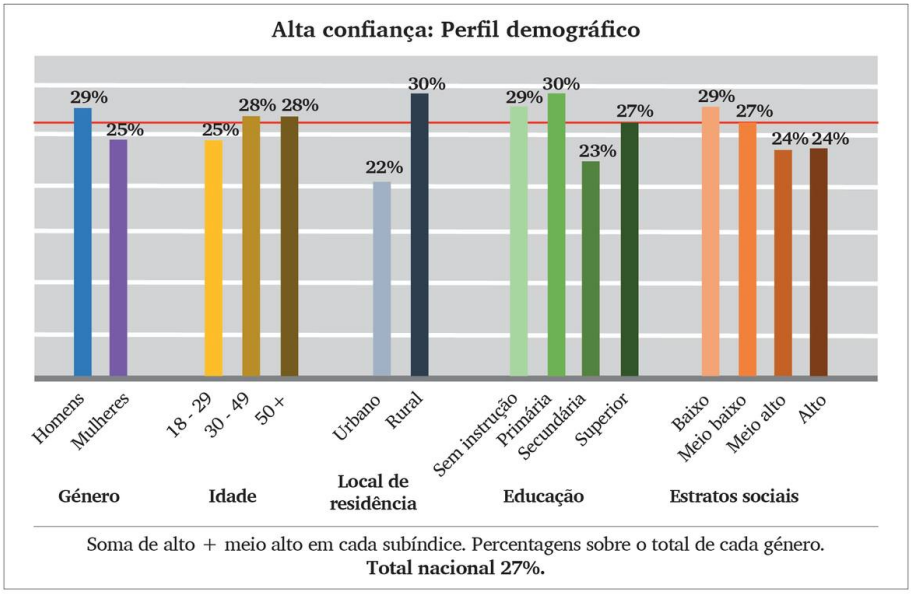
Este marco analítico torna possível estimar o peso de quatro tipos de confiança presentes na sociedade guineense, como se pode ver no gráfico seguinte.



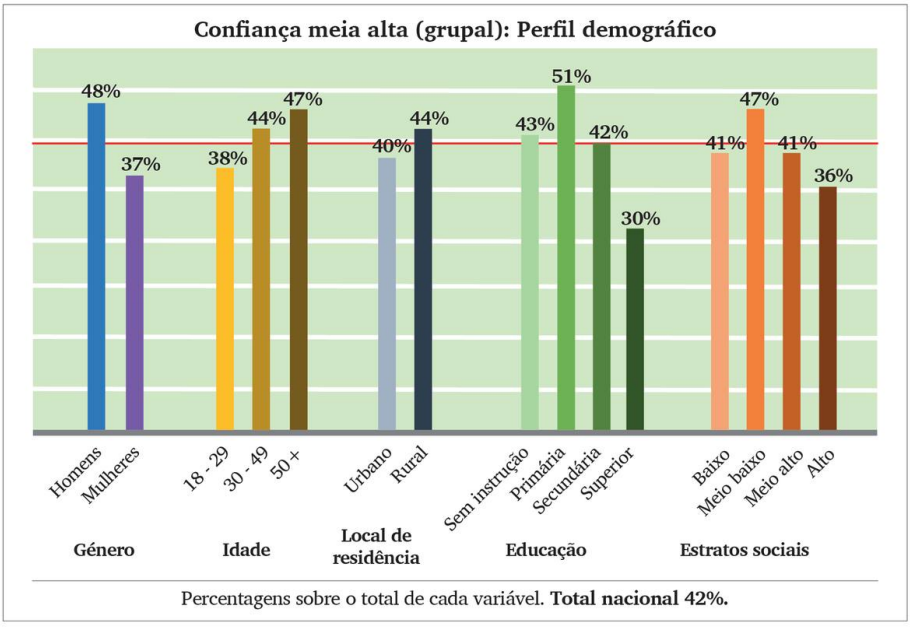
A confiança predominante na Guiné-Bissau é a confiança grupal: uma de cada sete pessoas tem-na numa proporção maior. Só um terço do povo tem uma confiança social mais alta. A combinação destas duas modalidades de confiança – a grupal e social - revelam que:

- Mais de um quarto dos guineenses (27%) goza de alta confiança interpessoal
- Metade da população dispõe de uma confiança média, com forte ênfase na confiança grupal, que alcança 85% desta faixa.
- As pessoas com confiança média baixa, do tipo social, são um segmento minoritário (8%). Nesta faixa média, só 13% têm uma confiança social alta. Em vários aspetos, esta faixa social tem um perfil mais parecido com as pessoas de baixa confiança.
- O outro quarto da população (23%) tem pouca ou nula confiança interpessoal.

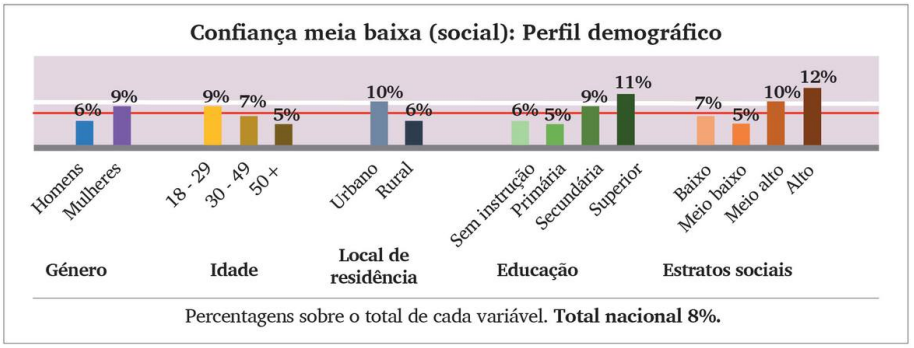
Estas modalidades de confiança incidem de uma maneira apreciável na orientação e no comportamento das pessoas. Isto se percebe, de modo particular, ao comparar as faixas de alta e baixa confiança. Mas antes de examinar este contraste, apresentamos informações sobre a composição social dos quatro tipos de confiança interpessoal.



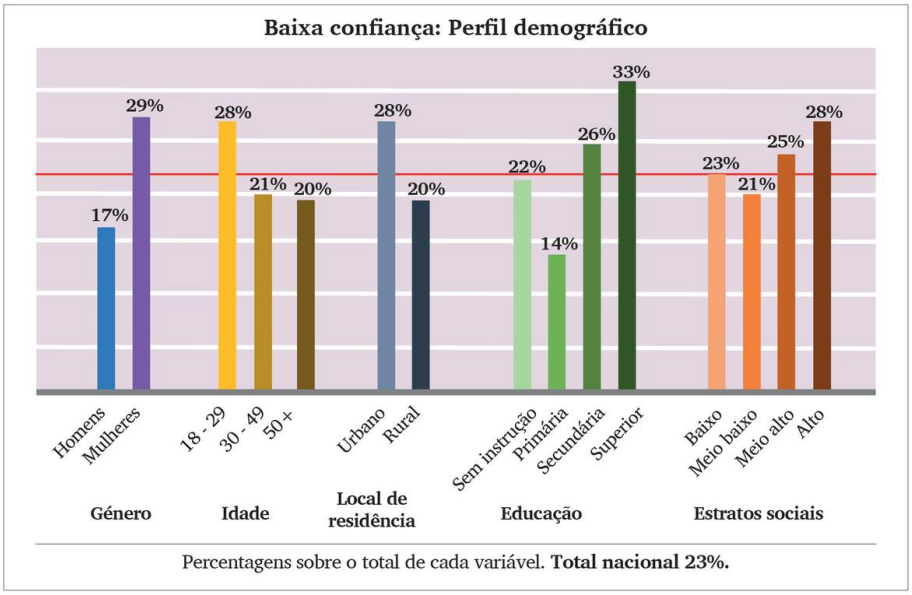
Soma de alto + meio alto em cada subíndice. Percentagens sobre o total de cada género. **Total nacional 27%.**



Percentagens sobre o total de cada variável. **Total nacional 42%.**

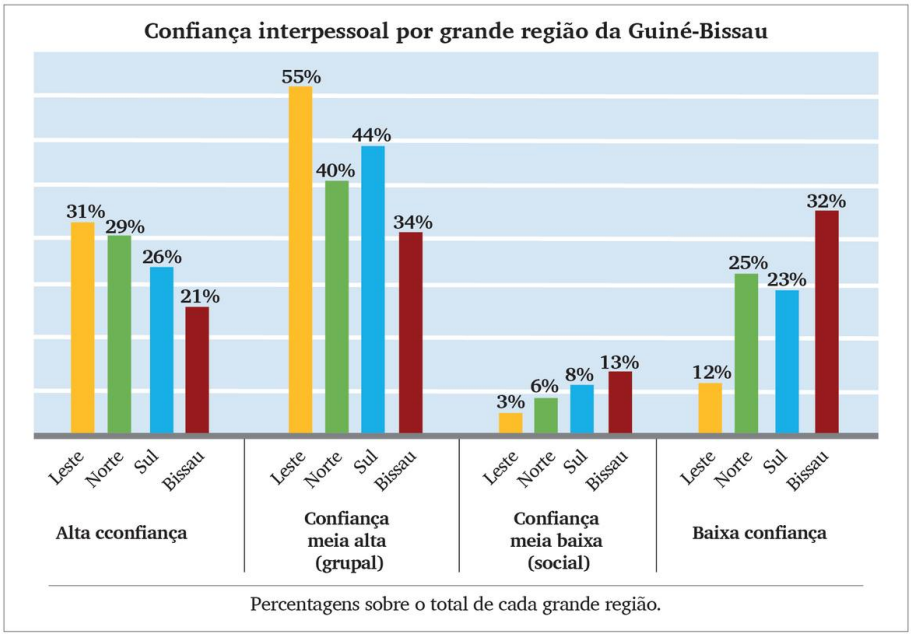


Percentagens sobre o total de cada variável. **Total nacional 8%.**



Há diferenças apreciáveis na composição destas quatro modalidades de confiança interpessoal:

- Os homens e as pessoas com uma idade mais madura apresentam níveis mais altos de confiança do que as mulheres e a juventude.
- Os laços de confiança são mais fortes no meio rural, onde três em cada quatro guineenses sentem uma confiança mais alta.
- Este sentimento também é mais intenso nos estratos sociais mais baixos e entre pessoas de menor instrução: quatro em cada cinco guineenses que só fizeram o ensino primário exibem uma confiança mais alta.
- A confiança interpessoal é mais fraca entre pessoas com algum estudo superior, onde uma em cada três pessoas diz ter pouca ou nula confiança interpessoal.



Quanto à **distribuição territorial** da confiança interpessoal podemos ressaltar o seguinte:

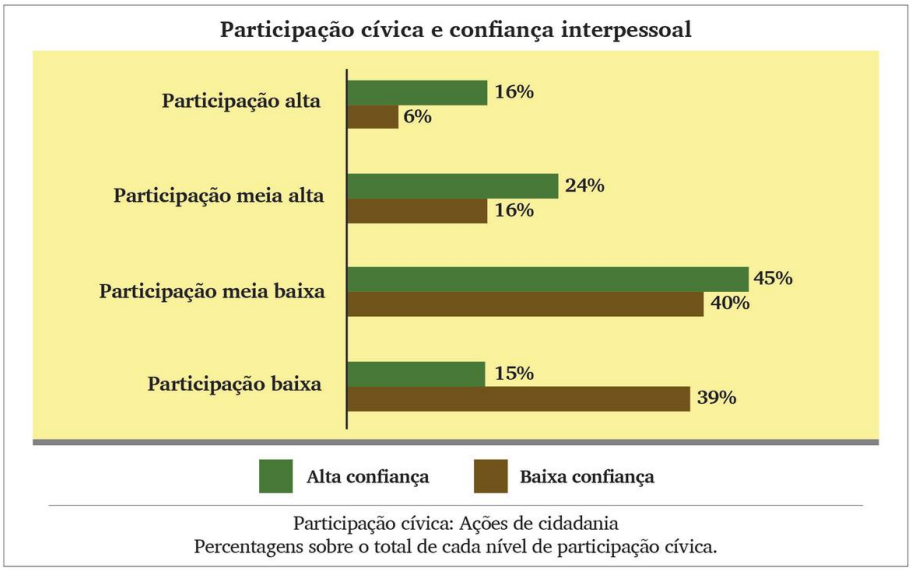
- A região Leste do país regista os maiores índices de confiança interpessoal: a soma da confiança alta e grupal chega a 86% desta população.
- No Leste a confiança grupal é particularmente forte. Na região de Gabu, por exemplo, nove de cada dez habitantes confiam muito nas pessoas que fazem parte da sua vida familiar e comunitária.
- O Norte e o Sul têm níveis comparáveis de confiança. O Norte sobrepõe-se na confiança alta e o Sul na confiança mais grupal.
- Bissau é a região do país com maior grau de desconfiança interpessoal. Um terço dos habitantes da capital tem pouca ou nula confiança em outras pessoas, e 13% têm alguma confiança social, mas pouca confiança no círculo privado e comunitário.

Entre os **grupos étnicos** do país, os Biafadas e os Mandingas (35%), junto com as etnias menores (Outros, 29%) e Fulas (28%) se destacam por ter os níveis mais elevados de confiança interpessoal. Os Fulas (50%), Mandingas (46%), Outros (43%) e Balantas (41%) exibem altos índices de confiança média alta (grupal). Os maiores níveis de desconfiança interpessoal se dão entre os Bijagós (42%), Mancanhas (40%) e Papéis (31%).

A confiança interpessoal tem impacto em várias dimensões da vida social e política da Guiné-Bissau. Isto se percebe com mais clareza ao comparar as orientações de indivíduos com confiança alta e baixa. **Pessoas com maior confiança tendem a participar mais da vida cívica**. Os que têm pouca confiança têm um engajamento mais fraco.

Entre os **militantes partidários**, por exemplo, 88% apresentam um nível de confiança elevado: 45% têm alta confiança e 43% média alta, do tipo grupal. Neste país, o ativismo político é mediado por uma dose importante de segurança e proximidade nas relações interpessoais.

Para visualizar o impacto da confiança na participação cívica, oferecemos uma comparação entre aqueles que possuem uma confiança interpessoal alta e baixa.

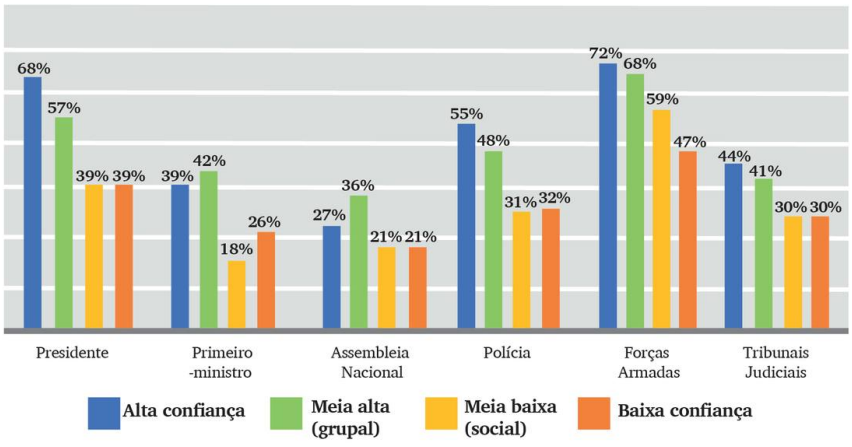


Participação cívica: Ações de cidadania
Percentagens sobre o total de cada nível de participação cívica.

Como se pode apreciar no gráfico, quatro em cada dez pessoas com baixa confiança não têm nenhuma participação cívica. Por outro lado, quatro em cada dez pessoas com confiança alta têm uma participação cívica maior, quase o dobro daqueles com baixa confiança. Os guineenses com alta confiança são mais de duas vezes propensos a reclamar seus direitos, se engajar em associações comunitárias e atuar nos partidos políticos, do que aqueles de baixa confiança.

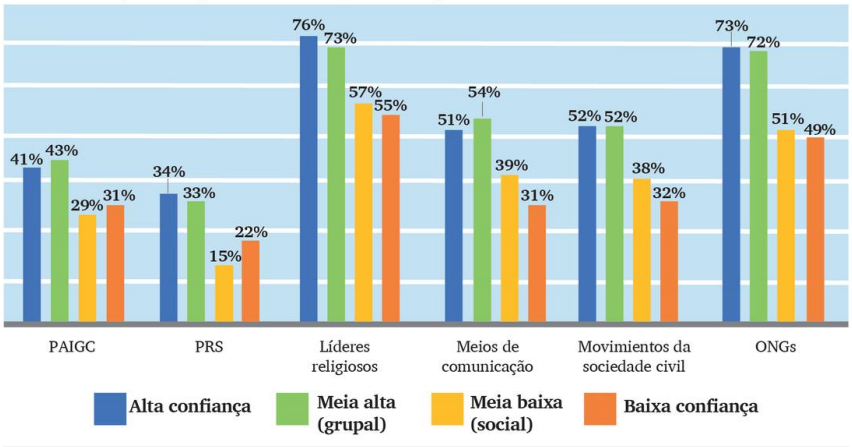
Ademais, **a confiança interpessoal incide no grau de confiança nas instituições e autoridades públicas**. Trata-se aqui de um efeito derrame (*spillover*, em inglês) entre o âmbito pessoal e institucional. Quem se fia com mais facilidade em outras pessoas tem maior probabilidade de acreditar nas autoridades e entidades do país: o presidente, o primeiro-ministro, a Assembleia Nacional, os principais partidos políticos, as forças da ordem – polícia, militares e tribunais –, além de confiar nas lideranças religiosas, os meios de comunicação e as ONGs. Os dois quadros a seguir ilustram o efeito derrame com nitidez.

Confiança interpessoal, nas autoridades e instituições públicas



Confiança nas autoridades e instituições públicas: Confia muito + confia mais ou menos
Percentagens sobre o total de respostas em cada nível de confiança.

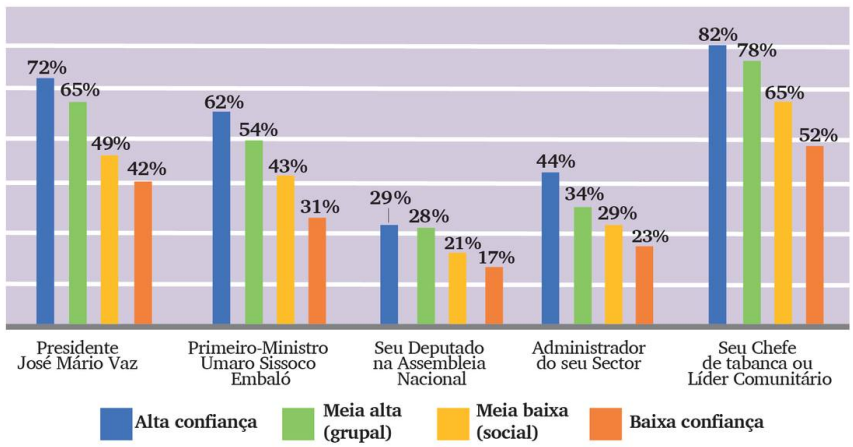
Confiança interpessoal, nos partidos políticos e atores da sociedade civil



Confiança nos partidos políticos e atores da sociedade civil: Confia muito + confia mais ou menos
Percentagens sobre o total de respostas em cada nível de confiança.

O efeito derrame também tem um impacto sobre o nível de aprovação das lideranças políticas e sociais do país. Indivíduos com maior confiança interpessoal são mais dispostos a concordar com a gestão destas autoridades. As pessoas mais desconfiadas, por outro lado, são mais propensas a ser críticas dos poderes constituídos, como se pode apreciar no seguinte gráfico.

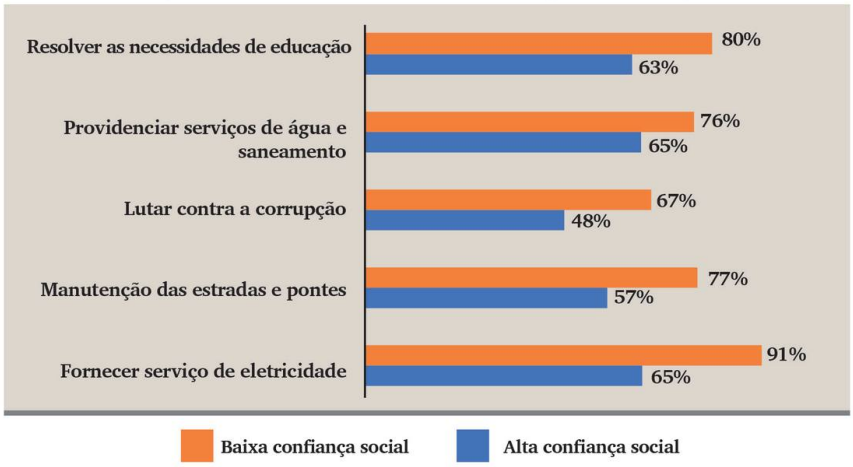
Confiança interpessoal e aprovação das autoridades públicas e sociais



Aprovação das autoridades públicas e sociais: Aprovo fortemente + aprovo
Percentagens sobre o total de respostas em cada nível de confiança.

O exame minucioso da avaliação das políticas públicas do governo mostra que há uma relação entre o grau de confiança social – ou confiança geral – e a intensidade da crítica à gestão do governo. Em 2018, os guineenses tinham uma avaliação muito negativa da atuação do governo em questões que iam da administração da economia e a redução da pobreza ao fornecimento de serviços públicos na área da saúde, do ensino e da água e eletricidade. Em todas estas questões, mais de quatro em cada cinco guineenses tinham uma opinião negativa da gestão do Estado.

Confiança social e intensidade da crítica às políticas do governo



Índice de Intensidade da Crítica às Políticas do Governo: Diferença entre os que acham que o governo está gerindo o assunto público mal (muito mal + mal) e os que pensam que está gerindo bem (muito bem + bem).
Alta confiança social: 8% da população nacional. **Baixa confiança social:** 38% dos guineenses.

Mas o quadro apresentado acima revela diferenças nesta apreciação. O nível de confiança social afeta a perceção destas políticas públicas. Este quadro revela diferenças na apreciação das políticas do governo segundo o nível de confiança social. O índice elaborado para este gráfico mede a intensidade da crítica popular à gestão destas políticas. Aqui, os valores mais altos indicam uma reprovação mais intensa.

O contraste entre os que têm confiança social alta e baixa é palpável. Embora ambas as faixas desaprovem a gestão do governo, os que dispõem de pouca confiança social têm uma atitude muito mais crítica. Esta diferença sugere que entre os que possuem uma confiança social mais alta pode haver um elemento de ingenuidade política. O assunto merece ser explorado melhor. Tudo isto sugere que é importante considerar não só o grau de confiança presente na sociedade, mas também a qualidade dessa confiança.

Outras revelações produzidas pela investigação são apresentadas a seguir de forma sintética:

- Não parece haver uma relação causal entre confiança interpessoal e adesão à democracia.
- Entre as pessoas de alta confiança há um apoio menor à igualdade social, incluindo a de género.

Há uma relação percetível entre confiança interpessoal, engajamento religioso e risco de sectarismo:

- 66% das pessoas com alta confiança têm uma religiosidade mais alta, 20 pontos a mais que as pessoas com baixa confiança.
- O risco de sectarismo entre as pessoas com confiança alta e grupal envolve uma em cada cinco pessoas.
- O risco de sectarismo entre pessoas com confiança mais baixa é três vezes maior e afeta a três em cada cinco pessoas.

Em suma, **as relações de confiança e a participação religiosa mitigam o risco de sectarismo na Guiné-Bissau.**

Conclusão

O conhecimento é uma fonte de poder. Permite diagnosticar problemas e descobrir soluções. Revela oportunidades e riscos. Determina a ideia do possível. O estudo de mineração e análise de dados da sondagem realizada em 2018 revela um campo fértil de ideias em apoio ao desenvolvimento democrático da Guiné-Bissau. Entre as estratégias possíveis, podemos salientar duas relacionadas com o conteúdo deste capítulo:

- **Organizar e empoderar as mulheres** para estender sua participação – e influência – na vida pública do país. Os obstáculos à igualdade de género na Guiné-Bissau são enormes. No entanto, a ampla simpatia popular pelos princípios igualitários deve ser aproveitada para ajudar a superar essas barreiras. As mulheres sofrem de uma sub-representação aguda na vida pública do país – desde o acesso às notícias e o diálogo sobre política, ao ativismo partidário e a sua representação no parlamento. Muito pode ser feito para reverter essa situação. Organizar as mulheres para impulsionar essa mudança e melhorar as capacidades de liderança, especialmente na esfera política, será crucial para esse empenho.

- **Estimular a confiança e motivação.** O desenvolvimento democrático só pode avançar com a força de vontade para o realizar. Em países como a Guiné-Bissau, afligidos por problemas endêmicos e Estados extremamente fragilizados, há uma tendência a prender-se a uma

perceção de fracasso. O complexo de fracasso pode gerar baixa autoestima, desconfiança e uma sensação de falta de esperança, fatores que tendem a enfraquecer os esforços para a procura da mudança. A ação coletiva pode ajudar a superar esses sentimentos, estimular a autoestima e aumentar a confiança. Instrumentos pedagógicos apropriados – incluindo atividades de formação em acampamentos – podem fortalecer essas experiências coletivas. Estas atividades podem aperfeiçoar competências, criar redes sociais, e acender a força de vontade necessária para fazer a diferença.

Referências

Carter, Miguel (2021). *Vozes do povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau.* Bissau: DEMOS.

4

Etnia, Política e Religião numa Sociedade Heterogénea

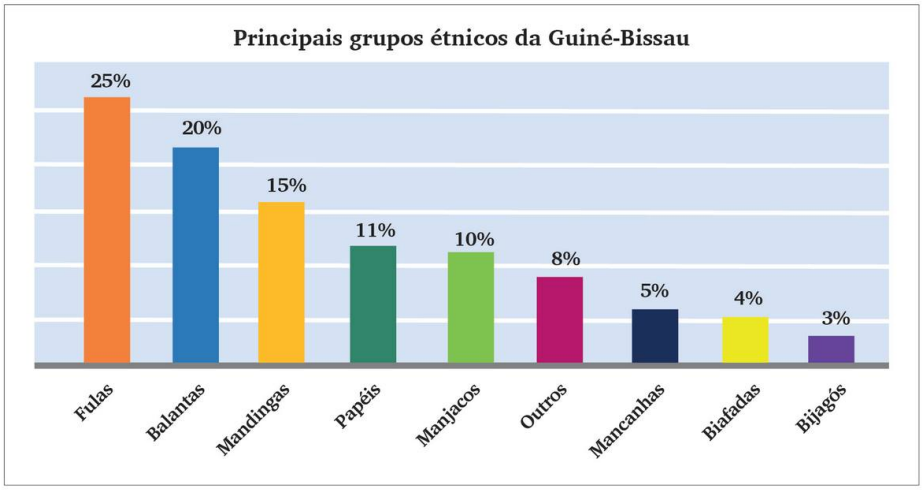
Miguel Carter

A pesquisa de mineração e análise de dados da sondagem Vozes do Povo empreendida em 2018 revelou um acervo de informações inéditas sobre a Guiné-Bissau.[1] O cruzamento de dados gerou um conjunto de estatísticas de um valor excecional para a compreensão da vida social neste país. Este capítulo apresenta uma sinopse do conhecimento produzido em torno dos principais grupos étnicos do país e sua relação com a vida partidária. Ele também examina o risco de sectarismo religioso na sociedade guineense.[2] As principais aprendizagens desta investigação podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- As relações interétnicas neste país são geralmente pacíficas e construtivas. Contudo, há um risco de politização das identidades étnicas.
- A vida religiosa tende a diminuir o risco de sectarismo e propiciar a tolerância social.
- A relação entre etnia, política e religião precisa de ser melhor compreendida, de modo a preservar a boa convivência social entre os guineenses.

Grupos Étnicos

A Guiné-Bissau é um país pequeno com uma grande diversidade étnica. Neste território habitam não menos de 26 grupos étnicos distintos. Entre eles, há oito grupos principais que compreendem 92% da população. O resto inclui uma constelação de etnias menores. A distribuição dos grupos maiores, segundo os resultados da sondagem, é a seguinte:



A pesquisa baseada em dados étnicos permite retratar algumas tendências, características e predisposições nestas parcialidades. Há muitos pontos em comum entre as etnias, mas também há disparidades. Os dados apresentados aqui sublinham antes as diferenças do que as semelhanças. Contudo, é importante destacar que estas brechas, em geral, não são extremas. Elas constituem, antes que nada, acentos e matizes diferenciados.

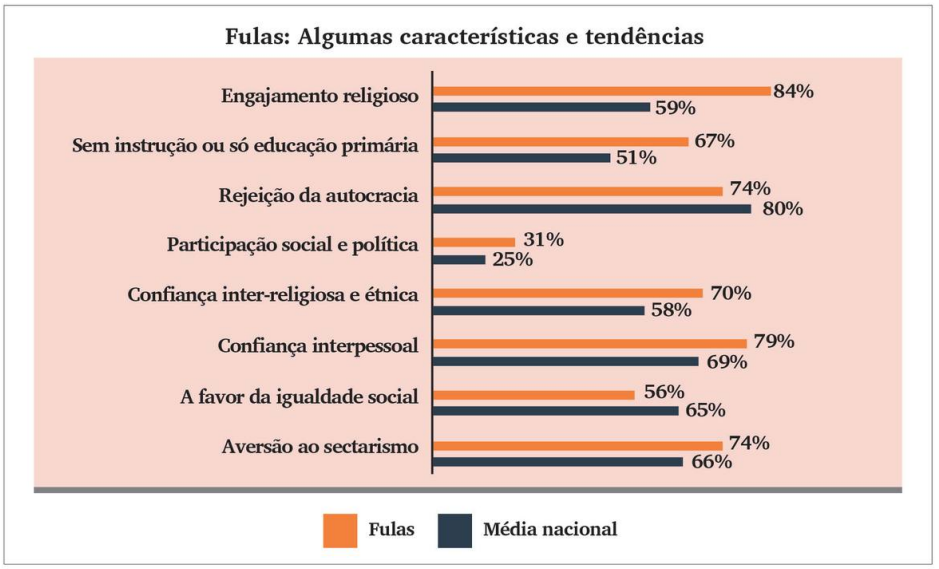
[1] Carter (2021).

[2] Sobre a história do relacionamento inter-étnico e religioso na Guiné-Bissau, veja o capítulo 7, de Toby Green, neste livro.

Os grupos étnicos na Guiné-Bissau não são homogéneos. Ao ressaltar suas experiências e atitudes salientes, precisamos lembrar que dentro de cada etnia há variações consideráveis quanto às situações de vida dos seus integrantes, suas perceções sociais e opiniões políticas. Os acentos refletem, portanto, tendências expressivas dentro do grupo, mas não reproduzem a visão do seu conjunto. É com estas ressalvas que podemos oferecer as seguintes observações sobre os sete principais grupos étnicos da Guiné-Bissau.

Fulas

Os Fulas são o maior grupo étnico do país. Dois terços falam a sua própria língua em casa. Uma proporção similar mora no campo, principalmente na região Leste do país: Bafatá (36%) e Gabu (32%). Relativamente ao seu tamanho populacional, este é o grupo com a menor presença em Bissau. Só 14% dos Fulas moram na capital do país.



Os Fulas são um povo de forte sentimento religioso e essencialmente muçulmano (94%). Ainda assim, há uma pequena minoria que se identifica como cristãos (5%), principalmente católicos. Muitos Fulas não tiveram acesso à instrução formal (39%) e só um terço fez algum estudo além da escola primária. Esta é uma das etnias com menor oportunidade educativa no país.

A adesão à democracia neste grupo chega a 60% só dois pontos abaixo da média nacional.[3] Contudo, um quarto desta população teria certa afinidade com fórmulas autoritárias de governo. Entre os Fulas, há uma vontade maior de participar na vida associativa e partidária do país, e de fazer reclamações ao governo (28%), sete pontos acima da média nacional.

A elevada confiança inter-religiosa e étnica, e a perceção de morar num círculo mais seguro, elevam o nível de coexistência social dos Fulas a 59%, oito pontos acima da média. Na comunidade fula, quatro em cada cinco pessoas goza da confiança interpessoal. Isto é sustentado, em parte, pela alta confiança grupal de 78%, nove pontos acima da média.

Mas a disposição à igualdade social neste grupo é a menor do país. Entre os Fulas, 28% têm uma orientação mais patriarcal, cinco pontos acima da média, portanto, mais relutante à igualdade de género. Também há no meio desta população um apoio menor à igualdade no trato social (47%),

[3] Adesão ou apoio à democracia: Alta adesão + Adesão média-alta.

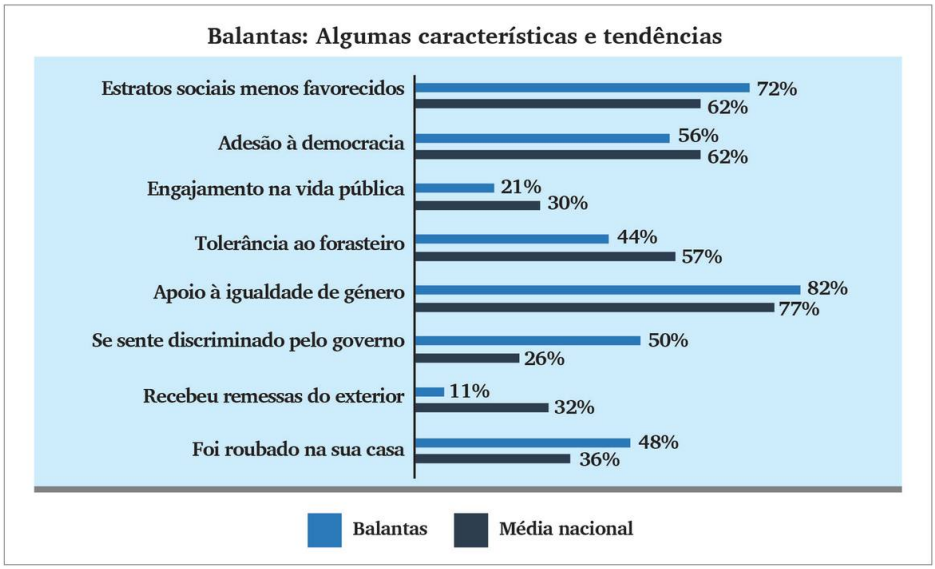
dez pontos abaixo da média. Isto dá-se pelo maior valor atribuído à acumulação de riqueza em detrimento do valor da equidade, e, em especial, à maior sintonia com a ideia de os líderes terem a obrigação de ajudar seus familiares e o grupo.

Ainda assim, os Fulas são uma das etnias mais ecuménicas da Guiné-Bissau. Nesta população, só 6% apresentam algum risco de sectarismo religioso – no índice que exclui a variável de preconceito sexual –, enquanto 77% exibem uma disposição à tolerância religiosa, 24 pontos acima da média nacional.[4] Entre os Fulas, por cada indivíduo com risco de sectarismo religioso, há 13 pessoas favoráveis ao ecumenismo religioso.

Balantas

Os Balantas são o segundo grupo étnico mais numeroso de Guiné-Bissau. A maioria (54%) fala sua língua autóctone em casa. Quase dois terços moram nas áreas rurais, sobretudo no norte do país: Oio (31%) e Cacheu (19%). Mais de um quarto dos Balantas reside na capital, Bissau.

Esta população é de uma religiosidade heterogênea: 70% são cristãos, de várias igrejas, 18% são animistas, 3% muçulmanos e 3% ateus. Entre os cristãos, 16% são evangélicos e 12% católicos. Os Balantas representam mais de metade (54%) de todos os evangélicos do país. Mesmo assim, o engajamento religioso dos Balantas é um dos mais baixos do país: 69% têm pouca ou nenhuma convivência religiosa, muito acima da média nacional (41%).



Juntamente com os Bijagós, os Balantas são um dos grupos étnicos mais pobres do país. Esta situação é agravada pela menor oportunidade de receber remessas do exterior. Contudo, entre os Balantas o acesso à educação é maior do que em outros grupos, como os Fulas, Biafadas e Mandingas.

A adesão à democracia é um pouco inferior à média, devido, em grande parte, à rejeição menos intensa de regimes autoritários. Um quinto dos Balantas, mais que qualquer outro grupo, simpatiza com a ideia de ter um governo militar.

[4] No índice que inclui a variável preconceito sexual, o risco de sectarismo religioso equivale ao 19% da população Fula (4 pontos acima da média nacional).

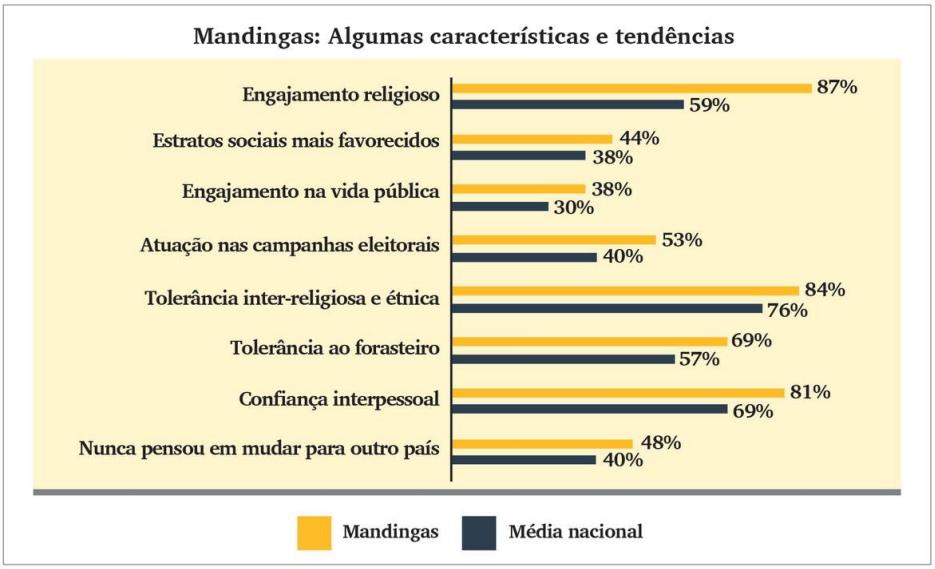
O engajamento na vida pública é menor que nas outras etnias, salvo os Bijagós: 36% dos Balantas vivem praticamente desligados do âmbito público. No geral, há pouco contacto com as autoridades e acesso precário às notícias: três em cada quatro Balantas recebe pouca ou nenhuma informação sobre os acontecimentos no país. Este problema se explica, em parte, pela menor disponibilidade de meios modernos de comunicação: um terço dos Balantas não possui um rádio, três quartos não dispõem de um televisor, e 76% nunca utilizou a internet, oito pontos acima da média nacional.

Os Balantas exibem uma tolerância média em temas religiosos, étnicos e sexuais, mas uma tolerância menor com os estrangeiros. Nesta população, a tolerância tem um cunho mais cultural que religioso. Esta é a etnia guineense com o etos igualitário mais forte, incluindo o apoio à igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Por outro lado, metade dos Balantas consideram que o seu grupo é discriminado pelo governo. Um terço diz que o problema acontece com bastante frequência, acima da média nacional (26%). Outro reclamo recorrente nesta etnia tem a ver com a falta de segurança pública.

Mandingas

Os Mandingas são o terceiro grupo étnico em termos de população. A maioria (58%) fala sua língua em casa. Mais de metade (54%) mora no campo, maiormente na região Norte (41%), em Oio, e na região Leste (25%), principalmente em Gabu. No entanto, 28% residem em Bissau.



Entre os guineenses, este grupo exibe os níveis mais altos de religiosidade. Nesta etnia, 97% são muçulmanos e só 2% cristãos. Os Mandingas são o terceiro grupo mais próspero do país, depois dos Mancanhas e Biafadas. Entre eles, há mais pessoas que têm acesso a meios modernos de comunicação e dispõem de uma estrutura residencial mais moderna.

A adesão à democracia neste grupo segue o padrão nacional, mas é cinco pontos mais enfática na rejeição da autocracia. Os Mandingas apresentam os níveis mais altos de engajamento na vida pública, comparados com outros grupos. Isto dá-se principalmente pela participação mais intensa na vida associativa e partidária (37%), 12 pontos acima da média nacional, e pela forte atuação nas

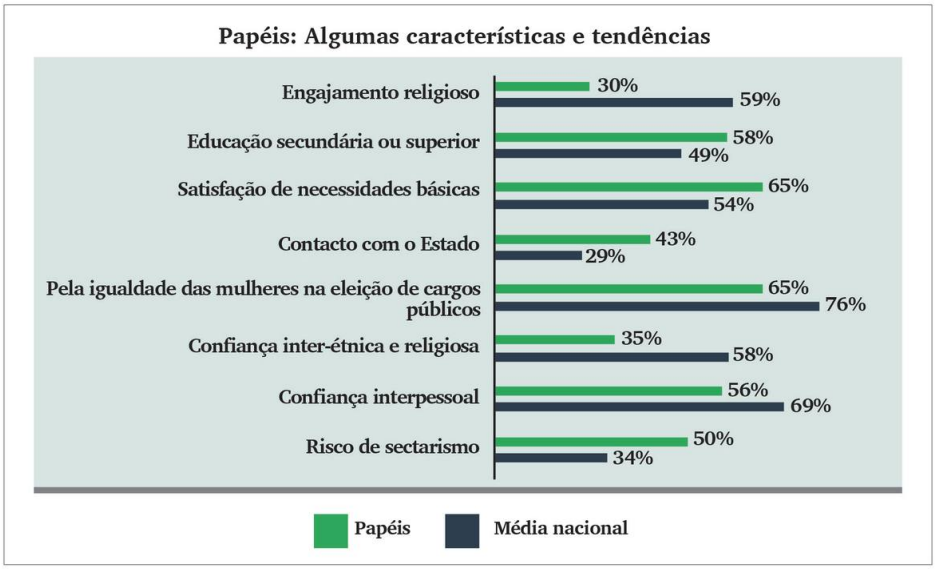
campanhas eleitorais. A maioria desta população dialoga com frequência sobre política (54%, sobre 47%). Além disso, entre os Mandingas há um segmento com boa interlocução com as autoridades públicas (14%), cinco pontos acima da média.

Esta etnia também se destaca pela capacidade de coexistência social. Os Mandingas apresentam os índices mais altos de tolerância inter-religiosa e étnica, e de solidariedade com os estrangeiros. E exibem níveis mais elevados de confiança interpessoal: quatro em cada cinco Mandingas tem alta confiança (12 pontos acima da média nacional, 69%). A forte disposição à tolerância religiosa, explica o facto de nove de cada dez Mandingas terem uma aversão ao sectarismo.

Papéis

A maior parte dos Papéis (57%) fala crioulo em casa e vive em áreas urbanas (55%). Esta etnia reside basicamente em duas regiões vizinhas do país: Biombo (50%) e Bissau (43%).

Os Papéis são maioritariamente cristãos (69%), mas também animistas (13%). Comparados com outros grupos, exibem um menor grau de religiosidade: 70% têm pouco ou nenhum engajamento religioso.



A urbanidade tem facilitado o acesso à educação entre os Papeis: 10% têm estudo superior e quase metade algum estudo secundário. A melhor educação, porém, não tem ampliado a posição social dos Papeis em termos de obtenção de bens materiais, salvo na melhor satisfação de necessidades básicas, incluindo o acesso à alimentação, água e cuidado médico.

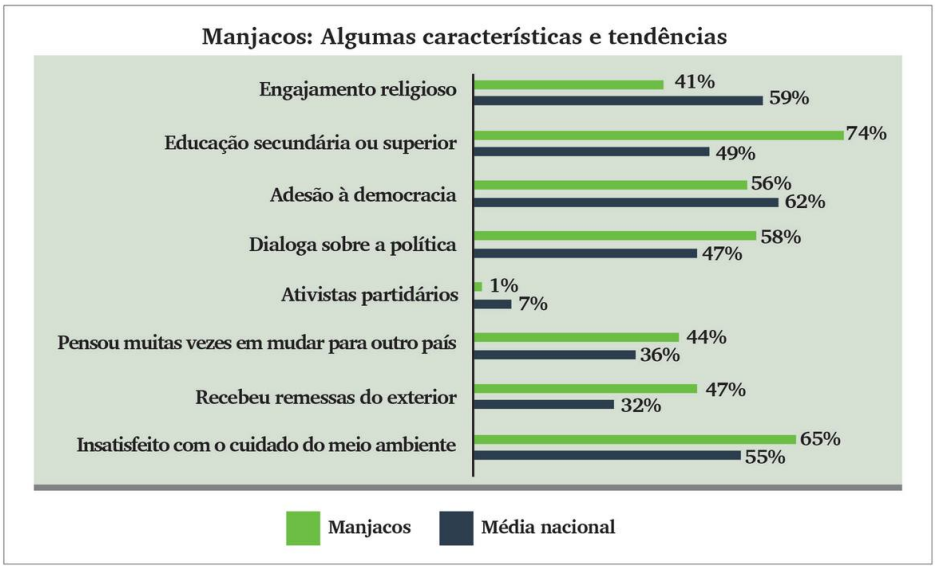
Em assuntos ligados a adesão à democracia e ao engajamento na vida pública, a situação dos Papeis fica perto da média nacional. A única exceção notável é o maior contacto com os agentes do Estado, nos setores de educação, saúde, polícia e outros.

Há, no entanto, vários sinais de dificuldade no âmbito da coexistência social. Entre os Papéis, há um número expressivo de pessoas com pouca confiança nas pessoas de outra religião ou etnia, e mais intolerância em relação aos estrangeiros (53%), 11 pontos acima da média nacional. A confiança interpessoal neste grupo é inferior ao padrão nacional. Quase um terço dos Papéis tem baixa confiança. Há também elementos de uma menor predisposição à igualdade social (57%), oito pontos abaixo da média. Isto inclui um apoio menor à participação das mulheres em cargos públicos.

Os Papéis e os Bijagós exibem o maior risco de sectarismo entre as etnias guineenses. Um quarto dos Papéis vê-se afetado por este risco.[5] Aqui, os Papéis sofrem a desvantagem de apresentar um maior nível de desconfiança e intolerância inter-religiosa. A desconfiança religiosa entre os Papéis é de 61%, 21 pontos acima da média nacional. Ademais, esta comunidade tem mais pessoas com uma orientação patriarcal (27%), sobre a média de 23%.

Manjacos

A maior parte dos Manjacos (52%) fala a sua própria língua em casa. Nisto incide o facto de a maioria (58%) deles morar em comunidades rurais, essencialmente em Cacheu (58%), ainda que 30% habitem em Bissau.



No âmbito religioso, 75% dos Manjacos são cristãos, 16% animistas e 3% muçulmanos. Os Manjacos são o grupo étnico mais numeroso entre os adeptos da Igreja Católica. Quase um quarto (23%) deles são católicos. O nível de engajamento religioso, no entanto, é substancialmente menor que o de outros grupos.

A comunidade dos Manjacos apresenta níveis mais altos de educação: 59% fizeram algum estudo secundário e 19% tiveram alguma educação superior. Esta vantagem, no entanto, não parece ter afetado muito a posição desta etnia em termos de estratos sociais, onde permanece próxima face ao padrão nacional.

A adesão à democracia entre os Manjacos é inferior a todos os outros grupos étnicos, com exceção dos Balantas. Há aqui um ceticismo maior em relação à liberdade de escolha política, atitude que afeta a 57% dos Manjacos, 12 pontos acima da média nacional. Contudo, 72% desta parcialidade mostra uma exigência maior quanto à responsabilização dos governantes, seis pontos acima da média.

O engajamento na vida pública (25%) é um tanto ou quanto inferior ao padrão nacional (30%). Além de ter pouco contacto com as autoridades públicas (4%), há uma disposição menor para fazer reclamações ao governo (15%), seis pontos abaixo da média. Os Manjacos têm pouca atuação partidária, a menor entre os principais grupos étnicos. Eles exibem, porém, uma maior vontade de dialogar sobre política (58%, sobre 47%).

[5] No índice que inclui o preconceito em relação aos homossexuais, o risco de sectarismo entre os Papéis é de 25%, oito pontos acima da média nacional. Mas ao incluir este preconceito sexual, o risco de sectarismo alcança metade da população.

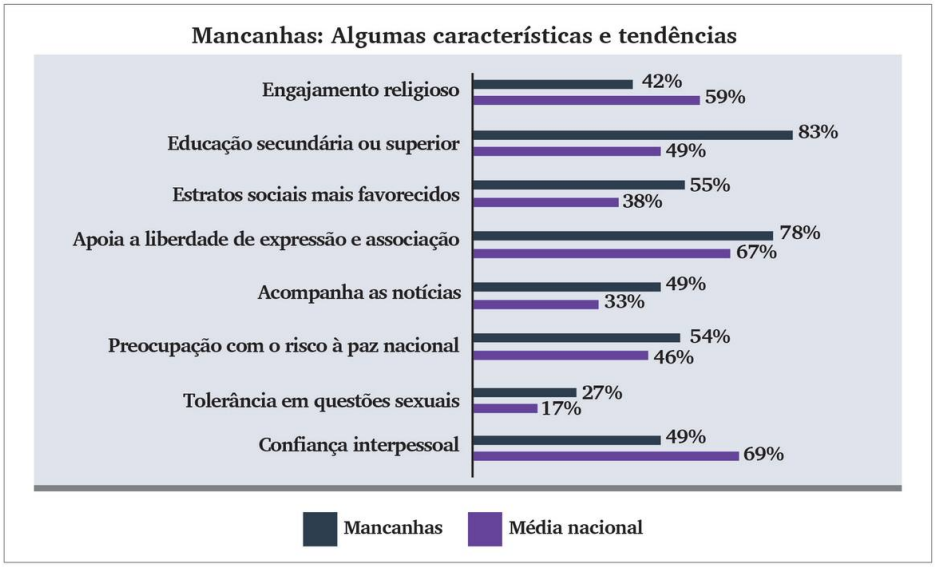
A tolerância social nesta comunidade é mais elevada (71%), seis pontos acima da média. No entanto, a tolerância em relação a pessoas de outra religião é cinco pontos menor que o total nacional (78%). Para muitos Manjacos, a tolerância teria uma matriz um tanto ou quanto mais cultural que religiosa. Outros aspetos de convivência social, incluindo o apoio à igualdade social, não apresentam diferenças notáveis em relação à situação nacional.

Entre as principais etnias guineenses, os Manjacos são o grupo que exterioriza a maior vontade de emigrar. Talvez não seja por coincidência, então, que este seja o grupo que mais estima a colaboração da União Europeia com o país (50%), sobre a média nacional de 38%. Além disso, os Manjacos são a etnia que exprime a maior consternação pela deterioração ambiental, ainda que este seja um sentimento generalizado na Guiné-Bissau.

Mancanhas

Os Mancanhas são fortemente urbanos: 84% moram na capital e noutras cidades dispersas pelo país. Dois terços (67%) residem em Bissau. Só 8% desta comunidade fala mancanha em casa; 84% preferem falar crioulo.

Este é o grupo com a maior adesão ao cristianismo: 87% identificam-se como cristãos e, entre estes, 43% se consideram católicos. Ainda assim, 8% são animistas e 4% muçulmanos. O engajamento religioso entre os Mancanhas (42%) é menos intenso que o padrão nacional (59%).



Os Mancanhas são o grupo étnico com os maiores índices de educação: 37% fizeram algum estudo superior, muito acima da média nacional (12%), e 47% fizeram algum estudo secundário. Além do alto nível educativo, este é o grupo que, em proporção ao seu tamanho, ocupa os estratos mais privilegiados da sociedade guineense: 49% dispõem de um poder aquisitivo mais alto (sobre a média nacional de 32%), 54% uma estrutura residencial mais moderna (sobre 32%), e 71% melhor acesso aos meios modernos de comunicação (sobre 53%).

A adesão à democracia é similar ao padrão nacional, mas com certas contradições. Há, por um lado, uma forte defesa da liberdade de expressão e associação. Mas, por outro lado, nota-se um certo descrédito quanto ao valor da liberdade de escolha política (53%, sobre 45%). Isto leva a uma menor apreciação pela democracia. Um quarto dos Mancanhas (24%) é indiferente à democracia ou prefere um governo não democrático, bem acima da média nacional (15%).

O maior engajamento na vida pública é fruto, principalmente, do alto contacto com o Estado (45%), 16 pontos acima da média nacional, e da forte disposição para a deliberação pública. Os Mancanhas acompanham com mais intensidade as notícias e conversam mais sobre política (59%, sobre 47%). Ainda assim, a participação de pessoas desta etnia na vida associativa e partidária é menor do que a da maioria dos outros grupos (14%, sobre 25%).

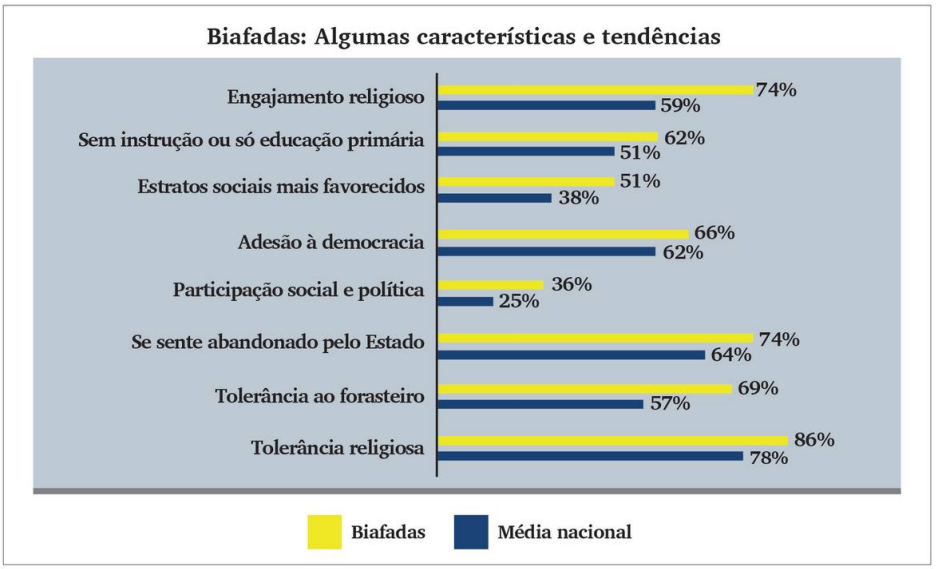
Os Mancanhas sentem uma maior apreensão pelos rumos do país e o risco à paz. A urbanidade desta etnia explica a maior tolerância em questões sexuais (27%, sobre 17%), incluindo a homossexualidade (33%), dez pontos acima da média.

Depois dos Bijagós, entre os Mancanhas a confiança interpessoal é a mais baixa do país: 40% têm baixa confiança, 17 pontos acima do total nacional. Todavia, essa situação não impede uma orientação mais favorável à igualdade social: 82% dos Mancanhas apoiam a igualdade de género.

Biafadas

A maioria (55%) dos Biafadas habita no campo, especialmente na região de Quínara (34%). Mesmo assim, mais de um terço (35%) reside em Bissau. Em casa, 40% dos Biafadas falam a sua língua autóctone, 10% falam balanta, e 44% crioulo.

Entre os Biafadas, 86% são muçulmanos, 7% cristãos e 5% animistas. O engajamento religioso desta etnia é mais intenso, quase no mesmo nível dos Mandingas e Fulas.



A escolarização nesta comunidade é baixa. Mas as suas condições de vida são relativamente melhores às de outros grupos étnicos. Isto deve-se ao facto de 46% dos Biafadas ter uma melhor estrutura residencial, 14 pontos acima da média nacional, e maior acesso aos meios modernos de comunicação, como o telemóvel, a televisão e a internet. Quase dois terços (63%) dos Biafadas fazem um uso frequente destes instrumentos de comunicação, dez pontos acima da média.

Dois terços dos Biafadas manifestam uma adesão mais alta à democracia, a melhor posição entre as etnias guineenses. O nível de engajamento público é comparável à média nacional. Contudo, há uma participação social e política mais alta, e um acesso maior às notícias sobre o país (46%, sobre 33%).

Os Biafadas, juntamente com os Mandingas, exibem os maiores níveis de tolerância inter-religiosa e étnica, e de simpatia em relação aos imigrantes. Entre os Biafadas, 83% mostram um ecumenismo religioso e étnico mais alto, sete pontos acima da média nacional.

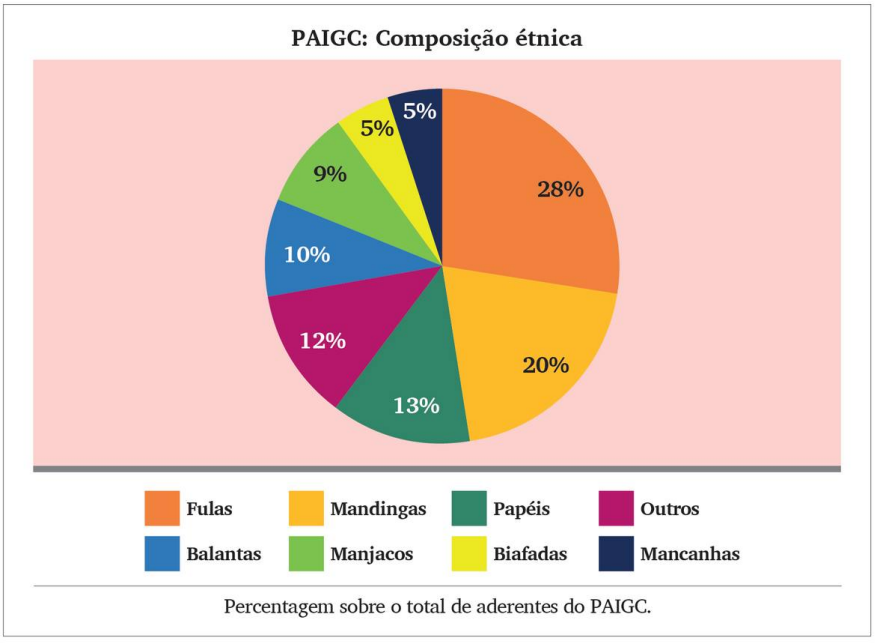
Todavia, há neste grupo uma maior disposição ao uso da violência: 36% aceitariam utilizá-la em algumas circunstâncias, comparado com o total nacional de 25%. Ligado a isto, 43% das pessoas desta etnia experimentam uma preocupação por atos de agressão e violência no círculo pessoal, superior à média de 36%.

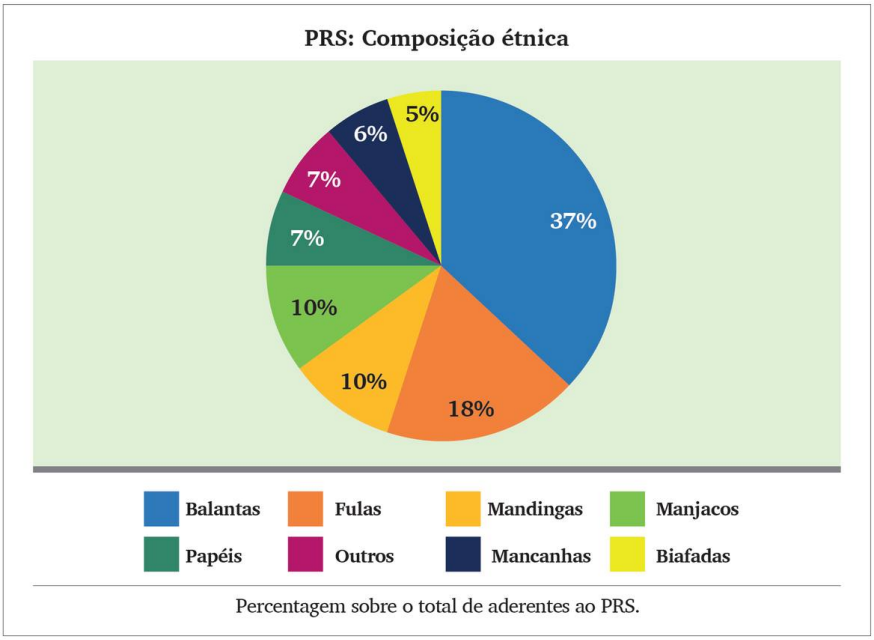
A confiança interpessoal nesta comunidade segue o padrão nacional. Entre os Biafadas, há uma preferência maior pela igualdade no trato social (61%, sobre 57%) do que pela igualdade de género (73%, sobre 77%). Cabe, ainda assim, anotar que três em cada quatro Biafadas defende a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Os Biafadas, Fulas e Mandingas são as etnias com maior aversão ao sectarismo, e uma forte predisposição à tolerância religiosa.

O Elemento Étnico na Política Guineense

A pesquisa Vozes do Povo permite analisar vários aspetos do comportamento político do povo guineense. Um deles é a relação entre identidade étnica e orientação partidária. Na Guiné-Bissau, sete em cada dez pessoas têm afinidade com algum partido.

Em 2018, as duas forças principais da política guineense eram o PAIGC e o PRS, que juntos recolhiam a simpatia de 63% da população. O PAIGC tinha a adesão de 42% do povo e o PRS metade (21%). O resto apoiava partidos menores, incluindo um movimento dissidente do PAIGC, o Grupo dos 15 (com 3% de apoio), que constituir-se-ia num novo partido em 2019, o MADEM G15. A composição dos dois partidos principais – PAIGC e PRS – reflete o mosaico étnico da sociedade guineense, como ressaltam os seguintes gráficos.

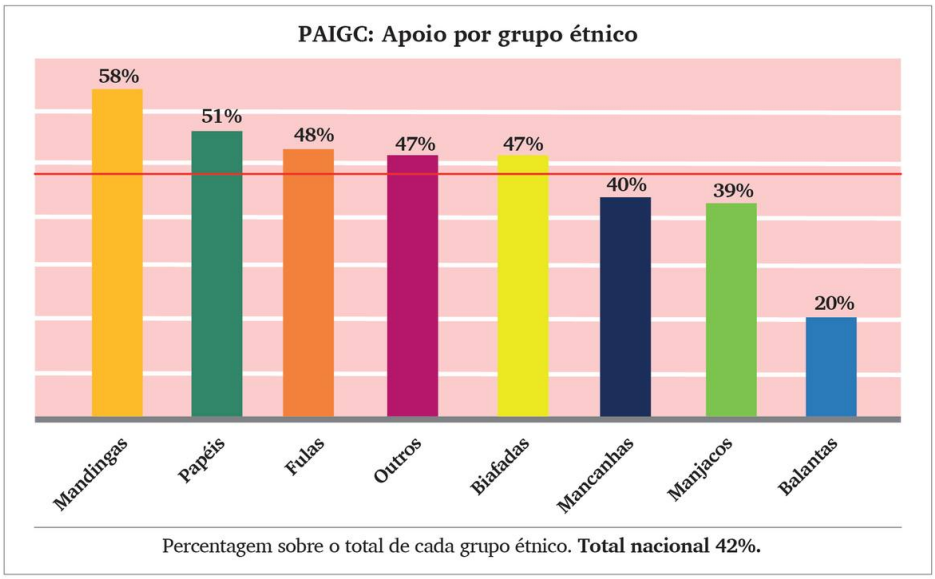


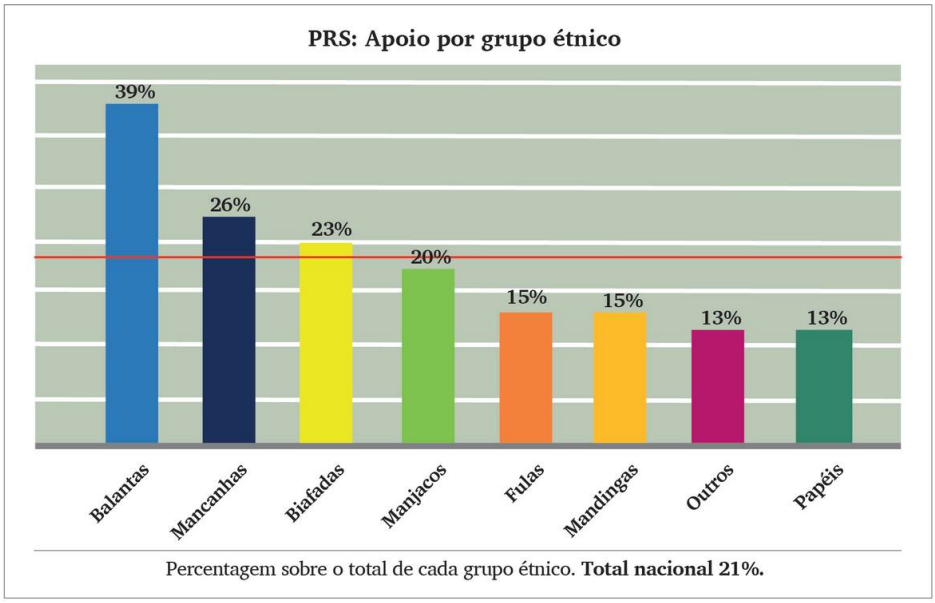


A composição multiétnica das duas principais forças do país sugere que a política partidária na Guiné-Bissau é um espaço de integração nacional, antes que segmentação étnica. Isso é um ponto favorável para o desenvolvimento democrático do país – embora por si só não o garanta.

Junto com este fator integrador, é possível entrever algumas diferenças relevantes. No PAIGC há, em proporção ao tamanho demográfico de cada etnia, um número maior de Mandingas, Papéis, Fulas, Biafadas e pessoas de grupos étnicos menores. A presença dos Balantas no PAIGC é baixa. No PRS, a força étnica principal são os Balantas, que somam 37% dos seus aderentes. Ademais, o apoio dos Mancanhas e Biafadas ao PRS é um tanto ou quanto maior que o seu peso demográfico.

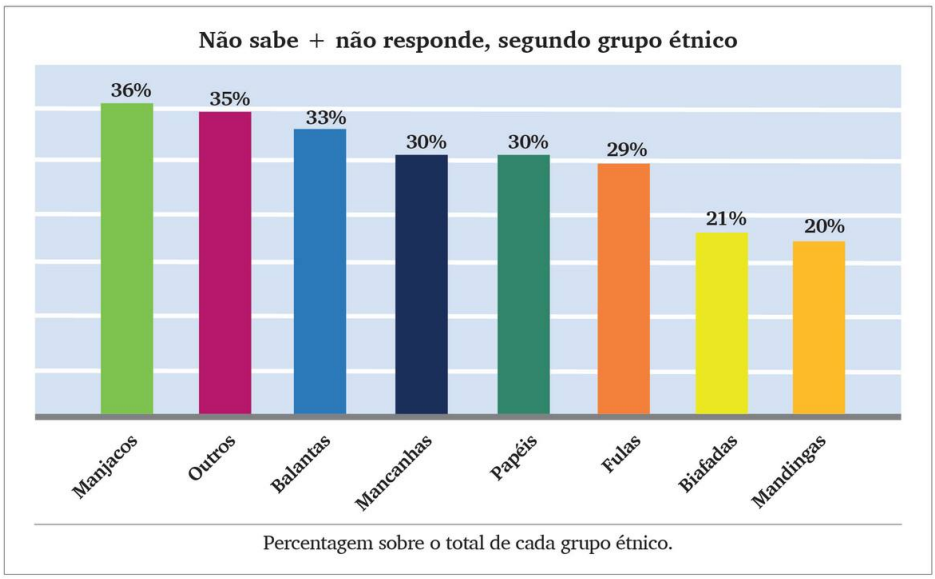
Uma forma alternativa de visualizar esta relação é calculando a contribuição de cada etnia sobre o total de cada grupo. Nos casos em que os valores são superiores à média nacional de cada partido – PAIGC 42%, PRS 21% – temos o apoio maior daquele grupo étnico.





Ambos os gráficos mostram que os partidos têm matizes étnicos, mas sem deixar de refletir o mosaico étnico da Guiné-Bissau.

Houve um número expressivo – 30% da população – que não se identificou com nenhum partido. Seja por não ter uma afinidade política, não saber, ou não querer responder à pergunta. Neste bloco, o grupo menos identificado com a vida partidária foram os Manjacos. Esta também é a etnia com menor número de militantes partidários. Na outra ponta estão os Mandingas. Esta etnia não só tem a maior identificação partidária, mas é a mais atuante em outros aspetos da vida política guineense.



A identidade étnica, então, tem incidência na disposição ao engajamento partidário e na composição destes agrupamentos De igual forma, ela também afeta o nível de apoio às lideranças públicas. A título de ilustração, em 2018:

- 78% dos Manjacos aprovaram a gestão do Presidente José Mário Vaz, também Manjaco, numa proporção bem acima da média nacional de 60%.
- 63% dos Fulas, por sua vez, aprovaram a atuação do primeiro-ministro Umaro Sissoco Embaló, um líder político da etnia Fula, por 13 pontos a mais que o total nacional.

Em ambos os casos, o principal apoio veio de pessoas identificadas com a etnia do líder político. A tendência de valorizar líderes e apoiar determinados partidos por uma questão de afinidade étnica reflete um elemento tribal na política guineense. Este sentimento, contudo, não parece ser predominante neste contexto social. O impacto do elemento étnico na política da Guiné-Bissau merece um estudo mais aprofundado, sobretudo nos seus aspetos mais informais – e, portanto, de influência mais subtil.

Risco de Sectarismo Religioso

O sectarismo – a defesa intolerante, fechada e facciosa de sentimentos religiosos ou ideológicos – tende a perturbar a coexistência social e enfraquecer o desenvolvimento democrático. Em certos contextos, pode facilitar o surgimento de ações extremistas, com perigo para a ordem pública. A Guiné-Bissau não sofre deste tipo de violência, mas alguns países da região, sim. Daí o interesse em captar o alcance de sentimentos que podem propiciar atos de intransigência – sobretudo religiosa – no seio do povo guineense.

Para avaliar esta ameaça elaborou-se um índice com elementos associados muitas vezes a atitudes sectárias:

- **Intolerância religiosa,** em relação a pessoas de outra religião
- **Desconfiança religiosa,** com indivíduos de uma religião diferente
- **Orientação patriarcal,** na qual se inverteram os valores do índice de igualdade de género
- **Preconceito sexual,** em relação aos homossexuais.

Todas estas disposições teriam afinidade com uma conceção mais fundamentalista ou fechada da religião. O último fator, no entanto, ficou em aberto quanto à sua relevância para esta medição. Razão pela qual foram produzidas duas versões do índice: a primeira, a hipótese A, com os quatro indicadores citados; a segunda, a hipótese B, sem a variável do preconceito sexual.

Para captar a incidência religiosa na disposição ao sectarismo, criou-se um índice de engajamento e adesão religiosa com base em quatro elementos:

- **Participação num grupo religioso,** incluindo o perfil desta atuação
- **Contacto com líderes religiosos,** a partir da assiduidade deste relacionamento
- **Importância da religião na vida pessoal**
- **Frequência das práticas religiosas,** além de casamentos e funerais.

Estas variáveis dão conta principalmente de elementos de uma vida religiosa organizada. A religiosidade neste contexto é marcada pela participação nos rituais e grupos religiosos, e no contacto com as lideranças desta comunidade. A ênfase aqui está centrada nas formas e nos relacionamentos, e nem tanto assim na dimensão mais espiritual. Daí a importância de diferenciar a religiosidade da espiritualidade, que apresenta, em geral, uma vitalidade mais íntima. A definição de religiosidade utilizada nesta análise, portanto, não retrata as condições mais subtis da convivência espiritual, que podem ter – na sua expressão cotidiana – uma religiosidade maior ou menor.

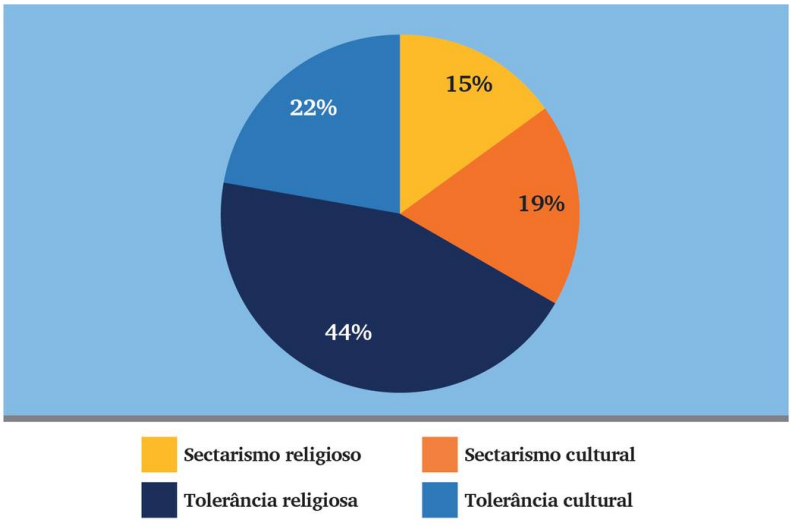
O cruzamento de ambos os índices – risco de sectarismo e engajamento religioso – permite avaliar a influência da religião nas inclinações mais sectárias e mais tolerantes. Esta combinação, em escala mais alta e baixa, permitiu produzir a seguinte matriz.

Risco de sectarismo religioso: Matriz conceitual		
Engajamento religioso	Risco de sectarismo	
	Menor	Maior
Mais alto	Tolerância religiosa	Sectarismo religioso
Mais baixo	Tolerância cultural	Sectarismo cultural

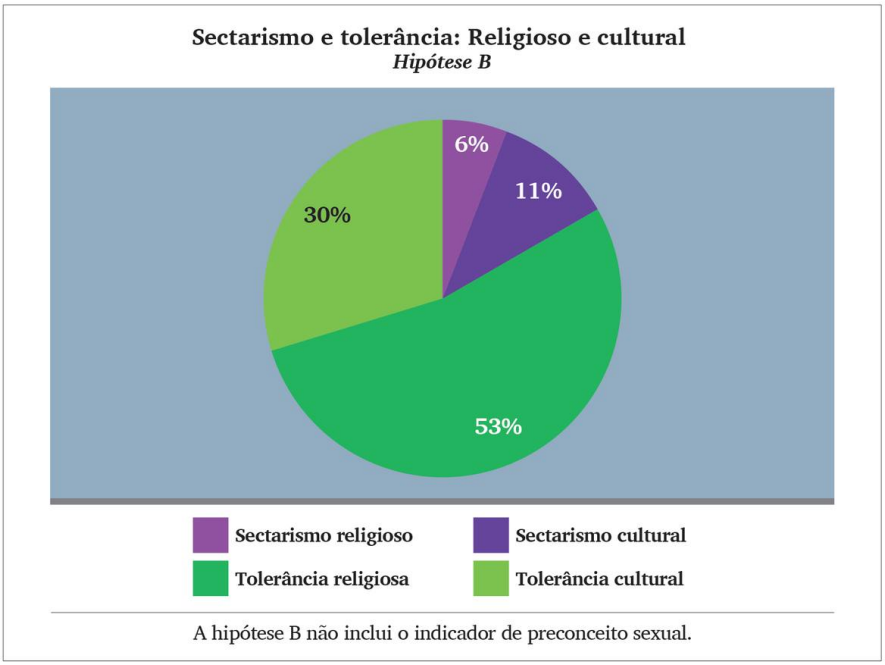
De modo a facilitar a análise, distinguiu-se entre duas orientações em relação ao sectarismo e à tolerância: uma, de viés mais religioso, e outra, menos religiosa – ou seja, de uma predisposição mais cultural ou secular.

O resultado deste cruzamento foi surpreendente. Constatou-se que, na Guiné-Bissau, as pessoas mais tolerantes tendem a ser mais religiosas. Detetou-se ainda que o risco de sectarismo é maior entre as pessoas de menor religiosidade, incluindo aqueles sem atuação religiosa. Isto pode-se apreciar em ambos os índices preparados para esta pesquisa.

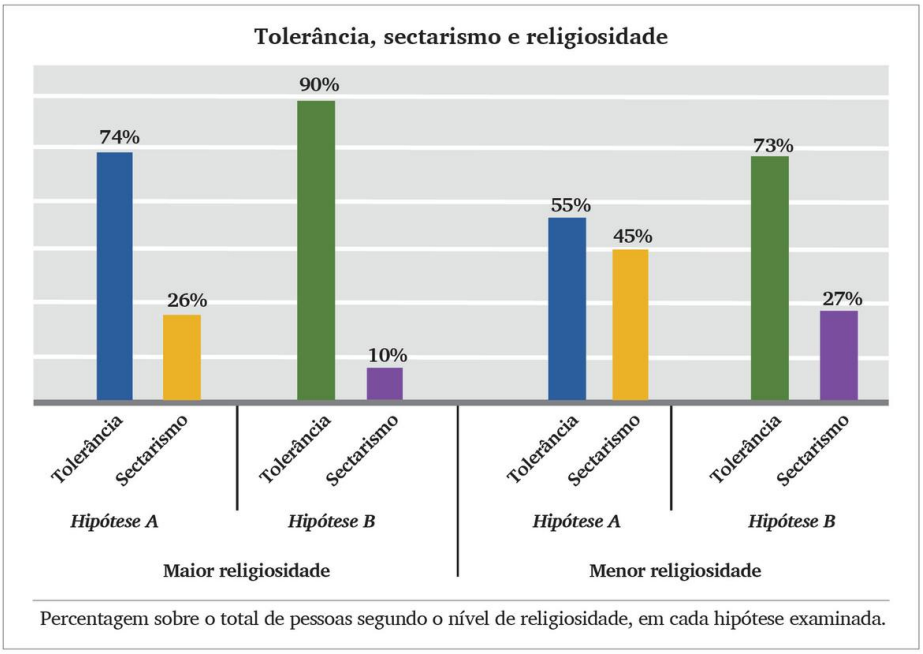
Sectarismo e tolerância: Religioso e cultural
Hipótese A



A hipótese A inclui os quatro indicadores.



Ao contrastar os dois públicos, o mais ecuménico e aquele com risco de sectarismo, observa-se – nas duas hipóteses – que, entre as pessoas tolerantes, duas em três são mais religiosas, e uma é mais secular. Na população com tendência ao sectarismo – 34% na hipótese A e 17% no cenário B – há um peso maior de pessoas pouco ou nada religiosas. Desconsiderando a variável preconceito sexual, no grupo com visão mais sectária as pessoas mais seculares são quase o dobro daquelas com uma adesão religiosa mais intensa. Por outras palavras, a probabilidade de achar um guineense ecuménico é duas vezes maior num ambiente de maior religiosidade do que entre as pessoas com escassa ou nenhuma participação religiosa.



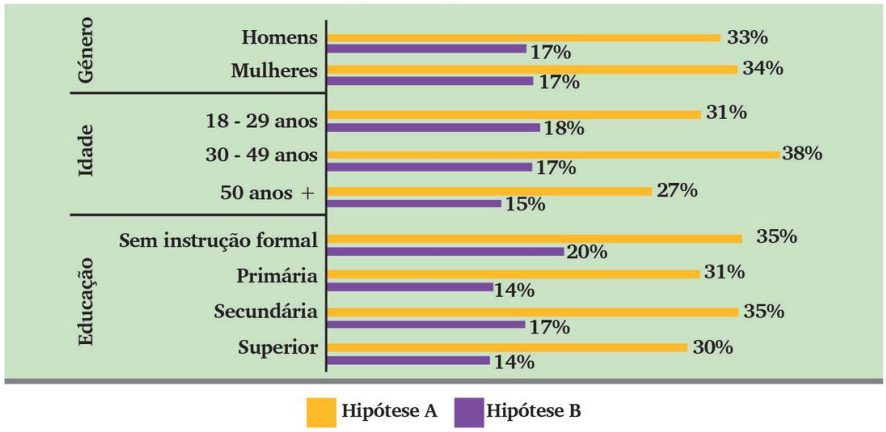
Todavia, ao comparar o nível de engajamento religioso – maior ou menor – fica em evidência o impacto da prática religiosa na adoção de atitudes menos sectárias. A informação apresentada no gráfico anterior revela que, entre os guineenses mais religiosos, a tendência a favor do ecumenismo é de três a nove vezes maior que o risco de sectarismo, dependendo da hipótese utilizada. Em contrapartida, as pessoas menos religiosas são uma a três vezes mais inclinadas a ser tolerantes. Fazendo a média dos dois cenários, pode-se estimar que, na Guiné-Bissau, as pessoas com pouca ou nenhuma religiosidade têm um risco de sectarismo três vezes maior que as pessoas mais religiosas.

O preconceito em relação à homossexualidade tende a elevar o risco de sectarismo, como salienta o contraste dos resultados das hipóteses A e B. Entre as pessoas mais religiosas, o risco sobe 16 pontos, enquanto entre os menos religiosos há um acréscimo de 18 pontos. A comunidade mais religiosa, portanto, é ligeiramente menos discriminatória em relação aos homoafetivos que o povo mais secular. Como tem acontecido em outros países, na Guiné-Bissau há o perigo de ver a politização do preconceito contra as minorias sexuais exacerbar o clima de intolerância social.

Quais são as principais características sociais da população em risco de adotar atitudes mais sectárias?

As variáveis de **género** têm uma consequência quase nula sobre o índice de sectarismo. Mas os elementos que as compõem evidenciam certas disparidades. Os homens, em geral, exibem uma orientação mais patriarcal e maior intolerância religiosa. As mulheres desconfiam mais das pessoas de outra religião e têm um preconceito maior em relação à homossexualidade. Por outro lado, os homens mostram uma inclinação mais forte para o engajamento religioso, superando as mulheres numa proporção de 62% para 57%. Mesmo assim, o risco de sectarismo em ambos os géneros apresenta uma tendência mais cultural que religiosa.

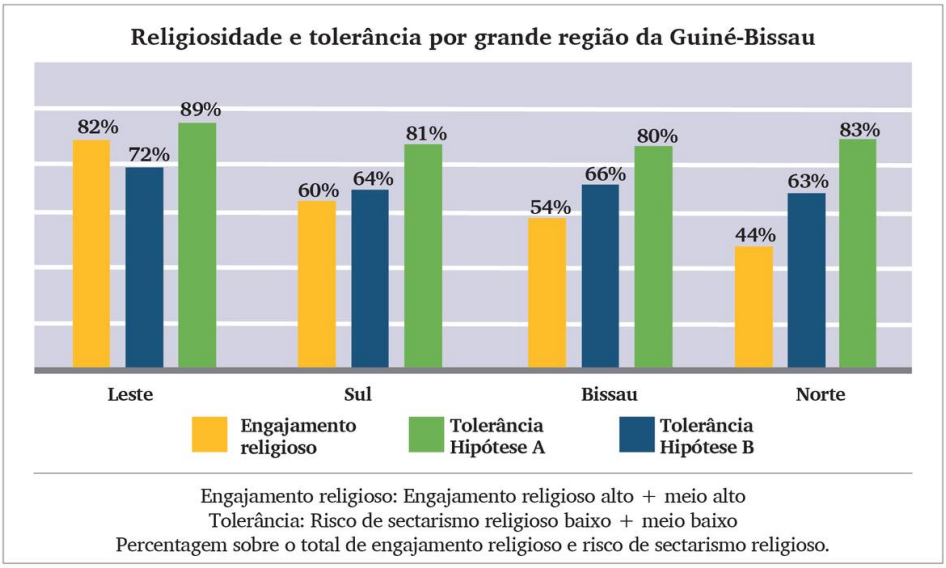
Risco de sectarismo religioso:
Alguns traços sociais



Risco de sectarismo religioso: risco de sectarismo alto + meio alto
Percentagem sobre o total de pessoas com risco de sectarismo religioso.

Quanto à **idade**, a religiosidade e disposição ecuménica maior dá-se entre as pessoas de 50 anos para cima. Esta faixa etária exibe um preconceito menor em relação à homossexualidade, mas ostenta uma orientação patriarcal mais forte.

A **educação** não tem um impacto claro. No nível da educação superior, por exemplo, há bastante variabilidade. Neste segmento observam-se uma desconfiança e uma intolerância religiosa mais elevadas. Mas no seu conjunto é o segmento que tende a ser mais liberal no apoio à igualdade de género e com menor discriminação contra a homossexualidade. No entanto, na faixa sem nenhuma instrução, há uma predisposição mais fechada e conservadora sobre estes assuntos.

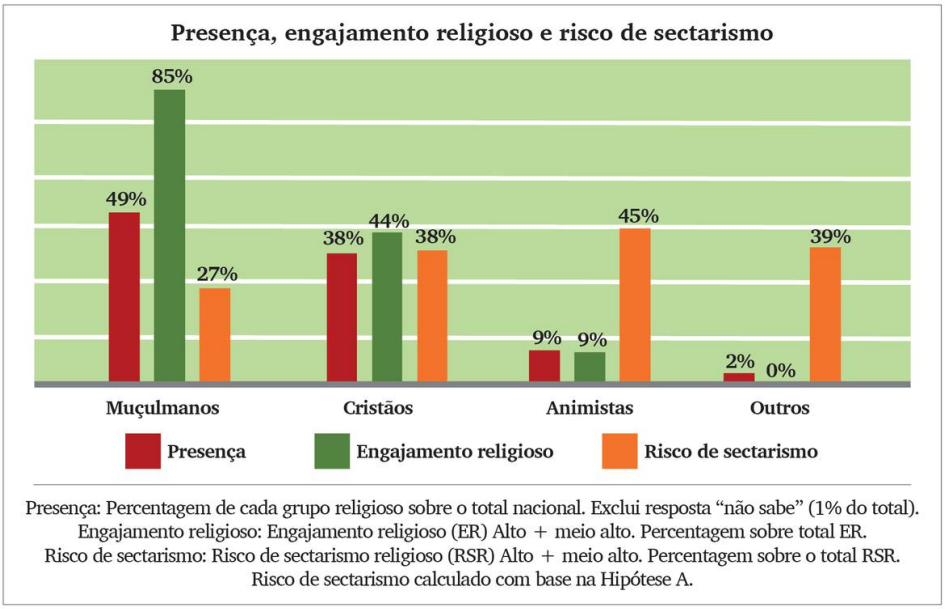


O **local de residência** tampouco surte um efeito saliente. No meio da população rural há menos desconfiança e intolerância religiosa, mas percebe-se um preconceito sexual e patriarcal maior. O contraste geográfico, no entanto, é mais expressivo. O Leste é a região mais religiosa e tolerante do país. Neste território, vigora uma combinação mais intensa do patriarcalismo e do ecumenismo religioso. No Leste, em cada 12 pessoas com maior sentimento religioso, segundo os resultados da hipótese B, 11 seriam mais tolerantes e uma teria uma predisposição sectária.

Os principais **grupos étnicos** da Guiné-Bissau mostram algumas diferenças significativas. Os que exibem uma religiosidade mais alta – os Mandingas, Fulas e Biafadas, muçulmanos na sua grande maioria – têm níveis de tolerância maior, sobretudo no trato com pessoas de outra religião. Por outro lado, os Papéis apresentam um risco sectário maior, de índole mais cultural que religiosa. No índice A, o risco de sectarismo entre os Fulas, Biafadas e Mandingas oscila entre 25% e 27%. Mas na comunidade Papel chega a 50%. A diferença fundamental entre estes grupos está na capacidade de relacionamento inter-religioso.

Das três principais **religiões** da Guiné-Bissau, os muçulmanos são o grupo maioritário do país (com 49% da população). Esta comunidade destaca-se pela alta religiosidade. Três em cada quatro muçulmanos pratica a sua religião mais de uma vez por dia. Ademais, este grupo exibe as atitudes mais favoráveis à convivência ecuménica, como pode-se observar no seguinte gráfico.

Os cristãos representam 38% da população e os animistas 9%. Os cristãos têm uma religiosidade maior e um potencial sectário menor que os animistas. Mas há diferenças internas dentro da comunidade cristã. Os evangélicos têm uma atuação religiosa mais intensa que os católicos. Porém, o risco de sectarismo entre os evangélicos é superior ao dos católicos.



Presença: Percentagem de cada grupo religioso sobre o total nacional. Exclui resposta "não sabe" (1% do total).
Engajamento religioso: Engajamento religioso (ER) Alto + meio alto. Percentagem sobre total ER.
Risco de sectarismo: Risco de sectarismo religioso (RSR) Alto + meio alto. Percentagem sobre o total RSR.
Risco de sectarismo calculado com base na Hipótese A.

Os animistas constituem o grupo com menor engajamento religioso. Dois em cada três animistas dizem que nunca praticam a sua religião ou a fazem poucas vezes ao ano, enquanto quase metade (47%) afirma que a religião tem pouca ou nenhuma importância na sua vida.[6] Esta coletividade tem uma orientação mais igualitária nas relações de género e maior disposição à tolerância religiosa. Mas há elementos de alta desconfiança em relação às pessoas de outra religião e um elevado preconceito contra a homossexualidade. Daí o maior risco do sectarismo.

Quanto aos principais **partidos políticos** da Guiné-Bissau – em 2018, o PAIGC e PRS –, há alguns contrastes percetíveis. Dois terços dos integrantes do PAIGC têm um engajamento religioso mais intenso, mas só metade dos aderentes do PRS exibem essa prática. Os apoiantes do PAIGC são mais ecuménicos no âmbito religioso e mais favoráveis, em geral, à igualdade nas relações de género. Contudo, os membros do PRS mostram uma disposição menos intransigente em relação à homossexualidade. O risco de sectarismo religioso entre os aderentes do PAIGC é menor, oscilando entre 30% e 14%, nas hipóteses A e B. No PRS, estes valores ficaram entre 34% e 18%, levemente superiores aos do PAIGC.

Na sondagem realizada em meados de 2018, um movimento dissidente do PAIGC, o Grupo dos 15, teve a adesão de 3% da população. A sua principal base de apoio, naquele momento, estava entre os muçulmanos. Além de exibir um nível alto de religiosidade, entre seus apoiantes detetou-se uma forte inclinação a favor da tolerância religiosa.

A **adesão à democracia** na Guiné-Bissau tem um importante suporte religioso. Quase metade das pessoas com uma adesão mais alta à democracia tem uma orientação religiosa favorável à tolerância. Isto é quatro vezes maior que o número de pessoas com predisposição para o sectarismo religioso. O gráfico seguinte esclarece esta situação.

6 Embora altamente ritualizadas, as práticas animistas tendem a ser menos regulamentadas e, portanto, menos organizadas, em comparação com as das comunidades cristãs e muçulmanas. Como mostra o capítulo 8, o número das pessoas que se identificam como "animistas" sofreu um declínio acentuado na Guiné-Bissau, de um pico de 65% da população em 1979 para 9% no inquérito Vozes do Povo de 2018. Este contexto pode explicar a menor disposição entre alguns inquiridos em partilhar ideias sobre a sua prática 'animista'.

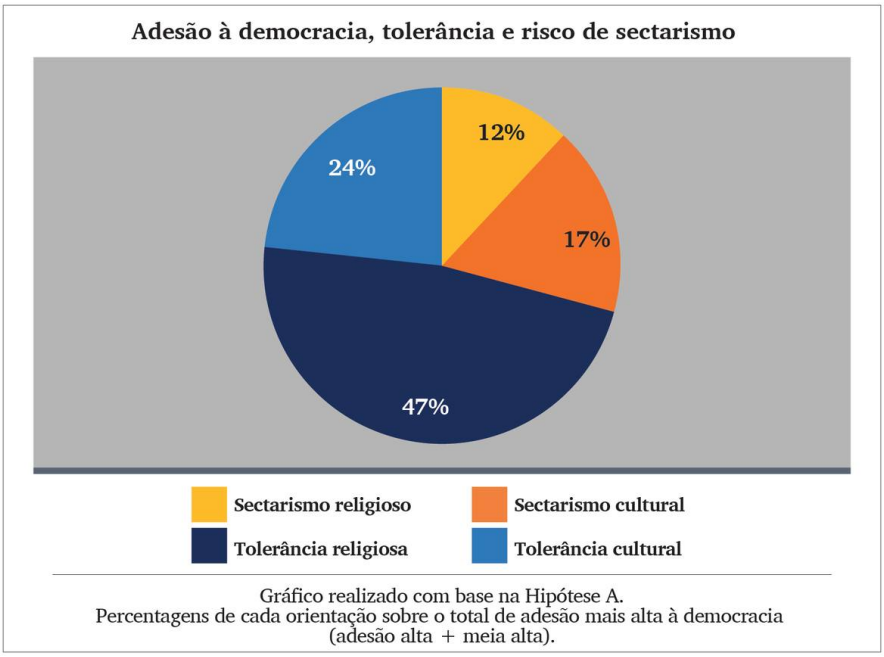


Gráfico realizado com base na Hipótese A.
Percentagens de cada orientação sobre o total de adesão mais alta à democracia (adesão alta + meia alta).

Há uma observação importante a sublinhar nesta representação. Entre os apoiantes da democracia na Guiné-Bissau, 29% são pessoas mais propensas a adotar atitudes sectárias. Ainda mais, os resultados da pesquisa revelam que, entre as pessoas com uma orientação autoritária, 59% exibem uma atitude de maior tolerância religiosa e cultural. Numa parcela da população, portanto, há um elemento de disjunção entre o apoio à tolerância social e a defesa da democracia e os direitos humanos.

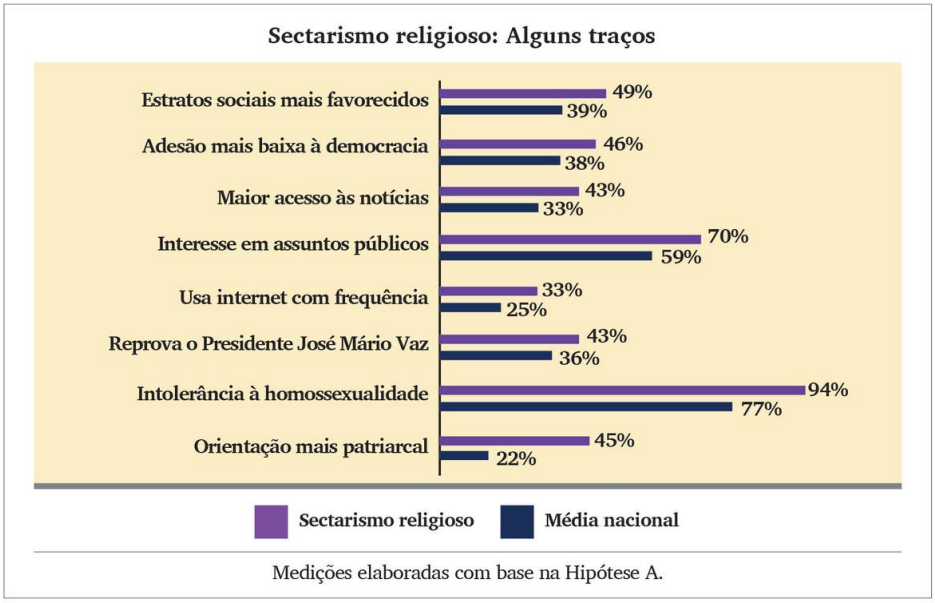
No seio da opinião pública guineense, há dois princípios distintos de tolerância. Um deles é associado às noções mais modernas da tolerância liberal e a salvaguarda da liberdade de dissensão. A outra vem de uma tradição não liberal, mais comunitária na sua origem, e vinculada à longa história de relações interétnicas e religiosas na Guiné-Bissau. Este assunto merece uma análise mais aprofundada, de modo a fortalecer as estratégias de desenvolvimento democrático neste país.

Tipologias de Sectarismo e Tolerância: Algumas Características Salientes

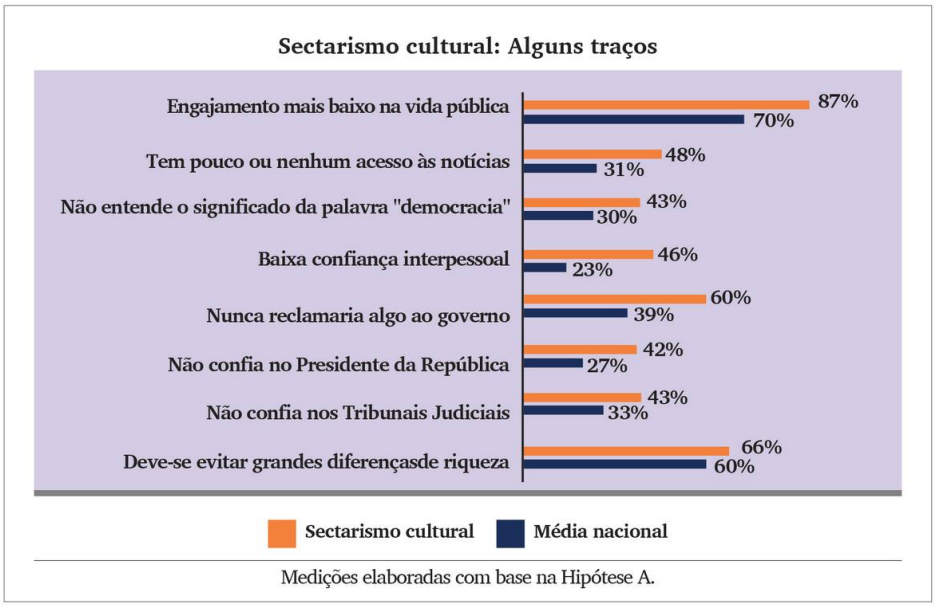
Quais são as experiências de vida e disposições associadas a cada uma das orientações ressaltadas na matriz conceitual – o risco de sectarismo religioso e cultural, e a propensão à tolerância religiosa e cultural? Os seguintes gráficos oferecem uma síntese dos principais acentos de cada uma das disposições, contrastadas com a média nacional, elaboradas com base nos cruzamentos com os resultados da Hipótese A.

Na população com **risco de sectarismo mais religioso** há uma percentagem maior de pessoas dos estratos mais favorecidos e com acesso a informações sobre os acontecimentos públicos. O nível de educação, contudo, não tem nenhuma incidência percetível na composição deste segmento. O sectarismo religioso está associado a uma visão mais patriarcal, e a um forte preconceito em relação às minorias sexuais.

Os grupos étnicos maioritariamente afetados por esta orientação são os Mandingas (em 22% da sua população), os Fulas (19%), Biafadas (19%), e a somatória de uma constelação de etnias menores, Outros (20%).

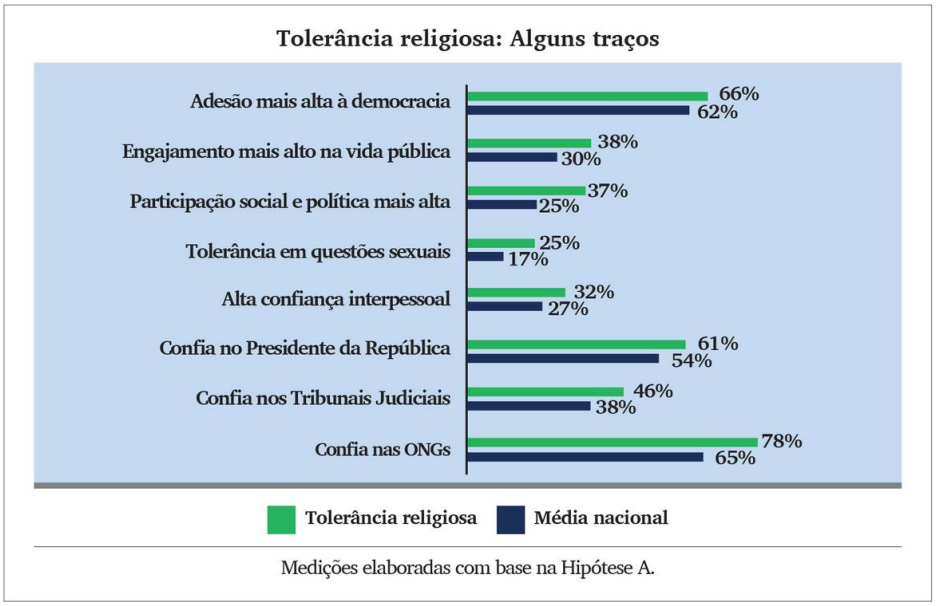


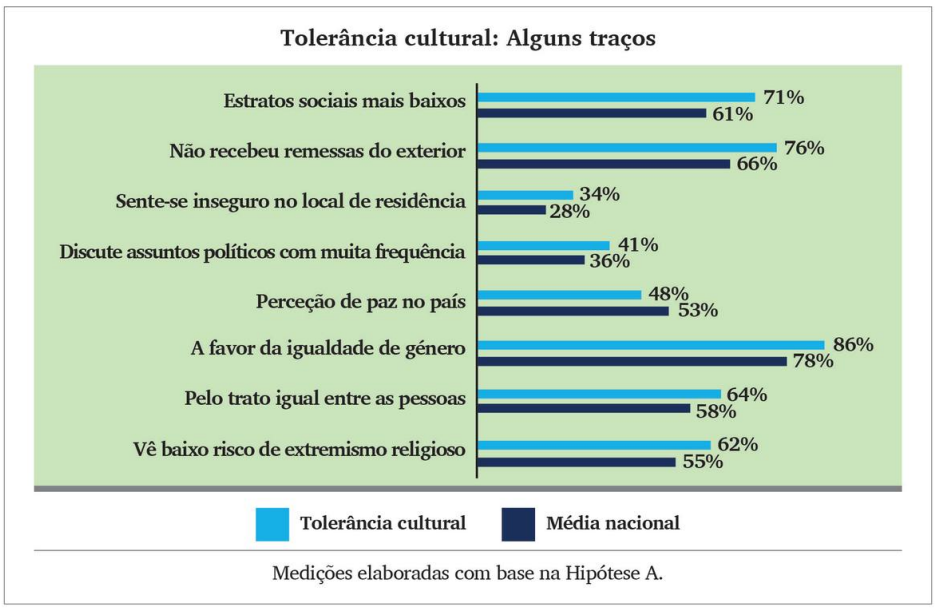
O **risco de sectarismo cultural** tem um leve acento rural e feminino, e inclui uma proporção um pouco mais elevada de pessoas sem instrução formal. Esta é a população menos engajada na vida pública do país e com escassa disposição para reclamar seus direitos ao governo. Neste segmento social há uma confiança menor nas pessoas, instituições e autoridades públicas. Todavia, esse é um público com certa sensibilidade pela justiça social: 61% pensam que a Guiné-Bissau é um país muito injusto, acima da média nacional de 51%. Os grupos étnicos influídos principalmente por esta disposição são os Papéis (39% da sua comunidade), os Manjacos (28%), os Balantas (28%), os Mancanhas (25%) e Outros (24%).



Os guineenses com um **impulso para a tolerância religiosa** manifestam uma adesão maior aos princípios democráticos e uma participação mais intensa na vida pública do país. Dois terços dos militantes partidários na Guiné-Bissau exibem esta disposição religiosa. O ecumenismo religioso favorece a adoção de atitudes mais tolerantes em relação aos estrangeiros e às minorias sexuais. Esta população tem uma confiança interpessoal maior. Isso também se reflete nos seus elevados índices de confiança grupal: 83%, 14 pontos acima da média nacional. A confiança nas pessoas, por sua vez, incide na confiança conferida às lideranças nacionais, às entidades do Estado, aos grupos comunitários e às organizações da sociedade civil.

Esta população tem um leve acento urbano e inclui uma proporção maior de pessoas com educação superior. No plano étnico, a maior disposição para a tolerância religiosa se dá entre os Mandingas (65%), Fulas (64%) e Biafadas (56%).

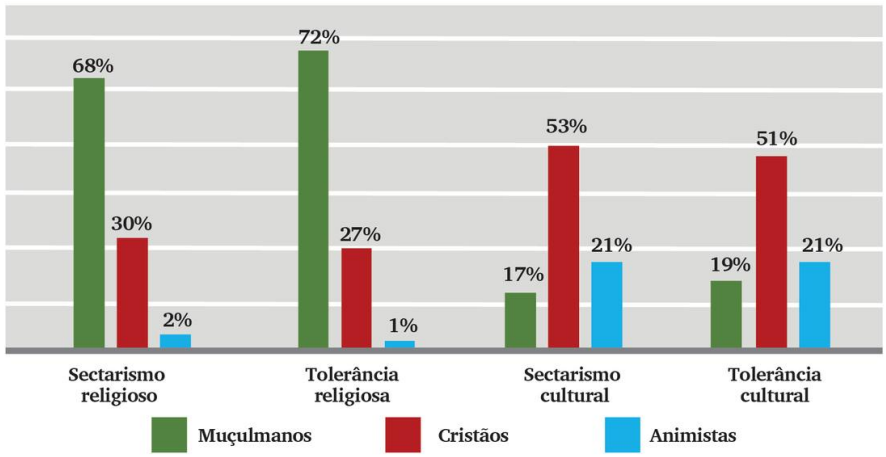




A **predisposição para a tolerância cultural** é mais pronunciada nos estratos sociais mais baixos. Entre as pessoas com esta orientação, dois terços descrevem as suas condições de vida como más. Neste segmento há uma preocupação maior por temas de segurança pública, seja por problemas de roubo na casa ou pela consternação perante a instabilidade política do país. Esta parcela da população tem um etos igualitário mais acentuado, tanto nas relações de género como no trato geral entre as pessoas. Dois terços deste povo recebem notícias por comentários da família, vizinhos e amigos. Neste grupo há uma alta proporção de pessoas que gostam de discutir sobre assuntos políticos. Os grupos étnicos mais influenciados por esta orientação são os Balantas (41%), Mancanhas (33%), Papéis (31%) e Manjacos (30%).

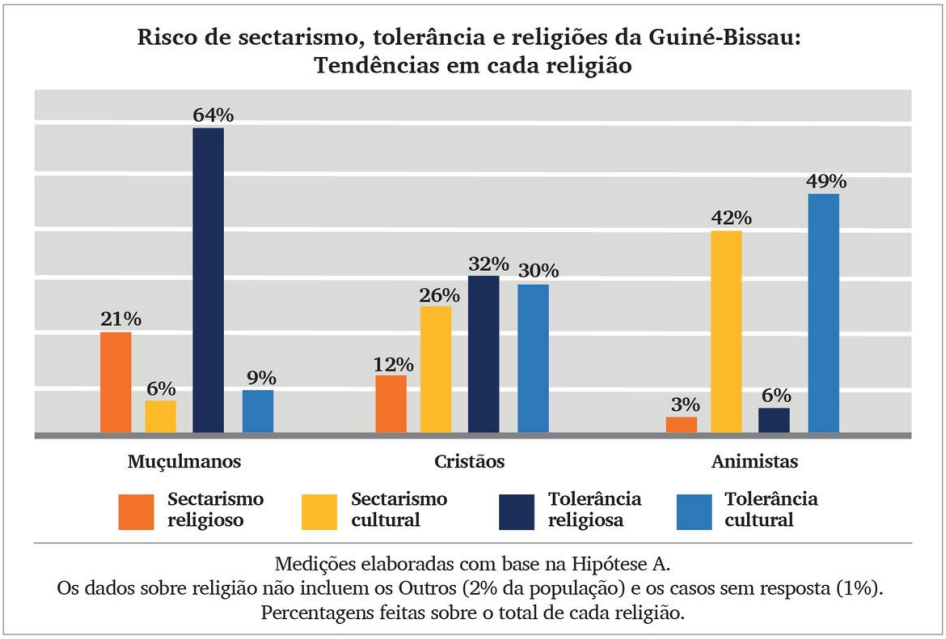
No **âmbito religioso**, é possível discernir as tendências em cada uma das principais religiões da Guiné-Bissau – o islamismo, o cristianismo e o animismo –, segundo as quatro orientações esboçadas aqui. A seguir apresentamos dois gráficos que oferecem leituras alternativas deste relacionamento. A primeira salienta a composição religiosa de cada tipologia. A segunda mostra a constituição de cada uma das religiões, a partir das quatro orientações estudadas aqui. Todos os cruzamentos foram feitos com os resultados da Hipótese A.

Risco de sectarismo, tolerância e religiões da Guiné-Bissau: Composição religiosa de cada orientação



Medições elaboradas com base na Hipótese A.
Os dados sobre religião não incluem os Outros (2% da população) e os casos sem resposta (1%).
Percentagens feitas sobre o total de cada orientação

Como se pode apreciar neste e no seguinte gráfico, nas três principais religiões da Guiné-Bissau o ímpeto primordial favorece a coexistência social.



Conclusão

O estudo de mineração e análise de dados do inquérito Vozes do Povo possibilita uma leitura original das identidades étnicas e religiosas do povo guineense. Ela permite extrair algumas conclusões práticas orientadas para a promoção do desenvolvimento democrático.

- **Apoiar a colaboração ecuménica.** O diálogo e a parceria com os líderes religiosos, no sentido de fortalecer as relações e atividades ecuménicas, podem cimentar a tolerância religiosa e, com ela, os valores da democracia. Na Guiné-Bissau, as forças religiosas são principalmente amigas da democracia e defensoras da paz social – e devem ser reconhecidas e engajadas como tal.
- **Fomentar a cooperação interétnica.** As identidades étnicas são importantes na Guiné-Bissau. Esta pequena nação acolhe pelo menos 26 grupos étnicos e linguísticos. As relações interétnicas neste país são geralmente pacíficas e construtivas. O casamento interétnico contribuiu para isso. A pesquisa Vozes do Povo, no entanto, detetou mágoas tribais e preocupações em torno da politização destas identidades. A paz social é um bem que precisa de ser cultivado regularmente. Daí a importância de integrar estratégias que estimulem a cooperação interétnica em todas as iniciativas cidadãs.
- **Reforçar as capacidades de investigação científica** para compreender melhor os fenómenos étnicos e religiosos na Guiné-Bissau e a sua relação com a vida política do país. Os estudos de opinião pública constituem um instrumento valioso para isso, mas precisam ser complementados com estudos qualitativos, capazes de captar, com maior detalhe, as subtilezas em jogo. O apoio à produção do conhecimento científico é fundamental para isso e requer um financiamento adequado. Sem este respaldo, seria impossível organizar pesquisas de campo, como as sondagens de opinião pública; processar os dados recolhidos; analisar e apresentar os resultados. Conforme foi demonstrado através da iniciativa Vozes do Povo, a atividade científica pode gerar percepções

inovadores e ideias práticas, em prol da democracia e o desenvolvimento do país. O melhor autoconhecimento entre os guineenses, por sua vez, pode ajudar a cimentar as bases da coexistência social e o engajamento cívico.

Referências

Carter, Miguel (2021). *Vozes do povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

5
O Povo Reflete sobre a Política e o Povo

Miguel Carter

Este capítulo sintetiza os principais achados do estudo de grupos focais realizado no marco da iniciativa Vozes do Povo. Esta pesquisa foi concebida com o objetivo de enriquecer as revelações produzidas na sondagem de opinião pública de 2018. As entrevistas de grupo foram realizadas em dez localidades distintas do país, junto de um segmento variado da população, entre 25 de outubro e 9 de novembro de 2019.

A preparação do estudo incluiu três passos: a elaboração de um questionário, a realização das entrevistas em grupo, e o processamento da informação recolhida.[1] A pesquisa de campo efetuou-se na capital, Bissau; em três cidades do interior do país – Bafatá, Buba e Canchungo; e em quatro comunidades rurais nas regiões de Quinará, Bafatá e Oio. Em total foram entrevistadas 89 pessoas, sendo 42 homens e 49 mulheres. Em duas comunidades, uma urbana e outra rural, as entrevistas foram só com mulheres. Num bairro de Bissau, a reunião foi só com jovens. A realização de encontros em diversos pontos do país permitiu dialogar com pessoas de tradições religiosas e identidades étnicas diferentes.

O questionário dos grupos focais procurou entabular uma conversa aberta sobre os principais resultados da sondagem Vozes do Povo. As perguntas formuladas giraram em torno de: a visão geral o país, a convivência na sociedade guineense, a participação das mulheres, e as perceções à volta do Estado, os governantes e as elites políticas. As entrevistas foram transcritas do crioulo para o português. Para assegurar o anonimato dos entrevistados, estabeleceu-se um código que permite distinguir cada interlocutor.[2]

A principal preocupação detetada nos grupos focais girou à volta da instabilidade crónica e degradação política da Guiné-Bissau. É isto, na visão dos participantes, que torna o Estado incapaz de promover o desenvolvimento do país. As 16 horas e 15 minutos de entrevista junto de vários segmentos da população dão conta desta angústia, em suas diversas manifestações. Elas reforçam as informações produzidas através da sondagem Vozes do Povo, e contribuem com elementos para um melhor diagnóstico qualitativo.

As breves reflexões apresentadas aqui, por meio de um *collage* de vozes, revelam os principais traços da política guineense, as causas da sua instabilidade, e seu impacto nas carências da população e na perceção de fracasso da nação. Também são avaliados os desafios e as mudanças na participação pública das mulheres. O apanhado de vozes conclui com uma revisão da convivência social na Guiné-Bissau e os atributos positivos do país.

Há três observações feitas em todos os grupos focais que merecem ser sublinhadas. A primeira é a ampla capacidade de deliberação presente em todas as entrevistas, mesmo entre as pessoas

---

1 Para mais detalhes sobre a metodologia utilizada, ver o capítulo 1 deste livro. A pesquisa na sua totalidade pode-se encontrar em Carter (2020).

2 Os códigos para cada local de entrevista são, em Bissau: Praça (Pr), Antula (An), Sintra (Si); nas cidades do interior: Buba (Bu), Bafatá (Ba), Canchungo (Ci); nas comunidades rurais: Binhal (Bi), Demba Cali (Dc), Candjadja (Ca) e Glak Iala (Gi). O sexo do entrevistado é: homem (H) ou mulher (M). Para a idade utilizou-se o número de anos que a pessoa declarou ter, antes de começar o grupo focal. Desta forma, o homem de 64 anos entrevistado em Buba tem o código: Bu-H64. No caso de ter mais de uma pessoa com o mesmo género e idade, acrescentou-se um "a, b, c" no final do código. Assim, a terceira mulher de 24 anos que participou do grupo focal na Praça de Bissau é identificada como: Pr-M24c.

com pouca ou nenhuma instrução formal. Os participantes deram as suas opiniões, formularam os seus argumentos e transmitiram as suas ideais sem grandes dificuldades. Em geral, percebeu-se também um interesse em conversar sobre a situação do país. Observou-se igualmente que muitos participantes falaram com facilidade sobre acontecimentos em outras partes do mundo, de modo especial no continente africano. Esses elementos de reflexão popular sobre a inserção regional e global da Guiné-Bissau merecem consideração.

Instabilidade Política

A política gera uma instabilidade recorrente e pode levar à violência.

O mais grave conflito que poderemos vir a ter é o conflito político. O nosso maior medo é das armas, porque no dia em que as armas começarem a cantar, vai morrer muita gente. Por causa dos políticos, podemos ter um novo 7 de junho. *(Pr-M24c)*.[3]

Realmente o conflito entre os políticos é mais preocupante, porque é um conflito que nos leva a um conflito maior, onde as armas são utilizadas. Temos o exemplo da guerra de 7 de junho. Não queremos que se repita. *(Si-M33a)*.

A instabilidade pode trazer um banho de sangue. Os nossos políticos não estão preparados para fazer política. Acham que a política é para chegar ao governo e roubar tudo aquilo que é do povo. Outros lutam para chegarem ao governo e isso provoca instabilidade. *(Ci-H46)*.

É evidente que são os nossos políticos que criam problemas. Nós relacionamo-nos bem uns com os outros, mas os políticos conseguem dividir-nos. Os políticos são o foco da instabilidade na Guiné-Bissau. *(An-H26)*.

A instabilidade criada pelo conflito de liderança política pode criar situações muito violentas. Nos últimos anos de instabilidade, se não tivéssemos as tropas da ECOMIB no país, não estaríamos aqui a falar disto e daquilo. Todos sabem como é formada a nossa força de defesa. Por isso acho que temos essa ameaça no país. *(Ci-H32)*.

Pode voltar a acontecer um conflito político e será por causa das drogas. Dizem que prenderam uma tonelada de drogas, aliás duas toneladas. É isso que traz problema entre os políticos. É isso que cria conflito político-militar. Deus nos livre disso. O conflito entre os políticos é que provoca guerra. *(Gi-H65)*.

As disputas políticas fomentam desconfiança e divisões na sociedade.

A nossa luta pela independência foi duma tremenda confiança. Mas os políticos criaram a divisão e desconfiança entre os guineenses. A política e os políticos estão a dividir-nos. A desconfiança está a crescer entre nós. *(An-H42)*.

Os guineenses são um povo muito unido, mas a instabilidade política tem-nos afastado e está a criar divisão étnica. *(Pr-M24c)*.

A convivência étnica é extraordinária na Guiné. Podemos ver uma Balanta casar com Fula, um Fula a casar com uma Mandinga, um Mandinga a casar com uma Bijagó. A relação é muito boa, mas os nossos políticos e governantes têm fomentado o tribalismo. *(An-H26)*.

---

[3] Algumas das citações apresentadas aqui foram modificadas por motivos de clareza e concisão.

Aqui na Guiné-Bissau, somos todos irmãos. Posso dizer que a união começou durante a luta de libertação, quando nos acostumamos a interagir com a cultura do outro. Mas isso tem diminuído. É por causa da política. As pessoas passaram a valorizar mais a etnia. Politicamente as pessoas estão divididas. Já não promovem a nossa guinendade. Antes exibíamos a nossa guinendade, mas agora exibimos a nossa etnia. *(Si-M33c)*.

Não temos problemas religiosos, mas se continuarmos a escutar os nossos políticos teremos problemas. A próxima geração pode vir a conviver com conflitos religiosos. *(An-M37)*.

A política é um meio de enriquecimento pessoal e fonte de corrupção.

Os políticos só pensam no seu bolso, nos seus filhos, e em mulheres. Eles não pensam em nós. Estamos a lutar dia e noite, mas eles não fazem nada para o povo. *(Bi-M35)*.

Existem pessoas que têm dificuldade para pagar a renda de casa. Mas quando começam a trabalhar como secretários de Estado ou ministros, três meses depois já começam grandes obras, e ficas a imaginar em que banco têm guardado o dinheiro. *(Ci-H32)*.

É gozo, temos mais de 40 partidos com um único objetivo: enriquecer a si mesmos e às suas famílias. *(Pr-H23)*.

O Senegal pediu tratores ao rei do Marrocos, e nós pedimos carros para deputados. Isso demonstra que não pensam no povo. Os nossos governantes só pensam na sua barriga. Só pensam neles e nos filhos. *(Ca-H73)*.

A ineficácia da Justiça e a impunidade exacerbam a corrupção e a desigualdade.

Dizemos que não existe justiça na Guiné, porque vês um ladrão de galinha ou de telemóvel a ser levado à Justiça, enquanto os grandes ladrões estão no poder. *(Pr-M30)*.

Existem aqueles que estão debaixo da lei, assim como existem aqueles que estão acima da lei na Guiné, porque falta a verdade. *(Ca-H73)*.

A lei favorece aqueles que estão num patamar acima do nosso. *(Si-M33c)*.

Existe injustiça por causa dos mais ricos. Se você for à Justiça com um rico, ele ganha. O pobre não pode ganhar na Justiça. *(Gi-H67)*.

Quando tens dinheiro, consegues ir junto das autoridades comprar a tua inocência. Quando o Estado é subornado, eles batem na pessoa que tinha razão, só por não ter dinheiro. *(Dc-M51)*.

Existe lei na Guiné-Bissau, mas não gostamos de segui-la. Aqui, se conheces alguém na polícia, nunca serás preso. *(Ca-H34)*.

Temos uma Justiça lenta, morosa e custosa. A própria população não compreende como funciona a Justiça guineense. Acham que a Justiça é feita na polícia. Vês um policial fardado e mal preparado. Não recebe um bom salário. Essa pessoa pode ser facilmente corrompida. *(Ba-H55)*.

O problema é a impunidade. As más práticas passam a ser vistas como algo normal, e a própria população passou a admirar aqueles que se enriquecem à custa do Estado. A Justiça não funciona na Guiné. *(An-H33)*.

O pior é a pessoa de gravata, porque ela está a fazer naufragar o país. Aqui na Guiné quando a pessoa rouba, muitos dizem que é sortudo. Foi lá e num mês construiu uma casa. Isso não é sorte, é furto. Mas se você roubar uma cabra, todos vão saber que és ladrão, e serás condenado mais do que aquele que está a fazer coisas piores. *(Ba-H32)*.

O desgaste político gera uma sensação de impotência, ressentimento e resignação.

Se uma pessoa mora numa tabanca, onde só tem arroz, sem peixe e outros ingredientes, vai se acostumar a comer somente arroz. É por isso que as pessoas dizem que já estamos acostumados com os desmandos dos políticos. Os votos já não resolvem nada. Temos que nos conformar, pois não temos outra saída. *(Pr-H30)*.

Enquanto a população não se manifestar, não vai acontecer nada, vamos continuar na mesma. Não beneficiamos de nada porque as pessoas não protestam, elas se conformam. *(Bu-H35)*.

Não estamos conformados. Quando não podes fazer nada, é melhor não colecionar problemas, e às vezes é melhor ficar calado. Podemos ir à radio reclamar. Eles escutam, mas não resolvem nada. Não vemos resultado da nossa reclamação. Por isso é melhor nos calarmos. *(Si-M33a)*.

Estamos calados, mas não é porque estamos conformados com a situação. Podemos gritar nas rádios. Quando é que a conversa do pobre é tomada em consideração neste mundo? É por isso que estamos resignados, não temos ninguém para nos ajudar. *(Si-M43)*.

O povo não se conforma, mas já está cansado. Já não se importa com os políticos, porque a população da Guiné-Bissau não depende do governo. O povo não está conformado. Não há o que fazer, porque quando o povo se organiza para as manifestações, eles colocam a polícia nas ruas para espancar as pessoas. Vai chegar o momento em que ninguém vai votar. Não estamos conformados, só decidimos desprezá-los. *(Ci-H46)*.

Em todos os lugares que escutar, os guineenses estão a dizer que não há o que fazer. É porque estão cansados. Se existisse uma saída, não diríamos que estamos cansados. Conquistámos a independência, mas ainda não somos livres. *(Ca-H73)*.

Deterioração Política

A degradação política depois da luta pela independência trouxe muita deceção.

O que complicou o país até hoje é o golpe de Estado no dia 14 de novembro de 1980. Depois veio a guerra de 7 de junho de 1998, que destruiu o país por completo. Hoje ninguém é alguém diante de ninguém. Perdeu-se o respeito. A cultura de "*matchundadi*" arrebentou com o país completamente. *(An-H51)*.

Quando estávamos na luta éramos todos guineenses. Unimo-nos para libertar o país. Mas depois durante o mandato, uma etnia, aquela ali, depois aquela outra, e pronto! *(Gi-H67)*.

Sacrificamo-nos pelo futuro, mas às vezes o futuro não nos traz boa coisa. Eu vivi a época colonial. Naquela época não havia greves. Mas porque é que temos greves atualmente? *(Gi-H65)*.

Temos que respeitar a nossa Constituição. A toda a hora a Guiné está com problemas. Antes diziam que a Guiné-Bissau é um país pequeno, mas com uma fama grande. Antes era um país limpo e hoje é sujo. Continua a ser um país pequeno, mas é sujo e cheio de problemas. *(Ci-H46)*.

Há problemas com o desenho institucional do país.

A nossa Constituição apresenta uma insuficiência e grandes lacunas. Ao longo da história política da Guiné nunca houve uma relação saudável entre a figura do presidente e do primeiro-ministro. A causa dessa disputa é o sistema político do país. *(An-H26)*.

Devemos alterar a forma de escolher os governantes. Aqui votamos para escolher um presidente e para escolher um primeiro-ministro, mas dois galos não podem cantar numa capoeira. Devemos votar num presidente, e ele pode escolher o seu primeiro-ministro, assim conseguirão organizar-se melhor. Acho que existe falha na lei. *(Bu-H49)*.

Os guineenses sentem-se abandonados porque não existe uma descentralização. Muitas coisas estão centralizadas em Bissau. Temos a mentalidade de que a Guiné-Bissau é só Bissau. *(Ci-M21)*.

É necessária a descentralização. Tudo o que tem a ver com a Guiné-Bissau está concentrado em Bissau. *(Pr-H23)*.

Tem que haver a revisão da Constituição. A pessoa nomeada para ser ministro tem que fazer a declaração dos bens que possui, antes de entrar e depois de sair. As pessoas são nomeadas e em dois ou três meses já começam a construir um prédio. Qual é a origem do dinheiro? O presidente da República tem que fazer a mesma prestação de contas. *(Bu-H49)*.

As normas do jogo democrático e da prestação de contas não são respeitadas.

O direito do povo nunca é respeitado. A eleição foi realizada, um partido foi vencedor. Indicou uma pessoa para ser o primeiro-ministro, mas recusaram nomeá-lo, e deu no que deu. Será que devemos continuar a realizar eleições? *(Ci-H46)*.

Desde que entrámos na democracia na Guiné-Bissau, os governos não chegam ao final do mandato. Quem ganha as eleições deve mandar até ao fim para podermos saber se é bom ou não. Mas mal começam, são logo derrubados. Dizemos que nos abandonaram, mas é o derrube constante do governo que nos coloca nesta situação. *(Ca-H37)*.

Aqui só temos chefes, não temos líderes porque são pessoas que dão ordens. Sempre falam na primeira pessoa, e só se preocupam com eles mesmos. *(Ba-M48)*.

Os líderes priorizam seus interesses pessoais porque o princípio de prestação de contas não funciona na Guiné. Não prestam contas nem do dinheiro que recebem para a campanha. Os guineenses conformam-se com tudo. Isso faz com que os políticos continuem a mentir para a população e não cumpram com os programas. A taxa de analfabetismo é muito alta no nosso país. As pessoas não compreendem o que é a política. Acham que bom político é aquele que traz camisolas, baldes, bonés, caçarolas e outras coisas. *(Ba-H55)*.

Os conflitos que temos acontecem por duas razões: económicas e de ambição do poder. Há altos oficiais e outras pessoas influentes que estão bem neste momento, mas se o país acalmar não vão conseguir exercer algumas atividades que estão a exercer na atualidade. Por isso é que arranjam maneira de criar instabilidade, porque nos momentos de conflito é possível todo o tipo de violações. *(Ba-H55)*.

Falta formação e cultura cívica para a plena participação democrática.

O desenvolvimento de um país não depende só dos governantes. Os cidadãos têm as suas responsabilidades. Nós guineenses, temos uma autoestima muito baixa. Estamos sempre a reclamar que a situação não anda bem. Conformamo-nos com a situação. Mas o que já fizemos para resolver a situação? Ficamos parados a reclamar sobre os governantes. (Ci-M21).

O povo acha que o Estado é só os políticos que estão no poder, não sabem que todos nós somos o Estado. Não sabemos preservar aquilo que é nosso. Não contribuímos para ajudar o Estado em nada. Roubam os painéis solares que colocaram nas ruas [de Bissau]. A população não ajuda a vigiar. Cada um pensa somente em si, não pensa como parte do Estado. *(Pr-H23)*.

As pessoas querem ver os seus direitos respeitados, mas 90% da população da Guiné não cumpre com as suas obrigações enquanto cidadãos. Na Guiné ninguém paga impostos, salvo os comerciantes, e mesmo assim a maioria não paga legalmente. Todos fogem ao fisco. Dizem que se sentem abandonados pelo Estado, mas se perguntares o que fazem, nada. Não fazem nada para depois poderem dizer que esta casa é nossa. *(Ba-H55)*.

Há falta de conhecimento. Muitas pessoas não sabem o que fazem os governantes. Ainda mais, temos uma sociedade desorganizada. O povo nem sabe o que significa sociedade civil. *(An-H51)*.

Falta-nos consciência, e somos extremamente passivos na busca de informações que podem melhorar as nossas vidas. *(Ci-H35)*.

Muitas das vezes na Guiné-Bissau, as pessoas não sabem em quem votam. *(Ba-H32)*.

Os políticos enganaram tanto a população e agora é a população que está a enganar os políticos. Se fores a uma tabanca com a finalidade de fazer política, já te pedem isto e aquilo. Essa é a atual política. Todos andam desconfiados. Os políticos já não confiam na população e a população não confia nos políticos. *(Ba-H55)*.

Achas que o nosso Estado é mau? É bom, o nosso problema é a pobreza. É isso que nos dificulta aqui na Guiné, existe muita pobreza. É nesse momento que os políticos andam de um lado para outro. É a época deles. Então cada um sai à procura de alguma coisa. Faz o que é possível para conseguir algum dinheiro para colocar no bolso. É isso que faz a Guiné balançar, os políticos é que nos cansam. *(Bi-H55)*.

Aqui na Guiné a pessoa defende algo quando está a ganhar alguma coisa. Se não estiver a ganhar nada, logo vai dizer que aquilo não presta para nada. Alguns falam sem conhecimento. *(Si-M33b)*.

Às vezes a população é que está a enganar os políticos. Uma pessoa pode dizer-te que pertence a tal partido, recebe várias coisas do partido e depois vai atrás de um outro partido. Ela sabe em que partido vai votar. *(Ba-M48)*.

Os que ganham alguma coisa é que estão atrás da política, passam o dia nisso. Eu não tenho tempo para isso porque não ganho nada. Eu nem deveria ter votado para o Estado, não vejo vantagem nisso. *(Dc-M42)*.

Refleti muito e cheguei à conclusão de que os políticos agem assim porque o povo é fraco. Quando não tens meios para combater alguma coisa, é só se conformar. A pessoa pode aceitar a situação, mas no fundo não se conforma, só que não pode manifestar-se. *(Dc-M30)*.

Alguns sentem-se intimidados com os perigos de ir a uma manifestação política.

Temos medo, porque já aconteceu a pessoa ir a uma marcha e acabar por morrer, ou ferir-se. Se o meu filho quiser participar duma manifestação, vou dizer-lhe para esperar um momento oportuno. *(Ba-H70)*.

Sabes o que se passou aqui nestes dias? Uma pessoa foi morta. Se sairmos para as ruas, ou as pessoas de Bissau saírem para as ruas, vão acabar com eles. Atirariam com força, sabes por quê? Aqueles que vestem as fardas são iguais a mim, não sabem ler. Se os políticos derem ordens vão atirar. Dominaram-nos através do medo. *(Gi-H67)*.

Há preocupação pela dinâmica geopolítica que envolve a Guiné-Bissau.

Enquanto os países em volta estiverem a sugar-nos, não vão deixar os nossos governantes se unirem. Eles têm sempre os pés em cima dos nossos governantes. Os nossos governantes não mandam a cem por cento. Eles governam sempre com a opinião dos outros países. É por isso que o país não avança. *(Bu-H77)*.

A CEDEAO diz uma coisa e os políticos fazem outra. Isso pode-nos trazer problemas. *(Pr-M30)*.

Pobreza Persistente

O sofrimento do povo e o abandono pelo Estado promovem a indignação.

O que nos dificulta é a falta de água. Temos falta de água para beber. Temos hortas, mas não temos água. Isso chateia-nos. *(Dc-M51)*.

Não temos poço de água. Tiramos a água da bolanha para beber. Quando vês uma pessoa magra como eu, pensas o quê? É trabalho! É o cansaço que nos deixa magras. Parece que não estamos a comer. *(Gi-M40)*.

Uma pessoa trabalha até se cansar e o Estado não apoia as pessoas. O trabalho na bolanha é difícil. Já estamos cansadas, o nosso trabalho não é valorizado. *(Dc-M40)*.

O Estado abandonou-nos. Num país sem escolas, sem uma saúde que funcione, como é que podemos dizer que aquele Estado olha para o seu povo? As estradas são péssimas, a educação não existe, não temos saúde, as crianças estão a morrer nos hospitais. *(Pr-M24c)*.

Todas as tabancas nos arredores estão sem escolas. Quando vais à escola, dizem que estão sem aulas: “ah, hoje estamos em greve”. Essa é a nossa preocupação. *(Dc-M27)*.

Estamos abandonados. Existem lugares aqui onde os carros não entram. Isso na região de Quinará, que libertou o país. *(Bu-H77)*.

Na tabanca da nossa família não há vias de acesso. As estradas não são boas, os carros vão para lá uma vez por semana. Temos um posto sanitário, mas quando precisas de evacuar uma pessoa para o hospital, é preferível levá-la para o Senegal. *(Ba-H40)*.

Eu sou professor e fiquei 11 meses sem salário. Até hoje não pagaram. O salário é baixo. Um professor não consegue alimentar bem a sua família. *(Bu-H35)*.

Acho que a Guiné está mal. Não temos sossego. Os funcionários não recebem salários, e quando recebem são baixos. Nós, as vendedeiras, não conseguimos vender nada. Parei de ir à feira. *(Bu-M64)*.

O que está mal é a governação. Os nossos políticos estão a governar mal. Estou a falar isso porque não temos Justiça. Não temos escola. Na lavoura ainda estamos a usar as mãos. O governo não nos ajuda em nada. Não temos meios para levar as grávidas para o hospital. *(Gi-H67)*.

Até parece que não somos filhos da Guiné. A sensação é de que não temos governo. *(Gi-H65)*.

O Estado não faz nada pelo povo aqui na Guiné-Bissau. Cada um luta pela sua sobrevivência. Cada um é que resolve o seu problema. *(Si-M33b)*.

O Estado abandonou-nos há muito tempo, não é de hoje. Se não nos ajudarmos uns aos outros, não temos nada. *(Ca-M42)*.

Já estamos a sentir os efeitos das mudanças climáticas, o calor chega a ser insuportável. Quando tivemos o golpe de Estado em 2012, houve corte abusiva de árvores e muitos enriqueceram-se às custas das nossas florestas. Não houve reflorestamento e ninguém foi responsabilizado. Sentimos os efeitos das mudanças climáticas: o aumento da temperatura e a falta de chuva. *(An-H33)*.

Perceção de Fracasso

A frustração política estimula uma sensação de derrota.

A situação está muito má na Guiné-Bissau, quando damos um passo acabamos sempre por cair numa vala. *(Ci-H45)*.

Não vejo nada de bom na Guiné-Bissau. Não temos boa saúde, nem educação. Estamos estagnados. *(Si-M33a)*.

Não existe lei neste país. Às vezes dá vergonha ser guineense. Quarenta e tal anos desde a independência e ainda não desenvolvemos o país. É muito triste. Sentimos vergonha da Guiné-Bissau. *(Ca-H56)*.

Desde a independência até aqui, o Estado não conseguiu preservar as infraestruturas deixadas pelos colonizadores. Nem conseguem construir coisas novas. Está tudo degradado. E isso demonstra que a população está abandonada pelo Estado. *(Ci-H35)*.

A nossa estrada foi construída na época colonial, depois estragaram tudo. O que os portugueses dirão sobre nós? Vão dizer que somos macacos, porque eles constroem e nós destruímos. Os portugueses construíram só coisas bonitas e nós destruímos tudo. *(Gi-H67)*.

Se os nossos políticos não conseguem entender-se, vamos fazer voltar o poder tradicional. Não havia tudo isso na época dos nossos avôs. A questão da terra era resolvida pelos régulos. Não havia disputas entre as tabancas. Se não temos condições de cuidar de nós mesmos, vamos fazer voltar os portugueses. Será melhor entregar o país aos brancos, para o gerirem. *(Ca-H32)*.

Temos que entregar o país às Nações Unidas, para ver se o país vai para a frente. Não temos nada de bom na Guiné-Bissau. *(Ca-H73)*.

Perspetiva das Mulheres

A participação pública das mulheres é restringida por limitações históricas.

A primeira barreira que a mulher enfrenta é a própria família. Porque a desigualdade e diferença começa na família, e é por isso que a mulher fica sempre atrás. *(Ci-M25)*.

Antigamente não foi dado à mulher espaço para participar na sociedade. A mulher sempre é colocada atrás, não teve a oportunidade de ir à escola. A minha mãe é um exemplo, quando ela tentava ir à escola, o meu avô batia nela para voltar para casa. As coisas estão a mudar, mas ainda existe preconceito. *(Pr-M24c)*.

Porque antes, e ainda hoje entre os muçulmanos, dizem que uma mulher que vai à escola, pode vir a recusar o casamento. *(Bu-M64)*.

É por falta de escola. Os Fulas não colocam as meninas na escola. Existem pessoas aqui que nem sabem assinar os seus nomes. Eu mesma não sei assinar o meu nome. É culpa do governo. Digo que o Estado é o culpado desta situação porque é o Estado que não deixa as mulheres estudarem. Os teus pais podem querer pôr-te na escola, mas não têm condições para tal. O Estado deveria apoiar as meninas para estudarem. O Estado pode tomar medidas, criar as leis e fazer as leis funcionarem. As meninas têm os mesmos direitos que os meninos. As meninas têm condições de fazer tudo aquilo que os meninos fazem. *(Dc-M30)*.

Não foi dada oportunidade às mulheres de irem à escola. Então, existe uma disparidade. Isso deixa os homens mais preparados, e falam mais de política. *(Ba-H40)*.

Não tem como as mulheres se sentarem para falar de política. Só os homens é que falam de política, e eles ganham alguma coisa. A mulher trabalha para conseguir o que vestir e dar de comer aos filhos. Isso impede-te de te sentar a falar de política. Não vês o resultado. *(Dc-M40)*.

Os homens têm mais tempo para discutir sobre política, porque convenceram as mulheres de que o lugar delas é em casa. Os homens não nos deixam participar nos eventos políticos. Se um homem sair e voltar para casa e não encontrar a mulher, já é motivo para briga. *(An-M28)*.

Os homens gostam de passar o tempo nas sedes dos partidos, e nós mulheres não temos esse tempo. Se começarmos a ir às sedes e passar o dia lá, vamos perder os nossos maridos, o casamento acaba. É por falta de tempo que as mulheres não participam ativamente na política. *(An-M37)*.

Os homens não nos deixam estar junto deles. Deixam-nos aqui. Não temos conhecimentos sobre política. Não sabemos como se faz política. Não sabemos como se entra na política. Só ficamos aqui à espera de orientação sobre em quem temos de votar. *(Dc-M37)*.

Deixam as mulheres presas em casa e não as deixam participar em muitas coisas. Falam de direitos iguais, mas isso não existe. As mulheres ficam atrás em vários lugares, não recebem oportunidade. *(Ci-M30)*.

Quando os partidos chegam aqui, as mulheres não participam. Eles falam bonito e depois não fazem nada. Damos mais atenção aos nossos trabalhos e deixamos a política com os homens. Há mulheres que estão decididas a não votar, porque não muda nada. *(Ca-M43)*.

A mulher é capaz, ela é batalhadora. O que às vezes nos dificulta é o medo de errar. *(Pr-M24d)*.

Sentimos complexo de falar perante os homens. *(Ba-M48)*.

As mulheres já estão a mudar, mas ainda sentimos medo. Quando estamos num lugar com os homens, sentimos medo de falar, medo de tomar qualquer tipo de engajamento para resolver os problemas. Ficamos sentadas, com medo de cometer erros à frente dos homens. No Brasil chamavam a presidente de presidenta. Um dia também seremos chamadas assim, estamos a mostrar as nossas capacidades. *(Ci-M31)*.

Herdamos essa diferença que existe na nossa sociedade. Mas não existe o que o homem é capaz de fazer que a mulher não consegue. Podemos mudar a nossa sociedade, mas é preciso mudar a mentalidade, a nossa maneira de pensar. *(Ci-M46)*.

Há sinais e desejos de avanço quanto ao protagonismo das mulheres.

A mulher começou a frequentar a escola há bem pouco tempo. Antigamente a mulher não tinha direito de ir à escola. As mulheres não tinham acesso às informações, e quando não tens acesso à informação, não consegues participar em nada. Mas a situação já é diferente, apesar de ainda não estarmos no nível dos homens. Já temos uma maior participação das mulheres. Muitas mulheres estão a ir para escola, procuram informações, e já dão as suas opiniões. *(Si-M33a)*.

As coisas já estão a mudar. A mulher já está a exigir os seus direitos. Hoje, a maioria dos estudantes nas universidades, escolas, e centros de formação são mulheres. *(Pr-M24c)*.

Por questões culturais as mulheres não tinham acesso à escola, e a gravidez provocava e ainda provoca o abandono escolar. Mas atualmente as mulheres estão a atingir o mesmo nível dos homens. Se continuar assim, daqui a poucos anos teremos mulheres nos lugares de destaque, e quem sabe na presidência da República. *(An-H33)*.

Antes o homem é quem tinha voz. A mulher não tinha voz. Mas agora as mulheres estão a reivindicar. Já estamos a conquistar os nossos direitos. No caso dos Mancanhas, a mulher já tem direito a herança. *(Si-M33b)*.

No passado, não havia tantas mulheres nas escolas por questões culturais. Hoje já é diferente, quando vais a uma escola, vês que o número de raparigas nas turmas é maior que o dos rapazes. Há um incentivo à participação das mulheres tanto na educação como na política. *(Ci-H32)*.

Nos últimos anos as mulheres começaram a ocupar os seus espaços. As mulheres já se sentam nas bancadas para discutir de política. Eu e a minha amiga conversamos muito sobre política. Estamos a dar passos longos para chegarmos onde os homens estão na política. *(Pr-M24a)*.

Na visão dos homens grandes ...

Antigamente não existia igualdade de direitos, mas hoje já existe. A mulher já pode herdar as terras do pai se for filha única, e se tiver um irmão, eles dividem todos os bens. As mulheres são iguais a nós homens. Elas trabalham mais que os homens. Elas acordam cedo e só trabalham, trabalham e trabalham. *(Gi-H65)*.

Penso que a mulher e o homem devem estar em pé de igualdade. Para estarmos livres na Guiné, temos que entregar o poder nas mãos das mulheres, porque os homens já não conseguem guiar o país. Antes, quando eu recebia visita, mandava a minha mulher ficar no quintal. Mas agora já mudei de ideia. *(Bu-H77)*.

As coisas estão a mudar, muitas raparigas estão a frequentar a escola. Não viram que no mundo a mulher já pilota aviões? Onde é que somos melhores que elas? Muitas pensam melhor que os homens. Os que estão à frente não estão a dar oportunidade para as mulheres caminharem. A falta de oportunidade é que dificulta as mulheres. Elas são iguais aos homens, e algumas são melhores que nós. *(Gi-H67)*.

A Convivência numa Sociedade Heterogênea

As relações interétnicas e religiosas apresentam bases de coexistência pacífica.

O filho da Guiné não tem outra escolha, depois da independência somos um só, vês um Mandinga a casar com Balanta, Fula a casar com Papel, Papel a casar com Balanta. A pessoa com quem te casas é tua família. Estamos misturados. Todos se identificam como guineenses, e identificam-se com os seus grupos étnicos. É essa diversidade cultural e étnica que é a riqueza da Guiné-Bissau. E o povo é hospitaleiro. *(Ca-H32)*.

Aqui nos casamos uns com os outros. A minha mãe é Balanta e o meu pai é Djacanca. A mãe do meu pai é Bijagó e o pai dele é Djacanca. A mãe da minha mãe é Balanta e o pai dela é Mansoanca. A mãe do meu filho é Fula. Tenho filho com Fula e Manjaco. Não podemos ter problema entre as etnias, porque os nossos filhos pertencem a várias etnias, e é isso que nos tem ajudado na Guiné-Bissau. *(Ci-H46)*.

O povo da Guiné consegue conviver com os grupos de etnias, talvez porque o guineense tem uma particularidade de não menosprezar ninguém. Somos solidários. *(Ci-H45)*.

Não temos conflitos religiosos. Temos mesquitas e igrejas umas perto das outras. Aqui as pessoas professam as suas religiões sem interferências dos outros. *(An-H33)*.

Temos religiões diferentes, mas adoramos o mesmo Deus. O problema está nos nossos governantes, eles é que complicam o país, mas entre nós não existe problema. *(Ca-M42)*.

Aqui na Guiné escutamos uns aos outros. Tenho um grande amigo que é pastor, quando ele fala na rádio, eu sento-me para escutar o que ele vai dizer. Gosto de escutar as palavras dele. Sou muçulmano, mas vejo que as palavras do pastor ajudam muito. Nos outros países, os muçulmanos e cristãos se matam entre si. Na Guiné não temos isso. Amamos uns aos outros, só falta a verdade entre os governantes. *(Ca-H73)*.

Há menos tolerância em relação à homossexualidade.

A nossa sociedade ainda não aceita a homossexualidade nem um pouco. *(An-H33)*.

A homossexualidade não faz parte da nossa cultura. *(An-M37)*.

Não temos leis que proíbem o casamento gay, e está a crescer o número de homossexuais na Guiné. Temos que aceitá-los, eu não posso excluí-los. *(An-H26)*.

O Que Há de Bom na Guiné-Bissau?

As riquezas naturais do país.

Somos o país da biodiversidade. Temos muitas coisas a serem exploradas, que podem fazer o país crescer, como areia pesada e bauxita. Temos parques bonitos, turismo. Temos muitas coisas que podem atrair investimento estrangeiro. *(Pr-M24b)*.

Sentimo-nos bem durante a campanha de castanha de caju, quando o preço da castanha é fixado. *(Bi-H75)*.

Temos chuva e a castanha de caju para vender. Na nossa tabanca produzimos os nossos alimentos, e não pedimos favores a ninguém. Temos mais chuva do que Senegal. *(Gi-H65)*.

As virtudes do povo guineense.

A parte positiva do guineense é como recebe os hóspedes. Nós somos unidos. Dividimos a comida entre nós, mesmo quando temos amêndoas conseguimos dividir para todos. *(Bu-H49)*.

O guineense é um povo pacífico, nos conformamos com tudo. A única coisa boa na Guiné-Bissau é a nossa população. É um povo pacífico que consegue lidar com todas as dificuldades. *(Ba-M34)*.

O ponto positivo do país é a população. De resto não vejo nada. *(Ba-H70)*.

O que funciona na Guiné-Bissau é a convivência sem política. *(Pr-H23)*.

Temos paz social. A nossa instabilidade está no nível macro, não é aqui em baixo. Temos a nossa convivência social, tolerância entre as pessoas, entendemo-nos. Não temos um índice de criminalidade como em outros países. O mais perigoso é acabar com a paz social. *(Ba-H55)*.

A cultura é a única coisa positiva que nos resta. Posso citar a dança de Kusundé, Broksa ou Tina, ou o Fanado. São essas atividades que unem todas as religiões e etnias. Quando temos toca-tchur, todos se solidarizam com a família que está a realizar a cerimónia. *(An-H42)*.

Os guineenses gostam uns dos outros. Podem ser da mesma etnia ou não, basta a pessoa dizer que é guineense, acabou tudo. Se defendem uns aos outros. Os senegaleses sentem inveja da nossa cultura. Não temos aquelas danças de pulos. A nossa dança é fina. Dançamos com respeito. Temos vários estilos de dança. Podemos dizer que a nossa cultura é muito forte. Somos melhores ainda na lavoura. *(Bi-H55)*.

No meio rural, mulheres ressaltam o avanço da tecnologia moderna.

O telefone é a melhor coisa no nosso país. Antes não existia. Podes ter uma aflição, e podes ligar a tua família que está longe. A rádio também te informa do que se passa no país. *(Dc-M42)*.

Hoje temos luz. As casas têm painéis solares, não há nada igual a isso. Antes era tudo escuro e a cobra mordia as pessoas à noite. Também há o carro. Poder ir de carro visitar a sua família, ou falar na rádio para toda a família te escutar, é bom, não é? *(Dc-M27)*.

Conclusão

As entrevistas dos grupos de discussão corroboram as principais conclusões do inquérito Vozes do Povo. Em particular, sublinham a angústia e a apreensão da população em relação à vida pública do país: a sua instabilidade política crónica, a corrupção generalizada e a ausência de Estado. O estudo mostra que a maioria dos guineenses atribui o subdesenvolvimento e a pobreza do país ao impasse político e à má gestão pública. O sentimento de desânimo, de ressentimento e de fracasso que daí resulta é particularmente agudo. A relutância das pessoas em fazer exigências ao governo e o desejo de se mudarem para o estrangeiro, explicados nos capítulos 6 e 8 deste volume,

estão intrinsecamente ligados a estes sentimentos. Em sociedades empobrecidas, com Estados disfuncionais e sem soluções à vista, os cidadãos têm tendência a concentrar-se na sua subsistência quotidiana e a sonhar com um plano de fuga.

A pesquisa de grupos focais ajudou também a constatar a desconexão entre o Estado e a sociedade na Guiné-Bissau, analisada com mais detalhe no capítulo de Havik e Forrest, na conclusão deste volume. Os participantes mostraram-se muito mais positivos em relação à sua sociedade do que ao seu Estado e regime. Os guineenses, no geral, se sentem orgulhosos das suas tradições étnicas, organizações comunitárias e capacidade de coexistência numa sociedade heterogénea. Apreciam também os esforços para promover a igualdade social e cuidar dos mais necessitados. Estes valores e capacidades chamam a atenção para o facto de que as representações do "fracasso" na Guiné-Bissau são ofuscadas por uma visão centrada no Estado. Visto de uma perspectiva societal, a nação não é frágil, mas, na verdade, florescente em vários aspectos. Isto explica o facto de a sociedade guineense ter permanecido pacífica apesar do ambiente político conturbado.

O estudo sublinha, igualmente, a importância da metodologia dos grupos focais. Um inquérito de opinião pública pode fornecer informações quantitativas sobre as percepções e atitudes das pessoas, a sua extensão e profundidade. Mas não pode gerar o discernimento qualitativo que um estudo de grupo de discussão bem calibrado pode produzir. Através destas trocas coletivas, os cidadãos podem ligar os pontos, sugerir relações causais, apresentar razões, convidar a nuances e transmitir sentimentos nos seus próprios termos. As expressões populares recolhidas através destas entrevistas podem oferecer representações incisivas – vivas e coloridas – do assunto em pauta. Tudo isto pode aprimorar a nossa compreensão do ponto em que se encontra o *demos* (povo) da democracia.

Por último, as profundas preocupações populares, sobre o destino da política guineense, realçam a necessidade de estabelecer um Estado democrático estável e eficaz. Isto é essencial para o desenvolvimento económico do país e para a prestação de serviços básicos à sua população. A superação dos obstáculos a este objetivo exige estratégias de longo prazo, um diálogo construtivo e imaginação política. As ideias e as lições para tal podem ser emprestadas de diversas partes do mundo, mas não importadas de forma mecânica. As soluções devem ser adaptadas aos costumes, às necessidades, aos desafios e às possibilidades do país. Estas exigem uma compreensão cuidadosa da realidade social e política da Guiné-Bissau e, em particular, das suas instituições informais. No final, os guineenses terão de inventar algo que funcione no seu país.

Esforços criativos deste tipo devem ser acompanhados por atividades que melhorem a qualidade da sociedade política guineense – seus partidos políticos, quadros e líderes – e que, ao mesmo tempo, promovam o engajamento cívico, especialmente entre os jovens. A nossa investigação revela um potencial considerável no apoio à participação das mulheres neste domínio. Uma sociedade política inclusiva e estável é e será de importância crucial para o futuro da Guiné-Bissau.

Referências

Carter, Miguel (2020). *Vozes do povo: Estudo de grupos focais.* Bissau: DEMOS.



6

Opinião Pública na Guiné-Bissau e na África Ocidental

Miguel Carter

Este estudo é o primeiro a posicionar a Guiné-Bissau na constelação de pesquisas de opinião pública a nível regional. A comparação com a vida social e política das nações vizinhas permite fazer uma leitura alternativa das tendências neste país.

Esta pesquisa integra os resultados do inquérito Vozes do Povo da Guiné-Bissau, realizado em 2018, com as sondagens produzidas pelo Afrobarometer – a principal referência pan-africana em estudos de opinião pública – em 14 países que fazem parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).[1]

O questionário da pesquisa compreende uma ampla variedade de assuntos, tratados em 193 perguntas de igual conteúdo, aplicadas em 18 sondagens do Afrobarometer e Vozes do Povo. O *data set* criado para desenvolver a investigação processou um grande volume de estatísticas, com quase 4,7 milhões de dados.[2]

O estudo comparativo da opinião pública permite traçar paralelos e observar diferenças entre os países. As informações geradas por este instrumento científico servem para enriquecer o diagnóstico da realidade, formular argumentos, elaborar políticas, e desenhar melhores estratégias de intervenção.

Vista no contexto das nações da África Ocidental, agrupadas na CEDEAO, a Guiné-Bissau apresenta várias particularidades que merecem atenção. Esta seção sintetiza os principais resultados da pesquisa comparativa, apresentando uma série de quadros que ilustram essas particularidades. Em conjunto, as 47 representações aqui exibidas possibilitam a construção de uma narrativa analítica à volta dos grandes desafios – e o potencial local disponível – para a promoção do desenvolvimento e da democracia neste pequeno país.

As pesquisas do Afrobarometer utilizadas para estas medidas de comparação foram realizadas, quase todas, entre 2017 e 2018. Em cinco quadros, indicados no texto, as informações provêm de uma pesquisa anterior do Afrobarometer.

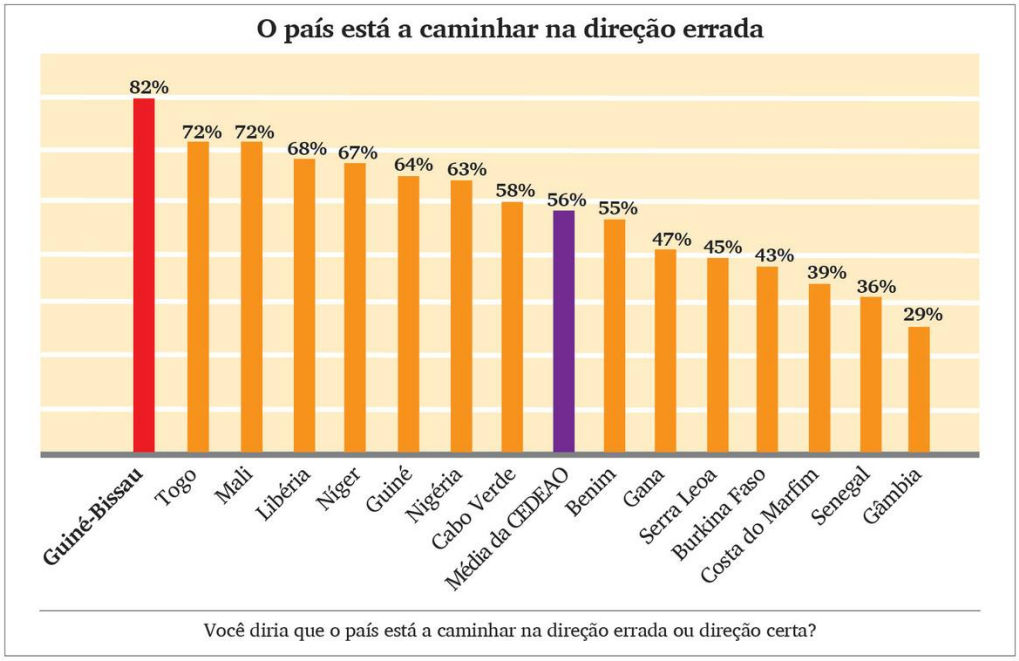
Situação do País e Condições de Vida

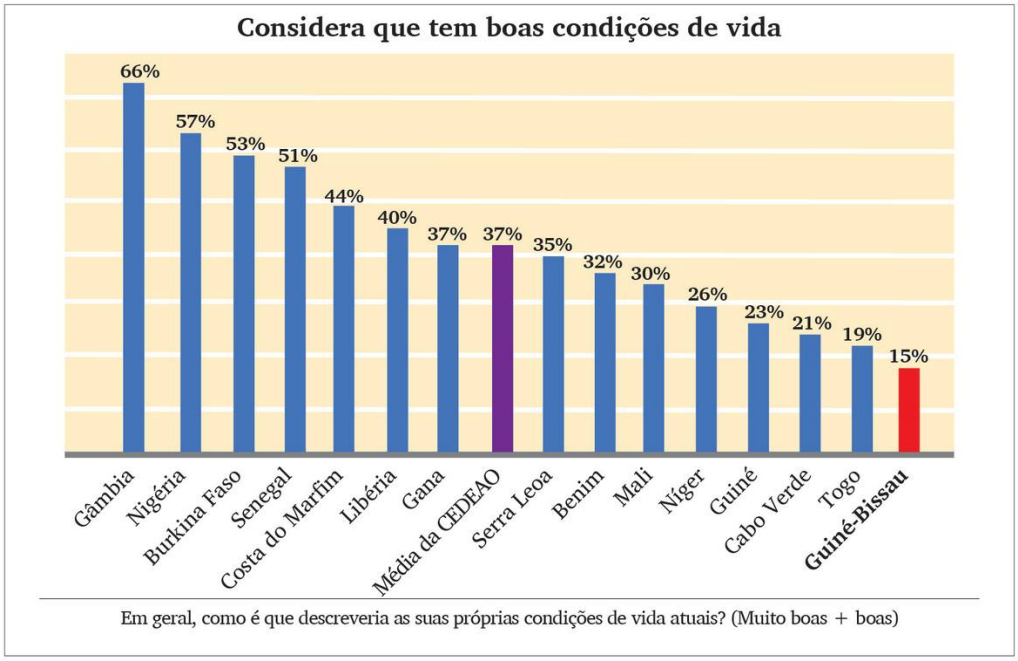
A Guiné-Bissau destaca-se na região pelo grande receio da população com os rumos do país e pela perceção geral de desvio na sua condução. Nenhuma das nações que compõem a CEDEAO exprime os níveis de descontentamento observados na Guiné-Bissau, nem oferecem as condições de vida tão baixas retratadas pelo povo guineense.

---

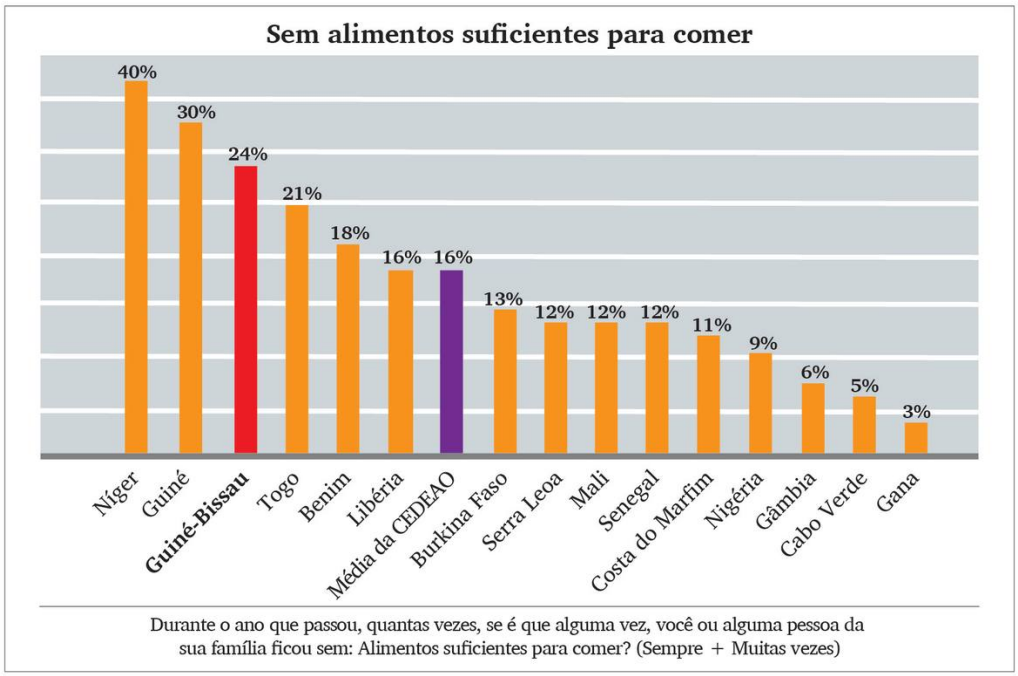
1 A pesquisa em está baseado este capítulo incluiu três outras nações: dois entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Moçambique e São Tomé e Príncipe, um país da África Austral, Malawi. A única exceção das nações PALOP é Angola, que só publicou os resultados do seu primeiro inquérito Afrobarometer, de final de 2019, quando o nosso estudo já estava concluído. Para mais detalhes sobre o estudo comparativo do projeto Vozes do Povo, ver Carter (2020b).

2 Para mais informações sobre a metodologia utilizada, ver o Capítulo 1 neste livro.

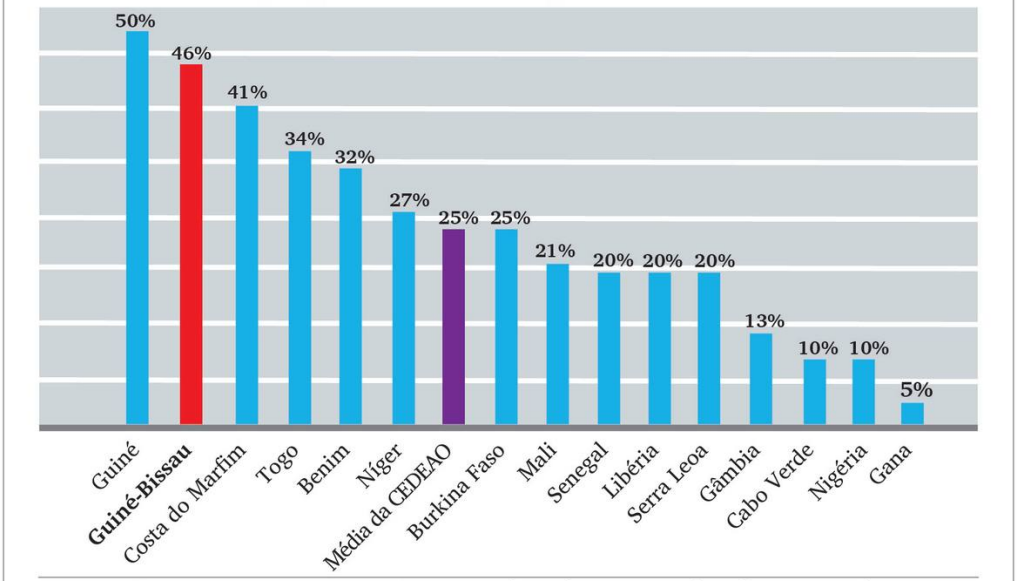




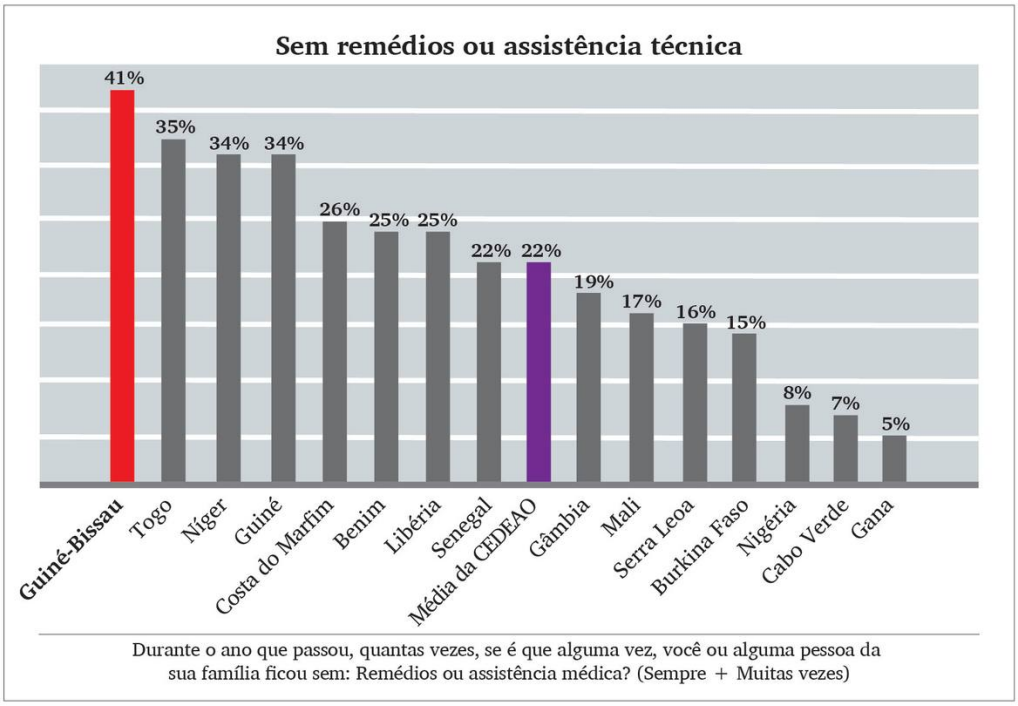
A frustração com os rumos da Guiné-Bissau tem a ver, sem dúvida, com a insatisfação das necessidades básicas de uma parte expressiva da população, quanto ao acesso a alimentos, água potável e assistência médica, entre outras carências.



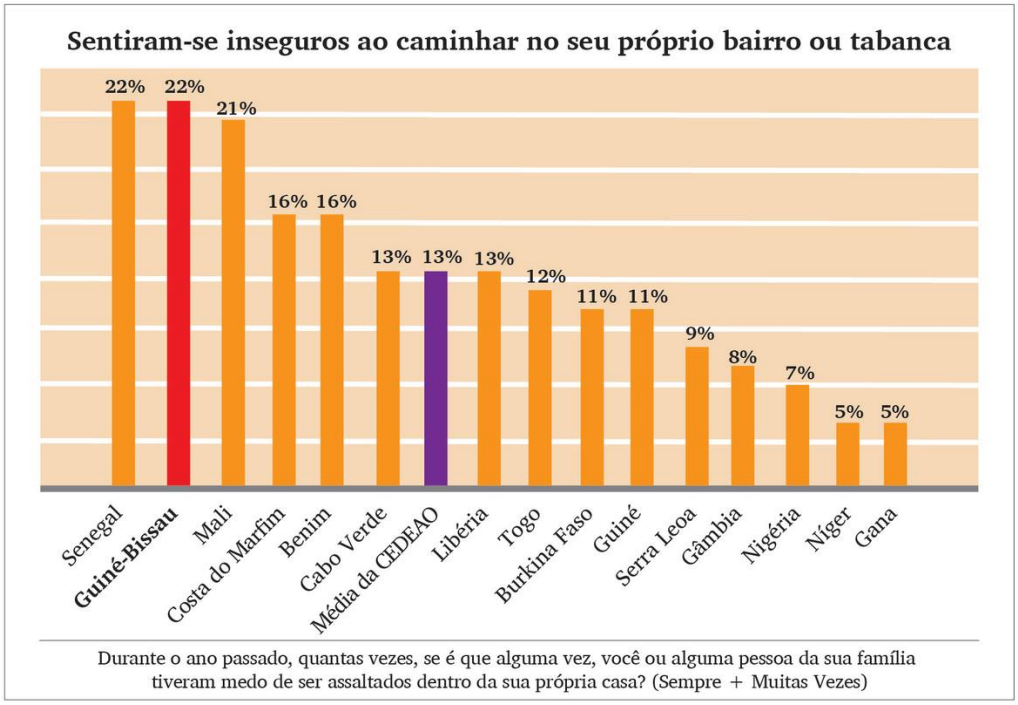
Durante o ano que passou, quantas vezes, se é que alguma vez, você ou alguma pessoa da sua família ficou sem: Alimentos suficientes para comer? (Sempre + Muitas vezes)

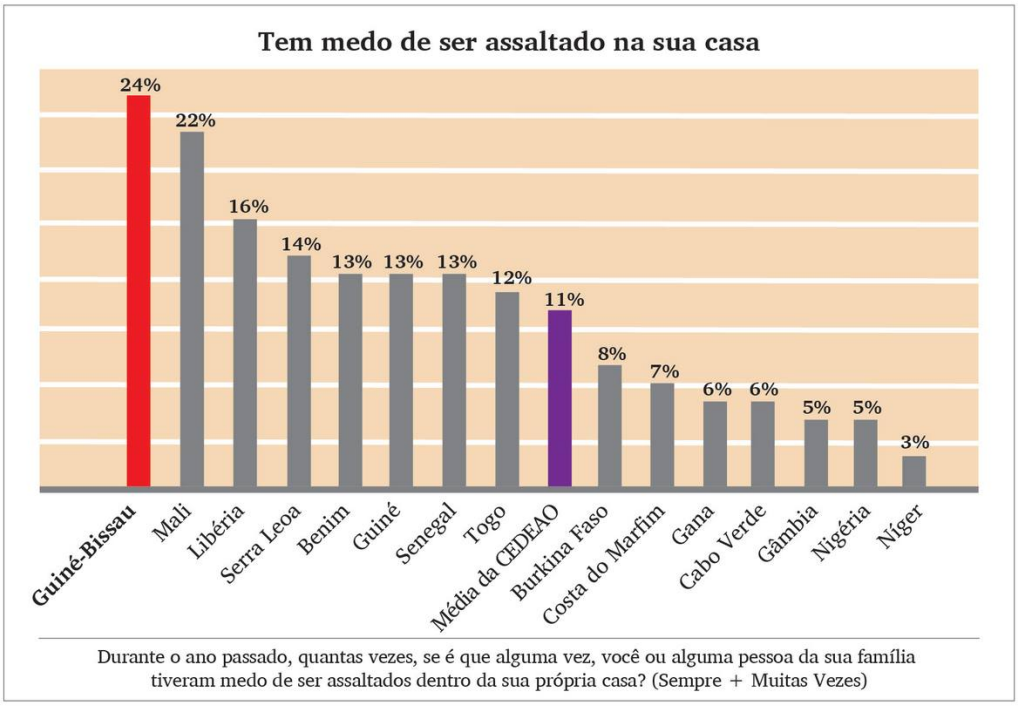


Durante o ano que passou, quantas vezes, se é que alguma vez, você ou alguma pessoa da sua família ficou sem: Água potável suficiente para o consumo de casa? (Sempre + Muitas vezes)

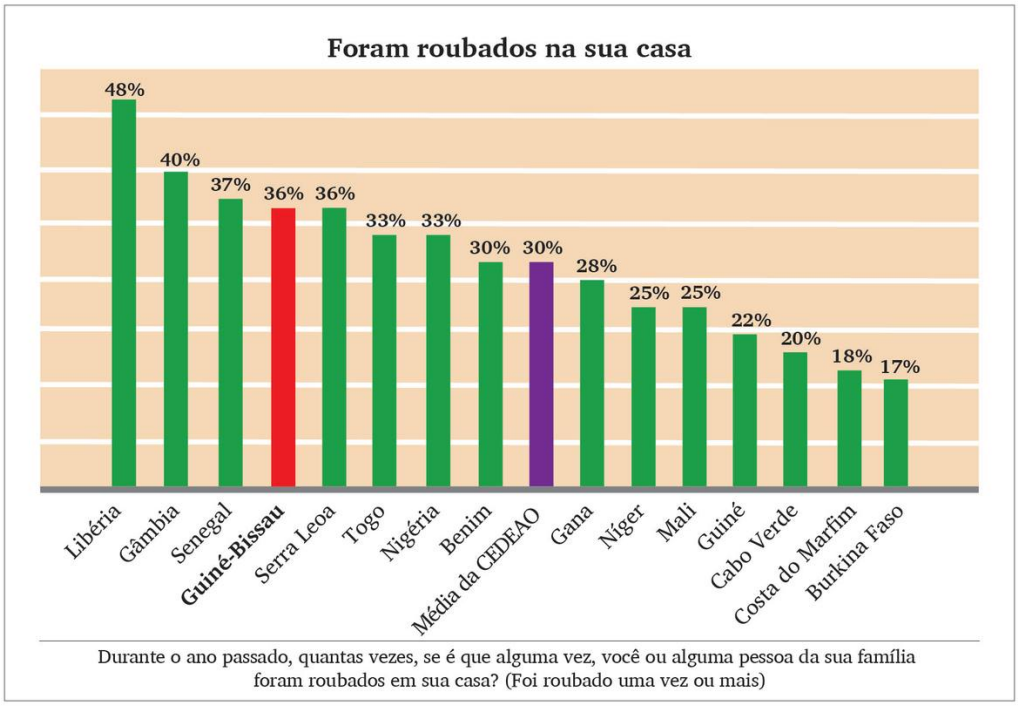


Em certas partes da Guiné-Bissau, o descontentamento com a situação do país pode estar influenciado por preocupações relacionadas com a insegurança pessoal. Segundo a pesquisa Vozes do Povo, quase um quarto dos cidadãos guineenses tem expressado o receio de ser vítima de algum crime, cifra que coloca a Guiné-Bissau entre os países com maior índice de perceção de insegurança na região. Esta revelação inesperada deveria ser explorada melhor.





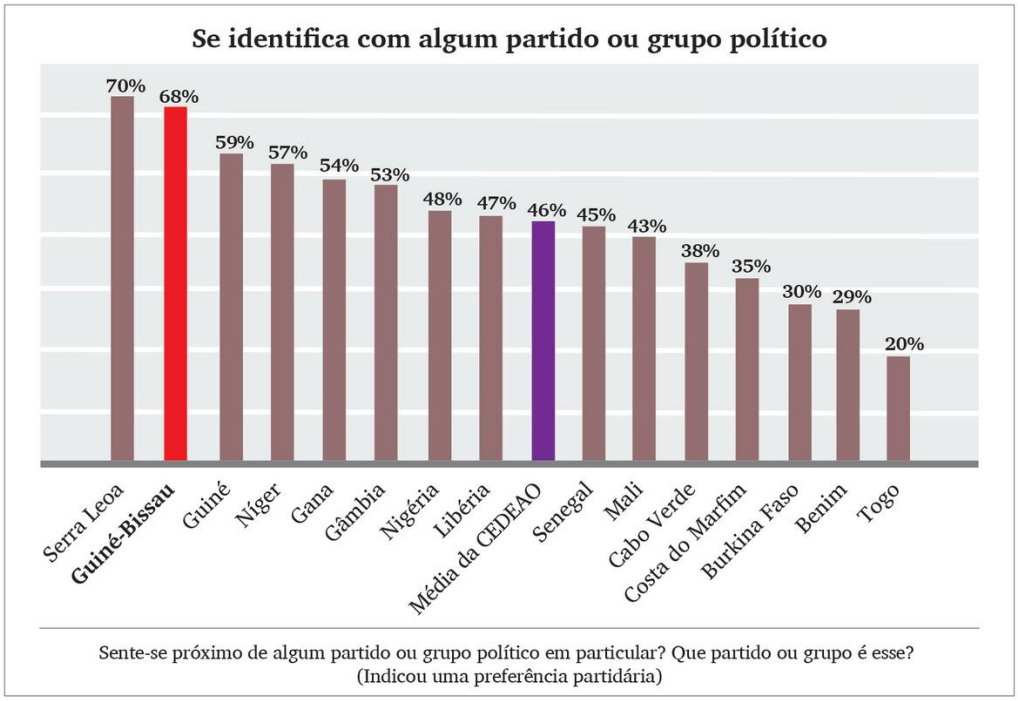
Durante o ano passado, quantas vezes, se é que alguma vez, você ou alguma pessoa da sua família tiveram medo de ser assaltados dentro da sua própria casa? (Sempre + Muitas Vezes)

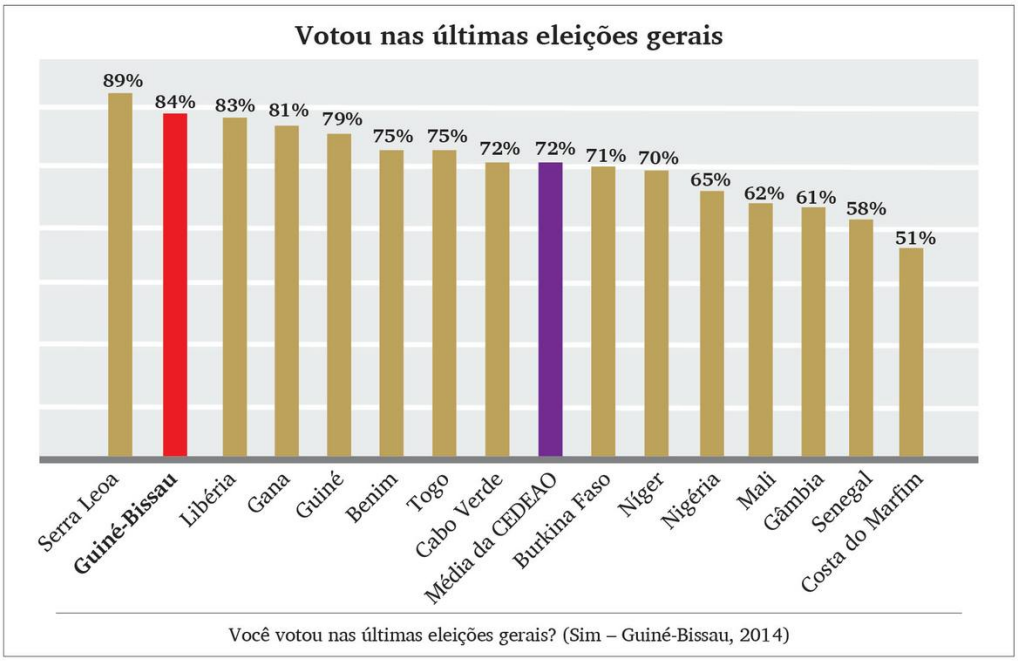


Durante o ano passado, quantas vezes, se é que alguma vez, você ou alguma pessoa da sua família foram roubados em sua casa? (Foi roubado uma vez ou mais)

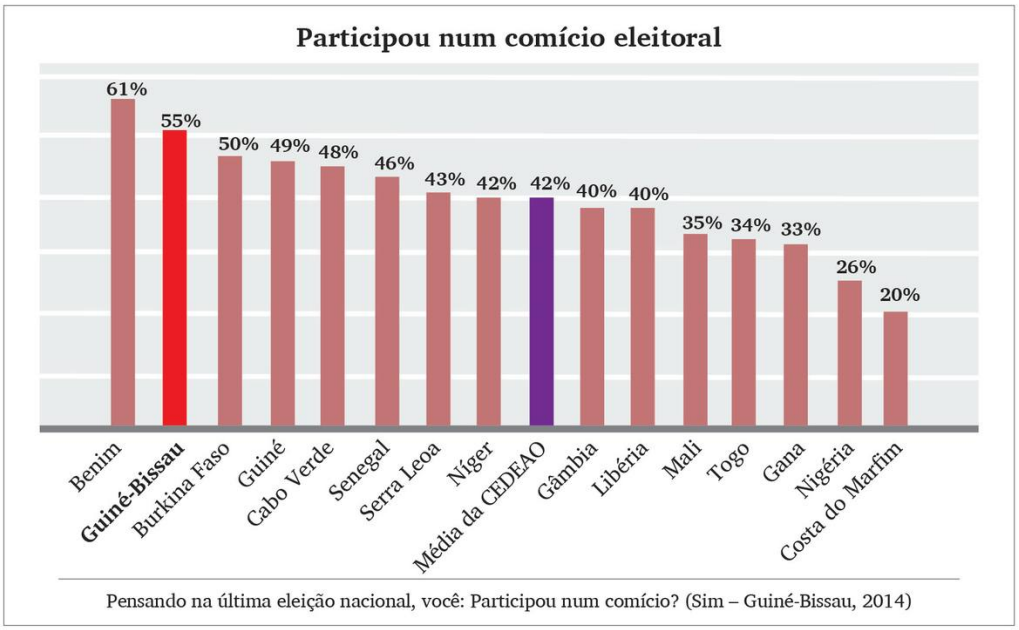
Participação Pública

A Guiné-Bissau e a Serra Leoa destacam-se na região pelo alto nível de identificação partidária e participação eleitoral.



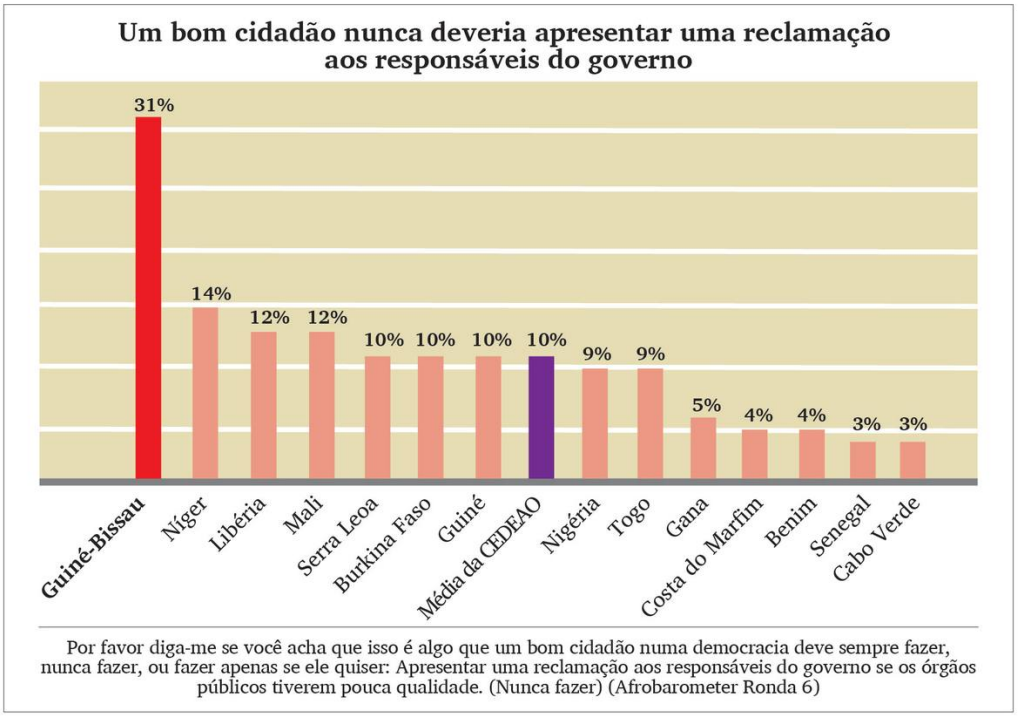


A influência partidária na vida pública da Guiné-Bissau revela-se em pequenos detalhes, como o facto de este país, junto com o Benim, terem os índices mais altos de participação cidadã em atos de campanha eleitoral, bem acima do resto da África Ocidental.



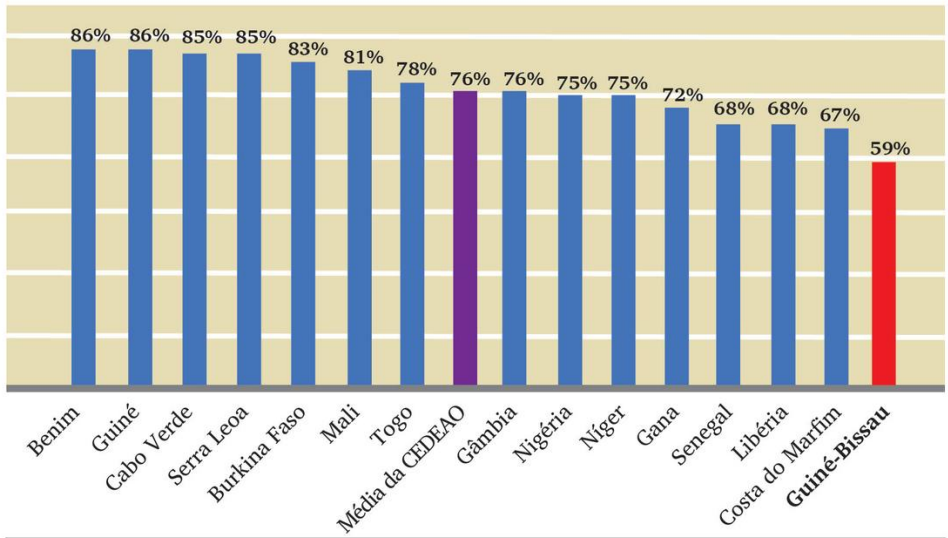
Pensando na última eleição nacional, você: Participou num comício? (Sim – Guiné-Bissau, 2014)

O engajamento cidadão na dinâmica partidária e eleitoral, porém, vê-se mitigado pela forte retração cívica em todas as ações que envolvem atos concretos de reclamação perante as autoridades governamentais. Comparada com outros países africanos, a Guiné-Bissau exibe uma relutância visível a exercer esta modalidade de participação pública. Uma grande parcela da população, segundo os resultados da pesquisa, não atribui um valor cívico a essas atividades. Há também, entre muitos guineenses, uma aversão a envolverem-se em ações específicas, como aderir a uma reclamação da comunidade, denunciar um problema nos meios de comunicação, pedir ajuda ao governo, ou participar num ato de protesto.



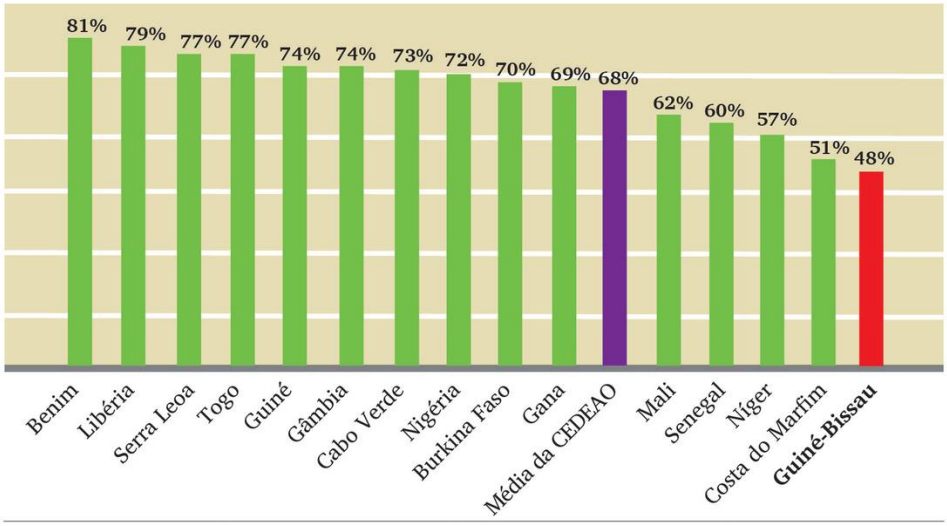
Por favor diga-me se você acha que isso é algo que um bom cidadão numa democracia deve sempre fazer, nunca fazer, ou fazer apenas se ele quiser: Apresentar uma reclamação aos responsáveis do governo se os órgãos públicos tiverem pouca qualidade. (Nunca fazer) (Afrobarometer Ronda 6)

Disposição para juntar-se a membros da comunidade para pedir ações do governo

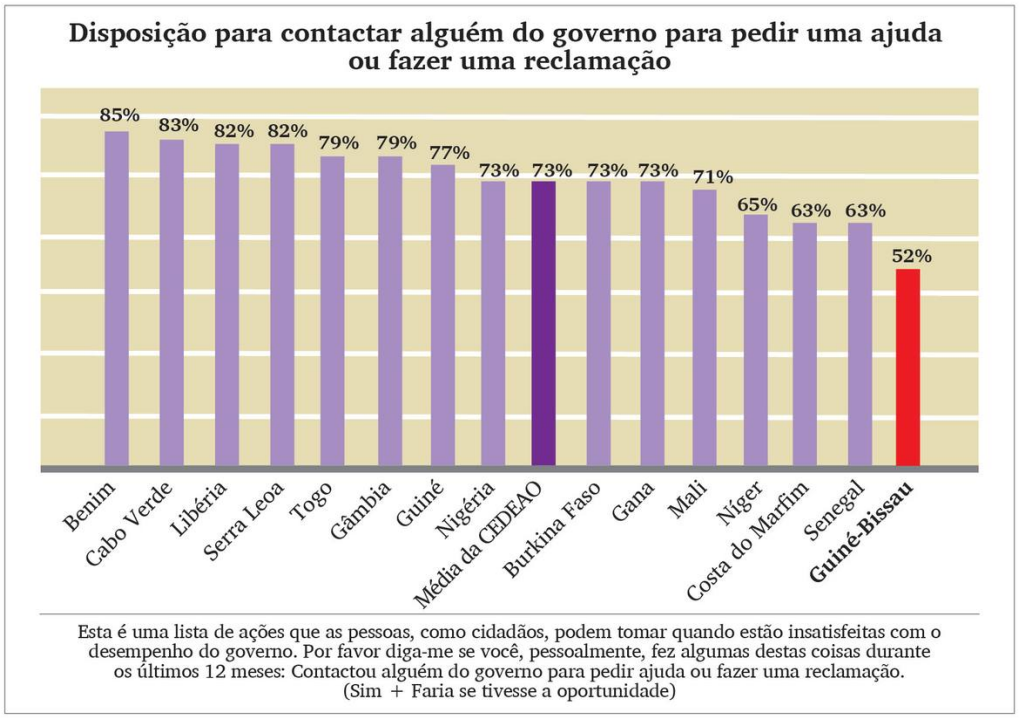


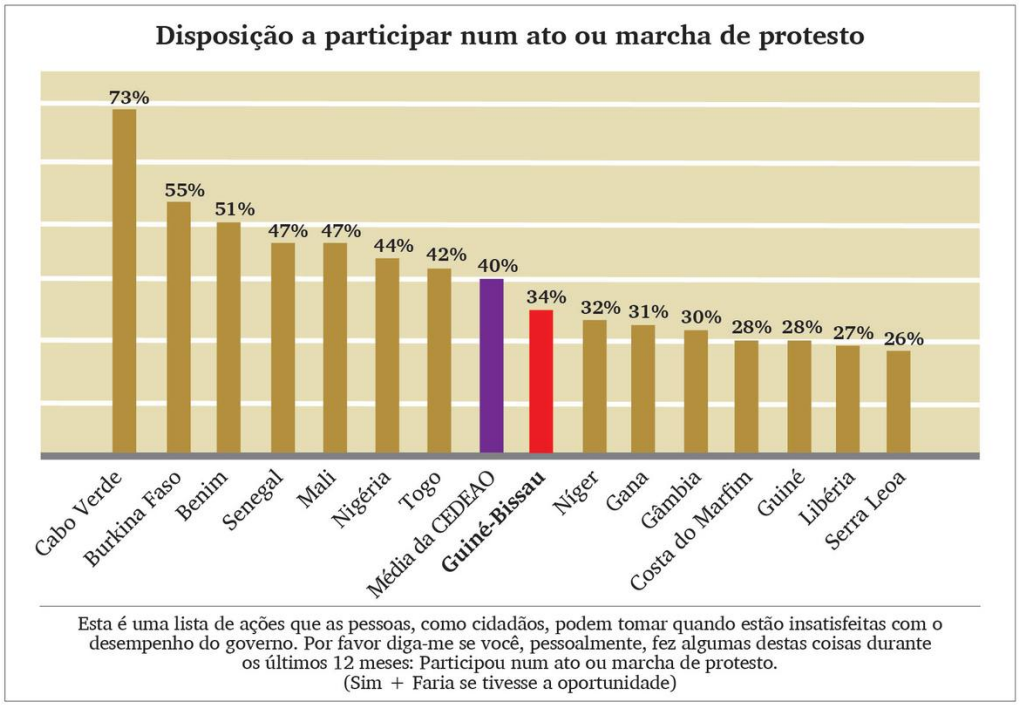
Esta é uma lista de ações que as pessoas, como cidadãos, podem tomar quando estão insatisfeitas com o desempenho do governo. Por favor diga-me se você, pessoalmente, fez algumas destas coisas durante os últimos 12 meses: Juntou-se a membros da sua comunidade para pedir ações do governo. (Sim + Faria se tivesse a oportunidade)

Disposição para contactar uma rádio, um jornal ou a televisão para fazer uma reclamação



Esta é uma lista de ações que as pessoas, como cidadãos, podem tomar quando estão insatisfeitas com o desempenho do governo. Por favor diga-me se você, pessoalmente, fez algumas destas coisas durante os últimos 12 meses: Contactou uma rádio, um jornal ou a televisão. (Sim + Faria se tivesse a oportunidade)

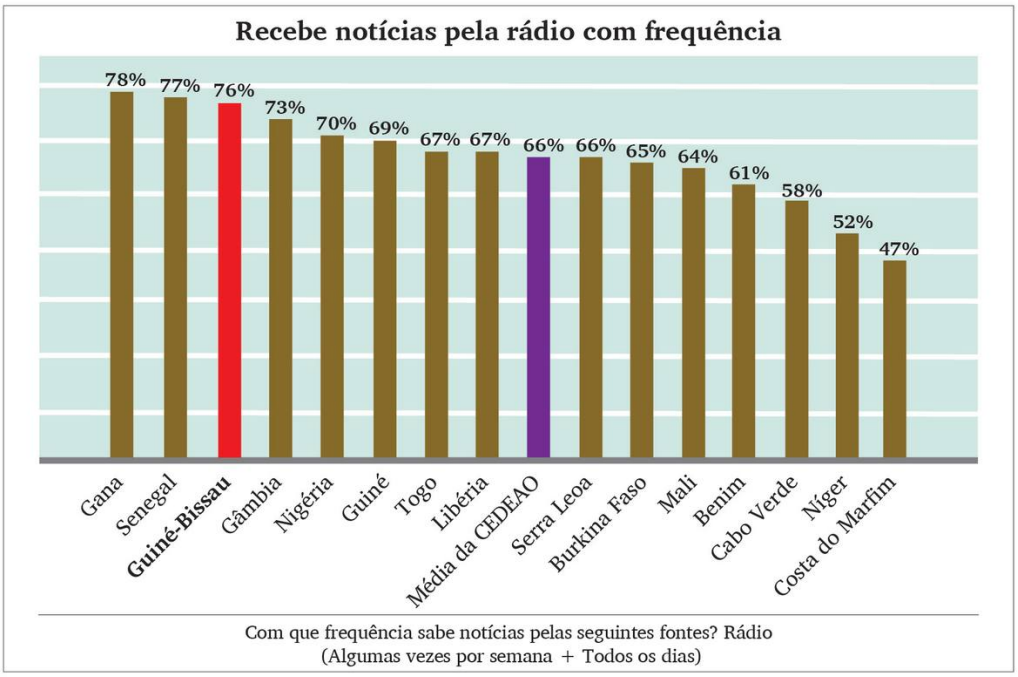


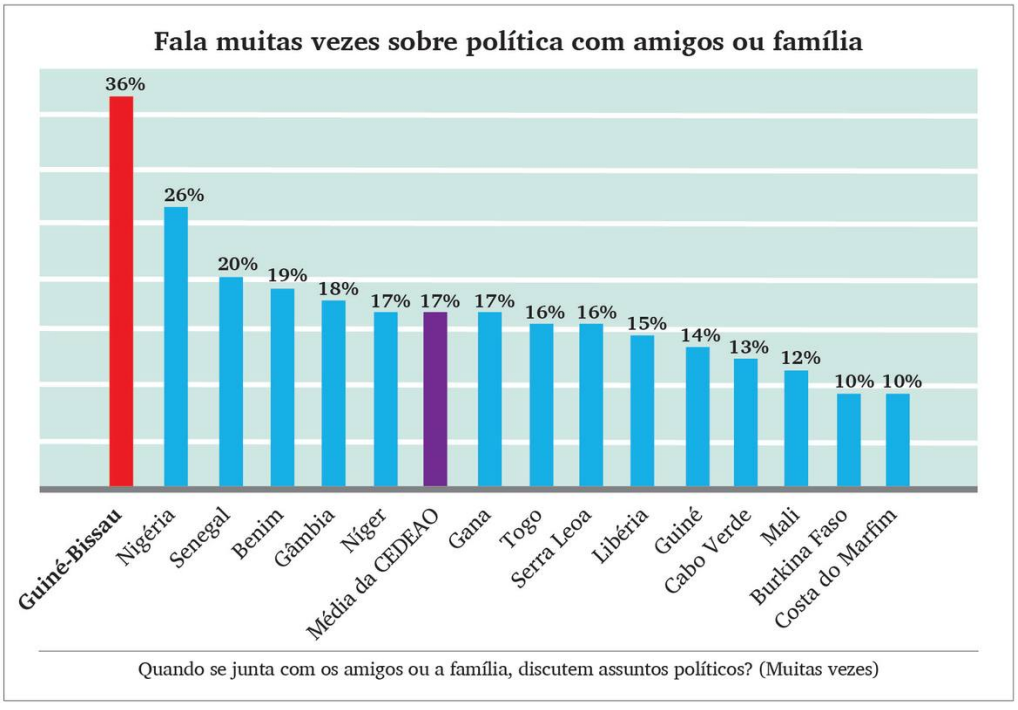


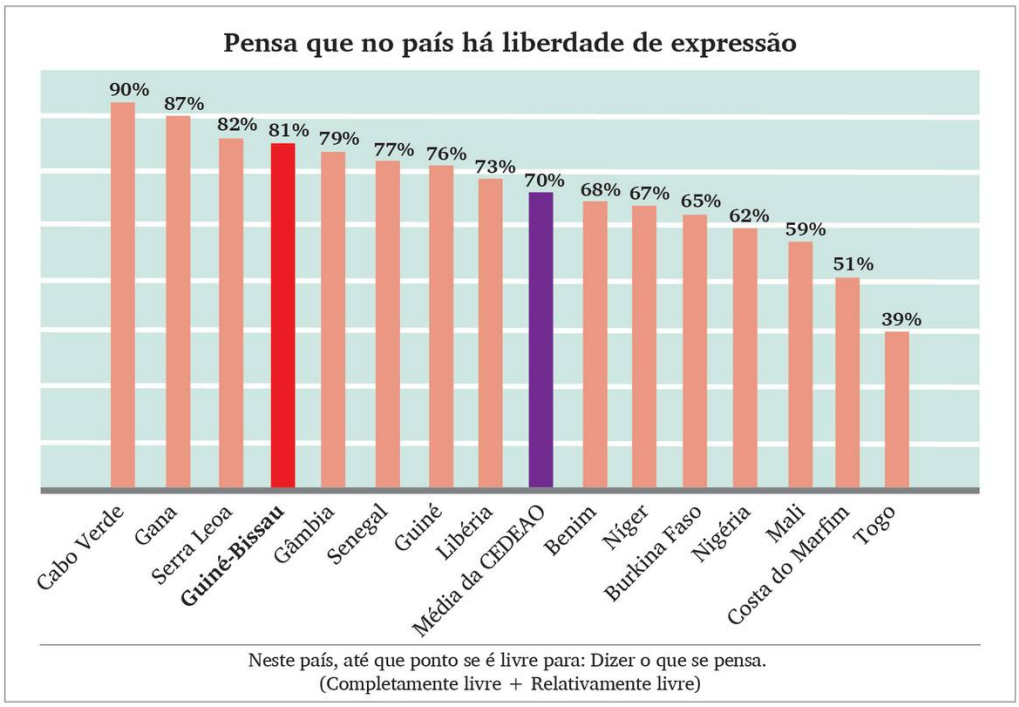
A explicação desta menor disposição para o ativismo social deveria ponderar, entre outros elementos, a escassa presença do Estado na sociedade guineense e o descrédito das suas instituições e autoridades, aos olhos de uma parte expressiva da população. Na ausência e desprestigio institucional, a vontade de reivindicar perde o incentivo necessário para impulsionar esses esforços.

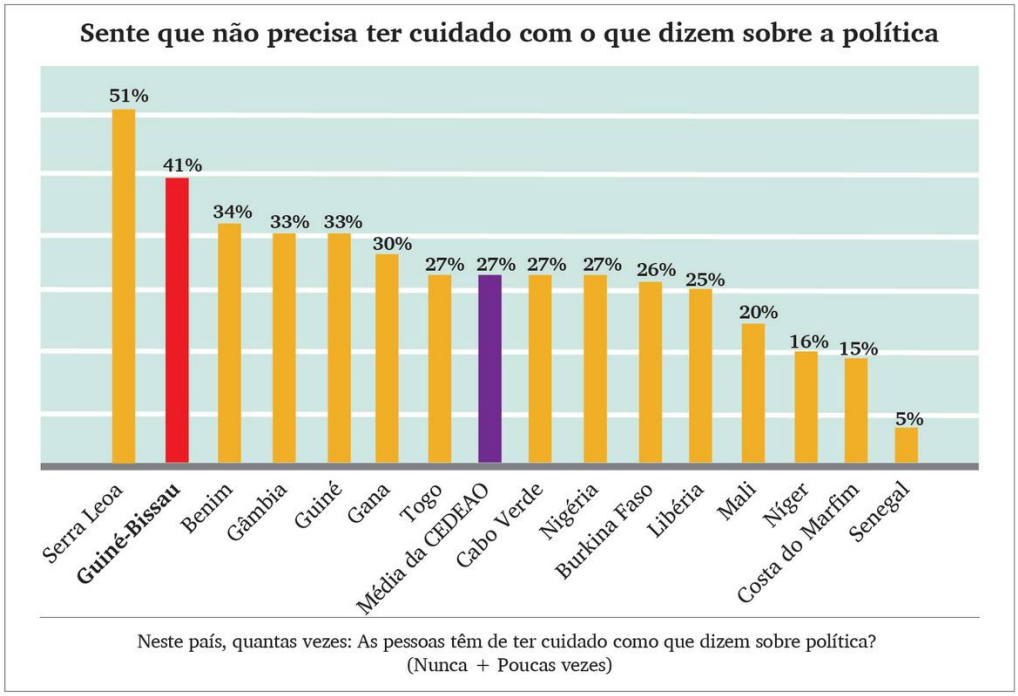
Política, Liberdade e Democracia

As sondagens de opinião pública na região da CEDEAO mostram que na Guiné-Bissau existe um segmento significativo da população que gosta de acompanhar as notícias e dialogar sobre assuntos políticos. Boa parte da população percebe as condições favoráveis para isso em termos dos seus direitos à liberdade de expressão. Ainda mais, dois em cada cinco guineenses acham que podem falar de política com tranquilidade, sem precisar de ter muito cuidado.



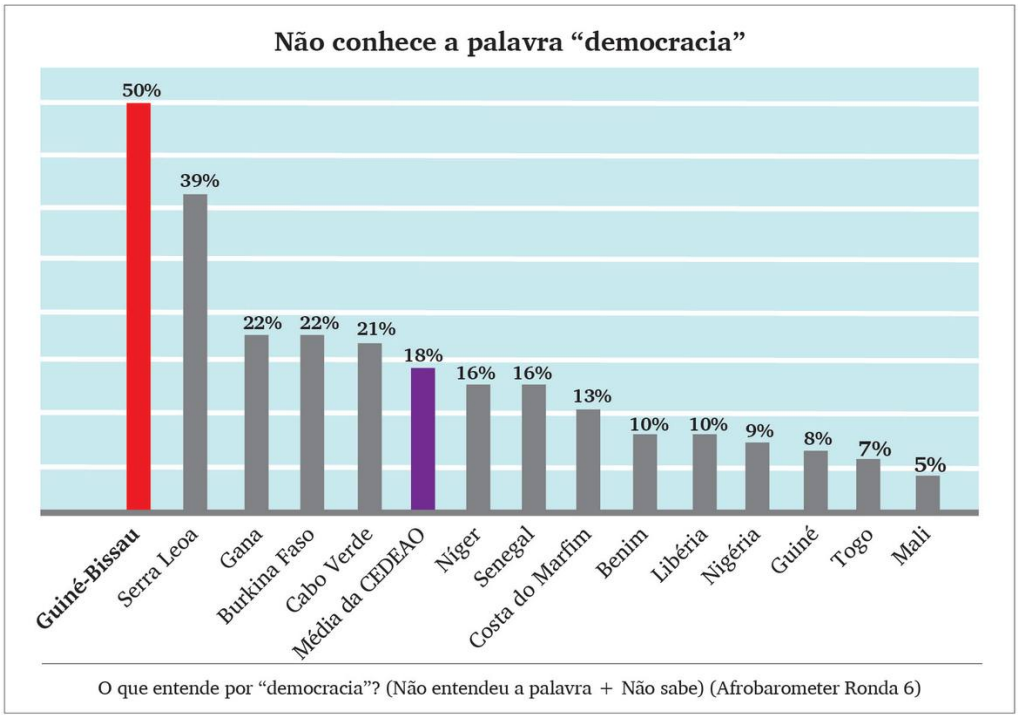




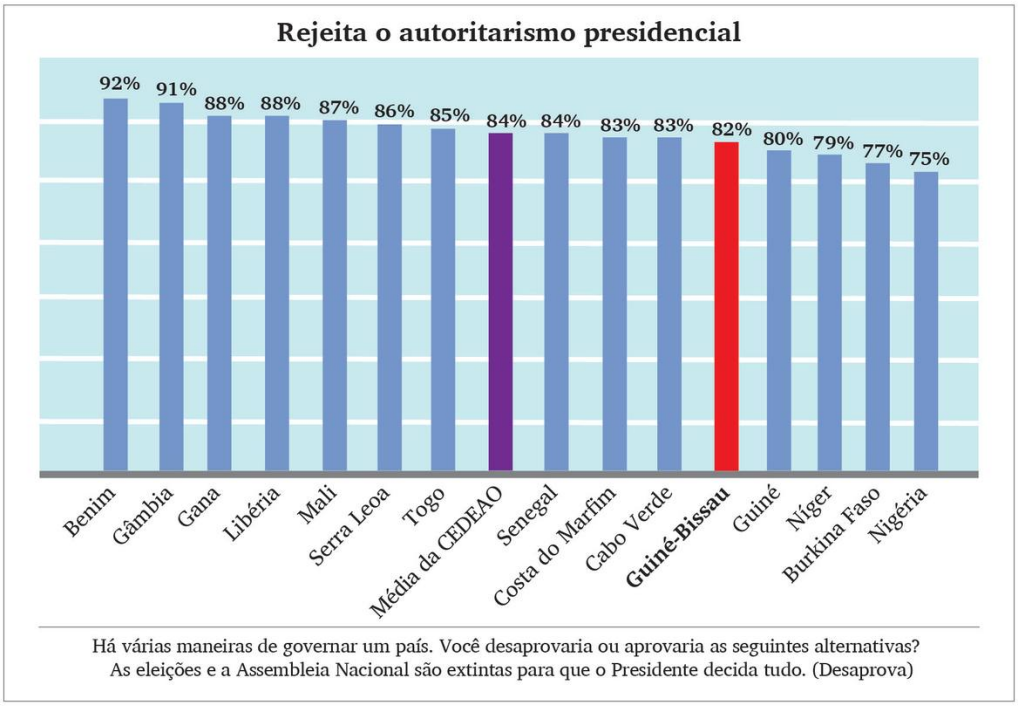


Ainda assim, a Guiné-Bissau é o país da região em que os cidadãos estão, de longe, menos familiarizados com a palavra "democracia" e têm dificuldades em compreender o seu significado. Esta falta de conhecimento é evidente nas respostas dadas a outras perguntas que utilizam a palavra "democracia". Como se explica no capítulo 3 deste volume, este défice está fortemente relacionado

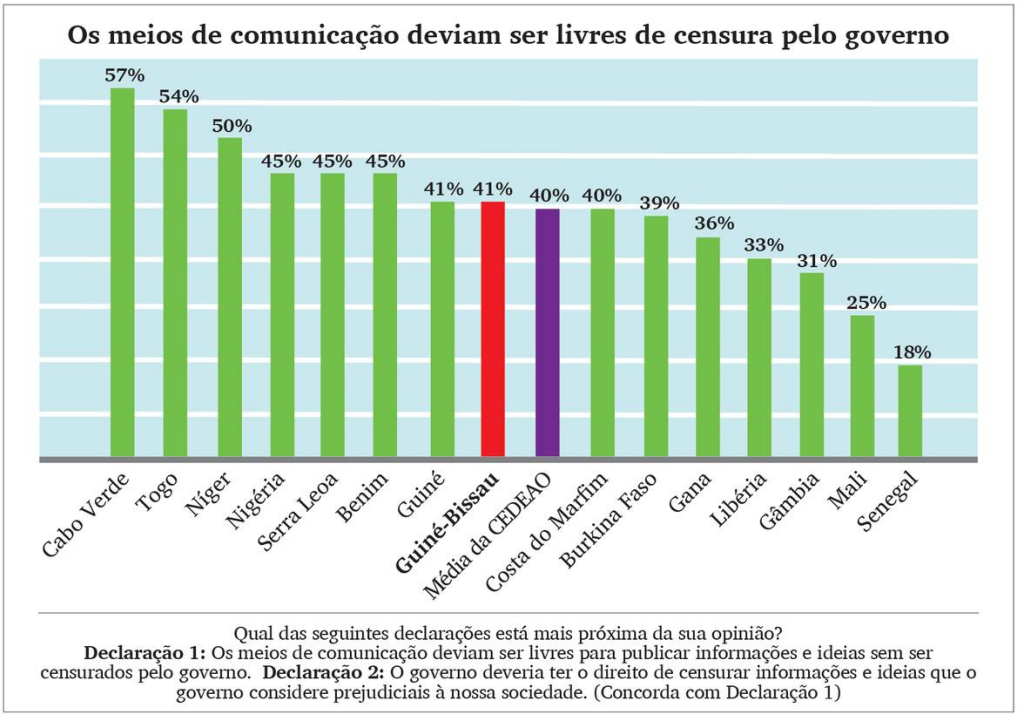
com o nível de educação dos inquiridos. Contudo, ante situações concretas, há no seio da população guineense uma forte rejeição a formas autocráticas de governo e diversos sinais de apoio a valores democráticos, ligados às liberdades de expressão e de escolha política



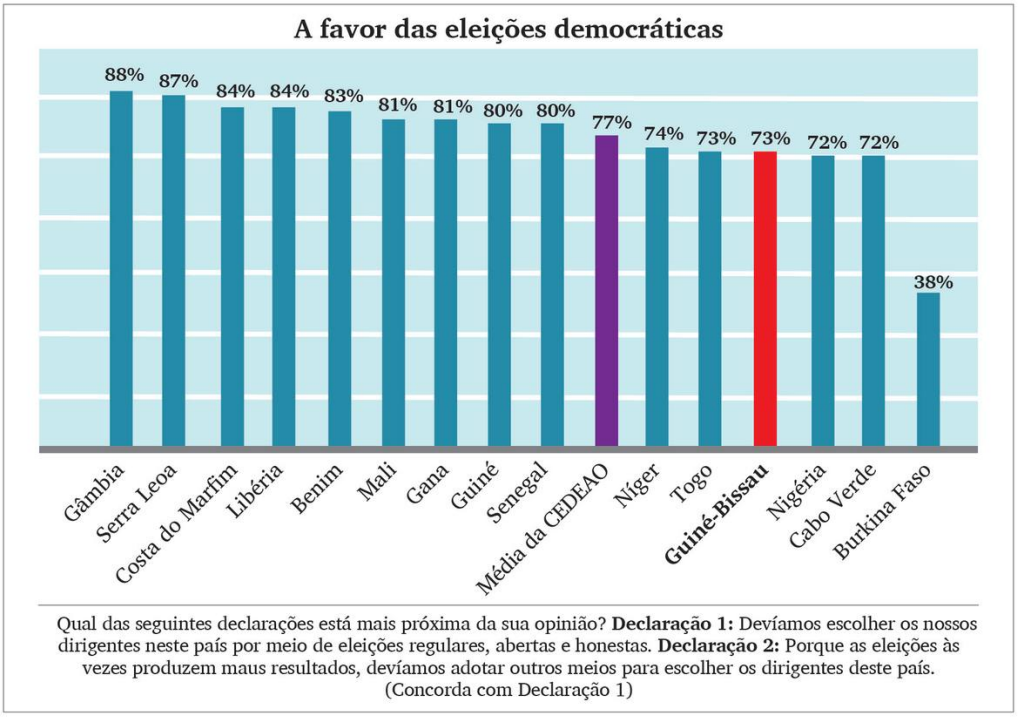
O que entende por "democracia"? (Não entendeu a palavra + Não sabe) (Afrobarometer Ronda 6)



Há várias maneiras de governar um país. Você desaprovaria ou aprovaria as seguintes alternativas? As eleições e a Assembleia Nacional são extintas para que o Presidente decida tudo. (Desaprova)



Qual das seguintes declarações está mais próxima da sua opinião?
Declaração 1: Os meios de comunicação deviam ser livres para publicar informações e ideias sem ser censurados pelo governo. **Declaração 2:** O governo deveria ter o direito de censurar informações e ideias que o governo considere prejudiciais à nossa sociedade. (Concorda com Declaração 1)

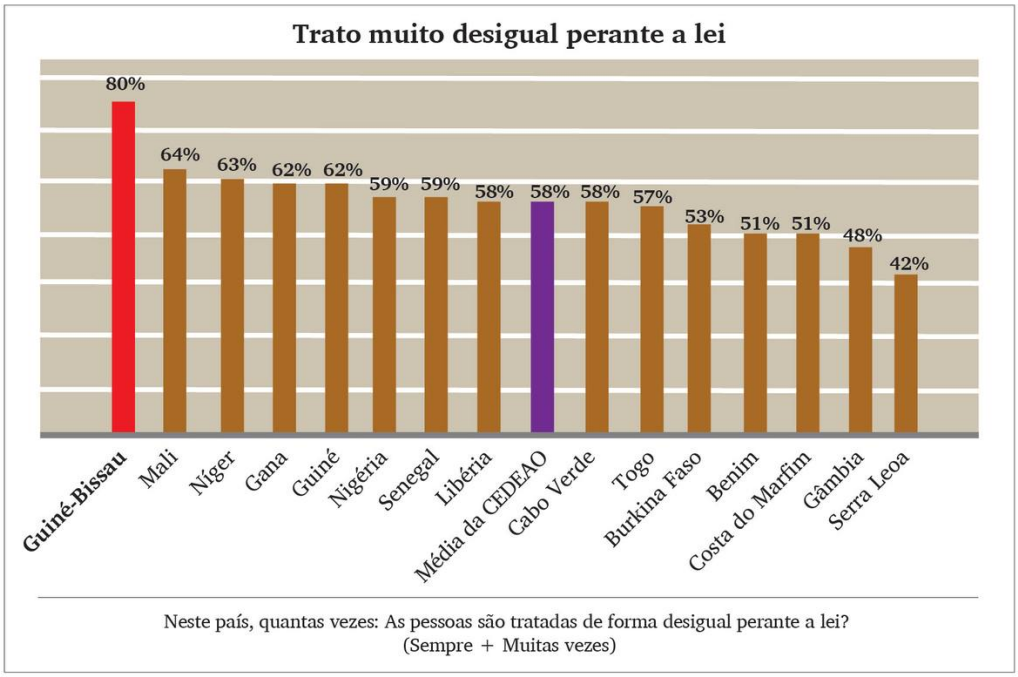


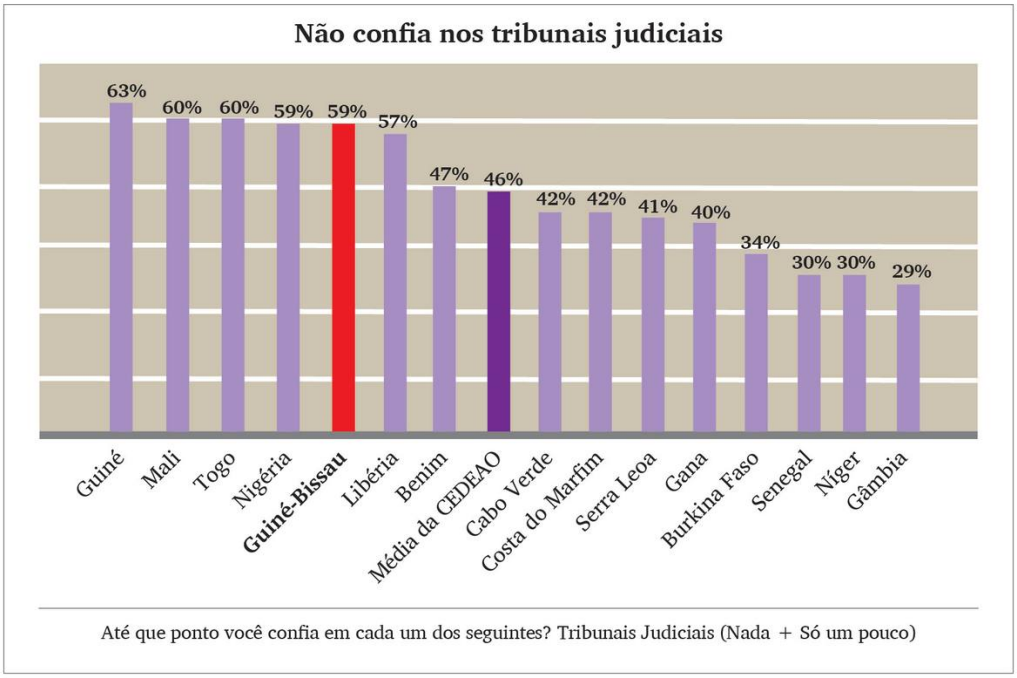
Qual das seguintes declarações está mais próxima da sua opinião? **Declaração 1:** Devíamos escolher os nossos dirigentes neste país por meio de eleições regulares, abertas e honestas. **Declaração 2:** Porque as eleições às vezes produzem maus resultados, devíamos adotar outros meios para escolher os dirigentes deste país. (Concorda com Declaração 1)

A informação apresentada nestes gráficos revela, no entanto, que a rejeição do autoritarismo na Guiné-Bissau é mais forte do que a adesão às normas democráticas. A comparação regional sugere que a insuficiência democrática observada na opinião pública guineense está entrelaçada com a falta de formação cívica e de acesso a conhecimentos elementares sobre a democracia – seu sentido, valores, normas, processos e função prática.

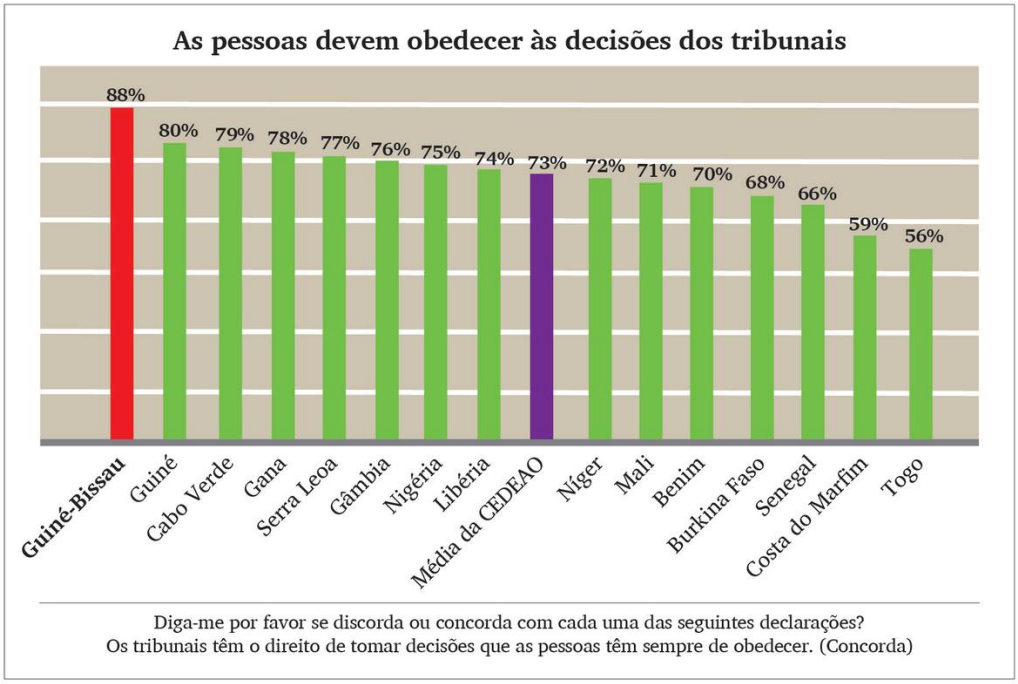
Estado de Direito, Abuso de Poder e Conflitos Políticos

Na Guiné-Bissau, a frustração com o funcionamento do sistema de Justiça é muito superior ao descontentamento detetado em outros países da CEDEAO, sobretudo na questão do tratamento desigual das pessoas perante a lei. A alta desconfiança em relação aos tribunais judiciais – partilhada pela Nigéria, o Togo, a República da Guiné e o Mali – faz ressaltar a mesma insatisfação.

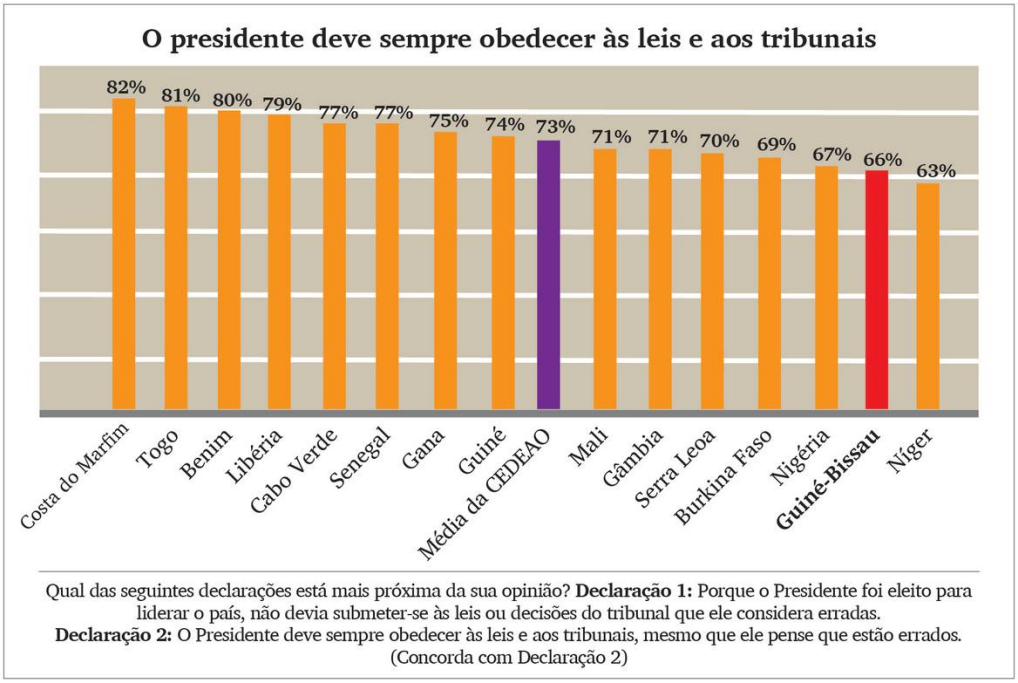




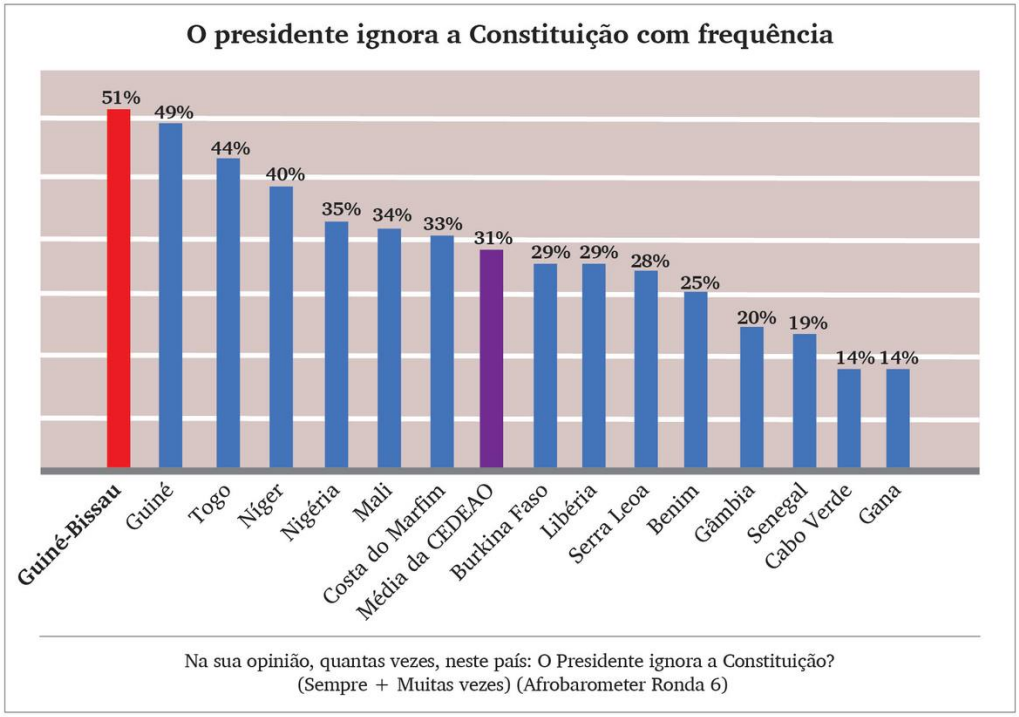
Apesar dos défices do sistema judicial na Guiné-Bissau, existem sinais, no seio da população, de uma forte disposição a favor da existência de um Estado de Direito, justo e funcional, com tribunais em posição de tomar decisões amplamente seguidas pelo povo.

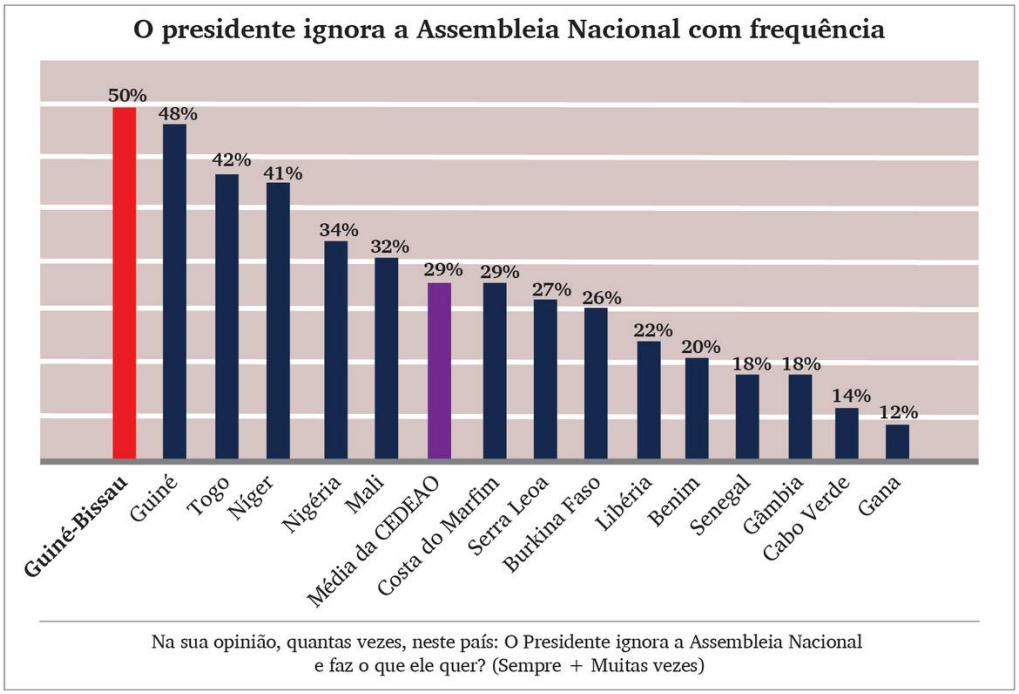


Esta disposição a favor de um Estado de Direito é relativizada por um segmento expressivo da população quando se trata da adesão do Presidente da República à lei e às decisões dos tribunais. Nesta dimensão liberal e republicana da democracia, a Guiné-Bissau está entre os países mais atrasados da região, juntamente com a Nigéria e o Níger.

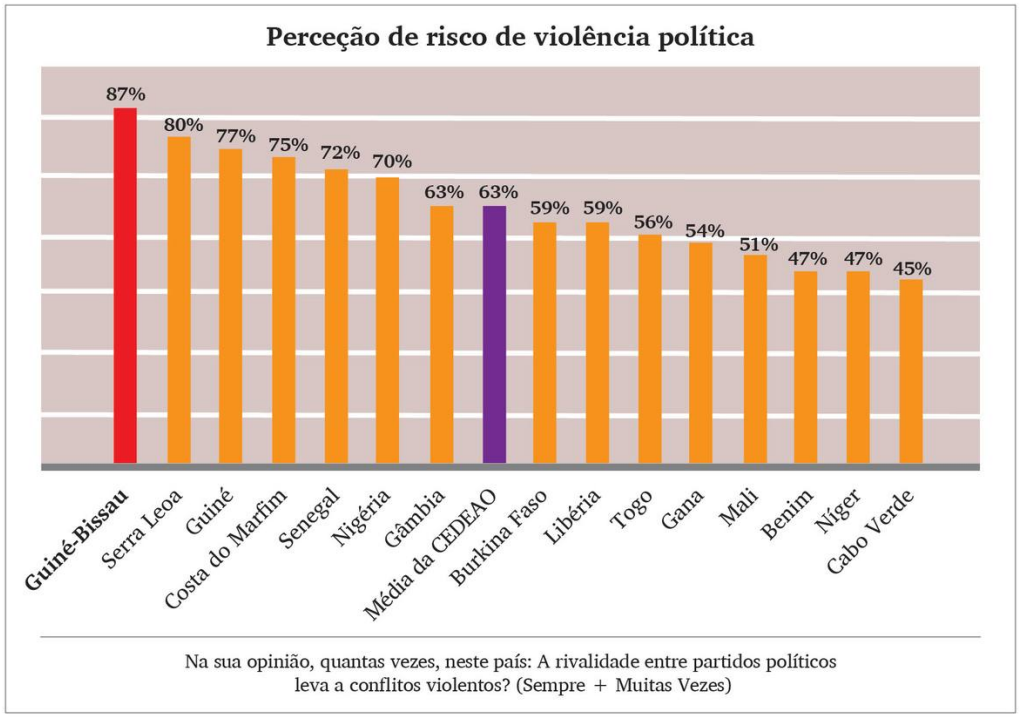


O quadro acima é sugestivo ao advertir que mais de um quarto da população guineense aceitaria uma liderança presidencial de menor adesão às normas institucionais. Comparado com outros países da região, apercebe-se que na Guiné-Bissau há uma tendência de aceitação mais alta no que se refere ao abuso do poder presidencial, seja por desacato à Constituição, seja na condução das relações com o parlamento.



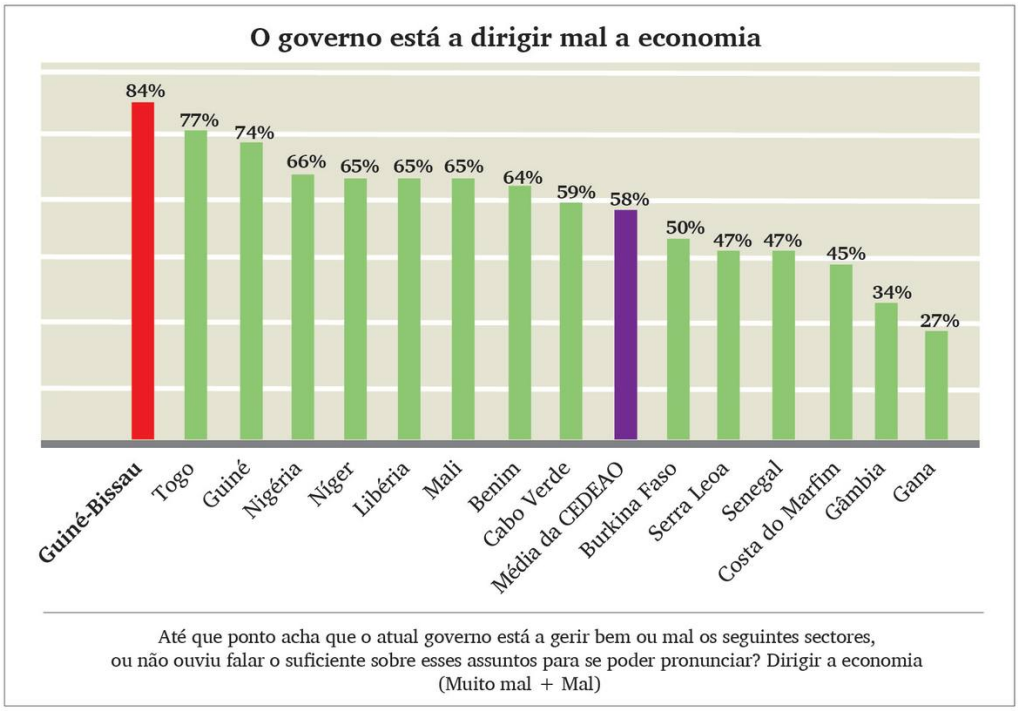


A disputa pela liderança política na Guiné-Bissau ocorre num contexto de fragilidade institucional, marcada por atos discricionários e abusivos, o que gerou uma instabilidade crónica. Esta situação vê-se refletida na forte preocupação da sociedade guineense com o risco de um resultado violento. De facto, não há um país na África Ocidental que demonstre o mesmo nível de inquietação observado na Guiné-Bissau quanto à possibilidade de ter um conflito armado entre suas principais forças políticas.

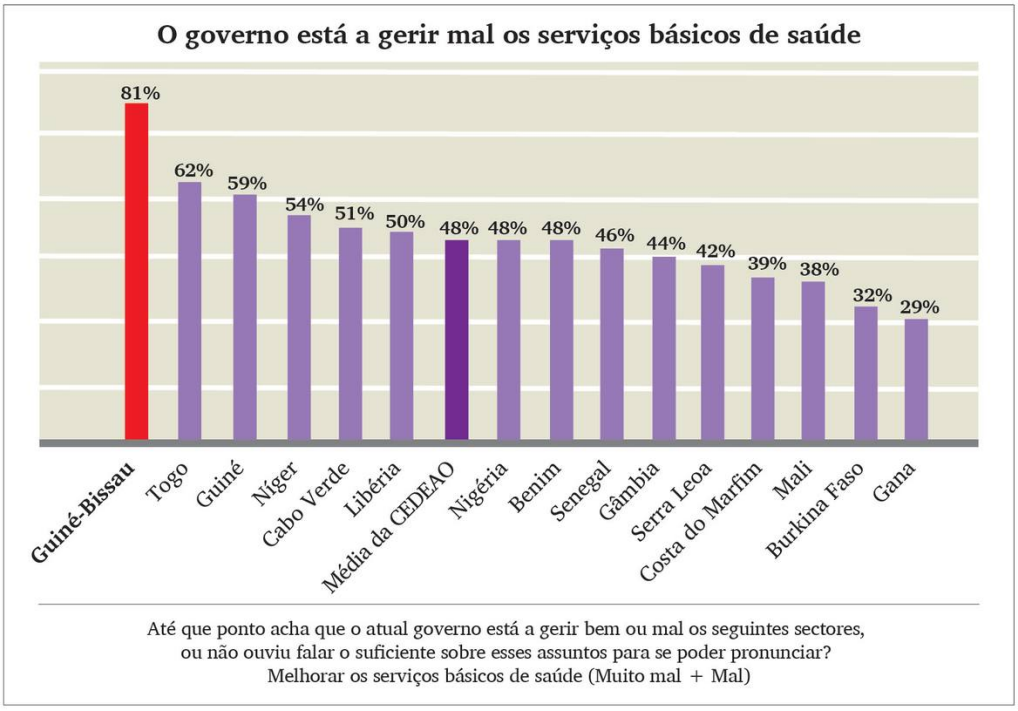


Atuação Governamental e Elites Políticas

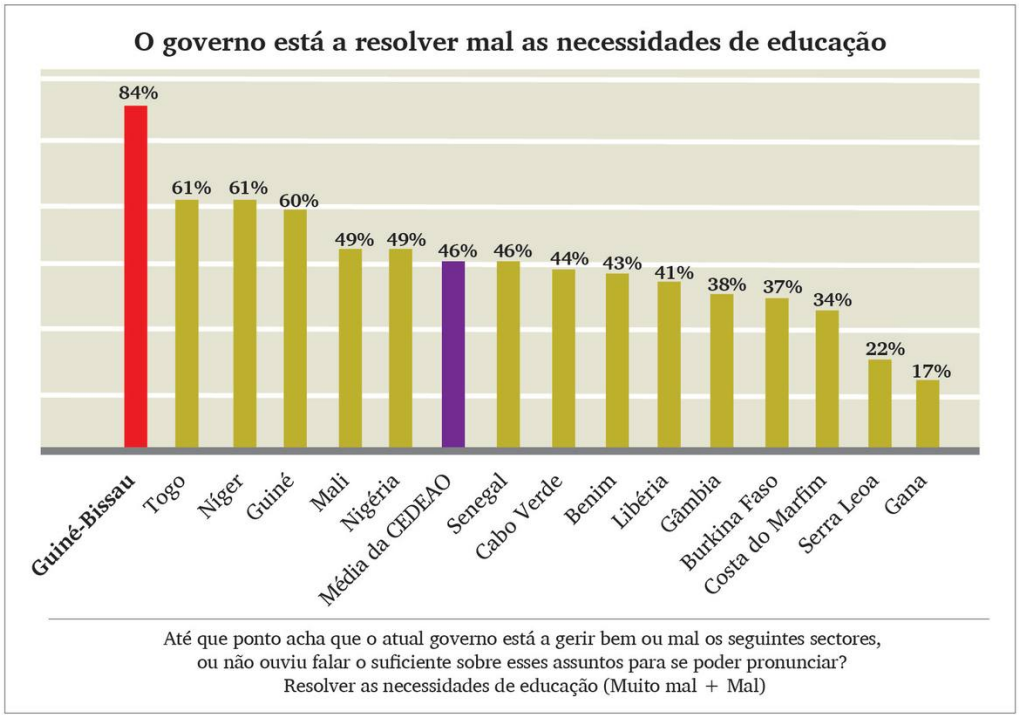
As medições da qualidade da gestão do governo sustentam – e confirmam – a exasperação duma maioria esmagadora do povo com a má administração e abandono por parte do Estado. Em quase todas as áreas de ação governamental registadas pelos instrumentos de opinião pública, a Guiné-Bissau aparece com o pior ranking da região. Os quadros a seguir dão conta disto em assuntos relacionados com a gestão da economia, assistência médica, promoção da educação, acesso à água e saneamento básico, e a manutenção de estradas e pontes.



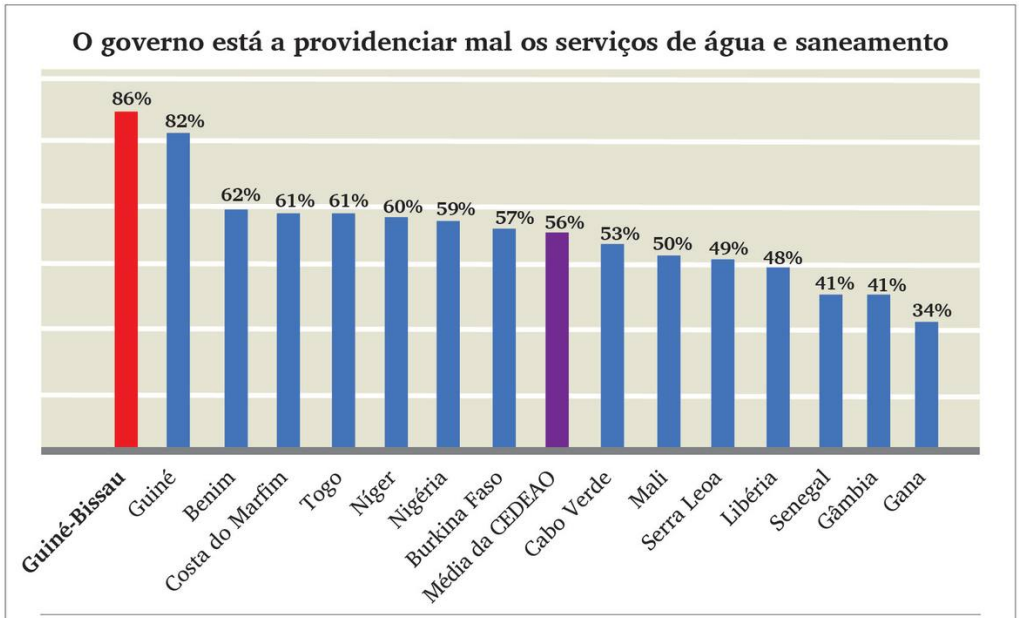
Até que ponto acha que o atual governo está a gerir bem ou mal os seguintes sectores, ou não ouviu falar o suficiente sobre esses assuntos para se poder pronunciar? Dirigir a economia (Muito mal + Mal)



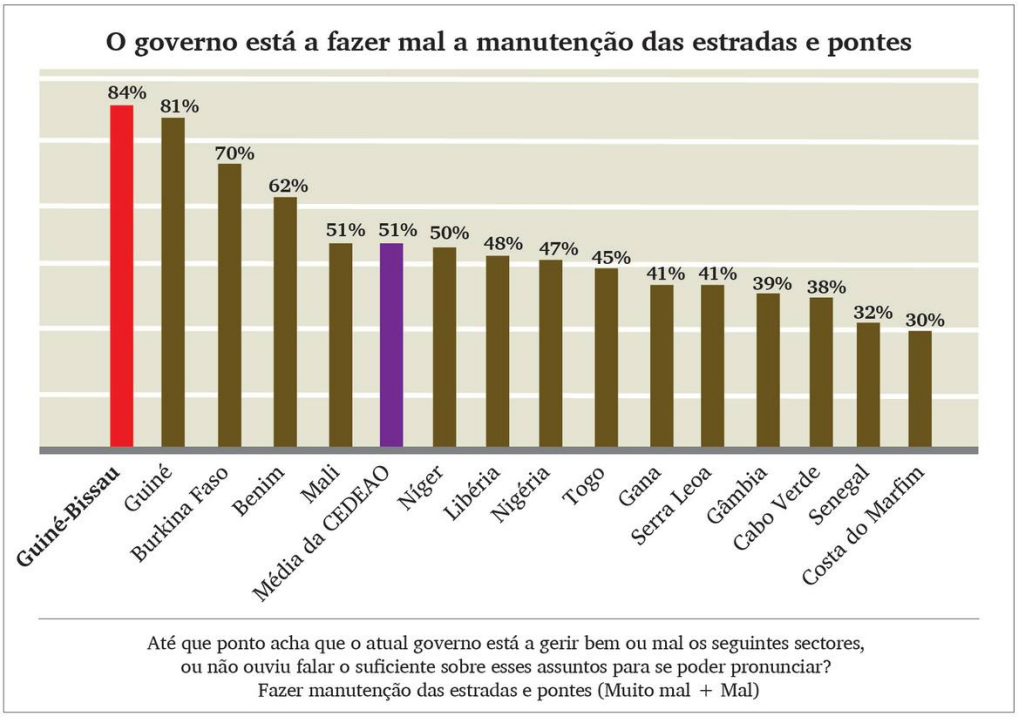
Até que ponto acha que o atual governo está a gerir bem ou mal os seguintes sectores, ou não ouviu falar o suficiente sobre esses assuntos para se poder pronunciar? Melhorar os serviços básicos de saúde (Muito mal + Mal)



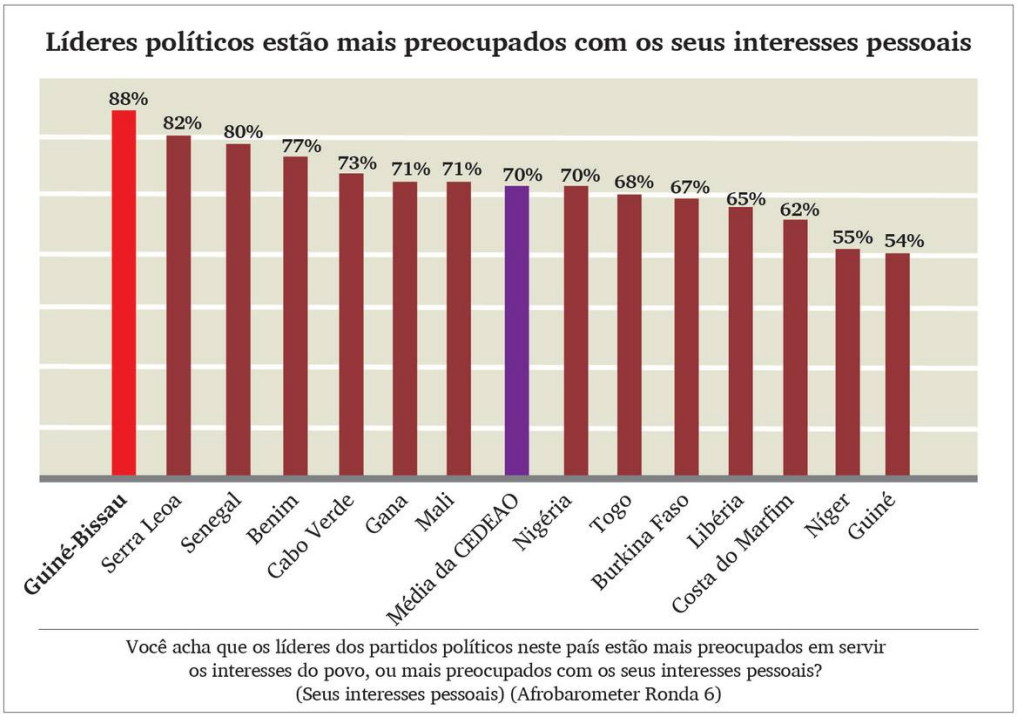
Até que ponto acha que o atual governo está a gerir bem ou mal os seguintes sectores, ou não ouviu falar o suficiente sobre esses assuntos para se poder pronunciar?
Resolver as necessidades de educação (Muito mal + Mal)



Até que ponto acha que o atual governo está a gerir bem ou mal os seguintes sectores, ou não ouviu falar o suficiente sobre esses assuntos para se poder pronunciar?
Providenciar serviços de água e saneamento (Muito mal + Mal)

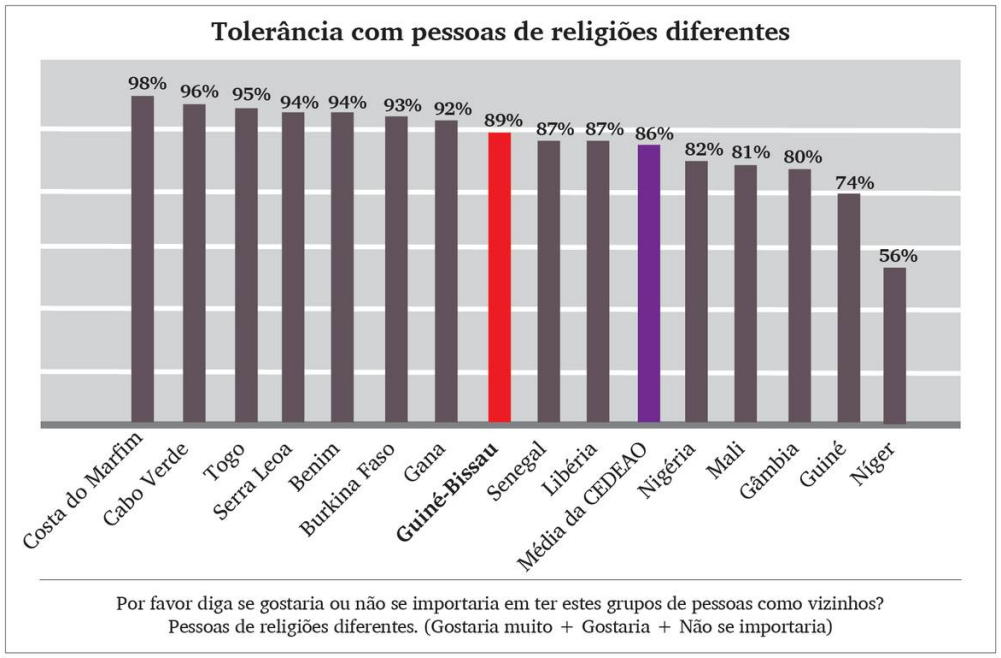


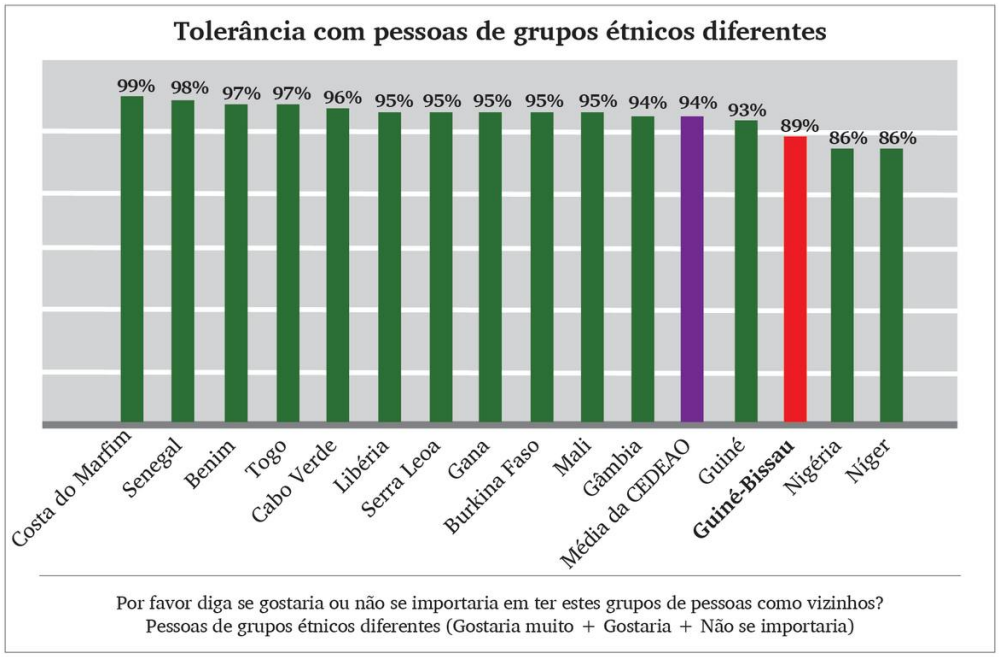
A severa crítica à gestão do governo está intimamente relacionada com a perceção de fracasso e desvio político. Esta impressão tem alimentado a ideia de que os líderes políticos na Guiné-Bissau vivem preocupados com seus interesses pessoais e não com as necessidades do povo. Nesta característica, a Guiné-Bissau sobrepõe-se a todos os países da CEDEAO.

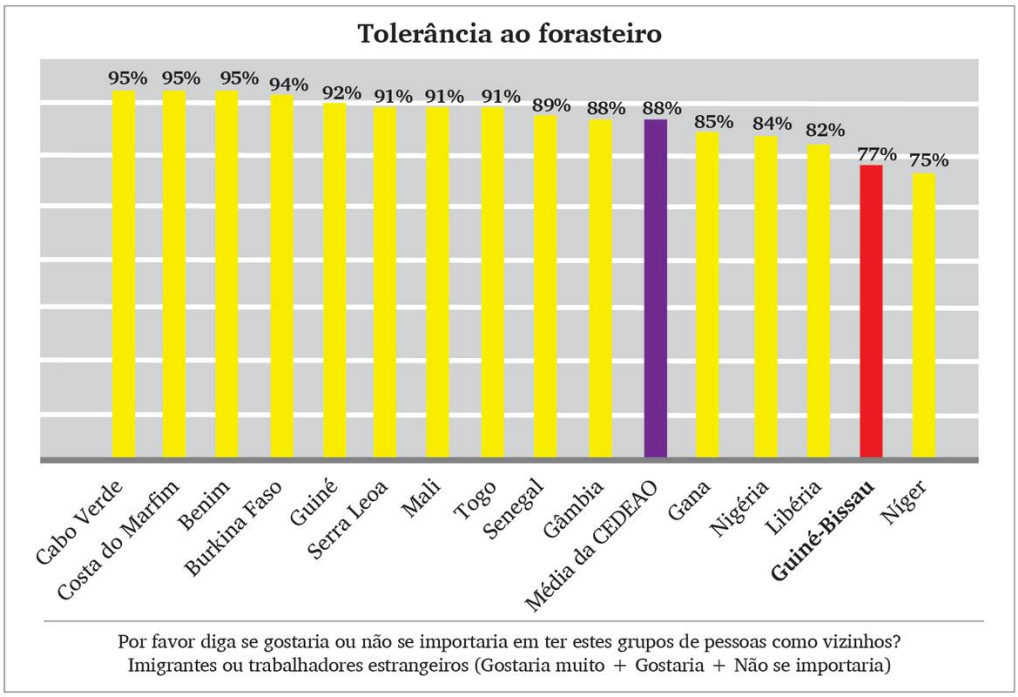


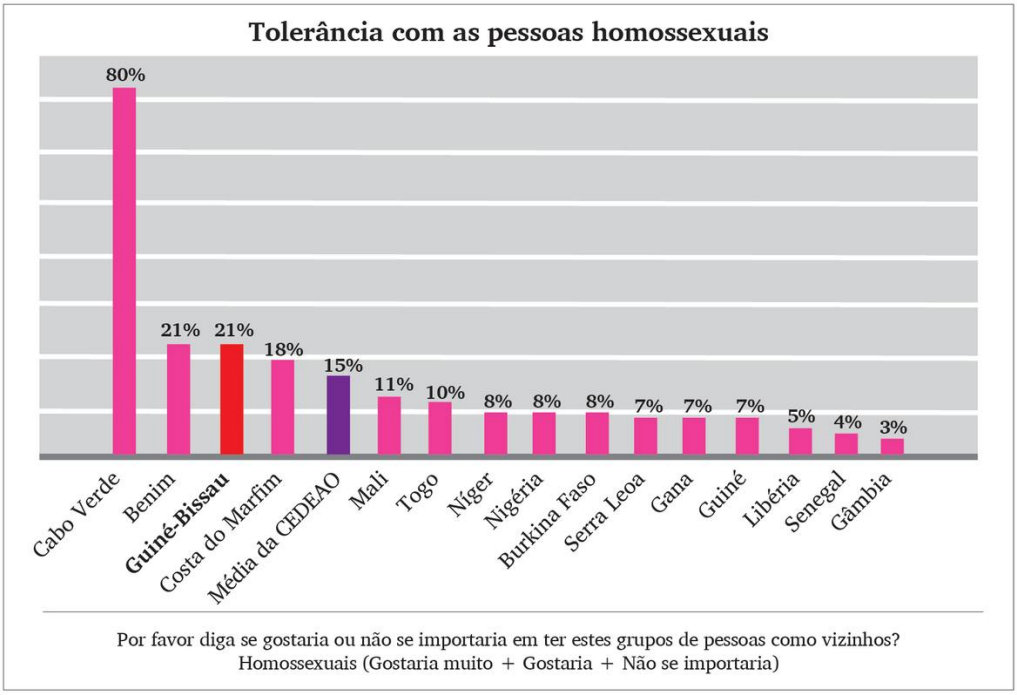
Relações Sociais, Género e Migração

Em quase toda a África Ocidental, há uma surpreendente capacidade de convivência social entre pessoas de diferentes religiões e distintos grupos étnicos. As medições comparativas também mostram alta aceitação dos imigrantes e trabalhadores estrangeiros. A exceção regional nestas questões, até certo ponto, seria o Níger. A Guiné-Bissau ocupa uma posição mais alta no campo da convivência inter-religiosa e étnica do que no acolhimento de estrangeiros. No entanto, destaca-se entre os três países mais tolerantes em relação à homossexualidade, embora bem abaixo do nível de permissão constatado em Cabo Verde.

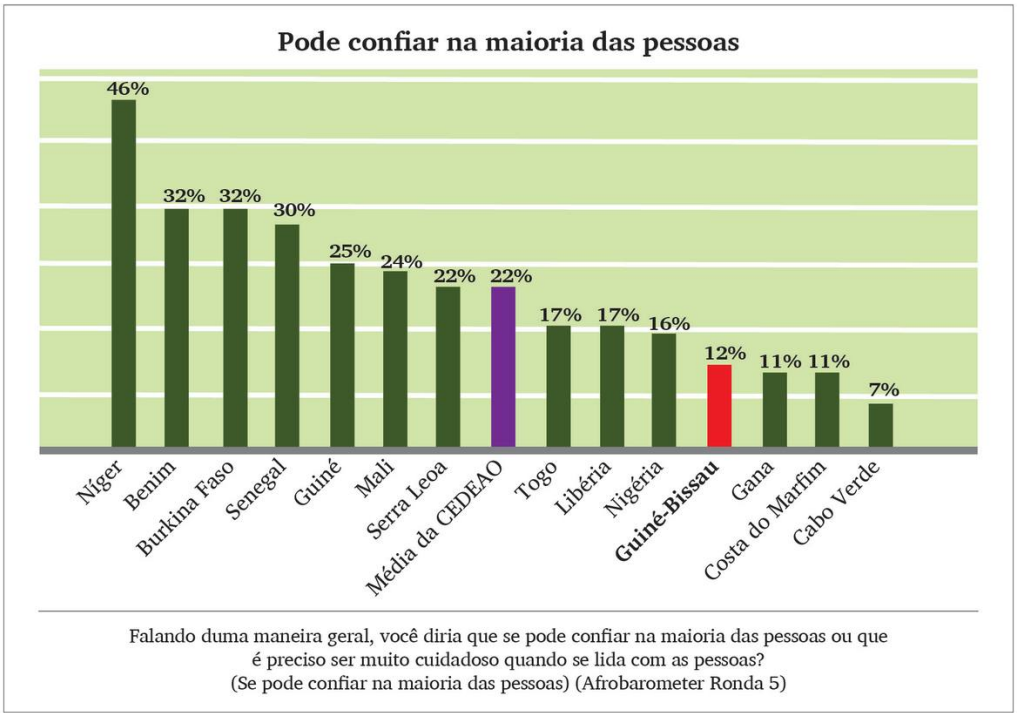


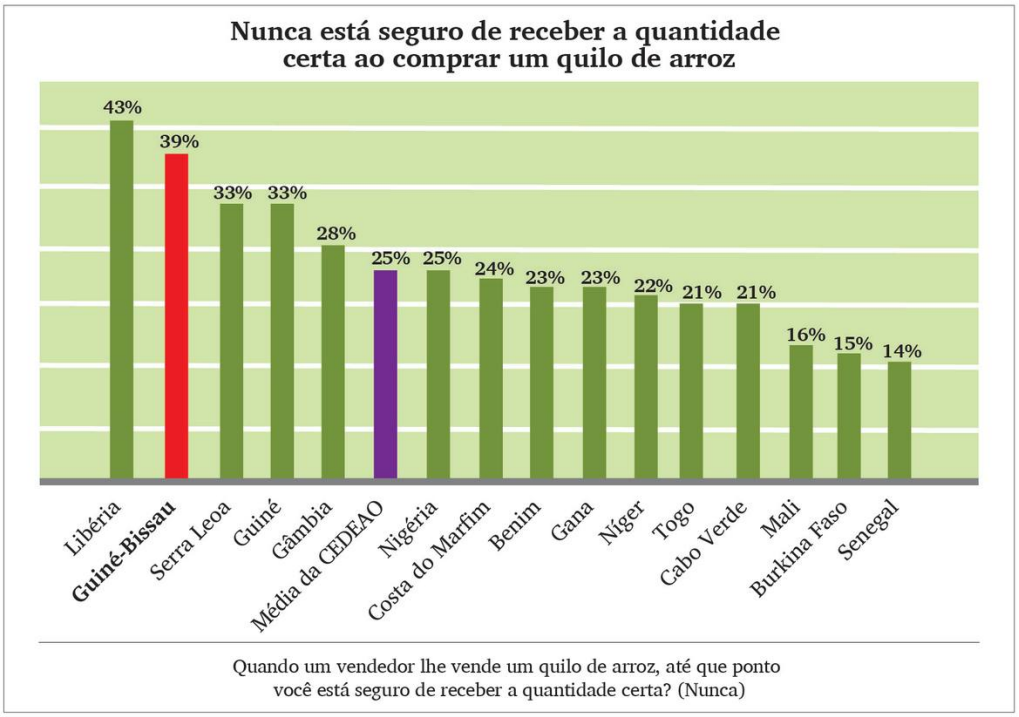




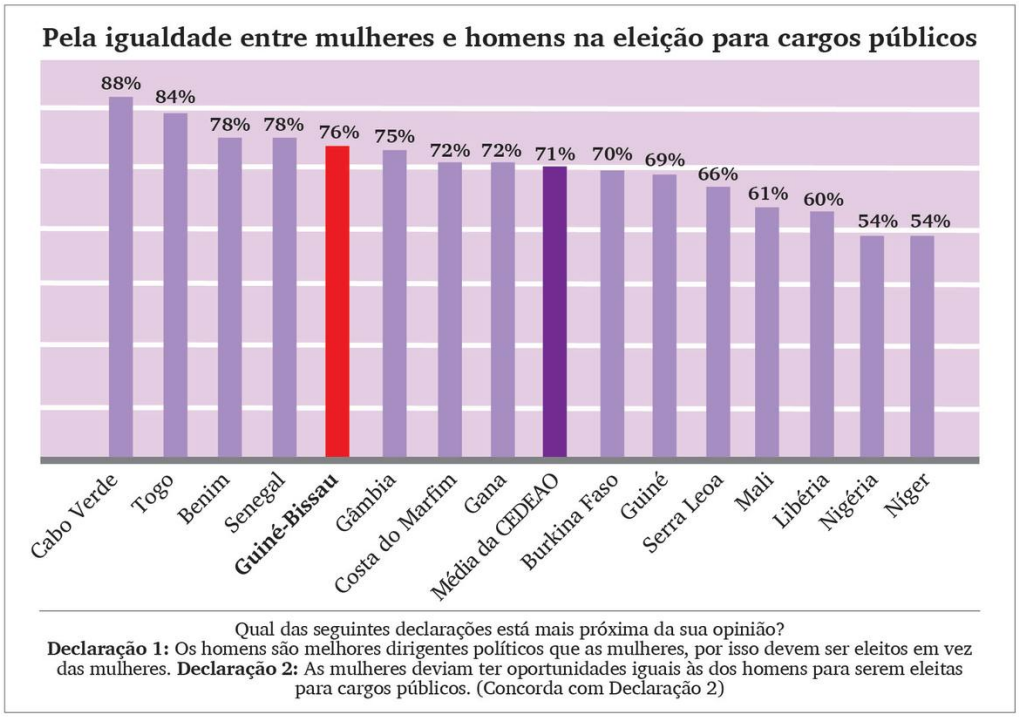


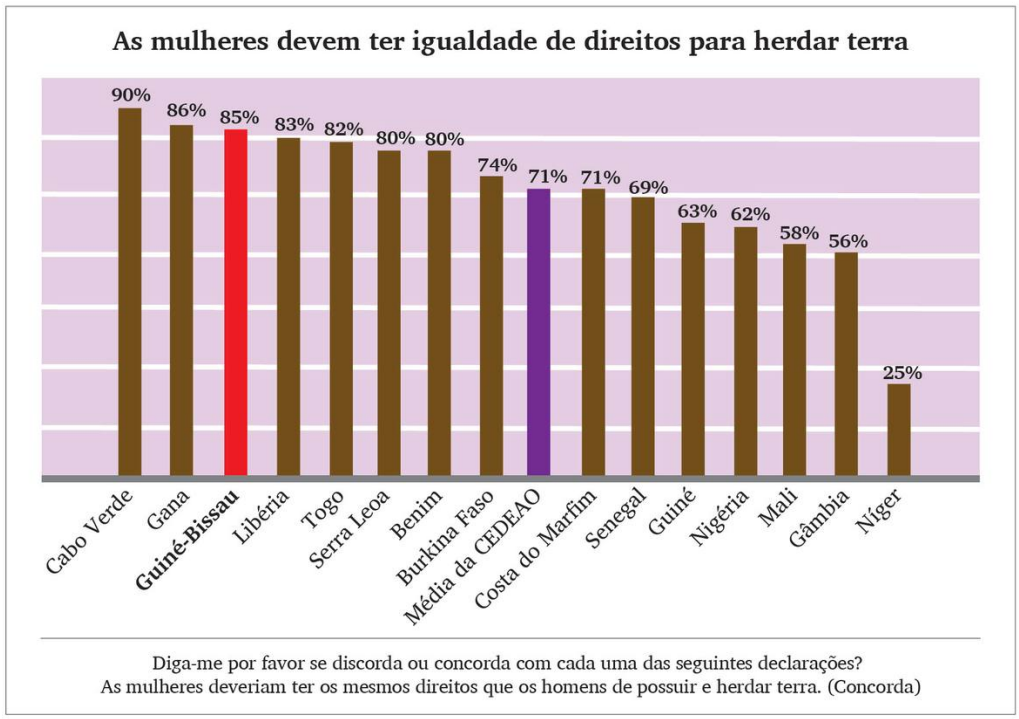
Comparada com os países vizinhos, a Guiné-Bissau exibe traços menores de confiança social ou geral, incluindo as pessoas desconhecidas.



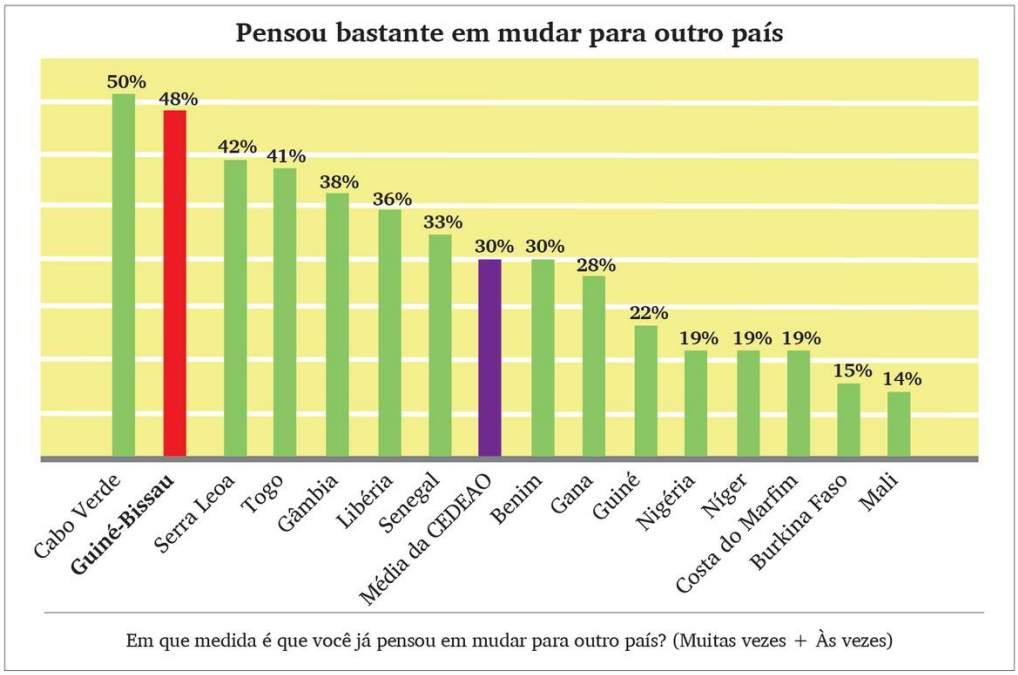


A Guiné-Bissau, Cabo Verde, Togo e Benim estão entre os países da região com uma disposição mais favorável à igualdade de género. Isso observa-se na aspiração de ter uma relação mais equitativa entre homens e mulheres no exercício da liderança política e no direito à herança da terra.

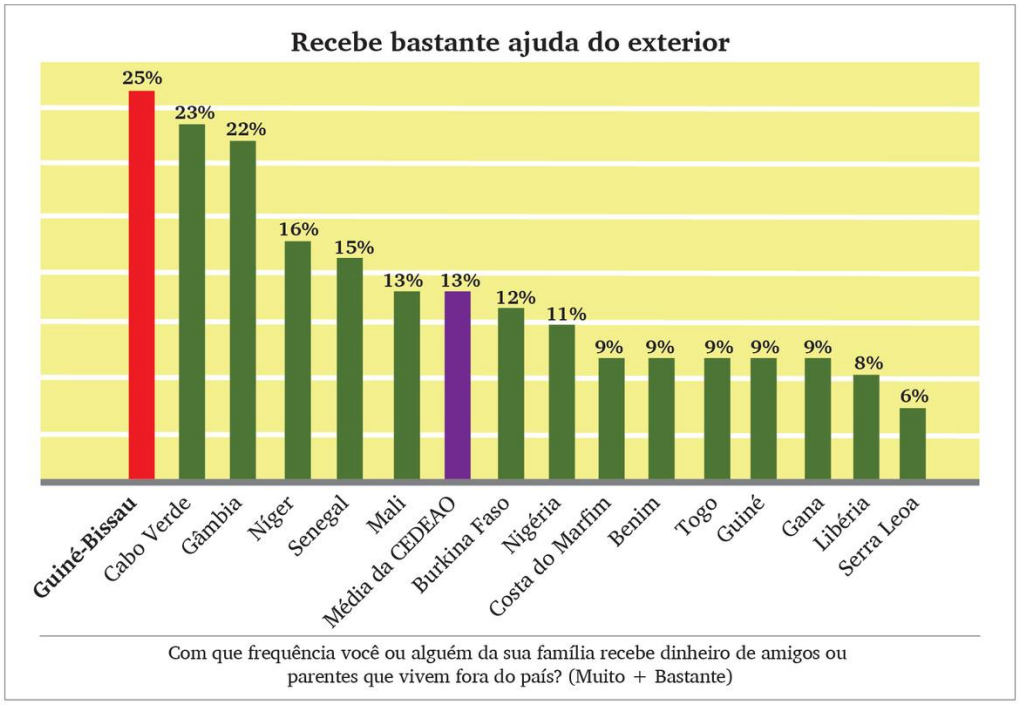




Entre os países da África Ocidental, a Guiné-Bissau e Cabo Verde destacam-se na combinação de uma percentagem expressiva de pessoas que pensaram em emigrar e declaram ter recebido uma ajuda substancial por meio de remessas enviadas por familiares e amigos que vivem no exterior. A relação entre estas remessas e a vontade de emigrar é sugestiva e merece um exame mais detalhado.



Em que medida é que você já pensou em mudar para outro país? (Muitas vezes + Às vezes)



Com que frequência você ou alguém da sua família recebe dinheiro de amigos ou parentes que vivem fora do país? (Muito + Bastante)

Conclusão

A análise comparativa permite contextualizar vários aspetos da realidade social e política da Guiné-Bissau. Há na opinião pública guineense muitos elementos de consistência que merecem atenção. Em particular, o estudo revela a notável frustração do povo com o comportamento das elites políticas. A instabilidade crónica do regime provoca temores no seio da população e alimenta uma frustração generalizada face aos prejuízos que isso ocasiona ao desenvolvimento do país. A reflexão sobre a Guiné-Bissau deve assimilar esta aflição popular e promover saídas construtivas. Um ponto de partida útil seria explorar a forma como os guineenses têm sido capazes de adotar estratégias de 'sobrevivência criativa' (*dúbria* em Kriol) para resolver seus problemas cotidianos. Estas lições de resiliência popular podem inspirar ideias inovadoras e suscitar processos que ajudem a atenuar a crise política e a traçar um rumo distinto.

Referências

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do Povo: Relatório da pesquisa comparativa. A opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos*. Bissau: DEMOS.



PARTE II

Análise e Reflexões



Sociedade

7

Etnia, Religião e a História do Poder Popular

Toby Green

A Guiné-Bissau atraiu uma atenção desproporcionada dos cientistas políticos nos últimos anos.[1] Mesmo sendo um dos países mais pequenos de África, em termos geográficos e populacionais, ela tem sido um atraente tema de pesquisa. Isso deveu-se, em parte, ao rótulo intrigante de "narcoestado," atribuído por alguns meios da média ocidental.[2] Mas também porque parecia oferecer um caso que desafiava conceitos estabelecidos em torno do Estado e da segurança pública. Apesar de ter sofrido vários golpes e mudanças turbulentas de governo, a Guiné-Bissau não foi dilacerada por conflitos civis, como ocorreu em outros países africanos com atritos semelhantes.

Este capítulo sugere que as explicações para este aparente paradoxo não serão encontradas nas estruturas políticas e correlações de poder, priorizadas por muitos cientistas políticos. Em vez disso, esta trajetória política recente da Guiné-Bissau pode ser melhor explicada através de uma leitura da história do poder popular no país. A "história do poder popular" não é a mesma coisa que uma "história política", que tende a concentrar-se nas elites, nas suas instituições e disputas pelo controlo do poder, e na maneira como este poder é administrado e imposto. Em contraste, a história do poder popular analisa as relações humanas e as interações entre diferentes grupos de pessoas, a relação entre os cidadãos e os líderes, e as maneiras como essas relações se cruzam nas reações dos cidadãos às lideranças políticas. Uma história do poder popular diz respeito à experiência de poder e à forma como essa experiência molda uma certa atitude em relação ao poder. Esta ótica é crucial para a compreensão da história recente da Guiné-Bissau.

Um bom exemplo da disjunção entre a história política e a história do poder popular surge na análise da etnicidade e a política. Numerosos estudos mostraram como as categorias étnicas foram desenvolvidas no final do século XIX em resposta às intervenções coloniais em África.[3] Eram simplificações de identidades e relações existentes que emergiam das interações entre africanos e estrangeiros europeus. Essas identidades foram normalizadas e codificadas pelos administradores coloniais, que em muitos casos tiveram que escrever estudos etnológicos para avançar pelas fileiras administrativas do império. Um exemplo sintomático disto na Guiné-Bissau são os estudos de António Carreira, um administrador colonial português, que escreveu tratados definitivos sobre as "etnias" deste país.[4] Muitos cientistas políticos ocidentais que investigam a África têm utilizado estas categorias étnicas, e os conflitos gerados entre elas, como elemento fundamental para explicar diversas conflagrações no período pós-colonial.

No entanto, vários estudos da Guiné-Bissau desafiam esta abordagem. Diana Lima Handem, numa análise importante, ao invés de salientar a centralidade dos "designadores étnicos", ressalta a continuidade das relações de poder entre os Balanta-Brassa e os forasteiros, melhorando a

*** Texto traduzido do inglês por Miguel Carter.*

1 Embaló (2012), Lundy et al. (2017), Kohl (2018).

2 Ver a introdução de Chabal e Green (2016).

3 Green (2016).

4 Carreira (1947, 1961).

compreensão das suas interações com o poder colonial e na guerra de independência.[5] Um estudo mais recente de Green destaca a construção histórica das etnias na Guiné-Bissau, mostrando a fluidez dessas identidades, ao tempo que sublinha o empenho de líderes políticos, em tempos mais recentes, em instrumentalizá-las através de sua essencialização.[6] O estudo de Kohl, por sua vez, mostra que as tentativas de instrumentalizar as identidades étnicas para fins negativos não têm conseguido criar uma narrativa étnica agressiva.[7] Esta leitura é reforçada pelos resultados da pesquisa Vozes do Povo, sobre os quais este capítulo se baseia.

Apesar de uma sucessão de atores políticos tentando impor e endurecer as fronteiras étnicas, em alguns casos desde o século XVI, essas identidades permaneceram fluidas, plurais e acomodatícias. Escrever este capítulo com base nos escritos sobre etnicidade de administradores coloniais portugueses – ou representantes de organizações internacionais que tentam impor sistemas judiciais locais etnizados – produziria uma imagem falsa da experiência do povo da Guiné-Bissau.[8] Em vez disso, uma história do poder popular – e do poder dos administradores de atribuir e circunscrever identidades – revelaria a maneira como essas categorias impostas de cima para baixo têm sido desafiadas. Tudo isso mostraria que a experiência do poder é bastante diferente da sua administração e o esforço por criar normas que estruturem essas relações de poder.

Este capítulo, portanto, procura reinscrever a experiência do poder popular na Guiné-Bissau na história política do país. Mostra como é importante apreender as trilhas paralelas da história política e popular. Uma história política da Guiné-Bissau desde os anos 1990 incidiria sobre o caos político e a disjunção de atores de elite, como Nino Vieira, Batista Tagme Na Waie, Carlos Gomes Jr. (Cadogo), e José Mário Vaz. Mas do ponto de vista de uma história do poder popular o que emerge, de facto, é a continuidade. A continuidade de um epicentro político fraco, à procura do poder e abalado pelas maquinações necessárias para sobreviver nessas circunstâncias, desde os primórdios do colonialismo português, que só conseguiu controlar todo o território da Guiné-Bissau – de maneira ténue – em finais da década de 1930.

O capítulo está dividido em duas secções. A primeira examina os contextos da formação histórica de uma sociedade plural e as maneiras pelas quais a migração sempre constituiu um aspeto-chave da identidade política. Isto ajuda a contextualizar os resultados do inquérito Vozes do Povo em relação à etnia. As comparações feitas com outros países da CEDEAO mostram que a Guiné-Bissau é um caso bastante singular na região, por não ter um grupo étnico dominante. Isto, por sua vez, ajuda a compreender a centralidade do pluralismo étnico no país e como estas identidades se relacionam com o poder. A segunda secção examina a interseção do poder religioso e político na Guiné-Bissau. A análise começa no século XIX, com a ascensão dos movimentos reformistas islâmicos na vizinha Guiné-Conacri e Casamance. Ela chega até aos tempos mais recentes, em que o PAIGC assume um papel político unificador, similar ao papel atribuído muitas vezes à religião. Desta forma, procura-se entender o menor peso da religião na Guiné-Bissau, comparado a outros países da região, conforme foi revelado na pesquisa comparativa. A conclusão utiliza essas análises para reexaminar a questão da identidade popular e do poder político na Guiné-Bissau. Isso permite retornar ao enigma de um país em paz sob um regime político altamente instável.

---

5 Lima Handem (1986).

6 Green (2016).

7 Kohl (2016, 2018).

8 Um exemplo desta leitura pode encontrar-se em Hair (1967).

A Formação Histórica de uma Sociedade Plural

Grande parte da ciência política ocidental encontra-se cativa a variantes de uma abordagem weberiana que postula um espaço reificado no qual o poder político é disputado. No entanto, a história da Guiné-Bissau apresenta um cenário político distinto, em que os grupos migratórios sempre constituíram uma parcela fundamental da sociedade. Neste cenário, o envolvimento dos governantes com estes grupos foi vital para a manutenção do poder político. O que é verdade para os Fulas que emigram da Guiné-Conacri hoje, foi verdade no passado dos Mandingas, Balantas, Bijagós e Mancanhas que migraram do leste para formar a atual sociedade guineense. A relação nítida entre migração e poder político na história da Guiné-Bissau explica a dificuldade dos modelos políticos derivados do Ocidente em entender a política recente neste país. Ademais, revela a importância de manter uma perspetiva histórica na hora de estudar as estruturas políticas contemporâneas; olhar ignorado pelos cientistas políticos pouco interessados em aprender da história.

A Guiné-Bissau foi colonizada por diversos grupos migratórios desde o século XIII. Muitos deles vieram, ao que parece, das terras altas do Futa Djalon, hoje parte da Guiné-Conacri, e de mais a leste. Os migrantes mais poderosos foram os Mandingas, ligados ao império do Mali, que formaram a federação de Kaabu, no nordeste da Guiné-Bissau atual.[9] As incursões dos Mandingas, por sua vez, impulsionaram a migração de muitos dos povos que agora ocupam o país. As histórias orais dos Balantas, Bijagós, Mancanhas e Papéis, todos, descrevem a chegada ao novo território vinda do leste.[10] No século XVI, a federação de Kaabu começou a crescer em seu poder. Os Mandingas eram possuidores de poder ritual através dos seus amuletos. Estes sintetizavam, no geral, a hibridização de crenças islâmicas e práticas religiosas africanas, e revelavam o poder político e religioso dos pregadores itinerantes mandingas, que faziam os talismãs. Estes amuletos foram muito difundidos no século XVII e usados pelos povos das regiões do rio Cacheu e também Rufisque e Joal, ao norte do rio Gâmbia.[11]

O poder exercido pela diáspora dos Mandingas, através dos seus comerciantes e fabricantes de amuletos, tornou o espaço político da Alta Guiné rapidamente plural. Os Mandingas dominavam o comércio itinerante da região. Escrevendo em 1606, o jesuíta Baltasar Barreira descreveu as "Aldeias separadas [dos Mandingas] em quase todos os Reinos [da região], onde vivem com muitos privilégios que os portugueses não têm. [Eles] são muito respeitados por todos e consultados em matéria de guerra e paz; negociantes de escravos, vendidos aos mouros da Barbárica e aos portugueses da região."[12] Os comerciantes mandingas viam-se como forasteiros, vivendo em comunidades separadas. Como explicou o comerciante Buckor Sano a Richard Jobson, eles sempre estavam à "procura [dos meios de vida] por fora."[13]

O papel dos comerciantes estrangeiros na Guiné-Bissau é comprovado ao longo do século XVII. Os provérbios são uma boa fonte para isso. Um aforismo mandinga bem conhecido é "os forasteiros fazem a aldeia prosperar". Enquanto isso, histórias orais registadas pelo malogrado Bakary Sidibé na região de Kaabu, em 1979, mostram que as suas famílias governantes – os Manés e Sanés – nunca foram comerciantes.

---

9 Lopes (1999); Green (2009).

10 Green (2012: 47-8).

11 Moraes (1998: 79), Saint Lo (1637: 186-7).

12 Thilmans e Moraes (1972: 29).

13 Gamble e Hair (1999: 142).

Os comerciantes eram os estrangeiros.[14] Fontes escritas do final do século XVII concordam com isso, descrevendo como a compra de escravos era realizada por comerciantes itinerantes que viajavam de aldeia em aldeia.[15] Os comerciantes, portanto, sempre foram forasteiros itinerantes, com uma função política importante na formação das sociedades que fazem parte da Guiné-Bissau. Daí a relevância em entender a relação histórica entre migração, comércio e poder político.

As atividades comerciais de longa distância geraram múltiplas interações sociais que ajudaram a estabelecer, ao longo de vários séculos, o pluralismo cultural dos povos que habitam a Guiné-Bissau.[16] Este intercâmbio ligado à migração e seu impacto nas relações entre as autoridades políticas e os comerciantes, permitiram enraizar – de maneira profunda – a "crioulização primária" de boa parte da população.[17] As histórias orais desse período deixam claro que o casamento interétnico era muito frequente naquele período. Al Hadji Ibrahima Cissé, entrevistado em Bafatá em 1977, afirmou que os povos Balanta, Djola (Felupe) e Papel casaram-se com frequência entre si durante o século XVIII. Outras pesquisas constataram que este também era um padrão comum no século XVI e antes.[18]

As estruturas políticas formadas na Guiné-Bissau durante esta época estavam organizadas por linhagem familiar e classe antes do que por etnia. A possibilidade de formar novas linhagens que atravessassem as distinções étnicas, projetadas desde fora, favoreceu o desenvolvimento do pluralismo, multilinguismo e a flexibilidade étnica das sociedades situadas na Alta Guiné. A linguística histórica, bem como outras fontes, oferece-nos bases sólidas para acreditar que no século XVII houve uma intensa renovação das linhagens familiares, com a criação de alianças entre as linhagens existentes. Em 1680, na região do rio Gâmbia, algumas palavras bainunk foram encontradas em dicionários Francês-Floup.[19] As trocas linguísticas inferidas neste processo também estão implícitas no multilinguismo generalizado na Alta Guiné do século XVII. Os povos Bainunk e Kassanké também falavam as línguas brame e mandinga. Os Brames, por sua vez, falavam muitas outras línguas, incluindo "bainuk, floup, balanta, mandinga e biafara."[20] Alguns Balantas não podiam entender-se, tão diferentes eram suas línguas, e geralmente falavam brame ou mandinga entre si.

O casamento entre as linhagens familiares era a norma, e não apenas uma possibilidade. Como Donald Wright o caracterizou, eram casamentos marcados por laços entre estratos sociais, antes que de identidade étnica. Dessa forma, com o surgimento de uma classe aristocrática, ligada ao comércio de longa distância, as elites iam se casando entre as suas linhagens familiares.[21] O comércio e as conexões com os mercantes de fora foram fundamentais para a construção de alianças e a formação do poder político. Tudo isso estava interligado às ideias de linhagem familiar, e às formas como estas expressavam laços de parentesco, ritual e pertença.

Diversas situações históricas mais recentes revelam a forte continuidade das formações sociais plurais forjadas no passado mais distante. O século XIX viu uma migração generalizada de jovens

---

14 De acordo com os informantes do clã Sané, segundo Sidibé, ver o National Centre for Arts and Culture (NCAC), The Gambia, Research and Documentation Division (RDD): 539B, fol. 72.

15 Ver a Biblioteca da Ajuda, Lisboa: Códice 54-XIII-94, fol. 2r.

16 Green (2012).

17 Trajano Filho (2003: 13-4).

18 NCAC, RDD: 466B, fols. 5-8.

19 Lespinay (2000: 201).

20 Sandoval (1627: fol. 61v).

21 Wright (1987: 297).

trabalhadores do sexo masculino, especialmente entre os Balantas, para as *pontas* (plantações) de amendoim recém-estabelecidas.[22] Nas primeiras décadas do século XX, várias famílias de Manjacos fugiram da repressão autoritária imposta pelo colonialismo português para a Gâmbia, onde estabeleceram, até hoje, uma comunidade próspera. Nas décadas recentes, houve uma migração importante de Fulas oriundos da Guiné-Conacri. Isto fez crescer a população fula na Guiné-Bissau, ao ponto de se tornar no grupo étnico mais numeroso do país. O impacto disto pode ser verificado em pesquisas demográficas. No inquérito Vozes do Povo, de 2018, os Fulas representam 25% da população, enquanto no censo demográfico de 1979 eram 22,9%. Entretanto, os Balanta, que em 1979 correspondiam a 27,2% dos guineenses, representam 20% das pessoas entrevistadas na sondagem Vozes do Povo.[23]

Em suma, o poder político na Guiné-Bissau sempre teve que lidar com o impacto de grupos migratórios. No período pré-colonial, os Mandingas estavam relacionados com os impérios de Kaabu e Mali, e percebidos como detentores de poderes espirituais, ao tempo que participavam em importantes redes comerciais. No século XIX, os movimentos migratórios impulsionaram a mão de obra para as plantações de ponta, o que levou à expansão e ao fortalecimento de certos grupos étnicos. Acrescente-se o impacto demográfico das migrações de Fulas da Guiné-Conacri em finais do século XX e início do século XXI. Isto significa que o pluralismo étnico e o movimento migratório estiveram sempre ligados ao acesso ao poder político na Guiné-Bissau.

O significado deste desdobramento histórico pode ser constatado nos dados produzidos pela iniciativa Vozes do Povo, em parceria com o Afrobarómetro. Comparado com os outros países da CEDEAO, é surpreendente ver que na Guiné-Bissau não há um grupo étnico dominante. Como já foi assinalado, o maior grupo étnico guineense são os Fulas, com 25% da população, seguido dos Balantas com 20%. Mas a média da CEDEAO é de 36% para o principal grupo étnico. Na África Ocidental, só a Libéria (Kpellé, 23%) e a Nigéria (Hausa, 24%) têm uma percentagem menor na composição do seu maior grupo étnico.[24]

A falta de uma etnia dominante pode afetar a relação entre a identidade nacional e étnica. Neste contexto, ter uma identidade étnica não está separada da identidade nacional, mas faz parte dela. A Guiné-Bissau é notável pela forma como os inquiridos se mostraram mais propensos a se identificarem de acordo com a nacionalidade do que com a etnia. Neste país, 41% dos entrevistados identificaram-se apenas por nação, contra a média da CEDEAO de 34%. Ademais, 14% identificaram-se mais por nação do que por etnia, comparado à média da CEDEAO de 9%.[25] Vivendo em um país onde não existe uma identidade cultural e étnica dominante, e num ambiente onde a pluralidade étnica sempre foi a norma, a necessidade de desenvolver uma identidade étnica rígida parece ser menos premente do que em muitos outros países.

O pluralismo étnico também se reflete em outras questões abordadas pela pesquisa Vozes do Povo. Na pergunta feita aos entrevistados se eles gostariam de ter como vizinhos pessoas de diferentes etnias, na média da CEDEAO 14% disseram que gostariam bastante e 54% disseram que gostariam muito. No entanto, na Guiné-Bissau os valores foram de 16% e 60%, respetivamente, acima da média regional. Isto sugere um impacto material da história e dinâmica social apresentada

---

22 Bowman (1987), Havik (2015).

23 Sobre o inquérito Vozes do Povo, ver Carter (2018); sobre os dados censitários de 1979, ver Mendy e Lobban Jr. (2013: 43, 192).

24 Carter (2020: Anexo C, pergunta 87).

25 Carter (2020: Anexo C, pergunta 88B).

aqui. Pois revela o desenvolvimento, entre os guineenses, de uma conceção mais fluida e dúctil das identidades étnicas, ao invés delas serem mais duras e proclives a gerar divisões.

Olhando, portanto, para a dimensão histórica da formação cultural e política da Guiné-Bissau, podemos perceber alguns padrões importantes para analisar a dinâmica atual. O pluralismo étnico e os casamentos mistos têm sido a norma histórica neste país. Isso permitiu estruturar uma geografia humana baseada num mosaico étnico, sem que haja um grupo que seja dominante no plano cultural ou político. Este pluralismo social faz com que as identidades étnicas não sejam consideradas mais importantes do que as nacionais. O forte sentido de identidade nacional deriva dos fatores históricos examinados aqui, e da guerra de libertação contra o colonialismo português, que cimentou a identidade nacional. Estes fatores respondiam tanto ao caráter unificador dessa guerra como à maneira como ela reinscreveu a importância histórica do vínculo – sagrado e social – com a terra.

Poder Religioso e Poder Político

Para compreender o poder político na Guiné-Bissau, é necessário prestar atenção à questão religiosa. Os resultados da pesquisa Vozes do Povo oferecem uma leitura curiosa sobre esse assunto. Pois, em comparação com o resto da África Ocidental, verifica-se que a religião não é uma parte tão fundamental da vida cotidiana das pessoas como é em outros países. Nesta secção examinamos esta situação e procuramos entender as suas razões históricas, de modo a interpretar as suas inferências atuais quanto à natureza do poder e da política no país.

Numa leitura preliminar, pode parecer que a Guiné-Bissau é apenas um país "típico" da África Ocidental na composição das suas identidades religiosas. A pesquisa Vozes do Povo revelou que 39% dos guineenses identificam-se como cristãos, enquanto a média da CEDEAO é de 42%. Enquanto isso, 47% se identificam como muçulmanos, quando a média da CEDEAO é de 50%. Não parece haver uma diferença aqui que seja estatisticamente significativa. Contudo, surge uma pista ao considerar que 9% dos entrevistados na Guiné-Bissau se identificam como animistas, em contraste com a média de 3% da CEDEAO. Aqui, a Guiné-Bissau perde apenas para o Togo, que tem 11%.[26] Esta secção explica porque é que isto é um fator significativo para a compreensão das abordagens distintas de religião, identidade e poder encontradas no país.

Na consulta feita sobre a importância da religião nas suas vidas, na mesma pesquisa, houve resultados interessantes. Em toda a região da CEDEAO, uma média de 84% dos entrevistados disse que a religião era "muito importante" na sua vida, e apenas 9% afirmaram que era "bastante importante". No entanto, na Guiné-Bissau apenas 48% considerou a religião muito importante na sua vida – a taxa mais baixa da região – e 39% bastante importante. Para contextualizar, o país com a segunda pontuação mais baixa foi Cabo Verde, onde 63% consideraram a religião muito importante nas suas vidas, seguido da Costa do Marfim, Mali e Togo com 84%.[27] Esta discrepância significativa sugere que deve haver uma diferença notável, no plano estrutural ou histórico, entre o país e o resto da sub-região que possa explicar esta situação. Mas o que poderia ser?

Em primeiro lugar, devemos reconhecer a importância do contexto religioso para o poder político. Em toda a sub-região, a dinâmica religiosa sempre foi um vetor importante do poder político. Durante a era pré-colonial, os governantes de diversos reinos da África Ocidental tendiam

[26] Carter (2020: Anexo C, pergunta 98A).

[27] Carter (2020: Anexo C, pergunta 98B).

a patrocinar novos santuários religiosos, ao ponto de marginalizar aqueles que acompanharam o poder dos seus predecessores. Este foi o caso do culto ao leopardo de Agassu no Daomé (hoje Benim), durante o século XVIII, que criou um centro de culto dos Dadas (ou Reis) do Daomé assim que chegaram ao poder na década de 1720, deslocando os cultos religiosos existentes como a Sakpata.[28] Também foi o caso no reino de Benim (hoje Nigéria), no século XV, quando Oba Ewuare – um dos governantes mais poderosos de toda a história do Benim – instituiu o novo santuário Ugie Erha Oba aos ancestrais reais.[29]

Mais perto da Guiné-Bissau, a ligação entre religião e política era também abundantemente clara no período pré-colonial. A ascensão dos movimentos de reforma islâmica no Futa Djalon, no século XVIII, viu a instalação de uma teocracia islâmica nas terras altas do que se tornaria a Guiné-Conacri sob os Fulani. Foi a partir dali que os exércitos fula invadiram Kaabu, pavimentando o caminho para o colapso deste império federado em 1867, centrado no nordeste da Guiné-Bissau, que perdurou mais de seis séculos. Este foi um conflito político, mas também religioso, uma vez que o poder de Kaabu estava ligado às práticas religiosas africanas. Em Kaabu, o santuário mais poderoso estava dedicado ao píton Tamba Dibi. Além disso, Kaabu recusou a aceitação do Islão, o que levou aos conflitos com o Futa Djalon que surgiram em meados do século XIX.[30]

As invasões fulani de Kaabu na década de 1860 foram parte de um realinhamento mais amplo de religião e política que varreu a África Ocidental no século XIX. O Futa Djalon fez parte de um movimento de reforma islâmica muito mais amplo, que influenciou todo o Sahel. Neste período foram estabelecidas teocracias em Sokoto (Nigéria) e Maasina (Mali).[31] Enquanto isso, os conflitos entre praticantes religiosos africanos e islâmicos, conhecidos como guerras Soninké-Marabout, levaram, a partir da década de 1840, ao colapso das aristocracias guerreiras da Senegâmbia.[32] Todavia, seria um erro pensar que a conexão entre a religião e a política na África Ocidental estava ligada apenas ao Islão. Como temos visto, a mesma dinâmica facilitou a conexão entre as religiões africanas e o poder político em muitos lugares. Ademais, como Robert Baum demonstrou, isso também foi um elemento importante no surgimento de novos santuários populares, no contexto do comércio transatlântico de escravos, nas comunidades djola da Casamance e do norte da Guiné-Bissau.[33]

No seu conjunto, a interconexão entre religião e poder oferece vários elementos para interpretar a política e o poder na Guiné-Bissau atual. Em primeiro lugar, é importante destacar que, em termos da relação entre o poder religioso e político, o Islão chegou muito mais tarde ao país, comparado a quase todos os outros países da África Ocidental. É verdade que havia itinerantes mandingas que fabricavam e vendiam amuletos muçulmanos em diversos pontos do território da Guiné-Bissau, desde o século XVI, se não antes. Também existiam comunidades de muçulmanos assentados na região de Bafatá, por volta do século XVIII.[34] No entanto, a situação do Islão como uma religião minoritária e itinerante não se pode comparar à importância que ela teve nos países vizinhos. A Guiné-Conacri, por exemplo, estabeleceu uma teocracia islâmica na década de 1720.

---

28 Parés (2016), Sweet (2011).

29 Ver o capítulo 4 de Green (2019).

30 Sobre Tamba Dibi, ver NCAC, RDD: fita transcrita 123A, p. 36.

31 Nobili (2020).

32 Quinn (1972).

33 Baum (1999).

34 Giesing e Vydrine (2007).

A recente obra de Thiago Mota mostra a difusão e influência política do Islão na Senegâmbia já no final do século XVI.[35] De igual forma como aconteceu com o cristianismo, que chegou de uma maneira mais militante em finais do século XIX, junto com o colonialismo português, para os guineenses, o Islão também estava associado a forasteiros poderosos.

Podemos integrar aqui a nossa compreensão do pluralismo étnico, analisado na secção anterior, à experiência do poder religioso na Guiné-Bissau a partir do final do século XIX. Como temos visto, as condições históricas do poder fizeram com que o país surgisse como um local de encontro de diversos povos, o que permitiu construir uma identidade étnica plural. As mesmas circunstâncias possibilitaram que o país fosse um lugar de confluência religiosa. Na expressão de Miguel de Barros e Ramón Sarró, a Guiné-Bissau constitui-se num local de encontro de três fronteiras religiosas: africana, cristã e islâmica.[36] Barros e Sarró explicam que a formação deste espaço religioso fez com que a mediação e a harmonização fossem consideradas elementos importantes da experiência religiosa no país. Essa situação histórica, segundo os autores, levou o poder religioso a ter uma posição mais discreta na vida política do Estado pós-colonial, ao ponto de facilitar o pluralismo e a tolerância religiosa no país, no início do século XXI.[37]

Em suma, na Guiné-Bissau, a condução flexível do poder religioso sempre foi necessária. Desde o século XVI, pregadores e estudiosos islâmicos circularam no país e produziram amuletos, mas fizeram-no incorporando aspetos da prática religiosa africana. A chegada bastante tardia do Islão e do Cristianismo ao país fez com que o apego a essas religiões monoteístas não significasse, no geral, o abandono total da prática religiosa africana. Tanto é assim que para comemorar a morte do bispo de Bissau, Settimio Arturo Ferrazzetta, em 1999, houve três funerais: um católico, um muçulmano e um animista.[38] Assim, é possível salientar que, no contexto histórico guineense, a identidade religiosa não surgiu como um ponto de divisão ou atrito entre as pessoas.

Os resultados da pesquisa Vozes do Povo confirmam esta hipótese. Ao ser perguntado se o entrevistado gostaria de ter como vizinhos pessoas pertencentes a uma religião diferente, nos países da CEDEAO, 48% das pessoas, na média regional, disse que "gostaria muito". A Guiné-Bissau, contudo, apresentou a maior proporção de respostas positivas em toda a região: com 63% da população dizendo que gostariam muito de viver ao lado de pessoas de uma religião diferente. No segundo lugar ficaram os togoleses, com 60% das respostas mais efusivas.[39] Isso é intrigante, pois a Guiné-Bissau e o Togo são dois países da África Ocidental com a maior proporção de pessoas que declaram seguir a religião animista.

A segmentação religiosa, portanto, não é um fator marcante nas identidades populares da Guiné-Bissau. Existem vários fatores históricos que moldaram esse panorama social e religioso. O facto de a religião não ter surgido como um ponto de divisão no país pode também explicar os resultados do inquérito quanto à importância da religião na vida dos guineenses, comparado a outros países da região. Não é que os guineenses tenham uma menor espiritualidade ou adesão às ideias religiosas, mas sim porque o componente religioso da identidade não é um marcador tão forte de diferença como é, por exemplo, na Nigéria.

---

35 Mota (2018).

36 Barros e Sarró (2016: 101).

37 Barros e Sarró (2016: 104).

38 Barros e Sarró (2016: 104).

39 Carter (2020: Anexo C, pergunta 89A-A).

Mas, então, o que pode substituir a religião no imaginário popular e sua relação com o poder na Guiné-Bissau? A resposta a uma das perguntas da sondagem Vozes do Povo oferece uma pista sugestiva. Ao responder à pergunta sobre sua identidade partidária, 46% dos habitantes da CEDEAO manifestaram ter uma preferência partidária, enquanto 54% manifestaram não ter uma identidade partidária ou optaram por não brindar informações sobre o assunto. Porém, na Guiné-Bissau, 68% dos entrevistados identificaram-se com um partido específico, perdendo apenas para Serra Leoa, onde esta proporção chega ao 70% da população. Entre guineenses com afinidades partidárias, quase dois terços (62%) identificou-se com o PAIGC – ou seja, 42% da população nacional.[40]

Há uma extensa literatura que destaca o impacto fulcral do PAIGC na guerra de independência e na subsequente história política do Estado pós-colonial. A hipótese que gostaria de avançar a partir dos resultados da sondagem de opinião pública, é que o papel vital do PAIGC na guerra de independência do país ainda oferece a muitos cidadãos uma identificação forte, associado a um senso coletivo de propósito. Por outras palavras, uma série de atributos encontrados com frequência no âmbito da religião organizada. O desejo de Amílcar Cabral de construir o país de baixo para cima, através da organização de base, seguida de uma longa e afinal vitoriosa guerra de independência, parece ter dado frutos. Aqui é interessante cotejar os dados de novo com os da Serra Leoa, onde o Partido do Povo da Serra Leoa (*Sierra Leone People's Party*, SLPP) foi o partido com a maior identificação positiva em toda a África Ocidental, com 43% de apoio a nível nacional – apenas um ponto acima do PAIGC. O papel do SLPP na pacificação do país, após a destrutiva guerra civil dos anos 1990, permite esclarecer a importância das identidades políticas na Serra Leoa e Guiné-Bissau. Em ambos os países, as afinidades partidárias surgem da justaposição da guerra e da liberdade após uma luta terrível, e da função que ambos os partidos tiveram em encerrar essas guerras.

Na Guiné-Bissau, a experiência popular do poder religioso e político criou uma dinâmica singular na África Ocidental. De um lado, os padrões históricos de migração e colonização geraram uma identidade étnica plural na região, favorecida por um contexto social onde as relações interétnicas, incluindo os casamentos, são comuns, e as pessoas de fora são, no geral, bem-vindas. A isto se soma a história religiosa do país, que tem operado como uma fronteira e ponto de encontro de três tradições religiosas: africana, cristã e islâmica. A Guiné-Bissau também é um território onde religiões externas – o Islão e o Cristianismo – não se aliaram ao poder político até um período bastante tardio. Finalmente, a importância da guerra de independência criou no PAIGC um veículo para uma identidade nacional que tempera, de certa forma, o uso das filiações religiosas na criação de barreiras à coexistência social. Esta identificação nacional tem reanimado, até certo ponto, a relação sacral entre governantes, as pessoas, e a terra.

Conclusão: Identidade Popular e Poder Político na Guiné-Bissau

Como vimos neste capítulo, os resultados do inquérito Vozes do Povo revelam alguns aspetos marcantes da identidade da Guiné-Bissau. Esses aspetos não podem ser compreendidos apenas pelas lentes das relações contemporâneas. Ao invés disso, tentámos mostrar que os marcos históricos são essenciais para descodificar os resultados do estudo que inclui comparações com outros países da CEDEAO, produzidas com dados do Afrobarómetro.

[40] Carter (2020: Anexo C, pergunta 90B).

Uma observação que emerge com muita clareza é a importância do pluralismo social na construção das identidades étnicas e religiosas da Guiné-Bissau. Chama a atenção também perceber que esse pluralismo esteja vinculado a uma tolerância não liberal, onde se partilha com prazer a convivência interétnica e religiosa. Na ciência política ocidental, esta prática é postulada, muitas vezes, como um produto das sociedades modernas e seus valores liberais. No entanto, na Guiné-Bissau, tais valores têm pouco a ver com o liberalismo, um pensamento político que, na sua expressão mais crua e hipócrita, serviu para justificar a expansão de um imperialismo explorador e violento ao longo de África, sobretudo no século XIX e início do século XX. A tolerância social na Guiné-Bissau deriva, no essencial, das condições históricas do país, que o tornaram um ponto de encontro de diferentes povos e religiões.

O aparente paradoxo da Guiné-Bissau para a ciência política ocidental é apresentado aqui sob uma luz distinta. Nos grandes *think tanks* e centros de pesquisa sobre a formação do Estado, os marcos institucionais para consolidação da paz, o desenvolvimento económico e a resolução dos "conflitos étnicos", o consenso analítico prevalecente não teria capacidade para explicar a condição pacífica da sociedade guineense no meio de uma crise e instabilidade política crónica. O problema deste consenso analítico é que ele é a-histórico, e sustentado por ideias que nascem da história ocidental. Abordar a questão do ponto de vista da experiência do poder popular na Guiné-Bissau oferece-nos um conjunto de apreciações distintas. Deste ponto de vista, a pesquisa Vozes do Povo tem ajudado a confirmar a existência de padrões de longa data em favor do pluralismo social e religioso. Nesta história, a capacidade das autoridades públicas de impor relações de poder sempre foi desafiada pelo povo guineense – pela força das suas crenças e dinâmica social.

Referências

Barros, Miguel de e Ramón Sarró (2016). "History, mixture, modernity: religious pluralism in Guinea-Bissau today," *Guinea-Bissau*: *Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 105-23.

Baum, Robert (1999). *Shrines of the Slave Trade: Diola Religion and Society in Precolonial Senegambia*. New York e Oxford: Oxford University Press.

Bowman, Joye L. (1987). "'Legitimate Commerce' and Peanut Production in Portuguese Guinea, 1840s-1880s," *Journal of African History*, 28:1, pp. 87-106.

Carreira, António (1947). *Mandingas da Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 4.

Carreira, António (1961). "Organização social e económica dos povos da Guiné Portuguesa," *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 16:64, pp. 641-736.

Carter, Miguel (2020). *Vozes do Povo: Relatório da pesquisa comparativa. A opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos*. Bissau: DEMOS.

Carter (2018). *Vozes do Povo: A primeira pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Chabal, Patrick e Toby Green, coordenadores (2016). *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*. London: C. Hurst & Co.

Embaló, Birgit (2012). "Civil-Military Relations and Political Order in Guinea-Bissau," *Journal of Modern African Studies*, 50:2, pp. 253-81.

Gamble, David P. e Paul Edward Hedley Hair, coordenadores (1999): *The Discovery of the River Gambra (1623) by Richard Jobson*. London: The Hakluyt Society.

Giesing, Cornelia e Valentin Vydrine, coordenadores (2007). *Ta:rikh Mandinka de Bijini (Guinée-Bissau)*. Leiden: Brill.

Green, Toby (2019). *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Chicago: University of Chicago Press.

Green, Toby (2016). "Dimensions of Historical Ethnicity in the Guinea-Bissau Region," *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 19-36.

Green, Toby (2012). *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western African, 1300-1589*. Cambridge: Cambridge University Press.

Green, Toby (2009). "Architects of Knowledge, Builders of Power: Constructing the Kaabu 'empire', 16th-17th centuries," *Journal of Mande Studies*, 11, pp. 91-112.

Hair, Paul Edward Hedley (1967). "Ethnolinguistic Continuity on the Guinea Coast," *Journal of African History*, 8:2, pp. 247-68.

Handem, Diana Lima (1986). *Nature et Fonctionnement du Pouvoir Chez les Balanta Brassa*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Havik, Philip J. (2015). "Gender Land, and Trade: Women's Agency and Colonial Change in Portuguese Guinea (West Africa)," *African Economic History*, 43, pp. 162-95.

Kohl, Christoph (2018). *A Creole Nation: National Integration in Guinea-Bissau*. New York: Berghahn Books.

Kohl, Christoph (2016). "Ethnicity and the Political System Post-1998," *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 161-84.

Lespinay, Charles de (2000). "Un lexique Bagnon-Floupe de la fin du XVIIe siècle: Apport à l'histoire du peuplement de la Casamance," *Migrations Anciennes et Peuplement Actuel des Côtes Guinéennes*, organizado por Gérard Gaillard. Paris: Éditions L'Harmattan, pp.193-213.

Lopes, Carlos (1999). *Kaabunké: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-Coloniais*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Lundy, Brandon D., Mark Patterson e Alex O'Neill (2017). "Drivers and Deterrents of Entrepreneurial Enterprise in the Risk-Prone Global South," *Economic Anthropology* 4:1, pp. 65-81.

Mendy, Peter Karibe e Richard A. Lobban Jr. (2013). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 4a edição. Laham / Toronto / Plymouth, UK: The Scarecrow Press.

Moraes, Nize Izabel de (1998). *À la Découverte de la Petite Côte au XVIIe Siècle: Sénégal et Gambie, Vol. III*. Dakar: Université Cheikh Anta Diop / IFAN.

Mota, Thiago Henrique (2018). *História Atlântica da islamização na África Ocidental: Senegâmbia, séculos XVI e XVII.* Tese de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais.

Nobili, Mauro (2020). *Sultan, Caliph, and the Renewer of the Faith: Ahmad Lobbo, the Tārīkh al-fattāsh and the Making of an Islamic State in West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

Parés, Luís Nicolau (2016). *O Rei, o pai e a morte: A religião vodum na antiga costa dos escravos na África Ocidental*. São Paulo: Editora Schwartz / Companhia das Letras.

Quinn, Charlotte (1972). *Mandingo Kingdoms of the Senegambia: Traditionalism, Islam, and European Expansion*. London: Longman.

Saint-Lô, Alexis de (1637). *Relation du Voyage du Cap-Verd*. Paris: François Targa.

Sandoval, Alonso de (1627). *Naturaleza, policia sagrada i profana, costumbres i ritos, disciplina i catechismo evangelico de todos Etiopes*. Sevilla: Francisco de Lira Impressor.

Sweet, James H. (2011). *Domingos Alvares, African Healing and the Intellectual History of the Atlantic World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Thilmans, Guy e Nize Izabel de Moraes, coordenadores (1972). "La Description de la Côte de Guinée du Père Balthasar Barreira (1606)," *Bulletin de l'I.F.A.N.,* 34: series B/1, pp.1-50.

Trajano Filho, Wilson (2003). "Uma Experiência Singular de Crioulização," *Série Antropológica*, 343. Brasília: Universidade de Brasília.

Wright, Donald R. (1987). "The Epic of Kelefa Saane as a Guide to the Nature of Precolonial Senegambian Society – and Vice Versa," *History in Africa*, 14, pp. 287-309.

8

Condições de Vida, Território e Convivência Social

Miguel Carter, Carlos Cardoso e Nafiou Inoussa

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres, menos desenvolvidos e mais desiguais do mundo. Estas caraterísticas derivam do seu passado colonial, do impacto da longa guerra de libertação nacional, e, após a independência, da instabilidade política, má governação, e dos erros na condução económica. Ao longo de todo este tempo, a Guiné-Bissau manteve um modelo de desenvolvimento extrativo, voltado para a exportação de produtos primários, sobretudo agrícolas. A sociedade guineense contemporânea é fruto deste e outros processos históricos, ressaltados no capítulo anterior de Toby Green.

Este texto visa aprofundar a compreensão da sociedade guineense a partir de três eixos: as condições de vida da população, a dinâmica territorial e a capacidade de convivência social. Utilizamos os dados da pesquisa Vozes do Povo para produzir informações inéditas sobre o país, com base no Relatório de Mineração e Análise de Dados, preparado por Miguel Carter, com apoio de Nafiou Inoussa. Antes, oferecemos uma revisão contextual do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

A análise principal salienta três argumentos relacionados com a economia política e seu impacto no desenvolvimento social e territorial do país. Nas atuais circunstâncias, as condições de vida do povo guineense e as possibilidades de alcançar o bem-estar material estão associadas ao acesso à educação, ao emprego mais qualificado, e às remessas do exterior. No âmbito territorial, a independência de Portugal consolidou o processo de concentração do poder, da riqueza e dos recursos educativos em Bissau, em detrimento do interior do país.

A convivência social na Guiné-Bissau é fruto de uma longa e rica tradição camponesa, em processo de mudança com a crescente urbanização do país, focada na capital. Esta transformação teve um grande impacto na configuração do campo religioso, engendrando ao mesmo tempo traços de uma sociabilidade diferenciada. Comparada com o meio rural, a convivência social em Bissau é mais apreensiva, porém mais propensa a adotar um etos igualitário e aberto aos valores modernos. A pobreza económica da nação e a frustração generalizada com seu rumo explicam a alta disposição entre os guineenses de emigrar para outro país.

Para compreender este quadro é necessário situá-lo no contexto histórico e económico. A economia política baseada na extração de produtos primários, sob um Estado marcado por práticas patrimoniais e clientelistas, acentuou a concentração da riqueza na capital do país. Isto responde à demanda política e necessidade de sustentar a máquina do Estado, seus dirigentes e funcionários. Este modelo de desenvolvimento, baseado em elementos da "acumulação primitiva" do capital, nos termos de Karl Marx, tem marginalizado a população camponesa, responsável pela geração da maior parte deste património.[1]

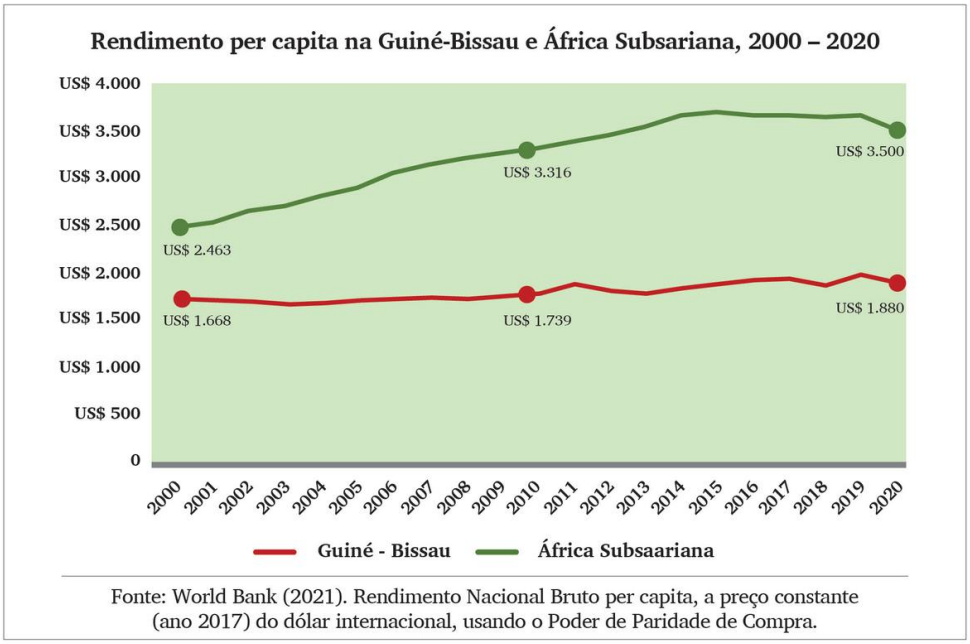
[1] Karl Marx (1977). David Harvey (2003) atualiza o conceito de Marx no seu estudo sobre a "acumulação por espoliação", e o aplica à era contemporânea, sob forte influência das políticas económicas neoliberais.

Contexto

A pobreza económica da Guiné-Bissau e da sua população é de longa data, e constatada em diversas medições internacionais. Em 2019, o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD classificou-a na 175ª posição entre 189 países e territórios, no mesmo nível que o Congo (RDC) e a Libéria. Este índice combina três variáveis: a longevidade da população, o acesso à educação e o rendimento per capita. A tendência na última década foi de uma leve melhoria na situação do país, com um aumento de 10% do valor deste índice.

O Índice de Progresso Social, criado por professores da Harvard University, e baseado em 53 indicadores sociais e ambientais, situa a Guiné-Bissau na 158ª posição entre 168 países, ao lado de Haiti e Guiné-Conacri. Neste índice, a pior pontuação da Guiné-Bissau deve-se à dificuldade de amplo acesso à água potável e ao saneamento básico, aos serviços de saúde, à internet, e ao estudo universitário.[2]

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita, medido em valores constantes, usando o Poder de Paridade de Compra (PPC), mostra que o rendimento médio guineense ficou estagnado ao longo das últimas duas décadas. Em 2000, o rendimento per capita dos guineenses era 32% menor ao rendimento médio da África subsariana. Mas em 2020 passou a ser 46% menor. Isto revela um empobrecimento relativo do povo guineense comparado com o resto da região. Em 2018, segundo o Banco Mundial, quase metade da população (48%) vivia em situação de pobreza.[3]



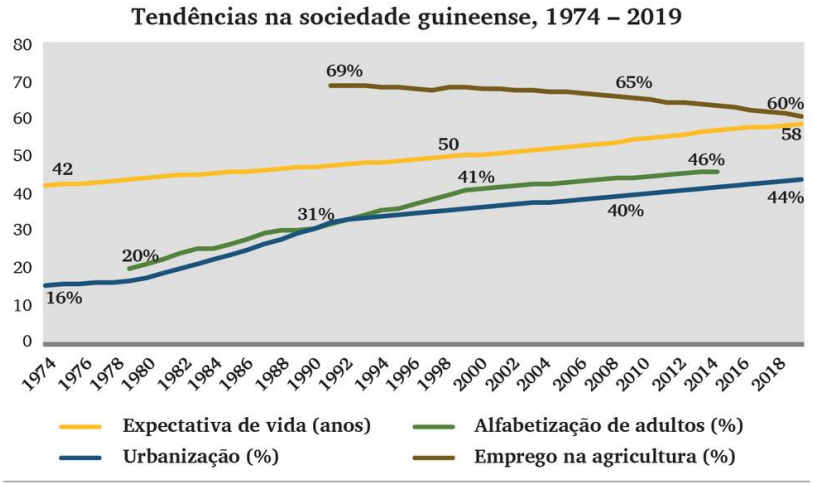
Fonte: World Bank (2021). Rendimento Nacional Bruto per capita, a preço constante (ano 2017) do dólar internacional, usando o Poder de Paridade de Compra.

Em outras dimensões da vida social houve mudanças expressivas, como se pode observar no gráfico seguinte. Entre 1974 e 2019, a expectativa de vida na Guiné-Bissau subiu 16 anos, até alcançar 58,3 anos. Apesar do progresso, o país ficou na 182ª posição entre 189 nações, no oitavo lugar entre os países com menor expectativa de vida do mundo. De 1980 a 2014, houve uma diminuição importante na taxa de analfabetismo, que passou de 80% para 54% da população

2 Social Progress Impact (2021).

3 World Bank (2020).

adulta.[4] No entanto, em 2019, a escolaridade média no país alcançou apenas 3,6 anos, com o qual a Guiné-Bissau ficou situada na 11ª posição entre os países com menor oportunidade de estudo formal, no mesmo patamar de Moçambique e da Serra Leoa.[5]



Fonte: World Bank (2021). **Expectativa de vida**: anos de vida. **Alfabetização de adultos:** Percentagem sobre o total da população com 15 anos ou mais; valores disponíveis só para 1979, 2000 e 2014, os outros valores foram simulados para visualizar a evolução. **Emprego na agricultura:** Percentagem estimada pela Organização Internacional do Trabalho, OIT.

Como em outros países da sub-região, a Guiné-Bissau tem experimentado um acelerado processo de urbanização. Em 1960, 86% da população era rural. Após conquistar a independência nacional, em 1974, 84% do povo residia no campo. Mas a partir da década de 1980 houve um aumento importante da população urbana, que chegou, em 2019, a 44% do total nacional. O eixo central do crescimento urbano se deu em Bissau. De uma cidade de 109.000 habitantes, em 1979, Bissau passou a ter quase 520.000 habitantes, em 2018.[6] Em 40 anos, a capital do país teve um incremento demográfico notável: de 377%.

Ainda assim, a história da sociedade guineense é fundamentalmente a história de um povo camponês. Segundo a OIT, nos inícios da terceira década do século XXI, 60% da mão de obra neste país ainda está envolvida no trabalho agrícola. Na África Ocidental, só Níger, Mali e Guiné-Conacri têm, em termos proporcionais, uma população camponesa maior.[7]

Com a consolidação da colónia portuguesa, nos inícios do século XX, grande parte da produção agrícola esteve voltada para a exportação, na lógica de sustentar o Estado colonial e atender aos interesses da metrópole. Até à década de 1980, as principais exportações agrícolas eram o amendoim, os produtos da palmeira e o algodão. Mas foram substituídos logo pela rápida propagação do cultivo da castanha de caju, realizada por famílias camponesas. Tudo isto veio a cimentar uma política de desenvolvimento orientada desde os tempos coloniais para a produção primária, voltada para a

[4] World Bank (2021). A taxa de analfabetismo reflete a inversão dos valores do indicador para a alfabetização de adultos.

[5] UNDP (2020).

[6] As cifras sobre a população de Bissau em 1979 são do recenseamento nacional, ver Galli e Jones (1987: Basic Data), e as estimativas do ano 2018 são de ONU Habitat (2019: 13).

[7] World Bank (2021).

exportação. Além da castanha de caju, nas últimas décadas, esta política privilegiou a concessão de licenças de pesca e do corte de madeira, exportada sem valor acrescentado.

A campanha em favor da plantação de cajueiros foi fomentada pelo Programa de Ajustamento Estrutural, receitado pelo Banco Mundial e o FMI. Na década de 2010, os cajueiros chegaram a ocupar metade das terras agrícolas, enquanto as suas nozes passaram a constituir 90% das exportações do país, e representar 10% do PIB nacional.[8] Entre 2014 e 2018, a Guiné-Bissau foi o quarto exportador mundial de castanha de caju.[9]

No entanto, a Guiné-Bissau tem importado anualmente 45% dos cereais consumidos pela população, principalmente o arroz, base da dieta alimentar dos guineenses.[10] Esta vulnerabilidade explica a persistência da fome e carência alimentar num segmento expressivo da população. Segundo a pesquisa Vozes do Povo, um quarto da população (24%) manifestou ter muita dificuldade em obter alimentação suficiente para a família.[11]

Além de favorecer a monocultura de exportação, desde o tempo colonial, a economia guineense exibe uma alta informalidade e forte dependência dos recursos financeiros externos. A informalidade nas relações comerciais, financeiras, laborais e na gestão da terra, é de longa data e vinculada a práticas tradicionais, como as feiras populares, os mercadores itinerantes (*djilas*), as associações de ajuda mútua (*mandjuandadi*), e as normas consuetudinárias dos diversos grupos étnicos. Vista a arbitrariedade e porosidade das fronteiras, uma parte substancial do comércio entre a Guiné-Bissau e os países vizinhos continua a ser realizada através de contrabando.[12] A informalidade também inclui práticas ligadas ao narcotráfico. No âmbito laboral, a maior parte dos contratos de trabalho neste país são informais. Não há dados oficiais sobre a informalidade laboral. Mas o inquérito Vozes do Povo revelou que 83% das pessoas economicamente ativas trabalham por conta própria.

A alta dependência em recursos financeiros externos deve-se à exiguidade da economia guineense, limitada poupança nacional, e à pouca capacidade impositiva do Estado. À falta de recursos próprios, sucessivos governos da Guiné-Bissau tiveram que recorrer à cooperação internacional para sustentar as arcas públicas e financiar diversos projetos de desenvolvimento. Por sua vez, parte da população teve que se valer das remessas do exterior para suprir as necessidades familiares. Tudo isto acontece num contexto de baixo investimento do capital estrangeiro, fruto do receio provocado pela imagem de um país com alta instabilidade e corrupção política. O seguinte quadro revela as principais tendências relacionadas com o influxo de recursos externos na Guiné-Bissau, desde 1974.[13]

---

8 Havik (2016: 59), Havik et al. (2018: 11).

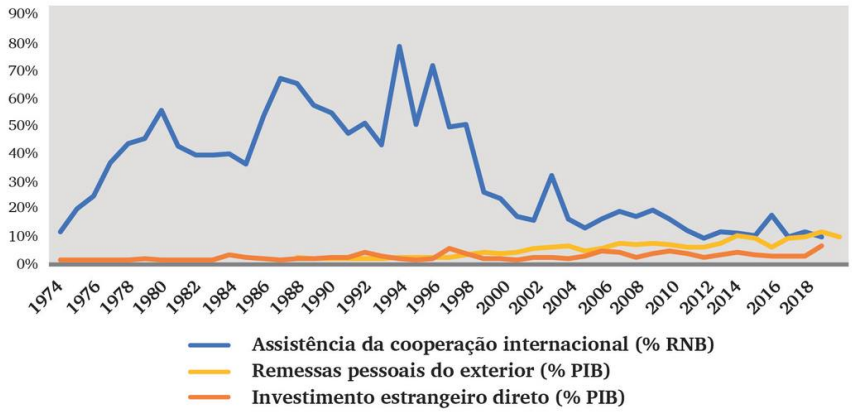
9 UNCTAD (2021: 23).

10 FAO (2021).

11 No meio rural, esta carência alimentar atingiu 29% da população em 2018.

12 Sobre a informalidade económica e assiduidade do contrabando, ver Forrest (1992, 2003).

13 As taxas de investimento estrangeiro foram estimadas em 0% para os anos 1974, 1976, 1978, 1980 e 1981, devido à falta de dados. As estatísticas para as remessas pessoais do exterior estão disponíveis só a partir de 1990.



Fonte: World Bank (2021). As percentagens da assistência da cooperação internacional são sobre o Rendimento Bruto Nacional (RNB) e as percentagens das remessas pessoais do exterior e o investimento estrangeiro direto (influxo líquido) são sobre o Produto Interno Bruto (PIB).

A pobreza e o subdesenvolvimento são fruto de uma construção histórica, pautada, no início, pela experiência colonial, período no qual a Guiné-Bissau foi considerada uma colónia atrasada do império português. À diferença de Angola e Moçambique, que foram colónias de povoamento, a Guiné-Bissau foi submetida a um regime voltado para a exploração rudimentar das riquezas que ela podia fornecer. Isto reforçou a sua economia agrícola, restringiu a implantação de agroindústrias, e limitou severamente o investimento na educação do povo, na saúde pública, na infraestrutura e na capacidade administrativa do Estado. A relutância de Portugal em ceder a independência às suas colónias provocou uma dura guerra de libertação nacional liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Além de suscitar a migração de mais de 300.000 guineenses entre 1963 e 1974, o conflito teve um impacto pernicioso no desenvolvimento económico da nação.

As decisões económicas adotadas após a independência reforçaram em vários aspetos o modelo de desenvolvimento praticado pelo regime colonial. Isto se deu no funcionamento do Estado, no controlo restritivo do comércio, e na expropriação do rendimento agrícola produzido pelas famílias camponesas.[14] A implementação do Programa de Ajustamento Estrutural na década de 1980 liberalizou diversos aspetos da economia, mas ampliou as desigualdades sociais. Acrescenta-se a este contexto, a instabilidade crónica da política guineense, examinada no capítulo 10 de Miguel Carter, neste livro. Em particular, a guerra civil de 1998-1999, e seus desdobramentos até 2014, impediram a implementação de uma política económica consequente.[15] A instabilidade também provocou uma forte retração da cooperação internacional. Durante este período, o país experimentou um retrocesso na provisão de vários serviços públicos e o agravamento da corrupção e do narcotráfico.

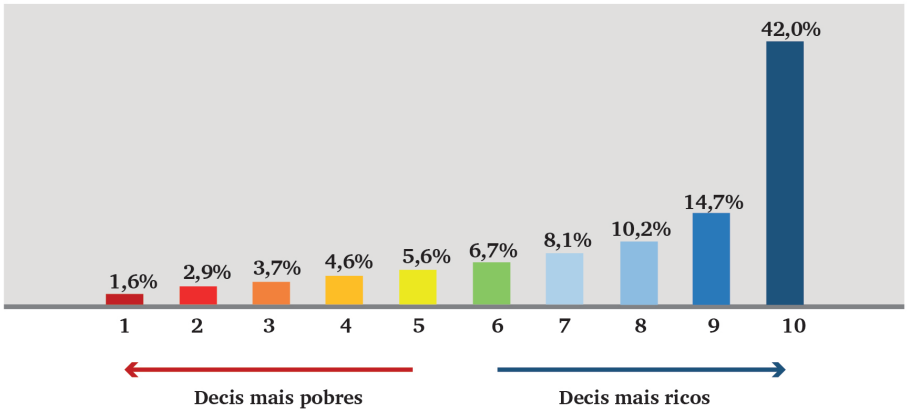
A má governação e o modelo de desenvolvimento extrativista, orientado para a exportação primária, facilitaram a concentração da riqueza nacional em poucas mãos. Um estudo publicado pelo Banco Mundial apontou que cerca de um quarto do rendimento obtido pela exportação da castanha de caju fica com os produtores camponeses. O resto é absorvido pelos comerciantes

14 Ver Lopes (1982), Galli e Jones (1987), Forrest (2003), Havik (2016).

15 Sangreman (2019).

nacionais e estrangeiros.[16] Esta dinâmica económica e política criou condições para a formação de uma das sociedades mais desiguais do planeta. Segundo o último cálculo feito da distribuição de rendimento na Guiné-Bissau, em 2010, o quintil mais rico possui 56,7% do rendimento nacional, enquanto o quintil mais pobre detém apenas 4,5% desta riqueza. Na medição da desigualdade feita pelo coeficiente Gini, a nação guineense tem uma pontuação de 50,7 (sobre 100). Isto coloca-a na 14ª posição entre os países mais injustos do mundo.[17]

Distribuição da riqueza na Guiné-Bissau, 2010



Fonte: United Nations University – WIDER (2021).

Consultado pela sondagem Vozes do Povo sobre a distribuição da riqueza no seu país, 81% dos guineenses afirmaram que ela era injusta – e mais de metade da população (51%) disse que era muito injusta.

Este, então, é o contexto de desenvolvimento no qual podemos avaliar as condições de vida, a dinâmica territorial e a convivência social na Guiné-Bissau.

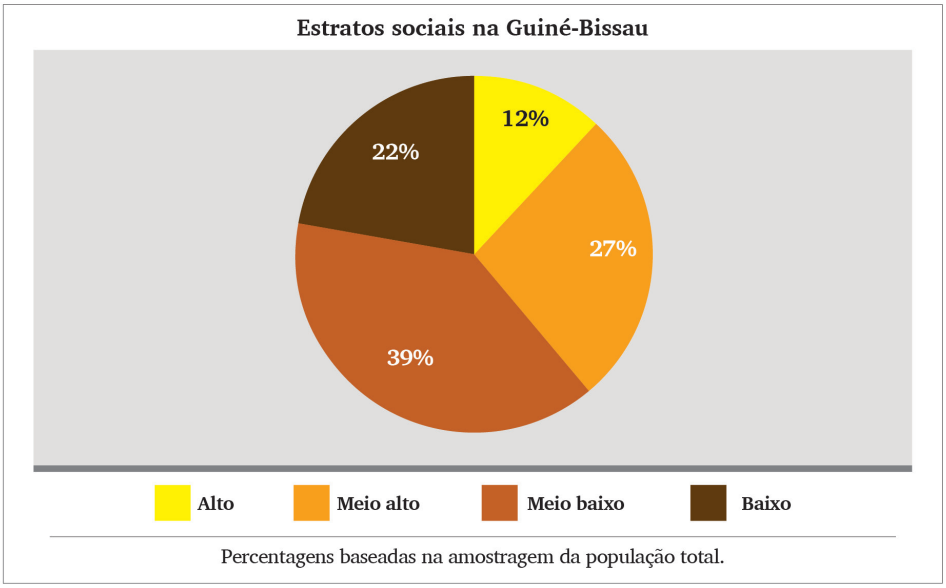
Condições de Vida

As condições de vida afetam as oportunidades, perceções e orientações das pessoas. Elas configuram as relações na sociedade e enquadram o seu potencial de desenvolvimento. Os dados da pesquisa Vozes do Povo indicam que as possibilidades de alcançar o bem estar material na Guiné-Bissau estão associadas ao acesso à educação, ao emprego qualificado, e às remessas do exterior. O trabalho qualificado decorre, em geral, da formação profissional. A ajuda financeira do exterior, de parentes e amigos, melhora as possibilidades de estudo e contribui para a prosperidade das famílias beneficiárias.

Para compreender melhor a estrutura da sociedade guineense, criou-se um índice de estratos sociais, baseado nas condições materiais de subsistência da população e suas possibilidades de acesso à informação. O índice utiliza critérios sociológicos – relacionados com a situação de vida – antes que os económicos, que tendem a privilegiar o rendimento monetário. Sendo assim, no sentido mais elementar, os estratos sociais refletem a combinação de quatro fatores: o poder aquisitivo, a estrutura da residência, o uso de meios modernos de comunicação e a satisfação das necessidades básicas. Cada um destes fatores é o resultado da soma de múltiplas variáveis, como veremos mais adiante. Com base neste índice, é possível diferenciar quatro estratos sociais na Guiné-Bissau.

16 Barry, Creppy e Wodon (2007: 80).

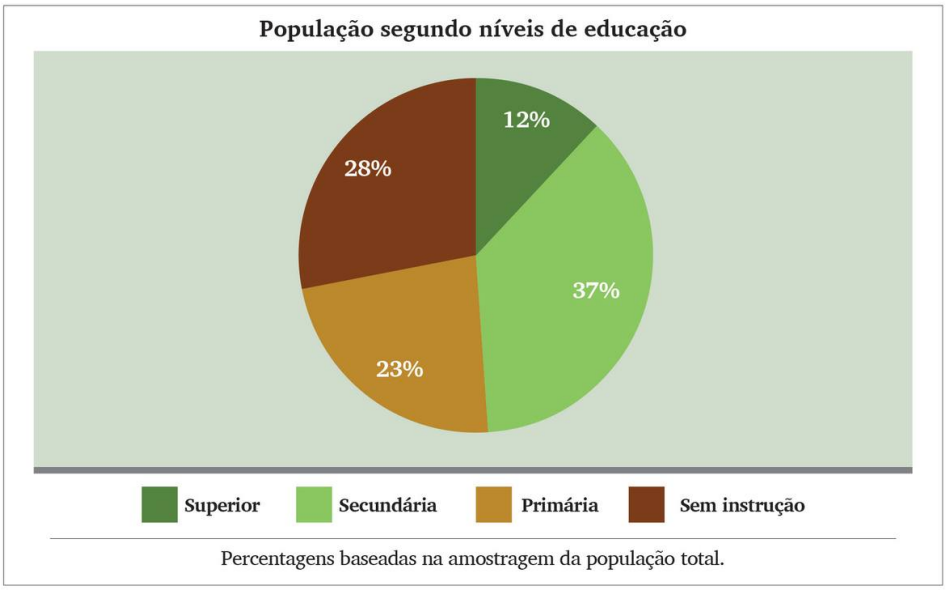
17 O ranking global do coeficiente Gini é de World Population Review (2021).



O inquérito realizado também incluiu perguntas sobre o nível de estudo das pessoas. A educação formal, como se sabe, permite adquirir novos conhecimentos e elevar o estatuto social da pessoa. Ela viabiliza oportunidades de trabalho e a mobilidade social. Os resultados da sondagem permitem classificar a população guineense segundo o nível mais alto de instrução que completou:

- *Sem instrução formal*, ou apenas escola corânica
- *Escola primária*, incompleta ou completa
- *Escola secundária*, incompleta ou completa
- *Estudo superior*, incluindo estudos universitários e de qualificação profissional pós-secundário – incompleto ou completo.

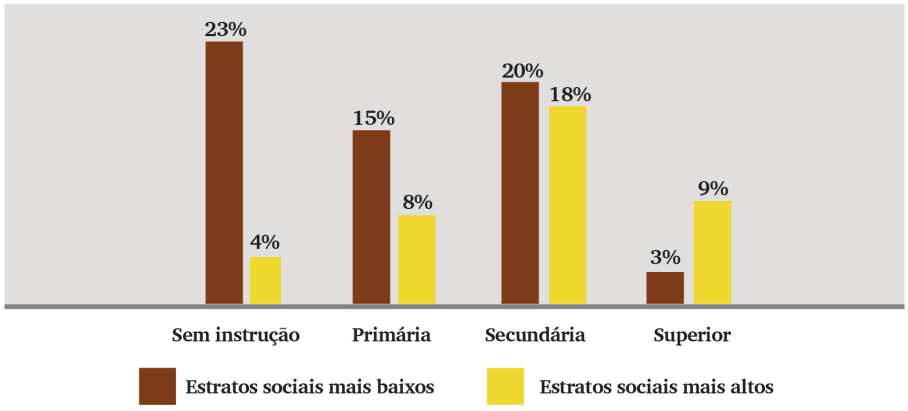
Em 2018 a distribuição da população guineense segundo o seu nível de instrução era a seguinte:



Os resultados do inquérito mostram que quase metade do povo (49%) fez algum estudo além da instrução primária. Desse conjunto, 22% têm o secundário incompleto, 15% o secundário completo e 12% algum estudo superior. Entre as pessoas sem instrução formal, 21% nunca foi à escola e 7% apenas teve uma instrução informal através da escola corânica. No total, 38% dos guineenses ficaram sem a oportunidade de ter uma instrução formal ou concluir a escola primária.

A relação entre os estratos sociais e níveis de educação é bastante forte, como pode ser observada no cruzamento de dados apresentados nos gráficos seguintes.

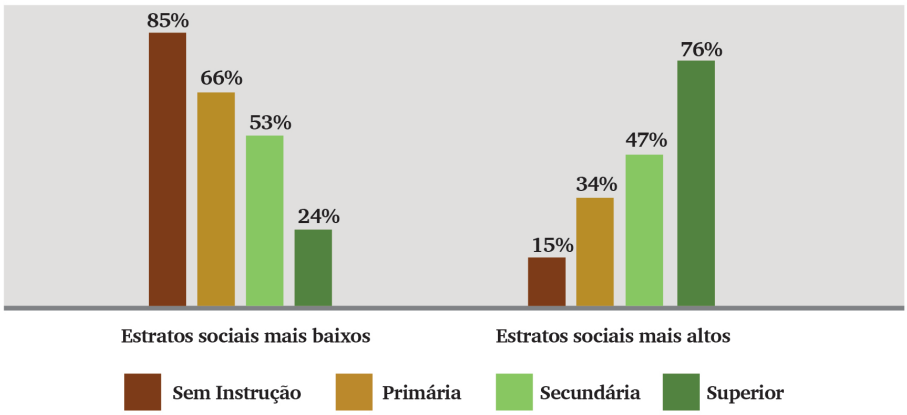
Níveis de educação por estratos sociais



Estratos sociais mais baixos: Baixo + meio baixo. Estratos sociais mais altos: Alto + meio alto.
Percentagens sobre o total da população.

Mais de um quarto (27%) da população teve uma educação pós-primária e pertence aos dois estratos sociais mais altos. Por outro lado, dois de cada cinco guineenses (39%) tiveram pouca ou nenhuma educação formal, e integram os dois estratos sociais mais baixos. No estrato mais pobre da população, mais de metade das pessoas (54%) não tiveram instrução formal alguma. A relação entre a educação e a condição de vida das pessoas é ainda mais explícita no próximo quadro.

Relação entre níveis de educação e estratos sociais



Percentagem sobre o total de cada nível educativo.

Entre os guineenses, três quartos da população com estudo superior e quase metade (47%) daqueles com algum estudo secundário fazem parte dos estratos sociais mais altos. Por outro lado, 85% das pessoas sem instrução e dois terços (66%) daqueles que apenas fizeram algum estudo primário integram os estratos mais pobres. Tudo isto demonstra que o acesso à educação incide de maneira expressiva nas condições de vida das pessoas. Isto pode ser examinado com mais detalhe ao comparar a relação entre o nível de escolaridade e os quatro componentes que integram o índice de estratos sociais: poder aquisitivo, estrutura da residência, o uso de meios modernos de comunicação, e a satisfação de necessidades básicas.

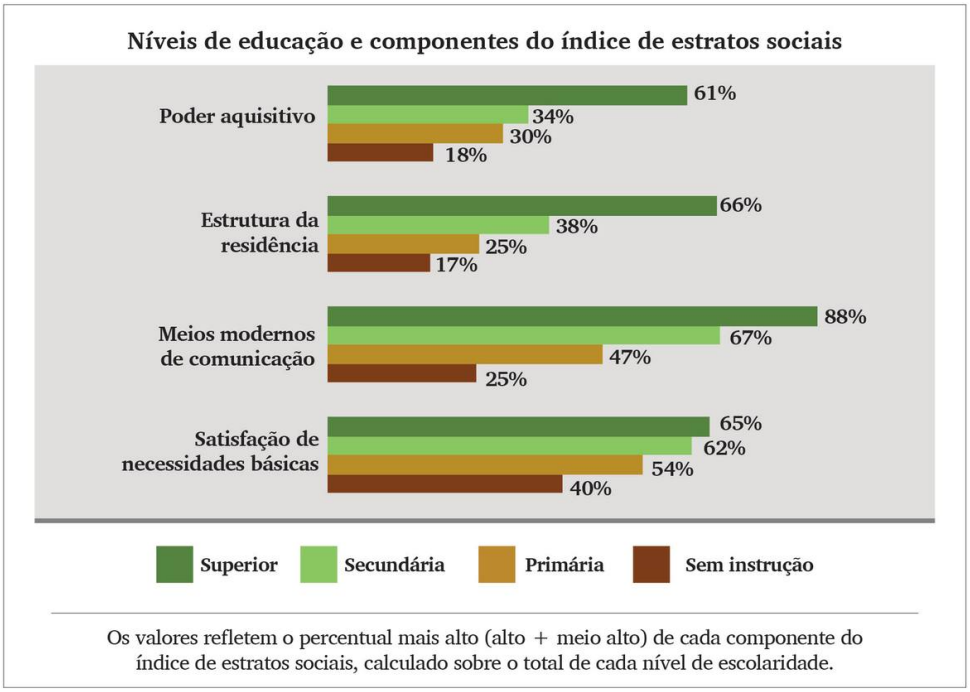
O **poder aquisitivo** mede a capacidade de compra e o consumo de determinados bens materiais como o rádio, o telemóvel, o automóvel ou a mota, a televisão e o frigorífico. Na Guiné-Bissau, um terço da população (32%) tem um poder aquisitivo mais alto e dois terços (68%) uma capacidade de compra mais baixa. Quatro de cada cinco pessoas com menor poder de compra têm grandes dificuldades em obter bens duráveis.

A **estrutura da residência** avalia as condições de habitação e os serviços básicos disponíveis, como a fonte da água utilizada na residência, a casa de banho ou latrina, o acesso à rede elétrica, o uso de painel solar e gerador. Na Guiné-Bissau, dois terços das residências têm uma condição mais precária: 62% das pessoas têm a principal fonte de água – e 37% o serviço sanitário – fora do quintal da casa. Além disso, 60% da população diz não ter acesso à energia da rede elétrica. Apenas 7% da população dispõe de água dentro da casa e só 13% têm uma casa de banho no interior da vivenda.

Os **meios modernos de comunicação** permitem considerar a frequência do uso do telemóvel, da internet, da rádio e da televisão. Mais de metade dos guineenses (53%) têm um acesso relativamente alto a estes instrumentos de comunicação. Em particular, 86% utilizam o telemóvel todos os dias, 58% escutam a rádio e 26% assistem à televisão com a mesma frequência. No entanto, mais de dois terços da população (69%) nunca utilizaram a internet e só 13% fazem uso dela todos os dias.

A **satisfação de necessidades básicas** estima o grau de dificuldade ou facilidade em atender às exigências vitais da família quanto à provisão de alimentos, água potável, medicamentos ou assistência médica, e combustível para cozinhar. Perto de metade da população da Guiné-Bissau (46%) tem grande dificuldade em suprir as suas necessidades básicas. Quase dois de cada cinco pessoas (38%) têm problemas para se alimentar bem. Pouco menos de dois de cada três guineenses (62%) tem impedimentos para obter água potável, ou dificuldade para receber cuidados médicos.

Todos esses componentes do índice de estratos sociais tem uma relação expressiva com os níveis de educação, como pode-se observar no gráfico a seguir.



A relação entre educação e os componentes do índice de estratos sociais é nítida: a maior nível de estudo, melhor as condições de vida das famílias. No entanto, revela certas diferenças. A correlação é mais intensa no uso dos meios modernos de comunicação, seguida da estrutura da residência. Mas é menos forte quanto à satisfação das necessidades básicas.

A brecha entre os guineenses é maior no acesso aos instrumentos modernos de comunicação e no conforto do lar, do que nas condições elementares de subsistência: o acesso à alimentação, água e atenção médica. Uma pessoa com instrução superior tem uma probabilidade oito vezes maior de ter acesso ao telemóvel, à televisão e à internet do que uma pessoa sem instrução formal. Mas entre as mesmas pessoas, a satisfação das necessidades básicas da pessoa com maior instrução é só duas vezes maior. Na sociedade guineense a desigualdade é menor na hora de lidar com as necessidades fundamentais da vida.

Sobre este assunto há detalhes esclarecedores. Entre as pessoas com maior escolaridade, 19% indicaram ter carência frequente no acesso à alimentação, condição que afeta 39% da população sem instrução. Entre os que fizeram algum estudo superior, 36% afirmaram ter défice constante no acesso à água potável, problema que afeta 55% das pessoas sem educação formal. Estes dados salientam o estado de pobreza que atinge o conjunto da nação guineense.

As duas **principais fontes de rendimento** familiar na Guiné-Bissau proveem do trabalho exercido e das remessas pessoais recebidas de amigos e parentes no exterior. No inquérito Vozes do Povo, 42% das pessoas afirmaram exercer um trabalho, 22% indicaram nunca ter tido um emprego, 18% identificaram-se como estudantes e 18% disseram ser donas de casa. Entre a população economicamente ativa – ou seja, aqueles que exercem algum trabalho – metade (51%) declarou estar engajado em atividades agrícolas e afins, 23% em empregos qualificados, 12% em trabalhos manuais não qualificados, e 11% no comércio e venda.

No conjunto da população economicamente ativa, o contraste entre os estratos sociais mais ricos e mais pobres é esclarecedor. Mais de dois terços das pessoas (68%) de estratos sociais mais

pobres dedicam-se à agricultura e nove de cada dez indivíduos (91%) trabalha por conta própria – grosso modo, de maneira informal. Enquanto isso, os que integram os estratos sociais mais abastados ocupam uma proporção maior nos empregos qualificados (38%). Acrescenta-se que 29% deste segmento social trabalha para o governo, o sector privado ou as ONGs, como mostra o gráfico a seguir.



Três de cada quatro guineenses que trabalham na agricultura pertencem aos segmentos mais pobres do país. Por outro lado, três de cada quatro pessoas com empregos qualificados integram os estratos sociais mais prósperos. Na mesma proporção, três de cada quatro pessoas empregadas pelo governo e pelas ONGs fazem parte dos segmentos mais favorecidos da sociedade.

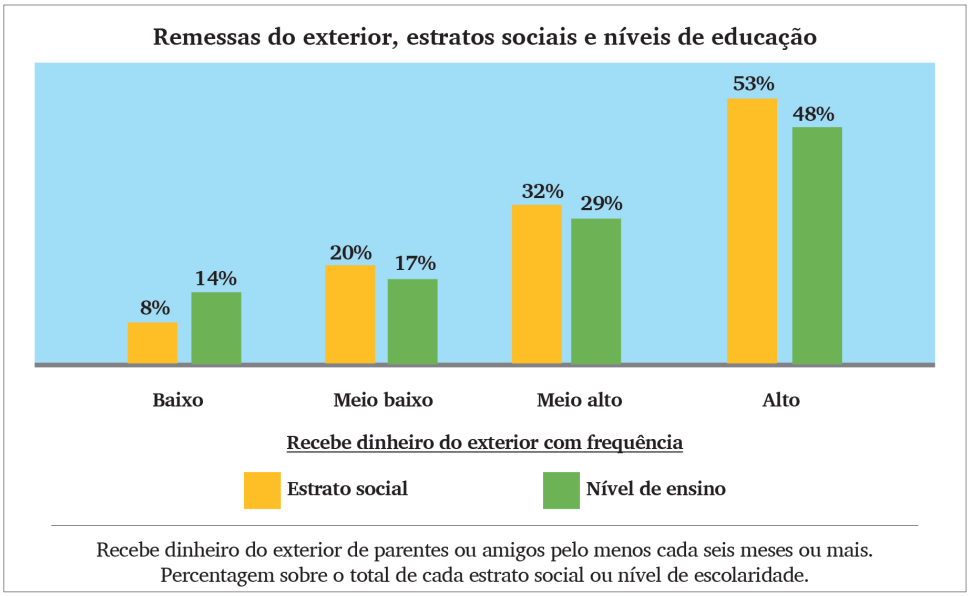
A relação entre o tipo de emprego e o nível de escolaridade é similar. Quase metade das pessoas com trabalho qualificado (48%) têm educação superior; e 84% têm uma educação pós-primária. De forma similar, 58% das pessoas empregadas no governo ou nas ONGs têm estudos superiores; e 85% estudos pós-primários. Por outro lado, 64% das pessoas que trabalham na agricultura e afins têm baixa ou nenhuma instrução formal. Entre aqueles sem oportunidade de estudos, três de cada quatro atuam no sector agrícola e quase todos (97%) trabalham por conta própria.

Em suma, o acesso à educação permite obter empregos mais qualificados no governo, nas ONGs e no sector privado, e assim elevar as condições de vida da família. O baixo rendimento do trabalho agrícola impede à maioria dos camponeses de ter uma vida de maior sossego e conforto económico.

Comparado com outros países da África Ocidental, a Guiné-Bissau é o país que recebe com maior assiduidade **dinheiro de parentes e amigos do exterior**. Um quarto dos guineenses (25%) disse receber ajuda com muita ou bastante frequência, acima dos países com o percentual alto, como Cabo Verde (23%) e Gâmbia (22%). O dinheiro remetido à Guiné-Bissau é substancial. Segundo o Banco Mundial, entre 2014 e 2020, as remessas pessoais do exterior atingiram uma média de 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB).[18]

[18] World Bank (2021).

Por conseguinte, interessa saber qual é a distribuição deste recurso na sociedade guineense. O seguinte gráfico, elaborado com dados do inquérito Vozes do Povo, revela que grande parte deste dinheiro é recebido por famílias dos estratos sociais mais altos e com maior nível de escolaridade.



Recebe dinheiro do exterior de parentes ou amigos pelo menos cada seis meses ou mais.
Percentagem sobre o total de cada estrato social ou nível de escolaridade.

Metade das famílias com alto padrão de vida e estudos superiores recebe dinheiro do exterior com frequência, e quase um terço daqueles com um nível social e de ensino meio alto recebe ajuda com a mesma regularidade. As pessoas mais pobres e sem instrução formal são as menos beneficiadas.

Em síntese, o bem-estar material das famílias na Guiné-Bissau está ligado a duas principais fontes de rendimento: o trabalho exercido e a ajuda do exterior. A educação é um fator crucial na obtenção de empregos qualificados. As remessas do exterior servem para ampliar as oportunidades educativas dos beneficiários. Ao mesmo tempo, esses recursos financeiros facilitam condições para melhorar as casas e a qualidade da subsistência familiar. Esta situação tem uma estreita relação com a dinâmica territorial e convivência social no país, como explicamos a seguir.

Território

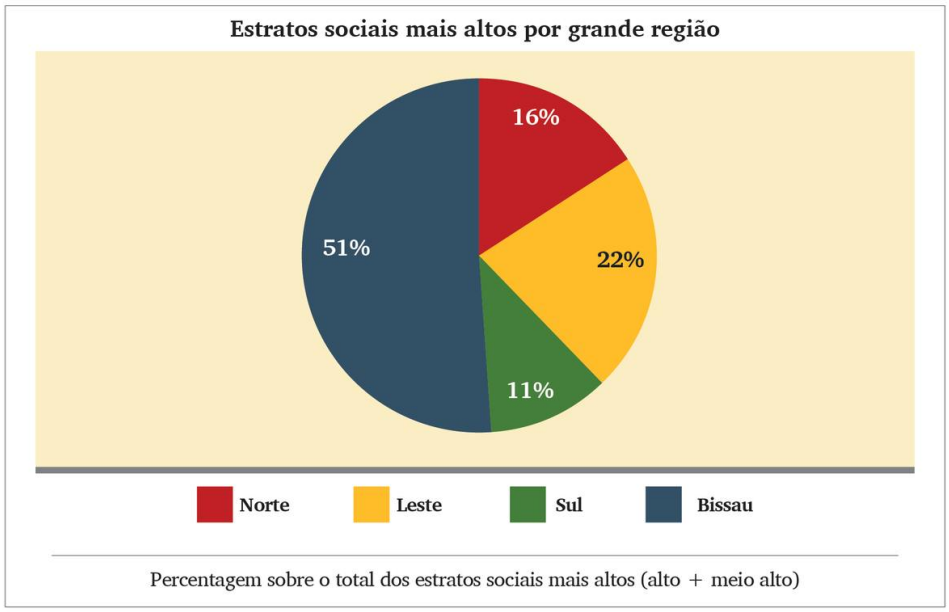
O território da Guiné-Bissau compreende quatro grandes regiões: norte, leste, sul e a capital, Bissau.[19] No espectro urbano-rural, ele abarca três dimensões principais: Bissau, as cidades do interior,[20] e a zona rural. Nesta secção examinamos a relação entre território e condições de vida. Demostramos que a acumulação do poder, a riqueza e os recursos educativos em Bissau – herdados do tempo da colónia portuguesa – marginalizaram a população do interior do país, e, em particular, o povo camponês. Isto é o resultado de um modelo de desenvolvimento extrativo e concentrador da riqueza produzida. A cidade portuária de Bissau é a sede de um Estado altamente centralizado e o ponto nevrálgico de uma economia voltada para a exportação de produtos primários. Ele é o espaço do território nacional que aglutina os recursos financeiros e a capacidade profissional do país.

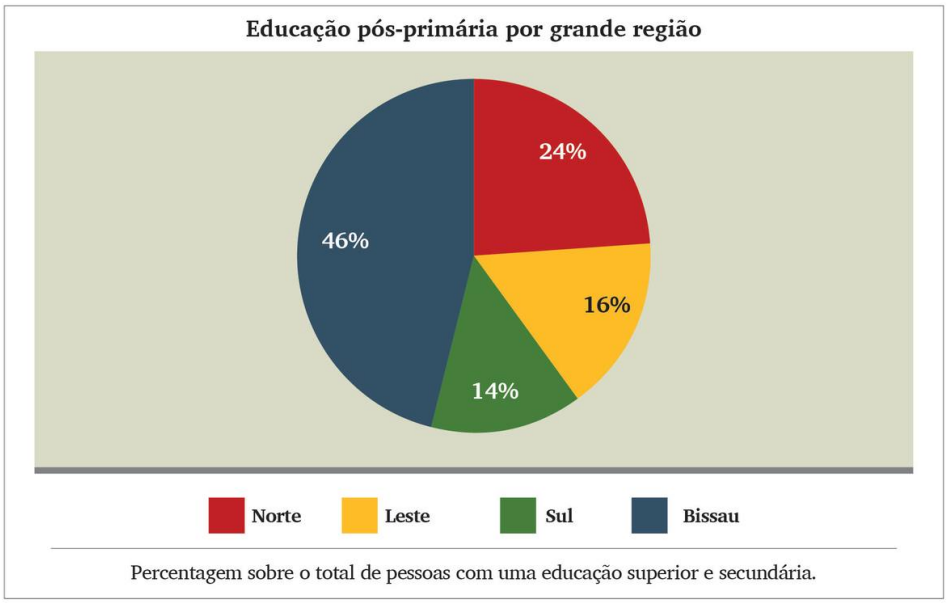
[19] No inquérito Vozes do Povo, Bissau e a região norte abrangem, respectivamente, 28% da população nacional. O norte inclui as regiões administrativas de Cacheu, Oio e Biombo. O leste compreende 24% dos habitantes do país, nos territórios de Bafatá e Gabu. O sul representa 20% da população, e abrange as regiões de Quínara, Tombalí e Bolama. Para visualizar essas regiões, pode-se consultar o mapa oferecido no início do livro, na página xii.

[20] Fora de Bissau, os centros urbanos pesquisados foram: Bafatá, Bigene, Bissorã, Bolama, Bubaque, Buba, Bula, Canchungo, Catió, Contuboel, Empada, Gabu, Mansabá, Quebo, Quinhamel e São Domingos.

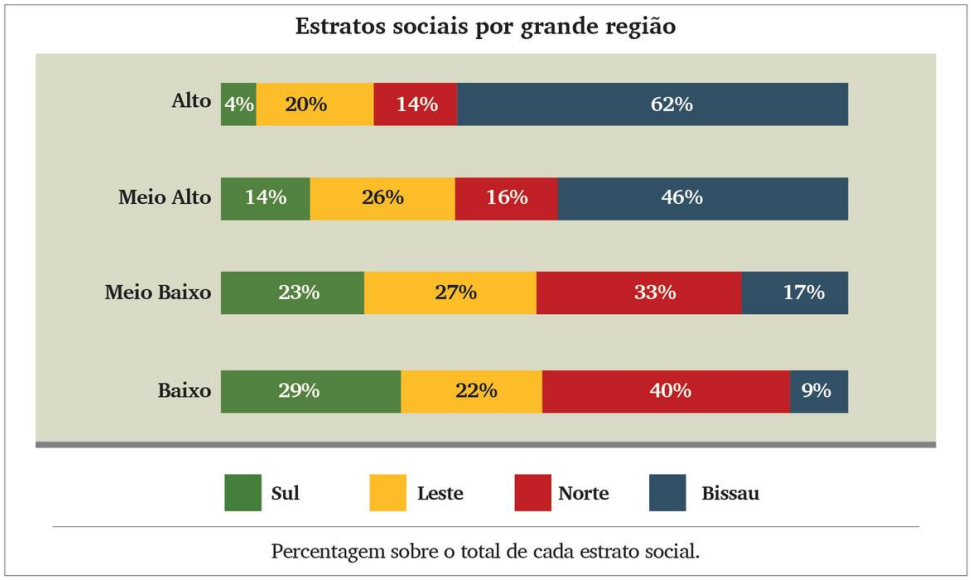
Os gráficos que se seguem, elaborados com dados da pesquisa Vozes do Povo, revelam as consequências desta situação.

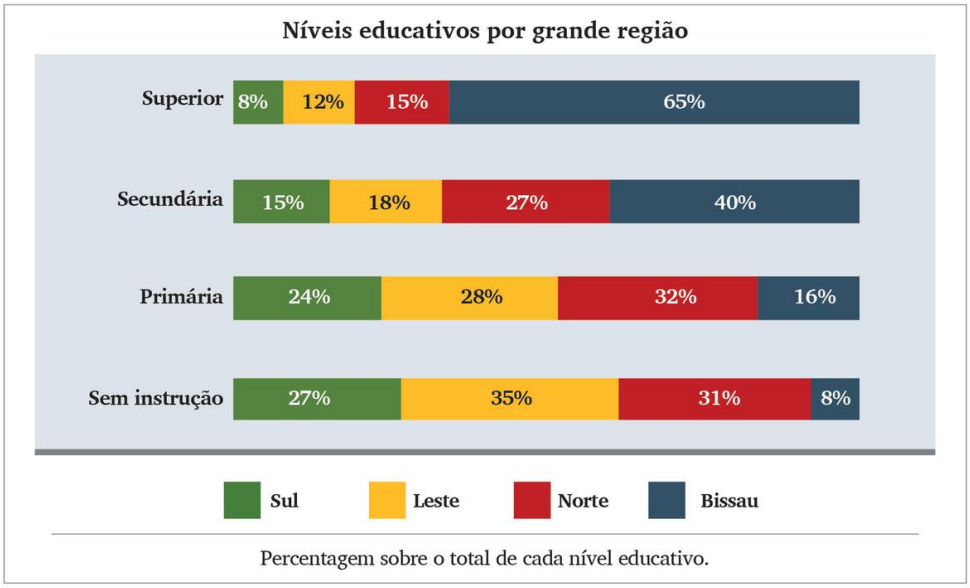
Bissau representa 28% da população nacional, mas congrega 51% das famílias mais prósperas do país, e 46% das pessoas com uma educação pós-primária. Em termos proporcionais, a região norte reúne a população mais pobre, e o leste a de menor acesso ao ensino formal.





Vista sob outra perspetiva, quase dois terços das pessoas do estrato social mais alto e com estudos superiores vivem em Bissau, e 91% do povo que não teve oportunidade de ir à escola vive no interior do país.



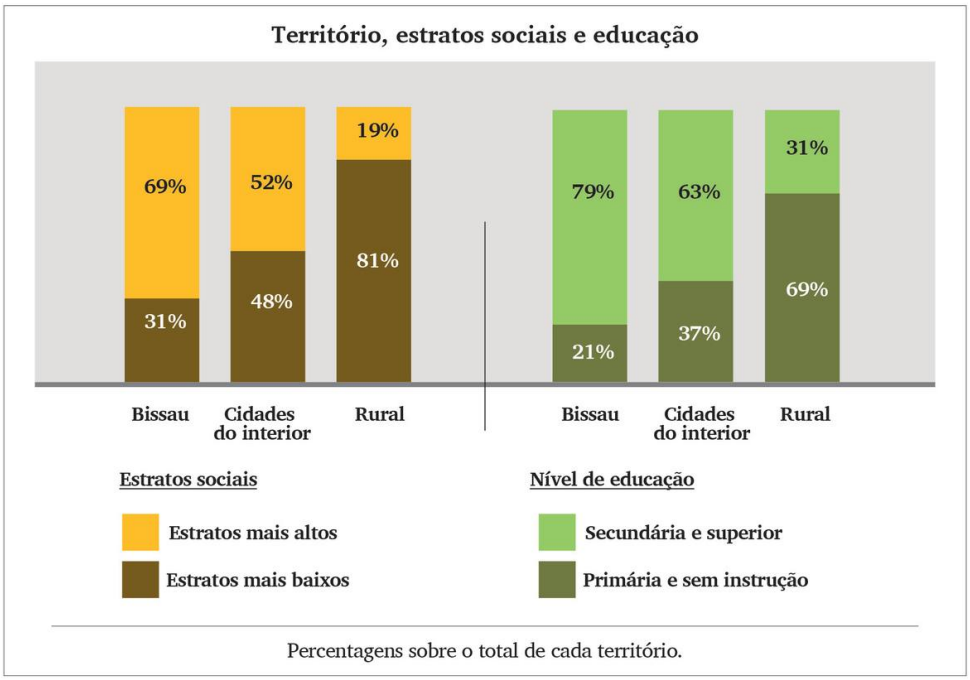


A comparação entre Bissau e o resto do país é notável. Sete de cada dez habitantes da capital (69%) fazem parte dos estratos sociais mais altos, enquanto no resto do país a mesma população chega apenas a 26%. Ainda mais, oito de cada dez residentes de Bissau (79%) têm uma educação pós-primária, enquanto só 37% da população do resto do país chega a este nível de estudos.

O modelo de desenvolvimento adotado na Guiné-Bissau, desde o tempo colonial, tem um claro viés urbano. A capital do país é o eixo central desta preferência citadina. Isto pode-se observar nos gráficos a seguir, que comparam Bissau com as cidades do interior e o território rural. Ao se constituir no espaço que congrega o poder político e económico, os recursos educativos e profissionais, os serviços públicos e meios de comunicação, a capital é o território que concentra os

empregos mais qualificados e bem pagos. Tudo isto lhe permite oferecer as condições de vida mais prósperas em toda a república.

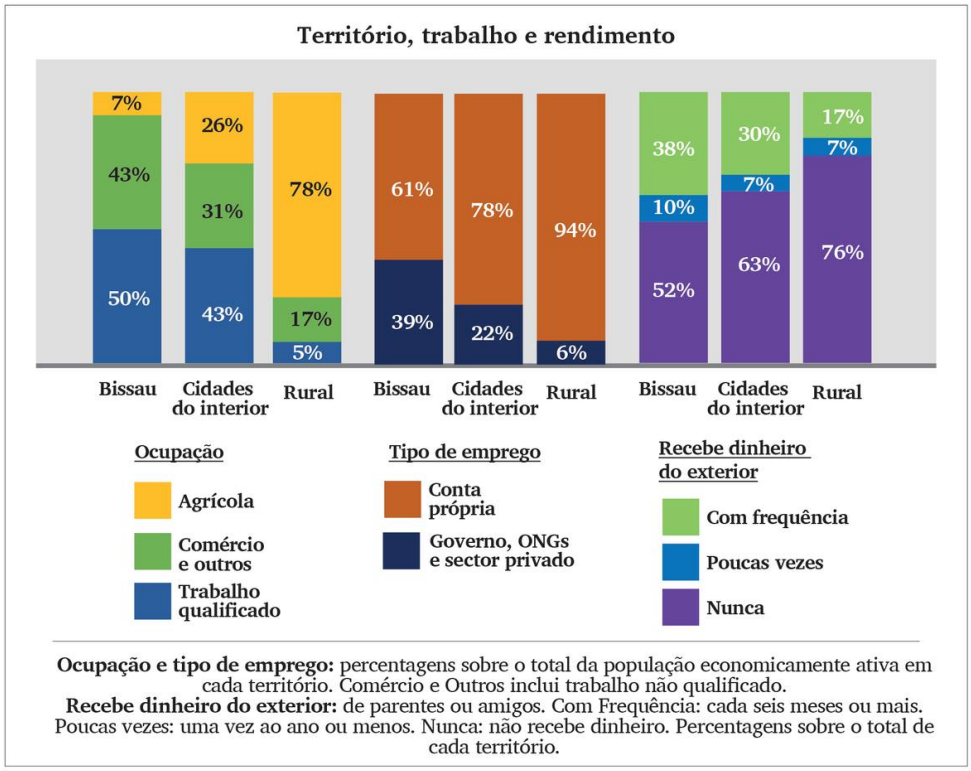
A disparidade entre a capital e o meio rural é considerável, como demonstra o gráfico a seguir. No campo, quatro de cada cinco pessoas vivem numa situação precária; e menos de um terço teve a oportunidade de estudar além do ciclo primário. As principais carências nacionais se acentuam no meio da população camponesa. No meio rural, 56% das famílias têm muita dificuldade em obter água potável, o dobro quase das pessoas que têm o mesmo impedimento em Bissau (29%). Ainda mais, no meio rural 87% das pessoas não têm acesso à internet, comparado com apenas 34% em Bissau.



Na Guiné-Bissau, 87% das pessoas com trabalho qualificado, e 83% dos funcionários públicos, vivem nas cidades, principalmente Bissau.[21] Além disso, os residentes de Bissau recebem uma proporção maior das remessas pessoais do exterior, como mostra o quadro a seguir. Em frequência, Bissau recebe mais do dobro das remessas enviadas a famílias do meio rural.

Fora da capital, a principal fonte de rendimento é a agricultura. Na região norte ela emprega 70% da população economicamente ativa; no sul 65% e no leste 64%. No meio rural, a informalidade económica e laboral é a norma: 94% da sua população trabalham por conta própria.

[21] Bissau reúne 61% dos guineenses com trabalho qualificado e 61% dos servidores públicos.



Ocupação e tipo de emprego: percentagens sobre o total da população economicamente ativa em cada território. Comércio e Outros inclui trabalho não qualificado.
Recebe dinheiro do exterior: de parentes ou amigos. Com Frequência: cada seis meses ou mais. Poucas vezes: uma vez ao ano ou menos. Nunca: não recebe dinheiro. Percentagens sobre o total de cada território.

Os conceitos de "urbanidade" e "ruralidade" têm de ser tratados com alguma prudência na Guiné-Bissau, onde as fronteiras entre os dois conglomerados populacionais sempre foram porosas e dúcteis. Bissau inclui várias bolanhas onde se cultiva o arroz e as cidades do interior encontram-se bastante compenetradas com a vida rural. Daí que 7% da população economicamente ativa em Bissau e 26% nas cidades do interior trabalhem na agricultura ou na pesca.

A divisão administrativa instituída após a independência precisa de ser examinada com certa cautela, se considerarmos a história territorial do país. Mesmo antes da implantação definitiva do colonialismo que se seguiu à época das conquistas, as populações residentes na atual Guiné-Bissau tinham a sua própria divisão territorial – o seu chão ou *tchon* – regendo as suas vidas e os assuntos públicos de acordo com esta divisão. Assim, existia um chão papel, um chão manjaco, um chão dos nalus, e assim por diante. Algumas autoridades políticas ligadas a estes territórios cobravam tributos aos recém-chegados. No século XIX, por exemplo, os governadores biafadas exigiam que cada família fula instalada no Forriá pagasse uma taxa.[22]

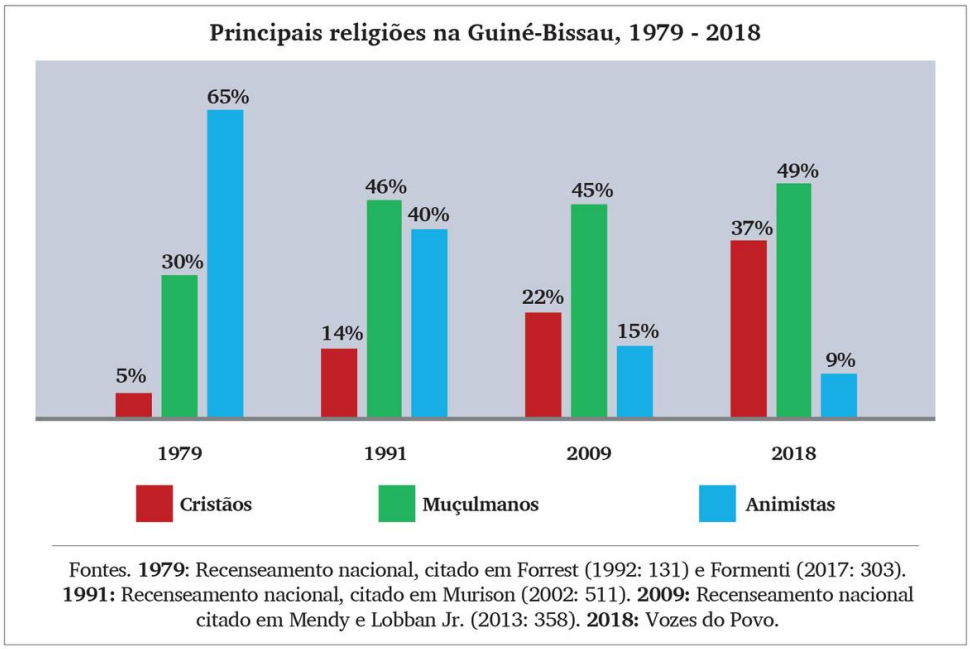
Pode-se questionar em que medida as divisões administrativas instituídas pelo Estado pós-colonial respeitaram ou não essas divisões. Terá havido alguma continuidade histórica em termos da divisão territorial? Qual é o potencial impacto destas divisões na democratização local? Existe a necessidade de pensar em estratégias de democratização e descentralização que dialoguem com, e respondam, às necessidades, tradições, os desejos, e o saber local. O desenvolvimento democrático em favor da autogovernação a nível subnacional não pode ser imposto só de cima. Ele deve ser feito com conhecimento e respeito pela história do poder popular, no sentido sublinhado por Toby Green, Philip J. Havik e Joshua Forrest, neste livro.

[22] Cardoso (1989).

Convivência Social

A crescente urbanização num país historicamente rural e acelerada expansão de Bissau, reforçada por um modelo de desenvolvimento extrativista e concentrador da riqueza, tem impulsionado mudanças importantes na sociedade guineense e no comportamento dos seus cidadãos. Esta secção examina, de uma forma muito sucinta, quatro desdobramentos: (1) as mudanças no campo religioso, (2) a crioulização da sociedade guineense, (3) a sociabilidade diferenciada entre os espaços territoriais, e (4) a opção preferencial pela emigração num segmento expressivo da população, fruto da frustração com a situação do país.

As **transformações do campo religioso estão** associadas às mudanças estruturais da sociedade guineense, como revela o gráfico a seguir.



Fontes. **1979**: Recenseamento nacional, citado em Forrest (1992: 131) e Formenti (2017: 303). **1991:** Recenseamento nacional, citado em Murison (2002: 511). **2009:** Recenseamento nacional citado em Mendy e Lobban Jr. (2013: 358). **2018:** Vozes do Povo.

Este quadro mostra que num período de quatro décadas houve uma forte variação na identidade religiosa dos guineenses. Em particular, as pessoas que se definem como aderentes das tradições religiosas africanas – os animistas – caíram de 65% da população em 1979 para 9% em 2018, segundo os resultados do inquérito Vozes do Povo. Ao mesmo tempo, a percentagem de guineenses que se consideram cristãos teve um crescimento exponencial de 5% para 37% da população. Os muçulmanos também tiveram um aumento expressivo, no mesmo período, de 30% para 49% da população.[23]

Das três religiões, a animista é a mais rural e a cristã a mais urbana.[24] A rápida multiplicação do cristianismo, por conseguinte, estaria relacionada com a expansão urbana e com o trabalho missionário, sobretudo no meio do povo de tradição animista. Isso tem sido promovido nos últimos anos por meio da proliferação de igrejas evangélicas, em muitos casos ligadas a matrizes de origem

[23] Os dados do inquérito Vozes do Povo, com sua margem de erro de 2,85%, não tem o mesmo peso estatístico que os dos recenseamentos nacionais realizados em 1979, 1991 e 2009. No entanto, permitem visualizar a tendência em curso, que poderá ser verificada no próximo recenseamento nacional.

[24] Segundo a sondagem Vozes do Povo, metade dos cristãos (48%) – incluindo 76% dos católicos – residem em áreas urbanas. Entre os muçulmanos, 40% vivem em Bissau e cidades do interior. Mas entre os animistas, esta cifra alcança só 16%.

brasileira.[25] De acordo com a pesquisa Vozes do Povo, entre aqueles que se identificam como cristãos na Guiné-Bissau, 57% não mencionaram a sua igreja, 27% se declararam católicos romanos, 14% evangélicos, e 2% de outras denominações cristãs.[26] As práticas de sincretismo religioso no seio do povo guineense e seu possível impacto na fluidez destas identidades é um assunto que requer uma pesquisa mais aprofundada.

Outra transformação relevante tem a ver com a crescente **crioulização da sociedade guineense**.[27] Este processo tem longas raízes urbanas, ligadas em grande parte à formação da sociedade bissauense. Em Bissau, segundo a sondagem Vozes do Povo, quatro de cada cinco pessoas (79%) falam crioulo em casa. Isto representa uma proporção bem superior a aquela de outras regiões, como o sul onde 48% fala crioulo em casa, o leste (29%) e o norte (26%). No meio rural, três quartos das pessoas preferem falar uma língua autóctone no meio familiar.

Bissau apresenta uma grande mistura demográfica, com pessoas de distintas religiões e das mais de vinte etnias que integram o país. Por ser um polo de migração interna, a cidade tem um grande contingente de pessoas de origem camponesa e práticas herdadas de convivência comunitária. Nas últimas décadas, ela tem sido um território de forte mudança e recomposição social. Bissau centraliza elementos de uma urbanidade mais moderna, na infraestrutura, arquitetura e nos serviços oferecidos. Ao mesmo tempo, ela oferece um mosaico social e espaço privilegiado para a integração da nação guineense. Esta dinâmica urbana e crioula tem acentuado certos contrastes com o interior do país.

A antropologia social avançada por Roberto Da Matta oferece pistas para interpretar o impacto desta mudança no convívio entre os guineenses e nos valores exibidos por diversos segmentos desta sociedade. Da Matta contrapõe duas conceções da vida social associadas ao "mundo da pessoa" e ao "mundo do indivíduo".[28] No *mundo da pessoa*, o sujeito participa de um ambiente mais íntimo e afetivo, marcado por uma totalidade à qual está necessariamente ligado. A pessoa não tem escolha. A sua consciência é social, pautada pelas regras da sua sociedade, onde a segmentação é a norma. Em contrapartida, no *mundo do indivíduo*, o cidadão é livre, tem direitos e o seu próprio espaço. O indivíduo é igual a todos os outros e pode fazer escolhas, que são vistas como direitos inerentes. Ele tem sua própria consciência e emoções particulares, e faz as regras do seu mundo. Ambos os conceitos são do tipo ideal, nos termos de Max Weber – ou seja, abstrações puras que servem para interpretar a realidade social.

Estes conceitos ajudam a captar a **sociabilidade diferenciada entre os espaços territoriais** na Guiné-Bissau, fruto das transformações estruturais em curso. Isto fica mais claro ao examinar as perceções e os valores ligados à confiança, tolerância, segurança pessoal, igualdade, liberdade e a visão do país, com base nos dados da pesquisa Vozes do Povo.

Em Bissau, a modernização urbana e a maior escolarização introduziram valores ligados ao mundo do indivíduo, ao mesmo tempo atenuando – e, por vezes, desestruturando – as pautas de convivência mais tradicionais associadas ao mundo da pessoa, como sugere o seguinte quadro.

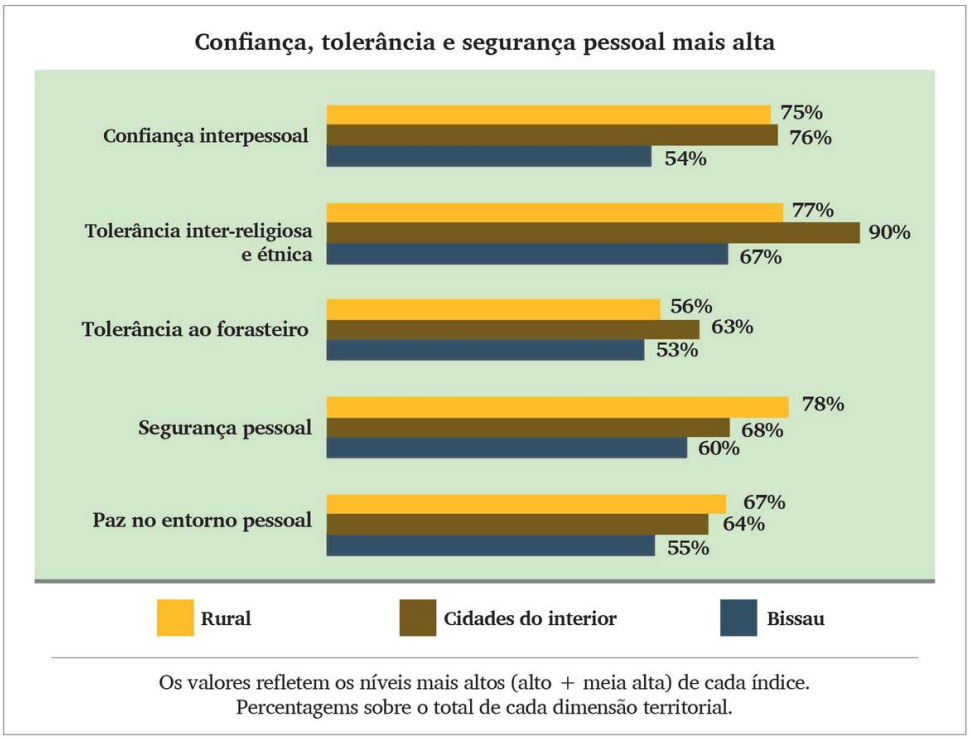
---

25 Formenti (2017).

26 No total nacional, os cristãos sem uma denominação (mencionada) representam 22% do total nacional, os católicos 11% e os evangélicos 5%.

27 Kohl (2018).

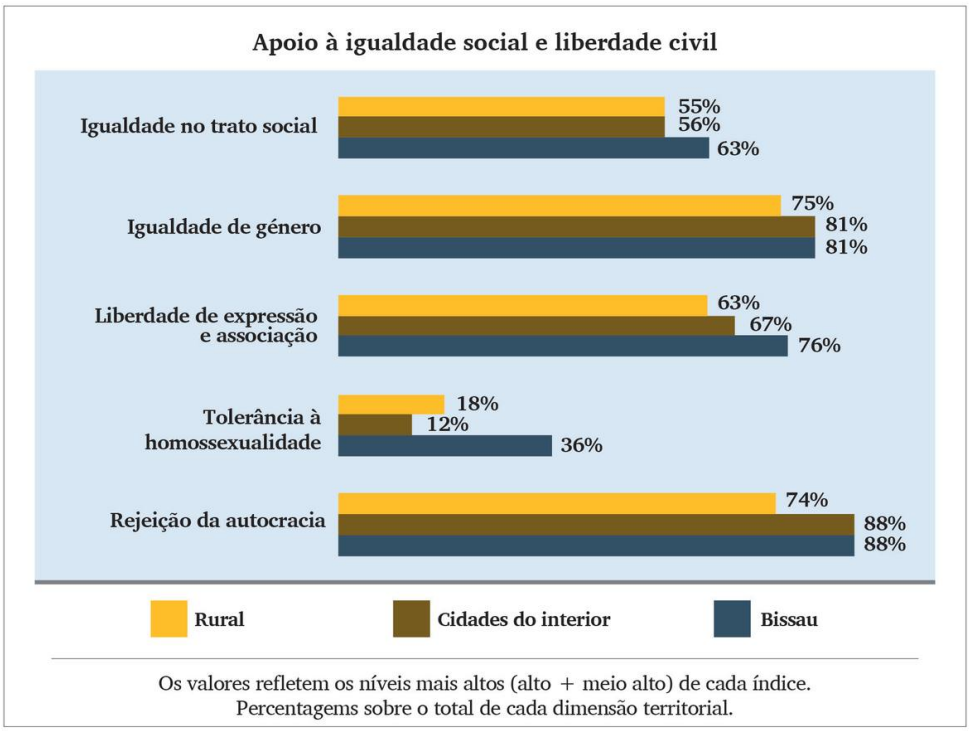
28 Da Matta (1978).



Na Guiné-Bissau, há uma confiança interpessoal maior no interior do país, onde três de cada quatro pessoas exibem uma confiança mais alta, 21 pontos acima da média em Bissau. No interior também há uma tolerância inter-religiosa e étnica mais robusta que em Bissau, sobretudo nos centros urbanos fora da capital, onde esta orientação é basicamente a norma.

A região leste tem a disposição ecuménica mais forte do país. Só que em termos religiosos é a região mais homogénea, onde 91% dos seus habitantes são muçulmanos. A menor tolerância inter-religiosa e étnica em Bissau sugere que a diversidade religiosa, num território de alta densidade urbana e muitos novos migrantes, não engendra a mesma coexistência religiosa praticada em outras partes do país.

Os habitantes rurais vivem num ambiente de maior sossego quanto à segurança pessoal e sensação de paz no ambiente familiar e comunitário. Esta perceção prevalece apesar de ter uma proporção de casas vitimizadas por furtos similar à de Bissau e os centros urbanos do interior; flagelo que só num ano afetou mais de um terço das famílias do país. Contudo, na capital existe uma perceção maior de decomposição social, onde – segundo alguns observadores – o crescimento descontrolado dos bairros periféricos gerou um misto de banditismo, de desconfiança no próximo, de vida boémia e de criminalidade, em que cada um tenta enganar o outro, ou tenta viver do falhanço do outro. A intensidade da urbanização na capital criou uma sociedade mais apreensiva e insegura. Daí que em temas ligados à qualidade íntima da convivência humana, as ideias e aspirações um tanto difusas que ligam o urbano ao progresso ficam no interdito.



Por outro lado, a modernização das relações sociais em Bissau, e o acesso à educação e maiores fontes de informação, têm fortalecido, em certa medida, orientações em favor da igualdade no trato social e nas relações de género. Da mesma forma, os cidadãos da capital defendem com maior ímpeto os direitos civis e a democracia. Entre os guineenses, quatro de cada cinco rejeitam a possibilidade de ter um regime autoritário, seja uma junta militar (80%), um partido único (77%), ou uma presidência autocrática (82%). Contudo, nos centros urbanos, a intensidade deste repúdio é maior, como mostra o índice de Rejeição da Autocracia, elaborado com base nas três variáveis.

O contraste entre Bissau e o leste do país é ilustrativo neste ponto. Na região leste é possível entrever vários aspetos do mundo da pessoa. É a região com os níveis de confiança interpessoal mais altos (86%) da Guiné-Bissau, mas com o menor índice de apoio à igualdade social (56%) no país. Em Bissau, o etos igualitário é muito mais acentuado (72%).[29] Por outro lado, Bissau apresenta os níveis mais altos de adesão à democracia no país (69%), comparada com a região leste (56%), onde a adesão é de menor intensidade que no resto do país.

O preconceito contra as relações homoafetivas na Guiné-Bissau é alto, como em todos os países da África Ocidental, com exceção de Cabo Verde. Ainda assim, entre os guineenses a intolerância é menor que em outras nações da região. Na Guiné-Bissau, 10% da população disse que gostaria de ter um vizinho homossexual, e 11% afirmaram que não se importariam. Entre as pessoas que exibem mais tolerância pela individualidade sexual prevalecem, de modo substancial, os habitantes de Bissau – onde mais de um terço da população (36%) tem uma atitude mais flexível. A pesquisa Vozes do Povo permite compreender detalhes desta orientação. Os indivíduos mais tolerantes tendem a ter algum estudo superior, ser dos estratos sociais mais altos e dispor de maior acesso às

[29] O índice de igualdade social combina dois subíndices: de apoio à igualdade de género e a igualdade no trato social. Para uma discussão mais detalhada do índice, ver o capítulo 3 de Miguel Carter, neste livro.

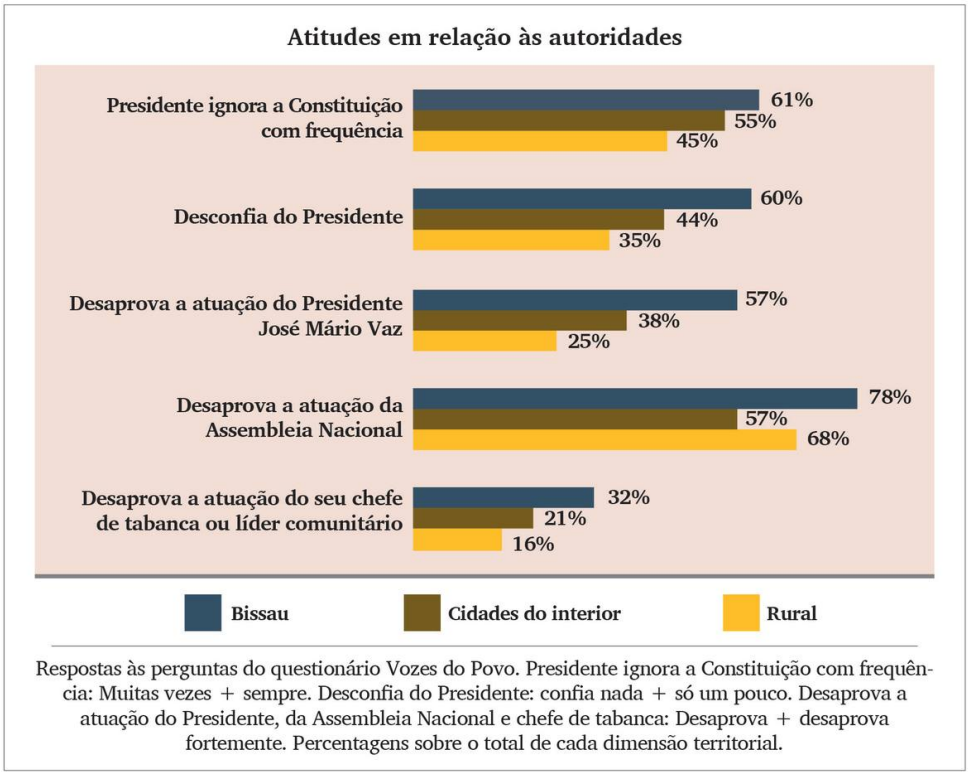
notícias, sobretudo através da televisão e da internet. As pessoas com 50 anos ou mais têm uma atitude mais benevolente, seguidas dos jovens. Entre os homens, existe um segmento maior que diz não se importar com a sexualidade do outro.

Estes exemplos ilustram o impacto da nova sociabilidade urbana em Bissau e os traços de uma individualidade mais moderna. Tudo isto não deixa de estar inscrito num contexto nacional fortemente influenciado pelo etos do mundo da pessoa – onde, em geral, as relações pessoais prevalecem sobre as normas impessoais.

Entre os guineenses há uma perceção generalizada de descontentamento com os rumos do país, a sua governação, e a distribuição da riqueza. Esta visão crítica perpassa toda a sociedade, como se pode observar neste quadro.



No entanto, há uma diferença percetível na forma como os cidadãos de Bissau e do interior do país abordam a crítica às autoridades nacionais e locais, como revela a seguinte representação. Onde prevalece o mundo da pessoa, a tendência a criticar a autoridade é mais circunscrita. Podem-se censurar ações e omissões do governo, mas reprovar o líder é mais difícil, devido à conceção mais segmentada e personalizada da sociedade. Todavia, a modernidade individual tem um etos mais igualitário e, por isso, de menor consternação na hora de manifestar, com liberdade, o seu desgosto face ao poder constituído.



Respostas às perguntas do questionário Vozes do Povo. Presidente ignora a Constituição com frequência: Muitas vezes + sempre. Desconfia do Presidente: confia nada + só um pouco. Desaprova a atuação do Presidente, da Assembleia Nacional e chefe de tabanca: Desaprova + desaprova fortemente. Percentagens sobre o total de cada dimensão territorial.

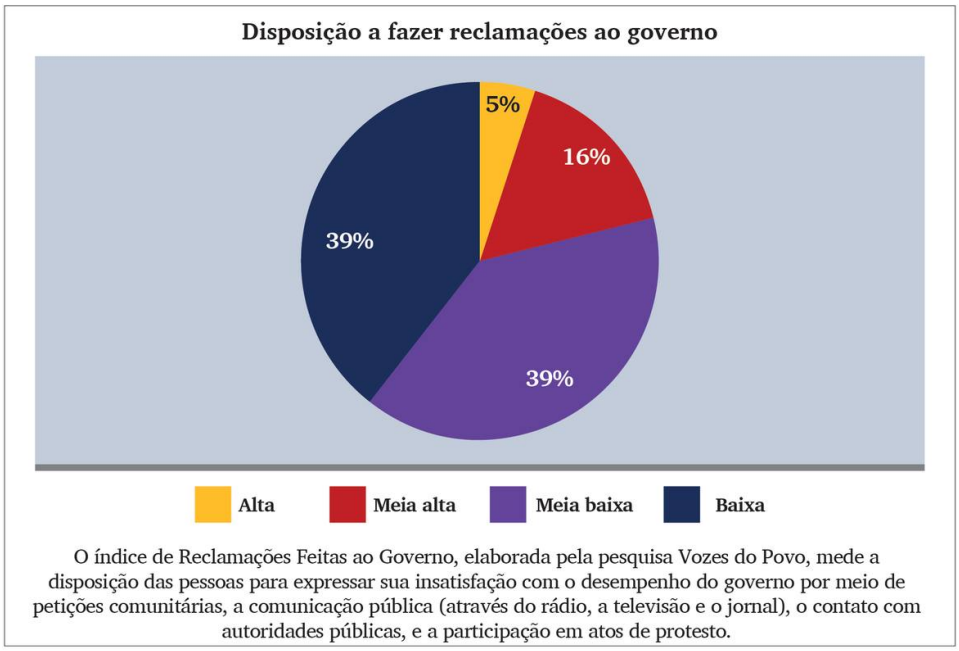
Soma-se a isto o facto de o meio urbano ter níveis mais baixos de confiança interpessoal. Como explica Miguel Carter no capítulo três deste livro, há um efeito derrame entre a confiança interpessoal e a confiança nas instituições e autoridades do país. No campo, a confiança entre as pessoas e nas autoridades é mais alta. Esta é particularmente pronunciada em relação aos líderes comunitários, que apresentam uma ampla legitimidade popular. Por outro lado, as pessoas do meio urbano – e particularmente Bissau – sentem-se menos inibidas na hora de individualizar o alvo das suas críticas. Nisto incide o facto desta população incluir indivíduos mais desconfiados, com maior escolaridade e consciência dos seus direitos.

Diante da aflição popular com a situação do país, e a falta de condições e disposições para ativar as vozes do povo, construiu-se ao longos dos anos, num segmento importante da sociedade guineense, **uma opção preferencial pela emigração**.

No estudo clássico de Albert O. Hirschman, *Saída, voz e lealdade*, o autor destaca duas formas de reação diante de uma organização – uma empresa, nação ou qualquer forma de agrupamento humano – que oferece benefícios diminuídos aos seus membros.[30] Por um lado, as pessoas podem exercer a sua *voz*: protestar e reclamar uma solução. Por outro lado, podem procurar a porta de *saída*: deixar de consumir um produto, apoiar outro partido político ou emigrar para outro país. A opção pela saída se acentua em contextos em que as pessoas têm medo de erguer a voz ou pensam que ela não pode ser exercida de maneira efetiva.

Apesar do descontentamento geral com o rumo do país e a gestão do Estado, há pouco interesse entre os guineenses em reclamar benefícios ou direitos ao governo. Só 21% da população tem uma disposição mais forte neste sentido, como mostra o seguinte índice do estudo Vozes do Povo.

[30] Hirschman (1970).



O índice de Reclamações Feitas ao Governo, elaborada pela pesquisa Vozes do Povo, mede a disposição das pessoas para expressar sua insatisfação com o desempenho do governo por meio de petições comunitárias, a comunicação pública (através do rádio, a televisão e o jornal), o contato com autoridades públicas, e a participação em atos de protesto.

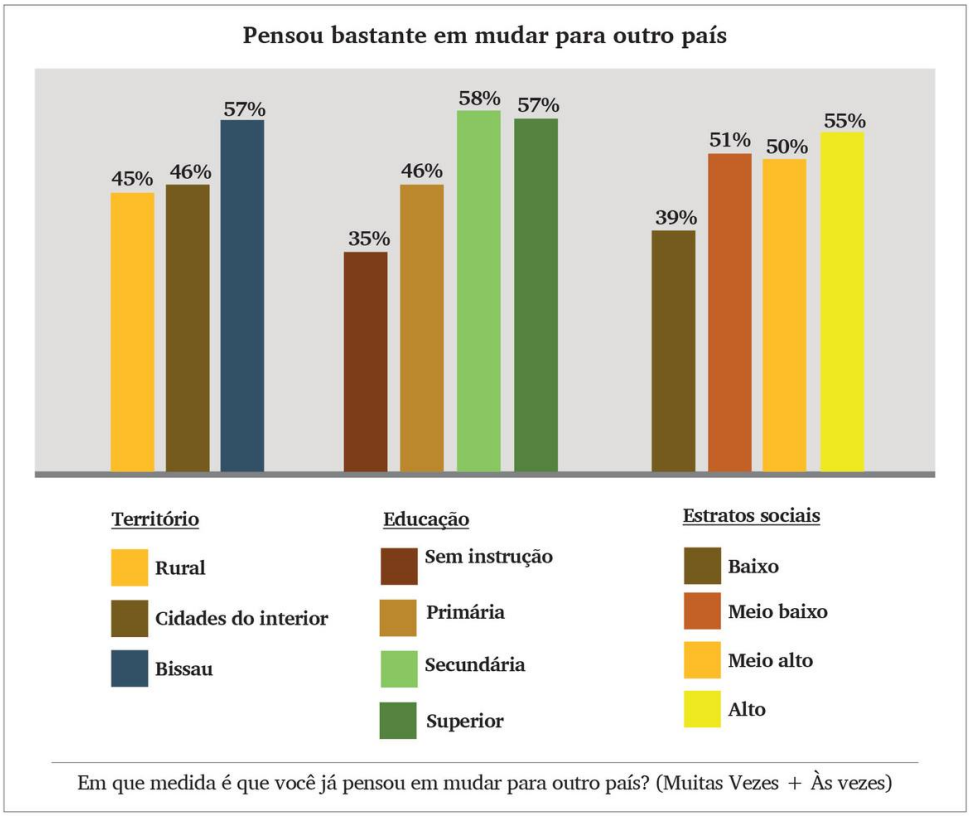
Quatro de cada cinco guineenses (79%) não têm experiência, sentem pouca ou nenhuma vontade de fazer petições ao governo, exigir uma ação pública, ou manifestar-se em defesa dos seus direitos. Comparada com outros países africanos, a Guiné-Bissau exibe uma relutância visível em exercer esta modalidade de participação pública. A pesquisa não detetou diferenças substanciais entre as áreas urbanas e rurais. Alguns consideram que isto reflete a perceção da "irrelevância do Estado" na vida quotidiana da maioria da população.[31] Trata-se de um sentimento de resignação, exprimido na frase popular "*djitu ka ten*" – não há nada a fazer.

Contudo, esta sensação de fracasso é matizada pela participação social em associações populares, ligadas à vida religiosa, comunitária, desportiva, de trabalho e produção agrícola. Na Guiné-Bissau, 58% das pessoas são membros de uma entidade religiosa, 42% de uma associação comunitária e 23% de um sindicato ou associação agrícola. Estes grupos são mais ativos no meio rural, onde prevalecem laços de confiança pessoal. Nas aldeias camponesas, estas ações têm um forte cunho local, voltado para a sobrevivência comunitária. Em Bissau, a luta pela sobrevivência tende a ser mais individual. Mas a capital conta com um núcleo expressivo de ONGs, sindicatos, movimentos sociais e organizações religiosas, que integram a sua sociedade civil.

Apesar destes esforços, a pesquisa Vozes do Povo constatou que 58% dos guineenses já pensaram em sair do país: 35% pensaram muitas vezes, 13% às vezes e 10% poucas vezes.[32] Ainda mais, 64% da população concordou com a ideia de que os jovens que procuram uma boa vida devem migrar para outro país. Estes dados são contundentes e demonstram que para a maioria dos guineenses a emigração é uma alternativa preferida. Cabe, assim, examinar melhor o perfil da metade (48%) da população que deseja com frequência sair do país. Este quadro apresenta informações a respeito.

[31] Bordonaro (2009).

[32] No total, 40% afirmaram que nunca pensaram em sair do país, e 2% não responderam ou disseram não saber.



A vontade de migrar perpassa diversos territórios e estratos sociais do país. Mas tem um destaque maior em Bissau, entre as pessoas com maiores estudos e os cidadãos do estrato social mais alto. Estes dados dão conta do alto risco de 'fuga de cérebros' da Guiné-Bissau. Há também uma alta proporção de jovens (59%) que desejam sair do país, mas nenhuma diferença percetível de género. Adiciona-se a isto o facto de que as pessoas com maior disposição para reclamar os seus direitos estão entre aqueles que mais cogitam a ideia de emigrar.[33] Trata-se de uma situação em que os que almejam ter mais voz são os mais inclinados a buscar a porta de saída.

Conclusão

Este capítulo ressalta vários pontos importantes sobre a transformação da sociedade guineense nas últimas décadas. Situar esta dinâmica social e territorial no contexto da economia política e seu percurso histórico é fundamental para a boa compreensão deste fenómeno. O modelo de desenvolvimento baseado na extração e exportação de produtos primários, sob um Estado marcado por práticas patrimoniais e clientelistas, acentuou a concentração da riqueza e o poder político na capital do país. A preservação deste modelo económico de herança colonial, a instabilidade crónica do regime político, e a fraqueza histórica do Estado, fizeram da Guiné-Bissau um dos países mais pobres, menos desenvolvidos e mais desiguais do mundo.

[33] A modo de ilustração, segundo o inquérito Vozes do Povo, entre os que pensaram muitas vezes em mudar para outro país, 11% participaram de um ato de protesto no último ano, e 36% teriam participado se tivessem a oportunidade, para alcançar um total de 47% desta população – bem acima da média nacional de 34% neste quesito.

Para analisar estes processos e seus desdobramentos utilizamos a rica base de dados da pesquisa Vozes do Povo. Isto permitiu-nos constatar vários factos sobre a Guiné-Bissau:

- O bem-estar material da população está associado ao acesso à educação, ao emprego mais qualificado, e às remessas do exterior.
- A concentração dos recursos económicos, políticos e educacionais em Bissau tem dificultado o aproveitamento das potencialidades do país, e diminuído o rendimento da população camponesa.
- A transformação do campo religioso nas últimas décadas, com o crescimento do cristianismo e do islamismo, e a menor presença das tradições religiosas africanas, merece um estudo aprofundado.
- A convivência social entre os guineenses é fruto de uma longa e rica tradição camponesa. Mas ela está em processo de mudança com o crescimento urbano, sobretudo em Bissau. Isto tem engendrado uma sociabilidade diferenciada na capital, onde as relações são mais apreensivas, porém mais propensas a adotar valores modernos, incluindo a tolerância à diversidade sexual.
- As condições precárias de vida e frustração com o rumo da nação explicam a alta disposição entre os guineenses em favor da emigração.

Esta investigação salienta a importância de contar com dados empíricos sobre a situação de vida, o pensamento e sentimento do povo guineense. A boa informação e atinada reflexão são fundamentais para o progresso social e o esforço por promover o desenvolvimento democrático.

A Guiné-Bissau é um país novo, em processo de transformação. Ela tem uma história que dá conta do alto espírito ecuménico, talento artístico, habilidades práticas e resiliência da sua população. A tolerância e capacidade de convivência social é certamente um dos trunfos de que goza o país para construir uma nação mais próspera, transparente, justa e livre.

Referências

Barry, Boubacar-Sid, Edward Creppy, e Quentin Wodon (2007). "Cashew Production, Taxation and Poverty in Guinea-Bissau," *Conflict, Livelihoods, and Poverty in Guinea Bissau*, organizado por Boubacar-Sid Barry, Edward Creppy, Estanislao Mário-Gacitúa e Quentin Wodon, World Bank Working Paper 88. Washington, DC: World Bank.

Bordonaro, Lorenzo Ibrahim (2009). "Guinea Bissau Today: The Irrelevance of the State and the Permanence of Change," *African Studies Review*, 52: 1 (setembro), pp. 35-45.

Cardoso, Carlos (1989). "Conflitos interétnicos: Dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné e de Cabo Verde (1840-1899)," *Soronda*, Revista de Estudos guineenses. Bissau: INEP, pp. 31-62.

Carter, Miguel (2021). *Vozes do povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Da Matta, Roberto (1978). *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

FAO (2021). "Global Information and Warning System (GIEWS) Country Brief: Guinea-Bissau" (16 março).

Formenti, Ambra (2017). "Rumo a uma fé global: História do movimento evangélico na Guiné-Bissau," *Etnográfica, Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 21: 2, pp. 293-318.

Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau*. Athens, Ohio / Oxford, UK: Ohio University Press e James Currey.

Forrest, Joshua B. (1992). *Guinea-Bissau: Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*. Boulder: Westview Press.

Galli, Rosemary E. e Jocelyn Jones (1987). *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*. London: Frances Pinter.

Harvey, David (2003). *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

Havik, Philip J. (2016). "Guinea-Bissau's Rural Economy and Society: A Reassessment of Colonial and Postcolonial Dynamics," *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: C. Hurst & Co.

Havik, Philip J., Filipa Monteiro, Silvia Catarino, A. Manuel Correia, Luís Catarino e Maria Manuel Romeiras (2018). "Agro-Economic Transitions in Guinea-Bissau (West Africa): Historical Trends and Current Insights," *Sustainability*, 10: 3408, pp. 1-19.

Hirschman, Albert O. (1970). *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations and States*. Cambridge: Harvard University Press.

Kohl, Christoph (2018). *A Creole Nation: National Integration in Guinea-Bissau*. New York: Berghahn Books.

Lopes, Carlos (1982). *Etnia, Estado e relações de poder*. Lisboa: Edições 70.

Marx, Karl (1977). *Capital: A Critique of Political Economy*, Volume I, traduzido por Ben Fowkes. New York: Vintage Books.

Mendy, Peter Karibe e Richard A. Lobban Jr. (2013). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 4a edição. Laham / Toronto / Plymouth, UK: The Scarecrow Press.

Murison, Katherine, organizadora (2002). *Africa South of the Sahara 2003: Regional Surveys of the World*, 32a edição. London: Europa Publications.

ONU Habitat (2019). *Bissau 2030: Plano de Desenvolvimento Sustentável 2030*. Nairobi: ONU Habitat.

Sangreman, Carlos (2019). "A política económica e social na Guiné-Bissau, 1974-2016," *Guiné-Bissau: Notas sobre o presente e o futuro*, organizado por Carlos Sangreman. Lisboa: CESA.

Social Progress Impact (2021). "Social Progress Index." Fonte: www.socialprogress.org

UNCTAD (2021). *Commodities at a Glance: Special Issue on Cashew Nuts*, 14. Geneva: UNCTAD.

UNDP (2020). *Human Development Report 2020. The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene*. New York: UNDP.

United Nations University – WIDER (2021). "World Income Inequality Database."
Fonte: www.wider.unu.edu/project/world-income-inequality-database-wiid

World Bank (2021). "World Bank Open Data."
Fonte: https://data.worldbank.org/

World Bank (2020). "Poverty and Equity Brief: Guinea-Bissau" (outubro).

World Population Review (2021). "Gini Coefficient by Country 2021."
Fonte: https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country



9

Relações de Género

Birgit Embaló

Esta contribuição aborda as relações de género na Guiné-Bissau, demonstrando as causas subjacentes às desigualdades e à discriminação de género ligadas a normas socioculturais, contextos rurais tradicionais e à dominância do poder patriarcal na sociedade guineense. Baseando-nos na abordagem análise de género, vamos examinar as diferentes necessidades, restrições, responsabilidades e oportunidades de mulheres e homens e as diferenças entre os papéis que mulheres e homens desempenham hoje na Guiné-Bissau. A análise de género permite também entender as diferenças de género na hierarquia de poder e como isso tudo tem impacto na vida dos cidadãos e cidadãs.[1]

Anos de estagnação política na Guiné-Bissau resultaram em corrupção sistémica e graves disfuncionamentos na governação, que por sua vez tiveram um impacto negativo adicional sobre o estado das mulheres e as desigualdades de género. Além disso, a carga de cuidados suportada pelas mulheres aumentou com a pandemia de Covid-19 e os meios de subsistência sofreram muitas perturbações. Em tempos de coronavírus, a violência contra as mulheres e meninas na Guiné-Bissau cresceu significativamente.[2] Enquanto isso, o comércio e a produção informal diminuíram, especialmente no sector da alimentação. Isto resultou numa queda acentuada do rendimento das mulheres, com duas vezes mais perdas de empregos do que no caso dos homens.[3]

A sondagem de opinião pública e o estudo de grupos focais produzidos pelo projeto Vozes do Povo substanciam e evidenciam questões de importância fundamental para a compreensão das relações de género na Guiné-Bissau. A sondagem contém dados importantes sobre a atitude geral perante a igualdade de género, a opinião sobre a participação das mulheres na política e o direito das mulheres de possuir e herdar terras. Todos estes tópicos são centrais na discussão sobre a igualdade de género. As respostas de grupos focais permitem-nos ter melhor perceção sobre as principais barreiras à igualdade de género com diferentes nuances. Ao mesmo tempo, são indicadores que expressam o nível da consciência sobre questões de género entre os participantes.

A pesquisa Vozes do Povo aponta para o fosso enorme que existe na igualdade de género, entre o estado atual em que se encontram as relações de género na Guiné-Bissau e as opiniões e aspirações dos participantes. Segundo os dados revelados no inquérito, há um apoio expressivo à promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres, como se pode constatar no seguinte quadro.

---

1 Sobre metodologia da análise de género, ver Hunt (2004).

2 Bioksan Platform (2020).

3 Projeto Saúde Bandim (2020).

Opinião pública sobre a igualdade de género e o estado da mulher: Primeira interpretação dos dados

Pergunta[4]	*Pro (%)*	*Contra (%)*	*Interpretação dos dados desagregados por género*
Você quer uma sociedade com direitos iguais para homens e mulheres?	***78%*** *Igualdade de direitos e tratamento igual de homens e mulheres*	***19%*** *As mulheres devem continuar a estar sujeitas ao direito consuetudinário tradicional*	**83%** das mulheres querem direitos e tratamento iguais de homens e mulheres versus **72%** dos homens; **15%** das mulheres compartilham a opinião de que as mulheres devem continuar a estar sujeitas ao direito consuetudinário, apoiado por **24%** dos homens, ou quase um quarto dos homens. Mais de **80%** dos homens e mulheres pensam que o Estado não promove a igualdade de género e oportunidades iguais para as mulheres.
As mulheres devem ter o mesmo direito de possuir e herdar terras	***85%*** Sim	***12%*** Não	**88%** das mulheres defendem a ideia de que têm o mesmo direito de possuir e herdar terras que os homens, enquanto **81%** dos homens concordam com essa opinião. Parece haver uma maioria sólida da população a favor do tratamento igual de género relativamente à posse da terra e a herança.
As mulheres devem ter direitos iguais na vida política?	***76%*** *As mulheres devem ter as mesmas oportunidades que os homens para serem eleitas para cargos políticos*	***21%*** *Os homens são os melhores líderes políticos e devem ser eleitos em vez de mulheres*	A opinião das mulheres difere significativamente da dos homens: **82%** das mulheres versus **69%** dos homens (13% de diferença) acham que as mulheres devem ter direitos iguais na vida política. **27%** dos homens pensam que eles são os melhores políticos; esta opinião é partilhada por apenas **16%** das mulheres no inquérito.
O que significa democracia e qual a importância desse sistema político para você?	*Prefere a democracia a qualquer outra forma de governança* ***64% homens 42% mulheres***	***80%*** *contra regime militar ou sistema presidencialista sem eleições gerais*	Mais de **80%** da população pesquisada recusa um regime militar ou um sistema presidencialista sem eleições gerais. Ao mesmo tempo, quase metade das mulheres (**47%**) não entendem a palavra portuguesa "democracia", em comparação com **28%** dos homens inquiridos. Embora existam lacunas de género significativas na compreensão do termo político abstrato "democracia", tanto homens como mulheres têm uma compreensão extremamente semelhante dos principais conteúdos da democracia: liberdade civil e pessoal (**47%** feminina vs. **49%** masculina) e soberania do povo (**30%** feminina vs. **24%** masculina). Por outro lado, podemos notar uma diferença de género quanto à preferência pela democracia sobre qualquer outra forma de governação: apenas **42% das mulheres** vs. **64% dos homens** preferem a democracia em termos absolutos.

[4] Carter (2021).

Pergunta	*Pro (%)*	*Contra (%)*	*Interpretação dos dados desagregados por género*
Você se sente protegido / abandonado pelo Estado?	***28%*** *Protegido*	***64%*** *Abandonado*	A desconexão do Estado e as suas instituições é preocupante, significando desamparo do cidadão, falta de proteção contra a violência e outros riscos (saúde, desastres). As pessoas da zona rural e especialmente as mulheres sentem-se abandonadas pelo Estado, conforme evidenciado nas entrevistas do grupo focal, particularmente através de declarações de mulheres do grupo focal Demba Cali. Mais homens (**56%**) do que mulheres (**47%**) sentem-se muito abandonados pelas instituições do Estado.
Desconfiança institucional ***Na polícia*** ***Nos tribunais*** ***No parlamento***	***Sim*** ***53%*** ***59%*** ***68%***		Esses resultados de alta desconfiança documentam o enorme fosso existente entre a população e as principais instituições de um Estado democrático, baseado no Estado de Direito e na Defesa dos Direitos Humanos. *Dada esta grave falta de confiança na polícia, nos tribunais e no parlamento, a perseguição de violações dos direitos humanos contra mulheres (violência doméstica, estupro, violência por parceiro íntimo, casamento precoce e mutilação genital feminina) parece difícil e altamente improvável.*
Posicionamento regional da Guiné-Bissau[5]	*Média da CEDEAO*	*Guiné-Bissau*	Em comparação com a região, a Guiné-Bissau mostra uma elevada aceitação dos direitos e da igualdade das mulheres; em relação à herança, ocupa a terceira posição mais alta; em relação à participação política, a quinta posição mais alta (de quinze países comparados, dados não desagregados por sexo).
direito de herdar propriedade	*71%*	*85%*	
direitos iguais na participação política	*71%*	*76%*	

Compromissos da Guiné-Bissau para com o Género

A realidade social vivida na Guiné-Bissau indica grave discriminação das mulheres e violação dos seus direitos. Os artigos 24 e 25 da Constituição da República da Guiné-Bissau (1984, revista em 1996) proíbem todas as formas de discriminação com base no sexo, raça ou religião. A Guiné-Bissau assinou a maioria das convenções e protocolos internacionais para a proteção dos direitos humanos das mulheres, particularmente a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, de Maputo (2003), o Protocolo Opcional sobre a Violência contra as Mulheres (2009), bem como a Resolução 1325 (2000) da ONU, e as resoluções subsequentes sobre Mulheres, Paz e Segurança para a proteção das mulheres em conflitos e seu engajamento ativo na construção da paz.

[5] Carter (2020a: 30-31).

A nível nacional, a consciência sobre questões de género foi levantada sistematicamente, pela primeira vez, no Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza,[6] que vincula as desigualdades estruturais de género ao desenvolvimento económico do país, e através da primeira Política Nacional para a Equidade e Igualdade de Género,[7] que fornece a política abrangente e a estrutura de planeamento para os compromissos nacionais de igualdade de género.

Embora o governo da Guiné-Bissau esteja comprometido nos seus documentos programáticos com o apoio à igualdade de género e esses compromissos se tenham intensificado nos últimos anos, podemos notar uma enorme lacuna entre as normas públicas e a prática real das políticas e da implementação da legislação relevante no país.

Fatores Socioculturais Perpetuam a Desigualdade de Género

As normas socioculturais justificam a discriminação e práticas nocivas contra as mulheres que ameaçam a sua saúde, violam os seus direitos humanos e impedem o bom desenvolvimento do país.[8] Estereótipos arraigados em relação aos papéis, responsabilidades e identidades de mulheres e homens continuam a moldar as relações de género na Guiné-Bissau. As práticas socioculturais que seguem o modelo patriarcal limitam a aplicação efetiva das várias convenções ratificadas pelo Estado da Guiné-Bissau e também dos instrumentos jurídicos nacionais que visam a promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de género.

Não obstante a recente legislação se revelar sensível e protetora de género, nomeadamente as leis contra a violência doméstica (2014), contra a mutilação genital feminina (2011), contra o tráfico de pessoas (2011) e para a promoção da saúde reprodutiva (2010), o direito consuetudinário continua a ser aplicado em detrimento do direito positivo, particularmente em questões familiares.

As relações de género e poder na Guiné-Bissau são caracterizadas pela cultura de *matchundadi*. Esse tipo de "masculinidade hegemónica" manifesta-se em diferentes fenómenos de violência que penetram e provocam o enfraquecimento das instituições, da prática política e económica, e impedem o funcionamento normal do Estado. A nível familiar e individual, a cultura de *matchundadi* alimenta aquelas tradições e costumes que garantem a submissão de certos indivíduos – essencialmente mulheres – dentro de padrões étnicos, identidades religiosas e a estrutura familiar.[9] A cultura de *matchundadi* está baseada em hierarquias repressivas de controlo e dominação e garante aos homens as primeiras posições na sociedade e a participação nos principais processos de tomada de decisão, dando origem também à masculinização do poder institucionalizado.[10]

O ditado popular "*Guiné-Bissau padi son fidju-matchu*" (Guiné-Bissau só dá à luz rapazes) é utilizado pelas mulheres para explicar as causas do sofrimento, a pobreza e as dificuldades do quotidiano como também os conflitos que emanam de um ambiente de convulsão social e política.

Um universo simbólico é construído em torno do *fidju-matchu*, geralmente preferido por homens e mulheres. Essa preferência rebaixa meninas e mulheres, muito visível, por exemplo, quando as famílias pobres têm que escolher quem mandar para a escola, com os rapazes sendo vistos como aqueles que têm naturalmente mais oportunidades de ter acesso a posições de destaque na sociedade.

---

6 DENARP II (2011).
7 PNIEG (2012/2017).
8 Mendes (2018).
9 Moreira (2017: 9).
10 Moreira (2017: 16).

A mulher que não consegue dar à luz um rapaz às vezes sente culpa e frustração no seu casamento e não é incomum que os homens procurem outra parceira. Uma característica essencial das masculinidades violentas na Guiné-Bissau é a insubordinação como elemento de afirmação e resistência ao poder dos outros homens, perpetuando assim o ambiente de tensão social e política. Nessa ordem de ideias, muitos *fidjus-matchu* que rivalizam num único território não podem ceder a uma sociedade estável e pacífica.[11] Assim, as rivalidades machistas definitivamente fomentam tensões políticas e instabilidade contínua.

Família e Vida Social de Acordo com as Práticas Culturais Tradicionais

A prática do casamento precoce e forçado é generalizada entre a maioria dos grupos étnicos da Guiné-Bissau e incorpora diferentes tipos de violência: psicológica, física e sexual. As principais vítimas dessa prática são meninas entre 12 e 16 anos. Além do interesse pessoal e do abuso sexual, o casamento forçado está relacionado com as dificuldades financeiras e pobreza extrema nas áreas rurais. Muitas vezes o casamento forçado é utilizado como pagamento de dívidas que olha para as meninas como um bem económico, reforçado com o sistema de dote. O Código Civil (CC nº 1601) quase dá aval à lei positiva guineense para o casamento forçado ou precoce, legalizando o casamento aos 14 anos para as meninas e 16 para os rapazes (com consentimento dos pais). Em 2010, a idade legal para o casamento foi elevada a 18 anos para ambos os sexos (Lei da Saúde Reprodutiva, 2010), mas não existem penas para punir quem força as filhas e os filhos a casar com idade menor. Um terço das raparigas guineenses são casadas com menos de 18 anos versus 3% dos rapazes.[12]

Por outro lado, os casamentos polígamos não são legalmente reconhecidos nem protegidos. Não fazem parte da "união de facto" (união / relações de facto, Lei 6/1976) mas seguem disposições exclusivamente consuetudinárias. De acordo com dados do último inquérito MICS, quase 40% das mulheres versus 21% dos homens vivem em relações polígamas, ou seja, duas vezes mais mulheres do que homens.

Mutilação genital feminina

A mutilação genital feminina (MGF) é reconhecida como forma extrema de discriminação e violência de género. Esta prática viola os direitos humanos básicos das mulheres, como estar livre de violência e de tratamento cruel, desumano e degradante, o direito à integridade física e o direito à não discriminação: direitos que estão todos garantidos na Constituição do país. Na Guiné-Bissau, a MGF está enraizada no costume do *fanadu* – uma cerimónia de iniciação tradicional de muitos grupos étnicos que marca a passagem de rapazes e raparigas para a comunidade adulta e envolve a circuncisão dos rapazes e a mutilação genital das raparigas.

A esmagadora maioria das mulheres na Guiné-Bissau acredita que a prática da MGF deve ser interrompida: 86% das mulheres que vivem em áreas urbanas e 69% das mulheres que vivem em comunidades rurais, segundo a pesquisa do MICS 6. Processos jurídicos contra a MGF são, entretanto, fenómenos raros. A Guiné-Bissau aprovou uma lei que proíbe a mutilação genital feminina em 2011.

---

11 Moreira (2017: 101-102).

12 UNICEF (2020: 44).

De acordo com os últimos dados estatísticos, a MGF afeta pelo menos metade das mulheres entre 15 e 49 anos. Entre as meninas mais jovens, de 0 a 14 anos, quase 30% foram alvo dessa prática nociva, segundo relatos das suas mães.[13]

Apesar da criação de ambientes políticos, jurídicos e religiosos conducentes ao abandono da MGF, o número real de mulheres expostas a esta violação até agora não foi reduzido na Guiné-Bissau. Entre 2008 e 2018, cerca de 389 comunidades na Guiné-Bissau declararam publicamente o abandono total das práticas de MGF nas suas comunidades.[14] Mas observadores no terreno notam uma tendência crescente para práticas clandestinas de MGF nos últimos tempos.[15]

Violência doméstica

A Lei contra a Violência Doméstica (2014) criminaliza a violência doméstica e estabelece penas até 12 anos de prisão. Embora faltem dados estatísticos rigorosos, as organizações de mulheres na Guiné-Bissau como também os parceiros técnicos e os doadores internacionais atestam a violência generalizada e socialmente aceite contra as mulheres, principalmente a violência doméstica por cônjuges e parceiros íntimos em casa.

Não existem estatísticas nacionais disponíveis sobre violência baseada no género na Guiné-Bissau. Na região norte de Cacheu, a ONG Manitese registou recentemente mais de 80 casos de violência de género, principalmente casos de violência doméstica (num total de 38 aldeias). Os casos incluíram violência psicológica e económica, violência sexual e casamentos forçados. Dos casos acompanhados, apenas dois resultaram em processos judiciais, o que foi "um choque para nós que procuramos sensibilizar as pessoas para se queixar de acordo com a legislação em vigor no país".[16]

Muitas vezes, as mulheres hesitam em denunciar o abuso sexual devido ao estigma e pressão social e falta de estruturas estatais competentes, especialmente na polícia, para lidar com a violência contra as mulheres. Conforme evidenciado no inquérito Vozes do Povo, há uma severa desconfiança da polícia e dos tribunais. Comparadas aos homens, as mulheres reportaram muito menos contactos com a polícia e os tribunais.[17]

Mulheres, Participação Política e Tomada de Decisões

O direito das mulheres a participar da vida pública é reconhecido na Constituição nacional. Mas durante muito tempo não houve legislação relacionada para garantir a representação igual das mulheres na política e nos partidos. As mulheres estão sub-representadas na tomada de decisões na Guiné-Bissau, como se pode perceber ao olhar para algumas funções essenciais da vida pública.

---

13 Ver UNICEF (2020: 45). Os dados do MICS 6 demonstram que nos grupos étnicos predominantemente muçulmanos, mais de 90% das mulheres adultas sofreram MGF: 94% Fula, 90% Mandinga, 87% Beafada. O Conselho Nacional Islâmico e grupos como o CNPN argumentam que a MGF é uma prática anterior ao Islão na Guiné-Bissau e nada tem a ver com as recomendações do Alcorão, ver CNPN (2013: 12).

14 Guerreiro, Sara e Hélder Pires (2019).

15 O *fanadu di mindjer* é um bom exemplo de como a feminilidade é instrumentalizada, na medida em que essa prática, embora carregada de significados religiosos e tradicionais, constitui antes de tudo uma maneira de controlar as mulheres, seus corpos e suas expetativas na sociedade. Estudos recentes sobre a MGF na África Ocidental revelam que campanhas de advocacia, declarações públicas de abandono da MGF por líderes religiosos e comunidades, a melhoria da educação feminina e outras medidas não trazem a mudança desejada nas atitudes e comportamentos para abandonar a prática de corte / mutilação no sentido de abandono total ou substituição por meio de cerimónias alternativas sem intervenções corporais, ver Carvalho et al. (2018).

16 Manitese (2020).

17 Resultados similares podem ser constatados no perfil de género elaborado pelo African Development Bank Group / UN-Women (2015).

Nos últimos 25 anos, desde a abertura democrática do país, em média somente 14% dos deputados foram mulheres.[18] Além disso, poucas mulheres ocupam cargos elevados nos partidos políticos. Menos de 20% dos postos ministeriais foram preenchidos por mulheres e só 28% dos juízes são do sexo feminino.[19]

Alguns dados indicam que a representação feminina, a nível nacional, havia sido melhor antes, devido à influência na política ativa da primeira geração de mulheres lutadoras pela liberdade da pátria. A baixa representação das mulheres na vida política é tanto mais surpreendente quanto as mulheres tinham desempenhado um papel de destaque na guerra de libertação. Elas "apoiavam o PAIGC porque viram nele o potencial para a sua própria libertação", aquelas mulheres foram rapidamente integradas nos cargos de liderança no PAIGC.[20] Para além disso, um sistema de cotas havia sido instalado para os tribunais e conselhos do PAIGC onde pelo menos dois dos cinco membros eleitos tinham de ser mulheres.[21]

No final de 2018 foi promulgada a Lei da Paridade de Género, que estabelece a cota de representação das mulheres na Assembleia Nacional Popular em 36% para garantir que as necessidades, interesses e experiências das mulheres sejam tidos em conta no processo de tomada de decisão e nos cargos legislativos.

Com a "Lei da Paridade" foi aplicada pela primeira vez na Guiné-Bissau uma medida afirmativa temporária para a promoção da igualdade de género. Foi criada com esta lei uma base legal para garantir uma representação significativa das mulheres na tomada de decisões políticas.

Mas a real representação política na Guiné-Bissau contradiz os dados do inquérito Vozes do Povo, em que 69% dos homens disseram que as mulheres devem ter direitos iguais na vida política e apenas 27% consideravam que os homens seriam melhores políticos. A cota de paridade prevista de 36% de longe não foi alcançada nas eleições legislativas de março de 2019, embora as mulheres se tenham envolvido fortemente na campanha eleitoral. Uma mudança tão importante exige uma restruturação de fundo de todos os elementos-chave do processo eleitoral representativo. Nas eleições legislativas de 2019, as mulheres foram colocadas em lugares subalternos nas listas encabeçadas pela liderança masculina dos partidos. As leis eleitorais tais como as leis dos partidos políticos ainda devem ser harmonizadas com as exigências da "Lei da Paridade" numa sociedade em que não parece nada fácil que homens no topo do poder público renunciem voluntariamente às suas posições de privilégio e interesses de poder.

Principais barreiras para a participação das mulheres na política e na vida pública

As entrevistas com grupos focais realizadas pela equipa do DEMOS em 2019 evidenciam um conjunto de razões e condições para a exclusão das mulheres da participação política e da tomada de decisões.

As mulheres quase sempre ficam para trás. A exclusão ocorre a nível familiar, primeiro por não dar às meninas as mesmas oportunidades no ensino. "A primeira barreira que as mulheres enfrentam é a própria família. Porque a desigualdade e a diferença começam na família. Por isso a

---

18 Ver PNIEG II, 2017: Composição da ANP entre 1994 e 2014.

19 UNIOGBIS, Barros & Semedo (2013: 22), PNIEG (2012/2017).

20 Urdang (1979: 123).

21 Urdang (1979: 275).

mulher fica sempre atrás".[22] Embora as coisas estejam a mudar hoje em dia, ainda existe preconceito contra a frequência escolar das meninas. Vários participantes dos grupos focais apontam a culpa particularmente aos muçulmanos por não mandar as raparigas à escola devido ao medo de que as meninas escolarizadas possam recusar o casamento.[23]

O Estado é identificado como responsável pela disparidade de género na escolaridade: "Seus pais podem querer colocá-la na escola, mas não tem possibilidade e meios. O Estado deve apoiar a aprendizagem das meninas. O Estado deve agir, criar leis e fazer as leis funcionar. As meninas têm os mesmos direitos que os meninos. A menina pode fazer tudo o que o menino faz."[24] As participantes femininas nos grupos focais argumentam que as meninas têm as mesmas capacidades e habilidades de aprendizagem que os meninos, mas precisam de apoio especial.[25]

Os homens, tendo sido melhor educados e num nível superior, estão melhor preparados para tarefas como a política, ou pelo menos para falar de política. As mulheres não têm tempo a perder em discussões intermináveis sobre política, pois as obrigações do trabalho doméstico, dos cuidados com os filhos e da produção de alimentos para sustentar a família recaem sobre seus ombros: "Os homens gostam de ficar na sede do partido, mas nós, mulheres, não. Não temos esse tempo. Se começarmos a ir para a sede e passar o dia lá, vamos perder nossos maridos, vai acabar o casamento. É por falta de tempo que as mulheres não participam ativamente na política."[26]

A falta de tempo é um constrangimento sério para as mulheres,[27] mas o que é ainda mais importante, é a atitude dos homens de evitar ou não permitir a participação das mulheres nos assuntos públicos. Por isso, as mulheres não participam nas reuniões políticas, não sabem como se envolver na política e são reduzidas a recipientes passivos de orientação em quem votar: "Os homens têm mais tempo para discutir política, porque convenceram as mulheres de que o lugar delas é em casa. Os homens não nos deixam participar em eventos políticos. Se o marido volta para casa e não encontra a esposa lá, já é motivo de briga."[28]

As mulheres submetem-se ao papel estereotipado que os homens desenham e ditam. Obviamente, os maridos assustam suas esposas ameaçando espancá-las e se separar delas, se não cumprirem completa e perfeitamente seu papel de género, ou seja, seguem a divisa "o lugar da mulher é em casa". Este foi e muitas vezes ainda é o modelo preferido da mulher na Guiné-Bissau. As relações de género estão inseridas nas relações de poder, acompanham e reforçam a cultura de *matchundadi*. "Os homens não nos deixam estar com eles; eles deixam-nos aqui, em casa. Não temos consciência da política. Não sabemos como a política é feita. Não sabemos como entrar na política. A gente só fica aqui esperando a orientação de em quem votar."[29]

---

22 Citação de uma mulher de 25 anos de Canchungo, Carter (2020b).

23 Ver o grupo focal de Buba, em especial a citação de uma mulher de 64 anos, Carter (2020b).

24 Comentário de uma mulher de 30 anos na tabanca Demba Cali, ver Carter (2020b).

25 O Relatório sobre o Sistema Nacional de Educação, RESEN, do MEN e UNICEF (2015), demonstrou a baixa equidade do sistema educacional na Guiné-Bissau que foi observada tanto no acesso à escola como na conclusão dos ciclos de ensino e em várias dimensões: género, meio de residência, nível de riqueza e regiões. A correlação com base na localização geográfica, sexo e situação económica é ainda mais pronunciada no ensino secundário.

26 Mulher de 37 anos do bairro de Antula, Bissau, ver Carter (2020b).

27 Ao lado das lacunas educacionais e das normas socioculturais, a falta de tempo impede a participação ativa das mulheres na política, segundo muitos entrevistados, ver Carter (2020c: 25-26).

28 Mulher de 28 anos do bairro de Antula, Bissau, ver Carter (2020b).

29 Mulher de 37 anos da tabanca Demba Cali, ver Carter (2020b).

Mulheres como agentes de mudança social

Com o crescimento das organizações e redes de mulheres e, mais geralmente, da sociedade civil que defendem os direitos das mulheres e a sua participação política, a igualdade de género tem ganho cada vez mais atenção no discurso público da Guiné-Bissau. Nos últimos dez anos, foi construída uma forte rede de ONGs e plataformas da sociedade civil para a promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres.[30] As mulheres estão engajadas nos processos eleitorais e como mediadoras de conflitos nas crises políticas que abalam o país. As mulheres impulsionaram a legislação da "Lei da Paridade" (de género) em 2018. No auge da pandemia de Covid-19, foi criada a primeira plataforma digital nacional para a igualdade de género – BIOKSAN.[31] A revisão da Constituição na perspetiva da igualdade e promoção de género está em curso. Estes são desenvolvimentos promissores que apontam para o compromisso incansável das mulheres guineenses ativistas em elevar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres na agenda política nacional. Demonstram a agência feminina e seu potencial para iniciar mudanças sociais.

Esse otimismo político reflete-se na alta votação de 78% de participantes do inquérito Vozes de Povo que optaram pela igualdade de direitos e tratamento igual para homens e mulheres. Muitos participantes dos grupos focais confirmaram que uma mudança social está em curso nos últimos tempos e que as mulheres começaram a tornar-se mais visíveis na escola e na sociedade: "As mulheres estavam a esconder-se, mas há cerca de cinco anos as mulheres começaram a ocupar seus espaços. Já estão a mostrar o seu potencial. Hoje as mulheres já estão sentadas nas 'bancadas' para discutir política. Minha amiga e eu conversamos muito sobre política. Estamos dando passos largos para chegar onde os homens estão na política."[32] Mesmo no meio rural, onde as mulheres têm medo de falar diante dos homens e de cometer erros em público, a mudança é notável com a criação de associações de mulheres nas aldeias e campanhas de conscientização organizadas por elas para aumentar a aparição pública das mulheres e o seu engajamento.[33]

Podemos deduzir uma nova autoconfiança da mulher e a consciência de seu próprio potencial para se concentrar no essencial, sua família, mas também para ter coragem e aceitar os desafios da liderança política do país: "Se formos ao mercado, nós falaremos só de bandejas e "*abotas*" (grupos de poupança), mas a política não entra nas nossas conversas. Sempre brincamos com nossos corações. A nossa maior preocupação é alimentar a família. A política é dos homens, mas se nos entregarem o país, aceitaremos o desafio." "Podemos mudar a nossa sociedade," explica outra mulher, "mas precisamos mudar a mentalidade, a nossa forma de pensar."[34]

---

30 Ver organizações como a Plataforma Política das Mulheres (PPM); Rede Paz e Segurança para as Mulheres do Espaço da CEDEAO (REMSECAO); Rede de Mediação Feminina (RENUME); Conselho Guineense de Mulheres Facilitadoras para o Diálogo (CMGFD); Voz de Paz; Rede Nacional de Luta contra a Violência Baseada no Género e na Criança (RENLUV); Associação de Mulheres com Atividades Económicas (AMAE); Associação de Mulheres Juristas; Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas (CNPN), entre outras.

31 A maioria dessas atividades são co-iniciadas e apoiadas pelas agências das Nações Unidas em Bissau.

32 Depoimento de uma mulher jovem de 24 anos, no grupo focal realizado na Praça, Bissau, ver Carter (2020b).

33 Ver depoimentos do homem de 73 anos de Candjadja, a mulher de 48 anos de Bafatá, e a mulher de 31 anos de Canchungo, em Carter (2020b). "As mulheres já estão a mudar, mas ainda temos medo. Quando estamos num lugar junto com os homens, temos medo de falar, medo de assumir qualquer tipo de compromisso para resolver os problemas. Sentamo-nos lá e permanecemos passivas, com medo de cometer erros diante dos homens. No Brasil, chamavam a presidente de presidenta. Um dia também seremos chamadas assim, mostraremos nossas capacidades," depoimento de uma mulher de 31 anos de Canchungo, ver Carter (2020b).

34 Comentários de uma mulher de 60 anos de Buba e uma mulher de 46 anos de Canchungo, ver Carter (2020b).

Situação Socioeconómica das Mulheres

Uma característica fundamental da economia da Guiné-Bissau é a elevada percentagem de mulheres, cerca de 80%, engajadas em atividades económicas. A economia do país é baseada na agricultura de subsistência dos pequenos agricultores, combinada com a monocultura do caju, como principal produto de exportação, envolvendo toda a força de trabalho rural (sazonalmente) e fornecendo 90% das exportações.[35] As mulheres costumam recorrer ao trabalho informal de baixo rendimento como agricultoras, pequenas vendedeiras ambulantes (*bideiras*) de produtos agrícolas e peixes locais e/ou empregadas domésticas.[36] No processamento de produtos agrícolas (caju), os homens são os proprietários e gestores de instalações de processamento, enquanto as mulheres trabalham na base da cadeia de valor.

O papel e as responsabilidades das mulheres na Guiné-Bissau aumentaram ao nível produtivo, sem diminuição paralela das obrigações domésticas. Tal deve-se à escassez de serviços e infraestruturas sociais, à emigração de homens que frequentemente abandonam a sua casa uma vez no estrangeiro, à viuvez precoce de mulheres e à diminuição dos mecanismos tradicionais de regulação social. As mulheres acabam sendo responsáveis por grande parte das obrigações de sustento da família, cozinha, trabalho doméstico, cuidado de crianças e idosos, sem contrapartida real no acesso e gestão dos bens domésticos, mas contribuindo cada vez mais para o rendimento familiar. Apesar de as atividades domésticas femininas terem um grande valor em termos de desenvolvimento humano, saúde e bem-estar familiar, não há reconhecimento e valor monetário atribuído a este trabalho.[37]

Direitos de propriedade e herança das mulheres

Entre a maioria dos grupos étnicos, as mulheres não têm acesso a bens fundiários (terras) e outros bens (não fundiários), principalmente por causa das leis consuetudinárias discriminatórias relativas à herança. De acordo com a "Lei da Terra" (1998/2018) e seus "Regulamentos" (2018), as mulheres podem possuir terras da mesma forma que os homens e medidas são implementadas para garantir uma distribuição justa e mais equitativa de terras agrícolas em termos de género. A lei positiva que rege a propriedade comum do casal é discriminatória: de acordo com o Código Civil nº 1678, os bens do casal pertencem ao marido.[38]

O acesso à terra e a propriedade da terra (posse da terra) é um indicador-chave para a igualdade de género porque permite a expansão; é um ativo em caso de divórcio e fornece um local ou ativo para estabelecer um negócio. A terra funciona também como garantia para créditos. O direito à posse segura da terra tem um forte efeito sobre as mulheres, reduzindo a sua dependência de parceiros e parentes do sexo masculino e aumentando o poder económico feminino e de tomada de decisão pelas mulheres.[39] Até agora, as mulheres na Guiné-Bissau raramente têm direitos diretos de posse da terra. Entre o grupo Pepel, menos de 20% receberam terras doadas por seus pais e avós, enquanto as mulheres Fula não possuem terras. Mais de 50% trabalham na terra dos maridos; o empréstimo de terras (*kibini*) é outra prática comum para o acesso temporário a terras agrícolas.[40]

35 World Bank (2016).

36 PNIEG (2012/2017).

37 Embaló (2021).

38 O Regulamento fornece a estrutura das comissões fundiárias nacionais, regionais e locais (com representação igual de género na liderança) que decidirão sobre as concessões de terras a usuários privados nas comunidades.

39 FAO (2016).

40 Embaló (2001: 78-80).

A pesquisa do DEMOS concluiu que a maioria dos guineenses acha que as mulheres deveriam ter direitos iguais na propriedade e herança de terras. No total, 88% das mulheres participantes na pesquisa defendem a ideia de que têm o mesmo direito de possuir e herdar terras que os homens e 81% dos homens concordam com essa opinião. Esta é uma sólida maioria a favor do tratamento igual de género na posse e herança da terra. Segundo algumas autoridades tradicionais, a sociedade hoje caminha para se tornar mais igualitária em termos de herança de terras e outros bens. Hoje as mulheres podem herdar em partes iguais entre os irmãos terras do pai e também outros bens.[41] A legitimidade do argumento clássico para excluir as mulheres da herança de terras "porque elas saem de casa e das suas famílias" é questionada nos grupos focais: "Eu represento um regulado (reino local tradicional) e acho que deve haver justiça na partilha de ativos. Dizem que os filhos ficam em casa, mas essa é uma suposição relativa. Os meninos podem ficar em casa, mas não têm capacidade para administrar os bens de maneira adequada, enquanto as meninas da mesma família, quando saem de casa e herdam algo, pensam na sua origem. Em momentos de crise, levam os bens para a casa da família. As meninas, quase 80% delas, levam os bens obtidos para a casa da família, mas os meninos não pensam assim".[42]

Apesar da elevada consciência de que as mulheres devem possuir e herdar terras em termos de igualdade, revelada na pesquisa Vozes do Povo, e do facto de que a etnia Mancanha, cujas mulheres são famosas pela produção hortícola, está a adaptar o direito consuetudinário às exigências da igualdade de género, pouco mudou até agora na prática jurídica tradicional. Os homens herdam mais do que as mulheres e os homens herdam os bens produtivos: terras, plantações e gado: "A lei (lei positiva) diz que devemos dividir o que pertence ao nosso pai, mas aqui dizem que é o filho que deve herdar os bens do pai."[43]

Conclusões

A igualdade de género na Guiné-Bissau permanece um desafio constante. As reais condições de vida indicam grave discriminação das mulheres, embora a Constituição (1984/1996) proíba todas as formas da mesma (Art. 24). A desigualdade de género persiste porque as mulheres têm baixa escolaridade e geralmente têm um estatuto socioeconómico mais baixo do que os homens, com oportunidades económicas reduzidas, menos acesso a meios de produção e tomada de decisão. Múltiplos constrangimentos interrelacionados contribuem para o estado geral de desigualdade de género e impedem o empoderamento das mulheres na Guiné-Bissau. A fragilidade do Estado e a fraca aplicação das leis são um problema básico do Estado guineense.[44]

Parte importante da legislação nacional não considera questões de género e é obsoleta, principalmente o Código Civil, cuja revisão de princípio ainda não foi feita.[45] As capacidades de fiscalização para implementar as leis de proteção de género – contra a mutilação genital feminina e a violência doméstica – são particularmente fracas. Isto deve-se à falta de pessoal devidamente preparado no setor de justiça, que é dominado por homens com uma mentalidade patriarcal.

41 Depoimento de um homem de 65 anos da tabanca Glak Iala, ver Carter (2020b).

42 Depoimento de um homem de 55 anos em Bafatá, ver Carter (2020b).

43 Depoimento de um homem de 32 anos na tabanca de Candjadja, ver Carter (2020b). A prática legal tradicional nas comunidades muçulmanas, no entanto, trata todos os cônjuges de uma família polígama igualmente, e os bens (casa e gado) são divididos igualmente entre as esposas, sem considerar o número e o sexo dos filhos de cada uma, ver depoimento de um homem de 55 anos em Bafatá, em Carter (2020b).

44 Embaló (2020).

45 O Código Civil colonial português de 1968 ainda não foi substituído por uma edição totalmente nova e nacional, embora contrarie várias legislações nacionais, ver Embaló (2020).

Ademais, há uma grande falta de capacidade institucional neste setor. As mulheres ainda estão à espera da realização dos compromissos internacionais e nacionais de género assumidos pelo governo da Guiné-Bissau. Ainda resta muito por efetivar estas promessas em benefício das mulheres de todo o país.

Continuam a ser observados altos incidentes de mutilação genital feminina, casamento precoce e forçado e violência doméstica. As manifestações de violência de género e a violação de direitos humanos das mulheres discutidas neste capítulo demonstram que as relações de género na Guiné-Bissau estão profundamente enraizadas nas práticas culturais tradicionais, baseadas na cultura da *matchundadi.* A pesquisa Vozes do Povo revela que um quarto dos participantes masculinos desejam manter as mulheres sob o direito consuetudinário tradicional.

Melhores serviços no setor de justiça e abordagens inovadoras são necessárias para combater a violência baseada no género, com base em soluções locais e cooperação entre a justiça formal e o sistema de justiça tradicional. Queixas e julgamentos contra crimes de violência baseada no género ainda são bastante raros na Guiné-Bissau pelas razões evidenciadas aqui.

Registaram-se progressos notáveis no sentido da participação das mulheres no discurso público, na política e na tomada de decisões nos últimos dez anos na Guiné-Bissau. O facto de a "Lei da Paridade" ter sido aprovada em 2018 é um verdadeiro marco neste desenvolvimento que se caracteriza pela criação de redes da sociedade civil e organizações de mulheres engajadas no empoderamento das mulheres em todo o país. A "Lei da Paridade" precisa ser implementada adequadamente e o seu horizonte alargado para incluir os partidos políticos, a comissão eleitoral e a administração pública.

Vimos que 78% dos participantes na pesquisa Vozes do Povo optaram pela igualdade de direitos e tratamento entre homens e mulheres. Este é um sinal muito positivo: reflete uma consciência crescente em mulheres e homens da Guiné-Bissau para uma plena participação das mulheres no processo político e o questionamento dos papéis estereotipados de género pela maioria dos participantes da pesquisa. As entrevistas de grupos focais demonstram que as mulheres estão bem cientes da discriminação de género e das múltiplas barreiras que impedem a sua participação na vida pública e na tomada de decisões: principalmente os homens as mantêm subordinadas e em casa, sem oportunidade de intervir na política e nos assuntos públicos. Essas mulheres veem-se e apresentam-se sob uma nova luz, prontas para explorar o seu potencial, dotadas de autoconfiança na sua capacidade de resposta aos desafios de liderança e tomada de decisão.

O inquérito Vozes do Povo aponta para uma atitude geral positiva em relação aos direitos de propriedade e herança das mulheres: 85% defendem que as mulheres devem ter o mesmo direito que os homens de possuir e herdar terras. Participantes dos grupos focais identificaram a distribuição tradicional de bens conforme regulamentos patriarcais do direito consuetudinário como principal barreira às oportunidades económicas femininas na agricultura, produção de alimentos e comércio de pequena escala, ou seja, os componentes principais da agricultura familiar de subsistência. Alguma mudança em direção a uma distribuição e herança da terra com maior igualdade de género será possível com uma implementação completa da nova Lei da Terra e adaptação sensível ao género da prática de distribuição da terra governada por regulamentação consuetudinária.

A criação de um ambiente propício para maior igualdade de género e o empoderamento das mulheres precisará envolver os homens como parceiros, tanto os jovens como os maridos, os políticos e também os representantes do sistema tradicional. A superação da cultura de *matchundadi*

e a aceitação de novos papéis de género pelos homens ainda é um caminho longo a percorrer na Guiné-Bissau.

Que os primeiros frutos na direção certa para relações de género mais iguais e justas estejam a amadurecer, é evidente a partir da atitude básica positiva em relação à igualdade de género expressa na pesquisa Vozes do Povo.

Referências

African Development Bank Group/ UN-Women (2015). *Guinea-Bissau Gender Profile*. Abidjan: AfDB.

African Union (2018). *AU Strategy for Gender Equality & Women's Empowerment, 2018-2028*. Addis Ababa: African Union.

Baldé, Fatoumata Djau (2018). "Mutilação genital feminina: Uma questão de direitos humanos das mulheres na Guiné-Bissau," *Corte/Mutilação genital feminina: Respostas institucionais integradas*, organizado por Clara Carvalho, Ricardo Falcão, e Marta Patrício. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, pp. 97-106.

Barros, Miguel de e Maria Odete da Costa Semedo (2013). *A participação das mulheres na política e na esfera da tomada de decisão na Guiné-Bissau*. Bissau: UNIOGBIS.

Carter, Miguel (2021). *Vozes do povo: Relatório analítico e de mineração de dados. A Opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020a). *Vozes do povo: Estudo de grupos focais*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do povo: Relatório da pesquisa comparativa. A opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020c). *Vozes do povo: Síntese das entrevistas de grupos focais por assunto temático*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2018). *Vozes do povo: A primeira pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Carvalho, Clara, Ricardo Falcão e Marta Patrício (2018). *Corte/mutilação genital feminina: Respostas institucionais integradas*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais.

Casa dos Direitos (2016). *A Violência contra as meninas e mulheres*. Cadernos da Casa, 2. Bissau: Casa dos Direitos.

Committee on the Elimination of Discrimination Against Women, CEDAW (2009). *Concluding Observations of the Committee on the Elimination of Discrimination Against Women - Guinea-Bissau.* Bissau: Nações Unidas.

DENARP II, Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2011). *Guinea-Bissau: Second Poverty Reduction Strategy Paper*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.

Embaló, Augusto Idrissa (2001). "Kleinbäuerliche Ökonomie, Bodenrecht und Landkonflikte in Guinea-Bissau." Tese de Doutorado, Humboldt-Universität

Embaló, Birgit (2020). "Study on the Need for Gender Mainstreaming into the Legal Frameworks of Guinea-Bissau," UNDP Justice Reform Project Guinea-Bissau. Bissau: UNDP (relatório inédito).

Embaló, Birgit (2021). *Gender Analysis Guinea-Bissau*. Bissau: UNDP.

Faculdade de Direito de Bissau, Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas (2006). *Guiné-Bissau Código Civil e Legislação Complementar*. Lisboa: Faculdade de Direito de Bissau.

Faculdade de Direito de Bissau, Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas (2019). *Constituição da República da Guiné-Bissau. Anotada*. Bissau: FDB e UNIOGBIS.

Food and Agriculture Organization, FAO (2016). *Developing Gender-Equitable Legal Frameworks for Land Tenure. A Legal Assessment Tool*. Roma: FAO.

Guerreiro, Sara e Hélder Pires (2019). *Manual jurídico de formação para profissionais sobre a lei contra a mutilação genital feminina / excisão na Guiné-Bissau*. Bissau: Banco Mundial.

Hunt, Juliet (2004). "Introduction to Gender Analysis Concepts and Steps," *Development Bulletin*, 64, pp. 100-106.

Interpeace e Voz de Paz (2018). Fala di mindjer (*As vozes das mulheres)*. *Além da pressão social e das barreiras institucionais: O papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau.* Bissau: Voz de Paz.

Mané, Fodé, A. Mané e Januário P. Correia, coordenadores (2019). *Projeto de Revisão do Código Civil. Levantamento da Situação, Relatório da Primeira Fase*. Bissau: Faculdade de Direito de Bissau (relatório inédito).

Manitese (2020). "Nadilé, in the First Line Against Violence Against Women in Guinea-Bissau". *Manitese*.

Mendes, Paulina (2018). "Propostas de soluções aos problemas da desigualdade de género na Guiné-Bissau," *Governação íntegra na Guiné-Bissau: Propostas de soluções para os problemas sociais*. Lisboa: IPAV, pp. 84-103.

Ministério da Educação e UNICEF (2015). *Relatório sobre o Sistema Nacional de Educação, RESEN. Relatório da situação do sistema educativo para a reconstrução da escola da Guiné-Bissau sobre novas bases*. Bissau: MEN e UNICEF.

Moreira, Joacine Katar (2017). "A cultura di matchundadi na Guiné-Bissau: Género, violências e instabilidade política." Tese de doutorado, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

OECD Development Centre (2019). “Genderindex: Guinea-Bissau.”
Fonte: www.genderindex.org/country/guinea-bissau

PNIEG e Instituto da Mulher e Criança (2012). *Política nacional para promoção da igualdade e equidade de género,* 2012-2015. Bissau.

PNIEG II e Instituto da Mulher e Criança (2017). *Política nacional para promoção da igualdade e equidade de género*, 2016-2020. Bissau.

PNUD (s/data). *Programa de reforma da Justiça 2015-2019*. Versão draft. Bissau: Ministério da Justiça / PNUD.

Projeto Saúde de Bandim Guiné-Bissau (2020). *Avaliação rápida do impacto socioeconómico da crise de COVID-19 na comunidade: Lacunas e respostas*. Bissau: PNUD.

Roque, Sílvia, coordenadora (2011). *Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau*. Bissau: Nações Unidas.

Shell-Duncan, Bettina (2008). “From Health to Human Rights: Female Genital Cutting and the Politics of Intervention,” *American Anthropologist*, 110:2 (junho), pp. 225-236.

UNDP (2018). *Gender Equality Strategy, 2018-2021*. New York: UNDP.

UNDP (2019). “Gender Inequality Index,” *Human Development Report*. New York: UNDP.

UNDP (2020). *Building Back Better Starts Now. Covid-19 Socio-economic Impact Analysis for Guinea-Bissau*. Bissau: Nações Unidas.

UNICEF (2020). *MICS 6: Inquérito aos indicadores múltiplos, 2018-2019. Relatório final*. Bissau: Ministério da Economia e Finanças, Direção Geral do Plano, Instituto Nacional de Estatística, UNICEF.

Urdang, Stephanie J. (1979). *Fighting Two Colonialisms: Women in Guinea-Bissau*. New York: Monthly Review Press.

World Bank (2016). *Guinea-Bissau Country Partnership Framework*. Washington, DC: World Bank.

Leis da República de Guiné-Bissau Citadas no Capítulo

- Código Civil, 1968.
- Lei da União de Facto, 1976.
- Lei sobre a Saúde Reprodutiva e o Planeamento Familiar, 2010.
- Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, 2011.
- Lei contra a Excisão Feminina, 2011.
- Lei contra a Violência Doméstica, 2014.
- Lei da Paridade, 2018.
- Lei da Terra e Regulamento Geral da Lei da Terra, 1998/2018.


adidas

Política e Estado

10

O Artifício do Homem Forte e a Instabilidade do Regime Político

Miguel Carter

Este capítulo aborda a aflição do povo guineense perante a vida política do país e explica as causas desta inquietude. A instabilidade crónica do regime político teve um impacto devastador no país. As suas consequências conduziram a graves problemas de governação e a uma corrupção generalizada. Tudo isto impediu o desenvolvimento do país, fomentou uma economia predatória e extrativa, enfraqueceu a sociedade civil, deslegitimou o Estado e o seu regime, minou a soberania nacional e agravou a perceção de fracasso como nação. Todos estes problemas mantêm uma estreita relação com a política do homem forte e as condições que favoreceram a sua implantação na Guiné-Bissau.

A política do homem forte é um fator-chave da instabilidade do regime da Guiné-Bissau. Este padrão de comportamento político é guiado por regras informais mais do que pelas normas oficiais. Os líderes políticos demonstram a sua força pelo facto de terem muitos apoiadores, o que alimenta uma abordagem clientelista e patrimonial do exercício do poder político. O homem forte exibe elementos de uma masculinidade tóxica, a qual instiga uma política de soma zero, em que o vencedor leva tudo. Isto provoca, com frequência, lutas acirradas pelo poder e o acesso a benefícios materiais, necessários para assegurar a lealdade dos aliados e seguidores do líder. A luta para alcançar e preservar o poder político é absorvente e tende a desviar a atenção dos esforços exigidos para se enfrentar os principais desafios de desenvolvimento do país.

Este argumento é desenvolvido em cinco partes. A primeira apresenta dados sobre a aflição popular em relação à política guineense. A segunda examina a evolução do regime político guineense em forma comparada, utilizando os índices do consórcio académico Variedades da Democracia (V-Dem). A terceira analisa a construção histórica do regime guineense, com particular atenção à intricada e precária democratização eleitoral, a partir da década de 1990. A quarta secção explica a política do homem forte, começando com as condições institucionais, políticas, económicas e culturais que a tornam possível, antes de examinar o seu modus operandi. A quinta parte revisa as consequências nefastas da política do homem forte para o desenvolvimento da Guiné-Bissau e sua autoestima nacional.

Antes de proceder é necessário definir dois conceitos-chave neste estudo: regime e democracia. O termo 'regime' refere-se às regras formais e informais de acesso à condução do Estado e a gestão desse poder. A 'democracia' é um regime político baseado no princípio da soberania popular. Ele inclui procedimentos constitucionais que permitem a livre competição e participação periódica dos cidadãos na eleição dos seus representantes públicos e na promoção dos seus interesses, com garantias de liberdade de associação e expressão. A democracia supõe a instauração de um governo de maioria limitada, sustentada pelo império da lei e a proteção dos direitos da minoria.[1] Desta forma, uma eleição livre e competitiva não assegura que a autoridade eleita administre o poder público de maneira democrática. Um regime democrático, portanto, é uma forma distinta de aceder ao poder do Estado – e de exercê-lo.

** *O autor agradece o intercâmbio de ideias com Miguel de Barros e os comentários de Carlos Cardoso e de Philip J. Havik. Todas as traduções do inglês incluídas no texto são do autor.*

[1] Carter (2010: 10-11). Esta definição é inspirada na obra de Robert Dahl (1971, 1989), Giovanni Sartori (1987), Juan J. Linz e Alfred C. Stepan (1996), e outros renomados cientistas políticos.

Aflição Popular

O povo da Guiné-Bissau sente uma profunda angústia com a vida política do país. A pesquisa Vozes do Povo captou uma variedade de perceções e sentimentos que dão conta disso. A preocupação pela instabilidade do regime inclui o medo de vê-la desembocar na violência política. A frustração com a corrupção e impunidade, e o descaso com a governação, têm gerado um forte ressentimento em relação às lideranças políticas, ao ponto de suscitar questionamentos, em alguns sectores, sobre a viabilidade do projeto de nação.

A sondagem de opinião pública de 2018 revelou que 88% dos guineenses opinam que os líderes dos partidos políticos estão mais interessados em servir os seus interesses pessoais do que em servir ao povo (7%). Nenhum dos 15 países da CEDEAO exibe uma visão tão crítica das lideranças políticas do seu país como a Guiné-Bissau, considerando que a média regional chega aos 70% de desaprovação. Soma-se a isso o facto de 87% dos guineenses acharem que a rivalidade entre os partidos políticos pode levar a conflitos violentos; muito acima de qualquer outro país da CEDEAO, onde a média atinge 63%. A inquietação em torno da vida política e a frustração com a pobreza e o subdesenvolvimento têm um forte impacto na perceção do rumo do país. Na Guiné-Bissau, 82% das pessoas pensam que o país está a caminhar na direção errada, 26 pontos acima da média regional, e dez pontos acima dos países mais próximos da Guiné-Bissau: Togo e Mali, este último país em plena guerra civil na altura do inquérito.[2]

A aflição popular com a gestão política da nação foi corroborada pelos resultados do estudo de grupos focais, realizado em finais de 2019, em dez localidades diferentes do país. Ao serem consultados sobre a situação política do país, guineenses das mais variadas origens geográficas e sociais salientaram a sua reprovação e deceção, nos seguintes termos:

> O que complicou o país até hoje é o golpe de Estado no dia 14 de novembro de 1980. Depois veio a guerra de 7 de junho de 1998, que destruiu o país por completo. Hoje ninguém é alguém à frente de ninguém. Perdeu-se o respeito. A cultura de *matchundadi* arrebentou com o país completamente.[3]

> O conflito entre os políticos é o mais preocupante, porque [pode] levar-nos a um conflito maior, onde são usadas as armas. Temos o exemplo da guerra de 7 de junho. Não queremos que se repita, e é por isso que todos se preocupam com o conflito político.[4]

> Os políticos só pensam no seu bolso, nos seus filhos, e mulheres. Eles não pensam em nós. Estamos a lutar dia e noite, mas eles não fazem nada para o povo.[5]

O Regime Político

O regime político guineense teve uma evolução apreciável após a independência nacional. Na década de 1990, ele iniciou uma prolongada, complexa e confusa transição democrática, no meio de grandes dificuldades para construir um Estado de Direito. Os dados produzidos por Variedades da Democracia (V-Dem), um consórcio internacional sediado na Suécia, dedicado à pesquisa científica e global sobre a democracia, são esclarecedores neste sentido. Utilizando as suas classificações é possível traçar um panorama geral da evolução do regime político entre 1974 e 2020, como ilustra o seguinte gráfico.[6]

---

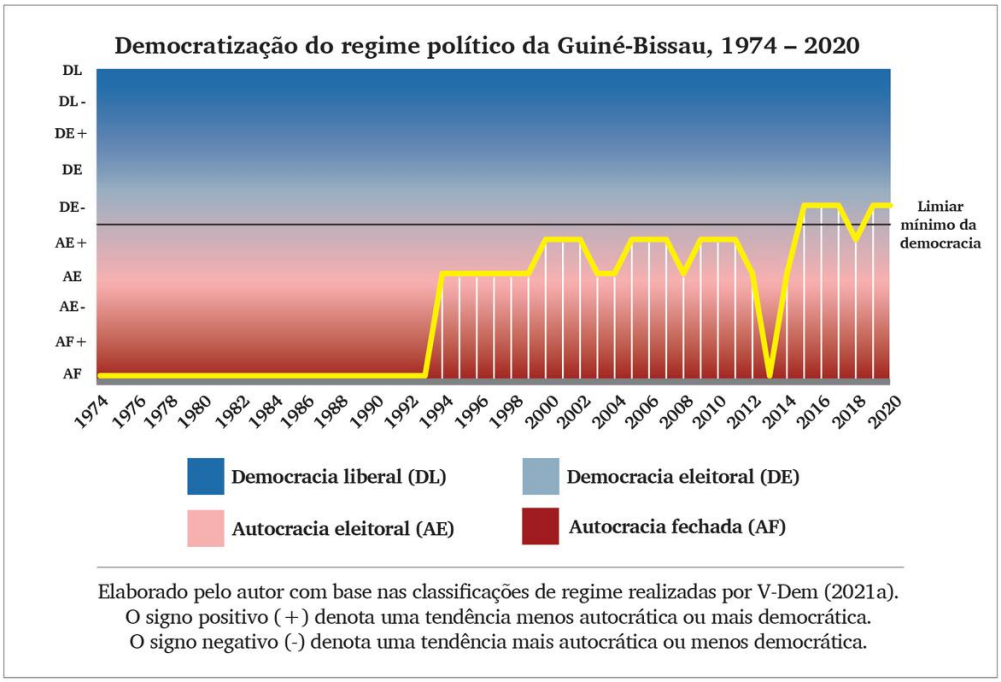
2 Carter (2020a); ver também o capítulo 6, de Carter, neste livro.

3 Homem de 51 anos entrevistado em Bissau, Carter (2020).

4 Mulher de 33 anos entrevistada em Bissau, Carter (2020).

5 Mulher de 35 anos entrevistada na tabanca de Binhal, sector de Empada, Quínara, Carter (2020).

6 Gráfico elaborado pelo autor com base nas classificações de regime realizadas por V-Dem (2021b), que utiliza quatro categorias básicas para os regimes políticos: autocracia fechada, autocracia eleitoral, democracia eleitoral e democracia



Elaborado pelo autor com base nas classificações de regime realizadas por V-Dem (2021a).
O signo positivo (+) denota uma tendência menos autocrática ou mais democrática.
O signo negativo (-) denota uma tendência mais autocrática ou menos democrática.

Os primeiros vinte anos após a independência foram sob uma autocracia fechada, num regime de partido único. Isto implicou certa continuidade com o autoritarismo implantado pelo regime colonial português, apesar das mudanças políticas e novas lideranças nacionais. A instauração da primeira eleição multipartidária na história do país, em 1994, permitiu a transição de um regime autocrático fechado para uma autocracia eleitoral, com conjunturas mais próximas, entre 2000 e 2011, do limiar mínimo da democracia. Mas o golpe militar de 2012 levou à interrupção deste processo. A transição democrática retomada em 2014, sob forte pressão internacional, com a celebração de eleições livres para o parlamento e a presidência, elevou a classificação democrática do regime guineense.

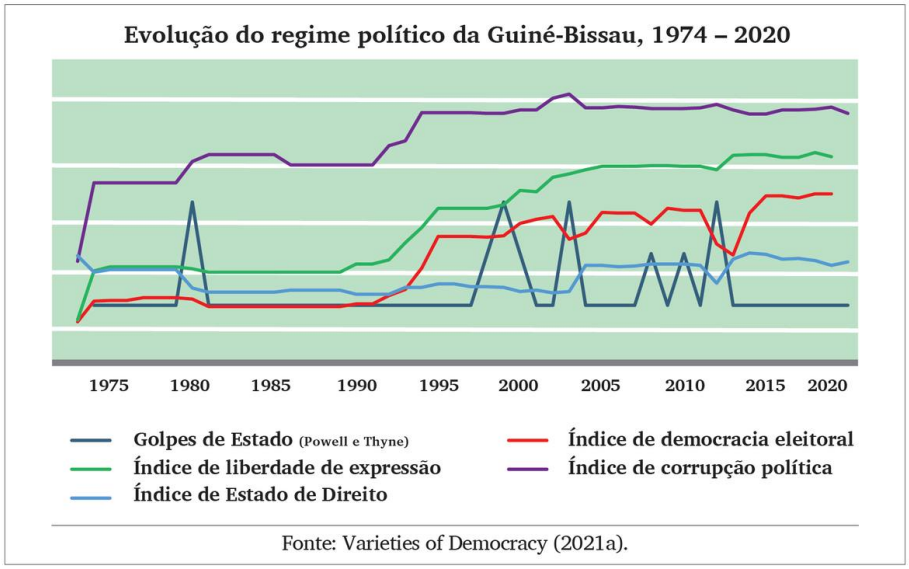
A Guiné-Bissau ultrapassou o limiar mínimo da democracia pela primeira vez na sua história, entre 2015 e 2017. Porém, com muitas reservas quanto à qualidade deste regime, segundo as classificações do V-Dem. O incumprimento do Acordo de Conacri, celebrado entre o presidente José Mário Vaz e as lideranças da oposição, em 2016, levou à imposição de sanções internacionais a figuras políticas ligadas a Vaz, e ao rebaixamento democrático de V-Dem em 2018. A realização de eleições legislativas em 2019 elevou a avaliação do regime por cima do limiar mínimo, mas mantendo as dúvidas quanto à sua qualificação democrática.[7]

O seguinte gráfico traça a trajetória histórica do regime guineense usando cinco índices do V-Dem. Observa-se aqui que o componente mais forte da sua democratização política é a liberdade

liberal. Esta última refere-se a uma democracia que garante a plena vigência do Estado de Direito e a proteção dos direitos civis da população.

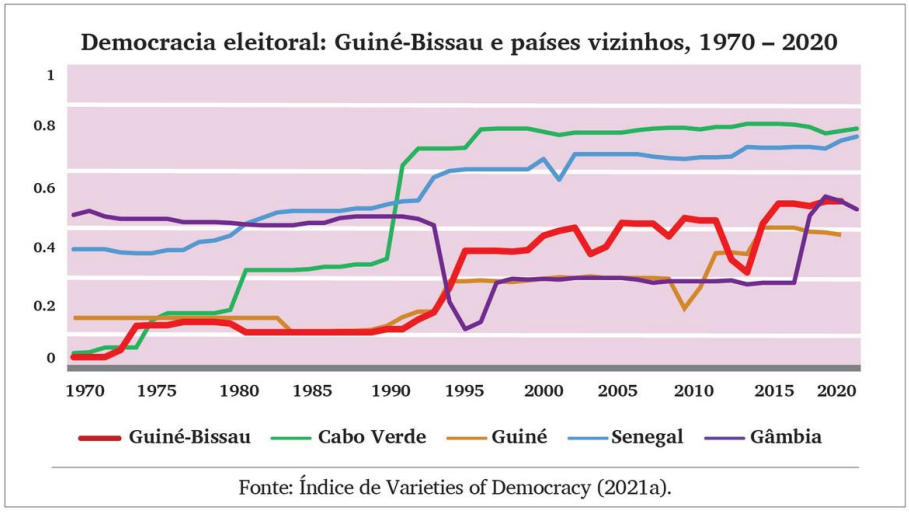
[7] *International* IDEA (2021) tem um sistema de classificação diferente e, portanto, uma leitura diferenciada do regime político da Guiné-Bissau. Para IDEA, o país teve um regime "autoritário" de 1974 a 1993. Depois, passou a ser uma "democracia débil / de baixa performance" entre 1994 e 1997. Entre 1998 e 1999 foi um regime "híbrido" (mistura de autocracia e democracia). A seguir, tornou-se numa "democracia débil / de baixa performance", entre 2000 e 2001, para voltar a ser um regime "híbrido" entre 2002 e 2004. De 2005 a 2009, a Guiné-Bissau foi classificada como uma "democracia débil / de baixa performance", e entre 2010 e 2012 como um regime "híbrido". Em 2013, o país teve um governo "autoritário". Mas entre 2014 e 2019, voltou a ser uma "democracia débil / de baixa performance".

de expressão e o mais problemático o Estado de Direito, o que explica a elevada corrupção política. A democracia eleitoral desponta a partir de 1994, mas com várias oscilações entre 1998 e 2013. Como mostra o índice de golpes de Estado, este foi o período de maior instabilidade política no país.

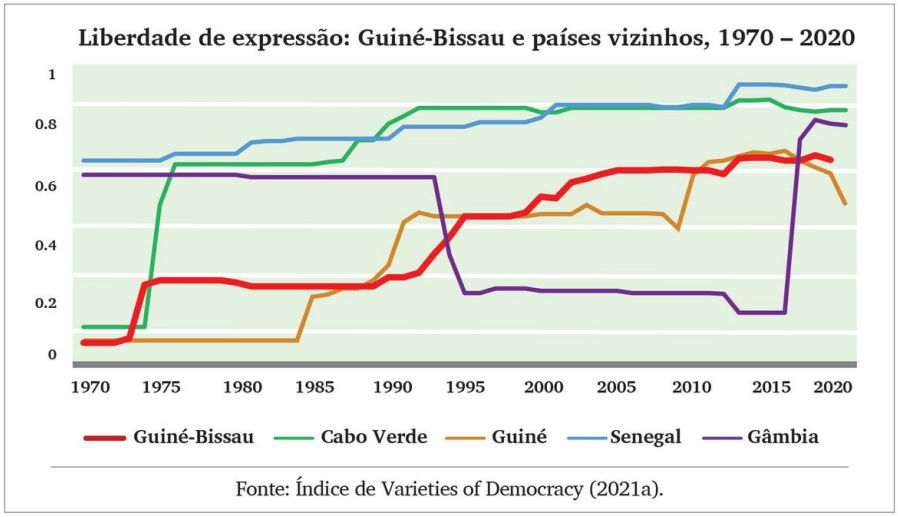


Fonte: Varieties of Democracy (2021a).

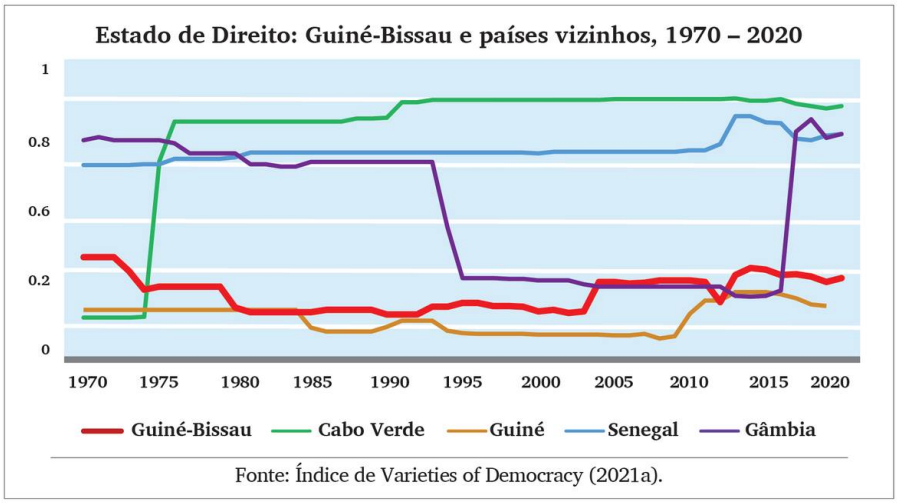
Com os mesmos índices de V-Dem, é possível comparar a trajetória da Guiné-Bissau em relação a quatro países vizinhos: Senegal, Guiné-Conacri, Gâmbia e Cabo Verde. Como revelam os seguintes gráficos, há certos paralelos entre Cabo Verde e Senegal, duas nações com um patamar democrático mais elevado. Em contraste, a Guiné-Bissau e a Guiné-Conacri exibem pontuações mais baixas. A diferença entre os países é notável nos índices de Estado de Direito e corrupção política, onde as duas Guinés têm um desempenho mais problemático. A Gâmbia, por sua vez, apresenta uma forte variação devido à instauração do regime autoritário de Yahya Jammeh, entre 1994 e janeiro de 2017.



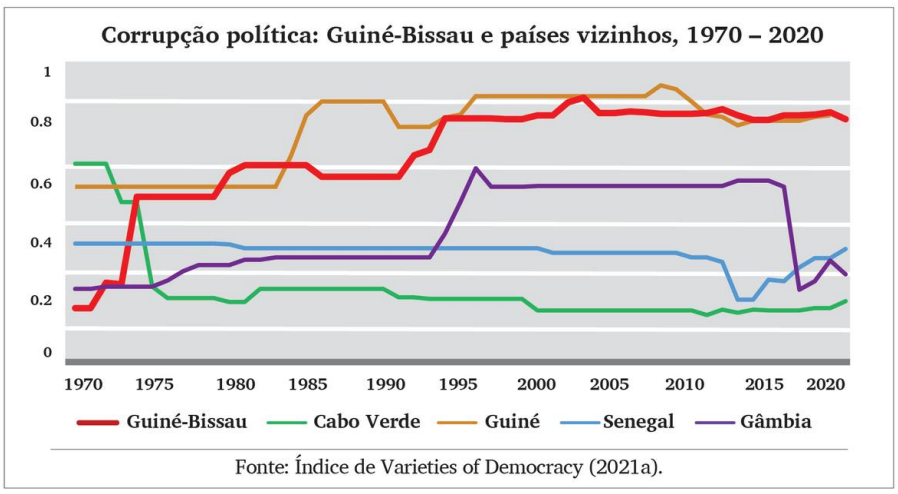
Fonte: Índice de Varieties of Democracy (2021a).



Fonte: Índice de Varieties of Democracy (2021a).



Fonte: Índice de Varieties of Democracy (2021a).



Fonte: Índice de Varieties of Democracy (2021a).

A trajetória do regime guineense representada nos índices V-Dem revela uma transição democrática prolongada, conturbada e frágil. Trata-se de um regime democratizante, mas ambíguo, oscilante, precário e pessoalizado. *Ambíguo*, por combinar uma arquitetura institucional democrática com uma adesão fraca – por vezes nula – às regras do jogo democrático. *Oscilante*, por balançar entre

uma autocracia eleitoral liberalizada, com possibilidades de exercer diversas liberdades civis, e uma democracia eleitoral frágil, de duvidosa qualidade. *Precário*, devido à debilidade institucional, à adesão inconstante às normas democráticas, e à fluidez das forças políticas que participam neste regime. *Pessoalizado*, por girar em torno da política do homem forte.

Construção Histórica

Do regime colonial ao partido único

A Guiné-Bissau nasceu como Estado-nação sob o regime colonial português e a resistência à ocupação estrangeira de um território habitado historicamente por uma variedade de povos autóctones. Até finais do século XIX, a presença portuguesa restringia-se a algumas cidades e era quase impercetível no meio rural. Sob pressão das principais potências coloniais em África, Portugal iniciou um processo de conquista e domínio do território guineense, intensificado na campanha militar liderada pelo major Teixeira Pinto, entre 1913 e 1915, e executada com extrema violência por Abdul Injai, um mercenário senegalês. Milhares de vidas foram dizimadas através de uma política de terror, aplicada sobretudo nas comunidades não islamizadas. O regime colonial instaurado após esta conquista foi altamente autoritário, similar ao sistema de Apartheid sul-africano, de severa discriminação da população nativa e cerceamento dos seus direitos civis.[8]

A resistência ao regime colonial cobrou um novo ímpeto depois do massacre do porto de Pindjiguiti, em 1959. A ação das tropas portuguesas contra a greve dos estivadores do porto de Bissau ceifou a vida de 50 trabalhadores e deixou mais de 100 pessoas feridas. Ela desatou a militarização da luta pela independência nacional, coordenada principalmente pelo PAIGC. Sob a liderança carismática de Amílcar Cabral, criou-se uma estrutura vertical de poder. Ainda que houvesse instâncias de representação e debate no PAIGC, ela funcionava em grande medida sob a égide de um homem forte – um intelectual afável, de vida austera e intensas convicções políticas.[9]

O assassinato de Amílcar Cabral, em janeiro de 1973, impediu que a liderança maior do PAIGC assumisse as rédeas do país após a declaração da independência nacional, oito meses depois. A independência foi efetivada em 1974, após a queda do regime autoritário em Portugal e a saída das tropas coloniais. No poder, o PAIGC instaurou o que Juan J. Linz definiu como um "regime autoritário de mobilização pós-independência". Segundo Linz,

> Os regimes autoritários de mobilização de partido único nascem pela iniciativa de líderes políticos que surgem das bases populares – e as mobilizam – e não de cima, por iniciativa dos governantes. [Estes regimes] são possíveis em sociedades de baixo desenvolvimento económico, particularmente com uma estrutura rural camponesa bastante igualitária, e uma elite económica moderna pequena.[10]

Regimes deste tipo permearam boa parte do continente africano nas décadas de 1960 e 1970. No caso da Guiné-Bissau, a era do partido único – de 1974 a 1994 – teve dois períodos distintos. No primeiro, sob a presidência de Luiz Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral, houve um regime marcado pelo poder repressivo da polícia política. Depois, com o golpe militar de 1980 e a instauração da presidência do general João Bernardo (Nino) Vieira, um dos principais comandantes das tropas libertadoras, o governo teve um pendor militarista.

---

8 Sobre a conquista do território guineense e o regime colonial, ver Forrest (2003: 105-141).

9 Sobre Amílcar Cabral, ver Mendy (2019), Chabal (2003) e Dhada (1993).

10 Linz acrescenta: "A fraqueza da autoridade tradicional e a falta de compreensão das complexidades da autoridade legal racional tornaram possível o surgimento de pelo menos uma aparência de liderança carismática" (2000: 227-229).

O golpe de 1980 resultou do fracasso da gestão económica do governo Cabral, centrado no controlo estatal da economia e numa política voltada para a industrialização, numa nação profundamente camponesa. A inflação e a escassez de alimentos e insumos básicos, num ambiente de repressão policial e distanciamento entre a liderança política e o povo, acentuou as clivagens identitárias entre a elite revolucionária de origem cabo-verdiana e a guineense. Os conflitos no interior do PAIGC, num ambiente de crescente mal-estar social, culminaram com o "Movimento Reajustador", na expressão das forças sublevadas. O golpe militar provocou a cisão entre Cabo Verde e Guiné-Bissau. O PAIGC se manteve no poder, mas passou, seguindo a tipologia de Linz,

> Pela transformação do partido único, baseado num movimento de massa disciplinado e ideológico, em uma máquina política flexível, mantendo a solidariedade entre seus membros por meio de apelos aos seus interesses próprios, permitindo ao mesmo tempo o jogo recorrente de fações e a reconciliação entre elas. Além disso, contava de forma habitual com a atração de recompensas materiais em vez do entusiasmo por princípios políticos.[11]

O governo de Nino Vieira manteve inicialmente a política económica baseada no centralismo do partido-Estado, e agravou a perseguição dos adversários do regime autoritário. O modelo económico demonstrou-se insustentável na primeira metade dos anos oitenta quando o apoio do bloco socialista entrou em colapso. A inflação da moeda nacional, as altas despesas com a segurança, e a incapacidade de prestar serviços públicos e oferecer bens de consumo popular através dos Armazéns do Povo, agravaram a perceção de crise económica e social. Nesse contexto, foram aumentando as contestações internas e as pressões internacionais.

Em outubro de 1985, Nino Vieira acusou a mais de 50 altos funcionários públicos – incluindo o ministro da Justiça, o ex-procurador-geral da República, dezenas de oficiais superiores militares e guardas presidenciais – de "tentativa de golpe de Estado". Doze foram condenados à morte e seis foram executados em 1986. O episódio acentuou a deriva autoritária do presidente Vieira, gerou muita resistência interna e externa, e levou à formação de um movimento antiautoritário sediado em Portugal.[12]

Foi nesse contexto que o governo do PAIGC adotou, em 1986, o Programa de Ajustamento Estrutural, promovido pelo FMI e o Banco Mundial.[13] Liberalizou-se a economia e o comércio. Foram privatizadas as empresas públicas, privilegiando os aliados políticos, muitos sem experiência de gestão. Este processo levou à formação de um núcleo político-empresarial, com influência posterior na vida pública do país.[14]

Democratização eleitoral

Sob a égide da liberalização económica e pressão da cooperação internacional, o regime aceitou impulsar uma abertura política nos anos 1990. A Constituição foi revista em 1991 para liberalizar o regime político, garantindo liberdades de expressão e associação, incluindo a possibilidade de criar novos partidos políticos. A emenda constitucional de 1993 assentou condições para a democratização

[11] Foi assim que os seus "líderes nacionalistas se tornaram em chefes políticos", operadores de uma máquina partidária clientelista (Linz, 2000: 231). Sobre a era do partido único, ver Semedo (2021).

[12] Em 1986, foi fundada em Lisboa a Resistência da Guiné-Bissau / Movimento Bafatá (RGB-MB), que nos anos seguintes passou a constituir o principal movimento de oposição ao regime de partido único.

[13] Em 1983, o governo havia acordado um primeiro plano de estabilização económica com o FMI e o Banco Mundial. Sobre o impacto do Programa de Ajustamento Estrutural, ver Monteiro (1996).

[14] Segundo Raul Mendes Fernandes, a liberalização económica levou à "transformação da classe burocrática do Estado numa burguesia comercial e fundiária", que, "por falta de bases económicas, continuou ligada ao aparelho do Estado centralizada na figura do Presidente" (1994: 31, 35).

do sistema político e a celebração de eleições livres. Ela permitiu a criação da Comissão Nacional de Eleições e exigiu que o presidente da república fosse um civil, facto que obrigou o presidente-general Nino Vieira a passar à reserva.[15]

A revisão constitucional de 1993 levou à adoção de "um sistema semipresidencial, com alto pendor presidencialista".[16] Na Guiné-Bissau, o presidente nomeia o primeiro-ministro e pode demitir o seu governo depois de realizar consultas. Pode presidir o Conselho de Ministros, e, portanto, em princípio, chefiar o governo quando quiser. Ainda mais, pode emitir decretos presidenciais, sem o envolvimento de outras instituições, e vetar atos legislativos, que requerem dois terços dos votos da Assembleia Nacional para ser ultrapassados. O presidente também pode, com algumas restrições temporais, dissolver o parlamento. Ele nomeia o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o procurador da República, os embaixadores, e empossa os juízes do Conselho Superior da Magistratura. Além disso, o presidente é responsável pelas relações internacionais do país.[17]

As reformas constitucionais de 1991 e 1996 estabeleceram as bases para a descentralização do poder administrativo e a eleição de autoridades locais. Mas as leis aprovadas neste sentido não foram cumpridas. Como resultado, a Guiné-Bissau manteve a alta concentração do poder político em Bissau, instituído na era do partido único e, antes disso, sob o regime colonial. Três décadas depois de ter iniciado a reforma, os governadores das oito regiões administrativas do Estado e do sector autónomo de Bissau, e as autoridades dos 37 sectores do país, continuam a ser nomeados pelo governo central.

A primeira eleição multipartidária da história do país teve lugar em julho de 1994, após ter sido diferida por mais de um ano. A competição política se deu num ambiente de novas liberdades e intenso debate público. Nino Vieira, candidato do PAIGC, foi reconduzido à presidência, após ter derrotado por uma pequena margem Kumba Yalá, candidato do PRS. O PAIGC também venceu as eleições para a Assembleia Nacional.

Entre 1994 e 2019 a Guiné-Bissau realizou dez ciclos de competição eleitoral: sete eleições presidenciais e seis legislativas, três delas simultâneas.[18] Considerando o pleito da segunda volta em seis eleições presidenciais, o país teve 18 jornadas nacionais de votação num espaço de 26 anos. Trata-se de um processo inédito na história da nação guineense. Ainda mais se se considerar que não foram eleições de fachada, mas disputas competitivas. A partir de 1999, com a vitória do Kumba Yalá e o PRS, elas produziram alterações partidárias no exercício do poder público e permitiram a ascensão de novas lideranças políticas. Em várias eleições, os candidatos vencidos denunciaram atos de "fraude".[19] Mas em todos os escrutínios, os observadores internacionais acabaram por considerá-los "livres e justos".[20]

---

15 Sobre o início da transição democrática, ver Augel e Cardoso (1996), Koudawo e Mendy (1996).

16 Azevedo (2009: 139).

17 Azevedo (2009: 144-149). O intento de promulgar uma nova Constituição em 2001, com maiores atribuições ao parlamento, foi vetado por Kumba Yalá, que insistiu em manter os seus poderes presidenciais.

18 Os ciclos eleitorais ocorreram em 1994 (simultâneas: legislativa e presidencial), 1999 (simultâneas), 2004 (legislativa), 2005 (presidencial), 2008 (legislativa), 2009 (presidencial), 2012 (presidencial, interrompida por um golpe militar antes da segunda volta), 2014 (simultâneas), 2019 (legislativa), 2019 (presidencial).

19 A modo de ilustração, Kumba Yalá denunciou como "fraudulentas" todas as eleições nas quais foi derrotado (1994, 2005 e 2012), com exceção do seu revês em 2009, na segunda disputa com Malam Bacai Sanhá. As eleições legislativas de 2004 e as presidenciais de 2019 suscitaram polémicas importantes quanto à administração e judicialização da disputa eleitoral. Detalhadas informações sobre os pleitos ocorridos podem-se encontrar em Mendy e Lobban Jr. (2013) e Monteiro (2020).

20 A pesquisa Vozes do Povo revelou, em 2018, que 75% dos guineenses pensam que as eleições no seu país são "completamente livres"; 8% dizem que são "relativamente livres"; enquanto só 9% afirmam que elas são "de nenhuma forma livres".

O carácter transicional destes sufrágios explica as suspeitas mútuas e o jogo duro – por vezes desleal – entre os adversários. Esta dinâmica produziu, em determinados momentos, imposições arbitrárias que limitaram o exercício do poder conferido pelo processo eleitoral. Isto se deu através das insurreições militares de 1998, 2003 e 2012; o assassinato do presidente Nino Vieira em 2009; e artimanhas que impediram a nomeação do primeiro-ministro proposto pelo PAIGC, após o seu triunfo nas eleições legislativas de 2019.

A esta precariedade no respeito das regras do jogo, somam-se défices recorrentes que afetam a qualidade do sistema eleitoral. Eles incluem a falta de transparência no financiamento das campanhas, o que tem facilitado o uso de recursos ilícitos; a utilização da estrutura pública na campanha eleitoral; e a prática do clientelismo. Além disso, o apelo ao voto étnico tem sido uma constante desde 1994, com impacto em determinadas faixas do eleitorado. Promovida por alguns atores políticos, esta tendência tem acentuado o risco de politizar as identidades tribais.

A transição democrática iniciada na década de 1990 favoreceu o surgimento da sociedade civil, restringido na era colonial e durante o regime de partido único.[21] Nesta mudança, o PAIGC perdeu o monopólio das organizações populares e dos meios de comunicação. Ao nível sindical surgiram organizações independentes que decretaram várias greves. As associações juvenis e das mulheres passaram a ser autónomas e visíveis pelo seu protagonismo, com apoio de novas ONGs e organizações religiosas, sobretudo da Igreja Católica. Surgiram, ao mesmo tempo, novas rádios e jornais privados que impulsionaram a liberdade de imprensa e o maior acesso às informações. Tudo isto se deu no meio de atos esporádicos de repressão, muitas precariedades no acesso a recursos, a concentração de atividades em Bissau, e dificuldades em criar articulações a nível nacional.

Instabilidade crónica

Os avanços na construção de um regime democrático na Guiné-Bissau se deram num ambiente de alta instabilidade política e no marco de um Estado débil e politizado.[22] O golpe de 1980 elevou a influência dos militares na vida política, afiançando o peso forjado pelas forças armadas na luta de libertação nacional. Daí o forte destaque das chefias militares no quadro de alta precariedade institucional, sobretudo entre 1998 e 2013. As diversas crises que contribuíram para a instabilidade política do país e a sua trajetória histórica são ilustradas no seguinte gráfico. Este abarca factos como a guerra civil de 1998-1999; três golpes militares; o assassinato do presidente em 2009; a eliminação violenta de três chefes do Estado-Maior das Forças Armadas; o assassinato ou fuzilamento de 21 lideranças políticas, militares e sociais; 16 levantamentos militares e tentativas (reais ou inventadas) de golpes de Estado; 21 demissões do primeiro-ministro; e a destituição e detenção arbitrária das máximas autoridades

---

21 A sociedade civil é conceptualizada aqui como "um espaço público, pluralista e moderno de interação social [...] constituído por grupos, redes e instituições distintas do Estado, a sociedade política, a sociedade mercantil, a família e a vida individual" (Carter 2010: 13). A Guiné-Bissau tem uma vida comunitária intensa e de longa data. Esta sociedade comunal tem alimentado a formação da sociedade civil através do desenvolvimento do capital social – os laços de confiança social – e a criação de associações híbridas, com características tradicionais e modernas. Contudo, a sociedade comunal, baseada em identidades e funções atribuídas, não pode ser equiparada – ou substituir – à dinâmica social das associações modernas – como os sindicatos, as ONGs e movimentos sociais – fundada na adesão voluntária dos seus membros. Sobre a formação da sociedade civil guineense, ver Forrest (2003) e Cardoso (2008).

22 Há uma crescente literatura científica com diversas abordagens sobre a instabilidade política da Guiné-Bissau, ver Bijagó (2011, 2017), Bordonaro (2009), Carvalho (2014), Daju (2016), International Crisis Group (2012, 2014), Jarju (2019), Nóbrega (2003, 2015), Rudebeck (2001, 2011), Sangreman (2019a), e Storeloff (2013).

judiciais em 2002. A classificação de cada um destes 58 incidentes entre 1974 e 2019, com pontuações diferenciadas segundo a gravidade dos factos, permitiu produzir este retrato político do país.[23]

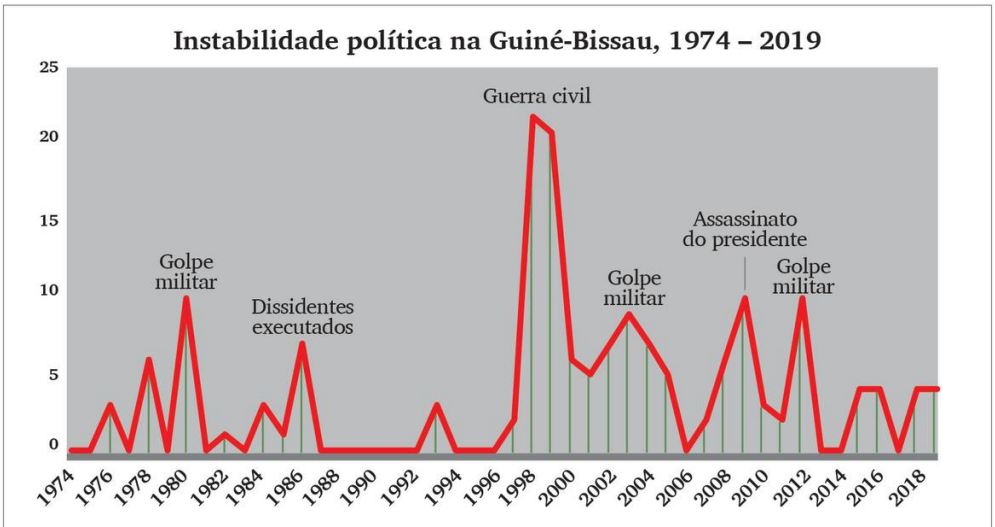


Gráfico elaborado com dados históricos sobre a Guiné-Bissau.

O episódio mais dramático neste período foi a guerra civil de 1998-1999, que concluiu com o derrube do presidente Nino Vieira. O conflito ficou centrado maiormente em Bissau. Mas ceifou a vida de quase 2.000 pessoas, deslocou umas 400.000 para o interior do país, criou mais de 5.000 refugiados no exterior, e destruiu umas 5.000 casas e prédios públicos, incluído o palácio presidencial.[24] O período que se seguiu até ao golpe militar de 2012 foi de muito tumulto político. Após a nova transição democrática de 2014, não houve golpes, nem levantamentos militares ou assassinatos políticos. Nesta fase, a instabilidade principal surgiu após a demissão do primeiro-ministro e titular do PAIGC, Domingos Simões Pereira, em agosto de 2015. O impasse suscitado pela decisão do presidente José Mário Vaz travou as relações com a Assembleia Nacional, dominada pelo PAIGC, e resultou na troca frequente de governos. Durante a presidência Vaz, foram designados nove primeiros-ministros, produzindo governos, em média, de apenas seis meses de duração. Tudo isto gerou grande flutuação e paralisia na gestão dos principais órgãos do Estado.[25]

As ruturas e tensões políticas desatadas com o golpe de 1980 reforçaram as fragilidades históricas do Estado guineense e politizaram ainda mais a administração pública. Nas medições do Fundo pela Paz, feitas entre 2012 e 2021, a Guiné-Bissau aparece no ranking 17 entre os Estados

---

[23] Gráfico elaborado com dados históricos sobre a Guiné-Bissau, de Mendy e Lobban Jr. (2013) e outras fontes noticiosas A pontuação conferida a cada incidente de instabilidade foi feita com base na seguinte classificação: guerra civil (20 pontos); golpe de Estado (7 pontos); assassinato do presidente (5 pontos); eliminação violenta do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (3 pontos); assassinato de outras lideranças políticas, militares e sociais (1 ponto); levantamentos militares e tentativas – reais ou inventadas – de golpe de Estado (casos graves com ataques às principais autoridades nacionais ou um número elevado de mortes ou presos, 3 pontos – incidentes menores, 1 ponto); demissão do primeiro-ministro (pelo presidente, voto de não confiança do parlamento ou golpe de Estado, 2 pontos); destituição e detenção arbitrária das máximas autoridades judiciais (3 pontos).

[24] Mendy e Lobban Jr. (2013: 95-96).

[25] Dos nove primeiros-ministros indicados durante a presidência de Vaz, dois foram nomeados duas vezes, Baciro Djá e Aristides Gomes. Os primeiros-ministros que mais tempo ficaram no cargo foram Umaro Sissoco Embaló (14 meses) e Domingos Simões Pereira (13 meses). Sobre a dinâmica política deste período, ver Sangreman, Martins e Proença (2019: 12-21).

mais frágeis do mundo, no mesmo patamar de Burundi, Etiópia e Níger.[26] Segundo o índice, as principais causas da fragilidade do Estado guineense são a forte divisão das elites políticas, a falta de legitimidade do Estado, a baixa qualidade dos serviços públicos, a alta desigualdade social e a notória intervenção externa nos assuntos do país.

A debilidade da administração pública e do Estado de Direito na Guiné-Bissau é salientada em vários outros índices.[27] Ela tem vínculos estreitos com a extensa prática da corrupção, como mostram Cardoso e Sanhá neste livro. A politização do Estado guineense está estreitamente ligada à personificação do poder e à personalização das decisões públicas. Este ambiente, como explicou uma procuradora guineense, "impede que as leis sejam cumpridas. A forte impunidade contribui para isso. No sistema judicial, na administração pública, não se cumpre com as normas, e isso não se castiga, pois há pessoas protegidas. Decisões jurídicas são tomadas pensando mais nas pessoas do que na lei".[28] A disfuncionalidade do judiciário foi descrita pelo próprio presidente do Supremo Tribunal de Justiça, em 2017, como um "mandato turbulento ... ficamos quase com as mãos atadas sem poder fazer nada".[29]

Estas ilustrações dão conta da baixa cotação das instituições do Estado de Direito na Guiné-Bissau. Ao longo das primeiras duas décadas do século XX, os Indicadores de Governança Mundial, produzidos pelo Banco Mundial, situaram a Guiné-Bissau na 16ª posição entre os países com menor capacidade de adesão às normas legais, no mesmo nível da Guiné-Conacri e o Iémen.[30]

Impacto internacional

A transição democrática na Guiné-Bissau teve uma influência externa decisiva. Ela foi precedida pela adoção de uma política de liberalização económica promovida pelo FMI e o Banco Mundial, e acompanhada na década de 1990 por uma onda global em favor da democracia. Este *Zeitgeist* ou espírito democratizante cobrou impulso mundial após a queda do muro de Berlim em 1989. A alta dependência económica da Guiné-Bissau da cooperação internacional tornou-a bastante permeável às ideias e iniciativas impulsionadas pelos principais doadores, como o Banco Mundial, a União Europeia, as agências das Nações Unidas e Portugal. Entre 1974 e 2019, a Guiné-Bissau recebeu dos parceiros internacionais 10,3 bilhões de dólares em assistência ao desenvolvimento, um valor que alcançou, em média, 32% do renda nacional bruta. A cooperação externa chegou ao ponto mais alto entre 1986 e 1998, no tempo em que foi incubado o processo de democratização. Neste lapso de tempo o apoio externo atingiu, na em média, 57% da renda nacional bruta.[31] O apoio de fora à democratização guineense revela-se em contributos de menor caudal – porém cruciais – como o financiamento de todas as eleições realizadas neste país desde 1994, feitas, em particular, com recursos da União Europeia e os seus países membros.

---

26 As classificações de *The Fund for Peace* (2021) incluem 178 nações e territórios do mundo.

27 *The Economist* (2021) outorga à Guiné-Bissau e ao Mali a pontuação mais baixa de toda a África subsariana quanto à funcionalidade do governo. O *Ibrahim Index of African Governance* (2021) dá um melhor *score* à Guiné-Bissau em temas de Estado de Direito e acesso à Justiça, situando-a no *ranking* 28 sobre 54 países africanos. Mas esta colocação cai para a posição 47/54 em assuntos ligados ao problema da corrupção.

28 Manuela Lopes Mendes, entrevistada por Miguel Carter, Bissau, 20 de fevereiro, 2020.

29 Paulo Sanhá citado em Sangreman, Martins e Proença (2019: 30).

30 O ranking deste indicador inclui 200 países e territórios, ver *World Bank* (2021b).

31 A soma total da cooperação internacional reflete valores constantes, indexados ao ano 2005. As cifras utilizadas, incluindo o deflator, são do *World Bank* (2021a).

As crises políticas desencadeadas a partir de 1998 provocaram diversas intervenções externas. Durante a guerra civil de 1998-1999, Senegal e Guiné-Conacri enviaram quase 2.400 soldados em apoio ao governo de Nino Vieira, facto que exacerbou a reação nacionalista das forças alçadas contra o presidente Vieira, lideradas pelo general Ansumane Mané. Neste e noutros conflitos houve várias mediações internacionais destinadas a apaziguar os embates políticos na Guiné-Bissau. Elas foram, no geral, lideradas pela CEDEAO em coordenação – mas, às vezes, em competição – com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros atores internacionais. Estas ações diplomáticas produziram o Acordo de Abuja, em 1998, de pouca duração; a restauração da transição democrática após os golpes militares de 2003 e 2012; e o Acordo de Conacri, em 2016, no esforço por atenuar o impasse político entre o presidente Vaz e o PAIGC. A tudo isto soma-se a instalação de uma missão de paz das Nações Unidas entre 1999 e 2020, a UNIOGBIS.[32]

A presença de tropas estrangeiras na Guiné-Bissau foi frequente a partir da guerra civil. Além das forças militares de Senegal e Guiné-Conacri durante este confronto, houve uma missão da CEDEAO, a ECOMOG, entre 1998 e 1999, com um número reduzido de militares. Entre 2011 e 2012 Angola instalou a MISSANG, ato que incidiu na crise que desencadeou o golpe de 2012. Em substituição da força angolana, a CEDEAO criou a ECOMIB, que operou de 2012 a 2020 com tropas de vários países da região e financiamento da União Europeia, desde 2015.

A instabilidade política fez da Guiné-Bissau um palco para a influência geopolítica e a penetração das redes globais do narcotráfico. Estas configurações se entrelaçam com o impacto variado do ambiente político regional, marcado por avanços e recuos democráticos, e a predominância de homens fortes na chefia destes países. Alguns destes homens fortes, de claro perfil autoritário, como Muammar Kadhafi da Líbia, Lansana Conté da Guiné-Conacri, Yayha Jammeh da Gâmbia, e José Eduardo dos Santos de Angola, proporcionaram modelos de liderança pouco auspiciosos para a democratização da Guiné-Bissau. Daí que o impacto internacional sobre a construção do regime guineense tenha sido de efeitos variados – ora democratizante, ora autocratizante; ora fonte de atrito, ora força estabilizadora.

Aprendizagem política

Ao longo da prolongada e turbulenta transição democrática na Guiné-Bissau, houve um processo de aprendizagem política. Esta marcha envolveu atores públicos influentes e o próprio povo guineense. Os avanços democráticos registados entre 1991 e 2020 não são poucos. Eles incluem a adoção de garantias constitucionais; a instauração de eleições competitivas e livres, com a alternância partidária no exercício do poder; a alta participação popular nas eleições; o surgimento de uma sociedade civil com maior capacidade de ação; o menor engajamento político dos militares depois de 2014; e a conclusão ininterrompida – por primeira vez, em 2020 – de um mandato presidencial; entre outros sinais de progresso.

Esta evolução democrática não tem precedentes na história da Guiné-Bissau. Na era colonial e do partido único, o regime político foi de um autoritarismo fechado. A democratização eleitoral, promovida por forças internacionais, foi respaldada por diversos atores nacionais, descontentes com o abuso de poder, a violação de direitos humanos, o desgoverno e a corrupção no regime autocrático. A grande instabilidade política que surgiu neste período, provocada por disputas de poder entre homens fortes do âmbito partidário e castrense, gerou um prejuízo enorme. Mas ela induziu um processo de aprendizagem. Na última década, isto foi reforçado por ações externas, como as sanções impostas pelas

[32] Sobre o impacto dos organismos internacionais na política guineense, ver Carvalho (2016).

Nações Unidas e a União Europeia aos autores do golpe militar de 2012. A detenção do almirante José Américo Bubo Na Tchuto por agentes do governo dos EUA, em 2013, a raiz do seu envolvimento no narcotráfico, teve um efeito dissuasivo similar. Intervenções deste tipo mostraram que há um custo a pagar por transgressões ostensivas das normas estabelecidas pela comunidade internacional.

A aprendizagem democrática na Guiné-Bissau tem elementos ténues e superficiais. Mas não deixa de ser uma experiência adquirida. Nos inícios da década de 2020 não se observa o ânimo de restringir a vida democrática de maneira drástica e aberta – *manu militari* – como se fazia antes. Assumida com honestidade ou hipocrisia, esta disposição já é um avanço importante.

A Política do Homem Forte

A política do homem forte é crucial para entender a instabilidade do regime guineense.[33] A transição democrática na década de 1990 criou condições que exacerbaram a volubilidade desencadeada por este tipo de liderança política, com traços – ou pretensões – de autoridade carismática. O ambiente institucional, o contexto político, as condições económicas e a herança cultural são fundamentais para compreender esta dinâmica. Esta secção analisa o ambiente que viabiliza a política do homem forte, detalha o seu *modus operandi* e conclui com uma revisão de seus efeitos na democratização política da Guiné-Bissau.

Ambiente institucional

A novidade das regras institucionais, a sua fraca adesão, e falhas no desenho constitucional têm facilitado a primazia do homem forte na política guineense.

A **instauração de um regime multipartidário**, com importantes liberdades e eleições competitivas entre distintas agrupações, alterou profundamente a dinâmica política do país. Essas práticas, sem precedentes na história da Guiné-Bissau, introduziram um elemento de incerteza nas relações de poder e na seleção das autoridades nacionais. As alterações partidárias produzidas nas eleições de 1999, 2005, 2009 e 2019, e as margens estreitas no *score* de várias eleições, dão conta da intensidade do processo construído. Apesar da guerra civil e os golpes de Estado em 2003 e 2012, a restauração da transição democrática foi uma demanda constante de lideranças partidárias, representantes da sociedade civil e atores-chave da comunidade internacional.

A **adesão fraca às regras formais** surge da aceitação seletiva e oportunista destas disposições institucionais. Ela reflete a prevalência de normas informais. Isso decorre da novidade dos preceitos legais, da fraca capacidade de aplicá-las, e da continuidade de hábitos políticos adquiridos antes da instauração do novo regime: na era colonial, durante a luta pela independência, e sob o regime de partido único. Os legados autoritários e as práticas informais exacerbaram as incertezas geradas pela transição democrática. A indefinição dos resultados da disputa eleitoral introduziu um elemento de indeterminação próprio da democracia. A isto soma-se a incerteza da transição política, fruto da falta de garantias quanto ao cumprimento das novas regras institucionais. Esta dupla incerteza – de resultado e procedimento – cria um ambiente propício para a supremacia da política informal, a procura de alianças encobertas com líderes militares, e a busca de financiamento político ilícito. Esta volubilidade alimenta uma adesão ambígua – em menor ou maior grau – aos princípios democráticos.[34]

[33] O conceito de política do homem forte é de Hyden (2013), que utiliza o termo "big man politics". Traduzido literalmente para português seria "política do homem grande". Na Guiné-Bissau, esta expressão tem a conotação de um homem com idade avançada ou de senioridade, à qual se alia uma certa sabedoria ou sagesse. Daí a adaptação feita para "homem forte". O estudo clássico sobre o governo pessoal em África é o de Jackson e Rosberg (1982). Uma avaliação mais recente, que sublinha a desaprovação popular com os "governos de homens fortes" em África, pode ser encontrada em Dulani e Tengatenga (2019).

[34] Carter (2021).

Elementos do desenho institucional têm acentuado a política do homem forte e aumentado o risco de entraves políticos. O mais relevante deles é o semipresidencialismo de forte pendor presidencial. Este sistema político carrega os problemas do presidencialismo apontados por Juan J. Linz e outros cientistas políticos. A legitimidade democrática dual do sistema presidencial facilita o surgimento de impasses entre o poder executivo e o legislativo. Havendo uma mudança nas circunstâncias políticas, o mandato presidencial é rígido e muito difícil de alterar. Além disso, o presidencialismo faz parte de um sistema maioritário onde o vencedor leva tudo (*winner-takes-all*), e o derrotado fica sem nada.[35] No semipresidencialismo há um risco de fricção adicional entre o presidente e o primeiro-ministro. Este perigo é maior em países onde prevalece a dinâmica do homem forte. Pois na expressão popular guineense, "dois galos não podem cantar numa capoeira".[36] Para os especialistas na matéria, o semipresidencialismo de pendor presidencial é muito problemático para as democracias jovens.[37] Acrescenta-se a estas limitações institucionais a concentração do poder em Bissau, em detrimento dos governos subnacionais. Esta situação tem acentuado a disputa pelo controlo do Estado nacional e insuflado a política do homem forte.

Contexto político

A fluidez política, as fissuras no PAIGC e o protagonismo militar têm ampliado as oportunidades de ação do homem forte.

A **fluidez política** e a dispersão de forças durante a transição democrática levaram ao surgimento de novas lideranças e alargaram o campo de disputa pelo poder. O PAIGC perdeu a sua hegemonia com a abertura do regime, o desgaste interno e a guerra civil iniciada em 1998, fruto da fragmentação das forças militares. A sua derrota eleitoral em 1999 cristalizou este facto. A eleição do homem forte do PRS, Kumba Yalá, e a sua gestão caótica e arbitrária, deterioraram ainda mais a autoridade presidencial. As divisões no seio do PAIGC, em outros partidos, e nas forças armadas, provocaram conflitos acirrados. A falta de atores e alianças políticas estáveis – ou um contrapeso do sector privado e da sociedade civil – criou um vácuo de poder e agravou o clima de indeterminação. As novas oportunidades de disputa pelo poder, a ampliação dos atores envolvidos, e a fluidez política gerada por esta dinâmica, nutriram as ambições de uma nova geração de homens fortes.

As **fissuras no PAIGC** têm sido um dos principais eixos de instabilidade política no país, desde a luta pela independência. Quase todos os partidos que emergiram durante a transição democrática resultaram de divisões internas no PAIGC. O surgimento do PRS capitalizou o 'caso 17 de outubro' de 1985, em que oficiais militares e políticos, na sua maioria da etnia Balanta, foram acusados de promover um golpe de Estado. Vários foram torturados e seis fuzilados. Em consequência, nos anos 1990, uma parte expressiva do eleitorado Balanta transferiu a sua adesão histórica ao PAIGC para o PRS. Nas eleições presidenciais de 2005, a disputa principal foi entre duas figuras emblemáticas do PAIGC: Nino Vieira e Malam Bacai Sanhá. Vieira se apresentou como candidato independente num confronto que representou uma revanche entre fações do PAIGC. Em 2018, lideranças de outra base étnica importante do PAIGC, os Mandinga e Fula, criaram um novo partido político, o MADEM, como resultado da disputa intrapartidária entre Domingos Simões Pereira e Braima Camará, aliado

[35] Linz (1994).

[36] Homem de 49 anos entrevistado em Buba, ver Carter (2020).

[37] Elgie (2005), Azevedo (2009), Lobo e Amorim Neto (2009). Kafft (2016), por outro lado, defende o sistema presidencial, mas com uma revisão superficial da literatura na ciência política sobre o assunto.

ao atual presidente Umaro Sissoco Embaló. As disputas internas no PAIGC serviram, ao longo dos anos, como um canteiro de homens fortes.[38]

O **protagonismo militar**. O papel determinante das Forças Armadas Revolucionárias do Povo na conquista da independência nacional conferiu aos militares um estatuto especial na nação guineense. A sua atuação decisiva em quase todas as transições do poder foi assentada no golpe de 1980, que estabeleceu o poder fáctico dos militares sobre os civis. A vitória da fação militar liderada pelo general Ansumane Mané na guerra civil de 1998-1999, apoiada por ex-combatentes da luta de libertação nacional, afiançou este poder. Ela outorgou aos militares o papel informal de "reguladores" da vida pública nacional.[39] Esta orientação agudizou a intervenção política dos militares entre 2000 e 2014.

Em 2000, Mané levantou-se contra o presidente Kumba Yalá e foi morto por soldados leais ao presidente. Em 2003, Yalá foi derrubado por um golpe militar apoiado pelos principais partidos da oposição. Em 2009, um grupo militar assassinou o presidente Nino Vieira, em represália pela eliminação física do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Batista Tagme Na Waié, horas antes. Em 2010, o general António Indjai sequestrou o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior por algumas horas, numa ação que levou à destituição do chefe do Estado-Maior pelos soldados rebeldes. A nomeação de Indjai para a chefia do Estado-Maior, pouco tempo depois, gerou ampla controvérsia. Em 2012, sob a liderança de Indjai, os militares impediram a conclusão das eleições presidenciais com um novo golpe de Estado. A intervenção militar foi apoiada por Yalá e outras lideranças políticas derrotadas na primeira volta pelo candidato do PAIGC, Gomes Júnior.

A ascendência militar ficou atenuada com as sanções internacionais impostas aos militares golpistas, em 2012. Isto foi reforçado em 2013 com a detenção do almirante Na Tchuto pela polícia antidrogas dos EUA, e a emissão do mandato de captura internacional, decretada pela Justiça dos EUA, do ex-chefe do Estado-Maior, António Indjai, por participação no narcotráfico. Indjai foi removido do cargo em 2014, pelo presidente Vaz. Nos anos seguintes, os militares mantiveram uma atuação mais discreta e respeitosa do poder civil, mantendo as prerrogativas (informais) da sua autonomia institucional.

Condições económicas

A informalidade económica, a fraqueza da burguesia nacional, e a presença de uma economia política ilícita criaram um contexto favorável ao desenvolvimento da política do homem forte.

A **informalidade económica** é predominante na Guiné-Bissau, onde 83% das pessoas economicamente ativas trabalham por conta própria.[40] No geral, os mercados populares são pouco ou não regulamentados. O contrabando representa uma parte substancial do comércio do país. A informalidade e a forte prevalência da agricultura camponesa, ligada sobretudo à produção de castanha de caju e de arroz, cultivados ambos em escala familiar e em ambientes com uma apreciável vivência comunitária, tem restringido o impacto das relações sociais capitalistas no meio rural. Isto é o resultado tanto do subdesenvolvimento económico do país, como da penetração errática e limitada do grande capital. A taxa de investimento estrangeiro na Guiné-Bissau foi, durante as últimas duas décadas, uma das mais baixas da África subsariana, com uma média anual

---

[38] Sobre a formação, o comportamento e as intrigas das elites políticas, em especial do PAIGC, ver Cardoso (2002), Nóbrega (2003) e Storeloff (2013).

[39] Koudawo (2001). Sobre o poder militar, ver Embaló (2012) e Djau (2016).

[40] Estimativa obtida através da pesquisa Vozes do Povo. No meio rural, esta cifra alcança 94% da população economicamente ativa. Sobre a informalidade económica, ver Forrest (1992, 2003).

de 1,7% do produto interno bruto (PIB). Neste período, ela foi 59% mais baixa que a média dos países vizinhos.[41] Os elevados níveis de informalidade contribuem para desagregar e enfraquecer a representação dos interesses de classe. O etos comunitário e a informalidade económica reforçam a personalização da vida política e, com isso, a prática do homem forte.

A **fraqueza da burguesia nacional** e a sua alta dependência do poder político decorrem do mesmo quadro de subdesenvolvimento. Na Guiné-Bissau, a política domina a economia, e não o contrário, como sucede – grosso modo – num sistema capitalista avançado. A supremacia da política é uma herança da luta anticolonial, e o resultado da debilidade histórica dos atores económicos nacionais.[42] O monopólio do capital financeiro pelos atores políticos tem limitado o surgimento de um sector privado mais forte. O modelo empresarial predominante na Guiné-Bissau, tal como noutros países africanos, é o do político-empresário, que utiliza a sua influência para fazer negócios privados com o Estado ou sob a sua proteção. As práticas de negócio de compadrio têm facilitado a captura do Estado pelas elites e exacerbado a corrupção. Acima de tudo, conduziram à apropriação indevida das riquezas naturais do país: a madeira, a pesca e a areia pesada. Isto gerou fortunas pessoais que serviram para financiar o envolvimento político destes empresários.

A **economia política ilícita** forjada em torno do narcotráfico, o contrabando, e o comércio ilegal da madeira têm servido para financiar campanhas eleitorais e garantir a impunidade dos atores envolvidos. O narcotráfico atingiu o auge em 2005, através da intermediação de alguns empresários e a proteção de altas autoridades políticas e militares.[43] Nessa altura, a Guiné-Bissau ganhou fama mundial como um lugar de trânsito da cocaína vinda da América do Sul, tendo recebido umas 20 toneladas de cocaína por ano, se não mais.[44] Além de fomentar a corrupção, o narcotráfico exacerbou a instabilidade política do país, instigando assassinatos políticos, influenciou os desenvolvimentos que conduziram ao golpe militar de 2012, e fomentou novas tensões políticas em 2019, na sequência da apreensão de cerca de 2,7 toneladas de cocaína, em duas operações de luta contra o tráfico de droga.[45]

O golpe de Estado de 2012 deu início a um período de abate maciço e ilegal de árvores de madeiras nobres para exportação para a China. Estas actividades foram supervisionadas por militares de altas patentes. A economia política ilícita tem financiado a ascensão de vários homens fortes com atuação no âmbito político e castrense.

Herança cultural

Várias condutas sociais ligadas à construção do poder têm fortalecido a política do homem forte. Entre outros elementos da cultura política, podemos destacar três: o controlo das pessoas – mais do que o domínio territorial – como fonte de poder, as tradições comunitárias, e a cultura de *matchundadi*, quer dizer, o culto da virilidade masculina.

---

41 Senegal, Guiné-Conacri, Gâmbia e Cabo Verde.

42 Hyden (2013: 28). Sobre a política económica guineense, ver Sangreman (2019b).

43 Shaw (2015), Kohl (2016). Ambos os autores afirmam que, em 2005, a custosa campanha presidencial de Nino Vieira foi financiada,em grande parte, pelo narcotráfico.

44 Tonelagem estimada pelo diretor da UNODC na Guiné-Bissau, ver Loewenstein (2019: 66). Sobre o impacto do narcotráfico na política guineense e na região, ver Ceesay (2016). Segundo o inquérito Vozes do Povo, em 2018, 37% dos guineenses dizem ter visto pessoas enriquecerem-se com o tráfico de drogas. Em Bissau, esta constatação chegou a 46% da população.

45 Pereira (2022). A alegada colaboração entre agentes do Estado, elites políticas e redes internacionais de crime na Guiné-Bissau alude a vários elementos de "criminalização do Estado", conforme tratado em Bayart, Ellis e Hibou (1999).

O **controlo das pessoas como fonte de poder** faz parte de uma longa tradição em África. A geografia extensa deste continente e as fronteiras pouco definidas e porosas estabeleceram um legado distinto no exercício da autoridade política.[46] Como explica Goran Hyden, em África, "o objetivo da política na sociedade pré-colonial era acumular súbditos para governar, não terras".[47] Esta abordagem difere consideravelmente da encontrada no continente europeu, mais densamente povoado, e também em grande parte das Américas, onde a autoridade do Estado era definida pelo comando de um território bem definido. Nestas regiões do mundo, o poder está frequentemente ligado à posse individual da terra, daí a importância da sua delimitação. Em contrapartida, na Guiné-Bissau e noutras partes de África, historicamente, devido à relativa facilidade com que as pessoas se podiam deslocar de um território para o outro, as autoridades granjeavam a sua principal força política da capacidade em manter a lealdade das pessoas. Este facto decorre do costume da propriedade comunal da terra, que difere consideravelmente da posse individual adotada, sobretudo, nos países ocidentais. A necessidade de manter o controlo das pessoas cria uma dinâmica política mais fluida e transacional. Os líderes têm de investir esforços consideráveis para atrair e manter seguidores e criar alianças – e, se necessário, incutir o medo da sua ira.[48] Esta prática tende a personificar as relações de poder, uma vez que os líderes se esforçam por cultivar o apoio popular, donde a afinidade com a política do homem forte.

A **tradição comunitária** sustenta laços de convivência baseados em lealdades primordiais ligados ao clã familiar, a comunidade de origem, a vizinhança, amizades, vínculos étnicos e religiosos. O exercício da autoridade neste ambiente favorece uma conceção pessoal da política e do uso do poder. A prioridade dada às relações pessoais cria um clima social mais maleável e flexível, onde a regra principal é ficar bem com o circuito que rodeia o líder: os familiares, amigos, seguidores e aliados. Disto depreende-se um etos social destinado a resolver problemas particulares, antes que promover políticas universais. A vida comunitária na Guiné-Bissau tem séculos de história, associada a uma longa prática de convivência intercomunitária e interétnica.[49] O legado comunitário, portanto, inclui a capacidade de se relacionar com grupos distintos e formar alianças sustentadas na troca de benefícios mútuos.

A **cultura da *matchundadi*** – o culto do vigor masculino – representa um conjunto de valores e práticas que destacam o exercício da força dos homens, da sua coragem, rebeldia, de estar acima da lei, e a sua capacidade de intimidação e uso da violência física e simbólica.[50] Ela nasce de uma visão patriarcal da sociedade, reforçada pela demonstração do poder masculino em várias tradições étnicas, na era do colonialismo português, na figura do combatente pela libertação nacional, e na política do homem forte cimentada após a independência. O *matchu* impõe a sua autoridade pela força, no âmbito doméstico, comunitário, religioso ou partidário. A batalha constante por impor o seu poder, inclusive entre os aliados, gera uma instabilidade contínua. Esta fluidez sustenta uma cultura política funcional à presença do homem forte.

O contexto institucional, político, económico e cultural explica as condições em que emerge e evolui a política do homem forte. Mas isto não dá conta da dinâmica que o caracteriza. Daí a importância de examinar o *modus operandi* do homem forte.

---

46 Herbst (2000).

47 Hyden (2013: 56).

48 Hyden (2013: 56-57).

49 Segundo Forrest (2003), esta convivência multiétnica explica a notável resistência popular à implantação do domínio colonial português nos séculos XIX e XX.

50 Moreira (2017: 2).

Modus operandi

A partir do estudo da política africana desenvolvido por Goran Hyden e outros cientistas sociais é possível desenhar uma tipologia do homem forte e sua modalidade política, com base nos seguintes traços:

É guiado por regras informais. O poder é exercido através de relações pessoais e normas não escritas. A desconexão entre a prática e os preceitos formais ressalta a importância das convenções informais. Estas convenções são as regras reais do sistema político e a forma dominante como as instituições formais operam. Nesta situação as leis costumam ser distorcidas ou adaptadas aos costumes no uso do poder. A supremacia aqui é da política, repousada na lógica de relações pessoais e afetivas.[51] A ausência de regras claras e a prevalência de acordos não escritos fomenta uma dinâmica política menos contida e, portanto, mais ambígua, fluida e personalizada. Isso eleva o custo e risco para as pessoas envolvidas na política, e amplifica a sensação de incerteza no público geral.[52]

Requer de muitos seguidores. O líder constrói o seu poder acumulando apoiantes e aliados. Isso é alcançado de três maneiras, pela: *(i)* demonstração de força pessoal, através do comportamento enérgico e a aparência carismática;[53] *(ii)* capacidade do dirigente de gastar dinheiro de forma visível, ostentando e partilhando a sua riqueza, de maneira a acumular seguidores e demonstrar que os tem;[54] *(iii)* formação de uma base clientelista, fundada na troca de favores entre o líder e os seus seguidores. Para isto, o dirigente deve acumular recursos e alardear a sua riqueza.[55]

Apresenta altos custos de transação. Para chegar ao poder e mantê-lo, o líder tem o incentivo de ampliar a sua coligação o máximo possível, pois as coligações estreitas são uma ameaça ao seu poderio. Só que "nutrir a miríade de relações recíprocas nas quais ela se baseia requer muita energia e recursos pessoais. O acúmulo pessoal de recursos pelo governante torna-se necessário para sustentar essas relações. Muito disso vem por meio da apropriação indébita de fundos públicos".[56] Em tais ambientes, os custos de transação não são o desafio principal. A maior preocupação dos líderes são os custos da transgressão, ou seja, os atos de deslealdade dos seguidores e aliados.[57]

Responde a uma conceção comunitária da política. A racionalidade política está inserida num contexto de reciprocidades primordiais e afetada, logo, por pressões e interesses locais.[58] Isso cria um ecossistema onde "os governantes continuam a ver os seus interesses vinculados às comunidades locais, em vez de um sistema de regras abstratas. Eles agem no nível do Estado como o fazem na sua comunidade".[59]

Alimenta práticas patrimonialistas e clientelistas. A dinâmica política que emerge desses arranjos acaba por fundir os interesses públicos e privados. A corrupção torna-se uma maneira normal de fazer política nesses ambientes, ainda que possam existir variações importantes na forma como isto é praticado e nas somas desviadas. O homem forte vê os seus seguidores como clientes,

---

51 Hyden (2013: 74). Sobre as instituições informais, ver Helmke e Levitsky (2006), e na política africana, ver Chabal e Daloz (1999).

52 Hyden (2013: 97). Uma das regras informais chaves da política guineense é a de manter um bom relacionamento com os militares e os poderes tradicionais, em particular os régulos.

53 O carisma do homem forte ajuda a preencher a lacuna entre as instituições formais e informais, Hyden (2013: 56, 84).

54 Hyden (2013: 76).

55 Hyden (2013: 104).

56 Hyden (2013: 105-106).

57 A obsessão com os custos da infidelidade foi bem retratada por Nino Vieira: "a Guiné é um país de traições", ver Nóbrega (2003: 187).

58 Hyden (2013: 59).

59 Hyden (2013: 115).

em vez de cidadãos. A política multipartidária e a necessidade de somar votos têm engendrado um âmbito propício para o desenvolvimento do clientelismo.[60]

Evidencia um comportamento estratégico, afetivo e oportunista. Revela um etos político complexo. O dirigente pode ser pragmático e temperamental, ao ponto de exprimir ares de liderança carismática. O lado passional é impetuoso e pode agudizar conflitos. O lado estratégico pode conter uma alta dose de oportunismo, capaz de se aliar com o inimigo e trair o parceiro.

Instiga uma política de soma zero. Esta atitude deixa pouco espaço para as concessões e não acredita nas fórmulas mais inclusivas de soma positiva (*win-win*).[61] Prima a política de 'o vencedor leva tudo' (*winner-takes-all politics*). A tendência para a punição mútua entre os rivais pode ser significativa, gerando um ambiente conflituoso e instável.[62] Entre as lideranças políticas, isso reforça um sentimento geral de insegurança e incentiva tramas e conspirações, impelindo esforços entre os dirigentes por salvaguardar ou aumentar o seu poder político.

Luta pelo poder e os seus privilégios. A motivação principal é pugnar pelo acesso às regalias do poder. Daí que a disputa central seja por "sentar-se à mesa" e não ser excluído dela. Pois os que ficam de fora "são deixados a murchar no deserto".[63] Esta divisão entre os de dentro (os *insiders*) e os de fora (os *outsiders*) marca pautas decisivas na vida política. Neste ambiente prevalece o princípio de dar aos amigos tudo e aniquilar os adversários. Isto pode ser feito através do abuso dos instrumentos legais para combater o oponente (o *lawfare*), o constrangimento simbólico, ou, em casos extremos, a violência física. Neste ambiente, a disputa programática ou ideológica fica fortemente diluída. Não há distinções nítidas entre conservadores e progressistas, direita e esquerda. A pugna crucial é entre os grupos associados ao homem forte e os seus rivais.

Exibe uma masculinidade tóxica. O líder macho se considera acima da lei e encarna a personificação do poder. Como tal, considera que pode fazer uso discricionário da sua autoridade e dos recursos do Estado.[64] Ele é guiado pela lei do mais forte. Viver acima das regras institucionais é a sua maior demonstração de poder. O homem forte floresce num ambiente de impunidade. Ele é agressivo e vingativo, ao ponto de procurar a humilhação do adversário – ou, se for possível, a sua eliminação.[65] Mas também pode ser generoso e sedutor, inclusive no empenho por conquistar várias mulheres. No plano discursivo, o líder macho assume, muitas vezes, uma postura hipermasculina, capaz de exprimir uma fala dramática que pode revelar traços persecutórios e usar expressões virulentas.[66]

Usa a matriz religiosa africana para assegurar o seu poder. Os contratos feitos com os espíritos para conquistar e manter o poder têm outorgado um lugar especial – e discreto – aos mediadores ou bruxos da tradição religiosa africana. Nesta cosmovisão, a relação com o poder deriva da capacidade de honrar as alianças com os espíritos dos ancestrais. A forte crença na encarnação do poder político como desígnio espiritual das tradições locais concorre para que os bruxos – *djambacuses* e *baloberus* para os animistas, e *mouros* para os islamizados – sejam atores cruciais na gestão do poder político. Importantes decisões políticas tomadas pelos homens fortes envolvem consultas a estes intermediários e sua comunicação com as forças místicas.

---

60 Hyden (2013: 81), Moreira (2017: 268-269).
61 Hyden (2013: 87).
62 Hyden (2013: 130, 93).
63 Bratton e Walle (2002: 86).
64 Moreira (2017: 194, 210, 269).
65 Moreira (2017: 201, 228, 240).
66 Moreira (2017: 237, 252-253).

O ambiente de alto risco, a constante suspeita e a inquietação política criam a necessidade psicológica de proteção, que leva a procurar os poderes ocultos, como mostra a prática de vários líderes políticos e militares guineenses.[67]

Os homens fortes e a democratização

Na Guiné-Bissau, figuras como Nino Vieira, Kumba Yalá, Ansumane Mané e António Indjai exemplificam a ideia do homem forte, no campo político e militar. Vieira foi presidente da república por quase 21 anos. Yalá foi o seu principal opositor e presidente por três anos e meio. Mané liderou a rebelião militar que depôs Vieira. Indjai foi comandante das forças armadas num período conturbado da vida nacional. Viera e Yalá implantaram o estilo homem-forte de exercer o governo e ser oposição, com forte influência numa geração de dirigentes ligados aos dois principais partidos políticos do país, PAIGC e PRS. Todos eles foram combatentes da luta pela libertação nacional, sendo Vieira o mais reconhecido e temido deles. Vieira, Mané e Indjai ilustram o peso da instituição militar guineense na formação de homens fortes.

As quatro figuras representaram no seu momento a personificação do poder. Todos eles conspiraram e participaram em golpes de Estado, e exerceram o poder com arbitrariedade – muitas vezes acima da lei. Viera e Mané tiveram mortes trágicas. Yalá faleceu por doença. Indjai ainda tem ordem de captura internacional por envolvimento no tráfico de drogas. Ser homem forte na Guiné-Bissau é viver com um elemento de drama.

A política do homem forte tem sido a principal fonte de instabilidade do regime guineense, e, como tal, um forte impedimento ao avanço democrático. Ainda assim, cabe destacar a ambiguidade democrática destes dirigentes. Vieira, apesar do seu passado autoritário, facilitou a transição democrática iniciada na década dos anos 1990. Yalá competiu nas primeiras quatro eleições, e chegou, eventualmente, a reconhecer a sua derrota em dois delas. Mané e Indjai, sob pressão doméstica e internacional, autorizaram a realização de eleições competitivas depois de liderar golpes de Estado. Esta situação nos remete ao seguinte paradoxo: na Guiné-Bissau o avanço democrático tem acontecido apesar da política do homem forte, e, em certas conjunturas, com o apoio destas figuras.

Como temos visto, a democratização do regime guineense é fruto da conjunção de várias forças. Estas incluem a pressão internacional, sobretudo dos organismos internacionais e países democráticos, mas também de influências mais subtis, como a diáspora guineense. Adiciona-se a isto a demanda democrática nacional, sustentada por atores políticos locais, representantes da sociedade civil, e a opinião pública guineense, como demonstra a pesquisa Vozes do Povo.[68] Esta demanda é inspirada pela aprendizagem política de muitas elites guineenses e grande parte da população, que almejam um regime mais estável. Apesar do retrocesso democrático em várias partes do mundo, não há uma fórmula de legitimidade política com maior aceitação global que a democracia eleitoral.

Neste contexto é possível entrever uma afinidade eletiva entre a política do homem forte e os processos eleitorais. As eleições competitivas são um mecanismo que permite construir homens fortes, dirimir disputas entre eles, e legitimar o seu poder. A construção do homem forte

---

[67] O apelo aos poderes ocultos na Guiné-Bissau é descrito por Jarju (2019: 99-101), e na África, Chabal e Daloz (1999: 65-69). Miguel de Barros aportou valiosas ideias sobre este assunto.

[68] Sobre a demanda democrática nacional, ver os capítulos 1 e 2 de Carter neste livro. Esta demanda é similar à percebida em outros países africanos, ver Gyimah-Boadi, Logan e Sanny (2021).

através de um mecanismo institucional, numa disputa moldada por regras convencionais, facilita o desenvolvimento de um "processo civilizador", no sentido utilizado por Norbert Elias.[69] Aqui, as regras formais vão atenuando as regras informais do homem forte. Ao canalizar as ambições políticas pela institucionalidade eleitoral, criam-se hábitos que acabam reforçando – com o tempo e de maneira paulatina – a relevância das normas oficiais. Suprimir as eleições competitivas, nestas condições, levaria à eliminação de um meio vital para a construção do homem forte, daí o interesse de muitas elites em mantê-las.

Nesta equação, a democracia não avança por força das condições sociais, o bom desenho institucional ou algum 'espírito democrático'. Antes que isso, a democracia surge como uma fórmula de pacificação política, uma estratégia que permite contornar um conflito de alto custo, e evitar uma calamidade pior. Com o tempo, esta estratégia de convivência cria hábitos e interesses próprios na manutenção do sistema engendrado. Como explica Dankwart A. Rustow, em circunstâncias como estas, a democracia não nasce como "o objetivo original ou principal" dos atores políticos envolvidos. Mas é o resultado da busca de "um meio para alcançar algum outro fim" ou "um subproduto fortuito da luta".[70] Tudo isso sugere a possibilidade de um lento amadurecimento político que permita atenuar – e incluso democratizar – a política do homem forte na Guiné-Bissau.

Consequências

A instabilidade produzida pela política do homem forte, num contexto de democratização, teve um impacto altamente negativo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Entre os efeitos multifários, ressaltamos de maneira sintética sete consequências. Todas elas, de certa forma, reforçam o círculo vicioso que sustenta a prática do homem forte.

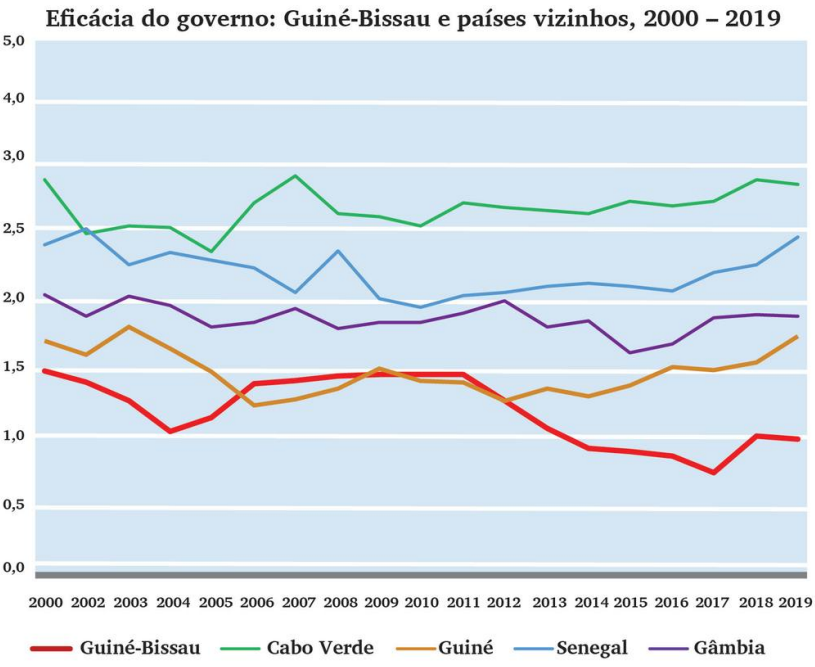
1. A má governação e alta corrupção. A instabilidade política tem sido o principal obstáculo à boa governação na Guiné-Bissau, desde os tempos da colónia portuguesa. Após a independência, a instabilidade acentuou a politização e a corrupção da administração pública, do poder judicial e das forças de segurança. O resultado disso foi a consolidação de um dos governos menos eficazes do mundo. Nas primeiras duas décadas do século XXI, segundo os Indicadores de Governação Mundial, a Guiné-Bissau ocupou a posição 19ª entre os governos mais ineficazes do mundo.[71] Na África Ocidental, só Togo e Libéria, que esteve em guerra civil entre 1989 e 2003, tiveram uma pontuação inferior. Entre os países vizinhos, a Guiné-Conacri é o único que chega próximo da Guiné-Bissau, como mostra este gráfico.

---

[69] Segundo Elias (1982), o processo civilizador é um desenvolvimento sociológico, gradativo, pelo qual são disciplinadas as paixões e outros impulsos brutos, e transformadas em formas mais metódicas de comportamento.

[70] Rustow (1999: 28). O estudo clássico de Rustow foi publicado originalmente em 1970. No mesmo texto, o autor salienta que as democracias incipientes "não travam lutas mornas, mas têm uma disputa familiar ardente" (1999: 29).

[71] O índice de eficácia do governo cobre 195 países e territórios e reflete "as perceções sobre a qualidade dos serviços públicos, a qualidade da função pública, e o grau da sua independência de pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas públicas, e a credibilidade do compromisso do governo com essas políticas", World Bank (2021b).



Produzido com dados dos Indicadores de Governação Mundial. A pontuação original foi modificada para facilitar a apresentação dos dados, mas a escala (de 0 a 5 pontos) se manteve igual.
Fonte: World Bank (2021b).

Os mesmos indicadores produzidos pelo Banco Mundial mostram que a perceção da corrupção na Guiné-Bissau é uma das piores do mundo. Entre 2000 e 2019, em média, a Guiné-Bissau se manteve entre os 13 países mais corruptos do mundo.[72] Nenhuma nação africana teve um *score* tão problemático. Em suma, a instabilidade política promoveu o desgoverno e o crescimento da corrupção.

2. O desenvolvimento frustrado. A instabilidade crónica, a má governação e a alta corrupção produzidas pela política do homem forte manteve a Guiné-Bissau entre os países mais pobres do planeta. Segundo o PNUD, em 2019, o índice de desenvolvimento humano da Guiné-Bissau era um dos mais atrasados do mundo, no ranking 14, comparável ao Congo, Libéria e Guiné-Conacri. A expectativa de vida dos guineenses era de apenas 58,3 anos, sendo que só sete países do mundo, todos eles africanos, tinham uma esperança de vida menor. A renda nacional bruta (RNB) per capita, em 2017, foi de somente 1.996 dólares anuais, em paridade de poder de compra (PPC). Isto situou a Guiné-Bissau entre os 14 países mais pobres do mundo, no mesmo nível de Haiti e Sudão do Sul. Comparado aos países da África subsariana, a renda guineense era 46% mais baixa que a média regional.[73] Além disso, a Guiné-Bissau é o quinto país de menor investimento na educação do mundo, com um valor que alcança só 2,1% do produto interno bruto (PIB), superior apenas aos recursos alocados pelo Sudão do Sul, Congo, Papua Nova Guiné e Bangladesh.[74] O desgosto popular com este fiasco é enorme, como revelou a pesquisa Vozes do Povo.[75]

[72] O ranking de corrupção abrange 197 países e territórios, World Bank (2021b).

[73] UNDP (2020a: 345-346). Segundo o World Bank (2021a), o produto nacional bruto per capita (PNB) guineense cresceu só 11% entre 2000 e 2020, a uma taxa anual de apenas 0,5%. No Senegal, a taxa de crescimento, no mesmo período, foi o dobro.

[74] UNDP (2021).

[75] Ver, em particular, os capítulos 5 e 6 de Carter, neste livro.

3. A economia predatória e extrativa. O modelo de desenvolvimento económico consolidado nas últimas três décadas sustenta-se na exploração dos recursos naturais e na exportação de matérias-primas. A maior parte da riqueza gerada por este sistema mantém-se concentrada no círculo de uma elite ligada ao poder político e ao comércio internacional.[76] A implementação do Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1986, consolidou um padrão de crescimento baseado na exportação de monoculturas, com destaque para a castanha de caju, e para a exploração dos recursos florestais e pesqueiros. A castanha de caju representa quase 90% das exportações do país. Ela é a principal fonte de emprego de 80% dos camponeses. Porém, a riqueza gerada por este produto fica concentrada – em até 60% – nas mãos dos grandes comerciantes do caju: os exportadores nacionais e os importadores estrangeiros, especialmente os últimos.[77] Devido à sua dependência desproporcionada das exportações de castanha de caju, cultivadas numa agricultura dependente da chuva, a Guiné-Bissau continua a ser extremamente vulnerável aos choques climáticos, às pragas agrícolas e às variações internacionais dos preços de seus produtos de base.

A pesca comercial e a exploração da madeira, muitas vezes efectuadas de forma ilegal, reforçaram a dependência do país da exploração dos seus recursos naturais. A pesca de arrasto ilegal, ao largo da costa da Guiné-Bissau, contribuiu para o esgotamento da sua pesca marítima. Embarcações comerciais de vários países, nomeadamente da China e da Rússia, assim como navios mais pequenos, do Senegal e da Guiné, têm estado envolvidos nestas práticas. Em 2017, 63% da riqueza gerada pela pesca industrial, no valor de 260,7 milhões de dólares, foi extraída de forma ilícita.[78] Estas práticas predatórias correspondem ao corte massivo e ilegal de árvores de pau-rosa em 2012-2013.[79] A dependência histórica da Guiné-Bissau de um número reduzido de exportações em bruto, sem valor económico acrescentado, prejudicou a criação de uma prosperidade partilhada. O modelo de desenvolvimento extrativo do país, a instabilidade política e a captura do Estado pelas elites restringiram o crescimento económico do país.

4. A sociedade civil fragilizada. Apesar do crescimento da sociedade civil a partir da década de 1990, melhor capacitação dos seus quadros, acesso a meios de comunicação, criação de redes, e maior influência na opinião pública, este espaço social continua a exibir muitas limitações. As ONGs, em particular, são altamente dependentes do financiamento externo e, portanto, suscetíveis às agendas pautadas pela cooperação internacional.[80] Os legados autoritários, o Estado patrimonial, a instabilidade crónica e o clientelismo têm prejudicado o desenvolvimento da sociedade civil e a formação de valores cívicos. Esta situação tem estimulado o engajamento comunitário e desencorajado a promoção de associações nacionais. Ela também inibe ações mais reivindicativas, capazes de pressionar ou desafiar as autoridades. Estas adversidades têm nutrido um etos informal e oportunista. De várias maneiras, a sociedade civil guineense reflete as formas de conduta encontradas no Estado – particularmente nos seus indícios de improvisação, personalismo, fragmentação, nepotismo, corrupção, e nas suas dificuldades em construir uma agenda pública influente.[81]

---

[76] Sobre a acumulação da riqueza por elites extrativas, ver Acemoglou e Robinson (2012).

[77] Estima-se que até 42% da riqueza gerada pelo caju fica nas mãos dos importadores, na sua maioria indianos. Em contraste, os agricultores recebem perto de 25% da riqueza produzida. Cifras calculadas a partir de Barry, Creppy e Wodon (2007: 80).

[78] Intchama, Belhabib e Jumpe (2018: 9).

[79] Environmental Investigation Agency (2018). Segundo o UNDP (2021), entre 1990 e 2016, a Guiné-Bissau teve um desflorestamento de 11,5%.

[80] Barros (2012, 2016, 2019), Teixeira (2015).

[81] Sobre os vícios da sociedade civil guineense, ver também Cardoso (2008).

5. O Estado e o regime deslegitimados. A política do homem forte fragiliza as instituições, pois as lealdades neste sistema são pessoais. Elas giram em torno de quem está no poder e quem está afastado dele. O resultado desta dinâmica é um clima de constante disputa e incerteza. O descontentamento popular gerado por esta situação é extraordinário: 88% dos guineenses pensam que os políticos só cuidam dos seus interesses pessoais; 64% se sentem abandonados pelo Estado; e 81% acreditam que o seu país é injusto.[82] A corrupção, o abuso de poder e a impunidade das elites, o seu distanciamento do povo, o favoritismo político, e o desrespeito pelas normas democráticas, produzem intensa indignação. Isto foi captado de maneira aguda na pesquisa de grupos focais:

> A situação da Guiné é vergonhosa. Dizem que na Guiné o povo tem o seu direito e quem manda é o povo, mas a verdade é que o direito do povo nunca é respeitado. Os políticos negociaram em Abuja [capital da Nigéria] a formação do governo, e vimos o que aconteceu durante a eleição [legislativa de 2019]. Qualquer partido quando deposita a sua candidatura para as eleições legislativas, já indica um nome para futuro primeiro-ministro. Mas a eleição foi realizada, um partido foi vencedor. Indicou uma pessoa para ser o primeiro-ministro, mas recusaram nomeá-lo, e deu no que deu. Estamos todos a sofrer com esta situação. E é por isso que pergunto, qual é o direito do povo? Porque o povo vota e escolhe quem ele quer, mas a sua vontade não é respeitada. Será que devemos continuar a realizar eleições? [...] O povo já não se importa com os políticos, porque a população da Guiné-Bissau não depende do governo. O que o governo faz para a população? Não temos boas estradas, nem hospitais, nem escolas. O povo cansou-se. Mas não estamos conformados, só decidimos desprezá-los.[83]

6. A soberania nacional retalhada. A instabilidade política converteu a Guiné-Bissau num palco frequente de intervenções externas. A presença de tropas estrangeiras foi recorrente após a guerra civil de 1998-1999, até 2020. Neste período houve muitas mediações da comunidade internacional para apaziguar os embates políticos. A modo de ilustração, o impasse produzido com a demissão do primeiro-ministro Simões Pereira, em 2015, provocou inúmeras declarações e ações por parte dos atores externos. Em 2016, a CEDEAO enviou a Bissau duas vezes o ex-presidente da Nigéria e em outras ocasiões três presidentes da subregião – da Guiné, Serra Leoa e Libéria. Estas visitas permitiram estabelecer o Acordo de Conacri em outubro de 2016, entre o presidente Vaz e a oposição, mediado pela CEDEAO, com apoio da ONU, a União Europeia, a CPLP e a União Africana. Por sua vez, a ONU, CPLP, União Africana e uma comissão interparlamentar regional enviaram, no mesmo ano, cinco missões de alto nível a Bissau.[84] A princípios de 2018, a CEDEAO impôs sanções a 19 personalidades políticas guineenses, incluindo o filho do presidente Vaz, por incumprimento do Acordo de Conacri.

A internacionalização da política guineense destaca a extrema vulnerabilidade do país aos interesses geopolíticos. No índice de intervenção externa do Fundo da Paz, a Guiné-Bissau ocupa o ranking 21 entre os países mais afetados. A década com o *score* mais desfavorável foi justamente entre 2009 e 2018.[85]

---

82 Resultados do inquérito Vozes do Povo, ver o capítulo 1 de Carter, neste livro.

83 Homem de 46 anos entrevistado em Canchungo, Carter (2020).

84 Além disso, o grupo P5, formado pelos representantes da ONU, União Europeia, CEDEAO, CPLP e União Africana, tiveram uma atuação intensa em Bissau, emitindo declarações conjuntas e realizando diversos encontros com o presidente Vaz e outras autoridades para solucionar o impasse político.

85 *The Fund for Peace* (2021), o ranking inclui 178 países e territórios, no período 2007 - 2021.

7. A perceção de fracasso. As consequências nocivas da política do homem forte forjaram um clima de grande frustração com o destino do país. As designações da Guiné-Bissau como "Estado falido", "narco-Estado", "fiasco" ou "país disfuncional", muitas vezes do exterior, têm acentuado a sensação de derrota. Albert O. Hirschman denomina este estado de ânimo o "complexo de *fracassomania*": uma visão autodepreciativa e sombria que insiste na história repetida de fracasso.[86] Disposições deste tipo geram baixa autoestima, ceticismo e desânimo. Isto complica o esforço por promover mudanças. Nas entrevistas grupais, vários cidadãos deram conta desta sensação de abatimento:

> Em todos os lugares que escutar, os guineenses estão a dizer que não há nada a fazer. É porque estão cansados [...] Conquistámos a independência, mas ainda não somos livres. O Senegal pediu tratores ao rei do Marrocos, e nós pedimos carros para deputados. Isso demonstra que não pensam no povo. Os nossos governantes só pensam na sua barriga. Só pensam neles e nos filhos.[87]

> Se os nossos políticos não conseguem entender-se, vamos fazer voltar ao poder tradicional. Não havia tudo isso na época dos nossos avôs [...] Se não temos condições de cuidar de nós mesmos, vamos fazer voltar os portugueses. Será melhor entregar o país aos brancos, para gerirem.[88]

> Não existe a lei neste país [...] Quarenta e tal anos desde a independência e ainda não desenvolvemos o país. É muito triste. Sentimos vergonha da Guiné-Bissau.[89]

Conclusão

A política do homem forte é uma construção social. Ela tem raízes históricas e um contexto que a torna possível. Mas ela não é inevitável ou imutável. O bom diagnóstico ajuda a vislumbrar portas de saída e a traçar os passos necessários para chegar lá. Vista a prevalência desta instituição informal e as forças que a sustentam, o processo de mudança levará tempo, requererá atenção em múltiplas frentes e perseverança no empenho. Como primeiro passo, cabe atenuar as práticas mais nocivas do homem forte.

Sendo assim, uma agenda propositiva em favor da estabilidade democrática deverá incluir ações destinadas a:

- Investir na formação democrática de uma nova geração de lideranças políticas e cívicas
- Empoderar a participação e atuação política das mulheres
- Promover a educação cívica do povo.
- Revisar a arquitetura institucional do sistema político, no sentido de:
  - Evitar as fórmulas que favoreçam a prática de 'o vencedor leva tudo' *(winner-takes-all)*
  - Limitar os poderes presidenciais
  - Fortalecer a Assembleia Nacional e a sua relação com o primeiro-ministro
  - Auspiciar a efetiva descentralização da República.

---

86 Hirschman (1981: 155-156).

87 Homem de 73 anos entrevistado na tabanca de Candjadja, sector de Mansabá, Oio, Carter (2020).

88 Homem de 32 anos entrevistado na tabanca de Candjadja, sector de Mansabá, Oio, Carter (2020). A ideia de "entregar o país aos brancos" se reflete numa corrente de opinião em Bissau que propõe deixar a gestão do Estado nas mãos da ONU, como explica Semedo (2020).

89 Homem de 56 anos entrevistado na tabanca de Candjadja, sector de Mansabá, Oio, Carter (2020).

- Propiciar mudanças institucionais a partir de uma melhor compreensão da realidade guineense, de modo a assegurar que as reformas reflitam práticas e valores locais conducentes à democracia, e assim evitar o simples *copy-paste* de preceitos forâneos.
- Procurar uma fórmula adaptada à aprendizagem local para afiançar a autonomia e integridade do sistema judicial.
- Dar continuidade aos avanços no âmbito eleitoral, e aperfeiçoar a transparência e integridade do processo, sobretudo do financiamento político.
- Reforçar a vocação democrática e a capacidade de deliberação pública dos partidos políticos.
- Facilitar o engajamento de atores da sociedade civil e do sector privado na promoção dos seus interesses e influência na agenda pública.
- Coibir os elementos ilícitos da economia política.

Nenhuma mudança será fácil. Mas a Guiné-Bissau é um país jovem, com possibilidades abertas. Entretanto, no seio do seu povo brotará a resiliência que a caracteriza. Nas expressões de um camponês de Oio, de 67 anos, um homem-grande da etnia balanta:

> Nós podemos dizer que não há solução. Não podemos deixar de elegê-los. Eles [os políticos] é que não entendem. O nosso dedo é que lhes dá o trabalho. Votamos porque talvez um dia vamos escolher a pessoa certa para desenvolver o país. É por isso que sempre votamos. A toda a hora estamos a votar. Já vi várias eleições, mas ainda não vi nada de bom. Voto por votar. Quem toma o poder à força não governa bem, mas aquele que recebe o voto do povo, aquele que saiu das urnas consegue governar. Nós temos consciência de que mesmo se votarmos, vamos para o mesmo caminho. Mas um dia vamos fazer a escolha certa. Deus vai ajudar-nos a fazer boa escolha! Dizem que a esperança é a última a morrer. Então não vamos perder a esperança. Eu posso vir a morrer, mas esses aqui vão ficar, e um dia vão votar e escolher a pessoa certa. Vamos pedir a Deus.[90]

Referências

Acemoglu, Daron e James A. Robinson (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. New York: Crown Business.

Azevedo, Elisabete (2009). "O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou culpado da instabilidade política?" *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*, organizado por Marina Costa Lobo e Octávio Amorim Neto. Lisboa: ICS, pp. 139-170.

Augel, Johannes e Carlos Cardoso (1996). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

[90] Homem de 67 anos entrevistado na tabanca de Glak Iala, sector de Mansoa, Oio, Carter (2020).

Barros, Miguel de (2019). "Da solidariedade à estruturação de mercados geoestratégicos e propagação do neoliberalismo em África – A cooperação para o desenvolvimento nos PALOP," *Mundo Crítico, Revista de Desenvolvimento e Cooperação*, 3 (janeiro).

Barros, Miguel de (2016). *A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas*. Lisboa: Europress.

Barros, Miguel de (2012). "A sociedade civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau," *Africana Studia*, 18: 37-48.

Barry, Boubacar-Sid, Edward Creppy, e Quentin Wodon (2007). "Cashew Production, Taxation and Poverty in Guinea-Bissau," *Conflict, Livelihoods, and Poverty in Guinea Bissau*, organizado por Boubacar-Sid Barry, Edward Creppy, Estanislao Mário-Gacitúa e Quentin Wodon, World Bank Working Paper 88. Washington, DC: World Bank.

Bijagó, Vagner Gomes (2017). "O processo da democratização na África: A difícil transição na Guiné-Bissau," *Revista Caderno de Campo*, 23 (julho-dezembro), pp. 217-243.

Bijagó, Vagner Gomes (2011). "Os golpes de Estado na Guiné-Bissau: O cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional." Tese de mestrado, Universidade Federal de Alagoas.

Bordonaro, Lorenzo Ibrahim (2009). "Guinea Bissau Today: The Irrelevance of the State and the Permanence of Change," African Studies Review, 52 (1) (September): 35-45.

Bratton, Michael e Nicholas van de Walle (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cardoso, Carlos (2008). *Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: O caso da Guiné-Bissau*. Dakar: CODESRIA.

Cardoso, Carlos (2002). "A formação da elite política na Guiné-Bissau," Occasional Paper Series No. 5, Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, Lisboa.

Carter, Miguel (2021). *Stroessner Vive: Legados Autoritarios y Democracia en el Paraguay, 1989-2008*. Asunción: Servilibro/DEMOS (livro em preparação).

Carter, Miguel (2020). *Vozes do Povo: Relatório de entrevistas de grupos focais*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2010). "Democracia, Sociedad Civil y Participación Popular en América Latina," *Miríada*, 3: 6, pp. 7-45.

Carvalho, Celissa dos Santos Pires de (2014). "Guiné-Bissau: A instabilidade como regra." Tese de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.

Carvalho, Ricardo Ossagô de (2016). "Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: Crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais, CPLP e CEDEAO, 1973 – 2014." Tese de doutoramento, Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Ceesay, Hassoum (2016). "Guinea-Bissau: The 'Narco-State' and the Impact on Institutions in Guinea-Bissau and Countries in the Sub-Region," *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst & Co.

Chabal, Patrick (2003). *Amilcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War*. London: Hurst & Co.

Chabal, Patrick e Jean-Pascal Daloz (1999). *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Oxford, UK / Bloomington, Indiana: James Currey e Indiana University Press.

Chabal, Patrick e Toby Green, organizadores (2016). *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*. London: Hurst & Co.

Dahl, Robert A. (1989). *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.

Dahl, Robert A. (1971). *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.

Dhada, Mustafah (1993). *Warriors at Work: How Guinea Was Really Set Free*. Niwot: University Press of Colorado.

Djau, Malam (2016). " Trinta anos de golpe de Estado na Guiné-Bissau: Uma análise da elite militar." Tese de mestrado, Universidade Federal do Paraná.

Dulani, Boniface e John Tengatenga (2019). "Big Man Rule in Africa: Are Africans Getting the Leadership They Want?" *The African Review*, 46, pp. 275-291.

Elias, Norbert (1982). *Power and Civility*. New York: Panthenon.

Elgie, Robert (2005). "A Fresh Look at Semi-Presidentialism: Variations on a Theme," *Journal of Democracy*, 16: 3, pp. 98-112.

Embaló, Birgit (2012). "Civil–military Relations and Political Order in Guinea-Bissau," *Journal of Modern African Studies*, 50: 2, pp. 253-81.

Environmental Investigation Agency, EIA (2018). *Guinea-Bissau: Authorized Plunder. The Rosewood Stockpile Sale*. Washington, DC: EIA.

Fernandes, Raul Mendes (1994). "Processo democrático na Guiné-Bissau," *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, 17 (janeiro), pp. 31-43.

Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau*. Athens, Ohio / Oxford, UK: Ohio University Press e James Currey.

Forrest, Joshua B. (1992). *Guinea-Bissau: Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*. Boulder: Westview Press.

Gyimah-Boadi, E., Carolyn Logan e Josephine Sanny (2021). "African's Durable Demand for Democracy," *Journal of Democracy*, 32: 3 (julho), pp. 136-151.

Helmke, Gretchen e Steven Levitsky, organizadores (2006). *Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Herbst, Jeffrey (2000). *States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control*. Princeton, Princeton University Press.

Hirschman, Albert O. (1981). *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*. New York: Cambridge University Press.

Hyden, Goran (2013). *African Politics in Comparative Perspective*, 2a edição. New York: Cambridge University Press.

Intchama, Jeremias Francisco, Dyhia Belhabib, e Raul Joaquim Tomás Jumpe (2018). "Assessing Guinea Bissau's Legal and Illegal Unreported and Unregulated Fisheries and the Surveillance Efforts to Tackle Them," *Frontiers in Marine Science*, 5: 79 (avril): 1-11.

International Crisis Group (2014). "Guinée-Bissau: Les elections, et après?" *Briefing Afrique*, 98 (8 abril).

International Crisis Group (2012). *Beyond Turf Wars: Managing the Post-Coup Transition in Guinea-Bissau*. Africa Report, 90. (August). Dakar: ICG.

Jackson, Robert and Carl Roberg (1982). *Personal Rule in Black Africa: Prince, Autocrat, Prophet, Tyrant*. Berkeley: University of California Press.

Jarju, Abdou (2019). "A instabilidade crónica da Guiné-Bissau: Do golpe de Estado de 1980 – 2018." Tese de mestrado, Universidade Católica Portuguesa.

International IDEA (2021). "Global State of Democracy Indexes."
Fonte: https://www.idea.int/data-tools/tools/global-state-democracy-indices

Kohl, Christoph (2016). "Ethnicity and the Political System Post-1998," *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst & Co.

Koudawo, Fafali (2001). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP.

Koudawo, Fafali e Peter Karibe Mendy, coordenadores (1996). *Pluralismo político na Guiné-Bissau: Uma transição em curso*. Bissau: INEP.

Kosta, Aníran Ykey Pereira Kafft (2016). "A problemática do sistema de governo na Guiné-Bissau." Tese de mestrado em direito, Universidade de Coimbra.

Linz, Juan J. (2000). *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder: Lynne Rienner.

Linz, Juan J. (1994). "Presidential and Parliamentary Democracy: Does it Make a Difference?", *The Failure of Presidential Democracy: Comparative Perspectives*, volume 1, organizado por Juan J. Linz e Arturo Valenzuela. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Linz, Juan J. e Alfred C. Stepan (1996). *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Lobo, Marina Costa e Octávio Amorim Neto, organizadores (2009). *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

Loewenstein, Antony (2019). *Pills, Power and Smoke: Inside the Bloody War on Drugs*. Brunswick: Scribe.

Mendy, Peter Karibe (2019). *Amílcar Cabral: Nationalist and Pan-Africanist Revolutionary*. Athens: Ohio University Press.

Mendy, Peter Karibe e Richard A. Lobban Jr. (2013). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 4a edição. Laham / Toronto / Plymouth, UK: The Scarecrow Press.

Monteiro, António Isaac, coordenador (1996). *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos socio-económicos*. Bissau: INEP.

Monteiro, Emmanuel Pinto (2020). "A participação eleitoral como forma de consolidação da democracia na Guiné-Bissau." Tese de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Moreira, Joacine Katar (2017). "A Cultura de Matchundadi na Guiné-Bissau: Género, violências e instabilidade política." Tese de doutoramento, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Nóbrega, Álvaro (2015). *Guiné-Bissau: Um caso de democratização difícil*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas / Universidade de Lisboa.

Nóbrega, Álvaro (2003). *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Pereira, Micael (2022). "The Bissau Corridor," *Expresso / Pulitzer Center*, 14 abril.

Pinto, Bruno César (2019). "Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau, 1994 – 2012: Os desafios da consolidação democrática." Tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

Rudebeck, Lars (2011). "Electoral Democratisation in Post-Civil War Guinea-Bissau, 1999 – 2008," *Discussion Paper*, 66. Uppsala: The Nordic Africa Institute.

Rudebeck, Lars (2001). *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau, 1998 – 2000: Um estudo de democratização difícil*. Uppsala: The Nordic Africa Institute.

Rustow, Dankwart A. (1999). "Transitions to Democracy: Towards a Dynamic Model," *Transitions to Democracy*, organizado por Lisa Anderson. New York: Columbia University Press.

Sangreman, Carlos, organizador (2019). *Guiné-Bissau: Notas sobre o presente e o futuro*. Lisboa: CESA.

Sangreman, Carlos (2019). "A política económica e social na Guiné-Bissau, 1974-2016," *Guiné-Bissau: Notas sobre o presente e o futuro*, organizado por Carlos Sangreman. Lisboa: CESA.

Sangreman, Carlos, Luis Vaz Martins e Fátima Proença (2019). "Guiné-Bissau: A evolução da situação política de 2010 a 2018," *Guiné-Bissau: Notas sobre o presente e o futuro*, organizado por Carlos Sangreman. Lisboa: CESA.

Sartori, Giovanni (1987). *The Theory of Democracy Revisited*. Chatham: Chatham House Publishers.

Semedo, Rui Jorge (2021). *PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau, 1974 – 1990*. Lisboa: Nimba Edições.

Semedo, Rui Jorge (2020). "Ativismo político-social e crise institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo," *Cadernos de Estudos Africanos*, 40, pp. 13-36.

Shaw, Mark (2015). "Drug-trafficking in Guinea-Bissau, 1998-2014: The Evolution of an Elite Protection Network," *Journal of Modern African Studies*, 53: 3, pp. 339-364.

Storeloff, Maria Matilde Patrício (2013). "Social Boundaries, Political Elites Bargains and (Dis) Order in Guinea-Bissau." Tese de doutoramento em desenvolvimento, SOAS, University of London.

Texeira, Ricardino Jacinto Dumas (2015). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: As relações entre a sociedade civil e o Estado*. Recife: Editora UFPE.

The Fund for Peace (2021). "Fragile State Index." Fonte: https://fragilestatesindex.org

UNDP (2020). *Human Development Report 2020. The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene*. New York: UNDP.

UNDP (2021). “Human Development Reports: Data Center.”
Fonte: http://hdr.undp.org/en/content/download-data

Varieties of Democracy (2021a). “V-DEM: Global Standards, Local Knowledge”.
Fonte: https://www.v-dem.net/en/

Varieties of Democracy (2021b). *V-Dem Codebook, v11.1*. Gothenburg: V-Dem Institute.

World Bank (2021a). “World Bank Open Data.”
Fonte: https://data.worldbank.org/

World Bank (2021b). “Worldwide Governance Indicators.”
Fonte: http://info.worldbank.org/governance/wgi/

11

Fragilidade do Estado e Corrupção

Carlos Cardoso e Ismael Sadilú Sanhá

Introdução

A corrupção tornou-se um dos temas centrais nos debates políticos guineenses das últimas décadas. Umas vezes referida em conexão com a fragilidade do Estado e outras vezes ganhando uma valoração autónoma, estes debates revelaram que, tanto num como noutro caso, a sua compreensão só é possível numa conjunção mais ampla que englobe a análise das dinâmicas complexas que condicionam a fragilidade do Estado.

Com efeito, a relação entre a fragilidade do Estado e a corrupção é de natureza biunívoca, isto é, enquanto o primeiro cria as condições para a proliferação da corrupção, por sua vez esta última contribui para a degradação das condições de boa governação, de tal sorte que mesmo um governo que tenha perdido a confiança do povo, pondo em causa a sua legitimidade, consegue permanecer no poder. A corrupção maciça e endémica ou a sua exploração pelas elites governantes, bem como a resistência das mesmas à transparência, constituem fatores que contribuem para o fracasso do Estado.

Existe, de facto, uma perceção generalizada de que a corrupção contribui para a fragilidade do Estado. Uma sondagem de opinião realizada pelo Fundo para a Paz e citada por Samuel Atuobi indicou que 43% dos inquiridos consideram a corrupção como a principal causa do fracasso do Estado. Segundo este autor, após a independência, os altos níveis de corrupção reais ou percebidos, serviram de alibi para uma espiral de golpes de Estado na África Ocidental.[1]

A história recente da Guiné-Bissau revelou em inúmeros casos que a corrupção corrói a confiança no Estado de Direito. Os cidadãos recorrem à violência e à justiça por próprias mãos, em vez de fazer recurso aos tribunais e aos procedimentos administrativos e políticos, por não confiarem nas instituições. A corrupção também enfraquece a governação do Estado e reduz as receitas governamentais disponíveis para a prestação de serviços, condicionando ainda mais a fragilidade do Estado.

A Guiné-Bissau é vista hoje em dia como um dos países mais corruptos do mundo, ocupando a décima quinta posição no ranking do relatório publicado pelo Índice de Perceção da Corrupção da organização não governamental Transparência Internacional – numa classificação de 180 países em 2020 – e a pior posição na Comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.[2]

Existem múltiplos fatores que levaram à expansão da corrupção na Guiné-Bissau nas últimas décadas. Um estudo realizado em 2019 com vista à análise da perceção da corrupção na gestão pública guineense revelou que 75% dos respondentes consideram que a Guiné-Bissau é um país corrupto, e apenas 5% não souberam responder. Vinte por cento dos respondentes afirmam que a Guiné-Bissau não é um país corrupto.[3]

---

1 Atuobi (2007).

2 Transparência Internacional (2020).

3 Cá, Lima e Sousa (2019). O mesmo estudo permitiu igualmente analisar as principais instituições de controlo externo e de combate à corrupção, bem como um exame da corrupção na gestão pública de Guiné-Bissau.

Geralmente, existe alguma dificuldade em fornecer provas sobre as diferentes formas de corrupção. Enquanto os inquéritos à opinião pública indicam frequentemente uma perceção de que a corrupção é generalizada, muitas vezes não se consegue apresentar provas concretas que demonstrem a sua existência, particularmente no caso da grande corrupção ou corrupção de colarinho branco. Num dos grupos focais realizados no quadro do estudo Vozes do Povo foi revelado que:

> Sentimos vergonha de falar na cara da pessoa, mas todos sabem que o fulano é corrupto. Mas têm força, têm as costas largas. Se formos agora à autoridade, vão-nos deixar lá e sair. Vão colocar-nos na cela. Fazem isso por causa da corrupção, eles recebem suborno.[4]

O estudo sobre o controlo externo e o combate à corrupção na gestão pública da Guiné-Bissau informou que apenas 25% dos respondentes assumiram ter-se envolvido num tipo de corrupção ou ter corrompido alguém. Segundo ainda o mesmo estudo, 60% dos inquiridos declararam que nunca tiveram envolvimento com casos de corrupção e nunca corromperam alguém. Cinco por cento não souberam responder.[5]

A corrupção administrativa ou de pequeno porte, em contrapartida, é muitas vezes mais fácil de documentar porque as pessoas a encontram nas suas interações diárias com a burocracia. É o caso com que deparámos durante os vários grupos focais feitos no âmbito da pesquisa Vozes do Povo.

O presente capítulo tem como base as informações recolhidas no quadro da pesquisa Vozes do Povo, incluindo o inquérito alargado aplicado a cerca de mil e duzentos entrevistados. Embora não tenha ocupado um lugar central no inquérito Vozes do Povo, o tema da corrupção fez parte do conjunto de questões que foram dirigidas à população entrevistada, como também foi objeto dos debates que tiveram lugar nos vários grupos focais realizados tanto na capital, como nas zonas rurais do país. A aplicação destes dois instrumentos de pesquisa acabou por revelar que a corrupção ocupa um lugar importante na perceção dos guineenses em relação à governação e à sua disponibilidade para participar na vida pública do país.

Para complementar estes dados foram ainda analisadas informações provenientes das entrevistas com individualidades de reconhecida competência, ligadas ao sector da justiça ou a outras instituições do Estado, nomeadamente Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior, Procuradoria-Geral da República, Polícia Judiciária, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa e Faculdade de Direito de Bissau. Pela sua passagem em altas funções, estas vozes experientes têm muito a dizer no sentido de clarificar a natureza do sistema de corrupção na Guiné-Bissau.

Apoiando-se nos resultados do inquérito Vozes do Povo bem como numa reflexão alargada sobre as relações entre as dinâmicas de fragilidade do Estado e a corrupção, o presente capítulo tenta fornecer alguns elementos de resposta às várias questões sobre a corrupção na Guiné-Bissau. O tema é abordado numa perspetiva que reconhece uma estreita ligação entre corrupção e as dinâmicas de fragilidade do Estado, focando-se sobre a corrupção sistémica, isto é, a corrupção que afeta o bom funcionamento das instituições estatais e dificulta a capacidade do Estado de fornecer bens públicos – como a saúde, educação e segurança.

Tendo em conta a complexidade das dinâmicas que condicionam a fragilidade do Estado, e para compreender melhor o fenómeno da corrupção na Guiné-Bissau, faz-se, neste capítulo, uma análise a partir de várias dimensões. Parte-se, primeiro, de uma dimensão histórica ligada à herança extravertida

---

[4] Opinião de um homem de 77 anos, num grupo focal realizado em Buba, Carter (2020).

[5] Cá, Lima e Sousa (2019).

do colonialismo e às dinâmicas ligadas ao processo de libertação. Percorrem-se, a seguir, vários modelos políticos e económicos e analisam-se as suas relações com o sistema de corrupção. Terceiro, analisa-se a influência dos fatores externos, como o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), que se projetaram sobre o funcionamento do Estado e que também têm impactos no sistema de corrupção. Faz-se ainda uma breve análise do papel de algumas instituições nestes processos e suas limitações. Finalmente apresentam-se algumas das perceções das populações sobre a corrupção na Guiné-Bissau.

O Conceito de Corrupção

Não existe uma definição universalmente aceite sobre a corrupção. Há quem defenda que isso se deve ao facto de cada sociedade, cultura ou Estado a percecionar de forma diferente.[6] Robert Klitgaard apresenta como definição mais corrente de corrupção no sector público, a de ser ela "um comportamento que se desvia dos deveres formais de uma função pública devido a interesses privados (pessoais, familiares, de grupo fechado) de natureza pecuniária ou para melhorar o status ou que viola regras contra o exercício de certos tipos de comportamento ligados a interesses privados."[7]

Numa perspetiva um pouco diferente, Atuobi realça a definição da teoria da modernização, que considera a corrupção como "um fenómeno socialmente objetivo que tende a configurar comportamentos orientados para obter vantagens de modo ilegal". Ela consubstancia um conjunto de práticas ilegais que violam os princípios e as normas pré-estabelecidos, com intuito de beneficiar de vantagens imerecidas.[8] Também nesta senda, Staffan Andersson entende que há corrupção "quando se desvia das regras, a fim de promover interesses pessoais e ganhos monetários ou de status, ou quando se usa influência para quebrar as regras que regem os assuntos públicos."[9] Rose-Ackerman define-a como "o uso de um cargo, posto ou estatuto oficial por um detentor de cargo para seu próprio benefício pessoal."[10] Mas há situações em que é o agente privado que impulsiona a corrupção.

A Universidade das Nações Unidas acrescenta à definição a noção importante de prejuízo para o interesse público. Esta organização define a grande corrupção como "organização ou exercício sistemático da autoridade oficial para obter ganhos ilícitos."[11] Também de uma perspetiva organizacional, o Banco Mundial define-a como o abuso do poder público no interesse privado.[12] Para a Transparência Internacional a corrupção é "o abuso do poder confiado para proveito pessoal."[13]

Em síntese, estes autores entendem a corrupção como fenómeno social, através do qual indivíduos pertencentes a determinadas estruturas se aproveitam da sua posição para, geralmente através de meios financeiros, retirarem benefícios próprios em detrimento dos interesses da instituição ou da sociedade em geral. Este é um dos elementos centrais do conceito de corrupção que informa este estudo.

Outros autores apresentam uma visão funcionalista da corrupção em que apontam para o possível benefício da corrupção, sugerindo por exemplo que ela pode acelerar procedimentos pesados, comprar acesso político para os excluídos, e talvez até produzir políticas mais eficazes do que as que emergem dos canais legítimos. Se é verdade que tal pode acontecer nas condições de

6 Atuobi (2007).
7 Klitgaard (1994).
8 Atuobi (2007).
9 Andersson (2008).
10 Rose-Ackerman (2016).
11 United Nations University (2017).
12 Banco Mundial (1997).
13 Transparency International (2021).

certos países, existe, no entanto, um consenso de que os impactos negativos da corrupção são muito superiores aos ganhos. A maioria dos autores que se ocupam dela consideram a corrupção como uma das mais graves disfuncionalidades do Estado.

O Código Penal vigente na Guiné-Bissau, no seu art.º 247, qualifica de corrupção passiva uma situação em que o "funcionário que por si, por interposta pessoa com o seu consentimento ou autorização, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, como contrapartida de ato ou omissão contrários aos deveres do cargo."[14] Relativamente à corrupção ativa, o conceito que é fornecido não varia muito do anterior, consistindo a diferença na ação de quem desencadeia o ato de corrupção e não na reação a uma situação passível de corrupção. Segundo o art.º 248, entende-se por corrupção ativa "Quem por si, por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro com conhecimento daquela, vantagem patrimonial ou não patrimonial que ao funcionário não seja devida, é punido com pena de prisão de um mês a cinco anos."[15]

A ONG Voz di Paz, partindo de inquéritos feitos junto das populações da Guiné-Bissau, dá-nos uma definição abrangente de corrupção: "a corrupção é um sistema de predação estruturado por interesses que tiram proveito da má governação e do falhanço da administração da justiça assente na fraqueza geral do Estado."[16] Acrescenta ainda que a corrupção é a parte visível de um conjunto de males que radicam na fraqueza do Estado e na má governação.

Esta definição, que decorre da perspetiva dos guineenses sobre a corrupção, parece adequada à descrição do fenómeno na Guiné-Bissau. Segundo esta definição, a corrupção é um sistema de acesso aos recursos do Estado profundamente infiltrado em todas as instituições da Administração Pública. Para compreender este "sistema de predação" é preciso, portanto, ir além da parte visível. Além de analisar as manifestações da corrupção e o comportamento dos indivíduos, torna-se necessário analisar as causas profundas que condicionam a fragilidade do Estado e a má governação. Assim, este será o conceito privilegiado neste trabalho para tentar compreender a natureza da corrupção na Guiné-Bissau. Nesta perspetiva, são exploradas as dinâmicas históricas, políticas, económicas e sociais que podem ajudar a compreender as causas profundas da corrupção, respaldadas nas perceções dos guineenses recolhidas através de inquéritos, grupos focais e entrevistas aprofundadas.

Uma Visão Histórica da Corrupção na Guiné-Bissau

Contrariamente ao que a maior parte das vezes se faz crer, a corrupção a nível do aparelho de Estado na Guiné-Bissau não é de data recente, nem começou apenas com a liberalização económica. Porém, segundo Atuobi, e referindo-se aos países da África Ocidental, até à independência as oportunidades de autoenriquecimento eram limitadas, a não ser para a elite colonial. De facto, os principais beneficiários do domínio colonial eram a elite europeia, funcionários e homens de negócios, desfrutando de um estilo de vida que a elite africana aspirava a imitar, mas que foi largamente impedida de alcançar.[17]

O Estado colonial era um Estado extravertido, que tinha como objetivo a extração de recursos e a sua partilha pelas elites coloniais. Baseava-se, desde logo, num sistema de apropriação de recursos. Não era um Estado social cujo objetivo era o bem comum das populações da Guiné-Bissau.

14 Citado segundo Yasmine Cabral (2017).
15 Citado segundo Yasmine Cabral (2017).
16 Voz di Paz (2010).
17 Atuoby (2007).

O Estado colonial tinha regras próprias para os seus funcionários, mas estes conseguiam quebrá-las em benefício próprio. Joshua Forrest explica que alguns funcionários sucumbiram de facto à tentação de práticas fiscais ilícitas.[18] Este autor cita o exemplo de catorze militares que, em junho de 1927, coletaram taxas para uso pessoal; fundos estatais que foram dados como em falta nos anos 1930; e as transgressões foram reparadas por um antigo governador durante a sua administração. Por outro lado, a dimensão da corrupção durante o período compreendido entre 1930 e 1960 levou o antropólogo Eric Gable a referir a Guiné-Bissau como um "Estado pecuniário."[19]

Mais tarde, já após o início da luta de libertação pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a partir dos anos 1960, e apesar de ser pouco visível, o fenómeno da corrupção já vinha a ser observado. Alguns responsáveis serviam-se da sua autoridade e passavam por cima das leis do Partido para fazer o que bem entendiam, tudo porque "toda a gente queria ser Secretário-Geral ou como chefe no Partido [...] os camaradas começaram a não se entenderem, cada um do seu lado, cada um abusando, fazendo os abusos que lhe apeteciam na sua área".[20] Como denota o coronel Afonso Té, ex-vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMGFA), "alguns dirigentes faziam a sua própria justiça e apropriavam-se não só dos bens da população, mas também dos bens materiais que o Partido colocava à disposição".[21]

Perante esta situação, o PAIGC já não enfrentava apenas o seu principal inimigo, o governo colonialista português, mas também os camaradas que se tinham desviado da sua linha revolucionária e adquiriram o que Amílcar Cabral chamou 'vícios'. Segundo Valimamad, "uma das principais causas dos problemas eram as práticas corruptas dos quadros do partido".[22] Para acabar com este tipo de comportamento que dificultava o avanço da luta, no encontro em Cassacá de 1964, foram severamente punidos os indivíduos que tinham cometido erros graves, e foram tomadas medidas rigorosas para dissuadir quaisquer atos similares.

Segundo Amílcar Cabral, "buscamos o interesse do nosso povo, não buscamos o interesse da barriga de nenhum de nós".[23] A partir daí, o PAIGC e a luta ganharam novo fôlego e isso permitiu-lhes erigir novas estruturas capazes de dar uma maior visibilidade e desenvolver a luta, porque, segundo Amílcar Cabral, o Partido teve a coragem de cortar grandes vícios criados.

Não obstante a tentativa de estancar a corrupção, as medidas implementadas não surtiram o efeito desejado, devido à dificuldade que as lideranças tiveram em controlar os quadros, por se encontrarem distantes e dispersos. Embora de forma mais subtil que antes do Congresso, alguns responsáveis continuavam a envolver-se em práticas de corrupção. Segundo Afonso Té "os comandantes usavam os recursos que eram destinados à população e depois estes eram convertidos em joias, nomeadamente pulseiras, anéis e correntes de ouro, whisky, conhaque, etc."[24] Por outro lado, também eram coagidos a prestar falso testemunho a favor dos seus chefes, para encobrir essas práticas.

A persistência deste tipo de comportamento constituía para Amílcar Cabral um obstáculo à prossecução dos objetivos revolucionários, muito prejudicial para a coesão nacional. Por isso, exortou, segundo Carlos Lopes, "para o facto de que, após a independência, só o fim da exploração

---

18 Forrest (2003).

19 Gable apud Forrest (2003: 170).

20 Jornal Nô Pintcha (1984).

21 Afonso Té, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, dezembro 23, 2020.

22 Valimamad apud Galli (1987).

23 Jornal Nô Pintcha (1984).

24 Afonso Té, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, dezembro 23, 2020.

do homem permitiria a união dos militantes e da população em torno de uma plataforma política comum."[25] Amílcar Cabral dava como certo que o abuso do poder político e outro para satisfazer uma minoria era impeditivo da realização das aspirações do povo.

Porém, as práticas de corrupção mantiveram-se no período pós-independência, como veremos no capítulo seguinte, apesar do compromisso do regime liderado por Luís Cabral (1974 a 1980) de combater a corrupção. Após o fim do regime de Luís Cabral, desbloqueou-se a comporta da corrupção tal como a entendemos hoje em estudos sociais. As elites políticas passaram a usar os seus cargos públicos para extrair 'comissões' a todas as oportunidades disponíveis. O corte comum sobre os contratos dos governos na África Ocidental era de dez por cento. Em numerosos casos, políticos proeminentes simplesmente saquearam o tesouro do Estado, transferindo dinheiro para as suas contas privadas.[26]

Do Planeamento Centralizado à Liberalização Económica: Impactos na Corrupção

Com a ascensão da Guiné-Bissau à independência em 1974, os dirigentes do novo Estado enfrentavam desafios incomensuráveis em termos de construção nacional. Foi-lhes devolvido um país que não tinha as infraestruturas mínimas e um modelo económico extrativo. As autoridades coloniais limitaram-se a explorar os recursos naturais e certas matérias-primas como a mancarra e o coconote, para as suas indústrias. Herdaram igualmente uma administração pública extravertida, que tinha como objetivo a satisfação de necessidades externas à Guiné-Bissau, e com uma panóplia de práticas nocivas.

Para lidar com os desafios que se lhe colocavam e inspirado no modelo socialista, o PAIGC optou por uma estratégia de desenvolvimento que apostava primeiramente na agricultura, tendo como complementos desta o comércio e a indústria de transformação. Contudo, o país debatia-se com prolongados períodos de seca que dificultaram sobremaneira a produção agrícola.

Nos termos do art.º 8 da Constituição da República de 1973, o Estado passou a assumir o controlo de todos os meios de produção e comercialização, incluindo as pequenas fábricas e casas comerciais. Para gerir a máquina económica o país precisava, no entanto, de quadros e de pessoas experimentadas para estar à frente das instituições. Porém, o critério de seleção não foi rigoroso, porque os quadros não eram suficientes. O PAIGC, que exercia controlo sobre tudo, foi obrigado a designar militantes ou simpatizantes que se distinguiram durante a luta de libertação. De acordo com Afonso Té, "a gestão destas empresas tinha como critério essencial ser militante ou simpatizante do PAIGC e raras vezes a competência era tida em conta."[27] A falta de rigor na gestão financeira, entre outras práticas, contribuiu para desacelerar a produção a nível das empresas e diminuiu a capacidade de o Estado disponibilizar os bens essenciais às populações.

Em decorrência disso, assistiu-se ao crescimento muito rápido de esquemas operados pelos chamados *djilas* (comerciantes ambulantes). Esta oportunidade surgiu como expediente para cobrar preços altos pelas mercadorias de que os Armazéns do Povo não dispunham, e que conseguiam trazer à socapa, provenientes do Senegal e da Gâmbia. Estes bens eram comercializados de noite, com a cumplicidade de clientes seguros. Segundo Afonso Té "esses produtos só eram vistos em casa das pessoas que tinham privilégios e poder de compra, e quando se lhes perguntava onde os tinham conseguido, respondiam apenas *n' ba toma* (fui buscá-los), mas nunca diziam onde."[28]

[25] Lopes (1982).

[26] Atuobi (2007).

[27] Afonso Té, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, dezembro 23, 2020.

[28] Afonso Té, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, dezembro 23, 2020.

O baixo nível ou a falta de salários não permitia aos funcionários sobreviverem, sobretudo as camadas mais desfavorecidas. Isso acabou por propiciar a corrupção como meio de subsistência tanto na função pública, como nas empresas públicas. Na ótica dos atingidos por esta insuficiência, era preciso um complemento salarial para ajudar o servidor público a resolver os problemas do *seu fogão* (subsistência). Daí o uso da velha expressão, ainda em voga, *kabra ta kume nunde ki i marado,* que, numa tradução literal, significa "a cabra come onde está amarrada". As pessoas tornaram-se mais audazes e dispostas a entrar em esquemas de corrupção, usando os meios públicos, instalações e equipamentos para benefício individual. Daí, passou a ser comum o uso da expressão: "não te metas na política porque os camaradas vão te matar. Roubando o dinheiro do Estado, mandam-te para a prisão, mas não te matam," diz Afonso Té.[29]

Apesar do controlo forte que a Segurança do Estado exercia, este não foi suficiente para controlar a corrupção que passou a permear instituições tais como os Armazéns do Povo, Portos, e FARMEDI.[30] Para acabar com esta tendência que se alastrava amiúde, foram introduzidos, secretamente, alguns quadros nessas instituições e nos centros urbanos, para investigar como se processavam os esquemas da corrupção.[31] Foram lançadas operações designadas "*Lala Kema*" (Já não há sítio onde se esconder) e "*Tchosso*" (Verdade), para deter os infratores. Segundo Afonso Té "alguns infratores foram punidos e outros nem por isso, por terem conseguido negociar as vantagens materiais e aliciar com promoções esses funcionários."[32]

Em 1977, o Presidente Luís Cabral optou por dar primazia à industrialização em detrimento da agricultura. Segundo o historiador guineense Julião Soares, "o grande objetivo em mente era evitar que o Estado se transformasse numa grande empresa empregadora."[33] Contudo, os grandes investimentos feitos nos projetos de industrialização falharam rotundamente, porque não foram garantidas algumas condições prévias para a sua implementação, como o fornecimento regular de matérias-primas, uma boa gestão e recursos humanos qualificados. O Estado começou, na prática, a descurar a agricultura, que fornecia os bens essenciais de subsistência, antes de criar as condições para a sua sustentabilidade. Para o sociólogo guineense Carlos Lopes, "Não se pode romper o circuito da autossubsistência enquanto não houver nada de melhor a propor."[34] As empresas tornaram-se insolventes, porque não produziam o suficiente para exportar e gerar divisas necessárias para apoiar a moeda nacional.

O país viu-se diante de uma grave crise. Segundo o então Secretário de Estado do Plano, Bartolomeu Simões Pereira, a situação era "caracterizada por elevados défices orçamentais, estagnação da produção, desorganização dos circuitos económicos internos, manutenção de grandes défices na balança comercial e de pagamentos, crescimento acelerado da dívida externa."[35] As condições de vida das populações tornaram-se insuportáveis, devido à falta de géneros alimentícios.

Este cenário de grave crise económica criou um terreno fértil para o florescimento da corrupção, para alimentar um sentimento de revolta e exacerbar a crispação política. O cenário de fracasso económico e as divergências que começaram a agudizar-se no seio da elite política permitiram a

---

29 Afonso Té, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, dezembro 23, 2020.

30 Empresa estatal que controlava a importação e comercialização de medicamentos

31 Afonso Té, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, dezembro 23, 2020.

32 Afonso Té, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, dezembro 23, 2020.

33 Sousa (2012).

34 Lopes (1982).

35 Jornal Nô Pintcha (1984).

mobilização do exército por parte de uma das fações para derrubar o regime de Luís Cabral em 14 de novembro de 1980.

O novo governo prometeu reverter a situação e acabar com todos os males que se vinham registando. Contudo, o regime autocrático de partido único continuou e o sistema de corrupção enraizou-se. No novo governo começaram a aflorar os sinais da corrupção e enriquecimento ilícito. Segundo o politólogo português Álvaro Nóbrega, "as chaves da prisão que lhe [Nino] eram entregues ao anoitecer, eram as dos paióis de armas e eram, também, as dezenas de chaves de casa (muitas construídas pelas cooperações estrangeiras) e de carros que entregava (ou recolhia) às pessoas que chamava ao palácio".[36] Esta atitude visava não só o controlo de poder, mas também demonstrava que um sistema de corrupção se enraizava profundamente no Estado guineense. Enquanto isso, vários dos projetos e progressos estruturantes conseguidos em vários sectores por Luís Cabral foram negligenciados.

Em 1982, foram tomadas várias medidas de controlo da corrupção, entre as quais se destacam medidas no sentido de uma utilização racional da ajuda externa, considerada importante para atingir os objetivos do ajustamento estrutural, bem como para financiar os projetos de desenvolvimento do I Plano Quadrienal durante os anos de 1983 e 1984. Mas, apesar de várias tentativas, não se conseguiu atingir os objetivos. Segundo Julião de Sousa, "Sempre que havia financiamento, o dinheiro simplesmente se evaporava num mar de corrupção."[37]

Entre 1983 e 1986, o Estado deixou de ter o monopólio sobre os principais meios de produção e abriu caminho à iniciativa privada. Mesmo assim, não foi possível inverter a tendência. A crise revelou-se incontornável e requeria intervenção externa. Foi neste quadro que o país se envolveu com as instituições financeiras internacionais, mormente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Os Impactos Exógenos na Corrupção do Estado Guineense

Como se tratava de problemas estruturais, as duas instituições financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial, negociaram com o país um Programa de Ajuste Estrutural (PAE), que entre outras medidas preconizava a redução do papel do Estado na economia. À semelhança da receita aplicada noutros contextos, o PAE determinava o congelamento dos salários, a desvalorização da moeda nacional, a privatização de empresas públicas e a luta contra a corrupção. A fórmula mágica encontrada para solucionar os problemas não funcionou como se pretendia. Pelo contrário, trouxe mais males ao Estado, entre outras coisas devido à baixa qualidade das instituições e à deficiente preparação dos quadros que deviam executá-la.

A privatização, por exemplo, acabou por servir de instrumento para facilitar o enriquecimento ilícito e intensificar a corrupção. A disfuncionalidade institucional impediu que a privatização fosse feita de forma adequada e transparente. A informação era quase inexistente e a ganância era desmesurada, o que permitiu que os bens fossem transferidos para as pessoas muito próximas do sistema ou que lhe ofereciam uma retribuição. Para Lucinda Ahucarié Barbosa, ex-diretora geral da Polícia Judiciária, "As pessoas não estavam informadas sobre a liberalização económica e as que estavam informadas acabaram por se aproveitar disso para se enriquecer ilicitamente, o que contribuiu bastante para a corrupção."[38] Assim, as elites políticas viram na privatização a

[36] Nóbrega (2003).

[37] Sousa (2012).

[38] Lucinda Ahucarié Barbosa, entrevistada por Ismael Salidú Sanhá e Carlos Cardoso, registo digital. Bissau, outubro 30, 2020

oportunidade para se apropriarem dos recursos públicos. Tanto assim é que a maioria dos bens privatizados não foram obtidos por empresários que já vinham operando na área económica, mas por indivíduos que tinham ligação com o poder político.

De acordo com Octávio Alves, ex-procurador-geral da República e ex-secretário de Estado da Ordem Pública, "foi feita pura e simplesmente a liquidação dessas empresas ou foram apenas entregues."[39] Na mesma linha de raciocínio, Barbosa afirma não saber "se as pessoas pagaram as empresas privatizadas ou se estas lhes foram dadas de graça."[40] Com estas medidas, o Estado não só perde os meios de produção sobre os quais exercia um certo monopólio, como deixou de ter a capacidade de se afirmar como agente de peso no sector económico.

Para financiar os projetos de desenvolvimento, o país recebeu, tanto das organizações financeiras internacionais como da cooperação bilateral, uma quantidade significativa de apoio financeiro externo. Segundo certas estimativas, comparativamente ao peso da ajuda por número de habitantes, a Guiné-Bissau figurava entre os países com uma ajuda per capita das mais elevadas do mundo. Estes fluxos financeiros da ajuda externa desataram uma luta pela apropriação desses fundos, facto que exacerbou a corrupção e fragilizou ainda mais as instituições públicas.[41]

Assim, devido à incapacidade de debelar a grave crise socioeconómica em que o país se afundou, o Estado da Guiné-Bissau não resistiu à forte contestação interna e pressão externa para efetuar reformas políticas. Isto levou à adoção de reformas orientadas para a instauração de uma democracia liberal. Para a sua efetivação, em 1994, foram realizadas eleições gerais, tendo sido João Bernardo (Nino) Vieira eleito como presidente da República, ao mesmo tempo que as eleições legislativas eram ganhas pelo seu partido, o PAIGC.

Instabilidade Política, Lutas pelo Acesso aos Recursos do Estado e seu Impacto na Corrupção

O país sempre conheceu a instabilidade política desde a sua independência, tendo o primeiro golpe de Estado ocorrido em 1980, sete anos depois do surgimento do novo Estado em 1973. Mas foi a partir dos anos 1980 que a instabilidade se foi intensificando juntamente com a corrupção.

Depois da abertura política em 1994, entre outros fatores, a venda ilegal de armas para o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC), no Senegal, empurrou o país para uma violenta e sangrenta guerra civil em 1998, que acabou por ditar a saída compulsiva de Nino Vieira do país no mesmo ano.

As eleições gerais que tiveram lugar em 1999, no meio da instabilidade política, as indefinições quanto à realização das eleições, bem como os graves problemas sociais e económicos que o país enfrentava, devido à má governação, precipitaram a destituição do Presidente Kumba Ialá em 2003. Em 2009, devido à crispação entre os políticos e os militares, um atentado à bomba ceifou a vida do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Batista Tagme Na Wai, e, posteriormente, provocou o assassinato do presidente da República Nino Vieira.

Em 2010, apesar da aparente acalmia que permitiu ao país dar passos significativos rumo ao desenvolvimento, a desconfiança e tensão que reinavam entre os políticos e as chefias militares levou à detenção do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e do chefe do Estado-Maior-General

---

[39] Octávio Alves, entrevistado por Ismael Sadilú Sanhá, registo digital. Bissau, outubro 27, 2020.

[40] Lucinda Ahucarié Barbosa, entrevistada por Ismael Salidú Sanhá e Carlos Cardoso, registo digital. Bissau, outubro 30, 2020.

[41] Afonso Té, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, dezembro 23, 2020.

das Forças Armadas José Zamora Induta. A 9 de janeiro de 2012, o desaparecimento físico do presidente da República, Malam Bacai Sanhá, fez aumentar a animosidade. Nesta sequência, um golpe de Estado, em 12 de abril de 2012, veio a afastar o presidente da República interino, Raimundo Pereira, e o ainda primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. A nova transição democrática, afiançada com as eleições nacionais de 2014, não trouxe a continuidade política almejada. A exoneração do primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira, em 2015, lançou outra vez o país para a instabilidade na sua governação.

A instabilidade na Guiné-Bissau é um dos fatores-chave para fomentar a corrupção. Segundo Idrissa Djaló, líder do Partido da Unidade Nacional (PUN), "Como o sistema é baseado na predação dos recursos através da corrupção, nenhum grupo pode manter-se por muito tempo no poder e comer sozinho. Tem de permitir que outro também coma um pouco e assim sucessivamente."[42] Esta situação impediu o Estado de cumprir cabalmente a sua missão, e cada um começou a perseguir de forma desorganizada a sua realização pessoal, o que conduziu ao descaminho e fez com que a gestão pública tivesse deficiências crónicas.

Porém, importa realçar que a maioria da disputa a que se assiste no país, mesmo entre os atores políticos, não é de natureza ideológica ou de doutrina política, mas expressão de uma corrida desenfreada pelo acesso ao poder. Porque o acesso ao poder pode dar acesso aos recursos do Estado. Também por isso se tem assistido à proliferação desenfreada de partidos políticos para um país da dimensão da Guiné-Bissau.

Depois da abertura política, com exceção de Malam Bacai Sanhá, que morreu por motivo de doença, e de Nino Vieira, por assassinato, José Mário Vaz foi o único que terminou o mandato presidencial, embora este mesmo mandato também tenha sido manchado por quedas frequentes de governos e substituições recorrentes de membros do governo.

O acesso ao governo e às instituições políticas e económicas passou a ser através de engenharias partidárias e da criação de grupos para ameaçar os poderes instituídos com subversão da ordem constitucional. Uma tal estratégia passava pela cumplicidade entre políticos e militares, saindo-se melhor quem tiver a cooperação destes últimos em cada momento.

Segundo Hermenegildo Pereira, ex-procurador-geral da República, "A competição para chegar ao aparelho do Estado, de forma desregrada, pode potenciar o conflito".[43] A disfuncionalidade do sistema judicial emperra a possibilidade de ter regras claras e consistentes que ajudem a conduzir a disputa política. Isto exacerba a instabilidade. A luta pelo poder torna-se intensa e o recurso à violência acaba por enfraquecer as instituições e permitir o desvio de fundos. Enquanto isso, a exploração dos recursos naturais tais como madeira, areia, e o tráfico de drogas tornam-se desenfreados. Na perspetiva de Idrissa Djaló "quando não se consegue controlar os recursos por vias de políticas tradicionais, parte-se para a violência e [esta] acaba por se tornar o meio natural de acesso aos recursos".[44]

Tudo isto cria um círculo vicioso, onde a luta pelo poder é a luta por recursos. Num contexto onde faltam fontes alternativas de riqueza que não passem pelo controlo do Estado, os recursos necessários para os partidos alimentarem a clientela são os provenientes do aparelho do Estado. Num tal contexto, a corrupção torna-se inevitável e atravessa todos os governos e partidos

---

42 Idrissa Djaló, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá e Carlos Cardoso, registo digital. Bissau, outubro 30, 2020.

43 Hermenegildo Pereira, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, outubro 31, 2020.

44 Idrissa Djaló, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá e Carlos Cardoso, registo digital. Bissau, outubro 30, 2020.

políticos da área do poder, os militares, os operadores económicos e a sociedade em geral. O poder judicial, que poderia ser um instrumento de contenção, viu-se limitado não só pela incapacidade de sozinho fazer face aos atores mais poderosos – políticos e militares –, mas sobretudo devido à sua cumplicidade com estes atores.

A polarização entre os sectores poderosos da sociedade é, porém, circunscrita a certos segmentos. Ela está restrita a um determinado segmento da população, centrado principalmente em Bissau. Uma parte expressiva do povo, sobretudo nas áreas rurais, está maioritariamente desengajada da vida pública, como mostra Miguel Carter no capítulo 4 deste livro.

Contudo, pode-se dizer que a corrupção é endémica hoje em dia na Guiné-Bissau. São inúmeras as evidências que confirmam este facto. Em 2004, o procurador-geral da República guineense, Octávio Alves, denunciava, num relatório dirigido ao governo e intitulado *O Ministério Público - Constrangimentos e Desafios da Atualidade*, que o fenómeno da corrupção na Guiné-Bissau estava a assumir "facetas e proporções alarmantes."[45] No documento, Octávio Alves realça que a própria evolução das sociedades contemporâneas acarreta fenómenos complexos ligados à criminalidade. Mas, no mesmo relatório, que constitui uma espécie de 'estado da justiça' na Guiné-Bissau, o responsável reconhecia inúmeras insuficiências e destacava, entre elas, a impossibilidade de pôr cobro à "cultura de impunidade", sublinhando não dispor de meios financeiros e humanos para a combater. O responsável judicial sublinhava que o Ministério Público estava de tal forma endividado que tinha tido dificuldades em responder ao desafio de combater este tipo de crimes que vinha a aumentar significativamente no país. "A multiplicidade e a complexidade de casos e de situações que o Ministério Público deve investigar na sequência das denúncias que chegam ao seu conhecimento exige dos responsáveis políticos a atribuição de meios e equipamentos mínimos indispensáveis ao seu funcionamento", sublinha o procurador-geral da República.[46]

O Povo Guineense Critica a Corrupção

A centralidade do fenómeno da corrupção no conjunto das vicissitudes que caracterizam o funcionamento das instituições públicas na Guiné-Bissau é inquestionável. O inquérito levado a cabo no quadro do estudo Vozes do Povo veio corroborar que esta é a perceção generalizada da população.

Durante as conversas nos grupos focais, o estudo constatou que os entrevistados tinham conceitos diferentes, por vezes até divergentes, do que se podia entender por corrupção. Na verdade, como vimos mais acima neste capítulo, não existe uma definição universal do que é a corrupção, havendo várias perspetivas sobre o que este conceito engloba. Mas as conversas nos grupos focais revelaram que a corrupção constitui um fenómeno com impactos negativos sobre diferentes esferas da sociedade, e que precisa de ser combatido.

Ela tem afetado todas as estruturas e todos os escalões do Estado. Os seus autores envolvem tanto os pequenos funcionários como os altos dirigentes das instituições públicas. Informações recolhidas durante as entrevistas nos grupos focais dão conta que, embora por vezes seja difícil identificar os corruptos e os corruptores, porque "sentimos vergonha de falar na cara da pessoa", ela existe.[47]

Há unanimidade quanto à perceção de que o país é governado por grupos poderosos, cuja base de sustentação tem a ver com a corrupção. A sensação de que os políticos estão mais preocupados com o seu bem-estar e que, em consequência disso, relegam as populações ao abandono é generalizada. Em

[45] Citado segundo uma notícia da agência portuguesa de notícias "Lusa" de 13/08/2004.

[46] Citado segundo a "Lusa", 13/08/2004.

[47] Opinião de um homem de 77 anos, entrevistado em Buba, Carter (2020).

vários grupos focais realizados tanto nas cidades como no meio rural foi expressa a perceção de que o Estado abandonou a população: "Considero que o Estado nos abandonou. Quando se fala de um Estado presente é um Estado que se preocupa com a sua população. Mas num país sem escolas, sem uma saúde que funcione, como é que podemos dizer que aquele Estado olha para o seu povo? As estradas são péssimas, a educação não existe, não temos saúde, as crianças estão a morrer nos hospitais".[48]

As populações estão convencidas de que a corrupção vem dos seus governantes. "Enquanto não houver estabilidade no país não vamos livrar-nos desse problema. Porquê? Às vezes podemos receber algum financiamento para o país, mas acaba por beneficiar somente duas pessoas ou três pessoas, ou fica para a família deles".[49]

Em Bafatá, um entrevistado afiançou-nos que:

> O pior é a pessoa de gravata, porque ele está a naufragar o país. Aqui na Guiné quando a pessoa rouba, muitos dizem que é sortudo. Foi lá e num mês construiu uma casa. Isso não é sorte, é furto. Não é uma boa coisa. Não é bom que isso continue, pois vai mergulhar o país na lama. Uma pessoa corrupta é considerada sortuda. Não é sorte, a pessoa é ladrona. Mas se você roubar uma cabra, todos vão saber que és ladrão, e serás condenado mais do que aquele que está a fazer coisas piores.[50]

Este sentimento de que o Estado está aí para proteger os mais poderosos e ricos em detrimento do cidadão de menores posses é generalizado. Aos poucos casos de corrupção que chegam ao conhecimento desses órgãos não tem sido dado o tratamento adequado, tanto assim que os nossos tribunais têm julgado poucos casos relacionados com a corrupção.[51]

A julgar pelo que vários interlocutores afirmaram durante as entrevistas nos grupos focais, hoje em dia não é raro encontrarem-se casos em que um cidadão comum com algumas posses seja capaz de corromper um funcionário do Estado, inclusivamente os funcionários ligados ao aparelho judicial.[52] Na perceção do cidadão comum, quando se tem algum dinheiro, consegue-se aproximar-se das autoridades e comprar a sua inocência.

> Um cidadão pode estar mergulhado em algum problema, ser inclusive culpado, mas pode usar o dinheiro para subornar as pessoas e pedir que seja inocentado. Quando o Estado é subornado, eles batem na pessoa que tinha razão, só pelo facto de não ter dinheiro. É caso para dizer que você suborna o Estado e eu recebo o castigo. Claro que não vou ficar bem consigo. Daí terá um conflito entre nós. É o Estado que provoca isso.[53]

Revelou-se ainda que a corrupção se manifesta de diversas maneiras, quer "comprando" um lugar na administração pública, quer dando um "*suku di bas*" (propina) para ganhar uma determinada causa na justiça, quer para comprar documentos julgados indispensáveis para a consecução de um ato administrativo, quer para a aquisição de um visto em consulados estrangeiros. A corrupção em pequena escala, administrativa ou mesquinha é a corrupção quotidiana na interface entre instituições públicas e cidadãos. A pequena corrupção também se refere ao abuso de poder em situações quotidianas. Por exemplo, a polícia de trânsito recebe pagamentos de taxistas em troca de não ir atrás deles pela violação das regras de trânsito. Normalmente, somas modestas de dinheiro mudam de mãos em cada caso.

---

48 Opinião de uma mulher de 24 anos, entrevistada na Praça de Bissau, Carter (2020b).

49 Opinião de um homem de 49 anos, entrevistado em Buba, Carter (2020b).

50 Homem de 32 anos, entrevistado em Bafatá, Carter (2020).

51 Fernandes (2017).

52 Mulher de 51 anos, entrevistada na tabanca Demba Cali, Carter (2020).

53 Mulher de 51 anos, entrevistada na tabanca Demba Cali, Carter (2020).

Segundo as informações recolhidas junto dos participantes nos grupos focais, a origem da corrupção pode ser imputada tanto ao baixo nível dos salários praticados na Administração Pública, como à impreparação dos agentes que são chamados a executar a justiça e as condições de trabalho. Alguns deles não conhecem nem o Código Penal, nem o Código Civil.

> Má preparação do pessoal, e a própria população não compreende o contexto da justiça guineense. Porque todos acham que a justiça é feita na polícia. Mas a polícia não faz a justiça segundo as leis da Guiné. Vês um polícia fardado e mal preparado. Não recebe um bom salário. O lugar de trabalho não tem mínimas condições. Esta pessoa pode ser facilmente corrompida.[54]

Às vezes, são os sinais de ostentação de riqueza que chamam a atenção das populações para a existência de corrupção. Segundo um dos informantes, "Uma pessoa é enviada para ser delegado aqui em Bafatá, e uma semana depois ele já compra um carro de seis milhões. Nós sabemos que o salário dele não dá para comprar um carro."[55]

O estudo não deixou de realçar que a gravidade da situação que se verifica na Administração Pública está muitas vezes ligada àquilo que na literatura é conhecido por "grande corrupção" ou corrupção de colarinho branco. Este tipo de corrupção provoca prejuízos muito maiores do que a "pequena corrupção". Um interveniente num grupo focal declarou:

> Quem beneficia dos bens públicos acaba por dar mais prejuízo ao país em relação a quem recebe dois ou três mil (Francos CFA). Prefiro mil vezes a pessoa que recebe dois mil (FCFA) das mãos dos outros do que aquele que é chefe, que rouba o dinheiro que devia ser usado para o desenvolvimento do país. Ele coloca o país em causa, e o outro só está a prejudicar uma outra pessoa.[56]

A grande corrupção ocorre tipicamente nos níveis superiores da esfera pública, e dentro dos níveis mais elevados nos negócios privados. Inclui atores que ditam regras, políticas e decisões executivas. Envolve frequentemente grandes somas de dinheiro. A grande corrupção é também frequentemente chamada corrupção política, destacando a influência negativa do dinheiro nos processos políticos, campanhas e partidos políticos.

No entanto, quando a pequena corrupção é endémica, pode resultar em grandes custos. Pode prejudicar o funcionamento dos sistemas estatais – semelhante ao efeito da grande corrupção.[57]

Que ela seja considerada "pequena" ou "grande" corrupção, o fenómeno tem assolado todos os sectores da vida económica, social, cultural e política, como vimos mais acima. Ela tem gangrenado o aparelho de Estado, mais especificamente o aparelho judicial, as relações entre empresas privadas de um lado e o sector público do outro, bem como o relacionamento entre instituições do Estado e os próprios cidadãos. Qualquer um destes tipos de corrupção causa males ao funcionamento das instituições e às próprias pessoas. A pequena corrupção acentua a pobreza de pessoas já de si de baixo rendimento. Quando, por exemplo, o cidadão deve pagar 'suborno' para aceder a serviços básicos como na área da saúde ou nos demais serviços da Administração Pública é natural que isso afete os seus recursos e a disponibilidade para suprir outras carências essenciais.

---

54 Homem de 55 anos, entrevistado em Bafatá, Carter (2020).

55 Homem de 70 anos, entrevistado em Bafatá, Carter (2020).

56 Homem de 35 anos, entrevistado em Bafatá, Carter (2020).

57 4 Anti-Corruption Resource Centre (1990).

Àqueles que não têm meios para pagar subornos são negados estes serviços. Segundo o Gabinete do Utente,[58] a maioria dos casos individuais que chega a este Gabinete prende-se com situações de cobranças ilícitas, as quais constituem importantes violações de direitos humanos e contribuem também para a descredibilização do sistema público de saúde. Estes casos são encaminhados para as Direções dos respetivos estabelecimentos de saúde e o Gabinete do Utente atua como regulador de toda a comunicação, tendo em vista a máxima proteção dos utentes. Até à data presente, o Gabinete de Utente já acompanhou 14 casos individuais.[59] Sem reformas adequadas que combatam a corrupção nos principais sectores do Estado, esta prática cresce ameaçando inclusive os direitos humanos, a democracia e a estabilidade social.

Em maio de 2020, o jornal O Democrata dava conta da venda de bolsas de estudo como um esquema de corrupção que vigora no Ministério da Educação Nacional. Segundo o jornal, os preços oscilam de acordo com o ranking do nível do ensino dos países que oferecem as bolsas. De acordo com as informações apuradas pelo jornal, o valor cobrado situa-se entre 700.000 e 1.000.000 Francos CFA para bolsas para Portugal, Rússia, China e Brasil, enquanto as bolsas para os países africanos, em particular Marrocos e Argélia, são cobradas a um montante de 500.000 Francos CFA.[60] Num contexto em que o salário mensal de um funcionário público não chega a atingir 100 Euros, ou seja, 65.500 Francos CFA, estes números são estonteantes.[61]

O jornal dá ainda conta de que este negócio ilegal criou uma crise a nível da cooperação bilateral entre a Guiné-Bissau e os países que oferecem as bolsas, sobretudo com Portugal, Rússia, República Popular da China e Brasil. Além disso, também provocou dificuldades de relacionamento com algumas entidades parceiras de desenvolvimento que se mostraram indignadas com a prática.

Vários estudos demonstraram que a corrupção tem vindo, de facto, a ser um dos fatores de instabilidade em alguns países da sub-região oeste-africana.[62] Na Guiné-Bissau, um dos efeitos nocivos da corrupção é que ela contribui para a quebra de confiança entre a sociedade e o Estado. Os cidadãos estão a afastar-se progressivamente de interferir na vida do seu país. O fosso entre o Estado e a sociedade está a crescer, como é revelado no capítulo de Forrest e Havik neste livro.

Controlo Externo: Seus Limites no Combate à Corrupção

Pelas razões acima expostas, existe unanimidade nos discursos políticos quanto à necessidade de fazer da luta contra a corrupção um dos objetivos da governação na Guiné-Bissau. Por exemplo, o governo eleito em 2014 comprometeu-se a combater a corrupção e elevar os níveis de transparência. Os sucessivos poderes instituídos têm aliás tentado criar mecanismos e medidas para combater a corrupção no país. A nível jurídico, por exemplo, foram dados passos significativos. A criminalização da corrupção pelo ordenamento jurídico da Guiné-Bissau é fundamental nesse aspeto.[63] A previsão dessa punição no artigo 231 do Código Penal é um passo importante nesse sentido.

---

58 O Gabinete do Utente é um projeto que tem como finalidade fomentar e defender os direitos humanos na Guiné-Bissau, especificamente o direito à saúde. Ele preconiza divulgar junto dos cidadãos da Guiné-Bissau, os seus direitos em matéria sanitária e cria, ao mesmo tempo, uma estrutura operativa que garanta o seu exercício efetivo. Ele iniciou as suas atividades em dezembro de 2016. Funciona como um espaço de atendimento ao público e, por outro lado, como um mecanismo de acompanhamento às estruturas de saúde no Sector Autónomo de Bissau.

59 Dias (2017).

60 *O Democrata*, 4 de maio de 2020.

61 Em 2020, um (1) Euro correspondia a 655 Francos CFA.

62 Ver por exemplo Atuobi (2007).

63 Fael (2017).

Ao nível de prevenção e repressão, existem várias estruturas de combate à corrupção, a saber:

a) Estruturas administrativas:
- A Inspeção Superior contra a Corrupção
- A Inspeção Geral da Finanças
- Direção Geral dos Concursos Públicos
- Direção Geral do Tesouro

b) Estruturas policiais e de inteligência:
- Os órgãos de Polícia Criminal
- A Célula Nacional de Tratamento de Informações Financeiras

c) Estruturas judiciárias:
- O Gabinete de Luta contra a Corrupção do Ministério Público
- Os Tribunais no sentido restrito
- O Tribunal de Contas

Um dos elementos importantes do sistema de verificação tem sido o conhecido controlo externo. Segundo Meirelles, por controlo externo entende-se aqui "todos os atos realizados por um órgão ou entidade estranho e constitucionalmente autônomo sobre as atividades da Administração, a qual é responsável pelo ato sujeito a controle".[64] No caso da Guiné-Bissau, o controlo externo é exercido com a ajuda do Tribunal de Contas.

Ciente de que a corrupção é um mal que lhe afeta, o Estado da Guiné-Bissau tem-se esforçado no sentido de criar órgãos de combate à corrupção, como a Inspeção Superior de Luta contra a Corrupção, as Inspeções Gerais nos diferentes Ministérios, o Gabinete de Luta Contra a Corrupção, instituído pelo Ministério Público, e os tradicionais órgãos formais de combate à criminalidade. Mas é sobretudo a nível dos mecanismos de implementação das leis e medidas onde residem os maiores problemas. Estes órgãos têm-se revelado insuficientes, mas sobretudo têm revelado grande ineficácia no cumprimento da sua missão.

Como vimos mais atrás, a criminalização da corrupção pelo ordenamento jurídico guineense é um passo significativo. Contudo, outras formas de manifestação da corrupção como o conflito de interesses, o tráfico de influências, o enriquecimento ilícito, como recomendado na convenção anticorrupção das Nações Unidas de que a Guiné-Bissau é parte, também devem ser criminalizadas.

Por outro lado, é necessário que exista uma lei de proteção de vítimas, testemunhas, denunciantes, peritos e outros sujeitos processuais, de modo a incentivar a denúncia de casos de corrupção na Guiné-Bissau. Sem que esta exista e seja aplicada efetivamente, os cidadãos terão receio de represálias se denunciarem algum caso. Este tipo de lei é fundamental e um forte incentivo ou complemento no combate à corrupção. Inexistindo, pode conduzir ao enfraquecimento dos mecanismos de combate à corrupção.[65]

A imperfeição no sistema de controlo tem criado empecilhos ao normal funcionamento da Administração Pública e permitido a degeneração da corrupção. O sistema de controlo estabelecido pela Constituição da República não determinou de forma clara os mecanismos de funcionamento da Administração Pública. De acordo com Silva, "Dentro de Administração Pública guineense,

[64] Meirelles apud Cá (2019).

[65] Fael (2017).

encontram-se sistemas de controlo deficientes, o que torna difícil o desempenho eficiente das atividades administrativas – que estimulam desvios de finalidade, fraudes e corrupção."[66]

Algumas instituições de prevenção e repressão da corrupção foram capturadas em benefício de interesses alheios à Administração Pública. A fraqueza do Estado na Guiné-Bissau amplifica-se com a corrupção e falta de capacidades e leis adequadas para controlar e punir a corrupção. A impunidade existente revela que o custo da prática da corrupção é baixo, o que incentiva ainda mais a sua prática. Está-se perante um círculo vicioso. Ao nível da prevenção e repressão das instituições, existem lacunas no mecanismo do combate à corrupção. Estas lacunas são verificáveis tanto a nível administrativo, como político e judiciário. A insuficiência no funcionamento destas instituições também se deve à insuficiência e deficiente formação dos recursos humanos e em quantidade suficiente para cobrir todo o território nacional.[67] Em contrapartida, quanto mais corrupção se pratica, mais difícil se torna instituir e fazer funcionar estas instituições de controlo.

Apesar de existir várias convenções de acompanhamento e avaliação da corrupção ao nível das Nações Unidas, através da convenção de Mérida e da União Africana, a Guiné-Bissau não tem acompanhado nem obedece aos seus parâmetros. Segundo Fael, esta situação tem dificultado a regulamentação dos sectores quer político, quer público e privado, no que diz respeito ao seguimento das ações da administração e à responsabilização dos seus atores.[68] Segundo Hermenegildo Pereira, devido à falta dos pressupostos necessários para a prevenção e repressão da corrupção, que se traduzem num quadro normativo obsoleto e incompleto, a Guiné-Bissau encontra-se no mecanismo de seguimento reforçado.

Apesar de a nível político a Assembleia Nacional Popular (ANP), enquanto entidade competente pela criação de leis e sanções contra os atos delituosos, dispor de um mecanismo de combate à corrupção denominado Inspeção Superior Contra a Corrupção (ISCC), criado com o propósito de prevenir e denunciar atos de corrupção na Administração Pública, não tem servido para prevenir a corrupção. E o Código Penal, sendo o mecanismo mais forte de prevenção, é omisso em vários aspetos. Por outro lado, o Tribunal de Contas apesar de não ser um órgão de fiscalização externa e fazer apenas inspeção à aplicação dos recursos públicos, tem tido um papel importante na denúncia.

O Ministério das Finanças, sobre o qual recai a maior parte das suspeições, não conseguiu desenvolver mecanismos robustos de prevenção e combate à corrupção. Neste sentido, são de saudar os esforços empreendidos pela Guiné-Bissau na reforma do sistema de gestão das finanças públicas. Contudo, verificam-se por vezes violações das leis orçamentais e de finanças públicas por parte dos mesmos governos que devem implementar tais mecanismos de controlo.

A questão do controverso 'resgate' bancário é disso um exemplo elucidativo. Segundo os relatórios dos parceiros internacionais como o FMI, esta estrutura que devia ser central no combate à corrupção não conseguiu instituir mecanismos que permitam evitar e combater a corrupção. Diferentes missões externas que avaliaram os mecanismos de prestação de contas tiveram de concluir sobre a fragilidade destas estruturas. Por exemplo, os controlos internos e externos impostos nos sistemas de finanças públicas não são suficientes para assegurar a transparência e a responsabilização da utilização de fundos públicos. Os atuais sistemas de gestão das finanças públicas não garantem uma priorização adequada, controlo, responsabilização e eficiência em

66 Silva apud Cá (2019).

67 Hermenegildo Pereira, entrevistado por Ismael Salidú Sanhá, registo digital. Bissau, outubro 31, 2020.

68 Fael (2017).

gestão das despesas. O Tribunal de Contas tem várias limitações para realizar auditorias externas, principalmente devido à falta de autonomia financeira e administrativa de facto.[69]

Conclusão

A corrupção é um dos temas que preocupam tanto os investigadores como a sociedade civil na Guiné-Bissau. O inquérito de opinião pública realizado no âmbito do estudo Vozes do Povo colocou à disposição destes e doutros atores informações relevantes sobre a perceção dos guineenses relativamente à corrupção.

O fenómeno da corrupção é muitas vezes associado à fragilidade do Estado, mas os debates e as análises nem sempre refletem a complexidade desta relação. Neste capítulo, tentou-se assim compreender melhor o fenómeno da corrupção na Guiné-Bissau através de uma análise da sua dimensão histórica e da relação entre ela e as dinâmicas económicas e políticas. Passou-se também em revista como as dinâmicas externas e as agendas dos atores externos agem sobre o fenómeno.

A corrupção é um sistema de predação e de utilização indevida dos recursos profundamente enraizado em todo o aparelho de Estado, mas ele estende-se a todos os sectores vitais da sociedade guineense. É um sistema que vem desde a época colonial, onde os funcionários públicos tentavam furtar-se às leis e normas que disciplinavam o funcionamento do Estado.

Ela continuou a existir durante a luta de libertação nacional, ainda com o novo Estado em construção, onde os mecanismos de controlo eram ainda muito incipientes. Aproveitando-se desta situação de precariedade institucional, muitos serviram-se da sua posição privilegiada para infringir as leis, desviar-se dos princípios e aproveitar-se dos bens em benefício próprio.

Hoje em dia existe uma forte consciência não só da presença da corrupção, como do mal que ela representa para a sociedade guineense. Apesar das declarações dos regimes implantados após a independência no sentido de a combater, ela encontrou um terreno fértil num cenário de crises económicas sucessivas por que passou o país, a começar por aquela que ocorreu entre 1977 e 1980 e que conduziu ao golpe de Estado de 1980.

Porém, com a liberalização, e tendo assumido o controlo de todos os meios de produção e comercialização, incluindo as pequenas fábricas e casas comerciais e na ausência de um saber fazer e de quadros qualificados e à altura, o sistema económico entrou em colapso. O Programa de Ajustamento Estrutural que devia servir de tábua de salvação à economia, restabelecendo os grandes equilíbrios macroeconómicos, saneando as finanças públicas e instituindo mecanismos de controlo mais robustos, não conseguiu evitar o desvio às normas, promover a transparência e eliminar a impunidade. Pelo contrário, ele contribuiu para afunilar a crise económica e aumentar drasticamente a corrupção. A instabilidade política, que passou a ser recorrente a partir dos finais de 1990, não permitiu o funcionamento normal e regular do Estado e criou as condições propícias para o agravamento do nível da corrupção, com efeitos na própria desestruturação do Estado.

Bloqueado pela corrupção e envolto em crises políticas sucessivas, o Estado não foi capaz de acompanhar a evolução e dinâmica da sociedade a fim de se dotar de um dispositivo jurídico mais avançado e adequado ao combate da corrupção cada vez mais complexa e transnacional. Sem meios e condições de funcionamento, as instituições do Estado que podiam desempenhar o papel preponderante na prevenção e repressão da corrupção foram neutralizadas.

---

69 IMF (2014).

O sentimento generalizado comprovado pelas pesquisas Vozes do Povo é de que o Estado não tem cuidado devidamente dos seus cidadãos, por conta doutros fatores, mas também por conta da corrupção. Esta perceção do abandono das populações pelo Estado é personificada pelos funcionários que laboram no próprio aparelho de Estado – na alfândega, polícia de trânsito e na administração local.

Face ao carácter endémico da corrupção, o Estado e seus mais altos dignitários têm manifestado a sua aspiração de atacar o fenómeno. Contudo, o combate à corrupção no país requer a sua associação a outras grandes reformas, nomeadamente a da Administração Pública. O país precisa de uma agenda ampla e abrangente que coloque no centro das atenções a promoção da transparência e integridade. As iniciativas específicas devem, portanto, fazer parte de um quadro geral de modernização do Estado da Guiné-Bissau. Este amplo processo de transformação requer a monitorização dos progressos alcançados e o reconhecimento das dificuldades encontradas ao longo do caminho.

As reformas críticas devem começar agora e devem abranger várias áreas, incluindo a gestão das finanças públicas, administração e política fiscal e jurídica, e quadros institucionais.

Só a compreensão profunda da natureza da corrupção na Guiné-Bissau e das dinâmicas históricas, políticas, económicas e sociais pode ajudar a encontrar estratégias adequadas para lidar com o fenómeno. Estas passam, a nível macro, por transformações a nível do funcionamento do próprio Estado, dos modelos políticos e económicos a adotar e pelas relações com o exterior. No que diz respeito a este último aspeto, importa realçar que medidas anticorrupção a nível nacional não são suficientes. Na aldeia global de hoje, os Estados são cada vez mais interligados através do comércio, investimento, transações financeiras e comunicações. Isto significa que a corrupção num país é um motivo de preocupação noutro. Por exemplo, redes corruptas sediadas num país podem operar no estrangeiro, levando a corrupção a outros países.

O combate à corrupção implica ainda, além da reforma das instituições de controlo, a sua capacitação e provisão de recursos financeiros adequados, uma melhor definição legislativa para colmatar as lacunas expostas.

Não será suficiente mudar as leis e colocar gente séria nas instituições competentes para as fazer cumprir. Será necessário que o suporte de base, a sociedade, tenha consciência da urgência do combate contra a corrupção, sob pena de os corruptos poderem ativar os seus tentáculos sociais e laços de solidariedade diversos para bloquear o funcionamento do sistema de controlo e repressão. Passa também pela elaboração de um plano estratégico, que a maioria dos países já possuem e que é obrigatório a nível da Convenção contra a Corrupção das Nações Unidas e Regional de África e que a Guiné-Bissau ratificou.

As instituições de controlo externo têm limites sérios tanto a nível legislativo como das instituições de controlo. As próprias instituições de controlo foram capturadas por interesses privados e não conseguem levar a cabo a sua missão, além de não terem recursos humanos ou financeiros suficientes. O quadro legal também é obsoleto e incompleto, o que dificulta ainda mais qualquer trabalho de luta contra a corrupção. Além disso, apesar de a Guiné-Bissau ter ratificado várias convenções internacionais, estas não são aplicadas.

A existência de uma entidade vocacionada especificamente para o combate à corrupção é um passo significativo, mas não definitivo. É preciso dotar tal órgão de poderes suficientes para combater todas as formas de corrupção. O combate à corrupção por isso não deve ser seletivo,

tendo em atenção, principalmente, quando estejam envolvidas determinadas figuras pertencentes à elite política, governamental e empresarial, que têm merecido proteção por parte do poder judicial, por afinidades de ordem política.

A Assembleia Nacional Popular deve ter poderes efetivos de controlo da atividade do Governo, e existir um efetivo controlo institucional baseado no sistema de pesos e contrapesos, ou seja, dos "*checks and balances*". Há que haver poderes de colaboração entre os vários órgãos de soberania do Estado. O controlo da execução das contas públicas deve ser efetivo por parte dos órgãos competentes.

É ainda necessário fortalecer o Tribunal de Contas como órgão supremo e externo de auditoria das contas públicas, conferindo-lhe poder sancionatório sobre os servidores públicos que pratiquem infrações de natureza financeira.

Há que aproveitar os germes de algumas iniciativas já existentes. Neste particular, a participação da sociedade civil no combate à corrupção é de extrema importância. A experiência demonstra que o combate à corrupção pelos órgãos formais de repressão da criminalidade sem a participação da sociedade civil é limitado. Torna-se necessário criar outros mecanismos de enfrentamento da corrupção que ultrapassam a esfera estatal e legal. Neste sentido, a sociedade civil, mediante o exercício de uma cidadania ativa, surge como parceiro ideal do Estado. Ela pode nomeadamente mobilizar toda a sociedade em torno do combate à corrupção, partindo da promoção de uma cidadania ativa. A criação da Associação Guineense Anticorrupção (AGAC-GB), da sociedade civil, tem facilitado o exercício da prestação de contas, mas ela tem de ser empoderada porque só assim poderá contribuir na criação de uma cultura de denúncia e repúdio de atos e comportamentos corruptos no seio da sociedade guineense.

Todos estes esforços prometem criar novos marcos normativos para prevenir a corrupção. A criação destes marcos consubstancia um processo complexo que tem de ser encarado com a devida seriedade e imaginação, e deve passar pela assinatura de vários acordos internacionais; uma grande reforma institucional, que inclua a criação de vários novos organismos públicos; a adoção de novas leis; e o desenvolvimento de múltiplas iniciativas promovidas pela sociedade civil.

Referências

Andersson, Staffan. (2008). "Studying the Risk of Corruption in the Least Corrupt Countries," *Public Integrity*, 10: 3, pp. 193-214.

Atuobi, Samuel Mondays (2007). "Corruption and State Instability in West Africa: An Examination of Policy Options," *KAIPTC: Occasional Paper*, 21. Accra: Kofi Annan International Peacekeeping Training Center.

Banco Mundial (1997). *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, DC: Banco Mundial.

Cá, Celso G. S, Alexandre O. Lima, e Antónia Márcia R. Sousa (2019). "O Controle externo e o combate à corrupção na Gestão Pública de Guiné-Bissau," *Revista Controle*, 17: 1, pp. 143-169.

Cabral, Yasmine (2017). "A conexão entre a corrupção e as violações dos Direitos Humanos: Principais indicadores," *Jornadas sobre Corrupção na Guiné-Bissau: Ke Ku Nten ku Curupson?* Bissau: EU-PAANE.

Carter, Miguel (2020). *Vozes do povo: Estudo de grupos focais*. Bissau: DEMOS.

Dias, Cremilde. (2017). "Gestão transparente no sector da saúde: Gabinete do Utente". *Jornadas sobre Corrupção na Guiné-Bissau: Ke Ku Nten ku Curupson?* Bissau: EU-PAANE.

Fael, Baltazar (2017). "Visão global da corrupção na Guiné-Bissau e medidas anticorrupção," *Jornadas sobre Corrupção na Guiné-Bissau: Ke Ku Nten ku Curupson?* Bissau: EU-PAANE.

Fernandes, Joel A. (2017). "AGAC – Associação Guineense Anticorrupção: Uma iniciativa da sociedade civil de luta contra a corrupção," *Jornadas sobre Corrupção na Guiné-Bissau "Ke Ku Nten ku Curupson?* Bissau: EU-PAANE.

Filgueiras, Fernando (2006). "A corrupção na política: Perspetivas teóricas e metodológicas," *Cadernos Cedes*, 5.

Forrest, Joshua (2003). *Lineages of State Fragility. Rural Civil Society in Guinea-Bissau*. Oxford: Ohio University.

Galli, Rosemary E.; Jones, Jocelyn (1987). *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*. London: Frances Pinter

International Monetary Fund, IMF (2020). *Technical Assistance Report: Enhancing Governance and the Anti-Corruption Framework. Next Steps*. IMF Country Report 20/214. Washington, DC: IMF.

Jornal Nô Pintcha (1984). "Cabral fala de Cassacá," *Nô Pintcha* (18 de fevereiro), p. 4.

Klitgaard, Robert (1994). *A corrupção sob controle*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lopes, Carlos (1982). *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70

Nóbrega, Álvaro (2003). *A Luta pelo poder na Guiné-Bissau.* Lisboa: Artes Gráficas.

Rose-Ackerman, Susan, e Bonnie Palifka (2016). *Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sousa, Julião S. (2012). *Guiné-Bissau: A destruição de um país*. Coimbra: Coimbra Editora.

Transparency International (2020). "Índice de perceção da corrupção 2020." Berlin: Transparency International.

Transparency International (2021). "What is corruption?"
Fonte: https://www.transparency.org/en/what-is-corruption

U4 Anti-Corruption Resource Centre (1990). "What is Corruption?"
Fonte: https://www.u4.no/topics/anti-corruption-basics/basics

United Nations University. (2017). *Crooked States: How Organized Crime and Corruption Will Impact Governance in 2050 and What States Can – and Should – Do About It Now*. New York: UN University.

Voz di Paz e Interpeace (2010). *Corrupção: As causas profundas de conflitos. A voz do povo. Resultados da auscultação nacional realizada em 2008*. Bissau: Voz di Paz e Interpeace.

12

Partidos Políticos, Eleições e Participação Cidadã

Rui Jorge Semedo e Paulina Mendes

Contextualização

Este capítulo procura entender a perceção da população guineense face ao contexto da instabilidade institucional e política que o país vive há mais de duas décadas, com incidência no comportamento dos partidos, eleições e participação cidadã.

Após 18 anos de domínio do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC),[1] ficou registada no dia 9 de maio de 1991 a revogação do artigo 4º da Constituição pelos parlamentares da 4ª legislatura da Assembleia Nacional Popular (ANP), que reconhecia apenas o PAIGC como o único partido com legitimidade para exercer o poder político no país. Consequentemente, em substituição desse mesmo artigo foi consagrado o pluralismo político.

A Guiné-Bissau integrou a "terceira onda da democracia,"[2] mas no contexto de "drásticas medidas adotadas para liberalizar os regimes autoritários nessa e noutras partes do mundo e que serviram para aumentar o descrédito e a ilegitimidade dos partidos-estado africanos e dos regimes de partido dominante."[3]

A realidade pós-transição na Guiné-Bissau não contribuiu para a resolução de conflitos que tiveram origens históricas no seio do PAIGC, mas criou condições para a sua exacerbação.[4] O ambiente de tensão pós-eleitoral em 1994 encontrou suporte nos grupos dentro e fora do PAIGC. Ambos tinham como propósito lutar para afastar do poder João Bernardo (Nino) Vieira. Nessa luta, por um lado, estava uma parte significativa da liderança política na oposição que durante o período de partido único foram ex-militantes do PAIGC.[5] Por outro lado, emergiam no seio do próprio PAIGC militantes destacados, caso do então presidente do parlamento, Malam Bacai Sanhá,[6] e do então primeiro-ministro Manuel Saturnino da Costa,[7] que frontalmente se oporiam à liderança de Nino Vieira.

Portanto, era percetível a resistência de Nino Vieira a deixar escapar os poderes de que gozava durante o período de partido único. Tempo em que era, de uma vez, presidente da República, comandante em chefe das forças armadas, chefe do governo e presidente do PAIGC, ou seja, queria continuar com a veste de chefe. E o chefe é tido como onisciente, onipotente, infalível, infinitamente bom e sábio: toda palavra que sai da sua boca constitui a verdade; toda vontade que dele emana é a lei do partido.[8]

1 Fundado a 19 de setembro de 1956 por Amílcar Cabral e mais cinco outros colegas, nomeadamente Aristides Pereira, Luís Cabral, Elisé Turpin, Inácio Júlio Semedo e Fernando Fortes. O partido foi protagonista do processo de descolonização na Guiné-Bissau e Cabo Verde na década de 70 e, consequentemente, da implementação do modelo de partido único.

2 Huntington (1994).

3 Mendy (1996: 54).

4 Zeverino (2003: 18).

5 Rafael Barbosa (FDS), João da Costa (PRD), Kumba Ialá (PRS), Aristides Menezes (FD), Victor Saúde Maria (PUSD), Amine Saad (PDP).

6 Apesar de não ter conseguido liderar o partido, Malam Bacai Sanhá por duas vezes foi indicado candidato às presidenciais (1999 e 2009), tendo sido eleito Presidente da República na segunda tentativa. Três anos após a sua eleição veio a falecer por motivos de doença não revelada pelo Estado guineense, no hospital Valle de Grace em França.

7 Manuel Saturnino da Costa ocupou vários cargos no partido e no Estado, com relevância para o de secretário nacional do PAIGC que, estatutariamente, lhe permitiu ascender a primeiro-ministro entre 1994 e 1997.

8 Duverger (1980).

Em 2021, 30 anos depois da abertura política e 27 anos da data de realização das primeiras eleições, o país conta oficialmente com cerca de 50 formações políticas, tendo realizado 13 eleições entre presidenciais e legislativas.[9] Durante mais de duas décadas de experiência democrática apenas um presidente conseguiu chegar ainda, e com enormes dificuldades institucionais, ao fim do mandato, José Mário Vaz.[10] Nenhum outro executivo saído das eleições teve a oportunidade de experimentar o integral cumprimento da legalidade constitucional. Com efeito, esse contexto instável propiciou a emergência de uma cidadania em crescente ascensão por parte das organizações da sociedade civil que, embora ainda demonstrem fragilidades em termos de capacidade de mobilização social, têm procurado posicionar-se através de manifestações públicas, notas à imprensa, utilização das redes sociais ou mesmo mediante audiências com decisores para influenciar o cumprimento das exigências democráticas.

Partidos e Instabilidade Política

Quando os parlamentares constituintes da 4ª legislatura revogaram o artigo 4º da Constituição de 1984, criando condições iniciais para o multipartidarismo, o sentimento prevalecente entre os guineenses, nessa altura, era de satisfação com a conquista do direito à liberdade de decidir quem deve dirigir o país. Ao mesmo tempo emergia uma inabalável convicção de que o novo quadro multipartidário podia vir a contribuir para limpar o legado desastroso herdado do regime de partido único e ainda favorecer o desenvolvimento socioeconómico e o progresso democrático.

Se, por um lado, o país estava a ser confrontado com uma vaga de militância partidária, por outro lado, a vontade de provocar alternância estava concentrada na estratégia do aproveitamento étnico-religioso como mecanismo de mobilização do eleitorado.

A sucessão de instabilidades passou a ser persistente e, mesmo apesar das expectativas criadas após 27 anos das primeiras eleições multipartidárias, nenhum governo eleito democraticamente – chefiado por um primeiro-ministro – conseguiu terminar o mandato. Os partidos são vistos nessa dinâmica de sucessão de crises político-institucionais como fator principal de instabilidade, porque não só têm influenciado a má governação, como também têm contribuído para a adoção de comportamentos que incitam à divisão e ao abuso de poder. Esse argumento encontra suporte no tenebroso percurso que sempre contou com a colaboração implícita ou explícita dos partidos, para fazer despoletar ações violentas ou inconstitucionais que resultem na alteração do poder. Esta perceção foi registada numa entrevista de grupos focais, onde foram destacadas as seguintes principais razões como as que engendram os conflitos políticos no país:

> Económicas e de ambição de poder. Há altos oficiais e outras pessoas influentes que estão bem neste momento, mas se o país acalmar não vão conseguir exercer algumas atividades que estão a exercer na atualidade. Por isso é que arranjam um jeito de criar instabilidade, porque no momento de conflito é possível todo o tipo de violação.[11]

---

[9] Legislativas: 1994; 1999/2000; 2004; 2008; 2014 e 2019. Presidenciais: 1994; 1999/2000; 2005; 2009; 2012; 2014 e 2019. Nos registos da Comissão Nacional das Eleições (CNE) são 12 eleições porque não consideram as de 2012, cujo processo de 2ª volta foi interrompido pelo golpe de Estado.

[10] José Mário Vaz, conhecido como Jomav, foi eleito em 2014 e foi o primeiro presidente da República que conseguiu concluir o mandato, graças à presença das forças de manutenção da paz da CEDEAO, ECOMIB, que chegou ao país após o golpe de Estado de abril de 2012. A sua missão foi dada por concluída em março de 2021. Mário Vaz também foi o presidente que mais primeiros-ministros nomeou na história da Guiné-Bissau, facto que evidencia um nível elevado de instabilidade. Ao todo foram oito governos em menos de sete anos.

[11] Homem de 55 anos, entrevistado em Bafatá, Carter (2020a).

A democracia guineense está marcada por inúmeras ações de alteração inconstitucional do poder, destacando-se as seguintes pelo seu caráter violento: o conflito político-militar de 1998; o golpe de Estado de 3 de setembro de 2003, que depôs o Presidente Kumba Ialá; o de 2 de março que resultou no assassinato do Presidente Nino Vieira e o de 12 de abril de 2012, que impediu a realização da segunda volta das eleições presidenciais e destituiu o Presidente da República interino Raimundo Pereira e o governo saído das eleições. Todas essas ações apresentam como pano de fundo a existência de conflito inter e intrapartidário como causa próxima para golpes de Estado. A experiência democrática na Guiné-Bissau é ainda muito limitada e frágil, o país teve vários momentos eleitorais desde 1994, mas a substituição dos eleitos tem acontecido sempre pela força e não pelo voto.[12]

Embora o país desde o início apresente um número significativo de partidos a concorrer para as eleições, o PAIGC sempre foi o partido com maior destaque eleitoral, tendo vencido cinco dos seis pleitos já realizados. Contudo, por razões da crise político-institucional, do ponto de vista prático, o exercício de governação tem sido partilhado com outras formações políticas. Caso, por exemplo, do PRS, que sempre procurou contornar a legitimidade constitucional e das urnas mediante alianças circunstanciais para estar no poder e governar.

Multipartidarismo e etnicização partidária

O carácter tribalista que a democracia guineense assumiu logo na sua fase embrionária, chamou a atenção já nessa altura de alguns investigadores preocupados com o quadro político-partidário que se desenhava. Tanto assim que, logo após as primeiras eleições gerais (presidenciais e legislativas) realizadas em 1994, houve debate académico sobre esse assunto, tendo como elemento de fundo a distribuição de votos numa perspetiva étnica:

> Não obstante estes factos, e no que diz respeito por exemplo à primeira volta das eleições presidenciais, os resultados apontam claramente para um voto de tipo étnico (…) Muitos são os observadores e mesmo dirigentes políticos que se baseiam nestes factos para afirmar que estamos perante uma ameaça de tribalismo.[13]

Apesar da chamada de atenção, a expressão do tribalismo ainda é manifesta na democracia guineense. Os partidos em vez de adotarem uma estratégia com base numa ideologia estruturada e fundamentada nos princípios de desenvolvimento socioeconómico, com aposta na coesão nacional como mecanismo para a mobilização do eleitorado, utilizam a técnica de pertença étnico-religiosa para garantir a construção das bases eleitorais fixas de apoio. Posicionamento que tem contribuído para sucessos eleitorais, quer ao nível apenas de uma simples representação parlamentar, como para constituir uma representação maioritária com capacidade para formar o executivo. Também está a contribuir para o favorecimento da erosão social que tende a corroer a identidade nacional em benefício da étnico-religiosa.

Com efeito, embora ao nível do debate político nacional não se assuma até hoje que a democracia guineense esteja perante uma evidência da sua etnização, e muitos políticos refutem a existência do componente étnico-religioso no processo político-eleitoral, os factos podem ser constatados no comportamento dos partidos, sobretudo na formação das listas eleitorais partidárias. Assim, na maior parte dos casos, os candidatos são colocados para concorrer exatamente nos círculos da sua pertença étnico-religiosa, o que evidencia uma tendência à instrumentalização política das etnias.

[12] Azevedo (2009: 139).

[13] Cardoso (1996: 164-165).

Nas campanhas eleitorais são feitos apelos à identidade étnica das pessoas. Isto pode incluir o pedido de votos alegando o apoio dado por membros de um determinado grupo étnico ao candidato presidencial de uma outra etnia numa eleição anterior. No fundo, a ideia é pedir que os favores prestados no passado sejam retribuídos na votação em causa. Essas posturas têm influenciado também a distribuição de votos entre partidos e candidatos ao parlamento.

Contudo, alguns analistas, partidos e candidatos preferem considerar esse facto como um gesto apenas de solidariedade étnico-religiosa e deixar de reconhecer uma das fragilidades da democracia guineense. Esse aspeto mereceu a observação dos entrevistados nos grupos focais, que apontam que a situação está a contribuir para alimentar a divisão no seio dos guineenses. Um deles foi categórico ao afirmar que:

> É evidente que são os nossos políticos que criam problemas. Nós relacionamo-nos bem uns com os outros, mas os políticos conseguem dividir-nos. Os políticos são o foco da instabilidade na Guiné-Bissau.[14]

A preocupação dos entrevistados não ficou apenas como uma constatação desse comportamento político, mas receiam os riscos que esse tipo de comportamento possa produzir. Nas suas respostas não só alertaram para o perigo que é iminente, como também enfatizaram a experiência negativa que o país teve com o conflito político-militar de 1998:

> Realmente o conflito entre os políticos é mais preocupante, porque é um conflito que nos leva a um conflito maior, onde as armas são usadas. Temos o exemplo da guerra de 7 de junho. Não queremos que se repita.[15]

> A instabilidade pode trazer um banho de sangue. Os nossos políticos não estão preparados para fazer política. Acham que a política é para chegar ao governo e roubar tudo aquilo que é do povo. Outros lutam para chegarem ao governo e isso provoca instabilidade.[16]

Por isso, se demonstram preocupados com a situação e temem que a divisão registada possa vir a contribuir para o agravamento da instabilidade política.

Da bipolarização à diversificação da paisagem partidária

Basicamente, até 2019, o sistema partidário guineense apresenta um quadro que aponta para dois partidos dominantes, PAIGC e PRS, os únicos que sempre estiveram representados no parlamento em todas as legislaturas da era democrática. Com efeito, os seus padrões de competição tem gerado instabilidade político-governativa que se manifesta mediante um conjunto de fatores tais como: incentivo ao voto étnico, golpe de Estado, quedas forçadas do governo impulsionadas pelas intrigas palacianas como também a desorganização da administração pública. Ao longo desse recente percurso político a aliança com os militares tem sido recorrente e tem contribuído negativamente para a instauração democrática no país.

Em razão das alianças circunstanciais à margem dos preceitos legais, a classe castrense passou a dominar e assumir um papel preponderante nas tomadas de decisão política e no controlo das instituições. Situação que cada vez mais deixa visível a sobreposição do poder militar ao civil.

---

[14] Homem de 26 anos, entrevistado no bairro de Antula, em Bissau, Carter (2020a).

[15] Mulher de 33 anos, entrevistada no bairro de Sintra, em Bissau, Carter (2020a).

[16] Homem de 46 anos, entrevistado em Canchungo, Carter (2020a).

Geralmente, tal facto acontece quando as autoridades constituídas dos três poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judicial, e a sociedade civil organizada representada por sindicatos, associações e imprensa – perdem a capacidade de limitar o comportamento autónomo das Forças Armadas, podendo eliminar enclaves autoritários dentro do aparelho do Estado.[17] De igual modo, a estabilidade de qualquer democracia depende não só do seu desenvolvimento económico, mas também da eficácia e legitimidade do seu sistema político.[18] Um sistema pouco institucionalizado de partidos se caracteriza pela grande instabilidade dos padrões de competição interpartidária, pelo frágil enraizamento dos partidos na sociedade, pelo grau relativamente baixo de legitimidade e pela fraqueza das organizações partidárias.[19]

Na Guiné-Bissau, das cinco legislaturas conhecidas na sua recente história democrática, o PAIGC foi o partido que mais vitórias obteve, quatro contra uma do PRS, mas nenhum dos dois conseguiu encontrar um ambiente político estável, quer no seio dos seus respetivos partidos, quer no relacionamento com outros partidos. Neste quadro, se olharmos para o período de tempo entre as legislaturas que se sucederam, chegamos à conclusão de que existem irregularidades em termos do cumprimento do período de quatro anos plasmado na Constituição da República. Um outro fator que tem caracterizado a situação de fragilidade tem a ver com a ausência de coesão e disciplina partidária, cuja manifestação foi evidente na 9ª legislatura, em que 15 dos deputados eleitos pelo PAIGC deixaram de cumprir com as orientações da sua bancada e passaram a votar a favor da bancada de oposição.[20] Isto propiciou o surgimento de uma nova maioria assumida pelo PRS.

A mesma situação voltou a acontecer na 10ª legislatura, quando cinco deputados eleitos pelo PAIGC decidiram apoiar um acordo de incidência parlamentar formado por três partidos: Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15), Partido da Renovação Social (PRS) e Aliança do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB). Isso significa que nas duas legislaturas subsequentes os deputados eleitos pela bancada do PAIGC, que foi o vencedor das eleições, apoiaram a oposição na utilização do "poder de obstrução de mudanças", que contribuiu para chumbar o programa que a sua bancada apoia.[21]

O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos mandatos por partidos políticos, mostrando que o PAIGC é o partido que tem conquistado o maior número de mandatos desde o início do multipartidarismo, exceto durante a sexta legislatura, onde o PRS foi o partido mais votado, com 38 deputados, mas sem uma maioria para formar governo.[22]

Assim, dos 62 deputados durante a 5ª legislatura, o PAIGC baixou para 24 na 6ª legislatura, na 7ª voltou a subir para 45 deputados e já na 8ª legislatura o seu desempenho aumentou com uma maioria qualificada de 67 deputados. Por conseguinte, o PRS, depois da vitória conquistada na 6ª legislatura com 38 deputados, foi baixando o número de mandatos conquistados para 35 na 7ª e para 28 na 8ª legislatura. Na 9ª legislatura o PAIGC viu reduzida a sua expressão parlamentar para 57 deputados, enquanto o PRS teve uma melhoria, elegendo 41 deputados e mantendo a posição de segunda maior força no parlamento. Contudo, esse domínio ficou alterado na 10ª legislatura, com o

17 Zaverucha (2000: 11).

18 Lipset (1967: 78).

19 Mainwaring (1999: 32).

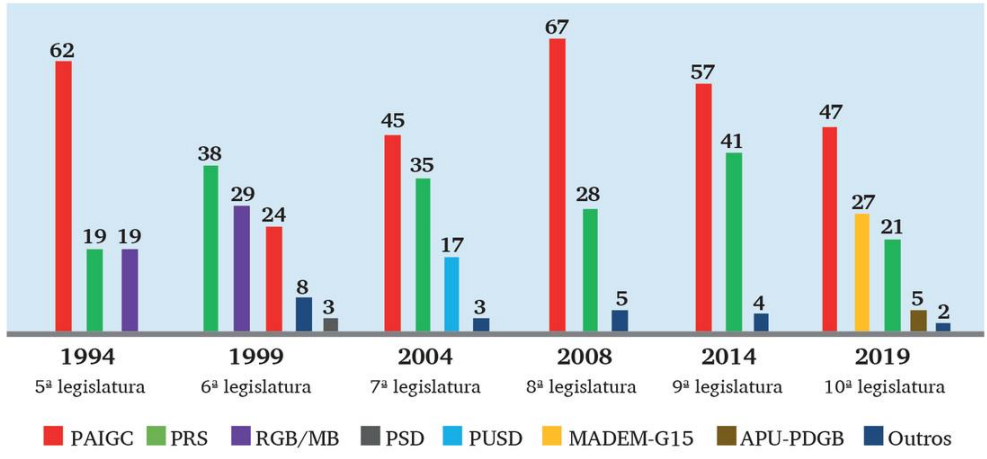
20 O PAIGC tinha 57 deputados, ou seja, maioria absoluta para governar, mas não conseguiu assegurar a fidelidade de quinze deputados da sua bancada que passaram a votar a favor as propostas da oposição.

21 Sobre o conceito de "poder de obstrução de mudanças", ver Ames (2003: 29).

22 Na sexta legislatura o PRS fez acordo no parlamento com a RGB-MB para poder formar uma maioria e formar governo.

aparecimento no cenário político nacional do MADEM-G15, que obteve 27 mandatos, empurrando o PRS para terceira força no parlamento com apenas 21 deputados. Vale mencionar que o PAIGC além de conseguir uma maioria simples de 47 deputados regista uma queda assinalável de 20 deputados entre a 8ª e a 10ª legislatura.

Distribuição dos mandatos por partidos segundo legislaturas, 1994 – 2019



Fonte: Assembleia Nacional Popular

A questão de género na representação parlamentar

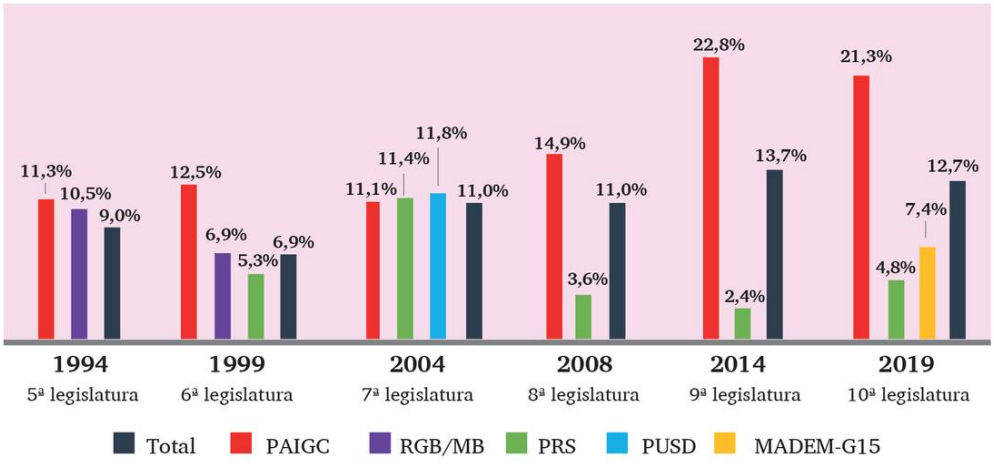
O gráfico abaixo mostra a evolução da representação feminina no parlamento guineense da 5ª à 10ª legislatura. Dele se depreende que o peso das deputadas na ANP passou de 9% durante a 5ª legislatura para 13% na 10ª legislatura, ou seja, um acréscimo de 3 pontos percetuais. Este reforço da presença feminina no hemiciclo deve-se essencialmente ao aumento do peso das deputadas na bancada do PAIGC.

A leitura do mesmo quadro evidencia que, na 5ª legislatura, no total dos deputados eleitos na bancada parlamentar do PAIGC, apenas 11% é do sexo feminino. A mesma composição foi observada no PRS. Na 6ª legislatura o PAIGC melhorou, tendo aumentado para 13% as mulheres eleitas e o PRS baixou para 5%. Na 7ª legislatura o PAIGC, PRS e PCD tiveram quase a mesma percentagem de deputadas. Na 8ª e 9ª legislatura, a percentagem das deputadas do PAIGC subiu de 15% para 23% e diminuiu para 21% na 10ª legislatura. Durante as mesmas legislaturas, no PRS foi observado o contrário. As mulheres eleitas baixaram de 4% para 2% e aumentaram para 5% na última legislatura. Importa salientar que o PAIGC é o partido que mais elegeu deputadas em todas as legislaturas. Apesar do aumento verificado em relação à percentagem das mulheres deputadas, o parlamento guineense continua marcado por uma forte presença masculina.

Em todas as legislaturas, o PAIGC apresenta-se como o partido que mais contribuiu para a representatividade das mulheres no parlamento guineense. No universo de 100% das deputadas na ANP na 5ª legislatura, 78% fora eleita nas listas do PAIGC contra 22% nas listas da RGB Movimento Bafatá. A distribuição de deputadas por partidos foi menos desequilibrada durante a 6ª e 7ª legislaturas, com ligeira vantagem para o PAIGC, que elegeu 43% na 6ª legislatura, enquanto PRS e RGB-MB obtiveram 2 cada (29%). Já na 7ª legislatura o PAIGC obteve 5 das 11 deputadas contra 4 do PRS e 2 do PUSD.

Contribuição dos partidos para a presença das mulheres no parlamento, 1994 - 2019

Percentagem sobre o total de deputados em cada legislatura

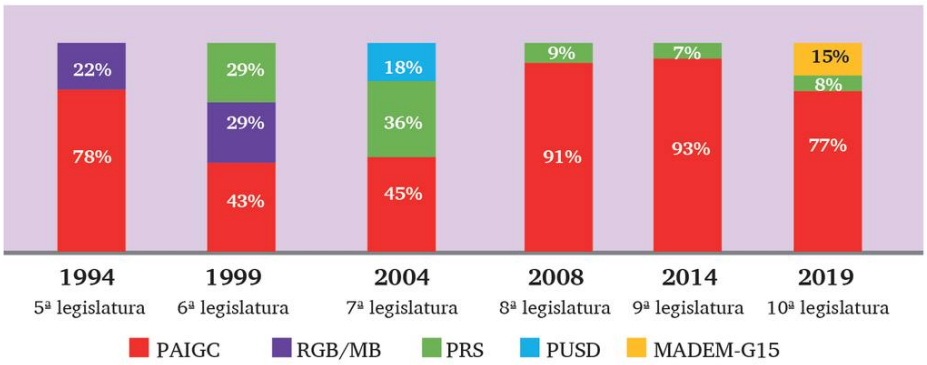


Fonte: Elaboração dos autores com dados da Assembleia Nacional Popular

A representatividade do PAIGC foi mais expressiva a partir da 8ª legislatura. Assim, 91% das deputadas da 8ª legislatura foram eleitas nas listas do PAIGC contra 9% nas listas do PRS. Na 9ª legislatura a contribuição dos libertadores (PAIGC) foi maior, com 93% das deputadas eleitas nas suas listas contra 7% nas listas dos renovadores (PRS), vantagem que se mantém na 10ª legislatura com 77% das deputadas eleitas contra 8% nas listas do PRS e 15% nas listas do MADEM-G15.

Contribuição dos partidos para a presença das mulheres no parlamento, 1994 – 2019:

Percentagem sobre o total de mulheres deputadas em cada legislatura



Fonte: Elaboração dos autores com dados da Assembleia Nacional Popular

Apesar dos esforços por parte das organizações feministas, não foi atingida a paridade prevista na lei n° 4/2018, que prevê que 36% dos lugares no parlamento e nas estruturas de governação sejam reservados a pessoas do sexo feminino. Foram identificadas algumas lacunas neste diploma, nomeadamente o facto de não consagrar a alternância de género nas listas dos partidos e a insignificância das sanções previstas contra os infratores.

Regionalização Partidária

Conforme salientámos, ao longo da recente história democrática no país o PAIGC sempre foi o partido com maior mobilização eleitoral, sobretudo nas regiões de Bafatá, Gabú e Quínara. O seu domínio eleitoral nessas regiões pode estar ligado a dois fatores. O primeiro é histórico, por ser o partido que conduziu o processo de descolonização e conseguiu implantar as suas estruturas em todo o território, facto que lhe permitiu estabelecer uma forte ligação política a nível nacional. O segundo é identitário, porque um número significativo dos seus membros é originário dessas regiões e consegue mobilizar votos a favor do PAIGC. No entanto, com o surgimento do Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15), que é um grupo político recentemente formado por dissidentes do PAIGC, essa realidade política ficou visivelmente alterada. A liderança do MADEM-G15 é constituída por pessoas com uma reconhecida influência política nas referidas regiões, e ainda gozam de um capital identitário predominante que serve como elemento mobilizador. Por isso, quer nas legislativas de 10 de março de 2019, como nas presidenciais de 24 de novembro do mesmo ano, o MADEM-G15 e o candidato por ele apoiado, Umaro Sissoco Embaló, conseguiram suplantar as estratégias do PAIGC nessas regiões a partir dos princípios de identificação étnico-religiosa com eleitorados dessas localidades.

Essa mesma situação se verificou na disputa entre o PRS e a APU-PDGB no norte do país, mais concretamente na região de Oio. Vale salientar que essa região sempre foi bastião eleitoral do PRS, mas que viu o seu domínio eleitoral ameaçado com o surgimento da APU-PDGB liderada por Nuno Gomes Nabian.[23] A disputa ocorrida nessa região entre as duas formações políticas durante as eleições de 2019 não foi com base nos fundamentos ideológicos ou nas mensagens que refletem o programa eleitoral, mas um confronto para demonstrar ao eleitorado quem tem mais legitimidade para assumir o legado político e identitário de Kumba Ialá.

Eleições e Participação Cidadã

Historicamente a Guiné-Bissau sempre registou uma participação significativa dos seus cidadãos nos processos eleitorais, quer do ponto de vista da mobilização para participação nas manifestações políticas (comícios populares e debates), quer pela reconhecida afluência às urnas no dia de votação.

Participação eleitoral

De acordo com os resultados da pesquisa comparativa de Vozes do Povo, a Guiné-Bissau e a Serra Leoa destacam-se na região pelo alto nível de identificação partidária, com um índice de 68% e 70% respetivamente, contra 20% no Togo, que apresenta o índice mais baixo num universo de 15 países da CEDEAO. No mesmo diapasão, os dois países ainda lideram o índice de participação eleitoral com 89% e 84% respetivamente.

No caso da Guiné-Bissau, os factos reais evidenciam um elevado nível de participação e um reconhecido civismo. A disputa democrática na Guiné-Bissau como tem sido provado pelos sucessivos resultados eleitorais (legislativas e presidenciais), se configura implícita ou explicitamente na ótica de um tácito desafio étnico-religioso e a dicotomia campo-cidade, na disputa pelo controlo do poder.

[23] Nuno Gomes Nabian foi nomeado primeiro-ministro em março de 2020. Kumba Ialá foi seu padrinho político, e quem o guindou a candidato durante as eleições presidenciais de 2014, na qual ficou como o segundo mais votado durante o confronto com José Mário Vaz, o candidato apoiado pelo PAIGC.

Participação cidadã

A Guiné-Bissau ao lado da Serra Leoa evidencia o elevado nível de identificação partidária e participação eleitoral.[24] Contudo, essas importantes manifestações políticas não se traduzem em períodos pós-eleitorais num mecanismo de exercício de cidadania para contestar atos de má governação, que é um mecanismo inerente à premissa democrática.[25] Assim, os entrevistados ao serem questionados se enquanto cidadãos devem reclamar junto dos responsáveis do governo, a Guiné-Bissau voltou a liderar o índice, mas desta vez pela negativa, com 31% dos inquiridos a declararem que "um bom cidadão nunca deve apresentar uma reclamação aos responsáveis do governo". De igual modo, o país também apresenta o pior índice, 52%, em termos de disposição dos cidadãos para contactar alguém do governo para pedir uma ajuda ou fazer uma reclamação. Esse facto não só identifica o baixo de nível de cidadania, como também um dos seus fundamentos pode estar no deficiente processo educativo, que não conseguiu reduzir o elevado índice de analfabetismo e/ou controlar greves sistémicas que têm obstaculizado, entre outros, a capacidade de os cidadãos participarem efetivamente no acompanhamento dos atos governativos. Aliás, uma preocupação evidenciada no relatório:

> O engajamento cidadão na dinâmica partidária e eleitoral, porém, vê-se mitigado pela forte retração cívica em todas as ações que envolvem atos concretos de reclamação perante as autoridades governamentais.[26]

A relutância da população guineense face ao seu dever cívico de protestar contra o incumprimento das autoridades na promoção de políticas públicas eficazes, certamente encontrará respostas diversas. Aliás, algumas estão refletidas no próprio relatório de pesquisa, que aponta para "a escassa presença do Estado na sociedade e o descrédito de suas instituições". Ao lado dessa destacam-se também outras que passaremos a ilustrar.

Primeiro, o elevado nível de desconfiança entre as pessoas que sempre observam nas mobilizações cívicas objetivos político-partidários dos seus organizadores. Pode-se dizer que há uma elevada crença na politização das iniciativas da sociedade civil. Essa conotação não só tem contribuído para descredibilizar diligências de manifestações de protesto, como também tem alimentado um sentimento de desinteresse nos cidadãos.

Segundo, a indisponibilidade de instituições públicas que sempre procuram restringir o espaço de liberdade aos cidadãos, quer por vias de recurso à legislação ou por estratégia de obstrução administrativa para não autorizar a manifestação. A lei nº 3/92 que regula o direito à manifestação é um exemplo paradigmático quando no seu artigo 5º condiciona o exercício da liberdade nos seguintes moldes:

- A manifestação não pode exceder um tempo que se prolongue para além das vinte e duas horas;
- As manifestações (cortejos e desfiles) só pode ser realizadas aos domingos e feriados e aos sábados, depois das 13 horas e nos dias úteis depois das 19 horas.

---

[24] Carter (2020b).

[25] Dahl (2005).

[26] Carter (2020b), ver também o capítulo 6 deste livro.

Terceiro, a intensidade da violência com que as autoridades policiais respondem às manifestações provocam medo e desincentivam a adesão dos cidadãos. No contexto guineense a não adesão social pode ser explicada pelo medo de represálias por parte das forças de segurança, que a mando do poder político sempre procuram desencorajar manifestações mediante a utilização da violência policial.[27] Essa leitura corrobora a opinião dos entrevistados quando afirmam que:

> Resignamo-nos por medo. Se levantar a voz e souberem que foi o António ou Mbana, se viver mais dois anos é muita coisa. Eles prendem-te, amarram-te, levam-te para qualquer lugar e matam-te. Se eu ficar sabendo que o mataram, não terei voz para dizer que estão a governar mal. É o medo.[28]

> Sabes o que se passou aqui nestes dias? Uma pessoa foi morta. Se sairmos para as ruas, ou as pessoas de Bissau saírem para as ruas, vão acabar com elas. Atirariam com força, sabes por quê? Aqueles que vestem as fardas são iguais a mim, não sabem ler. Se os políticos derem ordens vão atirar. Dominaram-nos através do medo.[29]

Contrariamente às observações supramencionadas, existem vozes que atribuem a fraca participação da sociedade civil nas ações que visam influenciar a boa governação à falta de autonomia das estruturas organizadas. De acordo com um dos entrevistados essa situação acontece porque:

> Temos uma sociedade desorganizada. A própria organização da sociedade civil está ao serviço dos políticos. São guiados pelos políticos, não têm autonomia. Na Guiné-Bissau as pessoas não estão preparadas. O povo não é instruído, nem sabem o que significa sociedade civil.[30]

Esses e outros comportamentos subjetivos e/ou objetivos fizeram com que no universo de 15 países da CEDEAO participantes na pesquisa, a Guiné-Bissau figure com o índice mais baixo de 59% de pessoas que se disponibilizam para juntar-se a membros da comunidade para pedir ações do governo, enquanto Benim e Guiné-Conacri lideram a lista de disposição com 86%, seguidos de Cabo Verde e Serra Leoa, ambos com 85%. Ainda em relação à participação dos cidadãos num ato ou marcha de protesto, Cabo Verde apresenta o índice mais elevado no conjunto dos países estudados, com 73% e a Guiné-Bissau, embora não tenha o pior índice (34%), figura como o país onde a disposição da população é baixa.

O estudo também apresentou um elemento muito importante sobre o conhecimento da democracia, onde a Guiné-Bissau aparece como o país da sub-região que tem, de longe, a menor familiaridade com a palavra "democracia", com o índice de 50% de inquiridos que declaram que não sabem, contra 5% dos do Mali, que apresenta a maior familiaridade com essa palavra. Esse resultado nos remete ao estudo com a população da aldeia de Kandjadja, região de Oio, quando exatamente o objeto também era discutir o significado da democracia ou democratização durante um grupo focal:

> Um homem idoso sublinhou que o conceito de democratização é difícil de expressar em mandinga (…). Ele chegou a acordo com o intérprete, que traduzia de mandinga para português e crioulo, que a expressão mais próxima em português para exprimir esse conceito era "buscar a felicidade".[31]

---

27 Homem de 46 anos, entrevistado em Canchungo, Carter (2020a). Ver também Semedo (2020).

28 Homem da tabanca de Glak Iala, 53 anos, Carter (2020a).

29 Homem da tabanca de Glak Iala, 67 anos, Carter (2020a).

30 Homem do bairro de Antula, 51 anos, Carter (2020a)

31 Rudebeck (1997: 1-4).

Portanto, se esse conceito de "buscar a felicidade" é comum à maioria dos guineenses, certamente que a fraca presença do Estado observada praticamente em todo o território tem causado muitas dificuldades às populações em encontrar a felicidade. Aliás, o próprio relatório enaltece a postura da população guineense que apresenta "uma forte rejeição a formas autocráticas de governo e diversos sinais de apoio a valores democráticos, ligados à liberdade de expressão e de escolha política".[32] Essa realidade, certamente, contraria o resultado do entendimento do que significa a democracia para a população e, ao mesmo tempo, prova que a população posiciona-se em defesa da democracia.

Entre os 15 países da CEDEAO a Guiné-Bissau figura em 11º lugar dos que rejeitam o autoritarismo presidencial com 82%, superando apenas a Guiné-Conacri (80%), o Níger 79%, Burkina Faso (77%) e a Nigéria (75%). Facto que segundo o relatório "revela que a rejeição do autoritarismo é mais forte do que a adesão às normas democráticas". Ainda de acordo com o relatório esta situação, "segundo a comparação regional, está associada à falta de formação cívica e acesso a conhecimentos elementares sobre a democracia – seu sentido, valores, normas, processos e função prática".[34] O contexto permanente de conflito tirou ao país e aos seus cidadãos a possibilidade de aperfeiçoar as regras democráticas. No entanto, embora haja essa dificuldade em termos de discernimento do conceito democrático, a experiência com a ditadura também pode estar na base da rejeição do autoritarismo.

Considerações Finais

Após o desaire com o monopartidarismo, a adoção do multipartidarismo caiu como uma oportunidade transformadora que poderia contribuir para a consolidação da relação entre os partidos e os cidadãos, servindo sobretudo como agente canalizador das demandas sociais às estruturas de governação e vice-versa.[35]

Contudo, a pesquisa de opinião pública Vozes do Povo revelou uma enorme insatisfação dos cidadãos com o papel que os políticos têm assumido e que não só está a contribuir para influenciar a má governação e a fragilização do sistema partidário, como também está a incentivar a divisão sociocultural. Na Guiné-Bissau a variável etnia é fundamental na adesão aos partidos políticos e na votação dos candidatos. A pesquisa evidencia a postura paradoxal dos cidadãos face às premissas democráticas de 'participação e contestação'. Por um lado, os dados mostram um nível elevado de participação na identificação com os partidos, nos comícios e no cumprimento do dever cívico de votar, mas por outro, o nível de contestação dos atos de governação é baixo.

Portanto, os fatores podem estar ligados ao baixo nível de instrução sobre a cidadania e as regras do jogo democrático de que os atores dispõem, como também à inflexibilidade do governo em permitir as manifestações democráticas. Nos vários testemunhos recolhidos durante os grupos focais efetuados em diferentes localidades do país, ficou evidente que a população é impedida de exercer a sua cidadania, para questionar e participar nas grandes manifestações populares.

Por conseguinte, a participação nas eleições não tem sido um assumir do exercício de cidadania a partir dos programas e ideologias apresentados pelos partidos e candidatos e que poderia servir para legitimar a afinidade com os eleitores. O foco tem sido a pertença étnico-religiosa que se

[32] Carter (2020b).

[34] Carter (2020b).

[35] Sartori (1982).

manifesta a partir de uma identificação implícita ou explícita de territórios eleitorais étnico-religiosos. Conclui-se que o PAIGC é o partido que tem conquistado o maior número de mandatos desde o início do multipartidarismo, exceto durante a sexta legislatura, dominada pelo PRS. O PAIGC também é o partido que tem contribuído com a maior participação feminina no parlamento em todas as legislaturas, contudo abaixo das expetativas da lei da paridade.

Referências

Ames, Barry (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Azevedo, Elisabete (2009). "O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou culpado da instabilidade política?" *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*, organizado por Marina Costa Lobo e Octávio Amorim Neto. Lisboa: Imprenta das Ciências Sociais, pp. 139-170.

Cardoso, Carlos (1996). "Guiné-Bissau: um país tribalista?" *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. *Kacu Martel*, organizado por Johannes Auguel e Carlos Cardoso. Bissau: INEP, pp. 163-173.

Carter, Miguel (2020a). *Vozes do povo: Estudo de grupos focais*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do povo: Relatório da pesquisa comparativa. A opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos*. Bissau: DEMOS.

Dahl, Robert A. (2005). *Poliarquia: Participação e oposição*. São Paulo: Edusp.

Durverger, Maurice (1980). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Huntington, Samuel (1994). *A terceira onda: A democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática.

Instituto Nacional de Estadística, INE (2009). *Guiné-Bissau, III Relatório do recenseamento geral da população e habitação: Caraterísticas socioculturais*. Bissau: INE.

Lipset, Seymour Martin (1967). *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Mainwaring, Scott P. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: Caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

Mendy, Peter Karibe (1996). "A emergência do pluralismo na Guiné-Bissau," *Pluralismo político na Guiné-Bissau*, organizado por Fafali Koudawo e Peter Karibe Mendy. Bissau: INEP, pp. 11-65.

Rudebeck, Lars (1997). *Buscar a felicidade: Democratização na Guiné-Bissau*. Lala Kema, Bissau: INEP.

Sartori, Giovani (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar.

Semedo, Rui Jorge (2020). "Ativismo político-social e crise institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, *Bassora di Povu*, *O Cidadão* e *Voz do Cidadão do Mundo*," *Cadernos de Estudos Africanos*, 40, pp. 13-36.

Zaverucha, Jorge (2000). *Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares, 1990 - 1998*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Zeverino, Guilherme Jorge Rodrigues (2003). *O conflito político-militar na Guiné-Bissau*. Lisboa: IPAD.

Anexo
Distribuição de mandatos por legislaturas, partidos e género

5ª Legislatura (1994-2000)			
Partidos	N° de Deputados	N° de Deputadas	Total
PAIGC	55	7	62
RGB/MB	17	2	19
PRS/FLING/UM	19	0	19
TOTAL	91	9	100
6ª Legislatura (2000-2004)			
Partidos	N° de Deputados	N° de Deputadas	Total
PRS	36	2	38
RGB/MB	27	2	29
PAIGC	21	3	24
UM	3	0	3
AD	3	0	3
PSD	3	0	3
FDS	1	0	1
UNDP	1	0	1
TOTAL	95	7	102
7ª Legislatura (2008-2014)			
Partidos	N° de Deputados	N° de Deputadas	Total
PAIGC	40	5	45
PRS	31	4	35
PUSD	15	2	17
APU	1	0	1
UE	2	0	2
TOTAL	89	11	100

8ª Legislatura			
Partidos	N° de Deputados	N° de Deputadas	Total
PAIGC	57	10	67
PRS	27	1	28
PRID	3	0	3
AD	1	0	1
PND	1	0	1
TOTAL	89	11	100
9ª Legislatura (2014-2019)			
Partidos	N° de Deputados	N° de Deputadas	Total
PAIGC	44	13	57
PRS	40	1	41
PCD	2	0	2
PND	1	0	1
UM	1	0	1
TOTAL	88	14	102
10ª Legislatura (2019-2023)			
Partidos	N° de Deputados	N° de Deputadas	Total
PAIGC	37	10	47
MADEM-G15	25	2	27
PRS	20	1	21
APU-PDGB	5	0	5
PND	1	0	1
UM	1	0	1
TOTAL	89	13	102

Fonte: Assembleia Nacional Popular



Conclusão

13

Disjunção Estado-Sociedade

Philip J. Havik e Joshua B. Forrest

A extraordinária e abrangente pesquisa impulsionada pela iniciativa Vozes do Povo expõe uma importante disjunção nas atitudes populares perante as instituições nacionais e locais. Os resultados são dramáticos em muitos aspetos, pois colocam em questão a legitimidade política do próprio Estado, enquanto, ao mesmo tempo, enfatizam a aprovação popular de instituições comunitárias locais e da sociedade civil em geral.

A maioria dos entrevistados considerou as instituições locais como confiáveis e favoráveis aos interesses do povo. No entanto, as instituições do Estado nacional são percebidas como se estivessem a funcionar de maneira isolada, num casulo, sem se preocuparem com a situação da população comum. Tendo como pano de fundo a turbulência e instabilidade política da Guiné-Bissau, que a tornou passível de ser classificada como um Estado 'falhado', de 'sombra' ou mesmo 'narcoestado,'[1] o inquérito Vozes do Povo fornece uma visão excecional e aprofundada, de largo alcance do sentimento popular sobre a relação entre indivíduos, comunidades e o Estado. Além de incluir as experiências e perceções em relação ao sistema político do país, nas áreas urbanas e rurais, também permite identificar caminhos futuros para reduzir a referida disjunção, com base na avaliação dos entrevistados sobre o regime político, os seus atores e o seu desempenho.

Este capítulo inclui quatro secções. A primeira reconstrói a trajetória política complexa e heterogénea do país, desde a independência, seguida por uma análise das tendências que emanam da pesquisa comparativa entre a Guiné-Bissau e outros países da África Ocidental, com base nos dados da pesquisa Vozes do Povo e do Afrobarometer. A seguir, examina os dados qualitativos que emergiram de discussões de grupos focais realizadas em diferentes partes do país. As conclusões avaliam as formas potenciais de diminuir o fosso Estado-sociedade na Guiné-Bissau.

Trajetórias de Disjunção Estado-Sociedade

Nas bases sociais da Guiné-Bissau, vemos a influência de uma continuidade histórica de tradições baseadas na tolerância social, no apoio mútuo, e na construção – ao longo de vários séculos – de organizações locais resilientes e eficazes. A formação destas instituições populares locais contrastam fortemente com as práticas de governação características do Estado nacional, tanto na época colonial como no período pós-colonial.[2]

A origem desta disjunção Estado-sociedade está ligada à formação de uma estrutura política colonial virada para a extração de recursos e à institucionalização de uma série de políticas de repressão, como a intervenção em estruturas sociais existentes, o minar de chefias tradicionais, o confisco de culturas de renda e políticas arbitrárias cometidas por administradores coloniais junto às populações rurais e urbanas.[3] Pode-se argumentar, claro, que muitos Estados coloniais tiveram um comportamento político semelhante e que isso não levou a uma profunda disjunção pós-colonial

[1] Chabal e Green, 2016; Shaw (2015).

[2] Forrest (2003: 168-171).

[3] Forrest (2002, 2003).

entre Estado e sociedade. Mas, na Guiné-Bissau, o período colonial culminou numa luta de libertação nacional que durou onze anos, de 1963 a 1974. Esta luta, conduzida pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob a liderança de Amílcar Cabral, foi marcada pelo impacto da extensa violência perpetrada pelas forças armadas coloniais, compreendendo o uso generalizado da tortura sobre presos políticos, os bombardeamentos abrangentes de aldeias e campos de cultivo, a implantação do temido serviço secreto do Estado Novo português – a PIDE – e programas de reordenamento forçado da população rural, para facilitar o seu controlo político.[4]

A luta pela independência nacional dividiu o país em áreas sob domínio colonial e áreas libertadas e governadas pelo PAIGC, enquanto o conflito armado também resultou na militarização da sociedade, a todos os níveis. Além disso, criou grandes dificuldades económicas para as populações deslocadas pela guerra, muitas das quais fugiram para países vizinhos, o Senegal e a Guiné-Conacri.

Quando a luta terminou, o PAIGC controlava mais de dois terços do país. A guerra exacerbou as tensões interétnicas e dividiu lealdades, além de fomentar uma grande desconfiança popular em relação ao Estado colonial.[5] A independência do país e a mudança política (*kambansa* em Kriol) trouxe novas esperanças, alimentadas pela prometida africanização do novo Estado e o seu compromisso de promover a justiça, o desenvolvimento e o bem-estar nacional.[6]

Construindo o Estado pós-colonial

A ideia de um Estado centralizado, com o monopólio do poder, não teria uma aceitação natural no seio da população guineense após uma longa luta contra o Estado colonial. Afinal, segundo as lideranças do PAIGC, o Estado devia ser do povo, fruto do sacrifício do povo e da capacidade militar do exército rebelde – as Forças Armadas Revolucionárias do Povo, FARP – que tinha sido recrutado em grande parte no meio rural. O governo nacional, portanto, seria sustentado pelo "poder popular" e promoveria os interesses do povo. No entanto, nos primeiros seis anos que se seguiram à independência, a maioria dos guineenses – incluindo antigos combatentes que lutaram nas FARP – percebeu que a elite política cada vez mais se distanciava dos cidadãos.

Sob a liderança do primeiro presidente, Luís Cabral, a nova elite político-partidária e estatal, uma vez instalada na capital, cedo mostrou uma falta de preocupação com as necessidades quotidianas da população, ao monopolizar o poder do partido único/Estado e ao debater entre si os detalhes da política macroeconómica.[7] Amílcar Cabral, o líder do PAIGC durante a luta, já tinha alertado para o perigo da centralização do Estado na capital, e para a necessidade de um equilíbrio entre o partido único e os corpos políticos eleitos.[8] Sob a presidência de Luís Cabral (1974-1980), o governo promoveu políticas como a rápida industrialização e a substituição de importações. Esta estratégia, definida no Terceiro Congresso do PAIGC, em 1977, contudo, não refletia a plataforma política original do PAIGC, a 'linha de Cabral' que, desde o tempo da luta, tinha priorizado o desenvolvimento rural.[9]

Isolados nos seus gabinetes na capital, longe das tabancas (aldeias) do interior do país, onde era preciso 'construir o Estado', as autoridades nacionais foram acusadas de ignorar colheitas falhadas e de desdenhar as dificuldades económicas e a falta de infraestruturas e serviços públicos, em especial

4 Forrest (2003: 203).
5 Forrest (2003: 144-145).
6 Havik (2012: 57), Havik (1999).
7 Cardoso (2000b), Mendy (1998), Lopes (1982, 1987), Chabal (1983), Rudebeck (1982).
8 Chabal (1983: 193-197).
9 Havik (2016: 77); Galli e Jones (1987: 109-121).

nas comunidades rurais.[10] O fosso crescente entre o Estado de partido único e a sociedade, com uma base essencialmente rural, foi entendido em grande medida, como uma brecha entre Bissau, a capital, e o resto do país. Este distanciamento já tinha começado durante a luta e ampliou-se sob o regime de partido único,[11] criando um efeito em cascata que acabou por defraudar as promessas feitas durante a luta e deslegitimar o Estado recém-africanizado.[12]

Do ponto de vista da perceção popular, o estabelecimento de comités de tabanca (nas áreas libertadas durante a guerra), que se estenderam por todo o país, imediatamente após a independência, teve o efeito contrário daquilo que se esperava. Devido à falta de apoios externos aos comités, estes ficaram marginalizados na base da pirâmide política e tornaram-se testemunhos do incumprimento da promessa de efetivar o poder popular.[13]

O afastamento em grande escala das autoridades tradicionais após a independência, sobretudo dos chefes ou régulos nomeados sob o domínio colonial – desacreditados pelo seu apoio tácito ou direto ao regime colonial – criou um vazio no meio do poder local.[14] Estas autoridades locais só foram restabelecidas de forma gradual a partir de 1987, após uma reviravolta do PAIGC, que resultou na legalização daquelas, em 1992. Este processo coincidiu com a estratégia do então presidente, Nino Vieira, de ampliar as alianças políticas para sustentar a política de liberalização económica.[15] Por sua vez, as políticas de privatização realizadas no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) enfraqueceram a autoridade das instituições estatais, enquanto fomentavam a política prebendária que facilitou a 'captura' do Estado. Por conseguinte, a instabilidade associada à intensa rivalidade no acesso aos recursos do Estado acentuou a dependência económica externa e financeira do país,[16] aumentando ainda mais a relação disfuncional entre o Estado e a sociedade.[17]

O crescimento da instabilidade política

A sensação crescente de estar diante de um Estado alienado e explorador, e assim como um conjunto de lutas interinas entre as elites políticas e militares, facilitaram o surgimento do primeiro golpe de Estado no país, liderado por forças militares, em 1980. Este ato deu início a um processo de acumulação do poder presidencial, num estilo autocrático "bonapartista",[18] que descaracterizou o regime semipresidencial. Esta dinâmica provocou o esvaziamento do poder do parlamento – regido pelo partido único – e a extinção do cargo de primeiro-ministro em 1984, instaurando assim um sistema presidencialista. Neste período, enraizou-se uma cultura política de procura e obtenção do poder por qualquer meio, um etos que se entrincheirou particularmente nas forças armadas e fações rivais, no seio da elite política. Contudo, o golpe de 1980 foi retratado pelos seus líderes como um "Movimento Reajustador," que visava retornar à "linha de (Amílcar) Cabral" e salvaguardar "as conquistas revolucionárias da luta armada," com a criação de "uma democracia nacional revolucionária".[19]

10 Havik (1999: 137-147).
11 Cardoso (1995: 270).
12 Cardoso (2000b), Mendy (1996), Lopes (1982, 1987), Rudebeck (1982).
13 Rudebeck (1988), Galli e Jones (1987): 73-94; Bicari (1983).
14 Forrest (2003: 187).
15 Sangreman (2016: 16-18), Forrest (2003: 239-244), Mendy (1996: 38-53), Cardoso (1995: 262-266).
16 Imbali (1993).
17 Forrest (2002: 239-245).
18 Forrest (2003: 237), Fernandes (1994: 35).
19 Havik (2012: 56), Nóbrega (2003: 219-229).

A transição, atribulada, para as eleições multipartidárias em 1994, que encerrou o Estado de partido único, surgiu como uma oportunidade para redefinir a agenda política e criar um regime democrático representativo, pluralista e estável. Mas, a guerra de Bissau de 1998-1999 e sucessivos golpes militares, golpes palacianos e intentonas que proliferaram ao longo dos anos 2000, o último dos quais em 2022, expuseram de forma crua as falhas do sistema político, revelando as causas e consequências subjacentes da violência política e lutas facciosas.[20] A oposição política dividida, constituída por partidos, muitos dos quais formados no exílio e sem raízes locais, evidenciava a fragilidade do pluralismo político.[21]

A 'guerra de Bissau' serviu como um lembrete gritante da erosão contínua, da desagregação do Estado e da crescente vulnerabilidade de um regime multipartidário.[22] A consequente "crise de legitimidade" do Estado e do seu regime político,[23] devido à má governação e aos abusos de poder cometidos com impunidade, acabou por transformar o sistema multipartidário guineense numa "ficção político-administrativa".[24] Os golpes e assassinatos políticos que se sucederam levantaram o espectro de um Estado "falhado", enquanto a inclusão do país nas redes do narcotráfico internacional, com ostensiva participação de militares, fragilizava o país ainda mais.[25]

O Estado pós-colonial veio, por um lado, emular o antigo Estado colonial, na sua preocupação com o controlo político e económico e a manutenção de um aparelho de segurança interna, também moldada pela experiência de um conflito armado, liderada por uma elite fortemente militarizada. Por outro lado, ao emergir da luta de libertação nacional, a Guiné-Bissau acabou sendo governada por um aparelho político-administrativo cada vez mais centralizado que atuava de forma autónoma e autocrática, desresponsabilizando-se das "suas obrigações mais elementares".[26] Ao ficar cada vez mais dependente de apoios externos para viabilizar recursos orçamentais, o Estado desconsiderou os compromissos assumidos na luta quanto ao fortalecimento do poder popular.

O estabelecimento de um regime autoritário baseado num Estado de partido único seguiu o caminho traçado por muitos regimes pós-coloniais em África, que assim ampliaram o fosso entre as promessas e a realidade.[27] A crescente dependência da cooperação internacional, tanto técnica como financeira, evidenciou o fenómeno de "extroversão," expressão desenvolvida por François Bayart e Stephen Ellis para dar conta das ações impulsionadas por elites africanas empenhadas em se manterem no poder por meio da captura de recursos externos. A permeabilidade do país às forças estrangeiras,[28] no sentido do enfraquecimento da soberania nacional e popular, acoplada ao forte sentimento de abandono por parte do Estado, encontra eco no inquérito Vozes do Povo, que confirma a perceção aguda do processo de extroversão em curso.

Esta situação alienou muitos guineenses da vida política ativa, e alimentou a sensação de terem sidos traídos pelo impasse a que chegou o desenvolvimento do país e o projeto de poder popular.[29] Após a introdução das eleições multipartidárias em 1994, certas formações políticas conseguiram

20 Kohl (2016: 175-181).
21 Forrest (2002), Mané (2000), Cardoso (1994), Fernandes (1994).
22 Amado (2005: 132).
23 Cardoso (2000b: 100).
24 Cardoso (2000a: 90-91).
25 Cesay (2016), Shaw (2015).
26 Cardoso (2000a: 91).
27 Forrest (2002).
28 Bayart e Ellis (2000).
29 Rudebeck (1982: 63-65).

capturar esse descontentamento.[30] Enquanto isso, as divisões no seio das Forças Armadas, ligadas a questões étnicas e partidárias, tornaram-se mais visíveis.[31] Ainda assim, apesar das tentativas de transformar a etnicidade numa arma política, na Guiné-Bissau ainda não surgiu o tribalismo político observado em outros países da região.[32] O inquérito Vozes do Povo reafirma o compromisso da população guineense com a identidade nacional e a sua recusa de explorar politicamente a etnicidade, enfatizando a importância da guineidade.

Multipartidarismo e distanciamento Estado-sociedade

Apesar dos conflitos políticos nas altas esferas do Estado guineense, a população tem valorizado a celebração de eleições como mecanismo de escolha dos líderes do país. Inicialmente introduzido após reformas políticas no início dos anos 1990, o multipartidarismo provou ser bastante popular, ilustrado pela impressionante participação eleitoral em eleições sucessivas. Os resultados da pesquisa Vozes do Povo confirmam-na, de tal modo que, entre os países da CEDEAO, a Guiné-Bissau tem uma das maiores taxas de participação eleitoral. Além disso, como revela a pesquisa, 71% dos guineenses são a favor da liberdade de associação; 75% a favor de eleições justas e livres, enquanto 61% acreditam no pluralismo partidário. No entanto, a insatisfação com o funcionamento da democracia na Guiné-Bissau foi uma das maiores entre os países da CEDEAO, perdendo apenas com Cabo Verde. Os dados da pesquisa também evocam uma consciência aguda do problema da dupla legitimidade política proveniente de um sistema político com um presidente e uma assembleia legislativa, a Assembleia Nacional do Povo (ANP), eleita por escrutínio popular. Esta fórmula institucional tem facilitado o surgimento de conflitos entre ambos os poderes, assim como entre sucessivos presidentes e primeiros-ministros.

O papel de destaque do PAIGC na política nacional desde a independência, comprovado pelo desempenho consistente do partido e o amplo apoio nas eleições parlamentares de 1994 em diante, não assegurou a estabilidade, nem a legitimidade do sistema político. Apesar da visão positiva das eleições parlamentares e presidenciais, na realpolitik da Guiné-Bissau, a Assembleia Nacional parece desempenhar o papel de mera câmara de debate e de espectador tempestuoso. Ainda com a consolidação do poder e a tomada de decisões-chave por parte das principais autoridades públicas, o presidente, o primeiro-ministro, ministros do governo, secretários de Estado e altas patentes do exército, a Assembleia Nacional permaneceu, ao longo deste tempo, bastante ativa, como legislador e fórum de amplos debates sobre questões políticas, económicas e sociais.

A Assembleia Nacional e os partidos políticos do país têm facilitado uma representação heterogénea no plano político, social e profissional.[33] Mas falharam na contenção do processo de fragmentação política e da tendência presidencialista do regime guineense – antes, tem-no favorecido.[34] Neste país, é a figura do presidente que representa o Estado nacional, que controla os orçamentos ministeriais e toma as decisões políticas mais significativas, não o parlamento. É por isso que o jogo político na Guiné-Bissau teve e ainda tem resultados bastante previsíveis, se não fosse o entrelaçamento da política com as Forças Armadas. Assim, apesar da retórica política, a prática de governação levou a população guineense a se convencer de que o Estado não tem interesse, capacidade ou vontade para avaliar a gravidade dos desafios existenciais que afetam a sua vida quotidiana.[35]

30 Koudawo (1994), Trajano Filho (2016: 928).
31 Nóbrega (2012: 310), Costa Dias (2013).
32 Cardoso (1995: 281).
33 Nóbrega (2015: 61-104).
34 Azevedo e Nijzink (2007).
35 Forrest (2002: 237).

Como a pesquisa Vozes do Povo revelou, 88% dos guineenses acreditam que os líderes dos partidos políticos estão mais preocupados em servir os seus próprios interesses do que os interesses do povo. Além do mais, 64% afirmam ter sido "abandonados pelo Estado", enquanto 71% dos entrevistados não confiam nos administradores financeiros do governo. Além disso, como foi afirmado acima, entre 81% e 87% dos entrevistados classificaram o desempenho da política do governo nas áreas de saúde, educação, transporte, abastecimento de água e prevenção da pesca ilegal como "mau" e "muito mau". Assim, apesar das eleições regulares e da impressionante participação eleitoral, dos debates parlamentares saudáveis e do funcionamento aparentemente normal da legislatura, as pessoas não hesitam em expressar a sua profunda deceção com o desempenho do Estado nacional nas questões-chaves. O seu fracasso crónico em atender às necessidades prementes da população tem contribuído de maneira decisiva para o sentimento de alienação desta em relação às autoridades públicas e à administração estatal.

Dimensões da Disjunção Estado-Sociedade

Os resultados do inquérito Vozes do Povo mostram que os guineenses exibem níveis muito elevados de desconfiança nas autoridades políticas e na sua capacidade de salvaguardar os direitos e interesses dos cidadãos. As lutas entre os partidos políticos e as suas fações internas são percebidas pela população como a principal causa da violência política. A pesquisa também revelou um nível muito baixo de confiança nas instituições políticas nacionais, como a Assembleia Nacional, o sistema judiciário, os administradores locais e a força policial. A única instituição estatal considerada mais ou menos confiável é a das Forças Armadas. Isso apesar de as Forças Armadas terem desempenhado – e continuarem a desempenhar – um papel fundamental na vida política do país, e, em particular, desde o golpe militar de 1980, quando passaram a constituir-se como ator de peso na instabilidade política da Guiné-Bissau.

Em contraste com as visões negativas do Estado e seus agentes, a pesquisa evidenciou um alto nível de confiança nas instituições da sociedade civil e nos líderes comunitários. Incluem-se organizações não governamentais, conselhos de anciãos, líderes locais, chefes de tabanca e associações comunitárias. De facto, a aprovação dos chefes de tabanca e líderes comunitários na Guiné-Bissau foi a mais elevada entre 18 nações africanas, incluindo todos os países da CEDEAO, segundo o estudo comparativo da iniciativa Vozes do Povo, realizado com os dados do Afrobarómetro.

Perspetivas comparadas

A grande maioria da população manifestou uma posição fortemente crítica quanto à prestação de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento básico e manutenção de estradas. Entre todos os países da CEDEAO, nestas questões, a Guiné-Bissau teve a reprovação popular mais alta.[36] A este respeito, é surpreendente até que ponto a pesquisa ilustra a interação limitada, aliada a uma quebra de confiança entre os cidadãos e as instituições do Estado, refletindo uma tendência geral nos países da África Ocidental. Este fenómeno está, em parte, associado às políticas de ajustamento estrutural introduzidas na Guiné-Bissau durante a segunda metade da década de 1980. Estas políticas promovidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, reduziram o tamanho do sector estatal além de terem fomentado a privatização de vários serviços públicos. A contração ou ausência do Estado também é percetível no que diz

[36] Para mais detalhes sobre a pesquisa comparada, ver o capítulo 6 de Miguel Carter, neste livro.

respeito às opiniões veiculadas sobre a segurança pessoal no inquérito, havendo uma acentuada perceção de insegurança num segmento expressivo dos cidadãos.

Por um lado, no seu conjunto, os resultados da pesquisa dão conta da existência de uma sociedade civil bastante robusta e ativa, que demonstra um alto nível de interesse e consciência de assuntos políticos, além de uma participação importante na vida comunitária. É digno de nota que a maioria dos guineenses participe em uma ou mais associações sociais e da comunidade local. Além disso, o nível de votação e participação nas campanhas eleitorais é muito elevado, comparado a outros países da região. Da mesma maneira, os guineenses são mais dados a conversar sobre a política com amigos, parentes e vizinhos do que os cidadãos de qualquer outro país da CEDEAO. A seguir à Serra Leoa, a Guiné-Bissau é o país da região onde as pessoas se sentem menos inibidas para expressar as suas opiniões políticas.

Contudo, e por outro lado, as crises políticas e os problemas sociais e económicos não resolvidos na Guiné-Bissau geraram ideias pessimistas sobre as perspetivas futuras da nação. Estas disposições levaram muitos residentes a emigrar para o exterior. A incapacidade dos governos de combater eficazmente a corrupção, aliviar a pobreza, cujos índices têm piorado ao longo do tempo, de assegurar a segurança alimentar, fornecer água potável, melhorar o acesso à educação e a saúde pública e de facilitar o progresso económico, resultaram num sentimento amplo de futilidade e frustração social. A incapacidade do Estado de promover a extensão rural e de canalizar apoios para a produção familiar, por exemplo, de castanha de caju, o principal produto de exportação do país, tem exacerbado o sentimento de alheamento popular no meio rural.

Perceções da base

Esta dicotomia sociopolítica e os extensos problemas sociais e económicos assinalados provocaram um profundo descontentamento. Este faz-se sentir de modo particular entre as camadas jovens e, por sua vez, contribui para as altas taxas de emigração. No entanto, esta profunda insatisfação é matizada, de forma parcial, pela existência de uma sociedade civil – rural e urbana – resiliente, engenhosa e engajada. O facto de muitos guineenses receberem remessas do exterior, fez da Guiné-Bissau um dos países da África Ocidental com a maior taxa de receção de remessas, o que demonstra a capacidade das famílias de mobilizar recursos para suplementar o rendimento familiar e melhor enfrentar crises económicas.

A disjunção Estado-sociedade agrava os problemas socioeconómicos e piora as condições de vida da população, sobretudo dos mais vulneráveis. No entanto, o engajamento nas associações comunitárias, o apoio das redes tradicionais de ajuda mútua e a confiança nos líderes locais têm sustentado uma dinâmica política e social, principalmente informal, mas de atuação expressiva na base da sociedade guineense.

As sessões de grupos focais que decorreram em diferentes partes do país trazem dados novos relativos às perceções dos guineenses sobre a disjunção entre o Estado e a sociedade.[37] As principais preocupações expressas nessas entrevistas centraram-se na instabilidade política crónica, no agravamento do clima político, na incompetência e corrupção da elite política, no seu recurso a práticas prebendárias, e no impacto a longo prazo desses problemas na coesão social do país. A Guiné-Bissau tem uma longa história de compromisso com a unidade nacional e de cooperação interétnica, forjada durante a guerra anticolonial, de 1963 a 1974. Mas a forte violência desencadeada um

[37] Ver Carter (2020). Uma síntese desta pesquisa encontra-se no capítulo 5, de Carter, neste livro.

quarto de século depois, durante o conflito de 1998-1999 entre, por um lado, as forças de segurança e jovens combatentes, os aguentas, recrutados pelo presidente Nino Vieira, e a grande maioria do exército nacional, por outro, revelou novas fissuras intergeracionais e políticas. Estas têm desafiado o empenho histórico em torno da unidade nacional, ao ponto de comprometerem seriamente a infraestrutura política e económica do país.

Ainda assim, o inquérito sugere que, embora essa violência tenha suscitado preocupações quanto à sustentabilidade da unidade nacional, o compromisso com a reunificação social permaneceu forte na base popular. Além disso, sentiu-se que a violência que eclodiu em 1998-1999 deveria ser atribuída a divisões políticas artificiais, fomentadas por sectores da elite política, mas que não refletia uma rutura social mais duradoura. Os entrevistados, na verdade, sublinharam a importância da diversidade étnica e cultural do país e viram-na como uma força e riqueza nacional. Esta visão reflete uma longa tradição de convivência social pacífica, de ajuda mútua e de hospitalidade no meio popular. Tudo isto ajudou a restaurar a paz no país e a facilitar a cooperação social nas tabancas e nos bairros urbanos. Esta resiliência permitiu restabelecer, em boa medida, a economia informal e a produção agrícola, após os combates de 1998-1999.

Ao mesmo tempo, os resultados da pesquisa mostram que a maioria dos guineenses opinam que o governo e as lideranças nacionais têm abandonado a população nas últimas décadas. Isso tem sido particularmente percetível em relação à falta de progressos tangíveis no plano económico. De facto, grande parte da sociedade resignou-se a ficar sem apoios das instituições estatais, fiando-se nas suas estratégias de sobrevivência para assim garantir ou melhorar a sua autossubsistência. Entre os entrevistados, vários expressaram um ressentimento e até uma sensação de vergonha pela falta de desenvolvimento e pelos escassos benefícios materiais obtidos depois da independência nacional, acusando as autoridades nacionais de incompetência e falta de consideração. Esta situação forçou-os a depender de recursos próprios para sobreviver. A consciência das realizações feitas a partir desta ténue autogestão, enquanto privados de acesso aos serviços públicos e infraestruturas básicas – tal como a manutenção de estradas, serviços de saúde e educação, acesso à água potável e o abastecimento de energia elétrica – exacerbou esse sentimento de mágoa. Embora a ajuda mútua comunitária possa melhorar as condições de vida, a luta constante para se erguer sem assistência do Estado é sentida como particularmente cansativa e desmobilizadora.

Claro, nem todos os programas governamentais têm tido resultados negativos. Alguns, até, tiveram um impacto bastante positivo. Entre eles, estão as políticas de fixação de preços e exportações de caju; a construção de barragens, e alguns programas de saúde, como as campanhas de vacinação em todo o país. Contudo, a implementação dessas políticas no terreno acabou por depender em muitos casos de atores não estatais, como as ONGs, tanto nacionais como estrangeiras, e das agências de cooperação internacional. Nestes empreendimentos, a participação do Estado tem sido mínima e indireta. Nenhum desses programas teve o impacto político desejado na base popular de modo a colmatar a brecha entre esta e o Estado. Pelo contrário, reforçaram a imagem positiva das ONGs e associações comunitárias, enquanto realçavam a falta de capacidade do governo para implementar os seus próprios planos de desenvolvimento.

Disfunção institucional e seu impacto

De maneira geral, os entrevistados salientaram as múltiplas manifestações de conturbação política na hora de avaliar a atuação do Estado. Essas disfunções sistémicas são ilustradas de maneira pungente pela dúzia de golpes militares, as rixas constantes entre os principais líderes políticos,

o cancelamento ou manipulação de várias eleições nacionais, a frequente dissolução de governos, o desfalque do erário público e a perceção de corrupção generalizada. Esta perceção negativa também inclui a impunidade judicial, a complacência ou participação aberta de elites políticas e militares no tráfico de drogas, a falência do tesouro nacional, a falta de fiscalização e transparência, e a dependência crónica de atores internacionais.

Em comparação, enquanto mais de metade dos entrevistados considerou que a corrupção tinha aumentado a nível nacional, os líderes tradicionais e religiosos, na sua grande maioria, ficaram bem-vistos, estando isentos de envolvimento nas redes prebendárias. De igual forma, as associações comunitárias foram consideradas como uma força positiva na sociedade pela seriedade da sua colaboração no fornecimento de serviços essenciais.

A disfuncionalidade das instituições, a nível nacional, mas também da administração pública local, organizada em regiões e sectores, levou a maior parte da população a não as ver como representantes ou intermediárias políticas legítimas. Este é outro fator que aumenta o descontentamento generalizado com o sistema político. O facto de a Guiné-Bissau não ter tido nenhuma eleição municipal, desde a independência, fez com que a democratização política não se estendesse à esfera do poder local, alargando o fosso entre o Estado e a sociedade guineense, do ponto de vista das comunidades locais.

Do lado da "sociedade" dessa disjunção, é importante enfatizar que, embora o Estado sofra de uma instabilidade crónica, a própria sociedade civil apresenta âncoras bastante sólidas. As entidades sociais que operam a nível regional, nas aldeias rurais e nos bairros urbanos, são descritas como instituições eficazes que merecem confiança por serem lideradas por membros respeitados da comunidade. Algumas zonas do país exibem uma capacidade notável para mobilizar redes de parentesco e solidariedade étnica a nível local, regional e transnacional. Estas redes informais e associações comunitárias têm canalizado com êxito investimentos para apoiar o desenvolvimento rural, criar postos de saúde e construir escolas. Ações deste tipo viabilizam a continuidade e dinâmica destas comunidades em rede. Com isso, geram uma capacidade de passar de capital social 'vinculado' (localizado, circuito fechado) para 'transposto' (móvel, circuito aberto) dentro das comunidades, à medida que conseguem ligar as instituições locais em comunidades urbanas e rurais a atores económicos nacionais e internacionais, para alavancar o desenvolvimento.[38]

Essas redes são muito diversificadas. Elas abrangem laços de parentesco e amizade, grupos etários e de jovens, redes interétnicas, associações de mulheres, círculos informais de autoajuda (como os *mandjuandadis*), coletividades religiosas, circuitos comerciais informais, nacionais e transfronteiriços (*lumo*). Estas redes utilizam meios de comunicação – como as telecomunicações móveis – que permitem ligar guineenses de uma região aos de outra e, ainda, aos seus pares residentes no exterior, num exercício da cidadania na diáspora, nesta era digital.[39]

Se bem que esta dinâmica opere numa dimensão de autogestão, que preenche, em parte, o espaço deixado pelo Estado ausente, também revela um forte sentido de pertença comunitária, que se traduz numa notável resiliência face aos principais desafios socioeconómicos. A pesquisa comparada com outros países africanos mostra que a resiliência das famílias guineenses depende em grande medida de instituições e atividades informais que, efetivamente, contornam o Estado, através de redes transnacionais, associadas às estratégias criativas desenvolvidas para assegurar a

38 Gitell e Vital (1998).

39 Bernal (2014).

sobrevivência da família e da comunidade. O inquérito evidencia uma capacidade impressionante dos guineenses para mobilizar, de forma habilidosa, redes diaspóricas, sejam de parentes, de amigos ou redes étnicas e comunitárias, transformando estes recursos de capital social e cultural em meios para alavancar a sua autossuficiência. Essas estratégias de sobrevivência também demonstram os benefícios da (e)migração, como forma de aliviar as duras condições de vida, sem recorrer ao Estado. Contudo, aquelas não reduzem o fosso entre o Estado e a sociedade, mas perpetuam-na.

Reduzir a Fratura entre o Estado e a Sociedade

A magnitude e a persistência do fosso entre a sociedade e o Estado ajudam a entender porque a elevada agitação nas altas esferas da política guineense não se reproduz na sociedade. São conflitos políticos fortemente personalizados que permanecem, na maior parte, encapsulados nos níveis superiores do Estado. Eles envolvem muitas vezes conflitos entre instituições – a Assembleia Nacional, o governo, o presidente, os partidos políticos, e as Forças Armadas – e atritos entre atores individuais: o presidente, o primeiro-ministro, os ministros, o chefe do parlamento, o comandante em chefe das Forças Armadas e os líderes partidários.

As lutas pelo poder e as tentativas de golpe refletem a intensa competição entre gerações, fações e líderes políticos, aliados, muitas vezes, a atores da esfera militar - o epicentro do poder do Estado nacional. São rivalidades que não envolvem a população guineense em geral, que, segundo os resultados da pesquisa, se sente marginalizada e impotente para influenciar as soluções dos atritos políticos. Na perspetiva popular, a disjunção Estado-sociedade reforça a divisão política na Guiné-Bissau entre "o Estado" – em todos seus níveis – e as entidades comunitárias e locais que formam "a base" da sociedade. A 'guerra de Bissau' de 1998-1999 serviu para desvendar este fenómeno e mostrar o grau de desligamento popular da política nacional que, afinal, não produziu 'dividendo democrático' algum.

Na verdade, a trajetória política recente do país ilustra a contínua extroversão do sistema político do país, que requer apoio financeiro externo para manter a paz política e até para realizar eleições, as quais, por sua vez, são validadas por organismos internacionais. Ademais, as instituições do país têm estado sujeitas, de modo quase permanente, a alguma forma de vigilância externa. Refira-se a presença quase permanente de missões internacionais da CEDEAO e a força militar da ECOMIB, e do UNIOGBIS, que monitoriza a implementação do Acordo de Abuja, o qual encerrou a guerra de 1998-1999.

Esta guerra provocou o êxodo de cerca de 300.000 moradores da capital, o dobro do número de pessoas que se refugiaram nos países vizinhos durante a luta de libertação. A '*osprindadi*' (hospitalidade) mostrada pela população do interior do país, que acolheu os refugiados e partilhou os escassos recursos disponíveis, demonstrou a resiliência da sociedade guineense e a sua capacidade de gestão de conflitos. Mas evidenciou também que esta solidariedade não era incondicional. Mesmo tendo ajudado a atenuar o sofrimento causado pelo conflito armado, a segunda vaga de refugiados, após o reatar do conflito, teve de lidar com o azedar do relacionamento com as populações locais.[40] Isto demonstra que existem limites quanto à capacidade de absorção das redes de entreajuda tradicional, ainda que em situações de emergência, quando a pressão sobre os escassos recursos se prolonga.

[40] Jao (2000).

Governação e legitimidade

Uma análise do relacionamento entre cidadãos e líderes eleitos no governo local, com base em pesquisas do Afrobarometer em vinte países africanos, concluiu que a falta de poder de decisão e a falta de sensibilidade e responsabilização dos atores políticos e das instituições nacionais frustraram as expectativas populares. Em vez de responder às necessidades locais, as decisões tomadas tendem a refletir os interesses dos escalões superiores do Estado, dos doadores internacionais e das ONGs estrangeiras que fornecem recursos humanos e financeiros.[41] Nesta senda, os resultados do inquérito Vozes do Povo suscitam perguntas importantes. Apesar da crise de legitimidade do Estado, será que os guineenses ainda veem o Estado e as suas instituições como algo desejável? Que propostas existem nas comunidades para resolver a crise de confiança que predomina no cenário nacional?

Sabe-se que há uma indignação generalizada dos cidadãos, por terem sido ignorados, abandonados e enganados, portanto, tornados invisíveis pelo Estado, o que tem corroído a motivação para participar no processo político. Todavia, as altas taxas de participação na votação e na campanha eleitoral indicam que a população não abandonou por completo o sistema multipartidário iniciado em 1994. Embora alguns não manifestem intenção de votar, afinal muitos o fizeram a pedido do chefe da tabanca, o que sublinha a influência positiva de dinâmicas comunitárias na ausência do Estado. As principais lacunas identificadas pelos entrevistados são a falta de um Estado "bom" e solidário, de investimentos na comunidade, de autoridade, de responsabilização, de descentralização e de proximidade. Em suma, a pesquisa evidenciou uma perceção aguda da falta de reciprocidade e da fetichização do poder estatal pelos atores políticos. Na visão dos inquiridos, estas falências romperam o contrato social forjado na luta pela independência.[42]

Ao acostumar-se com a ausência do Estado, os cidadãos convenceram-se da sua incapacidade de desempenhar funções básicas. Contudo, a pesquisa revela um desejo profundo de ver o "seu" Estado e sistema político funcionar bem, para assim satisfazer as necessidades das comunidades. As reclamações insistentes feitas pelos entrevistados sobre a não resolução dos seus problemas, demonstram – de forma distinta de outros países – que existe uma referência e um desejo profundo de contar com um Estado funcional, solidário e responsável. Apesar dos fracassos históricos do Estado e seus representantes, a indignação e a vergonha dos guineenses refletem um sentimento de pertença nacional, que por sua vez motiva a necessidade sentida de reconciliação.

Na mesma senda, a pesquisa Vozes do Povo destaca um forte desejo de mudança. A adesão entusiasta aos princípios democráticos e a alta participação eleitoral nas últimas três décadas, a tolerância religiosa, a convivência interétnica e a ausência de conflitos violentos nas comunidades e entre os partidos políticos, sugere uma base sólida sobre a qual seria possível consertar os laços entre o Estado e a sociedade. Embora não forneçam respostas claras sobre como reduzir este fosso histórico, os resultados da pesquisa sugerem caminhos possíveis.

Visto de uma perspetiva do topo para a base, a urgência em melhorar a responsabilização dos governantes e dar maior força à opinião popular sugere a necessidade de fortalecer instituições representativas a nível nacional e estreitar as suas relações com a sua base popular. Promover instituições executivas e legislativas que exprimam este sentido de pertença num regime de carácter democrático e pluralista implica mudanças na forma em que operam a Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos com assento parlamentar. A notável fragmentação política e a falta de

41 Bratton (2012: 517)

42 Havik (2012: 52-62). Ver o capítulo 5, de Carter, neste livro.

fiscalização da tomada de decisões concentrada no Poder Executivo – principalmente no Presidente eleito – indicam a necessidade de reforçar o papel do Poder Legislativo e do primeiro-ministro, como *primus inter pares*. Além de que estas reformas poderiam reequilibrar o exercício do poder ao mais alto nível do Estado, elas também terão de melhorar a responsabilização do poder central perante a sociedade civil.

As respostas à sondagem Vozes do Povo indicam que a maioria do povo se opõe ao reiterado desrespeito da Assembleia Nacional Popular (ANP) pelo então Presidente da República, José Mário Vaz (2014-2019). Opinião que retrata o parlamento como o elo fraco do sistema. Os problemas de coabitação entre o presidente e o primeiro-ministro têm sido uma característica constante do sistema semipresidencialista guineense, também na era multipartidária.[43] Este sistema não tem facilitado a partilha do poder ou um maior consenso entre os três poderes do Estado. Apesar de ter concluído o seu mandato, o período altamente instável sob a presidência de Jomav (José Mário Vaz), marcado por conflitos recorrentes com os primeiros-ministros e com a Assembleia Nacional, ilustra a necessidade de uma reforma constitucional.

Repetidos golpes palacianos, demissões ilegítimas de governos e dissoluções inconstitucionais de Assembleias eleitas têm criado grande instabilidade no seio do poder central e reduzido a sua representatividade e transparência. A grande maioria dos inquiridos que desaprova ou desaprova fortemente a atuação do seu representante eleito na ANP, sugere a necessidade de um restabelecer da sua legitimidade política, maculada pela perda de representatividade de uma câmara fortemente fragmentada e ineficaz. Seguindo as recomendações da CEDEAO, o debate recente em torno da reforma constitucional proposta por um comité a pedido do atual presidente, Umaro Cissoko Embaló, e conduzida de forma paralela a uma discussão semelhante na Assembleia Nacional, ilustra as tensões recorrentes entre instituições eleitas.

Instituições e lideranças sincréticas

Dada a confiança demonstrada nas instituições comunitárias, há, no seio da população guineense, sinais de preferência por uma mudança política de baixo para cima. Segundo as entrevistas realizadas pela pesquisa Vozes do Povo, as iniciativas tomadas a nível local tendem a oferecer soluções práticas, que atendem às necessidades da comunidade e ajudam a mobilizar redes de apoio. Estudos sobre a resolução de conflitos em áreas urbanas e rurais mostram a importância e a fiabilidade destas instituições de base. Além disso, eles ressaltam o papel das 'lideranças sincréticas' nos processos de arbitragem e reconciliação de conflitos locais.[44] Os líderes sincréticos e as organizações e redes com perfil semelhante têm uma capacidade de transitar entre a esfera "tradicional" e a "moderna" da política. Instituições locais 'tradicionais' que ao longo do tempo se adaptaram para melhor mediar as relações entre Estado e comunidades assim como para alavancar recursos importantes, tornaram-se sincréticas. Muitas chefias étnicas locais ou *régulos* acabaram por manter um vínculo com o Estado e, ao mesmo tempo, por exercer as suas funções 'tradicionais', criando a figura do líder sincrético, cuja legitimidade depende da sua atuação simultânea nos dois campos.

A tentativa do poder central de primeiro 'decapitar' para depois 'capturar' estes líderes para fins políticos pessoais, através de políticas administrativas e prebendárias, realça a perceção do seu potencial em termos da sua autoridade e legitimidade.[45] O seu papel na fase do multipartidarismo

43 Elgie (2010), Moestrup e Nijzing (2007), Forrest (2005).

44 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999), Embaló (2008: 191).

45 Meirotti e Masterson (2018).

não se limita à mediação de conflitos locais, mas também a navegar no espaço Estado-sociedade.[46] É a capacidade dessas instituições e atores 'híbridos', de converter a mediação e arbitragem 'multiplex' num processo político relevante e de mobilizar recursos sociopolíticos significativos, que distingue o líder sincrético dos seus pares.[47]

Contudo, a autoridade e legitimidade de chefes tradicionais ou régulos não é uniforme em todo o país, nem a sua capacidade de mediar conflitos locais, muitas vezes relacionados com a posse da terra.[48] Estas lideranças, circunscritas em grande parte aos grupos étnicos mais centralizados e estratificados, foram fortemente afetadas por intervenções governamentais coloniais e pós-coloniais.[49] Em contrapartida, nos grupos étnicos mais horizontais e segmentários, a autoridade tende a ser colegial e é exercida por um conselho de anciãos ou "grandes", a nível das tabancas. Mesmo nas sociedades mais verticais, não existem lideranças unificadas, pelo facto de os dignitários leigos operarem de forma paralela. A natureza multiétnica de muitas comunidades em todo o país aumenta ainda mais a complexidade da mediação de "campos sociais de tensão,"[50] devido ao envolvimento de representantes de diferentes comunidades.[51]

As dimensões sincréticas da sociedade encontram expressão, por exemplo, nas *mandjuandadis* ou *colegasons* organizadas segundo grupos etários, que se espalharam por todo o país após a independência, transformando-se em associações locais.[52] Algumas delas estão registadas oficialmente e operam como *grupus di abota* ou societés – também conhecidas como associações rotativas de crédito e poupança.[53] Apesar de demonstrar a dinâmica na base da sociedade guineense, elas não garantem a mobilização efetiva da sociedade civil para mudar práticas políticas e ocupar o vazio que o Estado deixou. Nos anos 1980 e na campanha eleitoral de 1994, as *mandjuandadis* envolveram-se em campanhas políticas clientelistas, facto que minou a sua legitimidade.[54] Ainda assim, o surgimento de associações de jovens, comunitárias e agrícolas, em diversos pontos do país, demonstra a força da sociedade civil guineense e uma dinâmica de formas sincréticas de alavancar e distribuir recursos esparsos.[55]

Em termos da descentralização do sistema político no país, a promessa de realizar eleições autárquicas na Guiné-Bissau nunca foi cumprida. Várias vezes adiadas, estas podiam servir para uma *kambansa* desejada, ao fortalecer a representação local num país altamente centralizado. Ela fora almejada por Amílcar Cabral como uma prioridade para o Estado pós-colonial,[56] e foi inscrita na Constituição de 1996. O programa de desenvolvimento 'Terra Ranka', adotado pelo governo de Guiné-Bissau em 2015, propôs uma série de reformas para descentralizar o sistema político, as quais incluíam a criação de instituições representativas a nível local e a realização de eleições autárquicas.

O programa previa instituir conselhos municipais e uma administração com poderes suficientes para promover o desenvolvimento local. Ademais, sublinhou a necessidade de transparência para

46 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 6-7).
47 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 31).
48 Temudo e Abrantes (2016).
49 Carvalho (2008, 2009).
50 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 32).
51 Embaló (2008: 185), Mané (2008: 230-231), Mendes (2008: 293).
52 Kohl (2018: 135-162).
53 Kohl (2011: 27-28; 31).
54 Koudawo (2000: 171).
55 Cardoso (2008: 18-23).
56 Chabal (1983: 206).

combater políticas clientelistas.[57] As eleições autárquicas que estavam agendadas para o ano 2017, foram afinal abortadas com a queda do governo de Domingos Simões Pereira, em agosto de 2015. Enquanto a iniciativa em favor dos governos locais não foi retomada nos anos seguintes, em tempos recentes iniciou-se uma campanha popular em favor da realização de eleições municipais.[58]

As eleições locais podem servir como o ponto de partida de um novo processo político que permite às comunidades desenvolverem as suas próprias instituições "sincréticas", dentro do sistema político. Assim, forneceriam uma base popular para a governação de proximidade, preenchendo uma lacuna de longa data na Guiné-Bissau. O reconhecimento mútuo da autoridade e legitimidade é uma pré-condição para criar uma relação "simétrica" entre as comunidades e o Estado.[59] Ao mesmo tempo, é imperativo garantir que as instituições eleitas, como os conselhos municipais, representem efetivamente as comunidades locais e mantenham uma autonomia administrativa dentro da estrutura do Estado. Para atingir esses objetivos, as autarquias deveriam estar ancoradas em instituições existentes, com comprovada autoridade e capacidade de representação e mediação. Devem, da mesma forma, compartilhar os valores culturais predominantes das comunidades locais onde atuam.

Conclusões

Este capítulo propôs-se examinar a disjunção entre o Estado e a sociedade na Guiné-Bissau e explorar a natureza e extensão desta brecha histórica. Esta lacuna tem comprometido seriamente o desenvolvimento político, económico e social do país, desde a sua independência. A análise inspirou-se principalmente nos resultados da pesquisa Vozes do Povo e comparações do Afrobarometer feitas com outros países da região. Também procurou contextualizar as informações geradas no quadro dos grupos focais, realizados em diversos pontos do país. Por fim, olhou para a trajetória política do país e para o seu sistema político desde a independência. Estes inquéritos revelaram uma profunda desconfiança nas instituições públicas e nos atores políticos, ao questionar o seu comportamento e as suas motivações. Ao mesmo tempo, demonstraram uma notável vontade de mudança e confiança nas suas "próprias" organizações e lideranças comunitárias. A pesquisa Vozes do Povo também destaca a perceção aguda da extroversão do Estado e as suas consequências, devido à dependência de financiamento externo – seja por meios legais, como a cooperação internacional, ou ilegais, como o narcotráfico – e ao abuso de poder, corrupção e incompetência.

Este capítulo não pretende oferecer soluções acabadas para esses problemas, mas procurou caminhos que poderiam reduzir o fosso entre o Estado e a sociedade, baseado nas respostas dos inquiridos.

Com base na rica informação contida neste inquérito Vozes do Povo, os autores concluem que:

- O fracasso das políticas governamentais em combater o abuso de poder, a incompetência e a corrupção, em promover a igualdade de oportunidades e aliviar a pobreza é condenado pela esmagadora maioria dos inquiridos, que apoiam a descentralização do sistema político para aumentar a sua capacidade de fortalecer a autonomia das comunidades, apoiar as suas iniciativas e melhorar os serviços básicos.

[57] RGB (2015: 65-67).

[58] Recentemente, foi lançado o Movimento de Jovens pelas Autarquias na Guiné-Bissau, que propõe fazer das eleições autárquicas um meio de promoção e desenvolvimento local. Ver "Jovens Guineenses criam movimento para exigir eleições autárquicas," *O Democrata*, 7 de outubro de 2020.

[59] Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 32).

- Os resultados evidenciam claramente que a Guiné-Bissau possui infraestruturas sociopolíticas com autoridade e legitimidade sobre as quais estratégias futuras poderiam ser construídas para promover o desenvolvimento local. A "localização do poder" em unidades autónomas autossuficientes,[60] apoiadas por instituições e lideranças 'tradicionais', muitas das quais se tornaram sincréticas desde a independência na ausência do Estado, criou uma base fértil, mas não homogénea para mobilizar recursos humanos e materiais. A nível local, poderão ser estabelecidos conselhos municipais eleitos, em sintonia com as tradições endógenas existentes e aproveitando as práticas locais de lideranças sincréticas. Estas autarquias deverão ter condições para desempenhar um papel relevante na atribuição e gestão de recursos, tendo em conta as necessidades locais. Para que uma democracia sustentável funcione "é (...) fundamental (...) para pessoas comuns influenciar a utilização dos recursos disponíveis – incluindo a assistência internacional – para atender às necessidades amplamente reconhecidas."[61]

- Dada a maior probabilidade de os cidadãos responsabilizarem as instituições endógenas em vez dos seus representantes nos parlamentos nacionais,[62] os primeiros constituem locais privilegiados para o exercício pró-ativo da cidadania. O capital social e cultural, acumulado ao longo do tempo por essas instituições tradicionais e sincréticas, apresenta uma base e uma oportunidade para uma mudança política sustentável.[63] A notável capacidade de intervenção e inovação demonstrada por associações-mãe e de base, por exemplo, formadas por grupos de mulheres e jovens,[64] transformou-as em "agentes morais" de mudança.[65] Estas e outras associações locais deviam ter representação junto das novas estruturas autónomas eleitas.

- É fundamental que estas entidades políticas locais, eleitas, estejam incorporadas em instituições locais respeitadas e operem através delas, para evitar o aumento da fragilidade e da instabilidade resultante de responsabilidades e interesses concorrentes. Deste modo, poderiam fortalecer o controlo social exercido sobre a construção e o funcionamento do Estado a partir do meio local em que se inserem. Operando na proximidade dos cidadãos, estes órgãos poderiam desenvolver a sua capacidade de mediação e negociação, em relação ao Estado, entidades privadas e ONGs, enquanto preenchem, ao mesmo tempo, o vazio entre o Estado e a sociedade.

Referências

Amado, Leopoldo (2005). "Guiné-Bissau: 30 anos de independência," *Africana Studia*, 8.

Azevedo, Elisabete e Lia Nijzink (2007). "Semi-presidentialism in Guinea-Bissau: The lesser of two evils?" *Semi-Presidentialism Outside Europe: A Comparative Study*, organizado por Robert Elgie e Sophia Moestrup. London: Routledge, pp. 137-160.

60 Forrest (2002: 262), Amado (2005: 133).
61 Rudebeck (2001: 94).
62 Bratton (2012: 518).
63 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 22).
64 Martins (2019).
65 Gable (2000: 201).

Bayart, François e Stephen Ellis (2000). “Africa in the World: A History of Extraversion,” *African Affairs*, 99: 395, pp. 217-267.

Bicari, Lino (1983). “Relação massas populares-poder no processo de libertação da Guiné-Bissau,” manuscrito inédito.

Bernal, Victoria. (2014). *Nation as Network: Diaspora, Cyberspace and Citizenship*. Chicago: University of Chicago Press.

Bock, Augusto (2008). “Os Balanta da região de Oio na Guiné-Bissau. Cultura juvenil e a luta intergeracional pelo poder,” *Soronda, Experiências locais de gestão de conflitos*, pp. 159-174.

Bordonaro, Lorenzo (2009a). “Introduction. Guinea Bissau today: the irrelevance of the state and the permanence of change,” *African Studies Review*, 52: 2, pp. 35-45.

Bordonaro, Lorenzo (2009b). “*Sai fora*: youth, disconnectedness, and aspiration to mobility in the Bijagó Islands (Guinea-Bissau),” *Etnográfica*, 13: 1, pp. 125-144.

Bratton, Michael (2012). “Citizen Perceptions of Local Government Responsiveness in Sub-Saharan Africa,” *World Development*, 40: 3, pp. 516-527.

Cardoso, Carlos (2008). *Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: O caso da Guiné-Bissau*. Dakar: CODESRIA.

Cardoso, Carlos (2000a). “Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau,” *Soronda*, Número Especial 7 de Junho, pp. 87-104.

Cardoso, Carlos (2000b). *A formação da elite política na Guiné-Bissau*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos / ISCTE.

Cardoso, Carlos (1995). “A transição democrática na Guiné-Bissau: Um parto difícil,” *Lusotopie*, 2: 1, pp. 259-282.

Carter, Miguel (2020a). *Vozes do Povo: Relatório comparativo. Resultados completos*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do Povo: Relatório de entrevistas de grupos focais por localidade*. Bissau: DEMOS.

Carvalho, Clara (2009). “La legitimidad de la palabra: La historia de los régulos poscoloniales en Guinea Bissau,” *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, 87, pp. 17-38.

Carvalho, Clara (2000). “A revitalização do poder tradicional: Os regulados manjaco da Guiné-Bissau,” *Etnográfica*, IV: 1, pp. 37-59.

Cesay, Hassoum (2016). "The 'Narco' State and the Impact on Institutions in Guinea Bissau and Countries in the Sub-Region," *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 205-228.

Chabal, Patrick e Toby Green, organizadores (2016). *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*. London: Hurst.

Chabal, Patrick (1983). "Party, State, and Socialism in Guinea-Bissau," *Canadian Journal of African Studies*, 17, 2: 189-210.

Costa Dias, Eduardo (2013). "From the Unbearable "Resilience" of Coupism to Ethnicisation: A Short Journey for the Armed Forces of Guinea-Bissau," *Nordic Journal of African Studies*, 22: 1 & 2, pp. 6-22.

Elgie, Robert (2010). "Semi-Presidentialism, Cohabitation and the Collapse of Electoral Democracies, 1990-2008," *Government and Opposition*, 45: 1, pp. 29-49.

Embaló, Birgit (2008). "Local Conflict Management and the State in Bissau: A Case Study in Three City Quarters," *Soronda, Experiências locais de gestão de conflitos*, pp. 175-214.

Fernandes, Raúl M. (1994). "O processo democrático na Guiné-Bissau," *Soronda*, 17, pp. 31-43.

Forrest, Joshua B. (2016). "Guinea Bissau's Colonial and Post-Colonial Institutions," *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 37-54.

Forrest, Joshua B. (2005). "Democratization in a Divided Urban Political Culture: Guinea- Bissau," *The Fate of Africa's Democratic Experiments: Elites and Institutions*, organizado por Leonardo A. Villalon e Peter Von Doepp. Bloomington: Indiana University Press, pp. 246-266.

Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea Bissau*. Athens e Oxford: Ohio University Press e James Currey.

Forrest, Joshua B. (2002). "Guinea Bissau," *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, organizado por Patrick Chabal. London: Hurst, pp. 236-263.

Gable, Eric (2000). "The Culture Development Club: Youth, Neo-tradition and the Construction of Society in Guinea Bissau," *Anthropological Quarterly*, 73: 4, pp. 195-203.

Galli, Rosemary E. e Jocelyn Jones (1987). Guinea-Bissau: *Politics. Economics and Society*. London: Frances Pinter.

Gittell, Ross J. e Avis C. Vital (1998). *Community Organizing: Building Social Capital as a Development Strategy*. London: Sage.

Havik, Philip J. (2016). “Guinea Bissau’s Rural Economy and Society: A Reassessment of Colonial and Post-Colonial Dynamics,” *Guinea Bissau: From Micro-State to ‘Narco-State’*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 55-84.

Havik, Philip J. (2012). “Virtual Nations and Failed States: Making Sense of the Labyrinth,” *Sure Road? Nationalism in Angola, Guinea-Bissau, and Mozambique*, organizado por Eric Morier-Genoud. Leiden: Brill, pp. 31-78.

Havik, Philip J. (1999). “Mundasson I kambansa: Espaço social e movimentos políticos na Guiné-Bissau (1910-1994),” *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 18: 22, CEAA/IICT, pp. 115-167.

Imbali, Faustino, coordenador (1993). O*s efeitos socio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*. Bissau: INEP.

Jao, Mamadu (2000). “Uma leitura do conflito guineense,” *Soronda*, Número Especial 7 de Junho, pp. 105-124.

Kohl, Christoph (2018). *A Creole Nation: National Integration in Guinea Bissau*. New York: Berghahn.

Kohl, Christoph (2016). “Ethnicity and the Political System Post-1998,” *Guinea Bissau: From Micro-State to ‘Narco-State’*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 161-184.

Kohl, Christoph (2011). “Integração nacional ‘por baixo’: A contribuição do associativismo em Guiné-Bissau,” *Anthropológicas*, 15: 22, 2, pp. 7-40.

Koudawo, Fafali (2000). “La guerre des Mandjuas: Crise de gouvernance et implosion d’un modèle de résolution des crises,” *Soronda*, Número Especial 7 de Junho, pp. 153-174.

Koudawo, Fafali (1994). *Eleições e lições*. Bissau: Ku Si Mon.

Lopes, Carlos (1987). *Transição histórica na Guiné-Bissau: Do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau: INEP.

Lopes, Carlos (1982). *Etnia, Estado e relações de poder*. Lisboa: Edições 70.

Lopes, Catarina (2010). “Papel das associações no desenvolvimento rural: estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau,” Texto apresentado no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE.

Mané, Fodé Abulai (2008). “Estratégias e instituições locais de gestão de conflitos no sector de Bambadinca,” *Soronda*, Número especial, pp. 215-234.

Mané, Fodé Abulai (2000). “O conflito político-militar de 7 de Junho de 1998: A crise da legitimação,” *Soronda*, Número Especial 7 de Junho, pp. 67-85.

Martins, João Miguel Godinho (2011). "O papel das Associações de Base na recuperação comunitária em Estados Frágeis no Pós-Conflito: O caso do bairro de Quelelé (Bissau) no pós-guerra de 1998-1999," Tese de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa.

Meirotti, Melanie e Grant Masterson, organizadores (2018). *State Capture in Africa*: *Old Threats, New Packaging*. Johannesburg: EISA.

Mendes, Paulina (2008). "O papel das instituições costumeiras e estatais na resolução de conflitos na região de Cacheu: O caso de manjacos," *Soronda*, Experiências locais de gestão de conflitos, pp. 287-309.

Mendy, Peter K. (1996) "A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau," *Pluralismo Político na Guiné Bissau: Uma transição em curso*, organizado por Fafali Koudawo e Peter K. Mendy. Bissau: INEP, pp. 13-65.

Nóbrega, Álvaro (2015). *Guiné-Bissau: Um caso de democratização difícil, 1998-2008*. Lisboa: ISCSP.

República da Guiné-Bissau, RGB (2015). *Guiné-Bissau 2025: Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 'Terra Ranka', Relatório Final*. Bissau: RGB.

Rudebeck, Lars (2001). *On Democracy's Sustainability: Transition in Guinea Bissau*, SIDA Studies, 4. Stockholm: SIDA.

Rudebeck, Lars (1988). "Kandjadja, Guinea-Bissau, 1976 - 1986: Observations on the Political Economy of an African Village," *Review of African Political Economy*, 41, pp. 17-29.

Rudebeck, Lars (1982). *Problèmes de pouvoir populaire et de développement: Transition difficile en Guinée-Bissau.* Uppsala: SIAS.

Sangreman, Carlos (2016). "A política económica e social na Guiné-Bissau, 1974-2016," Working Paper 146. Lisboa: CEsA-ISEG.

Shaw, Mark (2015). "Drug trafficking in Guinea-Bissau, 1998–2014: The Evolution of an Elite Protection Network," *Journal of Modern African Studies*, 53: 3, pp. 339-364.

Temudo, Marina e Manuel Abrantes (2016). "Rural Livelihoods and Social Stability in Guinea Bissau: The End of an Era?" *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 87-103.

Trajano Filho, Wilson (2016). "O projeto nacional na Guiné-Bissau: Uma avaliação," *Estudos Ibero-Americanos*, 42: 3, pp. 913-943.

Van der Drift, Roy (1999). "'Democracy': War and Legitimacy in Guinea-Bissau," *Lusotopie*, VI, pp. 225-240.

Van Rouveroy van Nieuwaal, Emile (1999). “Chieftaincy in Africa: Three Facets of a Hybrid Role,” *African Chieftaincy in a New Socio-Political Landscape*, organizado por Emile Van Rouveroy van Nieuwaal e Rijk van Dijk. Muenster: LIT, pp. 21-47.

Vigh, Henrik (2009). “Wayward Migration: On Imagined Futures and Technological Voids,” *Ethnos*, 74: 1, pp. 91-109.

Vigh, Henrik (2007). *Navigating Terrains of War: Youth and Soldiering in Guinea Bissau*. New York & Oxford: Berghahn.



Posfácio

A Saga para Publicar as *Vozes do Povo*

Factos, perguntas e ideias construtivas

Miguel Carter

O estudo *Vozes do Povo* foi financiado e depois proibido de ser publicado pela União Europeia. A luta para superar este surpreendente embargo atrasou a edição de esta obra por dois anos. O livro está agora disponível em português, em formato digital e numa tiragem limitada.[1]

No entanto, no início de 2024, ainda nos deparamos com várias limitações à sua disponibilização mais alargada, nomeadamente a sua publicação em inglês. Este ensaio explica porquê. Ele passa em revista os principais factos do caso, levanta questões pertinentes e propõe ideias construtivas para avançar.

Teria sido mais fácil não escrever este posfácio e deixar de reviver um episódio que causou dor, perturbação e danos desnecessários. Todo este constrangimento é agravado pelo facto de sermos obrigados a "dizer a verdade ao poder", de modo a podermos progredir. Acontece que esse poder – a União Europeia – é uma instituição de influência mundial que reivindica a propriedade do estudo. Ou seja, querendo, ela poderia amordaçá-lo à vontade. Daí a nossa apreensão.

Ainda assim, evitar esta questão seria desonesto para com nós próprios e para com os outros. Os nossos leitores, o povo da Guiné-Bissau, as suas autoridades públicas e legisladores, os nossos colegas acadêmicos em África e noutros locais, mas também os cidadãos da Europa, que ajudaram a financiar este projeto de investigação, têm o direito de conhecer a verdadeira história.

Factos Básicos

A iniciativa Vozes do Povo foi concebida para promover a investigação científica e o desenvolvimento democrático na Guiné-Bissau. O projeto foi criado pelo DEMOS, um centro de investigação com sede no Paraguai e na Guiné-Bissau, e financiado pela União Europeia (UE).

Em 2018, o DEMOS realizou o primeiro inquérito de opinião pública na história da Guiné-Bissau. As suas conclusões foram apresentadas num evento público liderado pelo embaixador da UE. No ano seguinte, a UE concordou em patrocinar uma proposta do DEMOS para desenvolver os resultados do inquérito através de uma pesquisa de mineração de dados, um estudo de grupos focais e uma revisão comparativa da opinião pública em vários países de África, com o fim de "divulgar estes resultados por meio de publicações, apresentações e ateliês."

Ao abrigo desse contrato, o DEMOS produziu três relatórios substantivos e o presente volume em português, juntamente com uma tradução em inglês deste texto.[2] Tanto quanto se sabe, nenhum outro país em África realizou um estudo de opinião pública com este alcance e originalidade.

Durante o mês de novembro de 2021, funcionários da UE não só revisaram, como elogiaram o manuscrito do livro e descreveram-no como um "estudo fantástico". No entanto, numa guinada

---

1 Uma cópia digital do livro pode ser consultada no sítio Web do DEMOS: www.demos.org.py

2 A secção de agradecimentos do livro inclui uma breve descrição do projeto Vozes do Povo e o reconhecimento do apoio decisivo prestado por vários funcionários da União Europeia. A introdução do presente volume apresenta uma sinopse das suas principais realizações desta pesquisa científica.

abrupta, em 29 de novembro de 2021, a UE resolveu interromper a publicação.[3] Apesar dos repetidos pedidos, a UE nunca explicou essa súbita mudança de opinião nem solicitou quaisquer alterações ao trabalho produzido.

A decisão da UE de suprimir um estudo científico único e ambicioso em África deixou-nos consternados. O nosso projeto tinha concebido uma forma inovadora de melhorar a compreensão do povo – *o demos* – da Guiné-Bissau. Entrevistou centenas de cidadãos de todas as regiões e meios sociais e envolveu dezenas de investigadores. O projeto exigiu mais de três anos e meio de trabalho, pelo menos dois dos quais foram fornecidos sem qualquer custo para a UE. Do nada, vimos todo este esforço, sacrifício, criatividade e recursos utilizados para financiar este projeto serem deitados fora, com que propósito?

As sanções da UE também impediram o DEMOS de realizar atividades concebidas para disseminar o estudo *Vozes do Povo* e envolver os cidadãos da Guiné-Bissau, numa reflexão sobre os novos conhecimentos e ideias produzidas sobre o seu país. O DEMOS tinha organizado apresentações, ateliês e eventos de divulgação nos meios de comunicação social para promover a utilização destas informações – de modo a contribuir para a busca de soluções democráticas, fomentando o *accountability* social, a inclusão e o diálogo cívico.

Em vez de reforçar a democracia e a ciência na Guiné-Bissau, o ato de censura da UE enfraqueceu os cidadãos guineenses, suprimiu a liberdade académica e restringiu o progresso científico. Numa viragem lamentável, um projeto pago pelo povo europeu para promover o conhecimento e os direitos humanos nesta nação da África Ocidental produziu o resultado oposto.

Para superar esta experiência desoladora, o DEMOS envidou vários esforços para encetar um diálogo com as autoridades da UE e propor soluções. Como saída, sugeriu que a UE se desvinculasse da publicação e transferisse os direitos de autor para o DEMOS, para edições do livro em português e noutras línguas. Nenhum destes apelos funcionou. O DEMOS organizou então uma petição online, assinada por dezenas de académicos de todo o mundo, para que o livro fosse desbloqueado.

Em outubro de 2022, o DEMOS entregou exemplares impressos do volume à Comissão Europeia para as Parcerias Internacionais, em Bruxelas. Os livros tinham uma faixa preta com letras brancas onde se lia "CENSURADO pela União Europeia". Uma carta de apresentação descrevia em pormenor a violação do contrato por parte da UE, resultante do embargo do estudo. Algumas semanas mais tarde, a Comissão Europeia informou o DEMOS de que podia "ir em frente" com a publicação. Esse passo positivo deu origem a uma negociação prolongada para definir os termos em que o estudo seria publicado.

Até abril de 2023, a UE tinha indicado que não podia transferir os direitos de autor para o DEMOS, devido a obstáculos internos, mas declarou que este podia publicar o volume em português e inglês, num número ilimitado de exemplares, em formato impresso e digital. No entanto, proibiu a venda desses livros. Esta restrição travou a possibilidade de publicar o volume em inglês através de uma editora académica, como tinha sido acordado inicialmente com a UE. Nenhum editor de textos académicos, de que tenhamos conhecimento, aceitaria suportar os custos de produção e distribuição de um livro que não pudesse vender. Esta restrição impediu o DEMOS de utilizar os

[3] Duas semanas depois, a UE propôs uma alteração ao contrato com o DEMOS, que lhe permitisse opor-se à publicação do livro Vozes do Povo e dos seus estudos auxiliares . O DEMOS rejeitou a proposta, argumentando que violava o acordo da UE de publicar os resultados da pesquisa. O DEMOS também alegou que isso seria contrário aos princípios de liberdade académica e transparência, nos quais o projeto se baseou. A UE, no entanto, decidiu unilateralmente implementar a nova cláusula e censurar o estudo.

instrumentos de mercado para tornar o volume amplamente acessível ao público, incluindo às bibliotecas e centros de pesquisa, em diversas partes do mundo.

Para resolver esse impasse, o DEMOS solicitou uma mediação formal, previsto no seu acordo com a UE. No entanto, a UE rejeitou essa cláusula. Assim, o DEMOS não teve outro recurso, segundo o contrato, senão procurar uma assessoria jurídica na Bélgica. Em síntese, o impasse gerado pela decisão de censurar o nosso estudo, em novembro de 2021, atrasou por dois anos a publicação do volume.

Perguntas Relevantes

Os principais factos do caso levantam uma série de questões significativas, ainda sem resposta. Abordamos algumas delas aqui, no interesse da transparência e na procura de respostas construtivas. As seguintes perguntas dividem-se em dois grupos: um examina a decisão de proibir a publicação de *Vozes do Povo* e o outro considera os desafios envolvidos na tentativa de resolver este dilema.

Primeiro, sobre a *decisão de embargar o nosso estudo*.

- Porque é que a UE censurou o estudo Vozes do Povo? O que causou uma mudança tão radical, depois de ter acompanhado o nosso projeto de investigação durante três anos e meio e de ter elogiado os seus resultados?
- Porque é que a UE não apresentou qualquer justificação para a decisão de interditar o nosso estudo?
- Quem foram os funcionários da UE envolvidos nesse ato?
- Quais foram as suas motivações? Terão sido políticas? A sua nacionalidade ou experiência profissional tiveram alguma influência na sua decisão?
- Esses representantes da UE tinham poder discricionário para anular termos do contrato assinado com o DEMOS?
- Será que esses oficiais tiveram em conta a forma como a sua decisão afetaria a reputação da EU; os direitos humanos na Guiné-Bissau; ou o avanço das ciências sociais em África?
- Porque é que a UE continua a colocar restrições à ampla distribuição do livro? Porque impedir a sua publicação em inglês através de uma editora académica?

Em segundo lugar, sobre o *processo de resolução de disputa*.

- Se os contratos da UE estipulam que as disputas devem ser resolvidas primeiro, de maneira amigável, então porque não facilitar o diálogo para tratar destas questões de forma positiva?
- Porque é que os contratos da UE prevêem a mediação formal como segunda etapa na resolução de litígios, quando esta pode ser ignorada à vontade? Pode a UE simplesmente prescindir dos termos estabelecidos nos seus próprios contratos?
- Porque é que as pequenas ONG em África são obrigadas a recorrer à justiça na Bélgica, quando lhes é praticamente impossível fazê-lo? Não deveria a UE ter interesse em proporcionar condições equitativas no que respeita à resolução de disputas contratuais?

- Porque criar obstáculos ao diálogo e à mediação formal, quando a alternativa a isto – levar a UE a tribunal na Bélgica – é proibitivo a quase todas as ONG de menor porte? Será esta uma forma justa de tratar os parceiros da UE nos países em desenvolvimento?

- Porque proibir a utilização de instrumentos de mercado para divulgar os conhecimentos produzidos por projetos de investigação apoiados pela UE? Porque não explorar formas de utilizar as duas fórmulas em conjunto: o acesso gratuito e a distribuição de mercado?

Ideias Construtivas

Errar é humano. Os erros normais podem ser corrigidos. Mas, se forem repetidos muitas vezes, tornam-se erros enraizados.[4] Como podemos evitar a repetição dos fracassos que prejudicaram o projeto Vozes do Povo? A presente secção partilha do espírito do adágio "fazer do limão uma limonada" e considera sete lições ou ideias para melhorar. Algumas delas baseiam-se em conversas informais com pessoas conhecedoras da gestão administrativa da UE.

1. Administrar contratos corretos. Normalmente, a UE concede uma subvenção ou um contrato de subsídio para apoiar projetos de investigação conduzidos por organizações independentes que procuram gerar informação pública. Ao contrário do contrato de prestação de serviços assinado pelo DEMOS, os contratos de subvenção conferem, geralmente, direitos de propriedade intelectual ao contratante. Se a direção da UE tivesse informado o DEMOS e atribuído o contrato de subvenção previsto nos seus procedimentos administrativos, teríamos sido poupados a esta situação dolorosa.

2. Autorizar a transferência de direitos de autor. A UE deveria dispor de instrumentos jurídicos adequados para reatribuir os direitos de propriedade intelectual. Outras agências multilaterais podem fazê-lo numa questão de dias. A UE não parece dispor de tais instrumentos. Seria útil se os tivesse. Isto poderia, simplesmente, permitir à UE se dissociar, por qualquer motivo, de um estudo sobre o qual detivesse direitos de autor, em vez de suprimir a sua publicação. Mecanismos legais deste tipo poderiam evitar infrações à liberdade académica e conflitos sobre estas questões.

3. Facilitar a criação de um *ombudsman*. O DEMOS assinou o seu contrato com a Comissão Europeia para as Parcerias Internacionais (INTPA), a qual não dispõe de um *ombudsman* ou de um 'gabinete de ligação' para os seus contratantes.[5] As disputas entre as ONG contratantes e as delegações da UE são normalmente tratados no país. Mas se o diálogo for bloqueado por funcionários de escalão elevado da UE, como um embaixador ou um diretor em Bruxelas, os contratantes não terão qualquer canal de comunicação ou forma de chegar a um acordo amigável. Um *ombudsman* no INTPA poderia criar condições mais equitativas para as ONG dos países em desenvolvimento e permitir um diálogo construtivo com as autoridades da UE, algo que gostaríamos de ter tido.

4. Consagrar a mediação formal. Os contratos da UE não devem permitir que uma das partes se furte a um pedido de mediação formal da outra parte. Esta cláusula é particularmente importante para as ONG contratantes nos países mais pobres, cujas hipóteses de obter representação legal na Bélgica são quase nulas. A UE deve ter em conta as enormes assimetrias em jogo. A mediação formal deve ser tratada como um direito, e não como um privilégio que pode ser concedido ou ignorado à vontade.

---

[4] Chambers (1997).

[5] A UE tem um *Ombudsman* Europeu que é, na maior parte das vezes, inacessível aos pequenos contratantes internacionais.

5. Defender os valores da UE. O poder da UE depende consideravelmente do seu prestígio. A ideia de um *bully* gigante, sem regras, que censura as *Vozes do Povo* num país africano, pequeno e pobre, deveria ser um anátema para as autoridades e os cidadãos da UE. Em contrapartida, a defesa dos valores da UE, através de práticas de gestão justas, transparência e sentido de *accountability*, reforça a posição da UE no mundo. A apresentação pública do nosso estudo em Bissau, o inquérito em 2018 e uma antevisão dos resultados no início de 2021, reforçaram a credibilidade e o respeito pela UE. O ato de censura fez precisamente o contrário. A UE será sempre mais fiável quando defende a liberdade.

6. Melhorar o acesso ao conhecimento. Muitos projetos da UE em África pagam por bens que devem ser distribuídos gratuitamente. Estas políticas são sensatas em determinadas circunstâncias. Noutras, podem dificultar o desenvolvimento do mercado e criar uma dependência da caridade, o que pode ser condescendente para com os beneficiários. A proibição por parte da UE de vender cópias do livro *Vozes do Povo* segue esta orientação. Esta injunção proibiu, de facto, a publicação do volume em inglês. As editoras académicas não são instituições de caridade. Não fazem a revisão do manuscrito, a edição de texto, o desenho gráfico, a paginação, a impressão, a encadernação, a promoção e a distribuição dos seus livros gratuitamente. A UE devia saber bem. A preços atuais, as suas subvenções só nos permitem distribuir 300 exemplares impressos do volume em português.

Porque impedir o DEMOS de recuperar as despesas realizadas com a impressão e envio de exemplares adicionais? Porque proibir a venda de livros a cidadãos da Guiné-Bissau ou a bibliotecas em outros países? A nossa edição portuguesa está disponível gratuitamente no sítio Web do DEMOS. Mas isso não deve impedir a venda de exemplares em papel. Não parece adequado restringir as oportunidades de mercado em África, quando a UE não hesitaria em oferecê-las aos seus próprios cidadãos. Um diálogo honesto, sobre a forma mais eficaz de divulgar o nosso estudo, ajudaria a encontrar melhores resultados.

7. Ouvir e aprender. A vontade de ouvir pode fazer toda a diferença. Conhecemos o valor desta atitude em primeira mão, graças ao nosso esforço para auscultar o povo guineense e compreender a sua situação. O poder tende a criar distância social, a alimentar egos e a enganar. Se a saga para publicar as *Vozes do Povo* nos ensina uma última lição, esta é: ouvir dá poder a todas as partes envolvidas. Promove a humildade e cria um sentimento de reconhecimento mútuo, mesmo quando as divergências persistem. A escuta pode ajudar a ultrapassar os erros, a fazer reparações e a encontrar soluções sensatas. Se não for pedir demasiado, esta é a nossa melhor esperança para o futuro da iniciativa Vozes do Povo.

Para concluir, apelamos aos valores fundamentais da UE – a liberdade, a transparência, a justiça, o *accountability* e a democracia – que nos inspiraram a ouvir cidadãos humildes de toda a Guiné-Bissau e a criar um estudo singular. Estes princípios necessitam de uma afirmação persistente para evitar que as instituições alimentem o cinismo e a presunção, os quais corroem os ideais que tornam a democracia possível. A UE sempre encontrará inspiração e respeito na força destes valores fundamentais.

** Este texto foi publicado originalmente em DEMOS (2024).

** O autor gostaria de agradecer a Ralph Della Cava, Joe Burns, Sonia Marchewka, Philip J. Havik, Stefan Tax e Kristina Svensson pelos seus comentários, assumindo a responsabilidade exclusiva pelo conteúdo deste ensaio.

Referências

Chambers, Robert (1997). *Whose Reality Counts?* Putting the Last First. Londres: ITDG.

DEMOS (2024). "Carta aberta à União Europeia. A saga para publicar as *Vozes do Povo*: Um estudo acadêmico singular patrocinado e censurado pela UE." Fonte: www.demos.org.py



Sobre os Autores

Birgit Embaló é PhD em Antropologia pela Universidade de Bochum, na Alemanha. Atualmente é investigadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), em Bissau, e é autora de várias publicações sobre a Guiné-Bissau e África, incluindo o livro *The Problem of Violence: Local Conflict Settlement in Contemporary Africa* (Koeppe-Verlag, 2011), coeditado com Georg Klute. Mais recentemente publicou o relatório *Gender Analysis Guinea-Bissau* (UNDP, 2021), e *Necessidade de Integração da Abordagem de Género no Quadro Legal da Guiné-Bissau* (UNDP/ Justice Project Guinea-Bissau, 2020). Embaló é investigadora e consultora sénior, baseada na Guiné-Bissau, com ampla experiência profissional como especialista em desenvolvimento, relações de género e resolução de conflitos na África Ocidental.

Carlos Cardoso é PhD em Filosofia pela Universidade Friedrich Schiller em Jena, Alemanha, e mestre em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. Atualmente é diretor do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral, em Bissau. Antes disso, foi chefe do Departamento de Pesquisa do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), com sede em Dakar, e investigador do Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Na Guiné-Bissau, Cardoso dirigiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). Publicou amplamente sobre ciências sociais em África e política e sociedade na Guiné-Bissau, incluindo o pensamento político do seu líder fundador, Amílcar Cabral. Uma das suas publicações mais recentes intitula-se "La Guinée-Bissau et le Cap-Vert: Histoire commune et trajectoires démocratiques opposés", incluída na coletânea *L'État de la Démocratie et des Droits de l'Homme en Afrique de l'Ouest: Permanences et Ruptures* (Gorée Institute, 2021). Brevemente lançará o livro coeditado sobre *O Papel da Investigação Científica no Reforço da Missão das Universidades na Guiné-Bissau: Que Universidades? História, Práticas e Desafios*.

Ismael Sadilú Sanhá é mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa e doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). A sua tese de doutoramento trata das políticas públicas para reforma do sector da segurança na Guiné-Bissau. Atualmente é chefe do Departamento de Relações Institucionais e Cooperação da Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação. Possui uma larga experiência de docência como coordenador do curso de Ciências Políticas e Relações Internacionais no Instituto Superior Politécnico Benhoblô e posteriormente na Universidade Jean Piaget da Guiné-Bissau. Também foi professor das cadeiras de Diplomacia e Integração Regional na Universidade Lusófona da Guiné. Sanhá ocupou vários cargos de responsabilidade na administração pública guineense, nomeadamente como assessor do Secretário de Estado do Plano e Integração Regional e diretor de Serviço de Integração Política, da Paz e Segurança e Políticas Sectoriais na Direção Geral da Integração Regional.

Joshua B. Forrest é PhD em Ciências Políticas pela Universidade de Wisconsin. Atualmente é professor de Ciência Política e História na Universidade La Roche, em Pittsburgh, Pennsylvania. Antes foi professor da Universidade de Vermont. Forrest é o autor de dois livros sobre a Guiné-Bissau, *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau* (Ohio University Press, 2003), e *Guinea-Bissau: Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation* (Westview Press, 1992), além de outros estudos sobre este país. Forrest também é autor de dois livros e outras publicações sobre África, *Subnationalism in Africa* (Lynne Rienner Publishers, 2004), e *Namibia's Post-Apartheid Regional Institutions* (University of Rochester Press, 1998). O seu livro mais recente é, *Local Autonomy as a Human Right: The Quest for Local Self-Rule* (Rowman & Littlefield, 2021).

Miguel Carter é PhD em Ciência Política pela Columbia University em Nova Iorque e pós-doutorado pela University of Oxford. É diretor fundador do DEMOS - Centro para a Democracia, Criatividade e Inclusão Social, entidade de pesquisa com sede no Paraguai e filial na Guiné-Bissau. Carter é o idealizador e coordenador da primeira pesquisa de opinião pública da Guiné-Bissau, a iniciativa *Vozes do Povo*. Antes disso, foi professor de Desenvolvimento na American University em Washington, DC. Carter é autor de várias publicações sobre Brasil, Paraguai e América Latina, entre elas, *Challenging Social Inequality: The Landless Rural Workers Movement and Agrarian Reform in Brazil* (Duke University Press, 2015), e *Beyond the Scandals: The Changing Context of Corruption in Latin America*, com Kevin Casas-Zamora (Inter-American Dialogue, 2016). Carter é organizador e autor de dois livros de próxima edição, *Itaipú, Causa Nacional* (DEMOS), e *For Land, Love and Justice: The Origins of Brazil's Landless Movement* (Duke University Press).

Nafiou Inoussa é mestre em Demografia pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. É pesquisador associado de DEMOS, e consultor demográfico e estatístico sénior com experiência em África, América Latina e a região do Pacífico. Conduziu e aconselhou inquéritos domiciliares nacionais para o UNICEF na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Chade, Nigéria, Benim, Mali, Mauritânia, Níger e Costa do Marfim. Antes disso, foi consultor estatístico do cluster da UNESCO na região do Pacífico, e trabalhou para o Fundo de População das Nações Unidas no Paraguai. Inoussa publicou vários estudos demográficos sobre a Guiné Equatorial e o Paraguai, juntamente com relatórios de Inquéritos aos Indicadores Múltiplos (MICS) na Costa do Marfim e na Guiné-Bissau.

Paulina Mendes é PhD em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal, em cotutela com a Universidade de Bayreuth, Alemanha, e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Portugal. É investigadora sénior no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) em Bissau. Entre outras, desempenhou as funções de coordenadora da equipa de investigação do país (Guiné-Bissau) para atividades de investigação realizadas pela Comissão da CEDEAO no Departamento de Políticas Macroeconómicas e Investigação Económica. Realizou vários estudos para organizações internacionais, podendo-se destacar, *Estudo de Caracterização dos Agregados Familiares sobre o Uso de Energias Domésticas na Guiné-Bissau* (UCCLA, 2019), com Búcar Indjai e Renato Teixeira; e *Estudo sobre os Migrantes Retornados na Guiné-Bissau* (INEP / OIM, 2018), com Fodé Abulai Mané e Búcar Indjai.

Philip J. Havik é PhD em Ciências Sociais pela Universidade de Leiden, Países Baixos. É investigador principal no Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa (IHMT-UNL), onde também leciona. A sua investigação multidisciplinar abrange temas relacionados com a saúde pública e internacional, a governação e o desenvolvimento colonial e pós-colonial e, ainda, com redes comerciais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em particular, na Guiné-Bissau. É autor de vários livros, capítulos de livros e artigos científicos, incluindo "Virtual Nations and Failed States: Making Sense of the Labyrinth," *Sure Road? Nations and Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*, organizado por Eric Morier-Genoud (Brill, 2012), e "Guinea Bissau's Rural Economy and Society: A Reassessment of Colonial and Postcolonial Dynamics," *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green (Hurst, 2016).

Rui Jorge Semedo é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Paulo, Brasil. É investigador associado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Desde 2010 trabalha na ONG Tiniguena – Esta Terra é Nossa, organização comprometida com a educação para a cidadania ambiental, desenvolvendo estudos etnográficos de resgate sobre técnicas e saberes comunitários das populações locais das florestas de Cantanhez e das ilhas Urok no arquipélago dos Bijagós. Tem artigos científicos publicados na Guiné-Bissau, Brasil e Portugal. É autor das seguintes obras: *Desconstrução de um Estado por Construir, 1973-2019* (Corubal, 2023); *PAIGC: A Face do Monopartidarismo na Guiné-Bissau, 1974 a 1990* (Nimba Edições, 2021); *Técnicas e Saberes da Tradição Balanta* (2015); *Inventário sobre Artesanato, Dança e Cantiga Bijagó* (2016); *Aquisição Massiva de Terras e o seu Impacto na Agricultura Familiar: O Caso da Guiné-Bissau* (2013).

Toby Green é PhD em Estudos Africanos pela Universidade de Birmingham, no Reino Unido. Atualmente é professor sénior de História e Cultura Lusófona de África no King's College, em Londres. Green é organizador e autor de vários livros sobre a Guiné-Bissau, a África Ocidental e América Latina, entre eles *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, coeditado com Patrick Chabal (Hurst, 2016), *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution* (Chicago University Press / Allen Lane, 2019), e *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589* (Cambridge, 2012). O seu livro mais recente é *The Covid Consensus: The New Politics of Global Inequality* (Hurst, 2021). Green é autor de seis outros livros, incluindo dois romances.

Esta obra faz uma leitura original da Guiné-Bissau. Ela resulta de uma investigação científica inovadora, desenvolvida a partir da primeira sondagem de opinião pública realizada no país, em 2018. As vozes do povo constituem, assim, o núcleo central deste estudo. Elas retratam as condições de vida, as perceções, as identidades e os valores que informam o seu conteúdo. As reflexões contidas nesta obra recolhem, portanto, as angústias e as esperanças do povo guineense. O livro apresenta uma análise aprofundada da realidade social e política desta nação africana, empreendida por dez académicos de disciplinas e nacionalidades diferentes.

Os autores desta obra são:

Birgit Embaló (Alemanha)
Carlos Cardoso (Guiné-Bissau)
Ismael Salidú Sanhá (Guiné-Bissau)
Joshua B. Forrest (Estados Unidos)
Miguel Carter (Paraguai)
Nafiou Inoussa (Senegal)
Paulina Mendes (Guiné-Bissau)
Philip J. Havik (Holanda)
Rui Jorge Semedo (Guiné-Bissau)
Toby Green (Reino Unido)

A Guiné-Bissau continua a ser, meio século depois da independência, em 1974, um dos países mais pobres do mundo, marcado pela má governação crónica e a instabilidade política. Perante este cenário, qual é a opinião dos próprios cidadãos sobre a situação do seu país? Que potencial de mudança pode ser discernido nas suas atitudes?

As respostas foram procuradas através de um inquérito inédito. Os resultados, apresentados neste livro, fornecem uma visão única e fascinante da experiência histórica da Guiné-Bissau. Na imagem que emerge, o país destaca-se em duas dimensões: a desconfiança generalizada com relação a seu governo versus a tolerância social e a abertura à cooperação local. Como explica o capítulo de conclusão, esta situação convida a reforçar o potencial de desenvolvimento através da governação local.

O livro apresenta um rico mosaico de capítulos, elaborados por especialistas, sobre a história, estrutura social, vida cultural e religiosa, política, Estado, economia e condições de vida da Guiné-Bissau, concluindo com uma análise da grave disjunção entre o Estado e a sociedade neste país. Em conjunto, eles proporcionam um contexto para a compreensão dos sentimentos populares captados pela iniciativa Vozes do Povo.

Lars Rudebeck - *Universidade de Uppsala, Suécia*

Este livro invita a uma reflexão profunda sobre a Guiné-Bissau. A imagem do alto de um país é como os ossos de um esqueleto. É preciso a visão do povo, que é o que este livro tem para oferecer, para acrescentar carne aos ossos e, assim, apreciar o corpo em todo o seu esplendor.

Elísio Macamo - *Universidade de Basileia, Suíça*

Este volume faz uma leitura original da sociedade e da política da Guiné-Bissau. O estudo desafia o pensamento ortodoxo e apela a um novo sistema de governação, com base em ideias e experiências africanas. Ele convida a repensar as instituições para que elas tenham credibilidade e legitimidade aos olhos do cidadão comum. É um livro de leitura obrigatória.

Demba Moussa Dembele - *ARCADE, Dacar, Senegal*

Como iniciador de um terreno favorável à pesquisa na Guiné-Bissau assisti com tristeza a uma evolução, durante as últimas décadas, em sentido contrário. Esta é uma das razões para cumprimentar a publicação deste trabalho que antes contribui para o aprofundar dos conhecimentos sobre métodos de pesquisa capazes de influenciar políticas públicas no país. Uma saudação aos autores por nos oferecerem uma paleta de ideias capazes de interpretar sonhos e realidades do país real.

Carlos Lopes - *Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul*

ISBN: 978-99925-10-37-7